

**ISCTE**  **IUL**  
**Instituto Universitário de Lisboa**

Escola de Tecnologia e Arquitetura

**O Lugar do Projeto**

O Ensino da Arquitetura e a Adequação Portuguesa ao Processo de Bolonha  
(2006-2014)

Pedro da Luz Pinto

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em Arquitetura

Júri:

Doutora Sara Eloy Cardoso Rodrigues Freire da Cruz, Professora Auxiliar do  
Departamento de Urbanismo do ISCTE-IUL

Doutor João Carlos Vassalo Santos Cabral, Professor Associado do Departamento de  
Ciências Sociais e do Território da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor João Paulo Mendes Seíça da Providência Santarém, Professor Auxiliar do  
Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra

Doutor Eduardo Jorge Cabral Santos Fernandes, Professor Auxiliar da Escola de  
Arquitetura da Universidade do Minho

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Auxiliar com Agregação do  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE

Agosto de 2015



## RESUMO

A harmonização curricular dos cursos Europeus, convergindo para uma Área Europeia de Ensino Superior, através do designado *Processo de Bolonha* (1999-2010), recolocou o debate em torno na especificidade do ensino na Arquitetura, e da sua tradicional metodologia de ensino pelo Projeto, no seio da Universidade.

Em Portugal, a preparação para a profissão compreende agora uma componente de ensino universitário e uma formação adicional pré-profissionalizante em forma de estágio, organizado pela Ordem dos Arquitetos. O ensino exige um duplo grau de Licenciado e Mestre, adquiridos em duplo ciclo de três e dois anos de escolaridade, que introduz os futuros arquitetos a um campo de práticas crescentemente diversificadas e que inclui a investigação como propósito educativo. As escolas conciliam os centros de investigação, associados ou não a outras áreas de conhecimento, desenvolvendo cursos de terceiro ciclo e “projetos” de investigação, almejando financiamento adicional e produzindo trabalho “académico”, que se tornaria a base da avaliação individual e institucional, pressionando a profissionalização universitária.

No ensino, os docentes de carreira são projetistas-professores-investigadores e os currículos são modelados, equilibrando os tempos letivos, reduzindo as horas de contacto professor-aluno, em benefício de um modelo de aprendizagem baseado em trabalho autónomo. No conjunto, a pressão de transformação estrutural e conceptual, a profissionalização docente e a urgência de produção de conhecimento e de financiamento, relevam uma transformação da pedagogia e da didática do ensino.

Aprofundando este cenário, esta tese observa a evolução estrutural, organizacional e curricular, de um grupo de escolas de Arquitetura Portuguesas, fixando as transformações suscitadas pelo *Processo de Bolonha* e inquirindo em que medida estas suscitam alterações à organização, aos conteúdos e ao significado do tradicional ensino pelo Projeto de Arquitetura.

Palavras-chave: Ensino da Arquitetura em Portugal, Processo de Bolonha, Ensino de Projeto, Estruturas Curriculares.

## ABSTRACT

The curriculum harmonization of European courses, converging for a *European Higher Education Area* by the so called *Bologna Process* (1999-2010), relocated the debate on specificity of education in architecture, and its traditional methodology of learning by design, within the University environment.

In Portugal, the architect's basic training embraces a university level education and a one year professional internship, organized by the *Architects Association*. It requires a Master degree, acquired in a double cycle of three and two years of schooling, and which introduces the future architects to an increasingly diverse field of practices, and compromises research as an educational purpose. Schools reconcile research centers, associated or not to other areas of knowledge, developing graduate courses and research "projects", targeting additional funding and producing "academic" work, which would become the basis of individual and institutional assessment, pressing the university professionalization.

In education, career teachers can be both designers, teachers and researchers, and the curricula's are modeled, reducing the hours of teacher-student contact, for the benefit of a learning model based on student's autonomous work. Altogether, the pressure for structural and conceptual transformation, the professionalization and the urgency of knowledge production and financing, provide a change of pedagogy and didactics of teaching.

Deepening this background, this thesis approaches the structural, organizational and curricular developments, a group of Portuguese architectural schools, describing the changes raised by the *Bologna Process* and inquiring to what extent they present a change to the organization, the contents and the significance of traditional teaching of the architectural design.

Keywords: Architecture of Education in Portugal, Bologna Process, Architectural Design Education, Curriculum Frameworks.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutoramento dificilmente teria sido de realizada sem as condições de trabalho proporcionadas pelo Departamento de Arquitetura do ISCTE-IUL, designadamente pela dispensa de serviço docente para a conclusão da investigação.

Grato fundamentalmente ao professor Paulo Tormenta Pinto, pela orientação científica, mas também por ter despoletado todo o processo que levou a este projeto e pelo acompanhamento e paciência persistentes perante as vicissitudes de um trabalho, para o qual nos lançámos motivados pela prática empírica de lecionar Projeto de Arquitetura, sem bases de investigações anteriores, movidos por uma necessidade de clarificação da prática letiva. Grato pela sua generosidade e amizade, perante os preconceitos, as dúvidas, os erros, as hesitações e as limitações nossas. O resultado final, em parte sempre provisório, fica aquém das potencialidades das problemáticas discutidas. Felizmente, esta perspetiva pode também ser uma promessa de trabalho futuro, agora com suporte numa estrutura-base fixada em formato escrito.

Agradecimento ao Bernardo Pizarro Miranda, desde que comecei a aventura letiva nas aulas Projeto de Arquitetura, em complemento à atividade do Projeto e da obra, a sua presença foi determinante para a construção de balizas pedagógicas e didáticas, assim como o interesse, a energia e as críticas, sempre constantes e sempre polémicas. Complementarmente, uma referência ainda ao professor Manuel Teixeira, sem o qual esta aventura letiva não teria sido iniciada no jovem *Secção Autónoma de Arquitetura e Urbanismo* do ISCTE-IUL.

Uma referência especial a Duarte Cabral de Mello, Jorge Spencer e a Diogo Seixas Lopes. Pelas primeiras indicações, pela abertura do campo das hipóteses de investigação e pelo cruzamento e inter-relacionamento de temas, beneficiando-nos com as suas experiências e pensamento estruturado, crítico, sobre o ensino da Arquitetura em Portugal. Grato pelas conversas, mas também pela documentação e pela bibliografia referenciada. Vinco especialmente a memória do Duarte Cabral de Mello, professor de referência na nossa formação na FAUTL e na aprendizagem da profissão, no atelier-família da Utopos, cujo ausência muito lamentamos e cuja presença tanta falta nos faz.

Um dos aspetos mais gratificantes desta investigação foi a oportunidade de visitarmos várias escolas de Arquitetura no país, conhecendo em maior detalhe as suas estruturas e o seu dia-dia. Especial agradecimento para os professores Eduardo Fernandes (EAUM), Domingos Tavares, Rodrigo Coelho e José Miguel Rodrigues (FAUP), Jorge Figueira, Gonçalo do Canto Moniz, Paulo Providência (d.ARQ-FCTUC), António Leite, João Cabral, José Cabido, José

Pinto Duarte, Luís Afonso (FAUL), Teresa Heitor (IST), Isabel Salema (EAUE), Horácio Bonifácio (Lusíada) e Ricardo Carvalho (Universidade Autónoma), pela disponibilidade para nos receberem e para a partilha generosa dos seus conhecimento e das suas perspetivas sobre o ensino. A recolha de informação dos casos estudo selecionados não teria sido possível sem o generoso auxílio do secretariado das escolas estudadas, o nosso reconhecimento à amabilidade e disponibilidade de Carolina Pires (EAUM); Suzana Araújo, Jorge Vieira e Ludovina Vale (FAUP); Vanessa França (d.ARQ-FCTUC) e Alice Espada (ISCTE-IUL). De igual forma agradecemos a João Carlos Daniel, Vítor Carvalho Araújo e Miguel Judas as informações e os comentários relativos ao processo de acreditação e reconhecimento dos cursos de Arquitetura pela Ordem dos Arquitetos. A Willemijn Floet da TU-Delft agradecemos a disponibilização de informação adicional sobre o estudo que coordenou em Delft, comparando os Bacharelatos de um conjunto de escolas de arquitetura europeias e cuja sua apresentação, em Setembro de 2012 em Coimbra, teria impacto no nosso trabalho.

No âmbito dos colegas doutoramento da área do ensino e da investigação em Arquitetura, agradecemos à Leonor Matos Silva e ao Bruno Gil, a disponibilidade e o conhecimento. Aguardamos com expectativa a conclusão dos seus próprios trabalhos de investigação. Ao meu colega doutorando Miguel Gomes, ambos Assistentes de Projeto de Arquitetura do ISCTE-IUL, agradeço a generosidade de ouvinte desinteressado. De igual forma, uma referência aos meus colegas do curso de doutoramento do ISCTE-IUL, Paulo Manta, João Paulo Delgado, Maximina Almeida e Maria José Sardinha, independentemente dos resultados, a partilha projetos e processos foi um privilégio. Agradecimento ainda aos meus colegas docentes no Departamento de Arquitetura do ISCTE-IUL. Notoriamente à Teresa Madeira, pela disponibilização de documentação pessoal relativa à história do curso de Arquitetura do ISCTE-IUL, ao Pedro Mendes, pela disponibilização de informação relativa às escolas da FAUP e da EAUM, que produziu para a sua própria tese de doutoramento, e à professora Paula André, pela bibliografia geral sobre o ensino das Belas-Artes e da Arquitetura em Portugal, mas também pela curiosidade permanente sobre todos os aspetos ligados com a evolução do ensino da Arquitetura e do Urbanismo no país, alimentando tantas conversas informais de corredor, proporcionais às portas que abria.

Por fim, *mas não em último* e entre tantas outras coisas, ao Henrique pela preocupação, ao Álvaro pela alegria e à Catarina pela clarividência, sempre presentes.

## ÍNDICE

RESUMO .....	III
ABSTRACT .....	IV
AGRADECIMENTOS.....	V
I. INTRODUÇÃO GERAL E METODOLÓGICA.....	15
1. O porquê desta tese.....	16
2. Objetivos e Problemáticas .....	17
3. Bibliografia de Base .....	20
4. Metodologia e Estrutura .....	26
5. Critérios Normativos .....	33
II. PREÂMBULO CONCEPTUAL E TEMÁTICO.....	35
1. Introdução .....	36
2. Clarificação de conceitos .....	38
3. Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal.....	44
a. A formação do arquiteto-artista.....	44
b. A formação do arquiteto-técnico.....	46
c. A formação e os movimentos sociais da década de 60.....	51
d. A formação e a Democracia.....	54
e. A formação na viragem do século .....	57
f. A formação na universidade da investigação .....	59
g. Tradição e inovação na formação pelo Projeto .....	62
4. Introdução ao Processo de Bolonha .....	69
a. Objetivos iniciais .....	69
b. Convergência com a <i>Estratégia de Lisboa</i> .....	71
c. <i>Tuning</i> : Novos Paradigmas .....	72
d. Monitorização e Avaliação .....	77

e. Implementação em Portugal.....	78
5. Introdução aos Casos de Estudo.....	83
a. EAUM.....	85
b. FAUP.....	91
c. d.ARQ-FCTUC.....	97
d. FAUL.....	103
e. ISCTE-IUL.....	111
III. ADEQUAÇÃO CURRICULAR A «BOLONHA».....	119
1. Introdução.....	120
2. O modelo de Mestrado Integrado.....	122
a. Relatório Domingos Tavares.....	122
b. Formato Mestrado Integrado.....	126
c. Compressão do currículo.....	128
3. A organização em duplo ciclo.....	131
a. Conhecimentos e competências.....	131
b. Os relatórios de adequação.....	133
4. Modelação dos tempos curriculares.....	143
a. Modelação curricular e precedências.....	143
b. Compressão de ritmos e de tempos letivos.....	146
c. Flexibilidade e integração de outras áreas de conhecimento.....	149
IV. PROJETO NOS CURRICULOS ADEQUADOS.....	151
1. Introdução.....	152
2. Os Perfis Formativos.....	155
a. Entre a profissão e a Academia.....	155
b. O enquadramento da Diretiva.....	156
c. Mutações na Profissão.....	159
d. Perfis de Formação.....	161



3. A organização dos currículos e o Projeto .....	165
a. Objetivos de formação e matérias curriculares .....	165
b. O lugar do Projeto nos currículos.....	168
c. Leitura segundo a metodologia TU-Delft.....	170
4. A progressão e articulação curricular geral e na área de Projeto .....	176
a. Progressão e articulação dos currículos .....	176
b. Alterações curriculares desde 2008.....	186
c. Progressão e conteúdos de Projeto .....	195
V. PROJETO COMO «ÁREA CIENTÍFICA» .....	215
1. Introdução .....	216
2. Universidade, Investigação, Avaliação .....	218
a. Missão das Escolas: educar, ensinar, investigar.....	218
b. Aferição de Qualidade nas Escolas .....	220
c. Avaliação e Profissionalização docente.....	223
3. O caso da tese final de Mestrado.....	227
a. Os modelos de prova final nos cursos adequados .....	227
b. Evoluções do modelo.....	231
c. A prova final e as estruturas curriculares.....	234
4. Projeto, Educação e Investigação.....	236
a. Projeto como «área científica» .....	236
b. Projeto, Investigação e Conhecimento .....	238
c. Impacto na aprendizagem pelo Projeto.....	241
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	247
1. Projeto, Investigação, Universidade e Profissão.....	248
2. Sintonizando os Currículos .....	254
a. Antecipando Bolonha .....	254
b. Adequando a Bolonha.....	255

3. Sintonizando o Projeto .....	259
a. Significado e Tradição .....	259
b. Estrutura e Conteúdos.....	262
4. Limites e Desenvolvimentos.....	270
ANEXOS .....	273
ANEXO A .....	275
Processo de Bolonha - Cronologia Internacional (1985-2012) .....	275
Processo de Bolonha – Declarações e Comunicados (1998-2010).....	276
Processo de Bolonha – Novos Paradigmas Pedagógicos .....	277
ANEXO B .....	279
Projeto Tuning – Competências Graduados-Empregadores.....	279
Projeto Tuning – Competências Académicos-Graduados-Empregadores .....	280
ANEXO C .....	281
Cronologia de Normativos - Arquitetura, ensino e profissão .....	281
Cronologia de Recomendações sobre Formação em Arquitetura.....	287
Cronologia da Acreditação da Ordem dos Arquitetos .....	288
ANEXO D .....	289
Escolas – Cronologia Geral .....	289
Escolas – Cursos acreditados e reconhecidos em 2006.....	290
Escolas – Resumo da estrutura de Adequação (2006-08) .....	292
Escolas – Contextualização Internacional (2013-14).....	293
ANEXO E.....	295
Escolas – Cronologia e Organização Geral .....	295
1. EAUM (1996-2015) .....	295
2. FAUP (1979-2015).....	298
3. d.ARQ-FCTUC (1988-2015) .....	302
4. FAUL (1979-2015).....	306

5. ISCTE-IUL (1995-2015) .....	309
Escolas – Planos Curriculares Adaptados (2006-08) .....	312
1. EAUM (2006-07) .....	312
2. FAUP (2008-09).....	313
3. d.ARQ-FCTUC (2008-09).....	314
4. FAUL (2008-09).....	315
5. ISCTE-IUL (2007-08) .....	316
Escolas – Sequência Geral de Matérias (2006-08) .....	317
1. EAUM (2006-07) .....	317
2. FAUP (2008-09).....	318
3. d.ARQ-FCTUC (2008-09).....	319
4. FAUL (2008-09).....	320
5. ISCTE-IUL (2007-08) .....	321
Escolas - Planos Curriculares (2013-14) .....	322
1. EAUM (2013-14) .....	322
2. FAUP (2013-14).....	323
3. d.ARQ-FCTUC (2013-14).....	324
4. FAUL (2013-14).....	325
5. ISCTE-IUL (2013-14) .....	327
Escolas – Estrutura e Conteúdo de Projeto (2008-09 e 2013-14).....	328
1. EAUM (2008-2009; 1ºCiclo).....	328
1.1 EAUM (2008-2009; 2ºCiclo).....	332
2. EAUM (2013-2014; 1º Ciclo).....	336
2.1 EAUM (2013-2014; 2º Ciclo).....	339
3. FAUP (2008-2009; 1º Ciclo) .....	344
3.1 FAUP (2008-2009; 2º Ciclo).....	347
4. FAUP (2013-2014; 1º Ciclo) .....	349

4.1 FAUP (2013-2014; 2º Ciclo).....	352
5. d.ARQ-FCTUC (2008-2009; 1º Ciclo).....	354
5.1 d.ARQ-FCTUC (2008-2009; 2º Ciclo).....	356
6. d.ARQ-FCTUC (2013-2014; 1º Ciclo).....	357
6.1 d.ARQ-FCTUC (2013-2014; 2º Ciclo).....	359
7. FAUL (2008-2009; 1º Ciclo) .....	361
7.1 FAUL (2008-2009; 2º Ciclo) .....	362
8. ISCTE-IUL (2008-2009; 1º Ciclo).....	363
8.1 ISCTE-IUL (2008-2009; 2º Ciclo).....	368
9. ISCTE-IUL (2013-2014; 1º Ciclo).....	371
9.1 ISCTE-IUL (2013-2014; 1º Ciclo).....	375
Escolas - Conteúdo Documental das Provas Finais (2013-14).....	377
Escolas – Cronologia de Docentes de Projeto (...-2015).....	380
1. EAUM (2005-2015) .....	380
2. FAUP (2006-2015).....	385
3. d.ARQ-FCTUC (1988-2015).....	394
4. ISCTE-IUL (1999-2015) .....	406
Escolas – Evolução do tipo de Docente de Projeto (2008-2015) .....	413
ANEXO F.....	414
Avaliação – Cronologia do Ensino Superior Português.....	414
Investigação – Cronologia do Sistema Português.....	415
Investigação – Financiamento Estrutural FCT (2013-15).....	416
Investigação – Programas FCT Incentivo e COMPETE (2012-15) .....	416
Investigação – Financiamento Plurianual FCT (2003-13) .....	417
Investigação – Financiamento Plurianual FCT (1999-03) .....	418
Investigação – Projetos FCT em Arquitetura e Urbanismo (2000-13) .....	419
MAPA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS RECORRENTES .....	422

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES .....	424
ÍNDICE DE TABELAS .....	426
ÍNDICE DE DIAGRAMAS .....	430
BIBLIOGRAFIA .....	432
Livro ou Capítulo de Livro Impresso .....	432
Livro ou Capítulo de Livro Electrónico .....	448
Artigos de Publicações e Comunicações em Série Impressas .....	449
Artigos de Publicações e Comunicações em Série Electrónicas .....	455
Relatórios Institucionais .....	457



## I. INTRODUÇÃO GERAL E METODOLÓGICA

*Penso que o tempo em que vivemos é um tempo cheio de mudanças, e que não se pode ter uma posição filosófica numa situação como esta em que a mudança é tão dramaticamente imprevisível. Assim tudo o que podemos fazer é colocar questões.*

Steven Holl <sup>1</sup>

*... Assim que observes que queres entender uma cultura, estuda a sua formação (nurseries). Há um princípio similar para o entendimento das profissões: se queres entender porque as profissões se desenvolvem como tal, estuda as suas formações, neste caso, as formas de preparação profissional.*

Erik Erikson<sup>2</sup>

*A metodologia do Projeto é a mesma desde há muito, o que muda é a maneira de a ensinar.*

Alexandre Alves Costa<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Steven Holl, Architectural Review, Março 2013, p21. Entrevista por Emmanuel Petit (tradução livre).

<sup>2</sup> Erik Erikson, psicanalista, citado por James Benedict Brown 2012:77 em *A critique of the live project* (tradução livre).

<sup>3</sup> Conferência na Universidade de Évora, 10 de Outubro de 2012. Notas nossas.

## 1. O porquê desta tese

O impulso para esta investigação decorre das transformações ocorridas na estrutura do Ensino Superior em Portugal, incluindo a modificação do Estatuto da Carreira de Docente Universitária (ECDU),<sup>4</sup> que terminou com a figura de Assistente e de Assistente Convidado, consagrando o Doutoramento como o grau mínimo de acesso à carreira docente. Estas transformações, ocorridas a partir de 2005, consistiram numa reorganização do Ensino Superior, comumente designada por adequação ao “Processo de Bolonha”, e que correspondeu ao movimento de convergência do sistema universitário português para a construção de uma Área Europeia de Ensino Superior - *European Higher Education Area* (EHEA), cujos objetivos, estrutura, instrumentos e calendário foram sendo definidos em reuniões interministeriais sucessivas, desde a Declaração de Bolonha de 19 de Junho de 1999.

O momento em que as problemáticas da adequação a Bolonha começaram a pressionar o debate, a organização e o funcionamento das escolas de Arquitetura nacionais, coincidiu com o início da nossa atividade de docência de Projeto de Arquitetura, na licenciatura em Arquitetura do ISCTE-IUL, que iniciamos no ano letivo de 2004-2005.<sup>5</sup>

Nesta altura partilhámos o início da docência de Projeto com uma intensa prática profissional de Projeto, sendo que era esta mesma prática profissional que justificava a aptidão para o próprio ensino. Estes anos de início de atividade pedagógica eram simultaneamente tempo de transformações nas universidades e nas escolas de Arquitetura, tanto quanto na profissão e no país. Com uma progressiva consciência das contingências do momento, tornou-se plausível que a investigação para a obtenção do grau de Doutor em Arquitetura, incidisse sobre o impacto destes fatores no ensino da Arquitetura e da tradição do seu ensino pelo Projeto de Arquitetura.

O tema de estudo nascia assim de uma experiência pessoal, simultaneamente projetual e pedagógica, e de uma indagação face às transformações do momento presente. Como tal

---

<sup>4</sup> O Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), originalmente publicado pelo Decreto-Lei n.º 448/79 de 13 de Novembro, são as efectuadas pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto (que republica a norma de 1979, e subsequentes rectificações entre 79 e 99). Este regime seria ainda alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio.

<sup>5</sup> A experiência de docente foi iniciada na disciplina de Projeto de Arquitetura I, disciplina anual do 3º ano curricular, assumindo a figura de Assistente Convidado a tempo parcial, leccionando com os arquitetos Bartolomeu Costa Cabral e Manuel Raposo, enquanto prosseguia a actividade de Projeto no *atelier* Risco, coordenado por Manuel Salgado.



arrisca um olhar sobre fatos atuais, vivos e irremediavelmente incompletos na sua factualidade e na nossa percepção deles, não obstante, numa tentativa de enquadrar e interpretar as circunstâncias que moldaram as transformações curriculares e pedagógicas, num período temporal que medeia entre 2006 e o momento presente, correspondente ao período de implementação das reformas organizativas, tendo em vista a adequação dos planos de estudos de todos os cursos de Arquitetura nacionais ao Processo de Bolonha. No centro deste olhar foi crescendo a questão do “lugar” atual do ensino pelo Projeto na universidade, ou seja, em que medida as transformações das condições do ensino universitário têm pressionado a tradição de aprendizagem da Arquitetura pelo próprio Projeto, levando a uma atualização da maneira de o ensinar.

## **2. Objetivos e Problemáticas**

Identificados tema e circunstância, o ensino da Arquitetura pelo Projeto e o momento da adequação ao Processo de Bolonha, a investigação procuraria uma progressiva consistência interna e transformar-se-ia ao longo do próprio processo da sua elaboração, encadeando em movimentos circulares intuição, pergunta, recolha e interpretação de dados, descoberta. Este trabalho simultâneo de pesquisa e de construção de uma argumentação incidiria num primeiro momento sobre a evolução do ensino da Arquitetura e do Projeto, e por outro sobre as motivações e transformações do Processo de Bolonha. Da convergência destes dois campos resultariam os seguintes objetivos gerais e complementares:

- Relacionar o Processo de Bolonha e o ensino da Arquitetura em Portugal, tendo como base as transformações organizacionais gerais e o ensino pelo Projeto;
- Relacionar uma tradição de ensino pelo Projeto com as circunstâncias do momento, representadas pelo processo de Bolonha, quanto à estrutura do ensino, e pelo enquadramento dos atos da profissão na Europa e em Portugal, quanto ao programa;

Esta convergência considera o ensino da Arquitetura enquadrado entre uma estrutura universitária, as diretivas da regulação europeia da profissão e uma tradição metodológica do ensino pelo Projeto.

Esta tradição de ensino pela simulação controlada da prática, pelo exercitar da metodologia do Projeto, como refere Alexandre Alves Costa na epígrafe inicial desta introdução, resulta da transformação de um modelo de aprendizagem oficinal e tutorial num modelo progressivamente profissionalizado, afastando-se das condições reais da prática, mas

que no entanto se manteve relevante metodologicamente, na medida em que representa simultaneamente processo e finalidade da aprendizagem, isto é, meio de ensino e objeto principal da prática, ao ponto de nos perguntarmos amiúde se o Projeto se ensina ou se ensina Arquitetura pelo Projeto, ou ambos em simultâneo? Desta dualidade, exposta sucintamente, decorrem outros objetivos subsequentes colocados a esta investigação:

- Verificar o impacto no lugar curricular e na “maneira de ensinar” pelo Projeto de Arquitetura, da pressão estrutural e conceptual do processo de adequação a Bolonha, comparando as estruturas curriculares e os conteúdos de aprendizagem pelo Projeto num conjunto de escolas nacionais, na transição para Bolonha;
- Verificar o impacto na estrutura e no significado do Projeto de Arquitetura, enquanto “unidade curricular”<sup>6</sup> de um sistema universitário profissionalizado e especializado, que valoriza crescente da investigação académica, e cuja adequação a Bolonha representa um corolário organizativo.

A problemática de arranque deste trabalho reside desta forma no argumento de que as transformações estruturais e conceptuais no Ensino Superior Português, cujo processo de adequação a Bolonha é corolário, transportam um conjunto pressões estruturais e conceptuais ao ensino da Arquitetura, que serão potencialmente catalisadoras de uma mudança pedagógica. Este quadro atualiza as “maneiras de ensinar” e poderá, naturalmente, permitir interpretações de contradição e consonância com o que se considerar como a “tradição pedagógica”. Por outro lado, intui-se e observa-se que as mutações do ensino se relacionam com circunstâncias da profissão, que habita o mesmo meio cultural.

Esta problemática aparenta ser especialmente relevante para o Projeto de Arquitetura, dada a já referida dualidade e sobreposição entre o seu carácter de metodologia de ensino e, simultaneamente, de finalidade prática tradicional da própria profissão, justificando a sua centralidade no processo de aprendizagem da Arquitetura, isto é, como instrumento central de uma “tradição pedagógica”. Com o quadro organizativo e mental do processo de adequação a Bolonha, a tradição pedagógica do ensino pelo Projeto integra-se numa malha de “áreas

---

<sup>6</sup> A designação “unidade curricular” é dada pelo Decreto-Lei nº42/2005 de 22 de Fevereiro, que instaura os *Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior*, definindo o conceito no artigo 3º - *Conceitos*, alínea a), em que “a unidade de ensino com objetivos de formação próprios que é objecto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final”.

curriculares” e de “áreas científicas”<sup>7</sup>, que organizam um Sistema Universitário “produtivista”, a quem já não basta educar futuros profissionais, tornando-se necessário produzir investigação e o seu derivado, conhecimento. À aceleração do doutoramento dos quadros docentes, já referida em 2001 por Mário Krüger como uma “*corrida armamentista*”,<sup>8</sup> junta-se progressivamente uma urgência de produção académica especializada, sobretudo com o impulso dado pela reorganização dos estatutos da carreira docente universitário (ECDU), efetuada no âmbito da adequação a Bolonha. Neste sentido, esta adequação é igualmente uma acomodação ao conceito de “universidade da investigação”, situação em o ensino pelo Projeto da Arquitetura sofre igualmente tensões paradigmáticas, sentido dificuldades de harmonização de uma tradição “materialista” e profissionalizante às novas solicitações da investigação e da produção de conhecimento académico.

Observando a evolução do perfil formativo do arquiteto em Portugal, desde a instituição das Academias no século XIX, definindo um modelo de “arquiteto-artista”, formado num sistema *beaux-arts*, a que sucedeu o perfil do “arquiteto-técnico”, dado pela reforma moderna do ensino,<sup>9</sup> elevando o ensino à categoria de “estudo superior” e promovendo o primeiro contacto com a universidade, aparenta suceder agora uma espécie de segundo embate com a universidade, promovendo um perfil profissional fragmentado em especializações, de onde poderíamos classificar um novo perfil formativo, não sem alguma provocação, de um eventual “arquiteto-investigador”. Neste perfil, a tradicional metodologia do ensino pelo Projeto é mais do que uma representação de uma solução arquitetónica, acentuando-se como mecanismo de construção de uma hipótese para um dado problema que envolve o espaço edificado.

Em paralelo, observam-se transformações na própria profissão. O número de profissionais cresceu e a atividade profissional diversificou-se, alargando as hipóteses de perfil disciplinar. Alguns, como Eduardo Souto de Moura, reclamam a inevitabilidade de uma reinvenção disciplinar, que contrarie posições individualistas e propicie a colaboração com outras disciplinas.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Recorremos à terminologia do referido Decreto-Lei nº42/2005 de 22 de Fevereiro.

<sup>8</sup> Mário Krüger (2001:15), *Do paraíso perdido à divina comédia. Reflexões sobre o Ensino de Arquitetura em países Anglo-Saxónicos e Latinos*. *Jornal Arquitectos* nº201, pp36-47.

<sup>9</sup> Ver sobre esta evolução e sobre estes conceitos ver o capítulo *Preâmbulo Conceptual e Temático*, ponto *Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal*. Estas ideias são ainda desenvolvidas no nosso artigo, *Knowledge and Studio Culture in Portuguese Architectural Schools since Bologna* (Pedro Pinto, 2014, *Revista Lusófona de Arquitetura e Educação* nº11, Universidade Lusófona, Lisboa, p535-557).

<sup>10</sup> O crescimento e recomposição social e económica da profissão é descrita em *Relatório Profissão: Arquitecto/a* de Manuel Villaverde Cabral e Vera Borges (2006), assim como no *Inquérito & Sondagem à Prática Profissional em Portugal*, realizado pela Ordem dos Arquitectos (2013), com coordenação de Patrícia Caldeira, Paula Santos

Constata-se que se por um lado há uma especialização e profissionalização da docência e do perfil de ensino, por outro, as próprias mutações da prática, levam a uma potencial crise das ideias de estabilidade e determinismo na preparação para a profissão. Resta-nos “colocar questões”, como refere Steven Holl na epígrafe deste capítulo, relacionando tradição prática e instrumental, com as condições reais do seu ensino e da sua prática na profissão. No conjunto, questiona-se sobre o “lugar” e a “forma” do ensino pelo Projeto nestes tempos de mudança.

### 3. Bibliografia de Base

Um reflexo do robustecimento universitário da disciplina da Arquitetura em Portugal é o aparecimento de investigações sobre a própria história do ensino da “disciplina” no país. Igualmente reveladores são os ensaios sobre a condição pedagógica do Projeto de Arquitetura, que contribuem para delimitar características metodológicas específicas da Arquitetura, seja como prática profissional ou como prática académica. Os estudos sobre a pedagogia e a didática com base no Projeto poderão ainda ser um sintoma de especialização académica da sua prática. Em Portugal, assistiu-se a um impulso recente destes temas, especialmente quanto à historiografia do ensino da Arquitetura, pelo que estes documentos constituem uma parte importante das referências bibliográficas desta tese,<sup>11</sup> podendo ser divididos em dois subgrupos: os estudos sobre a história do ensino da Arquitetura em Portugal e os estudos sobre o Projeto de Arquitetura enquanto instrumento metodológico e pedagógico.

No primeiro campo há uma historiografia recente, com base em teses académicas, que abrange um período desde a institucionalização do ensino no século XIX,<sup>12</sup> atravessando o

---

e Pedro Ravara. A reinvenção da disciplina é um tema acentuado pelo debate pós-crise económica de 2008, nomeadamente através do Jornal dos Arquitetos. O novo perfil disciplinar é evocado por Eduardo Souto de Moura, em entrevista em Julho de 2015, de que *"os arquitetos vão ter de construir uma nova disciplina"*, necessitando de socorrer-se de outras disciplinas e de *"trabalhar em conjunto"*, contrariando o individualismo e a *"imagem do arquiteto-artista na sua torre de marfim, e eu penso que isso vai acabar. Vem aí uma nova disciplina"*, disponível em <http://www.noticiasao minuto.com/pais/423236/os-arquitetos-va-ter-de-construir-uma-nova-disciplina>.

<sup>11</sup> O princípio base para a inclusão de uma dada obra ou documento na bibliografia é o de algum modo sustentar as ideias e os fatos propostos no corpo de texto, correspondendo maioritariamente a uma notação directa no texto. No entanto, haverá casos que não tendo essa correspondência directa entre nota e texto, serão referenciados na bibliografia, porque correspondem a documentos que de alguma forma influenciam e complementam os fatos, as ideias e o tema da dissertação.

<sup>12</sup> Com a fundação da Escola de Ciências, Artes e Ofícios do Rio de Janeiro em 1816 e a fundação das Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto em 1836.

século XX, até à revolução de Abril de 1974,<sup>13</sup> à democratização do ensino e à desmultiplicação da oferta de cursos e do número de licenciados. Não obstante, esta historiografia incide sobre momentos precisos e sobre as escolas históricas de Lisboa e do Porto, herdeiras das Academias oitocentistas, carecendo uma síntese geral e fragmentando-se os estudos à medida que nos aproximamos do momento atual. Uma outra característica é serem estudos sobre o ensino no seu todo, não havendo uma historiografia especificamente dedicada ao ensino pelo Projeto.<sup>14</sup> O segundo campo é mais escasso quanto a monografias publicadas em Portugal, embora se possa inferir desde o primeiro grupo e seja tema mais ou menos direto de artigos e ensaios dispersos que abordam o tema do ensino da Arquitetura.

Nos dois quadros seguintes sistematizamos as obras de referência por campo e subcampo indicados. Mais adiante neste ponto apresentamos mais dois quadros, abordando a bibliografia de base nacional considerada, quanto ao Projeto enquanto método e quanto ao tema das relações entre o Projeto e a investigação.

*Tabela 1: Ensino da Arquitetura em Portugal. História do Ensino*

Autor	Data	Título	Local	Notas
Maria Helena Lisboa	2002	<i>Os engenheiros em Lisboa: urbanismo e Arquitetura (1850-1930)</i>	Lisboa	Tese de Mestrado
Maria Calado	2003	<i>A cultura arquitectónica em Portugal, 1880-1920. Tradição e Inovação</i>	FAUL	Tese Doutoramento
Maria Helena Lisboa	2006	<i>As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)</i>	Colibri FCSH-UNL	Tese Doutoramento
Gonçalo do Canto Moniz	2011	<i>O Ensino Moderno da Arquitetura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69)</i>	FCTUC	Tese Doutoramento

*Tabela 2: Ensino da Arquitetura em Portugal. História das Escolas Portuguesas*

Autor	Data	Título	Local	Notas
Alexandre Alves Costa	1982	<i>Dissertação (...)</i>	FAUP	Concurso para Professor Agregado em 1979

<sup>13</sup> Referimo-nos fundamentalmente aos trabalhos académicos de Maria Helena Lisboa (2002 e 2006), Maria Calado (2003), Rui Coelho (2007), Eduardo Fernandes (2010), Gonçalo do Canto Moniz (2011), Leonor Matos Silva (2011) e Raquel Paulino (2014).

<sup>14</sup> Podemos por conseguinte desdobrar dois grupos: por um lado os estudos de momentos históricos, (seculo XIX, *beaux-arts*, moderno); por outro, os estudos sobre instituições em particular, num dado momento histórico. Podemos ainda, neste último grupo, incluir documentação de discussão pedagógica das próprias instituições, por exemplo, os *Encontros de Tomar* do d.Arq-FCTUC (1995).

Domingos Tavares	1985	<i>Da Rua Formosa à Firmeza</i>	FAUP	Concurso para Professor Agregado em 1979
Manuel Correia Fernandes	1988	<i>ESBAP / Arquitetura nos anos 60 e 70. Apontamentos</i>	FAUP	Concurso para Professor Agregado em 1979
Pedro Ramalho	1990	<i>Itinerário</i>	FAUP	Concurso para Professor Agregado em 1979
Aavv	1995	<i>Encontros de Tomar. I Encontro sobre o Ensino da Arquitetura na Universidade de Coimbra</i>	d.Arq-FCTUC	
Aavv	2000	<i>10 Anos de Arquitetura no colégio das artes</i>	d.Arq-FCTUC	Prova aptidão pedagógica
Jorge Figueira	2002	<i>Escola do Porto: um mapa crítico</i>	d.Arq-FCTUC	Prova aptidão pedagógica
Rui Coelho	2007	<i>O ensino da Arquitetura Civil na Academia de Belas Artes de Lisboa (1881-1957)</i>	ISCTE	Tese de Mestrado
Eduardo Fernandes	2010	<i>A Escolha do Porto: contributos para a atualização de uma ideia de Escola;</i>	EA-UM	Tese Doutoramento
Leonor Matos Silva	2011	<i>Cultura Arquitectónica em Lisboa: Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período 1975 a 1990</i>	FAUL	Tese de Mestrado
Rosa Bandeirinha	2013	<i>O Limiar do Claustro</i>	EAUM	Dissertação Mestrado Integrado
Raquel Paulino	2014	<i>O Ensino da Arquitetura ESBAP/FAUP. Construção de um Projeto Pedagógico entre 1969 e 1989</i>	FAUP	Tese Doutoramento
Pedro Bandeira (coor.)	2014	<i>Escola do Porto: Lado B – 1968-1978 (Uma História Oral)</i>	CIAJG Guimarães	Catálogo de Exposição

No que concerne ao Projeto de Arquitetura existe uma menor quantidade de estudos monográficos, sendo de assinalar os trabalhos mais recentes de Fernando Lisboa (2005) e de Marco Ginoulhiac (2009). Observámos que o ensino pelo Projeto está ainda presente ao longo das historiografias do ensino e das escolas de Arquitetura, não obstante, não existe uma sistematização da evolução das práticas pedagógicas, dos principais “mestres”,<sup>15</sup> na tradição do ensino em Portugal. Quanto à evolução do ensino, os trabalhos recentes de Leonor Matos Silva (2011) e de Raquel Paulino (2014) alcançam a década de 80, para as escolas de Lisboa e do Porto respetivamente, enquanto o ensaio de Jorge Figueira (2002) e a tese de mestrado integrado de Rosa Bandeirinha (2013) avançam para momentos próximos do presente, neste caso para as escolas do Porto e de Coimbra. Considerando a proliferação das escolas a partir dos anos 90, não existem para este período mais próximos trabalhos académicos que apresentem uma visão panorâmica do ensino, destacando-se aqui o duplo número do Jornal dos Arquitetos (JA) de 2001 e, mais recentemente, e a uma escala mais resumida, o artigo de Marta Labastida e Pedro Baía no JA nº251 de 2014.<sup>16</sup> Pelo que quanto ao impacto da adequação a Bolonha nas escolas

<sup>15</sup> Presumindo que o ensino pelo Projeto estará interligado tanto por correntes pedagógicas como por práticas projectuais, uma hipótese de investigação seria a identificação de momentos e práticas paradigmáticas, permitindo traçar uma evolução dos protocolos de aprendizagem no interior da sala de aulas de Projeto.

<sup>16</sup> JA números 201 e 202 (2001), *Faire École 1 e 2*, e o artigo *Onde Pára o Ensino* de Marta Labastida e Pedro Baía (2014).

nacionais, não existem trabalhos monográficos sobre as transformações ocorridas com o processo de adequação.

Há no entanto a assinalar o número dedicado ao *Ensinar pelo Projeto* da revista Joelho nº4,<sup>17</sup> que publica as atas do colóquio internacional *Ensinar pelo Projeto* de Setembro de 2012,<sup>18</sup> organizado pela escola pública de Arquitetura de Coimbra. Neste identificam-se quatro grandes questões colocadas pelo processo de adequação a Bolonha aos planos de estudos e às práticas pedagógicas do Projeto: (1) a necessidade de se determinar as aptidões para o final de cada ciclo de estudos; (2) a necessidade de se articular os ciclos de estudos com a profissão e com o 3º ciclo; (3) a necessidade de se identificarem os métodos de Projeto e experiências de ensino em Projeto; (4) a necessidade de se redefinirem os conteúdos das disciplinas de Projeto, sob a nova lógica dos ciclos de aprendizagem, preconizados pela estrutura conceptual de Bolonha.



Ilustração 1: Cartaz do Colóquio Ensinar pelo Projecto (2012)

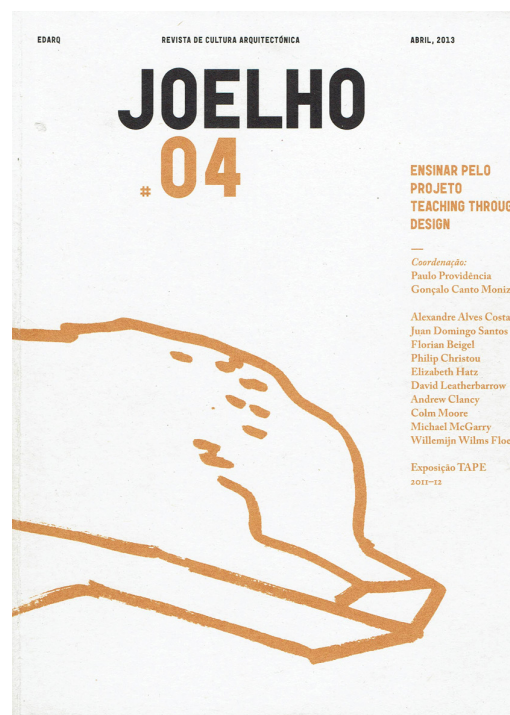


Ilustração 2: Joelho nº04 (2013)

O colóquio tinha como objetivo alimentar uma futura reorganização curricular e pedagógica do curso de Coimbra, centrando-se no impacto da reforma de Bolonha no ensino

<sup>17</sup> Joelho nº04, d.ARQ-FCTUC, Abril de 2013.

<sup>18</sup> Colóquio organizado pelo d.ARQ-FCTUC e que decorreu no Colégio das Artes em Setembro de 2012.

pelo Projeto. Encontro e respetivas atas organizaram-se em cinco temas relativos à estrutura e aos conteúdos do Projeto: (1) didática; (2) programas e temas; (3) instrumentos e composição; (4) cruzamento disciplinar e síntese; (5) investigação em Projeto, questionando, no último ponto, em que medida o Projeto poderia ser em simultâneo um instrumento pedagógico e de pesquisa universitária. No seu conjunto, os textos das atas permitem uma leitura diversificada e heterogénea de temas, tendências e experiências, identificando uma série de peças de um *puzzle*, mas não apresenta, nem teria esse objetivo, uma narrativa de ligação panorâmica entre o Processo de Bolonha, o momento da profissão e as mutações do significado e das práticas do ensino pelo Projeto.

Tabela 3: Ensino da Arquitetura em Portugal. Ensino pelo Projeto

Autor	Data	Título	Local	Notas
Cristiano Moreira	1994	<i>Reflexões sobre o Método</i>	FAUP	Concurso Agregado
Alberto Carneiro	1995	<i>Campo sujeito e representação no ensino e na prática do desenho/Projeto</i>	FAUP	Concurso Agregado
Joaquim Vieira	1995	<i>O Desenho e o Projeto são o mesmo?</i>	FAUP	Concurso Agregado
Fernando Lisboa	2005	<i>A Ideia de Projeto em Charles S. Pearce</i>	FAUP	Tese Doutoramento
Marco Ginoulhiac	2009	<i>O ensino do Projeto de Arquitetura: contribuições para um debate crítico em torno da prática contemporânea</i>	FAUP	Tese Doutoramento

Tabela 4: Ensino da Arquitetura em Portugal. O impacto da adequação a Bolonha

Autor	Data	Título	Local	Notas
Aavv	2001	<i>Investigação em Arquitetura?</i>	d.Arq-FCTUC	Anterior a Bolonha, mas acerca do impacto da entrada na universidade
Paulo Tormenta Pinto	2011	<i>Temáticas e Reflexões sobre o Ensino de Projeto no Último Ano de Formação – O caso do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE</i>	Rio de Janeiro	Artigo em Colóquio
João Sousa Morais e Amílcar Gil Pires (coordenação)	2011	<i>O Ensino de Projeto no Modelo Pós Bolonha / Relatório do Encontro das Escolas Públicas de Arquitetura na FAUTL em Maio de 2010</i>	FAUL-CEAU	Transcrição de encontro intraescolas. Documento provisório
Aavv	2013	<i>Revista Joelho nº4 / Actas de colóquio internacional Ensinar pelo Projeto</i>	FCTUC	Atas de colóquio
Aavv	2013	<i>Boletim Arquitetos nº232, Outubro de 2013 Ensino/Formação. Coração, Cabeça e Estômago</i>	OAP	Boletim
Paulo Tormenta Pinto	2013	<i>Representação e Cidadania – A unidade curricular de Projeto Final em Arquitetura no ISCTE-IUL,</i>	PNUM 2013	Atas de colóquio
Paulo Tormenta Pinto	2014	<i>Relatório da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura</i>	Lisboa	Provas de Agregação
Aavv	2014	<i>Revista Lusófona de Arquitetura e Educação nº11 Actas da conferência Architectural Research by Design (ARbD'14)</i>	DARQ-ECATI-ULHT ARENA	Atas de colóquio
Paulo Tormenta Pinto	2015	<i>Tangências entre o Ensino de Projeto de Arquitetura e a Investigação: O caso de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL (2009-2014)</i>	Lisboa	Artigo em Ana Milheiro (2015).

Quanto ao tema da investigação em Arquitetura, à sua relação com o Projeto e à sua crescente importância nas universidades, destacamos o número do ECDJ de 2001 com o tema



*Investigação em Arquitetura?*<sup>19</sup> Assim como a coleção de artigos na secção dedicada à investigação em Projeto da já mencionada revista Joelho nº4. Destaque ainda para uma sucessão de artigos de Paulo Tormenta Pinto (2011, 2013, 2014, 2015),<sup>20</sup> documentando as experiências sobre o ensino de Projeto no último ano do curso do ISCTE-IUL, abordando as relações entre Projeto, investigação e estrutura curricular geral nessa unidade, oferecendo uma leitura panorâmica e integrada dos temas Bolonha-Projeto-Investigação. Ainda relativo à relação investigação-Arquitetura, no contexto nacional, realce para o colóquio internacional *The Fourth International Conference on Architectural Research by Design* (ARbD'14),<sup>21</sup> organizado pelo Departamento de Arquitetura da Universidade Lusófona (DARQ-ECATI-ULHT) e pela *Architectural Research in Europe Network Association* (ARENA) em Maio de 2014. A conferência era organizada em quatro temas debate: (1) conhecimento; (2) metodologias; (3) comunicação e anotação; (4) avaliação e qualidade. Distinguiam-se claramente duas metodologias associadas à investigação com (*by*) o Projeto, a *practice-based research* e a *practice-led research*, sendo que a primeira envolve investigação através da prática e a segunda acerca da prática.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> d.ARQ-FCTUC (2001), *Investigação em Arquitetura?*

<sup>20</sup> Paulo Tormenta Pinto (2011), *Temáticas e Reflexões sobre o Ensino de Projeto no Último Ano de Formação – O caso do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa*, in V Projetar – Processos de Projeto: Teorias e Práticas, Belo Horizonte, 25 e 28 de Outubro de 2011; (2013), *Representação e Cidadania – A unidade curricular de Projeto Final em Arquitetura no ISCTE-IUL*, in Boletim Arquitetos nº232, Ordem dos Arquitetos Portugueses, Lisboa, Novembro 2013, pp12-15 e em PNUM 2013 - *Actas da Conferência Internacional PNUM 2013 - Portuguese Network of Urban Morphology*; ISCTE-IUL, p130-141; (2014) *Relatório da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura*, documento não editado; (2015), *Tangências entre o Ensino de Projeto de Arquitetura e a Investigação: O caso de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL (2009-2014)*, em *Optimistic Suburbia? The Students Perspective*, coordenação de Ana Vaz Milheiro, ISCTE-IUL, 2015. Nas actas do PNUM 2013, destaque ainda para o artigo de Nuno Grande (2103) *Projeto Urbano como exercício político (da Polis)*, p122-125, que propoem uma leitura do último ano do curso de Arquitetura do d.ARQ-FCTUC como um caso de investigação-aplicada com recurso ao Projeto de Arquitetura, designadamente, quando afirma: “*O exercício do Projeto Urbano – conceito mantido, de diferentes formas, nos novos Design Studios – exige dos mestrados a aplicação de toda a panóplia de conhecimentos, escalas e instrumentos de investigação e de representação aprendidos nesse trajecto, confrontando-os com um dado território, sobre o qual lhes é requerido que sejam muito mais do que meros projectistas*” (p122).

<sup>21</sup> E em cujas actas publicámos o artigo Pedro Pinto (2014), *Knowledge and Studio Culture in Portuguese Architectural Schools since Bologna*, Revista Lusófona de Arquitetura e Educação nº11, Universidade Lusófona, Lisboa, p535-557.

<sup>22</sup> Cf. *Book of Abstracts, Presentation and Scope*, ARbD'14, referindo que “*a diferença é metodológica, porque uma é uma investigação onde a pesquisa conduz a um novo entendimento acerca e no interior do processo de concepção em Projeto, enquanto o outro é investigação acerca do algo que não existe ainda e que usa a prática da Arquitetura como método de pesquisa*” (tradução livre).

Tal como o colóquio de Coimbra sobre ensino, o encontro de Lisboa acerca da investigação permite uma leitura de temas e de práticas atuais na relação Projeto-investigação.

O material documental que podemos classificar como as “fontes primárias” é dividido em dois grupos: (1) o primeiro respeita à documentação relativa a um conjunto de escolas de Arquitetura portuguesas; (2) o segundo corresponde a documentação relativa ao Processo de Bolonha. O primeiro grupo incide nos relatórios de adequação dos planos de estudos ao Processo de Bolonha, assim com os vários planos de estudos em vigor no momento do processo de adequação, mais as alterações e evoluções aos planos adequados. Num âmbito mais estrutural e genérico, recorreremos a documentação relativa à organização das instituições e dos cursos, a um nível mais próximo das práticas pedagógicas, recorreremos aos programas de unidades curriculares de Projeto. No segundo e último grupo incluem-se as declarações interministeriais de acompanhamento e implementação do processo, os relatórios do Projeto *Tuning* e a normativa de transposição para o regime legal nacional das diretrizes da EHEA.

Por último, notamos que em plano de fundo há todo um conjunto de fontes relativas quer à história do ensino da Arquitetura no Ocidente, quer à história do Processo de Bolonha, quer à problemática da investigação em Arquitetura e na sua articulação ao Projeto, cuja amplitude documental pode ser verificada pela consulta do índice bibliográfico final.

#### **4. Metodologia e Estrutura**

O âmbito temporal deste trabalho é delimitado pelas transformações ocorridas pela adequação dos planos de estudos ao Processo de Bolonha, compreendendo um período entre o ano 2006 e o momento atual.

Tendo presente que os motivos da tese nascem de uma experiência pessoal face a uma problemática geral em que estamos imersos, isto é, que os temas e os fatos acontecem do momento presente e que nós somos simultaneamente atores e relatores, convém sublinhar que tanto o encadeamento fatural, como eventuais conclusões tentam definir fatos e assuntos que ainda não se encontram encerrados, testados e ultrapassados por novos fatos e momentos. Ou seja, imersos em acontecimentos, mais do que indicar novos caminhos, podemos documentar e interpelar os lugares em que nos encontramos, para, face aos acontecimentos melhor podermos colocar questões. Com este sentido, a metodologia da tese e o sentido da sua argumentação é simultaneamente analítica e especulativa, assentando em fontes documentais e na história do

ensino, não tanto para “projetar” o futuro, encontrando um *happy ending*,<sup>23</sup> mas para melhor interpretar o presente. Regressando às dificuldades de elaborar sobre circunstâncias presentes, este trabalho apresenta-se simultaneamente “heurístico” e “científico”,<sup>24</sup> tentando articular uma narrativa em que fatos históricos e fatos presentes são miscigenados, arriscando interpretações de tendências de transformação atuais, sem necessariamente determinar os melhores caminhos e as melhores soluções, mas admitindo que o leitor assim proceda, articulando os elementos desta investigação com as suas próprias experiências e preconceitos. Com este sentido, os capítulos da tese são abertos com epígrafes, por vezes contraditórias, sublinhando o carácter dialético das questões convocadas.

Estruturalmente, o “projeto de investigação” evoluiu num primeiro momento em redor de uma série de estudos analíticos que correram em paralelo, acerca das várias abordagens conceptuais que a temática da tese permitia, designadamente:

- Sistematização de elementos relativos à história do ensino da Arquitetura em Portugal e na tradição Ocidental;
- Sistematização dos elementos relativos à história e objetivos do Processo de Bolonha;
- Recolha e sistematização de elementos curriculares e programáticos de um conjunto de escolas portuguesas de Arquitetura;
- Recolha e sistematização de elementos do debate contemporâneo sobre a profissão e o ensino da Arquitetura na Europa.

---

<sup>23</sup> A expressão *happy ending* é retirada de Colin Rowe, citado por Ignasi Solà-Morales em *Inscripciones* (2003:258), referindo-se ao perigo da instrumentalização na historiografia da Arquitetura, em que determinados fatos do passado são evidenciados para justificar opções no presente. Abordagens pós-estruturalistas e fenomenológicas dos fatos históricos alertam-nos para carácter sempre contingencial da sua interpretação e do risco de artificialidade das abordagens deterministas e panorâmicas, que estabelecem sistemas de conjuntos de relações causa-efeito, uma vez que tendem a simplificar a complexidade das contingências do real em benefício de uma narrativa perfeitamente orientada para uma justificação do presente.

<sup>24</sup> Considerando-se a Heurística como a “*arte de inventar ou descobrir alguma coisa. O conjunto de métodos ou regras que levam à descoberta, invenção e resolução de problemas. Modo de ensinar através de perguntas que levam à descoberta, pelo próprio aluno, daquilo que se pretende ensinar. Disciplina da História que se dedica à procura de documentos*”, in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa, Verbo, 2001, p1976. Considera-se a Ciência como: “1. conjunto de conhecimentos exatos, universais e verificáveis, expressos por meios de leis, que o Homem tem sobre si próprio, sobre a natureza, a sociedade, o pensamento...2. Sistema ou conjunto de conhecimentos relativos a um assunto ou objecto determinado, em especial, os obtidos mediante a observação, a experimentação dos fatos e um método próprio; domínio do saber”, Idem, p813.

No segundo momento, optou-se por uma tentativa de diluição das sucessivas abordagens históricas, remontando-as através de uma narrativa orientada por uma dada sequência temática, a qual se pensa poderá ser alimentada por dados das várias sistematizações históricas e fatuais. A evolução dos temas articula-se da seguinte maneira:

- Preâmbulo; introdução sobre o ensino da Arquitetura em Portugal, os princípios da adequação a Bolonha e aos casos de estudo, identificando as instituições estudadas;
- Adequação Curricular a “Bolonha”; acerca do impacto na estrutura e nos conteúdos do ensino da Arquitetura;
- Projeto nos Currículos Adequados; acerca do impacto na estrutura e nos conteúdos do ensino pelo Projeto;
- Projeto como “Área Científica”; acerca do impacto no significado do Projeto;

Incidindo a nossa atenção sobre a realidade nacional, houve uma necessidade de delimitar o âmbito de casos de estudo. Entre o universo de 26 cursos de Arquitetura existentes em 2006 e os 22 existentes em 2014,<sup>25</sup> optou-se por selecionar um grupo de 5 escolas públicas de Arquitetura, retiradas de um universo inicial de 10 escolas estudadas, sobre as quais incidiu com maior intensidade e constância a recolha de elementos documentais. Houve portanto um primeiro grupo de 10 escolas, reduzido a 5 escolas públicas, face a universo total de 22, o que é uma limitação para uma abordagem generalizante do panorama nacional, pelo que a extrapolação de ideias-chave ou conclusões que caracterizem tendências portuguesas deverão ter este facto em conta. O racional para a fixação de um universo de 5 escolas prende-se sobretudo com a quantidade de informação que se julgou manuseável e apresentável dentro dos limites formais e dimensionais deste trabalho. Com um sentido qualitativo, a seleção constitui um determinado significado, que reside na escolha de um conjunto de escolas públicas com uma posição consolidada no quadro nacional.

Consolidada na medida em que a própria maturação do sistema de ensino da Arquitetura em Portugal, ultrapassada a fase de grande crescimento na última década do século XX e face à tendência de contração da procura por novos alunos, o subsistema de ensino público iria manter-se não somente atrativo como em crescimento consolidado ao longo de toda a primeira

---

<sup>25</sup> Situação no ano de 2006 conforme o documento da Ordem dos Arquitetos (AO), CDN, “Cursos Reconhecidos pela Ordem dos Arquitectos (Situação em Abril de 2006)”, disponível em [http://www.oasrn.org/pdf\\_upload/Lista%20de%20Cursos\\_Acreditados\\_Reconhecidos%20%20Abr%202006.pdf](http://www.oasrn.org/pdf_upload/Lista%20de%20Cursos_Acreditados_Reconhecidos%20%20Abr%202006.pdf). Para o ano de 2014 ver Pedro Baía e Marta Labastida (2014).

década do século, estabilizando a partir desse momento. Os dados disponíveis sobre o número de candidatos para acesso aos cursos mostram que ao longo deste período houve uma migração de alunos do subsistema privado para o público, na medida em que este último foi aumentando progressivamente a oferta.<sup>26</sup> Presume-se que esta migração se deva preponderantemente a motivos económicos, dadas as diferenças de custos das propinas entre os subsistemas, no entanto, em sentido inverso, o rápido crescimento do sector privado ao longo dos anos 90 do século passado foi alimentado por uma procura que extravasava a capacidade de oferta pública, e aparentemente não tanto por ser uma alternativa real, suficientemente atrativa para ultrapassar a desvantagem económica.

Na tabela seguinte apresentam-se as classificações de entrada do último candidato aos 5 cursos públicos de Arquitetura tomados como referência, ao qual se junta um segundo grupo de 5 escolas, públicas e privadas, que foram inicialmente estudadas.

Tabela 5: Escolas - Notas do último classificado e número de vagas

	2012		2013		2014		Ocupação	Sector
	Nota	Vagas	Nota	Vagas	Nota	Vagas		
EAUM	142,5	51	150,5	41	152,3	55	100	Público
FAUP	181,0	120	179,0	122	179,5	120	100	Público
d.ARQ-FCTUC	144,0	65	145,5	60	142,5	61	100	Público
FAUL	-	-	-	-	142,3	161	100	Público
ISCTE-IUL	160,5	50	159,0	50	165,0	50	100	Público
IST-UL	-	-	-	-	158,5	50	100	Público
EAUE	132,5	-	108,0	-	104,0	-	100	Público
Lusíada Lisboa	-	200	-	120	-	50	-	Privado
Lusófona Lisboa	-	90	-	75	-	50	-	Privado
Autónoma Lisboa	-	55	-	55	-	55	-	Privado

Fonte: Portal Acesso ao Ensino Superior - <http://www.acessoensinosuperior.pt/indcurso.asp?curso=9257>. Dados baseados na 1ª Fase de Candidaturas, por dados totais número de candidatos. Os valores correspondem à classificação do último aluno a entrar. O portal não tem dados disponíveis para todos os anos, para todos os cursos.

O reconhecimento do subsector público é evidenciado pelos excedentes de candidatos ao número de vagas oferecidas e pelas elevadas médias de acesso. No entanto, aceita-se que o

<sup>26</sup> Segundo Vítor Carvalho Araújo (2013:39), em “Formação-Profissão: Sobre Posições”, in *Boletim Arquitetos* n°232, Outubro 2013, Ordem dos Arquitetos, Lisboa, pp34-43, analisando o número de alunos inscritos pela 1ª vez no 1º ano curricular em cursos de Arquitetura, por subsistema de ensino público-privado, entre os anos letivos 1997/98 e 2011/2012, o pico de candidatos ao ensino privado foi em 1999/2000 com 1407 alunos, estando em 2011/2012 com o valor de 518. No público em 1997/98 entraram 565 alunos, tendo este numero crescido todos os anos até 2010/2011 em que se atingiu 1120 alunos, para baixar no ano seguinte para os 1089. Considerando todo o ensino superior, houve uma contracção da procura sentida imediatamente após a viragem para o novo século e resultante da inexorável pressão de uma escassa taxa de reposição demográfica, situação esta acrescida a partir de 2008 pelo impacto da Grande Recessão. Ver ainda Mário Krüger et al (2003:38), *Relatório dos Cursos de Licenciatura em Arquitetura e Arquitetura Paisagista*, da FUP/APES.

reconhecimento é mais abrangente, equilibrando fatores como a antiguidade e tradição das instituições, quer sejam as escolas históricas de Lisboa e do Porto (FAUL e FAUP), quer sejam novas escolas em instituições consolidadas, como nas universidades de Coimbra, Minho, IST-UL, ISCTE-IUL ou Universidade de Évora. Igualmente significativo é o caso de algumas destas escolas de Arquitetura estarem alojadas em edifícios próprios, tendo uma presença pública individual e explícita. Fruto desta maior consolidação, atratividade e em alguns casos maiores recursos pedagógicos, decorrentes quer de terem edifícios próprios, por vezes projetados de raiz para o ensino da Arquitetura, ou simplesmente uma maior antiguidade, que permite um maior acervo documental e bibliográfico, as escolas do subsector público aparentam ter uma maior presença cultural e um maior reconhecimento “disciplinar”. Estes indicadores pressentem-se e medem-se pela produção cultural conexas às escolas, como sejam publicações, conferências, seminários, exposições ou outros, mas, também, pela oferta de produtos de 3º ciclo e pela possibilidade de financiamento de centros de investigação.<sup>27</sup> Assumimos, provisoriamente, que estes argumentos não são plenamente conclusivos, dado não haver informação reunida e sistematizada sobre as escolas e a sua produção académica pelo que aqui reside alguma da fragilidade metodológica *a priori*.

A incidência nas escolas históricas de Lisboa (FAUL) e do Porto (FAUP) e na escola pública de Coimbra (d.ARQ-FCTUC) permite uma ligação direta ao conjunto de ensaios e investigações de referência, que têm estas instituições como objeto de estudo. O curso da Universidade do Minho (EAUM) e o curso da instituição de acolhimento deste trabalho, o ISCTE-IUL, permitem diversificar o tipo de instituição na amostragem.

Tabela 6: 10 Escolas de Arquitetura Estudadas

Escola	Estrutura Anterior	Estrutura Proposta	Alunos Curso	Alunos Universidade	Fundação	Local	Notas
EAUM	5	3+2	374	18.490	1997	Guimarães	Público
FAUP	5+1	3+2	1000	31.352	1836	Porto	Público
d.ARQ-FCTUC	5+1	3+2	50	22.741	1988	Coimbra	Público
FAUL	5	3+2	1167 (2400)	48.147	1836	Lisboa	Público
ISCTE-IUL	5	3+2	330	8.600	1999	Lisboa	Público
IST-UL	5	3+2	350	48.147	1999	Lisboa	Público
EAUE	5	3+2	362	6.000	2001	Évora	Público
Autónoma (Lisboa)	5	3+2	230	-	1998	Lisboa	Privado
Lusófona (Lisboa)	5	3+2	-	-	1993	Lisboa	Privado
Lusfada (Lisboa)	5	3+2	-	-	1986	Lisboa	Privado

Notas: Fonte CRUP (<http://www.crup.pt/pt/crup/membros>). Considerando apenas o curso de Mestrado em Arquitetura. No caso da FAUL, considerando as restantes ofertas de ensino, o número de alunos chega aos 2400.

<sup>27</sup> Sobre os produtos de 3º ciclo veja-se o artigo de Pedro Baía e Marta Labastida (2014). Quanto aos dados de financiamento aos centros de investigação, ver Anexo L desta tese.

Na realidade o estudo é eminentemente representativo da situação atual num dado conjunto de escolas públicas e não no universo de todas as práticas de ensino da Arquitetura em Portugal. Não obstante, a metodologia seguida toma como elementos de estudo sistemático os cinco casos apontados, mas alarga o enquadramento e o entendimento dos assuntos que explora, tomando ainda como segunda referencia um conjunto de mais cinco instituições, que foram igualmente visitadas e os respetivos elementos curriculares e programáticos recolhidos e analisados, como referências de enquadramento. Tratam-se das escolas/cursos do Instituto Superior Técnico em Lisboa (IST), o curso da Escola das Artes da Universidade de Évora (EAUE) e os cursos privados da Universidade Lusíada de Lisboa, da Universidade Lusófona de Lisboa e, por fim, o curso da Universidade Autónoma de Lisboa. O primeiro grupo de escolas de referência constituem a base persistente do estudo, enquanto o 2º grupo se constituiu como uma plataforma de enquadramento, útil para confirmar ideias e temas ou para ilustrar casos particulares, mas que ficaria progressivamente esbatido enquanto plano de referências.<sup>28</sup>

Um segundo aspeto metodológico a realçar prende-se com os tipos documentais sistematizados e interpretados. Acompanhando o próprio desenvolvimento deste “projeto” o olhar da investigação privilegiaria dois tipos de documentação: os planos de estudos e os programas das chamadas “unidades curriculares”. Ou seja, mais do que os resultados finais da aprendizagem, os trabalhos escolares produzidos, privilegiou-se a recolha de elementos documentais sobre a organização dos cursos e sobre os objetivos, resultados e metodologias de aprendizagem propostos. Esta estratégia acabaria por se impor dada à maior neutralidade e comparabilidade deste tipo documental, na medida em que se relacionam com a uma mesma forma, finalidade e linguagem. Afigurou-se que os trabalhos dos alunos aumentariam a complexidade da amostragem, dificultando decisivamente um estudo comparativo de cinco a dez casos de estudo.<sup>29</sup> Não obstante, consideramos que o trabalho agora apresentado se sustem sem o recurso à documentação sistemática de trabalhos escolares produzidos, inclusivamente ganhará uma intensidade específica, restringindo o seu discurso a montante, ao debate

---

<sup>28</sup> A razão para o segundo grupo incluir escolas privadas é a de oferecer uma comparação, que obrigue a um questionamento e verificação dos princípios enunciados, em paralelo, existe um reconhecimento da importância histórica e pedagógica dos cursos da Universidade Lusíada e da Universidade Autónoma, dada a quantidade de arquitetos formado pela primeira e o Projeto pedagógico singular da segunda instituição.

<sup>29</sup> Dado que as próprias práticas de arquivos e exposição de trabalhos são variadas e em alguns casos inexistente. Por exemplo e restringindo-nos aos cinco casos de estudo-base, a FAUP existe um arquivo documental e uma exposição anual, a ANUÁRIA. Na EAUM há igualmente uma exposição anual, também designada por ANUÁRIA, e que no d.ARQ-FCTUC passa a bianual, com a designação de TAPE. Em contrapartida, na FAUL e no ISCTE-IUL não há modelos regulares e consolidados de exposição e arquivo do trabalho discente.

estrutural. Outros trabalhos virão, com um olhar desde a produção material nas salas de aulas, colmatando as presentes limitações.

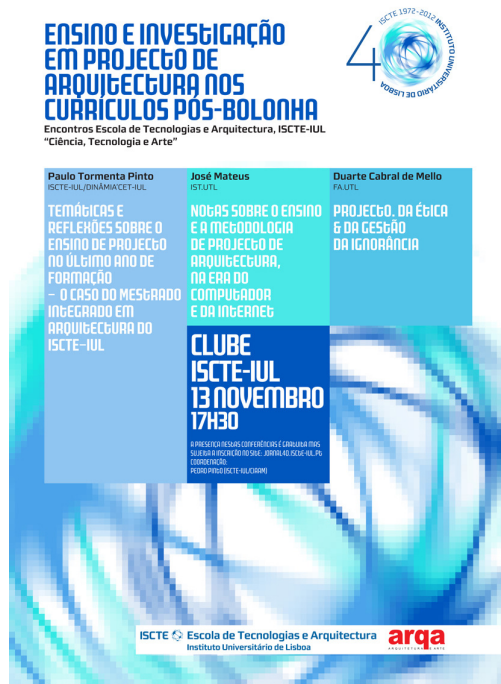


Ilustração 3: Encontro Ensino e Investigação em Projecto de Arquitectura (2012)



Ilustração 4: Roteiro pela Profissão (2015)

Equilibrando estas limitações o trabalho procurou alguns princípios de legitimação. Desde logo legitimação interna, de coerência dos elementos articulados e de coerência para com o conhecimento e percurso individual de vida do investigador, interligando investigação e memória, curiosidade individual e pertinência para a narrativa construída, na expectativa de que a partir desta investigação-tese se cumpra num duplo objetivo de consolidar o entendimento e o conhecimento individual e coletivo. Houve também uma procura de legitimação externa, fosse mediante a publicação de artigos,<sup>30</sup> a organização de apresentações,<sup>31</sup> a condução de

<sup>30</sup> Ao longo da preparação deste trabalho foram efectuados dois artigos principais.: Miguel Carreiro e Pedro Pinto (2013) *The Evolution of Representation in Architecture*, 1st eCAADe Regional International Workshop, FAUP, pp27-38; Pedro Pinto (2014), *Knowledge and Studio Culture in Portuguese Architectural Schools since Bologna*, Revista Lusófona de Arquitetura e Educação nº11, Universidade Lusófona, Lisboa, p535-557.

<sup>31</sup> Promovemos e coordenámos, no momento de arranque deste trabalho, em Novembro de 2012, o encontro-debate *Ensino e Investigação em Projeto de Arquitetura nos Currículos Pós-Bolonha*, com os oradores convidados



entrevistas e conversas com docentes e investigadores ou o confronto persistente com a bibliografia de referência. Neste aspeto, a tese colige e integra informação que adquire significado face a um contexto limitado e a uma circunstância recente, aplicando sempre que possível as “boas ideias alheias” a uma circunstância e uma realidade relativamente inéditos.

## 5. Critérios Normativos

As indicações do ISCTE-IUL para a harmonização gráfica de teses de doutoramento<sup>32</sup> apontam como referência para referenciação bibliográfica as normas ISO 690 ou ISO 690-2. Tomamos como referência a 3ª versão desta norma internacional, a ISO 690:2010. Esta atualização da norma internacional contempla para a referenciação bibliográfica três sistemas distintos. Optámos pelo sistema “autor-data”, em que o nome do autor citado e o ano de publicação do recurso citado devem constar no texto, mediante um sistema de referenciação direta do nome e da data. A vantagem sobre o sistema de referenciação “numérico” sobre o sistema de referenciação “citação-nota” é o de não necessitar que as referências bibliográficas estejam ordenadas numericamente e, ao mesmo tempo, aligeirar o volume de texto em nota de rodapé. No entanto, para facilitar ao leitor a identificação das referências, colocaremos aquando da primeira citação a referência bibliográfica completa em nota de rodapé.

Todas as citações são apresentadas em português, mesmo aquelas que são retiradas de fontes em outros idiomas, sendo que nestes casos a tradução é uma “tradução livre”. Esta nossa opção, que sabemos comportar os riscos de deturpar o sentido preciso da citação original e que contraria o estabelecido para trabalhos congéneres, resulta do seguinte conjunto de razões: por um lado porque o esforço de tradução nos foi proveitoso de um ponto de vista interpretativo, pelo que se afigurou metodologicamente coerente estender esse proveito ao texto da dissertação, notando todavia o reconhecimento de que esta é sobretudo uma questão de nossa limitação pessoal, por outro lado, o trabalho de tradução concede o benefício de uma maior fluidez e unidade da leitura do documento, que se sobrepõem à própria integridade científica da citação original ou à integridade técnica da citação traduzida por um profissional, assumindo-se deste modo, a ideia que toda a construção e validação argumentativa é interpretativa e que a

---

Paulo Tormenta Pinto (ISCTE-IUL); José Mateus (IST-UL) e Duarte Cabral de Mello (FAUL). Já em Julho de 2015 participámos como orador convidado no *Roteiro pela Profissão da Ordem dos Arquitectos Portugueses*, com o tema *Ensino, Aprendizagem e Qualidade de Vida*, ocorrido nos Paços do Conselho de Matosinhos, tendo partilhado o painel dedicado ao Ensino com Carlos Guimarães e Teresa Fonseca da FAUP. A nossa apresentação teve como tema *Ensino e Formação ou Educação, Ensino e Formação?*

<sup>32</sup> Revisão de Junho de 2010.

própria autoridade da citação é limitada, na medida em que isola o fragmento do todo, que consiste na obra original no seu formato original. Nesta medida, a citação é uma apropriação.<sup>33</sup>

Quando a tradução nos oferece dúvidas mantemos entre parêntesis, a palavra ou expressão original, assinalando desta forma a nossa dúvida e a expressão original, deixando ao leitor a possibilidade de ler essa fragilidade interpretativa. Sempre que a expressão seja traduzida esse facto é assinalado em nota de rodapé, caso a expressão seja retirada de uma tradução já existente para português, é dispensada qualquer nota.

A apresentação na Bibliografia final seguirá o formato da normativa, indicando ainda a edição utilizada e a primeira edição, assim como o arquivo onde estão localizados os documentos não publicados. Por último, os elementos cronológicos estão organizados por ano-mês-dia (aaaa-mm-dd), pretende-se garantir que quando o dia e o mês não sejam referidos, se não estiverem identificados nas fontes primárias ou secundárias, prevaleça uma ordenação por ano.

---

<sup>33</sup> Neste ponto seguimos a argumentação de José Miguel Rodrigues (2013:51-53), *O Mundo Ordenado e Acessível das Formas da Arquitetura. Tradição Clássica e Movimento Moderno na Arquitetura Portuguesa: dois exemplos*. Afrontamento e Fundação Marques Silva, Porto, quando refere que “a defesa da tradução livre (como possibilidade de leitura e posterior recurso discursivo) foi, como se disse, outra. A ideia foi que desta forma melhor tornávamos ‘nossas’ as palavras de outros autores, de que nos apropriamos (sempre a isso fazendo referência) por honesta e assumidamente acreditarmos ver nelas as nossas próprias ideias ou pensamentos”.

## II. PREÂMBULO CONCEPTUAL E TEMÁTICO

*O que é a Arquitetura? Defini-la-ei como Vitruvius a arte de construir? Não. Há nessa definição um erro grosseiro. Vitruvius toma o efeito pela causa. (...) É preciso conceber para realizar. Os nossos primeiros pais não construíram as suas cabanas senão depois de terem concebido a sua imagem. É esta produção do espírito, é esta criação que constitui a Arquitetura, que podemos, conseqüentemente, definir a arte de produzir e levar à perfeição qualquer edifício. A arte de construir não é senão uma arte secundária, que nos parece conveniente nomear a parte científica da Arquitetura. (...) A arte propriamente dita e a ciência, eis o que cremos dever distinguir na Arquitetura.*

Étienne-Louis Boullée<sup>34</sup>

*(...) Uma das características da Arquitetura, enquanto prática, e, sobretudo, enquanto prática artística, que é a de trabalhar sobre condições empíricas e sobre as contradições e as mudanças dessas mesmas condições. Esse é o seu material, está no seu centro epistémico e é indestrutível*

José António Bandeirinha<sup>35</sup>

*Arquitetura é percepção; Arquitetura é investigação sem a exigência do progresso.*

Jacques Herzog<sup>36</sup>

*Eu acredito que se pode fazer investigação no interior do trabalho que se está a fazer. (...) Eu não acredito que se faça investigação e depois se tente usá-la para os Projetos (...) Eu não acredito na separação entre investigação e Arquitetura*

Wiel Arets<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> *Considérations sur l'importance de l'Architecture, suivies de vues tendant aux progrès des Beaux-Arts*, in Étienne-Louis Boullée, *Architecture, essai sur l'art*, 1757, Paris, Hermann, 1968, p32- 33 (tradução livre).

<sup>35</sup> José António Bandeirinha (2012:112), *Pedagogia do Projeto*, in Joelho 03, Abril 2012.

<sup>36</sup> Jacques Herzog (1988), *The Hidden Geometry of Nature*, comunicação na *Harvard Graduate School of Design*, Boston, EUA (tradução livre).

<sup>37</sup> Wiel Arets (2011:61), *Question and Answer with Wiel Arets*, in *The Belgrave Survey of Culture, Education, and Practice of Architecture and Urbanism*, NAI Publishers, Roterdão (tradução livre).

## 1. Introdução

A abertura desta tese é efetuada com uma série de secções de carácter introdutório. O seu objetivo é introduzir o leitor numa sucessão de dados preambulares, que explicam os conceitos e o contexto do tema e dos objetos de estudo. No conjunto, estas secções preparam a delimitação conceptual, temática, temporal e objetal da tese.

Este conjunto é organizado em quatro secções: uma primeira com uma breve clarificação de conceitos-termos utilizados recorrentemente ao longo do texto para de seguida introduzir sucessivamente: a história do ensino da Arquitetura em Portugal; a história da adequação a Bolonha no geral e em Portugal; as histórias das escolas elegidas para estudo de caso.

Note-se que articulação dos quatro pontos apresenta uma sequência de informação diversa entre si, presumindo-se que no conjunto permita ao leitor uma visão simultaneamente diacrónica sobre o ensino e sobre as instituições estudadas, enquanto enquadra pelo exterior da disciplina as transformações estruturais e conceptuais suscitadas pela adequação a Bolonha, confrontando tradição interna e circunstância externa, contextualizando a mudança.

Mudança. Torna-se natural valorizar as circunstâncias de transformação. As mutações tecnológicas da sociedade de informação, as novas ferramentas de produção e visualização do Projeto, a própria fabricação em obra, antevendo novos momentos tectónicos,<sup>38</sup> ou a reorganização económica da globalização, criando assimetrias paradoxais entre os meios de formação, a disponibilidade técnica e a pressão edificatória nos países Ocidentais, e em sentido antagónico, nas economias emergentes da Ásia, da América do Sul e de África, onde a carência de infraestruturas e de habitação é ainda premente. Nesta tese, tendo presente a constante pressão de mudança, interessa-nos também observar aquilo que é o património da Arquitetura, quer em termos da sua prática tradicional, quer em termos da fixação de conhecimento e da sua transmissibilidade no ensino. Ou seja, interessa-nos não perder de vista como se formou e evoluiu a Arquitetura enquanto disciplina “universitária” em Portugal, de maneira a que, face

---

<sup>38</sup> Temos em mente o exemplo da sequência Palladio–Corbusier, que Colin Rowe expôs em *The Mathematics of the Ideal Villa*, (1947(1987)), quando refere que o arco, a abóboda e a pirâmide estão entre as prerrogativas da construção de paredes maciças e encontram-se entre as liberdades da planta tradicional, do “*plan paralizê*” de Palladio. No edifício porticado de Corbusier já não será o plano vertical, as paredes, que predominam, será antes o plano horizontal dos pavimentos, pelo que a qualidade de “parálisia” que Corbusier assinalava nas construções de parede maciça é em certa medida, segundo Rowe, transferida às secções na construção porticada. É por isso que para Rowe, Palladio é mais eloquente em planta e Le Corbusier em alçado.

às tensões para uma atualização epistemológica em função da integração na “universidade da investigação” e à comparação com outros modelos de outras áreas dentro da universidade, seja possível uma evolução consciente das especificidades “disciplinares”.

Por outras palavras, interessa-nos considerar em conjunto com os fatores de transformação e as qualidades e questões persistentes no ensino da Arquitetura, equilibrando mudança e tradição. Por este motivo, marcamos a abertura desta tese, com um arranque em forma de preâmbulo: uma clarificação de conceitos genéricos, a evolução do ensino da Arquitetura em Portugal,<sup>39</sup> introduzindo o Processo de Bolonha e as 5 escolas nacionais que usamos como caso de estudo.

---

<sup>39</sup> Este preâmbulo sobre o ensino tem como base o nosso artigo de 2014, Pedro Pinto (2014), *Knowledge and Studio Culture in Portuguese Architectural Schools since Bologna*. Revista Lusófona de Arquitetura e Educação nº11, Universidade Lusófona, Lisboa, p535-557.

## 2. Clarificação de conceitos

A aproximação ao campo de estudo e a construção da dissertação obrigaram a um processo contínuo, por vezes retrospectivo, de clarificação conceptual. Mesmo correndo o risco de ocupar espaço argumentativo com a apresentação de definições que em parte já pertencem ao domínio público geral e ao subdomínio disciplinar, a experiência de elaboração desta dissertação obrigou efetivamente à construção de um pequeno dicionário terminológico, que se estabeleceu como uma bitola para a construção textual. Apresentamo-lo agora de forma mais resumida e em formato preambular. A sua utilidade é a de esclarecer o sentido e a filiação de palavras-chave que serão recorrentes ao longo do texto e que, pese embora sejam de uso corrente nas discussões sobre o ensino da Arquitetura e nas aulas de Projeto, verificamos empiricamente que não poucas vezes são utilizadas de uma maneira menos clarificada, correndo o risco de dificultar a delimitação das ideias convocadas.

- Projeto: “do latim ‘projectus’, ‘lançar para a frente’; 1. o que se pretende fazer, equivalente a intento, plano; (...) 6. Descrição e representação gráfica de uma estrutura que se pretende edificar”.<sup>40</sup> Joaquim Vieira (1995:21) refere que “o Projeto é a proposição de novas organizações e funções da forma, de conjuntos de formas materiais, sociais ou ideológicas através de métodos e sistemas convencionais”.<sup>41</sup> O Projeto por conseguinte é um ato mental, tendencialmente interdisciplinar, onde “a intelectualização é a função mais dominante”.<sup>42</sup> A finalidade do Projeto é uma transformação do mundo, corresponde ao planeamento executivo dessa vontade de transformação, tem implícita a valorização quer de situações existentes, quer dos meios e dos resultados da transformação.

- Projeto de Arquitetura: prosseguindo com Joaquim Vieira (1995), o Projeto de Arquitetura é movido por uma vontade de transformação, que é uma vontade “servir” a formulações e anseios sociais da encomenda, cujos valores “são premências, mais ou menos conscientes do grupo social a que o arquitecto pertence”.<sup>43</sup> O Projeto de Arquitetura é uma técnica. Segundo Vittorio Gregotti “é o modo através do qual vêm organizados e fixados arquitectonicamente os elementos de um determinado problema. Estes foram seleccionados, elaborados, e intencionados através do processo da composição, até chegar a estabelecer entre

---

<sup>40</sup> Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa, 2001:2977

<sup>41</sup> Joaquim Vieira (1995:21), *O Desenho e o Projeto São o Mesmo? Outros Textos de Desenho*, FAUP

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem, p46.

*si novas relações cujo sentido geral (estrutural) pertence, ao final à coisa arquitectónica, à nova coisa que construímos, por meio do Projeto*”.<sup>44</sup> Não obstante ser uma construção social e uma técnica, corresponde também a um desejo diferido dos seus autores (que os autores não constroem a obra), em que os aspetos quantitativos e executivos são associados a valores poéticos de qualificação, traduzindo tanto preconceitos sociais e de grupo, como os equacionamentos que os autores fazem para consigo próprios. Reside aqui a limitação do processo de Projeto como ação técnica, na medida em que a finalidade emana dos seus próprios meios e não tanto que os meios dependem da finalidade.

• Metodologia do Projeto de Arquitetura: observando a definição dada por Vittorio Gregotti (1972), considera-se que a metodologia do Projeto se desdobra em duas componentes: (1) uma metodologia de repetição (ou de representação) e (2) uma metodologia de solução de problemas. A primeira diz respeito à organização do Projeto ao nível da estruturação racional e económica das suas relações internas. A segunda a uma relação entre instrumentos preventivos de controlo e instrumentos de verificação de eficiência da solução projetada. Ambas correspondem ao esforço de proporcionar elementos de controlo preventivo que resultam de uma acumulação de experiência “disciplinar”.<sup>45</sup>No entanto, há aspetos do Projeto que não são determinados necessariamente por uma metodologia, ou melhor dizendo, o acaso também é decisivo na metodologia do Projeto. Fernando Lisboa (2005), recorrendo a Charles S. Pearce, observa que “*o raciocínio não é um trabalho inteiramente cerebral*”,<sup>46</sup> envolve os olhos e as mãos, o corpo, a experimentação, e que este trabalho no Projeto de Arquitetura é feito sobre desenhos, que desta forma se transformam em matéria do processo do Projeto. As várias modalidades do desenho no Projeto configuram momentos diferentes de indução-dedução-abdução, que inclusivamente admitem o imprevisto, o imperfeito, o acaso, como pressupostos de verificação e como catalisadores de qualificação cultural.

---

<sup>44</sup> Vittorio Gregotti 1972:12, em *Território da Arquitetura*.

<sup>45</sup> Segundo Vittorio Gregotti, o “*conjunto das operações projectuais tem sido objecto, ao longo da história, de uma contínua institucionalização, seja como summa concreta das experiências práticas do construir, seja como teorização tratadística. Aquela desenvolveu-se essencialmente segundo duas direcções: uma relacionada ao modo de conceber e conduzir a operação projectual; a outra, tendendo a utilizar a experiência arquitectónica precedente, racionalizando-a em esquemas que resumam e comuniquem teorias, formas, tipologias e técnicas enquanto regras gerais do construir, enquanto noções culturais semielaboradas através das quais se procura garantir previamente o resultado*” (1972:35).

<sup>46</sup> Fernando Lisboa 2005:279: “*reasoning is not done but the unaided brain, but needs the cooperation of the eyes and the hands*” (citando Pearce) e envolve, portanto, um trabalho de experimentação sobre e com as coisas. Em Arquitetura, esta cooperação dos olhos e das mãos, este trabalho de experimentação, é feita com e sobre os desenhos e os modelos. Neste caso, o desenho aparece como o meio ou, se quiser, a matéria do Projeto. Mas se assim é, então o Projeto configura um raciocínio cujo traço dominante e qualificante é o da abdução”.

• Desenho: regressando a Joaquim Vieira (1995), o desenho enquanto atividade “*é a representação bidimensional de imagens, da maneira mais elementar, mais simples e mais complexa possível*”.<sup>47</sup> É uma tarefa eminentemente manual e subjetiva, por oposição ao Projeto que é mental e técnica. No desenho, não há necessidade do Projeto, muito embora por razões de estatuto e em benefício de um reconhecimento intelectual, possa envolver o Projeto como elaboração mental. O desenho é arte na medida em que “*o centro da atividade do desenho é a estética que é aquele saber que qualifica e valoriza as formas nos seus aspetos poéticos e formais ou se se quiser inúteis ou não funcionais*”.<sup>48</sup> Pelo que o desenho como atividade de pesquisa individual, compositiva, estética e artística, pode ou não ser mais ou menos ignorado no Projeto. Todavia o desenho adquire outras dimensões no Projeto. Como refere Fernando Lisboa (2005), é matéria do processo de Projeto, o qual avança numa sucessão de movimentos circulares recorrendo a diferentes modalidades de desenho, que agora adquire um valor instrumental, de pesquisa intuitiva e consciente, de ordenação, de verificação, de alternativa, de comunicação, de ilustração, etc.<sup>49</sup> A própria presença e desenvolvimento técnico do desenho correm paralelo à afirmação da Arquitetura como “disciplina”, na medida em que a presença do desenho marcaria a “*origem histórica da Arquitetura enquanto instituição social, isto é, enquanto disciplina profissional e académica*”.<sup>50</sup>

• Disciplina: pressupondo o reconhecimento social como uma área de conhecimento, com uma dimensão simultaneamente académica e profissional. Situação que implica uma delimitação dessa área: um aparelho crítico, metodológico e uma linguagem comum entre uma comunidade. Implica a definição constante de objetos de estudos e uma diferenciação e complementaridade para outras áreas. Implica ainda uma definição de áreas de estudo, aparelhos de publicação, divulgação e discussão, e a criação de instituições de referência.

---

<sup>47</sup> Joaquim Vieira (1995:21).

<sup>48</sup> Joaquim Vieira (1995:51).

<sup>49</sup> Fernando Lisboa 2005:257. Acerca dos tipos de Desenho em Arquitetura, Fernando Lisboa (p272) reporta para a classificação dada por Jorge Sainz (1990) *El dibujo de Arquitectura. Teoria e historia de un lenguaje grafico*, em de que há oito tipos de ideias no desenho de Arquitetura: Desenho de Projeto; Desenho de estudo; Desenho da utopia; Desenho da vista; Desenho do modelo; Desenho de levantamento; Desenho de reconstituição; Desenho de ilustração.

<sup>50</sup> Fernando Lisboa 2005:29, “*por um lado, se o desenho de Projeto não se confunde com o Projeto de Arquitetura, então talvez valha a pena rever as teses que identificam a origem histórica do Projeto de Arquitetura com a origem histórica do desenho de Projeto e talvez se conclua, no decorrer dessa revisão, que a presença do desenho no Projeto anuncia, isso sim, a origem histórica da Arquitetura enquanto instituição social, isto é, enquanto disciplina profissional e académica*”



Críticos como Gerry Stevens (1998)<sup>51</sup> argumentam que a Arquitetura tem dificuldade em se afirmar como disciplina académica, na medida em que a produção de conhecimento na academia é uma mera fração do conhecimento do campo disciplinar, e que este é um conhecimento diferido, isto é, a academia não produz Arquitetura. Ao mesmo tempo, o âmbito interdisciplinar, a amálgama entre respostas técnicas e culturais e a instituição do Projeto como processo metodológico, dificultam simultaneamente a delimitação do campo e o estabelecimento de metodologias que garantam uma correspondência biunívoca entre problemas-métodos-efeitos.

- Obra: propomos uma distinção entre obra construída, obra projetada e obra escrita ou discursiva. O texto tentará elucidar os domínios precisos a que se aplica a definição obra, no entanto, ressalva-se, propomos considerar três práticas arquitetónicas distinguidas por Stan Allen (2009):<sup>52</sup> a construção; o projeto; e a construção textual.

- Prática: propomos a definição de problemas práticos oferecida por Ortega y Gasset (1957): *“tentemos agora definir a atitude mental quando aparece um problema prático. (...) Subitamente sentimos que algo nos força ou um desejo de que, para se satisfazer, requer uma realidade envolvente diferente do que é: uma pedra, por exemplo, impede que avancemos ao longo do caminho. O problema prático consiste em termos um caminho com uma pedra – assim, algo que não é, passa a ser. O problema prático é uma atitude mental em que nós projetamos (design) uma modificação do real, onde premeditadamente damos sentido ao que ainda não é, mas que achamos necessário que seja”*.<sup>53</sup>

- Teoria: propomos a definição de problemas teóricos oferecida por Ortega y Gasset (1957): *“nada mais diverso nesta atitude do que quando um problema teórico se levanta. A expressão do problema na linguagem é a questão: “O que é esta ou aquela coisa?” Repare no que tem de especial este facto mental, de pesquisa equivalente. O que perguntamos a nós próprios: “O que é isso? Ele está lá, é – em ambas as direções – de outra forma, não nos ocorreria perguntarmo-nos acerca dele. Mas acontece que não estamos satisfeitos com o que é está lá – mas, pelo contrário, inquieta-nos o que é e que seja assim como é, irrita-nos o seu ser. Porquê? Obviamente porque aquilo que é, como é perante nós, não é suficiente para si,*

---

<sup>51</sup> Gerry Stevens (1998), *The favored circle: The social foundations of Architectural Distinction*, MIT, Massachusetts.

<sup>52</sup> Baseado na distinção dada por Stan Allen (2009), em *Practice: architecture technique+representation*, pxiv, Routledge, Nova Iorque.

<sup>53</sup> Ortega y Gasset citado por José Miguel Rodrigues (2013:253) in *Design and research in architecture: common points*, in Joelho nº4, FCTUC-EDARQ, Coimbra, (tradução livre).

*mas antes, observamos que lhe falta a razão de ser. (...) Segue-se que não há nenhum problema teórico se não começarmos de algo que é, que é inegavelmente lá, e apesar disso ou por causa disso, é pensado como não sendo, como não podendo ser. A Teoria – deve ser enfatizada a extravagância do facto – começa, conseqüentemente, pela negação da realidade, violentamente destruindo o mundo, aniquilando-o; (...) Assim sendo, o problema prático consiste em fazer ser o que não é – mas devia – o problema teórico consiste em fazer que não seja o que é – mas porque é assim irrita o intelecto com a sua insuficiência”.*<sup>54</sup>

• Sistema *Beaux-Arts*: seguimos a definição proposta por Ignasi Solà-Morales (2013): “*com o nome de Arquitetura académica temos de referir-nos a um tipo de sistema bem definido de procedimentos, para elaborar qualquer tipo de edifício, que se desenvolve em França ao longo do século XIX, com um método pedagógico preciso e com uma enorme influência na Europa e na América. A continuidade desta experiência prossegue muito claramente no século XX, tanto no que se refere à orientação da maioria das escolas de Arquitetura, como pela maneira de trabalhar de um número muito elevado de arquitetos, até meados deste século. Também se costuma designar este método com o nome de beaux-arts, precisamente pela sua relação com a École des Beaux-Arts de parisiense, que constitui o núcleo gerador da sua teoria e da sua prática ao longo deste dilatado período*”.<sup>55</sup>

• Ensino Moderno: recorremos à definição dada por Gonçalo do Canto Moniz (2011), que ressalva que o conceito de ensino moderno<sup>56</sup> é pouco utilizado no campo disciplinar da Arquitetura, mas a sua pedagogia “democrática” teria uma rápida aceitação no meio, dado se basear “*na relação entre Educação e Experiência, sintetizada na expressão “aprender fazendo”*”, que “*conceptualizava um método antigo e intemporal de aprender Arquitetura*”.<sup>57</sup> Deste modo, o ensino moderno da Arquitetura poderá ainda segundo o autor corresponde à ideia de um ensino focado no aluno e na construção de um método de Projeto. O ensino moderno é constituído como contraponto ao modelo *Beaux-Arts*: “*na prática, o ensino moderno vai-se definindo por oposição ao academismo personificado na École des Beaux-Arts de Paris e, principalmente, por oposição aos seus estereótipos: os estilos, os modelos clássicos, a composição, os concursos de emulação, o esboço (esquisse) ou o atelier*”.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> Ortega y Gasset, citado por José Miguel Rodrigues (2013:253) , tradução livre.

<sup>55</sup> Ignasi Solà-Morales (2013:146) (tradução livre).

<sup>56</sup> Teorizado pelo pedagogo norte americano John Dewey (1859-1952).

<sup>57</sup> Gonçalo do Canto Moniz (2011:24), *O Ensino Moderno da Arquitetura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69)*.

<sup>58</sup> Idem.

- Educação: entendida como o conjunto de processos e procedimentos que permitem a qualquer indivíduo aceder progressivamente à cultura, sendo que esta pode ser caracterizada por um sistema generativo de alta complexidade.<sup>59</sup>

- Ensino: entendido como uma manifestação possível da educação; corresponde a uma educação intencional, exercida explicitamente numa instituição, recorrendo a métodos mais ou menos codificados e que é assegurada por profissionais.<sup>60</sup>

- Instrução: entendido como uma manifestação possível da educação; transmitir uma estrutura pré-constituída, de base teórica e prática, para uma dada finalidade funcional.<sup>61</sup>

- Formação: entendido como uma manifestação possível da educação; preparar intelectualmente e materialmente um indivíduo para uma determinada função, seja esta técnica ou profissional.<sup>62</sup>

- Investigação: tomamos como referencia, de modo provisório e com um sentido global, que extravasa a problemática das relações entre projeto e investigação, a definição dada pelo RIBA em 2005, da investigação como “*uma pesquisa original tendo como objetivo ganhar conhecimento e entendimento*”, e que a boa investigação poderá ser reconhecida pelo “*triplo teste da originalidade, significado e rigor*”.<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> Marco Ginoulhiac (2009:97), *O ensino do Projeto de Arquitetura: contribuições para um debate crítico em torno da prática contemporânea*.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> RIBA/Jeremy Till (2005), *What is architectural research? Architectural Research: Three Myths And One Model*, documento do *Research and Development Comitte*, redigido por Jeremy Till (tradução livre).

### 3. Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal

#### a. A formação do arquiteto-artista

Em Portugal, acompanhado a corrente histórica europeia, o ensino da Arquitetura evoluiu de uma conceção medieval, de uma forma total e integrada de conhecimento relativo ao registo, previsão e à transformação do território e das edificação, para um saber progressivamente compartimentado e especializado.<sup>64</sup> A consolidação da Arquitetura como “arte liberal” remonta no país pelo menos ao século XVI e ao acesso à tratadística internacional, tendo o ensino um impulso mais formal a partir de setecentos, com as várias “Aulas de Desenho”, que culminariam na fundação das Academias de Belas Artes Lisboa e do Porto em 1836, já em plena monarquia constitucional (1820-1910).<sup>65</sup>

Em 1881 as Academias seriam reformadas em Escolas de Belas Artes, separando-se o ensino da divulgação, a “escola” da “academia”, mantendo-se o ensino da Arquitetura no seio das belas-artes e à margem quer do ensino “politécnico”, quer mais tarde do ensino “universitário”, construindo uma tradição de ensino artístico e “escolar” que se manteria praticamente por mais um século.<sup>66</sup> Mesmo em 1950-57, quando implementada a reforma

---

<sup>64</sup> A Arquitetura, a Engenharia, a Cartografia e a Gnomónica estavam integradas. A fragmentação e especialização dos conhecimentos, dando origem a um sistema de profissões, seria uma consequência das transformações globais que ocorreriam na Europa a partir do século XVIII, e que autores como Antoine Picon ((1988) 1992) em *French Architects and Engineers. In the Age of Enlightenment*, identificam com a consolidação de um espírito técnico-ciêntífico, que levaria à especialização do trabalho e do conhecimento, com profundas ligações ao Capitalismo e ao surgir dos novos estados-nações a partir do século XIX. Em Portugal, a Arquitetura era subalternizada face à utilidade social e “moderna” da Engenharia, que a identificava com a ciência, a especialização e o progresso, sobrepondo-se simbolicamente à missão infra-estrutural do Estado moderno. A Arquitetura confinava-se à representatividade social, através da expressão cultural do desenho, ligado aos valores artísticos. Como reflexo, o curso de Engenharia era considerado “superior”, requerendo um nível de instrução de base superior, enquanto o ensino da Arquitetura era vocacional e artístico, requerendo como condição de acesso uma instrução de base mais baixa. Esta situação originaria um reconhecimento diferente, com perspectivas remuneratórias e de carreira diferentes para as duas formações . Cf. Maria Helena Lisboa (2002).

<sup>65</sup> Antecedidas pela criação da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1816, mais de um século e meio depois da academia francesa de *Beaux Arts* (1666). Neste primeiro momento acumulavam a missão do ensino com a da divulgação das belas artes. Vários autores desenvolvem a histotografia da formação em Arquitetura, como Frederico George (1964), Ana Vaz Milheiro (2005), Maria Helena Lisboa (2002, 2006), Eduardo Fernandes (2010), Gonçalo do Canto Moniz (2011), Leonor Matos Silva (2011) ou Raquel Paulino (2014).

<sup>66</sup> As escolas Politécnicas de Lisboa e do Porto seriam criadas em 1836, As Universidades de Lisboa e do Porto (1911) seriam criadas com a Iª Republica, agrupando a Escola Politécnica a um conjunto de Escolas oitocentistas (por exemplo a escola Médico-Cirúrgica, a de Veterinária, Comércio, ou o Curso Superior de Letras) tendo em vista a integração e a democratização das condições do Ensino, dentro do espírito reformista republicano. No entanto, apenas em 1932 (reforma de 1930-32) os cursos em Belas Artes foram equiparados aos das restantes

moderna do ensino da Arquitetura, a disciplina mantém-se na companhia das Belas-Artes e contestaria o espectro “*tecnocrático*” (Moniz 2011:546) da universidade, que ensombrava a secular tradição artística e humanista.

No sistema de ensino *Beaux-Arts*, anterior a 1950-57, exaltava-se a arte pela arte e a docência, intimamente repartida com a profissão, era organizada em cursos titulados por um único professor, criando a tradição de um “*ensino de mestres*” (Silva 2011:14). A formação organizava-se num duplo ciclo:<sup>67</sup> “curso básico de desenho” e “curso ou aulas ditas superiores” de especialidade<sup>68</sup> (incluindo Arquitetura) e decorria num largo tempo formativo (10 anos, com a reforma de 1881<sup>69</sup>). Dado o incipiente enquadramento profissional, para ambos ensino e prática, o simples acesso e frequência à escola abria o acesso à profissão.<sup>70</sup>

Após a formação básica em desenho, com uma incidência temática na figura humana e metodológica na cópia e na repetição, o “Curso Superior de Arquitetura Civil” intercala aulas de Composição (uma por ano e numa sequência programática de crescente complexidade) com uma série de aulas de matérias formativas que vão da história, às construções e à álgebra (Helena Lisboa 2006:74-75). Em 1911, com a reforma republicana do ensino de Belas Artes, o “curso básico” de habilitação para os cursos especiais passa a três anos, com uma divisão curricular no último ano entre a área vocacional de Arquitetura das restantes artes. O “curso superior” de Arquitetura civil passa a 7 anos, composto por cinco anos curriculares e 2 de tirocínio, que incluíam suplementarmente três provas prestadas perante um júri.<sup>71</sup>

Nova reforma em 1932, no começo do Estado Novo (1926-1974), modificava a estrutura de ensino, introduzindo a figura dos “concursos de emulação”, à semelhança do praticado

---

instituições de ensino superior. Pretendia-se equiparar o estatuto dos professores com os de ensino superior e, reconhecer a importância profissional dos diplomados, sobretudo em Arquitetura. Cf. Helena Lisboa 2006:38.

<sup>67</sup> Com a reforma de 1881 passam a três, com a inclusão de um tirocínio de 2 anos em obra para acesso ao Diploma.

<sup>68</sup> O acesso aos segundos pressupunha a habilitação dada pelo Curso de Desenho das Academias ou equivalente ministrado por professores particulares de reconhecido mérito. O segundo grupo de cursos era atendido por muito menos alunos e limitava-se a significar a formação mínima para concorrer aos cargos de docência nas duas Academias e para cursos equivalentes, ou, para aceder a categorias como a “*academia de mérito*”. O reconhecimento dos cursos como “*superiores*” era uma designação interna e sem repercussões no restante sistema de ensino, cf. Helena Lisboa 2006:38.

<sup>69</sup> Sobre as várias reformas entre 1836 e 1910 ver Maria Helena Lisboa (2006).

<sup>70</sup> Não obstante, com a reforma de 1881, o curso básico abria as portas a docentes de desenho dos Liceus, desenhadors do Ministério das Obras Públicas e desenhadors das Câmaras Municipais, enquanto o curso especial em Arquitetura permitia aceder ao lugar de arquitetos das Obras Públicas e municípios e professorado das academias. Maria Helena Lisboa (Helena Lisboa 2006:74-75). Relativamente aos aspetos associativos, de referir que a Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses é fundada em 1863.

<sup>71</sup> Designadamente: prova gráfica ou um Projeto arquitectónico “*como se fosse para executar*”, prova escrita ou memória, orçamento e caderno de encargos do Projeto e, prova oral relativa ao Projeto (George 1964: 46).

tradicionalmente na *École* de Paris, estando a formação a organizada num primeiro ciclo (“Curso Especial”), com a duração de quatro anos e frequência anual, habilitando ao “curso superior”, constando de concursos de composição e de arqueologia artística e cursos teóricos de arqueologia artística. Neste segundo ciclo, os trabalhos não tinham duração limitada, dando-se por terminados quando se alcançava uma determinada pontuação. Mantinha-se a exigência do estágio de dois anos seguida de tese, designada agora por Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto (CODA).<sup>72</sup> E, à semelhança do sucedido desde o século anterior na *École* de Paris, o 2º ciclo era realizado em parte fora da escola, junto da profissão.

#### b. A formação do arquiteto-técnico

Seria com a reforma de 1950-57<sup>73</sup> que o curso passaria finalmente a ser considerado um estudo superior.<sup>74</sup> Aboliam-se os CODA, os concursos de emulação e as cadeiras de ensino artístico em benefício das ciências sociais e exatas, estruturava-se o curso em 3 ciclos de aprendizagem: um primeiro de dois anos e de carácter propedêutico, com disciplinas de belas artes e de ciências sociais e humanas; um segundo de três anos de maior especificidade arquitetónica e um último, de um ano, para a elaboração de uma “grande composição”, após a qual havia um tirocínio de seis meses e consequente relatório de estágio (substituindo o CODA). O desenho, preponderante na tradição *beaux-arts*, era reduzido a uma disciplina de primeiro ano, o Desenho de Estátua, disciplina partilhada com Pintura e Escultura (Moniz 2011, 205).

A entrada para o currículo das ciências sociais correspondia ao sentido das críticas ao modelo de ensino do “arquiteto-artista” efetuadas no *1º Congresso Nacional de Arquitetura* de 1948, onde se reclamavam os princípios para um ensino moderno da Arquitetura: conhecimento técnico; espírito de colaboração; espírito de investigação e culto da disciplina (Silva 2011:18).

Nas escolas de Lisboa e do Porto, experimentava-se a “*implementação de um método de Projeto analítico no ato pedagógico*”.<sup>75</sup> Havia um interesse pela história e pelas

---

<sup>72</sup> Frederico George (1964:49). Leonor Matos Silva argumenta que na realidade é implementado um ciclo tripartido com o estágio e CODA (2011:18). Os CODA eram trabalhos práticos de Projeto, na esteira das anteriores provas prestadas em júri. O primeiro CODA eminentemente teórico e com “*carácter de investigação*” surgiria em 1953 com a apresentação de Octávio Lixa Filgueiras, *Urbanismo – um tema rural – Castelo de Paiva* (Moniz 2011:361).

<sup>73</sup> Decreto-lei nº41.362 a 14 de Novembro de 1957, regulamentando a Lei nº2.043 de 10 de Julho de 1950 sobre a reforma do ensino artístico.

<sup>74</sup> Com repercussões nas condições base de acesso e no estatuto profissional correspondente, incluindo o acesso a cargos públicos e remunerações correspondentes. Ver sobre este assunto Maria Helena Lisboa 2002.

<sup>75</sup> Cf. Leonor Matos Silva (2011:30), Frederico George, com Nuno Portas a assistente (ESBAL) em experiência pedagógica com Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo (ESBAP).

metodologias do Projeto e pela experimentação do real, do urbanismo e das geografias locais, na esteira do impulso do planeamento urbano dos anos 30 e 40 e da abertura do urbanismo à Arquitetura (acompanhando a legislação e a atividade dos Planos Gerais de Urbanização, desde 1934 a 45<sup>76</sup>), do Inquérito à Arquitetura Popular (Sindicato Nacional dos Arquitetos, 1955-1961). Há nesta altura a passagem de uma cultura conservadora e formal para uma cultura moderna, experimentalista e metodológica, que reclamava um novo corpo epistemológico, cujo reflexo na escola passava, por exemplo, pela novidade de a Escola do Porto passar na década de 50 a aceitar teses teóricas para conclusão de curso.<sup>77</sup> Um ensino para a profissão, metodológico e não estilístico, positivista, moderno, e reformista, face aos requisitos da industrialização e da transformação da sociedade, advogava a necessidade da investigação e da colaboração para garantir a assertividade “*do porquê e do como*”.<sup>78</sup>

A Reforma de 1957 abria a uma transição do sistema *beaux-arts* para um modelo universitário, apostando na “*vertente pedagógica*” mas também na “*vertente cultural*”, como “*centro de irradiação artística*”, e incluía ainda a vertente de investigação, através de cursos de especialização e dos centros de estudos (Moniz 2010:59-76). Estas transformações requereram um alargamento do corpo docente, que passaria a incluir a figura do Assistente e, significativamente, acabando com a linhagem dos antigos “mestres”, detentores vitalícios da área curricular e abrindo o ensino a várias abordagens e personalidades dentro da mesma área.<sup>79</sup> Ao mesmo tempo, esboça-se a figura do professor-investigador, em paralelo com o tradicional professor-projetista. A transmissão e a produção de conhecimento poderia deixar de ser fazer pela irradiação simples de modelos de composição, em exposição de salão, à maneira *beaux-*

---

<sup>76</sup> E que levaria à integração em 1945 de uma cadeira de Urbanologia e uma de Projetos e Obras de Urbanização na estrutura curricular (Moniz 2011:278).

<sup>77</sup> Na ESBAP desde 1953, com Octávio Lixa Filgueiras (Moniz 2011:68). Por exemplo, o CODA de Nuno Portas seria rejeitado em Lisboa em 1957-58, por não ter componente de Projeto (Mariana Carvalho 2012:25). Notar que os CODA são instituídos pela reforma de 1932 e abolidos pela de 1957, no entanto, mantém-se até bastante depois da data da reforma, dado que estes continuaram a ser realizados por alunos que concluíram a parte curricular do curso nos primeiros anos de aplicação da “Reforma” (existia um grande lapso de tempo entre o final da frequência curricular e a apresentação do CODA). Sobre este assunto ver ainda Fernandes (2010:271).

<sup>78</sup> Cf. Le Corbusier, em *Se eu tivesse que ensinar Arquitetura*: “(...) *Trataria de inculcar aos meus alunos um sentido preciso de controle, de juízo imparcial e do como? e do porquê?*”. Artigo escrito para os alunos da *École*, publicado na revista dos estudantes da *Architectural Association*, Focus, Verão de 1938, *If I had to teach you architecture?*. Re-publicado em Casabella, 766, 2008, 5.

<sup>79</sup> Esta alteração rompia com a tradição do ensino anterior, que era leccionada por um único professor titular que se manteria no cargo até à reforma. A abertura aos assistentes viria a permitir um maior acompanhamento dos alunos e uma maior exposição crítica, dado abrir para diversas personalidades. Esta circunstância coincide com um a pedagogia moderna do ensino, em que as questões são propositivas, relacionam-se com dados analíticos e são debatidas, ao contrário de uma concepção *beaux-arts*, baseada na imitação e nos cânones estilísticos.

*arts*, para passar para as exposições anuais, que no caso da escola do Porto juntariam alunos e professores e para um conjunto de palestras, exposições e cursos, que progressivamente abriam a escola ao exterior, com um processo “*paralelo à própria transformação do ensino beaux-arts em ensino moderno*” (Moniz 2011:293).

O Centro de Estudos em Arquitetura e Urbanismo (antecessor do atual CEAU<sup>80</sup>) seria instaurado em 1952-53 por Carlos Ramos na EBAP, antecipando-se à regulamentação de 1957, e produzindo logo em 1953, em articulação com Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa<sup>81</sup> e com o Centro de Etnologia Peninsular da Faculdade de Ciências do Porto, o *Inquérito às expressões e técnicas tradicionais portuguesas* (Moniz 2011:309), antecedendo o célebre Inquérito do Sindicato dos Arquitetos, cujas equipas das zonas do norte se reuniram numa sala do Sindicato no interior da EBAP, facto que simboliza uma íntima relação entre a escola, a profissão e a investigação disciplinar pretendida. Com o centro de estudos pretendia-se organizar atividades extracurriculares de forma sistemática, que englobariam colóquios, cursos temáticos, publicações, traduções, exposições e investigações temáticas, como a 1953. Englobando professores, alunos, antigos alunos e práticos,<sup>82</sup> era um espaço de construção de uma ideia de escola, um *faire école*, da qual a maior referência são as exposições Magnas da ESBAP (anuais entre 1952-68, ou seja durante a direção de Carlos Ramos), mas que também representava uma hipótese de abertura da escola ao exterior, e à produção e disseminação de conhecimento disciplinar.

Em Lisboa, na década de 60, a direção de Paulino Montez (1949-57) iria resistir à implementação de um ensino moderno conforme preconizado na reforma de 50-57, porquanto esta não estivesse regulamentada (1957). Adiuiu-se a contratação de assistentes, prolongando-se um regime de acumulação de docência de cursos, que fazia com que em 1953 para um universo de 600 alunos existissem apenas 11 professores-mestres (Moniz 2011:384). Os trabalhos dos alunos são expostos na Sociedade Nacional de Belas-Artes após 1954, nas Exposições Extraescolares, que se instauraram como espaço de crítica à própria escola. As atividades extracurriculares eram dinamizadas pelos estudantes, incluindo a revista *VER* (1954-196?), mas sem apoio formal da escola (Moniz 2011:404-405).

---

<sup>80</sup> Funcionaria informalmente até ser regulamentado em 1966, organizando palestras, exposições, cursos temáticos e uma investigação, o inquérito às *Expressões e Técnicas Tradicionais Portuguesas* (Moniz 2011:352). Refundado, formalmente, num novo enquadramento institucional em 1994, já no enquadramento organizativo da FAUP, conforme <http://www.ceau.arq.up.pt/ceau.asp>.

<sup>81</sup> Fundado pelo geógrafo Orlando Ribeiro em 1943.

<sup>82</sup> Carlos Ramos (1952:7), *25 Anos de Ensino Artístico na ESBAP*.



Não obstante, na sequência do interesse crescente nas questões sociais associadas à construção da habitação e à urgência da efetivação do planeamento das cidades, é criado em 1962 em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC),<sup>83</sup> uma equipa de investigação em Arquitetura, no seio da Divisão de Construção e Arquitetura, tendo como diretor Nuno Portas<sup>84</sup>. Pelo que se tornava estrutural o movimento de convergência com o debate cultural internacional, um “*acerto de culturas*” segundo Jorge Figueira (2002:40), que também era a transformação do modelo do “arquiteto-artista” num agente de maior conhecimento técnico e utilidade social, um “arquiteto-técnico”, assinalando a passagem do ensino vocacional das belas artes, para o ensino superior, tendencialmente científico, da universidade.

---

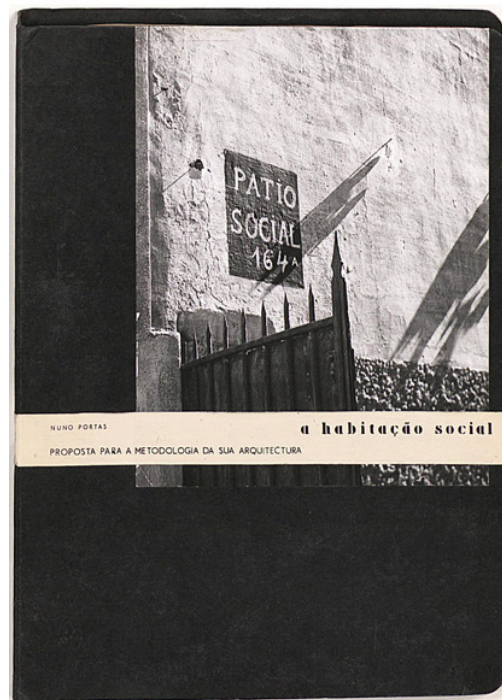
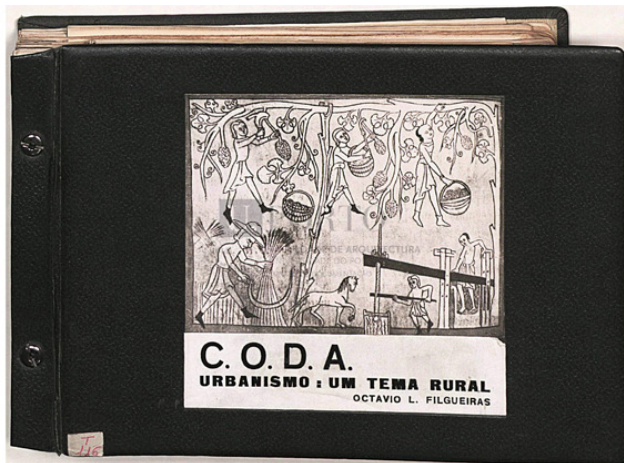
<sup>83</sup> O LNEC foi criado em 1946 a partir do *Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais do Ministério das Obras Públicas* e do *Centro de Estudos de Engenharia Civil*, sediado no *Instituto Superior Técnico*. O edifício sede onde atualmente funciona seria inaugurado em 1952.

<sup>84</sup> Nuno Portas esteve no laboratório entre 1963 e 1974. Cf. Mariana Carvalho (2012), *Investigação em Arquitetura. O Contributo de Nuno Portas*, dissertação de MIA, d.ARQ-FCTUC, Coimbra.

Tabela 7: Quadro comparativo das Reformas de 1930-32 e 1950-57

	Ano	Reforma 1930-32	Reforma 1950-57
Desenho Aplicado	1	(1) Geometria Descritiva; (2) Perspectiva; (3) Teoria das Sombras; (4) Ornamentação do Natural; (5) Desenho e Modelação; (6) Desenho de Figura do Antigo; (7) Ordens e Trechos Arquitectónicos;	(1) Geometria Descritiva; (2) Desenho de Estátua
	2	(1) Geometria Descritiva; (2) Estereotomia; (3) Desenho de Modelo Vivo	(1) Teoria das Sombras e Perspectiva; (2) Estereotomia
	3	(1) Estilização; (2) Composição Ornamental	
	4		
	Curso Superior (1932) 5º /6º (1957)	(1) Concursos de Composição Decorativa	
Projeto	1		(1) Arquitectura Analítica
	2		(1) Arquitectura Analítica
	3	(1) Pequenas Composições	(1) Composição de Arquitectura
	4	(1) Composições	(1) Composição de Arquitectura
	Curso Superior (1932) 5º /6º (1957)	(1) Grandes Composições; (2) Concursos de Projetos Definitivos e Esbocetos; (3) Concursos de Urbanização; (4) Concursos de Composição Decorativa; (5) Concursos de Projeto de Construção Geral	(1) Composição de Arquitectura (5º ano); (2) Composição de Arquitectura (6º ano); Urbanologia (5º ano); Urbanologia (6ºano).
História	1	(1) Estilos Ornamentais	(1) História da Geral da Arte
	2	(1) História; (2) Edifícios e Monumentos da Antiguidade; (3) Etnografia.	(1) História da Geral da Arte
	3	(1) História da Arte da Antiguidade	(1) Teoria e História da Arquitectura; (2) História da Arte em Portugal
	4	(1) História da Arte Medieval e Moderna	(1) Teoria e História da Arquitectura
	Curso Superior (1932) 5º /6º (1957)	(1) Curso Teórico de Arqueologia Artística, Geral e Portuguesa; (2) Concurso de Arqueologia Artística.	(1) Conjugação das Três Artes; (2) Estética e Teoria da Arte
Tecnologias	1	(1) Estática Gráfica; (2) Resistência dos Materiais	
	2	(1) Construções Metálicas e de Betão Armado; (2) Prática da Construção	
	3	(1) Salubridade das Construções; (2) Estática Gráfica; (3) Resistência dos Materiais	(1) Estática Aplicada às Construções; (2) Materiais
	4	(1) Prática da Construção; (2) Salubridade das Construções; (3) Construções Metálicas e de Betão Armado	(1) Estática Aplicada às Construções; (2) Edificações; (3) Higiene e Equipamento
	Curso Superior (1932) 5º /6º (1957)		(1) Organização de Projetos e Estaleiros; (2) Teoria e Concepção de Estruturas; (3) Higiene e Equipamento
Extra-Arquitetura	1	(1) Geometria Analítica; (2) Trigonometria Plana; (3) Álgebra	(1) Matemáticas Gerais; (2) Curso Geral de Química
	2	(1) Cálculo Integral e Diferencial; (2) Mecânica; (3) Geografia Histórica	(1) Curso Geral de Física; (2) Sociologia Geral
	3	(1) Estabilidade; (2) Topografia	(1) Topografia Urbana
	4		(1) Geografia Física;
	Curso Superior (1932) 5º /6º (1957)		(1) Geografia Humana; (2) Economia

Nota: Tabela estruturada com base em Rogério Vieira de Almeida (2001), *A Reforma de 1957, a Arquitectura entre si Própria e a sua Representação*.



*Ilustração 5: CODA de Octávio Lixa Filgueiras (1953)*

*Ilustração 6: CODA de Nuno Portas (1958)*

O CODA de Octávio Lixa Filgueiras seria o primeiro eminentemente teórico e com carácter de investigação. O CODA de Nuno Portas seria recusado em Lisboa, em 1957, por não ter componente de Projeto. Seria através desta experiencia (incluindo a prova de Arnaldo Araújo em 1957), que Carlos Ramos renovaria o corpo docente em Arquitectura, conciliando o “*professor-projectista com o professor-investigador*” e, “*dando assim consistência ao carácter “universitário” da nova reforma*” (Moniz 2011:368). Nesta altura não havia concursos para docentes, estes eram escolhidos pelo Conselho Escolar entre arquitetos reconhecidos e formados na EBAP, que eram propostos a nomeação ao Ministro da Educação Nacional. Pretendia-se uma “*escola de pessoas*”, ou “*uma cadeia de fidelidades múltiplas*” (Moniz 2011:375), citando Alexandre Alves Costa in À memória presente de Mestre Ramos (1987), in *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*, Porto, FAUP Publicações, 1995, p107.

### c. A formação e os movimentos sociais da década de 60

Com o avanço para os anos 60, surgiria uma contestação progressiva à reforma de 1957. Em 1964, nas provas para professor na ESBAL, Frederico George, defende a ascendência da arte perante as “*incidências profundíssimas das ciências sociais e tecnológicas*” (George 1964:10). Seguindo um movimento internacional emergente desde o final da década de 50, de

crítica ao movimento moderno e aos dogmas culturais do modernismo em geral.<sup>85</sup> No interior da disciplina, em Portugal, são os tempos do *Inquérito à Arquitetura Popular*, da “função social do arquiteto” e “da organização do espaço” da atividade humana.<sup>86</sup> É também um momento de diversificação do debate sobre os possíveis lugares da profissão na sociedade, assim como sobre os seus instrumentos disciplinares e modos de formação, proporcionando um reposicionamento epistemológico que coincide com o momento da primeira consolidação da disciplina no interior da universidade.<sup>87</sup>

Numa perspetiva cultural mais ampla, crescia em Portugal a contestação ao regime político do Estado Novo, mobilizado pelo ambiente ocidental do pós-guerra, pela consolidação da classe média e pela fragmentação ideológica de uma sociedade de consumo em franca expansão. Em 1962 este mal-estar é acentuado pelo início da Guerra Colonial e pelas primeiras revoltas estudantis (1962). Mais tarde, já após o Maio de 68, leva a que seja autorizado a 4 de Abril de 1970 os Regimes Experimentais para as escolas de Lisboa e do Porto, em que o ênfase curricular se centrava no “*desenvolvimento da personalidade do estudante, da sua capacidade crítica, autonomia e responsabilidade mediante o trabalho de grupo, a participação na gestão escolar e, o controlo sobre a sua própria educação*” (Moniz 2008:10).

Segundo Gonçalo do Canto Moniz, “*estas experiências, de modelos e resultados distintos, convergiram na recusa da Reforma de 57, no abandono de uma pedagogia reduzida ao virtuosismo do desenho e na aposta na Arquitetura, ou na Escola, como campo de experimentação e reflexão para a transformação da sociedade*” (Moniz 2011:534). Mas, a recusa da reforma era também uma recusa de uma série de conteúdos científicos e analíticos que se consideravam desenquadrados da tradição disciplinar, crescendo uma necessidade de clarificação epistemológica do “território da Arquitetura”<sup>88</sup>, defendendo na universidade, uma metodologia humanista do Projeto. Assim, já na década de 70, numa palestra sobre os resultados

---

<sup>85</sup> Seja por exemplo o Team X e o CIAM de 56 em Dubrovnic, aos movimentos de renovação da musica popular, da arte *Povera*, ou às contestações do Maio de 68 e do movimento *hippie*.

<sup>86</sup> Conforme Octávio Lixa Filgueiras (1962) *Da função social do arquitecto* e Fernando Távora (1962) em *Da Organização do Espaço*.

<sup>87</sup> Veja-se no mundo anglo-saxónico a *Conference on Architectural Education* (RIBA, Oxford, 1958), a partir de 1962 as *Conference on Design Methods*, que abordam as questões da investigação, incluindo as investigações sobre os métodos do Projeto. Em sentido diverso, mas complementar, a revalorização da história e da cidade tradicional, ou da cultura popular e do kitsh, (IUAV, Venturi, a cultura pop, as contestações estudantis, etc.). É o momento ainda da “*ciência operativa*” de Tomas Maldonado e dos *design processes* de Horst Rittel, na *Hochschule für Gestaltung Ulm* (1957-1968), do *Situacionismo Internacional*, ou da proliferação das pedagogias radicais (Colomina et al., 2012).

<sup>88</sup> Vittorio Gregotti (1972).

da experiência no Porto, Fernando Távora afirmava: “*fartos de práticos estamos nós, o que é necessário é gente com sólida formação teórica*”.<sup>89</sup>

Com o regime democrático, após 1974, consolida-se o entendimento da importância da formação social do arquiteto, e alunos e professores envolvem-se na reorientação dos cursos. Em 1979 são promulgados os decretos que criam as faculdades de Arquitetura de Lisboa e do Porto (FAUTL e FAUP<sup>90</sup>), abandonando a ligação institucional às belas-artes. As novas instituições reafirmam não apenas “*ministrar a formação básica conducente à licenciatura*” como “*realizar e estimular investigação científica*”, o que será no entanto objeto de debate intenso, mais uma vez face ao receio de se perder identidade disciplinar, com a passagem de “*um registo beaux-arts para um contexto “técnico” ou o receio da imposição de uma lógica tecnocrata sobre um património pedagógico*” (Silva 2011:43).

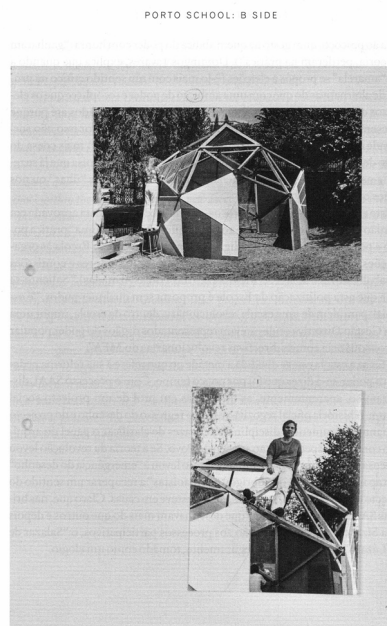
Tabela 8: Planos de Estudos na transição para a Democracia

	ESBAP (Arquitetura, Plano de Estudos de 1976/1977)	ESBAL (Arquitetura, Plano de Estudos de 1975-1976)
1º	Arquitetura I; Desenho I; História Geral da Arquitetura I	Arquitetura I; Planeamento I; Matemática; História
2º	Arquitetura II; Desenho II; História Geral da Arquitetura II; Introdução à Construção	Arquitetura II; Planeamento II; Teoria e História da Arquitetura I; Estática I; História Geral da Arte; História Geral da Arquitetura I; Matemática II; Estudos do Ambiente I
3º	Arquitetura III; Construção I; Teoria da Arquitetura I	Arquitetura III; Planeamento III; Teoria e História da Arquitetura II; Estática II; História Geral da Arquitetura II; Estudos do Ambiente II; Sociologia; Teoria da Informação I
4º	Arquitetura IV; Construção II; Teoria da Arquitetura II	Arquitetura IV; Planeamento IV; Teoria e História da Arquitetura III; Estática III; História Geral da Arquitetura III; Geografia; Semiologia; Teoria da Informação II; História da Arte Portuguesa
5º	Arquitetura V; Teoria e Prática da Investigação I	Arquitetura V; Teoria da Concepção; Teoria da Construção; Sociologia Urbana
6º	Arquitetura VI; Teoria e Prática da Investigação II	
7º	Estágio - Facultativo	

Notas: segundo Teresa Pais (2007) *O desenho na formação do arquitecto*, Tese de Mestrado, FAUP, Anexo 1, planos curriculares das Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, p301-303.

<sup>89</sup> Cfr. o documento *A interessante experiência realizada na Escola de Belas Artes com o curso de Arquitetura – objecto de uma palestra do Arquitecto Fernando Távora*, Jornal de Notícias, 6 -I -1971. Arquivo Fernando Távora, citado por Moniz (2011:534).

<sup>90</sup> Cfr. os D.L. nº498-E/79 de 21 de Dezembro e D.L. nº498-F/79 de 21 de Dezembro, atinentes à FAUTL e à FAUP respectivamente.



Exercício de Teoria e Prática de Investigação II, 1975, Cortesia Carlos Valente  
*Exercise of Theory and Practice of Research II, Courtesy Carlos Valente*

120

*Ilustração 7: Fotograma do filme documental “Operação SAAL” de João Dias (2007)*

*Ilustração 8: Quinta da Malagueira, Évora, de Álvaro Siza (1976-...)*

*Ilustração 9: Exercício de Teoria e Prática da Investigação, FBAUP (1975)*

No pós-SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local, 1974-76), mostra como a linguagem do modernismo pode ser adaptada a uma situação urbana histórica e complexa e que a diversidade e contextualização não são apenas uma questão de imagem, mas também de tipologia. Ilustração 7 João Dias ©; 9 Pedro Bandeira (2014) ©.

#### d. A formação e a Democracia

Após a revolução, em 1979, surge legislação que regula o regime geral de progressão académica<sup>91</sup> e são estabelecidos os *numerus clausulos* para todas as instituições de ensino superior. A Arquitetura entrava num sistema universitário em consolidação. Ao longo da década de 80, com as profundas transformações que acompanham a implementação do regime democrático da 2ª República Portuguesa, o ensino universitário teve uma expansão

<sup>91</sup> Designadamente o Decreto-Lei n° 448/79 de 13 de Novembro.

improcedente, tornando-se num ensino de democratizado e originando uma progressiva expansão das instituições existentes. As escolas de Arquitetura de Lisboa e do Porto consolidam o estatuto de faculdades, preparando a mudança para novas instalações.<sup>92</sup> Os planos curriculares são reelaborados, consolidando-se no Porto, em 1983-84, um percurso iniciado no regime experimental de 68,<sup>93</sup> enquanto em Lisboa se enceta um movimento de afinação curricular que durará a década de 80.<sup>94</sup> Esta é a ainda em Lisboa a década das incursões pós-modernas e da “*dispersão didática*”,<sup>95</sup> contrastando com o crescente reconhecimento da escola no Porto, quer em torno da obra de Álvaro Siza, quer em torno da construção de um legado histórico e metodológico.

Com a passagem para a década de 90, há uma consolidação da Arquitetura como disciplina, decorrente do clima económico e cultural do país, incluindo o grande investimento em obras públicas efetuado desde adesão de Portugal à Comunidade Europeia (1986) e o crescente reconhecimento internacional que a Arquitetura portuguesa começava a alcançar.<sup>96</sup> Neste quadro de um país em processo literal de (re)construção política, social e económica, criam-se as condições para uma renovação da importância cultural e simbólica da Arquitetura, reafirmando-se a importância do desenho,<sup>97</sup> como gesto cultural, artístico e iconográfico, desenvolvendo uma imagem do arquiteto como autor e da construção como representação de um novo tempo, em que o valor cultural do desenho e da Arquitetura estariam agora democratizados.

---

<sup>92</sup> Novas instalações: FAUTL na Ajuda (1993, Augusto Brandão) e novas instalações da FAUP (1994, Álvaro Siza Vieira). Os planos de estudos, que ultrapassam os regimes experimentais e os tempos tumultuosos de Abril de 74 são implementados na década de 80.

<sup>93</sup> Leonor Matos Silva (2011:75), Raquel Paulino (2014). Consubstânciado no Decreto do Governo nº61/83 de 12 de Julho, que reconhece “*os planos de estudos do curso de Arquitectura ministrados em regime de experiência pedagógica pela 1ª Secção da Escola Superior de Belas-Artes do Porto desde 1968-69*”.

<sup>94</sup> Leonor Matos Silva (2011) propõe um faseamento para os planos de estudo entre 1975-1990: Fase 1 de 1975-79 / Fase 2 de 1979-83 (estabilização) / Fase 3 de 1983-89 (ramificação efectiva do 5ºano em três ramos optativos: Arquitetura, Planeamento Urbano e Renovação e Conservação da Arquitetura e Núcleos Urbanos e, também, um mais expressivo afluxo de programas de pós-graduação) / Fase 4 de 1989-90 (retomada a opção de um currículo único, sem ramificações).

<sup>95</sup> Segundo os dados apresentados por Leonor Matos Silva (Silva 2011:74-75), há ao longo da década de 80 uma grande abertura do número de assistentes (passam de 9 a 106) e, sobretudo, uma pluralidade de disciplinas (contrastando com o Porto) e uma pluralidade de abordagens didáticas, que instituem a escola de Lisboa como uma escola de “*pluralidade e permeabilidade*”.

<sup>96</sup> Álvaro Siza com os prémios Mies Van der Rohe em 1988 e Pritzker em 1992. Ou grandes exposições internacionais como a Europália em 1991. A nível interno notar o Prémio Secil de Arquitetura que é instituído em 1992 e ganho na 1ª edição por Eduardo Souto de Moura com o Projeto da Casa das Artes no Porto.

<sup>97</sup> Como afirma Alexandre Alves Costa, “*para o arquitecto artista o conceito é o desenho*”. Notas pessoais de conferência na Universidade de Évora em Outubro de 2012.

No ensino há uma proliferação de cursos de Arquitetura e rapidamente, numa década, o número de alunos passa de 1800 para cerca de 9000.<sup>98</sup> Assiste-se ao despontar de novos cursos em alternativa às das duas escolas históricas, de Lisboa e do Porto, correspondendo uma apetência sem precedentes pela formação em Arquitetura. Em simultâneo, fruto do enquadramento universitário da carreira docente,<sup>99</sup> despontam as teses de doutoramento em Arquitetura, correspondendo a um movimento mais individual do que à definição formal de temas investigação, e incidindo em temas históricos e teóricos.<sup>100</sup> No entanto, significativamente é nesta altura que a escola do Porto e o novo curso Universidade de Coimbra,<sup>101</sup> implementam uma dissertação teórica para prova final de licenciatura, reforçando a componente escrita na formação de base da disciplina.

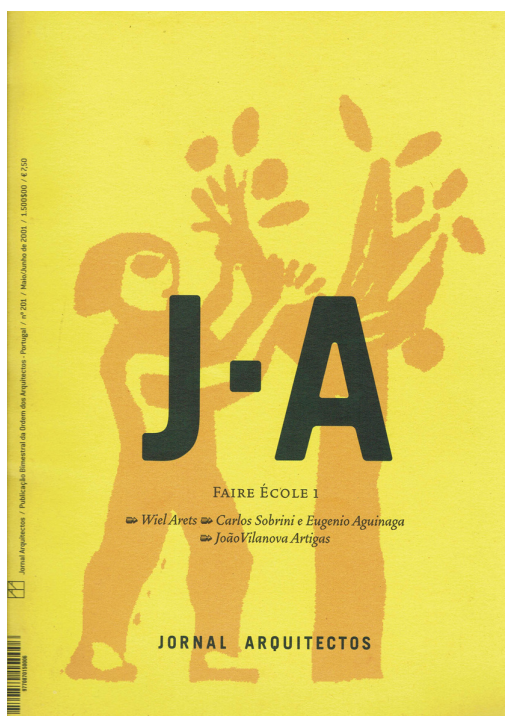


Ilustração 10: *Jornal Arquitectos* n°201 (2001)

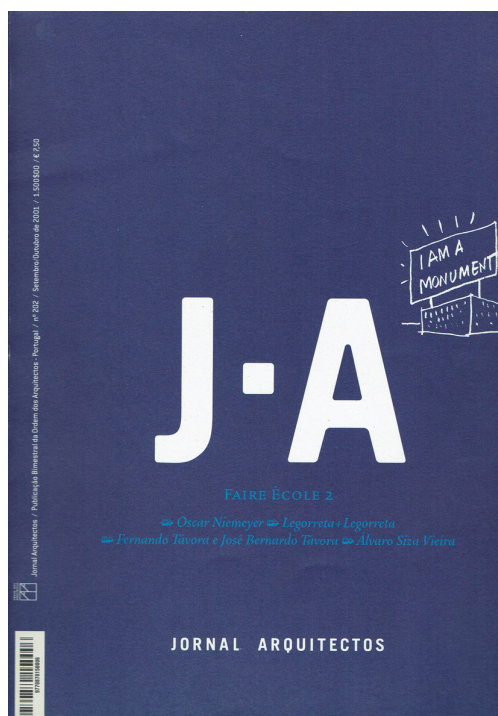


Ilustração 11: *Jornal Arquitectos* n°202 (2001)

<sup>98</sup> Concretamente, os números referem-se aos anos de 1986 e 2000, cf. *Número de alunos inscritos nos vários cursos de Arquitetura em Portugal entre 1950 e 2000*, *Jornal Arquitectos* n° 201, 2001: 8.

<sup>99</sup> Mediante a publicação do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro.

<sup>100</sup> E cujo estudo sistemático se encontra por fazer. A cronologia das teses de doutoramento defendidas na FAUTL está disponível em: [http://www.fa.utl.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33%3Aates-de-doutoramento&catid=12%3Adoutoramentos&Itemid=377&lang=en](http://www.fa.utl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=33%3Aates-de-doutoramento&catid=12%3Adoutoramentos&Itemid=377&lang=en).

<sup>101</sup> Em Coimbra, As primeiras defesas deste tipo de trabalho teórico foram efectuadas em Dezembro de 1994.



e. A formação na viragem do século

Na viragem do século, o Jornal da Ordem dos Arquitetos (JA) dedica dois números consecutivos ao ensino e à necessidade de se fazer escola. No editorial do primeiro número, *O País dos Professores*, Manuel Graça Dias questiona a proliferação de cursos, a impreparação de docentes e o desfasamento da máquina universitária, “*na sua incapacidade para incorporar diferenças*”, nomeadamente na incapacidade para aceitar o contributo dos práticos do Projeto, exigindo-lhes a obrigatoriedade do doutoramento para acederem à carreira académica, quando, defende que “*um bom professor de Arquitetura não é, necessariamente, um bom professor; mas um bom pedagogo, um bom comunicador, só será um bom professor (falo na área de Projeto), se for um competente e experimentado arquitecto*” (Graça Dias 2001a:3). Já no segundo número, em novo editorial de Manuel Graça Dias, *A Moda e as Impossibilidades*, é centrado na justificação da explosão do número de alunos e da oferta de cursos, assim como na crítica a algum facilitismo em redor da expressão “*a Arquitetura não de pode ensinar*”, destacando que para além da intuição é necessário estruturar os processos de “*apreensão disciplinar*”, e que o ensino trata de “*assistir*” os mecanismos de racionalização e clarificação, tanto quanto os da beleza e da perfeição (Graça Dias 2001b:3).

Efetivamente, o rápido surgimento de novos cursos não deixa de suscitar desconfiança no meio da disciplina, pressentindo-se o perigo de uma formação massificada, sobre uma formação de qualidade. Sentimento de resto partilhado por outras áreas disciplinares e consequência natural da própria expansão do sistema universitário nacional, face às transformações económicas e sociais recentes. E, deste modo, ao entrar no final da década de noventa cresce a necessidade de uma aferição da formação proporcionada pelas novas escolas. Acompanhando as atribuições legais da recém-formada Ordem dos Arquitetos,<sup>102</sup> é implementado em 2000 um regime de admissão, acabando com a admissão direta dos licenciados e estabelecendo uma distinção entre cursos “acreditados” e “reconhecidos” pela Ordem, ficando os licenciados pelos primeiros obrigados a um estágio profissional e os dos segundos obrigados a realizar prova de admissão e estágio para a entrada na ordem profissional.<sup>103</sup> Os cursos que não fossem acreditados ou reconhecidos não concediam portanto

---

<sup>102</sup> A Associação dos Arquitetos Portugueses transforma-se em Ordem dos Arquitetos em 1998, com a publicação do respetivo Estatuto em anexo ao Decreto-Lei nº176/98 de 3 de Julho. Os Estatutos referiam como atribuições, no artigo 3º, alínea o), “*acompanhar a situação geral do ensino da Arquitetura e dar parecer sobre todos os assuntos relacionados com esse ensino*”.

<sup>103</sup> A licenciatura em Arquitetura da FAUP fora acreditada por seis anos, o curso da FCTUC por 5 anos, o curso superior de Arquitetura da ESAP e a licenciatura em Arquitetura da FAUTL por 4 anos. Os cursos de Arquitetura

acesso à profissão. Este regime, polémico e atribulado desde o seu início funcionaria até ao final de 2006, altura em que seria considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Administrativo.<sup>104</sup>

A apreciação da Ordem aos cursos incidia sobre a conformidade para com a Diretiva europeia da Arquitetura, a Diretiva 85/384/CEE de 10 de Junho, que teria uma nova versão de 2005, a Diretiva 2005/36/CE de 7 de Setembro e respetivas transposições para o normativo nacional, assim como pelos princípios definidos pela UIA/UNESCO para a recomendação de regras profissionais internacionais do exercício da Arquitetura (entre 1996-2000),<sup>105</sup> adotado como documento guia pela XXIª Assembleia Geral da UIA, Pequim, 27/29 de Junho de 1999.

No entanto, o sistema de verificação da formação sairia da influência da Ordem dos Arquitetos antes do final da primeira década do novo século, quando, tendo em vista as alterações estruturais ao sistema de ensino superior para a adequação ao Processo de Bolonha e à Área Europeia de Ensino Superior (EHEA), o Estado criaria todo um regime normativo para a avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos.<sup>106</sup> Neste cenário, é criada em 2007 a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), que centralizando a verificação da qualidade de todo o ensino superior, consubstanciava, deste modo, a saída da esfera da profissão a avaliação direta das escolas de

---

da *Universidade Lusíada* de Lisboa, Porto e Vila Nova de Famalicão foram acreditados por três anos, e o curso de Arquitetura da *Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra* pelo período de dois anos.

<sup>104</sup> A primeira versão foi aprovada em 12 Fevereiro de 2000, sendo suspensa em 18 de Julho imediato, sendo cessada a suspensão em 6 de Junho de 2002. Alterado em 2 de Abril de 2004, passando de RIA a Regulamento de Admissão. Novo regulamento seria de 17 de Novembro de 2004 e, revisão para novo regulamento em Outubro de 2006, eliminando a prova de admissão, a acreditação e o reconhecimento das licenciaturas, estabelecendo que todos os licenciados de todos os cursos podem candidatar-se à Ordem dos Arquitetos, mediante a realização de um estágio profissional e formação complementar. Terminava assim a avaliação dos cursos pela Ordem profissional, passando a competência para o estado, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), ficando a OAP responsável pela verificação da aptidão profissional dos licenciados.

<sup>105</sup> Cf. *UIA Accord on Recommended International Standards of Professionalism in Architectural Practice*, adoptado pela Assembleia de Pequim. Notar que a *Charter for Architectural Education* da UIA/UNESCO de 1996 considerava como período mínimo de formação cinco anos de estudos a tempo integral, que deveriam seguir-se de dois anos de prática, para acesso à profissão. Esta recomendação seria seguida pela AEEA a partir da Declaração de Chania de 2001 - *EAAE Chania Statement 2001, Regarding the Architectural Education in the European Higher Education Area*, de 4 de Setembro de 2001. A Diretiva apenas irá reflectir estas recomendações a partir de 2013 com a Diretiva 2013/55/UE de 20 de Novembro.

<sup>106</sup> Consubstanciado nos seguintes diplomas base: (1) DL n.º74/2006, de 24 de Março, alterado pelo DL n.º107/2008 de 25 de Junho, alterado pelo DL n.º230/2009 de 14 de Setembro, e pelo DL n.º115/2013 de 7 de Agosto, que aprova os requisitos para acreditação de ciclos de estudos; (2) Lei n.º38/2007 de 16 de Agosto, que aprovou o *Regime Jurídico da Avaliação da Qualidade do Ensino Superior*; (3) Lei n.º62/2007 de 10 de Setembro, que estabelece o *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior* (RJIES); (4) DL n.º369/2007 de 5 de Novembro, que institui a *Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior* (A3ES).

Arquitetura, sublinhando um potencial desfasamento entre o sistema universitário e a prática profissional, que 6 anos antes Manuel Graça Dias denunciara no editorial no JA nº201.

O novo regime normativo pró-Bolonha de 2006-2007 confirmava a natureza binária do sistema de ensino superior, vincando a separação conceptual entre o ensino universitário e superior politécnico, realçando que o primeiro deveria orientar-se para “*formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e de investigação*”, enquanto os segundos se concentrariam “*em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente*”.<sup>107</sup> E, no âmbito do corpo docente, impunha às universidades cumprir um rácio mínimo de um doutorado por alunos (30) e, aos politécnicos, reconhecia a figura do “especialista” como alguém com currículo profissional de especial relevância e qualidade em dada área, impondo um requisito de 35% do corpo docente ser composto por especialistas, doutorados ou não, na área de docência.<sup>108</sup> Finalmente, a carreira universitária seria redefinida estatutariamente em 2009,<sup>109</sup> introduzindo entre outros o princípio do doutoramento como grau de entrada na carreira, abolindo as categorias de assistente e assistente estagiário; definindo do regime de dedicação exclusiva como regime-regra e os princípios da avaliação do desempenho, periódica e obrigatória, de todos os docentes-doutores.

Entrava-se um novo patamar organizativo que impunha, associado aos regimes de valorização e financiamento institucional e de carreira académica, um regime de produção científica com avaliação periódica. Como referia o preâmbulo dos estatutos da carreira universitária, inscrevia-se “*a investigação científica como elemento central da carreira universitária*” e consagravam-se as “*condições de dedicação exclusiva dos seus docentes*”.<sup>110</sup>

#### f. A formação na universidade da investigação

Desta forma, a investigação que fora, como vimos, exigida num primeiro momento pelos arquitetos modernos para legitimarem a mudança do arquiteto-artista para o arquiteto-técnico, para o especialista generalista, coordenador de especialistas e parte integrante de uma nova sociedade industrializada e urbana, aparentava agora, no início do novo século e face à pressão organizativa do modelo universitário, institucionalizado com as reformas de adequação ao Processo de Bolonha, ganhava todo um novo impulso e como que se autonomizava como

---

<sup>107</sup> Artigo 3º, alínea a), do RJES, Lei nº62/2007 de 10 de Setembro.

<sup>108</sup> Idem, artigos 47º a 49º.

<sup>109</sup> DL nº205/2009 de 31 de Agosto, com o *Estatuto da Carreira Docente Universitária* (ECDU).

<sup>110</sup> Idem, preâmbulo.

uma finalidade universitária em si mesma, agora apoiada por um corpo de docentes-investigadores profissionalizado.

Fatores como a obrigatoriedade do grau de doutor para acesso à carreira universitária, a necessidade de publicação regular ou a exigência de exclusividade, cruzavam-se com uma explosão do número de licenciados numa circunstância de contração do mercado da construção. Situação que multiplicava a apetência por doutoramentos e pela própria produção cultural, ligadas quer ao elevado número de escolas, quer à crescente produtividade dos docentes, quer ao próprio alargamento das práticas profissionais.<sup>111</sup> A obrigatoriedade de associação a centros de investigação, o enquadramento das bolsas individuais de doutoramento nos Projetos dos centros associados à Fundação Ciência e Tecnologia (FCT), a possibilidade de financiamento através de Projetos de investigação, seriam circunstâncias que pressionavam para a profissionalização da produção de material universitário e em cujo impacto estamos no momento a viver.

Com estas circunstâncias entramos no domínio do Processo de Bolonha. O qual, como vimos, representa uma transformação em continuidade, derivada da consolidação da Arquitetura como “disciplina universitária”, numa linha de redelimitação epistemológica que poderemos traçar desde a mudança de conceção do “arquiteto-artista” do ensino de tradição *beaux-arts*, para uma conceção mais profissional e técnica, que reconquista à Engenharia as competências no urbanismo e da construção, fruto de uma revalorização dos aspetos culturais e ambientais do espaço edificado e dos produtos materiais,<sup>112</sup> valores que a Arquitetura preservou, mediante a prática do Projeto e do desenho, e cuja mudança de estatuto era consagrada na reforma de 1950-57. Mas, simultaneamente, nesta ambivalência entre o desejo do desenho e a eficácia da técnica residem alguns dos paradoxos que a Arquitetura todavia sente no seio da Universidade.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> Referimo-nos aqui a dois fenómenos: por um lado uma abertura da profissão a outras atividades profissionais, por outro um mercado de consumo de bens culturais da Arquitetura, ambos alimentados por um número elevado de licenciados em Arquitetura. Ambos os fenómenos podem ser aferidos empiricamente, quer observando a oferta de produtos relacionados com a Arquitetura (publicações, exposições, colóquios, etc.), quer observando o debate no seio da profissão, nomeadamente através do JA, como, por exemplo, o número 251 de Setembro-Dezembro de 2014, e o seu manifesto capa: *O Fio da Navalha*.

<sup>112</sup> Veja-se a este respeito Antoine Picon (1992) a falência tecnocrática da engenharia quando abandona o desenho e o Projeto, por falta de espaço nos currículos. Em contrapartida, Adrien Forty (2007) aponta a ligação entre o desenho dos objectos e as lógicas produtivas do capitalismo.

<sup>113</sup> Manuel Graça Dias em *A Moda e as Impossibilidades* aborda esta ambiguidade, em redor do alegado facilitismo da expressão “*a Arquitetura não se pode ensinar*” e da relação de equilíbrios entre intuição,

Algumas das questões que esta tese aborda gravitam em redor desta contingência. Referimo-nos às dificuldades de delimitação do campo “disciplinar” da Arquitetura, dada a sua abrangência e à sobreposição de práticas tecnológicas com práticas artísticas, complicando as metodologias do próprio Projeto, dificultando abordagens deterministas, quer para a prática, quer para o ensino e para a investigação em Projeto.<sup>114</sup>

Com o Processo de Bolonha há um enquadramento da estrutura curricular, obrigando a uma modelação dos planos de estudos, harmonizando-os com os tempos e ritmos da Universidade, há ainda uma alteração de um paradigma de ensino baseado na transmissão de conhecimentos para um ensino baseado na aquisição de competências. Do lado da docência há um impulso para a profissionalização e para a produção de investigação. Ou seja, há um conjunto de pressões de ordem estrutural e de ordem conceptual.

Este quadro geral remete-nos para o conjunto de questões iniciais apontadas na Introdução Geral e Metodológica, que agora se retomam como corolário da narrativa sobre a história do ensino da Arquitetura em Portugal:

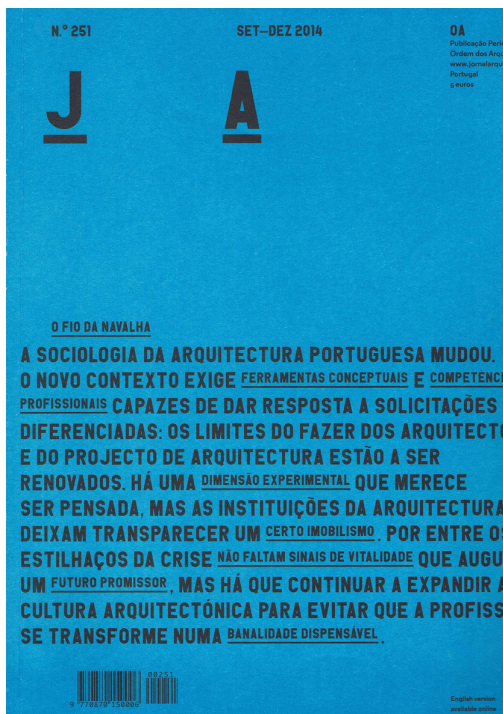
- De que modo o quadro estrutural e conceptual inerente à adequação a Bolonha afeta a tradição de ensino da Arquitetura? E que pressões suscita na pedagogia do Projeto?

---

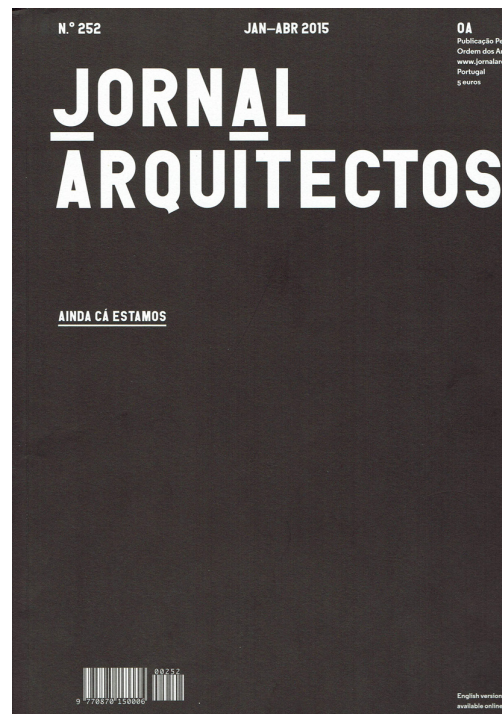
metodologias, mecanismos de racionalização e clarificação e valores de beleza e de perfeição (Graça Dias 2001b, 3). Poderíamos perguntar se parte desta ambiguidade resulta num deslocamento das Belas-Artes para as Tecnologias, no entanto, o formato do tipo Faculdade seguido nas escolas de Lisboa e do Porto, pese a inclusão da escola de Lisboa na “Universidade Técnica de Lisboa”, garantiria alguma independência epistemológica. Este tema não é todavia exclusivo da realidade Portuguesa, sobre este mal-estar veja-se por exemplo Kenneth Frampton (2000), em *Seven points for the millennium: an untimely manifesto*, The Journal of Architecture, Volume 5, Springer, que a Arquitetura, pese embora muitos dos seus processos “*possam ser qualificados como métodos e aplicações técnico-científicos, a prática da Arquitetura ainda é em última instância um ofício (craft)*”, situação que explica a razão porque “*a Arquitetura como disciplina sempre esteve desconfortável no interior da universidade*” (tradução livre).

<sup>114</sup> Por entre uma mistura de experiência, técnica e intuição, a aprendizagem necessita de tempo, cumprindo-se em uma série de ciclos de reelaboração sobre problemas projectuais, num processo simultâneo de cogitação e execução, cuja finalidade é concomitantemente técnica e sensível e no qual os meios de representação são simultaneamente meios de construção e de experimentação, transformando-se em matéria do Projeto. Fernando Lisboa (2005:262) propõem o Projeto como matéria de “*pensamento condensado*”, que integra, activamente, o conhecimento proveniente da atividade cognitiva e conceptualizante e o conhecimento proveniente da atividade prática e executiva. Trata-se de um ciclo de raciocínio inferencial, da semiose, que supõe “*a combinação de três momentos sucessivos: primeiro, a abdução, segundo, o da dedução e, terceiro, o da indução*” (2005:278). Sendo a abdução: processo de raciocínio determinado pelos meios; dedução: uma inferência que visa a conclusão a partir das premissas; e a indução; inferência que visa a generalização a partir da amostra.

- Como se relacionam estes fatores de pressão com a profissão, nomeadamente, qual a finalidade da formação base, uma preparação eminentemente profissional ou uma preparação cultural e universitária?
- E qual será o lugar e o significado da área curricular do Projeto num sistema universitário focado na produção académica? A profissionalização do corpo docente e a pressão produtiva académica tem efeitos nas práticas pedagógicas e culturais do Projeto? E, como tem a área curricular do Projeto de Arquitetura se adequado à necessidade de produzir investigação e conhecimento?



*Ilustração 12: Jornal Arquitectos n.º251 (2014)*



*Ilustração 13: Jornal Arquitectos n.º252 (2015)*

#### g. Tradição e inovação na formação pelo Projeto

Em simultâneo, a aprendizagem pelo Projeto é reforçada pelo paradigma de aprendizagem de Bolonha, que argumenta, tal como a tradição de ensino da Arquitetura, que a simples exposição a saberes singulares e separados não contribui para uma verdadeira eficácia cognitiva e operativa.

Na Arquitetura, a centralidade do ensino pelo Projeto derivava de este ser simultaneamente um modo aprendizagem, uma conceção da profissão e uma ideia de conhecimento. Isto é, sabemos que num primeiro momento a aprendizagem do arquiteto se

fazia nas oficinas e nas obras, misturando-se com colaboração, e com a delimitação do corpo disciplinar operado pela tratadística a partir do século XIV, a Arquitetura ganharia os instrumentos, a teoria e o estatuto de “coisa mental”, inventando o Projeto como meio de operativo e de comunicação. Os desenvolvimentos das suas técnicas, nomeadamente a representação, alteraram a relação para com a encomenda e para com a obra, permitia uma separação do estaleiro e uma autonomia da ideia.

Com o século XX, o ensino institucionaliza-se e autonomiza-se. O Projeto escolar deixava de ter uma finalidade “prática” para passar a ser um conjunto de “princípios”,<sup>115</sup> separando as representações, como produto arquitetónico mental, da prática relacionada com a transformação direta do mundo material. A Arquitetura passava a ser ensinada em vez de aprendida pela experiência profissional, transformando o arquiteto num especialista do Projeto.

A ideia de modernidade no mundo ocidental, a procura do novo como um fim em si mesmo, consolidava-se e iria colocar em causa todas as verdades absolutas exteriores ao sujeito e derivadas da tradição, em benefício de uma condição de verdade inerente à experiência cognitiva desse sujeito.<sup>116</sup> Na Arquitetura, John Hudnut afirmava em 1929 que a “*educação não é instrução mas experiência*”.<sup>117</sup> Esta condição de autonomia estava enquadrada pelo objetivo maior de desenvolvimento e de redenção da própria humanidade, cujo urgência de desenvolvimento adquirira nesta altura uma categoria “*estético-dogmática*”,<sup>118</sup> tornava-se uma

---

<sup>115</sup> Adrian Forty 2000:137.

<sup>116</sup> Ginoulhiac 2009:111-112 e Forty 2000:289-303.

<sup>117</sup> Jill Pearlman (2007) refere que Hudnut era na altura professor de História da Arquitetura em Columbia, atribuindo-lhe o crédito de ter introduzido o Movimento Moderno e o ensino moderno da Arquitetura nos EUA através da sua acção como *Dean* na Universidade de Columbia (1934-1935). Universidade onde, segundo Pearlman, desde 1926 vários discípulos de John Dewey haviam integrado o *Teacher's College*, tornando-a no local central para os estudos progressistas em educação, havendo vários grupos no campus que debatiam novos métodos pedagógicos, como a ideia da educação como “*vida e preparação para a vida*” e como um “*processo orgânico e criativo*”. A acção de Hudnut ficaria marcada pela sua passagem como *Dean* de Harvard (1935-1953), unindo as escolas de Arquitetura, Planeamento e Paisagismo numa única instituição, a HGSD e viabilizando a ida de Walter Gropius para Harvard em 1937, como director do departamento de Arquitetura.

<sup>118</sup> Conforme Giulio Carlo Argan (1990:22), a oposição “*de uma concepção ‘psicológico-genética’ à concepção ‘estético-dogmática’ do estilo é o ponto de chegada teórico da escola de Viena de história de arte e particularmente de Alois Riegl (1858-1905), Para Riegl a arte exprime uma espiritualidade coletiva (Kunstgeist) que congrega uma vontade própria (Kunstwollen), onde o artesanato, como “fazer típico”, é a expressão de um sentimento da realidade que só se adquire ‘fazendo’. E, “se a forma é o produto de um fazer, só a experiência do fazer artístico nos fornece os esquemas mentais dentro dos quais contornamos e definimos, tomando consciência delas e fixando-as em sensações precisas, as impressões infinitas e fluidas que nos vêm do mundo exterior: os esquemas formais (linha, volume, plano, cor, etc.) são extraídos da arte, não da natureza. A atitude activa, profissional, da arte é portanto o pressuposto de qualquer experiência artística*”. A arte deixa de ser uma forma que se deduz para ser uma que se imprime à realidade.

linguagem ao serviço da consciência e em cujo código genético tinha o valor de utensílio. A Arquitetura tornava-se progressista, almejava a eficácia da Engenharia, subjugava a antiga prática pedagógica a “Composição” ao “Projeto”, à garantia de um futuro, tornando-se numa técnica e procurando uma verdade.<sup>119</sup> O Projeto transformava-se num processo e a sua expressão codificada numa “linguagem”.<sup>120</sup> Profundamente otimista, alinhada com as meta-narrativas da modernidade, acreditando na possibilidade e na utilidade de uma linguagem visual objetiva, derivada de fatos visuais científicos, biológicos, físicos e psicológicos, e não tanto dos gostos e sentimentos individuais, superando-se assim, idealmente, a subjetividade individual.

Com a entrada na Universidade a Arquitetura alcançava um apogeu de modernidade. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que a primeira se desagregava face ao enfraquecimento da própria ideia de progresso coletivo, desequilibrada em relação a uma crescente autonomia individual e de subgrupos. Os valores da utilidade social e da verdade histórica enquadravam as questões da expressividade individual, impondo valores de ordem e disciplina, uma ideia de beleza funcional, em redor de categorias como a clareza, a transparência, a simplicidade ou verdade. O espaço arquitetónico ganha um valor potencial de ordem moral e o seu controlo estético tem correspondência com um valor ético.<sup>121</sup>

Os argumentos para o combate à arbitrariedade fazem-se em redor de um léxico de ordem social, entrelaçando funcionalismo com ambiente, beleza e felicidade, a linguagem arquitetónica reveste-se de uma fragância tecnocrática. Mas, a partir da segunda metade do

---

<sup>119</sup> Uma ideia de verdade em relação ao *Zeitgeist* dos tempos modernos e à estrutura interna, expressiva e tecnológica, da obra. E que correspondeu à evolução de uma categoria crítica da Arquitetura desde o século XIX, sendo adoptada pelo Movimento Moderno, correspondendo neste decorrer temporal a uma de três categorias de verdade: “expressiva”, com o sentido de um trabalho ser verdadeiro para com a sua essência interior, para com o espírito do seu criador; “estrutural”, com o sentido de a sua aparência externa corresponder à sua estrutura interna e ao seu sistema material; ou “histórica”, com o sentido de a obra pertencer ao seu tempo, reflectindo um estágio de evolução disciplinar, conforme expoem Adrian Forty (2000:289-303).

<sup>120</sup> Atente-se no exemplo do *Vorkurs* da Bauhaus, ou a versão americana de Harvard, do *Fundamentals*, que consistira em uma cadeira única no primeiro ano ou semestre do curso, cuja aprovação era condição para prosseguir os estudos e que concretizava “*dois principais objetivos para o ensino*”: a promoção da criatividade individual e o estabelecimento de uma “*linguagem universal da forma*”, acessível a todas as pessoas, independentemente de nacionalidades ou estatuto social, circunstância que permitia ainda estabelecer uma “*linguagem comum para a comunicação visual*”, uma espécie de “*chave óptica*”, semelhante à chave musical de 12 notas que os músicos utilizam. Tratava-se de dar aos artistas uma chave para comunicarem as suas composições, uma “*chave comum para entender as artes visuais*”, porque de outra forma como poderiam as pessoas entender outra vez a “*importância básica da arte e da Arquitetura nos seus quotidianos*” (Jil Pearlman 2007:203-204).

<sup>121</sup> Jeremy Till argumenta que esta equiparação “*boa estética=boa ética*” tem um lado perverso de equiparar “*má Arquitetura=má estética=má ética*”, e que faz pender em demasia no “*refinamento do objecto enquanto produção visual estática*” a contribuição da disciplina para a construção do espaço social (Till 2009:177-178).



século XX as meta-narrativas da modernidade são corroídas numa multiplicidade de narrativas, pulverizando as ideias de verdade, incluindo as de significação ideológica do espaço arquitetónico. Nos anos 70 Henri Lefebvre (1901-1991) afirma que o espaço (social) é uma construção (social),<sup>122</sup> mais tarde, nos anos de 1990, Fredic Jameson refere que o conteúdo político na Arquitetura e na arte é meramente alegórico e que a Arquitetura em si mesma é inerte, na medida em que “o significado simbólico é tão volátil como a arbitrariedade do signo: em outras palavras, como nos sonhos, uma inconsciência espacial pode associar qualquer coisa com qualquer outra coisa”.<sup>123</sup> No interior da Arquitetura, já em 1966, Robert Venturi escrevia em *Complexidade e Contradição em Arquitetura*: “aprecio elementos que são... inconsistentes e equivocados em vez de diretos e claros”.<sup>124</sup>

Quanto ao ensino, o processo de Projeto manter-se-ia como o objeto central da aprendizagem, persistindo com uma forma estável ao longo da transformação da tradição do modernismo em pós-modernismo. Se no sistema *beaux-arts* o ensino era suportado por uma aprendizagem prévia de uma gramática dos estilos, exercitada de seguida nos *ateliers* dos mestres da profissão, no ensino moderno as bases em desenho e em história davam lugar a uma aprendizagem contínua pelo fazer.<sup>125</sup> Passava-se de um método em que uma instrução em desenho e história antecipavam um treino da prática, exercitado em ateliês, para uma aprendizagem que secundarizava o desenho como habilidade e a história como fundamento, em benefício de um exercitar constante da Arquitetura, sob a égide do Projeto enquanto processo, passando a prática dos antigos *ateliers* para as “oficinas” e para os “laboratórios”, onde pela prática, a construção e a expressão, oscilando entre a Arquitetura como uma ciência e uma técnica ou como uma arte, eram explorados por uma série instrumentos: os diagramas analíticos, os desenhos de projeção, as perspectivas paralelas, as perspectivas cónicas ou os modelos tridimensionais.

O Projeto transformava-se numa pesquisa, numa investigação e o arquiteto já não era o arquiteto-artista, dos *beaux-arts*, mas um arquiteto-técnico, correspondendo aos requisitos da industrialização e da transformação da sociedade.<sup>126</sup>

---

<sup>122</sup> Henri Lefebvre (1974) 1991, *The Production of Space*.

<sup>123</sup> Fredic Jameson (1997), *Is space political?* Em Neil Leach (1997), *Rethinking Architecture*, p258.

<sup>124</sup> Robert Venturi (1966:16).

<sup>125</sup> Em Harvard, em 1950, o curso iniciava-se com o *Design Fundamentals*, curso anual único, onde os alunos apreendiam “os elementos através dos quais a Arquitetura ganha forma”, combinando “o método intuitivo da arte, com a lógica do engenheiro e o sistema do cientista”. Este curso decorria durante 6 dias por semana e era constituído por 18 horas semanais de teoria e 20 horas semanais de prática de estúdio (Pearlman 2007:220).

<sup>126</sup> Pedro Pinto (2013).

Ao longo dos anos 60 e 70 desenvolvem-se movimentos de legitimação dos processos do *design*, desde os pioneiros *Design Methods* aos mais contemporâneos *Design Thinking* e *Design Research*, oscilando entre abordagens mais metodologicamente determinísticas ou mais holísticas, vão propondo sucessivas teorizações sobre os mecanismos do próprio Projeto.

Nos anos 80 e 90, com os trabalhos de Donald Schön (1983, 1985, 1987, 1991)<sup>127</sup> sobre a “aprendizagem-reflexiva” e David Kolb (1984)<sup>128</sup> sobre os “modelos-experienciais de aprendizagem”, as questões metodológicas e epistemológicas do próprio processo de Projeto e da própria Arquitetura ganham um suporte teórico-pedagógico específico. Schön teoriza que o estúdio de Projeto simula as práticas “profissionais-em-ação”, propondo o conceito de reflexão-em-ação em oposição à tradicional e retrospectiva sobre-a-ação. Segundo Schön as profissões que utilizam uma componente artística para resolver rotinas profissionais quotidianas, tem uma prática profissional e uma pedagogia de aprendizagem distinta da racionalidade tecnológica e das teorias positivistas de aprendizagem. Estas práticas epistemológicas e pedagógicas eram vistas como práticas distintas e como alternativas à hegemonia tecnológico-científica e à exacerbação positivista do progresso da técnica, que em última instância era a causa de uma série de crises que se levantavam na sociedade do final de novecentos: a deterioração das cidades, a pobreza, a poluição ambiental e o declínio das fontes de energia.

A aprendizagem da Arquitetura tinha assim o seu terreno nas aulas de Projeto e na relação dialógica entre aluno e professor, que corporalizava uma forma de conversação reflexiva com o problema em causa, redireccionando a experiência e o conhecimento do docente para o aluno numa situação de aplicabilidade direta, num momento de convergência entre necessidade e teoria, permitindo que um indivíduo aprendesse precisamente quando mais necessitava da matéria a ser ensinada, convergindo experiência e educação. David Kolb desenvolverá o sistema pedagógico de enquadramento do ensino pela experiência, idealizado originalmente por John Dewey (Brown 2012). O seu modelo de aprendizagem-experiencial desenvolve-se em redor de um círculo de quatro fases, interrelacionando: experiências

---

<sup>127</sup> Donald Schön (1930-1997), formado em Filosofia e doutorado por Harvard com uma tese sobre John Dewey, desenvolverá estudos sobre os processos de aprendizagem pela prática. Teria uma carreira docente e investigador no MIT, no departamento de Estudos e Planeamento Urbano, chegando a director do Departamento. Entre as suas principais obras contam-se: *The Reflective Practitioner: How Professionals think in Action* (1983-Temple and Smith, GB); *The Design Studio: na exploration of its traditions and potentials* (1985-RIBA, GB); *Educating the Reflective Practitioner* (1987-Jossey-Bass, EUA); *The Reflective Turn: Case Studies In ans On Educational Practices* (1991-Teachers Press, EUA).

<sup>128</sup> David Kolb (1939), professor de Organização Comportamental, autor do *Experiential Learning: experience as the source of learning and development* (1984-Prentice-Hall, GB), desenvolveu desde os anos 70 o *Experiential Learning Model* com Ron Fry .

concretas; observações reflexivas; conceptualizações abstratas e experimentação ativas. Ou seja, o aluno experimenta, reflexiona, conceptualiza e reexperimenta ativamente, aplicando o conhecimento adquirido. No modelo de Kolb os conceitos abstratos são tornados inteligíveis por validações num processo de experimentação concreto, estabelecendo deste modo um modelo para uma relação dialética entre teoria-ação, em que estas são sucessivamente postas em causa reflexivamente.

A crítica contemporânea a estes modelos de aprendizagem aponta um carácter redutor da experiência de aprendizagem proposta: redutor à relação biunívoca entre mestre e aluno e na linearidade de um processo de aprendizagem passo-a-passo. Segundo James Benedict Brown<sup>129</sup> trata-se de pedagogias “complicadas” e não “complexas”, na medida que reduzem a complexidade dos problemas da edificação a uma simples esfera dialógica entre mestre e aluno, esbatendo as relações conexas de contexto ou o envolvimento de outros agentes e de outras disciplinas. Adotando esta perspetiva, a teoria proposta por Schön e as práticas convencionais na aula de Projeto, valorizam as relações de poder entre professor-aluno, centrando-se “no como” mais do que “no porquê”, na medida em que não evitam, por um lado, as “*estruturas escondidas*”<sup>130</sup> do currículo e por outro não incorporam realmente os meios e o contexto na equação completa do problema do Projeto, esbatendo questões associadas com a mudança do paradigma ensino-educação, ambicionado em Bolonha, uma vez que os âmbitos de participação e cidadania estão apenas representados de forma indireta. Segundo Brown, importa passar para além do debate acerca das diferenças entre o ensino e a prática, devendo-se antes perguntar o

---

<sup>129</sup> James Benedict Brown 2012:164. Este autor oferece uma panorâmica do trabalho de Schön e Kolb e desenvolve uma crítica aos modelos teóricos propostos, a partir da pedagogia e da Arquitetura.

<sup>130</sup> O conceito de *hidden curriculum* é utilizado na pedagogia da Educação desde os anos 60, reportando-se à transmissão implícita de normas, valores e crenças no ambiente social escolar. Situação que pode ser adquirida com uma conotação positiva, no sentido de contribuir para a transmissão de valores culturais de base, mas também pode adquirir uma conotação negativa, porque os valores sociais dominantes perpetuam uma hierarquia relacional. No campo da Arquitetura, Garry Stevens (1998) identifica como *hidden curriculum* a perpetuação, através do estúdio de Projeto, de um *habitus cultivado* (p201), em que o aluno se confronta com um conjunto de procedimentos e processos não-objectiváveis, que fazem com que na disciplina, ao contrário de congéneres como a Medicina, a Engenharia ou o Direito, se requeira “*não apenas que se saiba alguma coisa como se seja algo*”, isto é, exige-se uma corporalização de um capital cultural que favorece os favorecidos, privilegiando uma experiência que os alunos não têm nem podem adquirir durante o curso, situação que resulta numa hierarquia redutora de posições críticas. Levada a últimas instâncias, este *habitus* reflete uma tradicional preponderância da representação das próprias obras sobre a eficácia de um discurso crítico, facto revelado por exemplo pela ausência de uma tradição crítica nos *journals* da disciplina, em benefício de uma tradição laudatória de um *status quo*.

“para o quê” estamos a educar e o “como o estamos a fazer”.<sup>131</sup> Estas questões, de finalidade e de método, reclamam um acerto pedagógico para uma maior convergência com a complexidade da realidade, convocando a multidisciplinaridade e entendo o Projeto como um processo de pensamento que elabora sobre o real e sobre os problemas do real. Este acerto com a realidade é ao mesmo tempo uma afinação com as condições reais da prática e o entendimento do Projeto como processo de inquirição da realidade.

Face à ausência de certezas e à pulverização dos modelos, fazem-se perguntas, questiona-se, experimenta-se, tanto quanto se defende o património “disciplinar”. O “para quê” exige um entendimento crítico das várias facetas do real, como refere Álvaro Siza, “*Na minha perspetiva, e de imediato, o Ensino da Arquitetura exige pelo menos: Trabalho quotidiano real e não simulado, em interdisciplinaridade. Os interlocutores podem ser docentes, em exercício constantemente coordenado, ou a isso pode corresponder um por agora muito difícil relacionamento entre Cursos diferentes. A aquisição de conhecimentos – sempre são provisórios e insuficientemente conhecidos – exige sobretudo aprendizagem da capacidade de interrogar, de contínua abertura e espírito crítico, o oposto a Cartilha ou Sebenta ou Bíblia*”.<sup>132</sup>

O processo pedagógico e metodológico do Projeto na “universidade da investigação” é tendencialmente mais complexo, elaborando sobre a realidade, aproximando investigação e prática. Ao contrário de derivas antigas, que minaram o âmago disciplinar através do enfraquecimento do valor do desenho em benefício das conotações técnico-sociológicas, o *great-divide* de Reyner Banham e Anthony Vidler,<sup>133</sup> perguntamo-nos se o desenho no Projeto poderá ser utilizando como instrumento para uma proposição crítica sobre as condições da habitabilidade do mundo.

---

<sup>131</sup> James Benedict Brown (2012:283).

<sup>132</sup> Álvaro Siza, *Sobre Pedagogia in 01 Textos* (2009:168).

<sup>133</sup> Cfr, Anthony Vidler (2012), “Troubles in Theory Part III: The Great Divide: Technology vs. Tradition”, in *Architectural Review*, July 2012. Vidler refere a identificação e tentativa de resolução teórica deste conflito por Reyner Banham nos anos 60, designadamente através da sua produção de artigos na *Architectural Review*.

#### 4. Introdução ao Processo de Bolonha

##### a. Objetivos iniciais

O conjunto de transformações do chamado Processo de Bolonha tem como origem institucional a Declaração de Bolonha, de 19 de Junho de 1999. Esta consistia num documento conjunto dos ministros europeus da Educação, onde se afirmava a necessidade de aprofundar a integração dos diversos sistemas europeus de ensino superior através da criação de um Área Europeia de Ensino Superior (EHEA), cujo objetivo central seria a construção de um sistema universitário transeuropeu, aberto, flexível, reconhecível entre pares, de forma a permitir a mobilidade de estudantes e a empregabilidade de profissionais no espaço comum económico e político.

O esforço de livre-circulação já originara princípios de reconhecimento de competências básicas profissionais para as “*profissões regulamentadas*”,<sup>134</sup> como era o caso da Arquitetura desde a Diretiva 85/384/CEE de 10 de Julho. O reconhecimento profissional exigia a clarificação de princípios de formação, pelo que a Diretiva de 1985 obrigaria os cursos nacionais a se conformarem com as suas diretrizes.<sup>135</sup>

Ao longo da década de 1990 a convergência dos sistemas universitários europeus acompanharia o processo de consolidação da União Europeia. O muro de Berlim caíra em 1989, reunificando a Alemanha e colapsando a antiga União Soviética, a supressão definitiva de fronteiras nos países da Comunidade Económica Europeia aconteceria progressivamente, concretizando a expansão dos acordos de abertura de fronteiras, os chamados acordos de *Schengen*.<sup>136</sup> Nas universidades, a convergência data da década de 1980. Em 1987 é criada a Conferência de Reitores Europeus e no ano seguinte é assinada a *Magna Charta Universitatum*, elaborada por ocasião das celebrações dos 900 anos da Universidade de Bolonha e cujo objetivo

---

<sup>134</sup> Profissões protegidas por disposições normativas que definem um âmbito da acção exclusivo e as competências necessárias para o seu acesso. Estes regimes jurídicos são diversos conforme os estados, obrigando a um esforço de informação e comptibilização para permitir a livre-circulação de profissionais.

<sup>135</sup> Para reconhecimento inter-estados do título de arquitecto, era necessário à inscrição do curso no anexo da Diretiva Europeia correspondente.

<sup>136</sup> O primeiro acordo de abertura de fronteiras havia sido firmado em 14 de Junho de 1985, tendo como signatários cinco países membros da Comunidade Europeia: França, Alemanha e a Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, países que já tinham um acordo de livre circulação de pessoas desde 1960). A adesão de outros países seria efectuada de modo progressivo, com a Itália em 1990, Portugal e Espanha em 1991, a Grécia em 1992 ou, por exemplo a Áustria em 1995.

era o de “celebrar os mais profundos valores da tradição Universitária” e “encorajar laços fortes entre Universidades Europeias”.<sup>137</sup>

Em 1998, nas celebrações do oitavo centenário da Universidade de Paris, ministros da Educação de quatro países (França, Alemanha, Itália e Reino Unido) condenam a segmentação global do sector do ensino superior europeu, reclamando a construção de uma “*Europa do Conhecimento*” e da tecnologia, a par da Europa da moeda única e da economia.<sup>138</sup> Um ano mais tarde, em Bolonha, é assinada a Declaração de Bolonha pelos ministros da área educativa de 30 estados nacionais,<sup>139</sup> iniciando um processo tendo em vista a criação da EHEA, afirmando um conjunto de seis objetivos a serem atingidos até ao final da primeira década do terceiro milénio, designadamente:

- Adoção de um sistema de comparação entre graus académicos e a implementação do Suplemento de Diploma;<sup>140</sup>
- Adoção de um sistema de duplo ciclo, composto de Bacharelato e Mestrado;<sup>141</sup>
- Adoção de um sistema de créditos, a partir do sistema ECTS,<sup>142</sup> de modo a proporcionar meios para a mobilidade estudante, quer entre instituições de ensino superior, quer com outros contextos, incluindo os da aprendizagem continua;

---

<sup>137</sup> Cfr. *Magna Charta Universitatum* 1988.

<sup>138</sup> Cfr. *Declaração Conjunta da Sorbonne* de 25 de Maio de 1998.

<sup>139</sup> Cfr. *Declaração de Bolonha* de 19 de Junho de 1999, assinada em representação do Estado Português por Eduardo Marçal Grilo, à altura Ministro da Educação do XIII Governo Constitucional da Republica Portuguesa (1995-1999).

<sup>140</sup> O Suplemento ao Diploma é um documento complementar do diploma final de curso, de carácter informativo e que descreve o sistema de ensino superior do país de origem do diploma, caracterizando igualmente a instituição que conferiu o grau/diploma, assim como a formação realizada, os seus objetivos e os resultados obtidos.

<sup>141</sup> Graus sequenciais e com uma duração mínima de três anos para o primeiro, sendo que idealmente o primeiro ciclo conduziria a algum tipo de formação com correspondência no mercado laboral e, o segundo ciclo, conduziria a uma formação mais especializada do tipo de mestrado ou de doutoramento;

<sup>142</sup> ECTS é sigla para *European Credit Transfer and Accumulation System*. Designa o sistema padrão para comparação dos estudos e desempenhos de estudantes no Ensino Superior Europeu. A forma atual resultou do trabalho do *Projeto Tuning*, sendo adoptada oficialmente em 2004 (Guia ECTS da Comissão Europeia). Os créditos exprimem uma quantidade de trabalho que cada módulo de aprendizagem exige face ao volume global de trabalho necessário para concluir com êxito um ano de estudos. Representam um valor relativo e estimado, que pode incluir tanto aulas teóricas, trabalhos práticos, seminários, estágios, investigações ou inquéritos no terreno, assim como trabalho pessoal, exames ou outras formas de avaliação, baseando-se numa ideia de volume global de trabalho que extravasa as horas de aulas efectivas. O sistema é baseado no princípio de que 60 créditos medem a carga de trabalho em tempo integral ao longo de um ano académico para um estudante típico. Sendo que 30 créditos correspondem em principio a um semestre e 20 créditos a um trimestre, correspondendo 1 credito a cerca de 30 horas de trabalho. A carga de trabalho de um programa de estudo integral na Europa atingiria entre

- Promoção da mobilidade, para alunos, professores, investigadores e administrativos, valorizando a permanência num contexto Europeu para investigar, ensinar ou estagiar;
- Promoção da garantia de qualidade, desenvolvendo critérios e metodologias europeus de comparação;
- Promoção da cooperação no que respeita aos desenvolvimentos curriculares, cooperação interinstitucional, esquemas de mobilidade e programas integrados de estudo, estágio e investigação.

Tendo em vista a supervisão da implementação, foram criadas conferências ministeriais bianuais para monitorização e enquadramento político do processo. O primeiro encontro teria lugar em Praga em 2001, e a comunicação da conferência afirmaria, entre outros aspetos,<sup>143</sup> que alguns países já haviam adotado o sistema de duplo ciclo, sublinhando que os programas conduzindo aos diferentes graus deveriam garantir diferentes orientações e perfis variados, de modo a acomodar uma pluralidade de necessidades individuais, académicas e de mercado de trabalho. Relativamente à promoção da garantia de qualidade, assinalava-se a criação da *European Network of Quality Assurance in Higher Education* (ENQA).<sup>144</sup>

#### b. Convergência com a *Estratégia de Lisboa*

Em 2003, em Berlim, a nova comunicação do grupo interministerial estabelece 2005 como a data para a implementação dos sistemas de nacionais de acreditação e certificação, e cujo conjunto de sistemas estabeleceria uma rede europeia de instituições de certificação do Ensino Superior. Definia igualmente um conjunto de ações adicionais de convergência com as

---

1500-1800 horas anuais por ano lectivo, sendo que um crédito ECTS equivale, por este princípio, a cerca 25-30 horas de trabalho efectivo. O sistema ECTS contempla ainda uma escala de classificação, numa tentativa de uniformizar as classificações atribuídas na Europa aos diferentes cursos.

<sup>143</sup> Supletivamente, o comunicado enfatizava os seguintes objetivos adicionais à Declaração de Bolonha de 1999: aprendizagem continua (*Lifelong Learning*), como processo de adaptação aos desafios da competitividade e da mudança tecnológica, e como factor de coesão social e de igualdade de oportunidades; o envolvimento das instituições de ensino no seu todo, incluindo os estudantes, na reorganização geral e de conteúdos educativos; a necessidade de se ter em conta “a dimensão social” do processo de Bolonha; a promoção da atratividade da EHEA, incluindo a capacidade de atrair estudantes de outros continentes, sendo para tal considerado essencial a legibilidade do sistema como um todo e a sua capacidade de comparação relativa com outros sistemas de ensino superior.

<sup>144</sup> Deriva do *European Pilot Project for Evaluating Quality in Higher Education* e tem como objetivo reunir e coordenar os principais organismos de acreditação, governamentais e privados, de todos os países da União.

conclusões dos Conselhos Europeus de Lisboa (2000) e Barcelona (2002),<sup>145</sup> que definem a chamada “Estratégia de Lisboa”, onde se estabelece o objetivo de transformar a Europa na “*mais competitiva e dinâmica economia mundial com base no conhecimento, com capacidade para um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e maior coesão social*”,<sup>146</sup> o comunicado elenca ainda *European Research Area* (ERA)<sup>147</sup> em paralelo EHEA como um dos “*pilares para uma sociedade baseada no conhecimento*”. Em consequência, é afirmado ser necessário ir além do duplo ciclo de ensino superior e incluir um terceiro ciclo, de doutoramento, enfatizando a importância da “*investigação, do treino da investigação e a promoção da interdisciplinaridade*”,<sup>148</sup> realçando ainda a necessidade de cooperação e mobilidade também ao nível doutoral e pós-doutoral.

### c. *Tuning*: Novos Paradigmas

A terceira comunicação interministerial de acompanhamento teria lugar em 2005, em Bergen na Noruega. Nesta destaca-se a ratificação da *Lisbon Recognition Convention*<sup>149</sup> (1997-1999) que permitiria o reconhecimento de graus e de períodos de estudos entre estados, estabelecendo o compromisso para o desenvolvimento de quadros de qualificações nacionais compatíveis com o arco de qualificações trabalhado instituído pela EHEA. Mais comunicava o documento a adoção do quadro de qualificações da EHEA, assim como o sistema de triplo ciclo de aprendizagem e um conjunto de descrições genéricas para cada ciclo estudos, baseado nos conceitos de “resultados de aprendizagem” e desenvolvimento de “competências”. Estes conceitos haviam sido desenvolvidos por um grupo de trabalho para apoio ao Processo de Bolonha, constituído por membros de várias universidades europeias, designado por *Projeto*

---

<sup>145</sup> Desta sequência de Conselhos emana o documento designado por *Estratégia de Lisboa*. A “Estratégia de Lisboa” ou “Agenda de Lisboa” é um plano de desenvolvimento estratégico da União Europeia, aprovado pelo Conselho Europeu em Lisboa, em Março de 2000 e válido para a primeira década do século.

<sup>146</sup> Cf. Comunicado de Berlim de 19 de Setembro de 2003.

<sup>147</sup> A ERA foi criada em 2000, mediante proposta da Comissão Europeia através do documento *Towards a European Research Area*. Seria concretizada após o Conselho Europeu de Lisboa em Março de 2000.

<sup>148</sup> Cfr. Comunicado de Berlim de 19 de Setembro de 2003.

<sup>149</sup> Designada oficialmente por *Convention on the Recognition of Qualifications concerning Higher Education in the European Region*, é uma convenção internacional elaborada pelo Conselho da Europa em colaboração com a UNESCO, que estipula que os graus académicos e os períodos de estudo devem ser reconhecidos a não ser que se provem “*diferenças substanciais*” pela instituição a que cabe o reconhecimento. Foi assinada em Lisboa em 1997 e entrou em vigor em 1999. A convenção estabeleceu para a Europa dois órgãos para a supervisão, promoção e implementação da convenção: o *Committee of the Convention on the Recognition of Qualifications concerning Higher Education in the European Region* e a *European Network of Information Centres on Academic Mobility and Recognition* (ENIC).



*Tuning* e que embora fosse financiado por programas europeus era na sua génese iniciativa das universidades.<sup>150</sup> O projeto-processo fora lançado em 2000, tendo como objetivo propor metodologias e princípios que permitissem comparar e “sintonizar” as estruturas educativas e os seus programas curriculares, na base da diversidade e da autonomia destas mesmas instituições.<sup>151</sup>

O *Tuning* viria a propor uma metodologia para entender e tornar comparáveis os currículos<sup>152</sup> e um modelo para o desenvolvimento e implementação de novos currículos. Este modelo assentava em 8 pontos bases e desenvolvia o princípio de que os programas curriculares poderiam ser continuamente melhorados, através de um processo não apenas assente na experiência passada (*feedback*) mas tendo em atenção os desenvolvimentos sociais e os do campo académico atinente (*feed-forward*).<sup>153</sup> O método propunha como instrumentos para desenvolver pontos de referência por área-sujeito, os conceitos de resultados de aprendizagem e de desenvolvimento de competências, que seriam plenamente integrados na linguagem do Processo de Bolonha com o comunicado de Bergen e que se resumem:

- Resultados de Aprendizagem: “*são afirmações do que é expectável o aprendiz vir a conhecer, compreender e capaz de demonstrar após concluir uma experiência de aprendizagem*”;<sup>154</sup>

---

<sup>150</sup> Este “Projeto” continua activo, podendo ser consultado o histórico, documentação produzida e atividade realizada e planeada em. <http://www.unideusto.org/tuning/>

<sup>151</sup> O mote do Projeto é “*sintonizar as estruturas educativas e os programas, na base da diversidade e da autonomia*”, cf. o documento *Universities Contribution to the Bologna Process*, Tuning (2008:13).

<sup>152</sup> Consistindo em cinco linhas de aproximação para organizar as discussões nas diversas áreas de conhecimento: 1. Competências genéricas ou habilidades (*skills*) transferíveis; 2. Competências específicas da área-sujeito; 3. O papel dos ECTS como sistema de acumulação; 4. aproximações à aprendizagem, ensino, avaliação. 5. Qualidade no processo educativo (enfatizando sistemas baseados na cultura institucional interna de qualidade). Numa primeira fase do Projeto a ênfase seria colocada nos 3 primeiros pontos. A segunda fase, entre 2003-2004, incidia nos dois restantes. A 3ª fase incide no 3º ciclo e nas estratégias de aplicação do Tuning nas instituições e nas áreas-sujeito em particular. Cf. Tuning (2008:13-14).

<sup>153</sup> O modelo Tuning baseava-se em 8 condições: 1. Condições básicas (para todos os programas: as necessidades sociais locais, o interesse académico, existência de meios institucionais); 2. Definição do perfil do grau; 3. Descrição dos objetivos do programa assim como dos resultados de aprendizagem; 4. Identificação de competências genéricas e de área-sujeito; 5. Tradução no currículo: conteúdos (tópicos a serem cobertos) e estrutura (módulos e créditos); 6. Tradução em unidades educativas e actividades para alcançar os objectivos de aprendizagem definidos; 7. Abordagens ao ensino (*teaching*) e à aprendizagem (tipo de métodos, técnicas e formatos), assim como os métodos de avaliação; 8. sistema de avaliação para a melhoria constante da qualidade.

<sup>154</sup> *Tuning* (2008:9), tradução livre.

- Competências: “representam uma combinação dinâmica de habilidades cognitivas e metacognitivas, conhecimentos e entendimentos, habilidades interpessoais, intelectuais e práticas, e valores éticos”.<sup>155</sup>

Segundo o *Tuning*, o desenvolvimento destas competências seria o objetivo de todos os programas educativos. Sucedendo que algumas competências são relacionadas com uma dada área de estudos, outras são genéricas a qualquer curso, considerando-se normal que o desenvolvimento de competências ocorra de um modo integrado e cíclico ao longo de um programa de estudos. Para definir as competências gerais consultaram-se empregadores, organizações profissionais, licenciados e pessoal académico de vários países europeus. Estudaram-se ainda nove “áreas-sujeito”,<sup>156</sup> aflorando as competências específicas por área de conhecimento, no entanto o estudo revelou que agentes e áreas valorizavam competências gerais, facto que se poderá interpretar como uma necessidade de conceder mais atenção à formação generalista nos currículos, contrariando eventuais tendências para a especialização, associadas aos próprios campos de especialização dos docentes-investigadores.

Este procedimento representava uma mudança de paradigma, alterando a aproximação à organização dos conteúdos de ensino centrada no pessoal docente para uma nova orientação baseada nos alunos. Em consequência, ambicionava-se também uma alteração do tipo de ensino, do tipo aprendizagem e dos próprios métodos de avaliação.

Os objetivos de aprendizagem são formulados ao nível dos programas e ao nível das unidades curriculares (entendidas como unidades de aprendizagem). As competências são desenvolvidas de um modo progressivo ao longo dos programas, pelo que na organização destes deveria ser decidido em que unidades as competências particulares são formadas. De aqui resulta que um programa curricular não possa ser a soma de uma série de unidades vagamente relacionadas, mas sim uma entidade em si mesma, situação que requeria uma aproximação mais

---

<sup>155</sup> *Tuning* (2008:9), tradução livre.

<sup>156</sup> Significativamente, o estudo levado a cabo mostrou uma correlação entre as competências consideradas importantes quer por empregadores, quer por graduados, colocando no topo da lista um conjunto de competências genéricas, relacionadas como a capacidade de análise e síntese; a capacidade de aprender; a habilidade para resolver problemas; a capacidade de aplicar o conhecimento ou a capacidade de adaptação a situações novas. No pólo oposto, as capacidades de gestão, liderança ou de Projeto aparecem nos lugares finais, o que permite afirmar que além da transferência de conhecimento consolidado e específico das áreas sujeito disciplinares, as universidades deveriam valorizar as competências genéricas, que se presumem fundamentais para uma sociedade em constante mutação. Identificaram-se ainda competências específicas para 9 áreas de referência: Gestão, Química, Ciências da Educação, Estudos Europeus, História, Ciências da Terra (Geociências), Matemáticas, Enfermagem e Física. Cf. *Tuning* (2008)

holística às estruturas curriculares. Este princípio também se aplicava às optativas e às eventuais unidades curriculares *minors*,<sup>157</sup> cuja existência deveria contribuir para um perfil formativo pré-definido. Tratava-se de estabelecer uma ligação horizontal e uma ligação vertical entre unidades e respectivas competências, organizadas mediante uma complementaridade recíproca e um princípio de progressão em termos de resultados de aprendizagem e competências adquiridas.

O projeto propôs três tipos de competências genéricas: competências instrumentais (capacidades cognitivas, metodológicas, tecnológicas e linguísticas); competências interpessoais (capacidades individuais tais como as competências sociais - interação social e cooperação) e competências sistémicas (capacidades e competências relacionadas ao sistema na sua totalidade (combinação da compreensão, da sensibilidade e conhecimento que permitem ao indivíduo ver como as partes de um todo se relacionam e se agrupam). Cada área de estudo definiria as suas competências específicas, de acordo com o perfil definido para os objetivos de ciclo de estudos.

A comparabilidade dos programas de estudos e dos períodos de aprendizagem era proporcionada assim pelos conceitos de níveis, resultados de aprendizagem e desenvolvimento de competências e pelos créditos ECTS. Complementarmente, a comparabilidade e a mobilidade seriam também promovidos por programas de estudo organizados em unidades de igual dimensão, ou seja, através de uma “modelação” dos tempos dos programas educativos.<sup>158</sup>

O quadro conceptual do Processo de Bolonha iria refletir a partir de 2005<sup>159</sup> as contribuições deste grupo de trabalho, apresentado o *Framework for Qualifications of the European Higher Education Area* (EQF para a EHEA) que seria coincidente com os conceitos e com a linguagem do *Tuning*. O EQF<sup>160</sup> tomava como referência o trabalho do *Tuning* e do *Joint Quality Initiative* (JQI), um grupo independente de especialistas em Ensino Superior, que produzira um conjunto de critérios descritores de ciclo para se distinguir entre os ciclos de

---

<sup>157</sup> Unidades curriculares de áreas científicas colaterais ou de especialização. Os cursos podem atribuir um dado conjunto de créditos *minors* cuja cumprimento permite cursos com um perfil formativo principal e um secundário.

<sup>158</sup> Cf. *Tuning* 2008:23

<sup>159</sup> Cf. Comunicado de Bergen de 20 de Maio de 2005.

<sup>160</sup> O EQF vem fornecer orientação para a construção de “*Quadros Nacionais de Qualificações*” que sejam baseados nos conceitos de Objetivos de Aprendizagem e em Créditos.

aprendizagem de um modo geral. Estes critérios são conhecidos comumente como os “*Descritores de Dublin*” e são complementares ao *Tuning*.<sup>161</sup>

Tabela 9: Diferenciação entre Ciclos – Descritores de Dublin

Ciclo	Competências necessárias para concluir o Ciclo de Estudos
<b>Conhecimento e Entendimento (compreensão)</b>	
1º (Bacharelato)	(É) suportado por livros avançados (com) alguns aspetos informados por conhecimento de ponta no campo de estudo...
2º (Mestrado)	Providencia a base ou oportunidade para originalidade no desenvolvimento ou aplicação de ideias, frequentemente em contexto de investigação...
3º (Doutoramento)	(Inclui) um entendimento sistemático do seu campo de estudo e um domínio dos métodos de investigação associados a esse campo...
<b>Aplicação de Conhecimento e Entendimento (compreensão)</b>	
1º (Bacharelato)	(Através) identificando e sustentando argumentos ( <i>devising and sustaining</i> ).
2º (Mestrado)	(Através) capacidade de resolver problemas (aplicada) em ambientes novos ou pouco familiares, em contexto largo (ou multidisciplinar).
3º (Doutoramento)	(É demonstrado pela) habilidade para conceber, projetar, implementar e adaptar um processo substancial de investigação com integridade escolar. (É no contexto de) uma contribuição que estende a fronteira do conhecimento pelo desenvolvimento de um corpo de trabalho substancial, que mereça publicação por pares ao nível nacional ou internacional.
<b>Realização de Apreciações e Tomada de Decisão</b>	
1º (Bacharelato)	(Envolve) reunir e interpretar informação relevante.
2º (Mestrado)	(Demonstra) habilidade para integrar conhecimento e manejar complexidade, formulando apreciações com informação incompleta.
3º (Doutoramento)	(Requer ser) capaz de análise crítica, avaliação e síntese de ideias novas e complexas.
<b>Comunicação</b>	
1º (Bacharelato)	(De) informação, ideias, problemas e soluções.
2º (Mestrado)	(De) suas conclusões, sustentamento e racionais (num âmbito restrito) a audiências especializadas e não especializadas (monólogo).
3º (Doutoramento)	Com os seus pares, a comunidade académica e com a sociedade em geral (diálogo) acerca da sua área de especialidade (sentido lato).
<b>Aprendendo Aptidões (autonomia)</b>	
1º (Bacharelato)	Tenha desenvolvido as aptidões necessárias para prosseguir estudos com maior nível de autonomia...
2º (Mestrado)	Estude de um modo que seja largamente auto-direcionado e autónomo...
3º (Doutoramento)	Expectável que seja capaz de promover, em ambiente académico e profissional, avanços tecnológicos, sociais ou culturais...

Nota: retirado de DGES, in <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objetivos/Descritores+Dublin/>

Tabela 10: Competências Genéricas Académicas – Projeto Tuning

Competência Geral	Descrição
Competência Instrumental	Habilidades cognitivas; metodológicas, tecnológicas e linguísticas.
Competência Interpessoal	Habilidades individuais, como competências sociais (interação e cooperação social)
Competência Sistémica	Habilidades e competências respeitantes a sistemas integrais (combinação de entendimento, sensibilidade e conhecimento, dependente de uma aquisição à priori de competências instrumentos e interpessoais).

Nota: Tuning (2008:17).

O conjunto *Tuning*-JQI reconhece que o desenvolvimento de competências genéricas é cada vez mais relevante para preparar os alunos para o seu papel futuro na sociedade em termos de

<sup>161</sup> Na medida em que o JQI se centra nos descritores de ciclo, em termos gerais, e o *Tuning* se centra na definição das competências gerais em si mesmas. Cf. *Tuning* (2008:11).

empregabilidade, cidadania e capacidade de adaptação. Ou seja, um “ensino moderno” para a cidadania e para a Democracia. Caberia de seguida às áreas de conhecimento, instituições e cursos, a afinação das competências específicas e o equilíbrio com as genéricas.

#### d. Monotorização e Avaliação

Definido o quadro conceptual base da reforma, as conferências seguintes incidiram em questões de acompanhamento dos processos de adequação, que no caso Português se iniciaria em 2005-2006. Deste modo, a conferência ministerial de 2007, em Londres, reforçaria a importância de se proceder a uma reforma curricular tendo em vista uma qualificação mais adequada dos alunos, quer para as necessidades dinâmicas do mercado de trabalho, quer para o prosseguimento de mais estudos,<sup>162</sup> reforçando a ligação à linguagem *Tuning*. A conferência seguinte, em 2009, teria lugar em Leuven/Louvain-la-Neuve na Bélgica, nesta altura são já 46 países que aderiram a Bolonha, extravasando o âmbito estrito da União Europeia. Com a aproximação do fim do período de implementação, cujo limite era 2010, as conferências e as respetivas comunicações preocupam-se com a sedimentação da EHEA para um novo horizonte de 10 anos, com vista a 2020.<sup>163</sup> Já em plena crise financeira e económica global é reforçado que o investimento público no ensino superior é uma prioridade máxima, e que para uma retoma económica sustentável é fundamental a procura da inovação com base na “*integração entre*

---

<sup>162</sup> Removendo barreiras para o acesso e progressão entre ciclos, cuja versatilidade permitiria uma variação e progressão mais simples e natural entre instituições e entre ciclos de aprendizagem, pressupondo quesitos de empregabilidade em cada um dos ciclos, formadores e complementares dos resultados de aprendizagem e enquadrados ainda pela desejada implementação de princípios de formação contínua.

<sup>163</sup> Os pontos considerados prioritários para a década seguinte, reconhecendo a importância de se preservar a diversidade dos sistemas de educação, abrangendo o ensino e a investigação, ao serviço comunitário e comprometimento com a coesão social e com o desenvolvimento cultural: **dimensão social** (acesso e frequência equitativa a uma população diversa); **a aprendizagem contínua pela vida** (reconhecendo conhecimentos, aptidões e competências adquiridas mediante caminhos de formação formais, não-formais ou informais); **a empregabilidade** ( indo além da adequabilidade dos conhecimentos, aptidões e competências, encorajando colocações profissionais inseridas nos programas de estudos, assim como aprendizagem “*na profissão*”); **o ensino centrado no estudante e missão de ensino** (sublinhando a importância da “*missão de ensinar*” e a necessidade de uma contínua reforma curricular em face do desenvolvimento de “*resultados de aprendizagem*” e de um currículo mais flexível e focado no aluno, que interligue educação, investigação e inovação, aumentando a quantidade de indivíduos com competências na área da investigação); **a abertura internacional** (educação “*transnacional*”); **a mobilidade** (em 2020 cerca de 20% dos alunos ter frequentado cursos fora do seu estado-nação de origem, e que os programas de ensino e a atribuição partilhada de graus se tornem uma prática comum); **a monotorização** (da dimensão social, da empregabilidade e da mobilidade); **a comparabilidade** (tornam a “*diversidade*” no seio da EHEA “*mais transparente*”); **o financiamento** (confirmando que o financiamento público é prioridade para a garantia de equidade e para a autonomia e resposta social das instituições de Ensino Superior).

*educação e investigação a todos os níveis*”.<sup>164</sup>Estavam lançados os instrumentos e os conceitos base, os encontros seguintes, em 2010 e 2012,<sup>165</sup> tendo em conta a existência da EHEA, passariam a monitorizar, a aprofundar e a reestruturar conceitos criados anteriormente.

#### e. Implementação em Portugal

O Processo de Bolonha, com os seus objetivos gerais e quadro de reformas estruturais e conceptuais, obrigaria a um movimento de reforma e adequação no sistema do ensino superior português em geral. Esta adaptação ocorreria no momento-auge do crescimento e complexificação do próprio sistema em si, isto é, ocorreria ao longo da primeira década de 2000, momento em que o número de alunos a frequentar o sistema atinge valores máximos e se inicia um movimento de sentido inverso, um recuo, que será persistente até ao início da segunda década.<sup>166</sup>

O declínio do número de estudantes saturava a quantidade de instituições e de cursos, perspetivando um aumento da competição, à qual se juntaria uma conjugação das restrições de financiamento, resultado do controlo orçamental imposto pela união monetária e a resistência interna ao aumento do valor das propinas, antevendo um recuo eminente do financiamento *per capita* do Estado às instituições e ao sistema do seu todo.<sup>167</sup>

Desta forma, seria por entre um cenário de crise que o Processo de Bolonha avançará na segunda parte da primeira década do século.

O início efetivo da adequação teria lugar entre 2005 e 2006, com a preparação do novo quadro legal nacional e com a entrega das propostas para a adaptação dos programas de estudos existentes à nova estrutura prevista. Preparatoriamente, entre 2003 e 2004, a tutela (MCTES)

---

<sup>164</sup> Cf. Comunicado de Leuven de 29 de Abril de 2009, mantém-se a ideia de uma “*Europa do conhecimento*”, “*altamente criativa e inovadora*”, competitiva a uma escala global e inserida num cenário de envelhecimento populacional, onde se torna necessário maximizar talentos e capacidades, implementar princípios de formação contínua ao longo da vida. Em paralelo, as oportunidades da globalização e a aceleração do desenvolvimento tecnológico proporcionaram “*novos meios, novos alunos e novos tipos de aprendizagem*”, reforçando a ideia de aprendizagem “*centrada no estudante*” e a importância da mobilidade, com um enfoque no “*desenvolvimento de competências*” em resposta ao um mercado de trabalho que agora é global, heterogéneo e em permanente mudança.

<sup>165</sup> Comunicado de Budapest-Viena de 12 de Março de 2010 e Comunicado de Bucareste de 27 de Abril de 2012.

<sup>166</sup> Conforme [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt), há em 2000 um pico de cerca de 400.000 alunos no Ensino Superior no seu todo, que iria progressivamente baixando até cerca de 360.000 em 2014, ou seja, um declínio consolidado de aproximadamente 1% até 2014.

<sup>167</sup> Sobre a caracterização deste momento, veja-se Amélia Veiga e Alberto Amaral (2012:268).

encomendaria dois relatórios de trabalho, o primeiro relatório ao CIPES,<sup>168</sup> ouvindo a comunidade académica sobre as transformações a implementar no sistema universitário nacional para a adequação ao Processo de Bolonha, e um segundo consistindo em relatórios elaborados por comissões de especialistas por “área do conhecimento”, que formalizaram um conjunto de propostas para a adequação ao Processo de Bolonha por área disciplinar. Os relatórios mostrariam algum nível de discordância entre âmbitos disciplinares,<sup>169</sup> situação que poderia desaconselhar a implementação de uma estrutura única para todo o sistema educativo, enquanto sublinhavam, em sentido contrário, a descrença de quase todo o sistema na possibilidade de formação profissional adequada num primeiro ciclo de três anos. Conforme referia o SNESup em 2004, o panorama dos relatórios mostrava a “*afirmação inequívoca de que, para respeitar o princípio geral de que o primeiro ciclo de formação deve assegurar as competências necessárias ao exercício de uma atividade profissional, o primeiro ciclo deve contemplar 240 créditos ECTS*”<sup>170</sup>, ou seja, no mínimo 8 semestres de trabalho a tempo integral.

Neste ponto as universidades e as associações profissionais convergiam,<sup>171</sup> enfatizando a descrença em que um primeiro ciclo de 3 anos e 180 ECTS fosse apropriado para uma conveniente formação que desse acesso a um grau com reconhecimento profissional. Esta preocupação levaria algumas áreas a reclamar um tempo de formação mais longo, o que aliado às disposições europeias sobre as profissões conduziria à previsão pela normativa do formato dos Mestrados Integrados (MI). Este formato viria ser previsto para os casos em que o acesso ao exercício de uma determinada atividade profissional exigisse uma maior duração da formação-base, sendo esta necessidade determinada ou por normas legais da União Europeia, ou por “*uma prática estável e consolidada na União Europeia*”.<sup>172</sup> Circunstâncias que

---

<sup>168</sup> Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES), fundado em 1998, inicialmente como centro de investigação da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), tornar-se-ia em 2006 uma associação privada das Universidades do Porto e de Aveiro, com sede em Matosinhos.

<sup>169</sup> Cf. revista *Ensino Superior* nº14, revista do SNESup (Sindicato Nacional do Ensino Superior), Dezembro 2004 - Janeiro 2005, notando que “*na natureza e quantidade da informação que disponibilizam os relatórios são muito assimétricos, mais díspares do que a heterogeneidade das áreas científicas o faria supor, oscilando entre relatórios com menos de 10 páginas e relatórios com mais de 600 páginas*”.

<sup>170</sup> Cf. revista *Ensino Superior* nº14, revista do SNESup, Dezembro 2004 - Janeiro 2005.

<sup>171</sup> Nomeadamente as profissões já reguladas por Diretivas europeias, como era o caso da Arquitetura desde 1985, e em cujas Diretivas se estabeleciam as condições para o ensino, incluindo a duração mínima da formação. Veja-se ainda a este respeito o documento do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros de 2004, “*Posição da Ordem dos Engenheiros relativamente ao processo de Bolonha*”.

<sup>172</sup> Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março (define os Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior, para a adequação a Bolonha), conforme o artigo 19º, ponto 1.

corresponderiam na generalidade a um conjunto de “profissões reguladas”<sup>173</sup> pela Diretiva 2005/36/EC de 7 de Setembro, que estabeleceria, entre outras disposições, o tempo de estudo necessário para acesso à prática profissional nos campos específicos da medicina geral (6 anos), medicina dentária (5 anos), cirurgião veterinário (5 anos), farmacêutico (pelo menos 5 anos) e arquiteto (entre 4 e 6 anos).

Ainda em 2005 seriam publicados os primeiros normativos de preparação para a adequação a Bolonha, nomeadamente através da introdução nos currículos de um sistema de créditos ECTS, juntamente com um conjunto de disposições complementares.<sup>174</sup> Já na segunda metade de 2005, um novo governo com maioria parlamentar revia a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986,<sup>175</sup> através da publicação da Lei nº49/2005 de 30 de Agosto que adaptaria a lei-quadro de 1986-1999 e habilitava o Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março, que viria a estabelecer a nova arquitetura de graus para o ensino superior em Portugal, alinhando a configuração do sistema português com a estrutura de Bolonha e definindo um calendário para a adequação.

*Tabela 11: Sistema universitário português com Bolonha*

Sistema	1ºCiclo	2ºCiclo	3ºCiclo
Universidades:	6 a 8 semestres (180 a 240 créditos). Atribuição livre	3 a 4 semestres. Casos especiais com 2 semestres.  Direito de dispensar mestrados integrados, que durariam 10 a 12 semestres (300 a 360 créditos).	Demonstrar possuir os recursos humanos e organizativos necessários a investigação e uma experiência acumulada no domínio sujeita a avaliação e concretizada numa produção científica e académicas relevantes.
Politécnicos:	6 a 8 semestres. Norma 180 créditos (6 semestres) Em casos especiais 240 créditos.	3 a 4 semestres. Casos especiais com 2 semestres.  Direito de dispensar mestrados integrados, que durariam 10 a 12 semestres (300 a 360 créditos).	-
Nota: a justificação para a amplitude dos cursos, tanto em créditos como em tempo, dependia de práticas estabelecidas e de praticadas em instituições europeias de referência.			

<sup>173</sup> Cf. alínea a) do artigo 3º da Diretiva 2005/36/EC de 7 de Setembro: “«Profissão regulamentada»: a atividade ou o conjunto de atividades profissionais em que o acesso, o exercício ou uma das modalidades de exercício se encontram directa ou indirectamente subordinados, nos termos de disposições legislativas, regulamentares ou administrativas, à posse de determinadas qualificações profissionais; constitui, nomeadamente, uma modalidade de exercício o uso de um título profissional limitado por disposições legislativas, regulamentares ou administrativas aos detentores de uma determinada qualificação profissional. Quando não for aplicável a definição apresentada na primeira frase da presente definição, serão consideradas profissões regulamentadas as profissões a que se refere o n.º 2”.

<sup>174</sup> Designadamente a figura do contrato de aprendizagem, a da transcrição de registos, a necessidade de informação complementar sobre os cursos e a obrigatoriedade de introdução do “Suplemento de Diploma” nas designações dos cursos, cf. o Decreto-Lei nº42/2005 de 22 de Fevereiro, com os *Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior*.

<sup>175</sup> Lei nº46/86 de 14 de Outubro e Lei nº115/99 de 19 de Setembro.



Em 2006 a tutela encomendaria uma avaliação do sistema de ensino superior português à OCDE e um relatório sobre o sistema de verificação da qualidade do ensino superior à ENQA. Houve ainda um incentivo para as instituições de ensino superior se submeterem voluntariamente às auditorias de qualidade efetuadas no âmbito do programa de avaliação institucional da EUA. Este conjunto de diligências suportaria uma segunda vaga legislativa e a criação em 2007 da agência nacional de avaliação e acreditação do ensino superior, a A3ES.<sup>176</sup> Já em 2008, após a vaga de registos provisórios de adequação dos cursos ao Processo de Bolonha, o governo legislaria obrigando todas as instituições a produzirem um relatório que monitorizasse a passagem do antigo “paradigma de ensino” para o novo “paradigma de aprendizagem”, explicitando as “*componentes de trabalho experimental ou de projeto, entre outras, e a aquisição de competências transversais devem desempenhar um papel decisivo*”.<sup>177</sup>

A adequação a Bolonha fora efetuada com rapidez a partir da definição do novo quadro legal entre 2005-2006. No entanto, ainda em 2007, o relatório EUA, *Trends V: Universities shaping the European Higher Education Area* identificava no contexto português dificuldades na articulação entre ciclos, assim como dificuldades quanto à mobilidade de estudantes. Entre outros problemas, apontava falta de diálogo entre instituições, autoridades, empregadores e público em geral, denunciando o desacerto entre a oferta formativa organizada em duplo ciclo e as necessidades de mercado e da sociedade, ou seja, confirmando os receios colocados pelas áreas disciplinares nos relatórios de 2004.<sup>178</sup> Autores como Amélia Veiga e Alberto Amaral (2012) referem que dado o tempo curto que as instituições tiveram para se adequarem, a implementação acabaria por ser uma questão mais de “*forma do que de substância*”<sup>179</sup> e que aspetos como a distribuição de créditos e a definição de competências a adquirir, solicitadas no procedimento administrativo da adequação, sobrepuseram-se a eventuais experiências de reformulação das estruturas curricular em si.

A importância da correspondência entre os graus académicos e o “mercado” de trabalho correspondia ao alinhamento do Processo de Bolonha com a Estratégia de Lisboa, numa tentativa de melhorar as competências gerais dos graduados, entrelaçando competências,

---

<sup>176</sup> Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, sobre estas iniciativas ver Veiga e Amaral (2012:271).

<sup>177</sup> Cf. Decreto-Lei nº107/2008 de 25 de Julho, que retifica o Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março, artigo 66ºA, do Relatório de Concretização de Bolonha, ponto 2.

<sup>178</sup> Sobre este relatório e processos conexos, ver Crosier et al (2007), em *Trends V: Universities shaping the European higher education area*.

<sup>179</sup> Veiga e Amaral (2012:279).

investigação e desenvolvimento.<sup>180</sup> Segundo autores como Guy Neave e Alberto Amaral, esta convergência correspondia ainda a um corolário neoliberal, que orientava as políticas de ensino superior Europeu desde a última década do século XX,<sup>181</sup> e que tendo vindo a substituir progressivamente o paradigma “político”, intimamente ligado à modernização do governo e à profissionalização da administração pública, em que a universidade era vista como um serviço público que garantia a renovação e a ampliação das elites administrativas, profissionais e intelectuais, por um novo paradigma “económico”, que privilegia a modernização da economia, transformando-a tendencialmente em serviços não materiais. Esta mudança relativiza a importância do Estado-Nação em benefício de uma economia progressivamente definida a uma escala supranacional ou global, alimentando os valores da “*eficiência, da performance e do resultado*” em detrimento dos antigos valores da “*estabilidade social*”.<sup>182</sup> Com este enquadramento, poderemos considerar que é em acordo com esta mentalidade que surge a emergência de quantificação e da valorização do trabalho de investigação produzido nas universidades.

---

<sup>180</sup> É neste quadro, que associado ao estabelecimento da EHEA é desenvolvida uma Área de Investigação Europeia (ERA) e que ambas são implementadas por Bolonha e pela “Agenda de Lisboa”.

<sup>181</sup> E que segundo os autores surgira nos anos 80 no Reino Unido e na Holanda, expandindo-se progressivamente, desde os anos 90 por toda a Europa.

<sup>182</sup> Sobre esta mudança de paradigma ver Neave e Amaral (2012:3-4).

## 5. Introdução aos Casos de Estudo

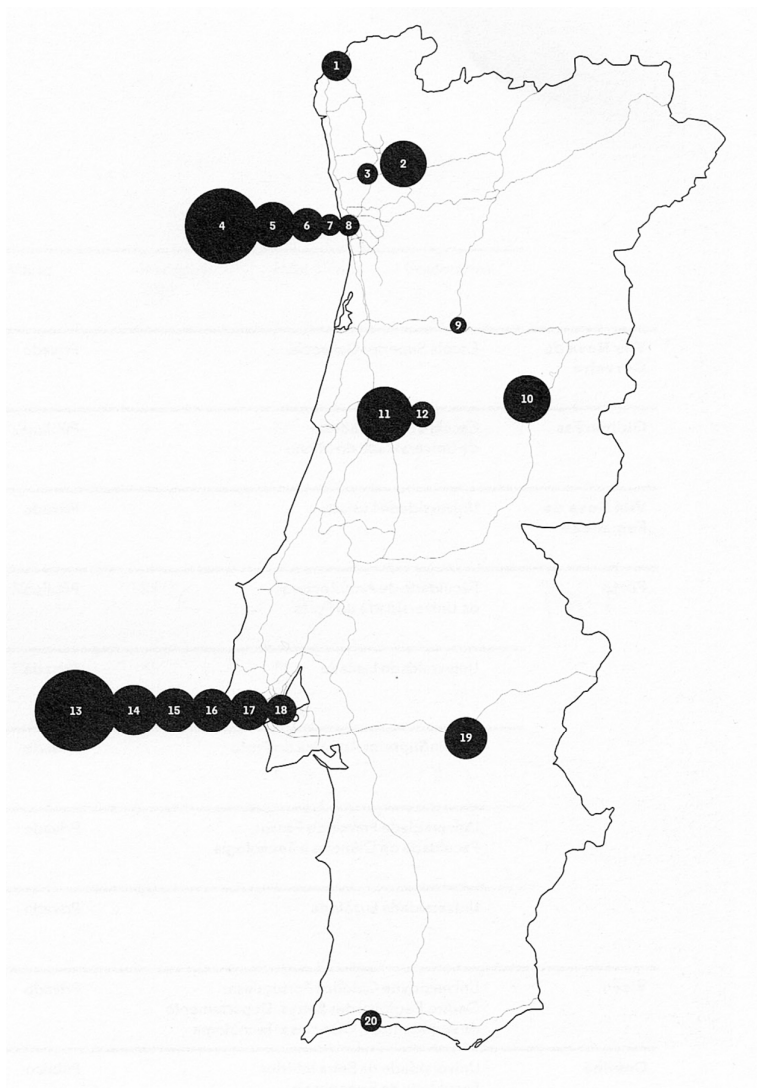
Importa notar que as instituições de referência para esta tese são diferentes entre si. Têm uma história, forma institucional, estruturas físicas, dimensões humanas, recursos pedagógicos e oferta de produtos de ensino e de investigação diversas, que correspondem ao conjunto de circunstâncias nas origens e no decorrer do seu desenvolvimento. Todos estes fatores convergem para um mosaico de culturas de escola diversas, incluindo tipo de docentes e de produtos de ensino e de investigação. Naturalmente, por entre esta potencial variedade há que ter em consideração que as escolas também têm bases comuns, como sejam a nacionalidade e a decorrente filiação na estrutura de ensino superior do país, mas também o enquadramento das Diretivas europeias sobre a Arquitetura e a definição nacional de atos próprios da profissão, a que acrescem as características próprias da cultura arquitetónica Portuguesa e da sua tradição de ensino.

*Tabela 12: Escolas - Comparação estrutural*

Escola	Universidade Alunos	Escola Fundação	Escola Tipo	Escola Alunos	Escola Docentes	Escola Programas	Escola Investigação
EAUM	18.490	1997	Escola	374	53	2 Licenciaturas 1 MI 1 Doutoramento	Lab2PT (2013) (UEAM e ICSUM) Muito Bom FCT (2015)
FAUP	31.352	1836	Faculdade	990	100	1 MI 1 Doutoramento	CEAU (1994) Excelente FCT (2015)
d.ARQ-FCTUC	22.741	1988	Departamento	548	140	2 Licenciaturas 1 MI 1 Mni 1 Doutoramento	NEAU-CES (2009) Excelente FCT (2015)
FAUL	48.147	1836	Faculdade	1167*	140	3 Licenciaturas 3 MI 5 Mni 3 Doutoramentos	CIAUD (2006) Excelente FCT (2014)
ISCTE-IUL	8.600	1999	Departamento	330	34	1 Licenciatura 1 MI 1 Doutoramento	Vários centros. Várias classificações FCT

Notas: Fonte CRUP (<http://www.crup.pt/pt/crup/membros>); \*Incluindo os vários cursos oferecidos. O curso de Mestrado Integrado em Arquitetura da FAUL é em 2014-2015 frequentado por 1167 alunos. No conjunto a FAUL tem cerca de 2700 alunos, compreendendo todos os produtos de ensino que oferece. MI: Mestrado Integrado; Mni: Mestrado não Integrado. Dados de 2014.

Nos pontos seguintes guiamos o leitor numa descrição introdutória a cada um dos casos de estudo, considerando, provisoriamente, que a variedade de modelos de “escola” pode ser vista como um sinal de vitalidade “disciplinar”, enquadrada por uma tradição cultural local, mas também por uma expansão muito recente do ensino da Arquitetura, propícia a alguns desníveis, que diríamos “estruturais”, entre instituições.

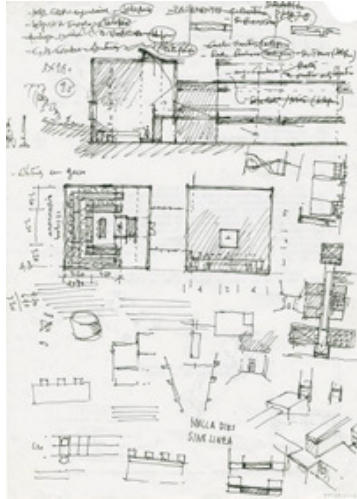


*Ilustração 14: Mapa das Escolas de Arquitetura em Portugal (2015)*

Legenda:

1. Vila Nova de Cerveira, Escola Superior Gallaecia; **2. Guimarães, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (EAUM)**; 3. Vila Nova de Famalicão, Universidade Lusíada; **4. Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP)**; 5. Porto, Universidade Lusíada; 6. Porto, Escola Superior Artística do Porto (ESAP); 7. Porto, Universidade Fernando Pessoa; 8. Porto, Universidade Lusófona; 9. Viseu, Universidade Católica Portuguesa; 10. Covilhã, Universidade da Beira Interior (UBI); **11. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC)**; 12. Coimbra, Escola Universitária das Artes de Coimbra; **13. Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUL)**; 14. Lisboa, Universidade Lusíada; **15. Lisboa, ISCTE-IUL**; 16. Lisboa, Instituto Superior Técnico (IST); 17. Lisboa, Universidade Lusófona; 18. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa; 19. Évora, Escola de Artes da Universidade de Évora; 20. Portimão, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes.

(Mapa retirado de Pedro Baia e Marta Labastida, 2015)



*Ilustração 15: EAUM, Esquisso de Fernando Távora*

*Ilustração 16:EAUM, sala de Desenho*

*Ilustração 17:EAUM, salas de projeto contíguas*

Fernando Távora, Sala de Desenho da EAUM (1991-2000), esquiço do autor e imagem da obra (fotografia de Pedro Mendes ©). *Nulle die Sine Línea*, uma sala *beaux-arts* numa nova Universidade ou, acerca de uma tradição ou especificidade disciplinar da arquitetura. Salas de projeto contíguas por ano letivo. Ilustração 17 é nossa fotografia.

#### a. EAUM

##### *Instituição, produtos de ensino e investigação*

O curso da Universidade do Minho, localizado no campus de Azurém em Guimarães, foi criado em 1996 em paralelo com o Departamento Autónomo de Arquitetura integrado na Escola de Engenharia.<sup>183</sup> Desde 2004 o departamento ocupa um edifício projetado de raiz, da autoria de Fernando Távora e de José Bernardo Távora. Em 2009 transforma-se em Escola de

<sup>183</sup> A Licenciatura em Arquitetura foi criada através da resolução do Senado SU-12/96 da UM e teve início em 1997-1998.

Arquitetura da Universidade do Minho (EAUM), na sequência da passagem da Universidade ao regime fundacional, alcançando um regime de autonomia equivalente ao das restantes Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UEOI) com que se organizou a instituição.<sup>184</sup> A escola lançaria um programa doutoral em Arquitetura em 2010<sup>185</sup> e novos cursos na área do *Design*, nomeadamente uma licenciatura em *Design* de Produto, em 2012-2013.

Com a adequação a Bolonha, a investigação inicialmente organizada em redor do Centro de Investigação em Arquitetura (CIA), fundado em 2009, está agora congregada no centro Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), associando os recursos da EAUM com os do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Minho, na forma de uma subunidade orgânica de duas UOEI. Este centro formalizou-se em 2013 e foi avaliada pela FCT em 2015 com a classificação de “Muito Bom” (ver correspondente atribuição de financiamento no Anexo F). Este novo centro de investigação insere a Arquitetura na área das Ciências Sociais, promovendo a colaboração com diferentes áreas como a Arqueologia, Design, Engenharia, Geografia, Geologia, História e Psicologia, ampliando a relação inicial com a Escola de Engenharia, incluindo o Laboratório de Construção e Tecnologia (2008) que passa a estar integrado no Lab2PT.

#### *Curso de Arquitetura*

Quanto ao curso de Arquitetura, a EAUM alcançava em 2014-15 a frequência de 374 alunos no Mestrado Integrado em Arquitetura. Ordem de grandeza relativa que se mantém desde 2009.<sup>186</sup> Este universo de alunos de mestrado é acompanhado em 2015 por um corpo 45 docentes.<sup>187</sup>

Como já referido, a escola detém desde 2004 instalações próprias, especificamente projetadas para o ensino da Arquitetura. Notando que as relações entre a organização das instalações e o projeto pedagógico seriam em si mesmas um tema de estudo que extravasa os limites desta tese, realçamos não obstante que o edifício da EAUM organiza os espaços letivos para disciplinas teórico-práticas em sucessões de salas contíguas com dimensões generosas

---

<sup>184</sup> Autonomia académica (científica, pedagógica e cultural) e administrativa.

<sup>185</sup> Curso de Doutoramento em Arquitetura com áreas de Especialidade em: Cidade e Território / Construção e Tecnologia / Cultura Arquitectónica. A tese-investigação a desenvolver neste programa poderá ter a forma de “Dissertação” ou de “Projecto”, suportando-se no disposto no Decreto-Lei nº230/2009 de 14 de Setembro, que rege a atribuição do grau de doutor a criadores de obras e realizações resultantes da prática de Projeto em domínios e formas dificilmente compagináveis com o modelo dominante da tese de doutoramento.

<sup>186</sup> Segundo a seguinte progressão: 2008:339; 2009:381; 2010:381; 2011:386; 2012:373; 2013:375; 2014:375.

<sup>187</sup> Cf. informação em <http://www.architectura.uminho.pt/Default.aspx?tabid=15&pageid=67&lang=pt-PT>

(salas de para 25 a 30 lugares, com aproximadamente 75m<sup>2</sup>), com interligação cada duas ou três salas, mas com ambientes isoláveis, mediante vãos que podem ser encerrados.<sup>188</sup> Estas salas de aulas práticas organizam-se em três pisos, que dariam lugar no atual terceiro e último piso a três grandes espaços letivos, destinados originalmente a aulas de projeto, possibilitando a existência de um grande espaço de trabalho de “*atelier*”, a ser reconfigurado pela própria organização de locais de trabalho (Mendes 2012:103). Em todo o caso, ao longo de três pisos, salas de aulas articulam-se em vãos contíguos e com espaços de gabinetes e salas de reuniões para grupos docentes e de investigação, havendo espaço potencial para locais de trabalho permanente para os alunos de projeto e para uma proximidade muito elevada entre salas de aula e os gabinetes de docentes e investigadores.

Complementarmente, sublinha-se que para além dos recursos pedagógicos mais recorrentes, como auditórios, sala de exposições, biblioteca,<sup>189</sup> laboratórios de CAD, maquetas ou fotografia, centro de documentação e impressões, ou o próprio núcleo editorial,<sup>190</sup> há ainda a realçar singularidade da Sala de Desenho, solicitada no programa de concurso para o projeto do novo edifício (Mendes 2012:AnexoA), que culmina o percurso do volume de entrada da escola, antecedendo o acesso ao volume das salas de aulas e cujo destaque e configuração espacial lhe conferem um relevo singular, com um significado simbólico, representando, nas palavras de Fernando Távora, “*a sala de desenho cuja situação, volume e iluminação natural pretendem caracterizar como um momento da importância de uma disciplina-chave da prática da arquitetura – o desenho como forma de criação e de comunicação, confirmando o dito de Viollet-le-Duc, nulle dies sine linea.*” (Távora 2005:25); ou, ainda, “*esta será uma grande sala, como aqueles laboratórios de desenho do século dezanove, com uma grande janela de três por três metros, orientada a norte. Esta sala representa o elogio do desenho...*” (Fernando Távora, citado por Mendes, 2012:100).

---

<sup>188</sup> Conforme descrição dos autores: “*às salas de prática de projecto pretendemos garantir uma relação fácil e flexível entre si, boa distribuição de equipamento e arrecadação de material de trabalho, boa iluminação e reconfortante e pedagógico contacto com o exterior pela presença simbólica que é o Castelo e a sua envolvente, lembrança permanente da importância da preservação e da criação patrimonial*”. (Távora, 2005:26)

<sup>189</sup> “Biblioteca Nuno Portas”, especializada em Arquitetura e Urbanismo que integra o fundo documental doado à EAUM pelo arquitecto Nuno Portas.

<sup>190</sup> Editorial EARQ, consistindo em 3 linhas editoriais: Revista Laura; ARQuivos e Ensaios. A linha ARQuivos incide sobre textos considerados fundamentais na arquitectura nacional do século XX. A linha Ensaios propõe editar teses de licenciatura, mestrado ou doutoramento, provas de agregação e de capacidade científica em formato mais abrangente. Informação sobre as publicações efectuadas nestas linhas editoriais pode ser consultada em: <http://www.Arquitetura.uminho.pt/Default.aspx?tabid=15&pageid=460&lang=pt-PT>

Tabela 13: EAUM – Cronologia dos Planos de Estudos (1996-2015)

	<b>Organização</b>	<b>Notas</b>
1996	<b>Licenciatura em Arquitetura do DAA da UM</b> Plano de Estudos Inicial Resolução SU-12/1996, 13 Maio Despacho n°2623/97, 2ª Série do DR n°144 de 1997	Criada a Licenciatura em Arquitetura da UM
<b>2004</b>	<b>Novo edifício no Campus de Azurém</b>	
2003	<b>Acreditação pela Ordem dos Arquitetos</b> Deliberação de 14 de Julho de 2003	Acreditado por 5 anos
2003	<b>Avaliação FUP</b>	
2006	<b>Plano de Estudos para Adequação a Bolonha</b> <b>Resolução 56/2006 – adequa DAA em MIARQ</b> <b>DR 156, 14 agosto 2006 – II série</b> Registado pela Direção -Geral do Ensino Superior sob o n.º R/B -AD 651/2006 Deliberação n.º 2967/2009 DR 209 de 28-10-2006, II Série	10 Semestres curriculares Duplo Ciclo Dissertação no 10º Semestre
2006	<b>Plano de Estudos</b> <b>Despacho RT/C-190/2006</b>	Aprovado o plano de estudos, o regime de precedências e coeficientes de ponderação para cálculo de classificação final, os planos de transição e a tabela de equivalências relativa ao Mestrado Integrado em Arquitetura.
2008	<b>Diretiva Europeia</b> Inclusão no ponto 5.7.1. do anexo V	Plano de Estudos de 1996
2008	<b>Plano de Estudos</b> Despacho n°25424/2008 de 10 de Outubro <b>Despacho RT/C 323 de 2008</b> DR n.º 197/2008, Série II de 10 de Outubro	Aprova uma alteração ao Despacho RT/C-190/2006, de 5 de Setembro relativo ao Mestrado Integrado em Arquitetura. Retificação aos Anexos III e IV do Despacho RT/C-190/2006
2009	<b>Plano de Estudos</b> <i>Despacho n°15227/2009 de 6 de Julho</i> <b>Despacho RT/C-200/2009</b> DR n.º 128/2009, Série II de 6 de Julho	Acertos
2010	<b>Plano de Estudos</b> Despacho n°5016/2010 de 19 de Março <b>Despacho RT/C-028/2010</b> DR n.º 55/2010, Série II de 19 de Março	Acertos Alterações ao mapa de organização do plano de estudos do Mestrado Integrado em Arquitetura. O plano de estudos aprovado começa no ano letivo de 2010-2011.
2010	<b>Plano de Estudos</b> <b>Despacho RT/C-74/2010</b>	Correção ao teor do Anexo ao Despacho RT/C-28/2010
2010	<b>Plano de Estudos</b> <b>Despacho RT/C-108/2010</b>	Introduz um aditamento ao Despacho RT/C-28/2010, de 10 de Março, corrigido pelo Despacho RT/C-71/2010, de 18 de Maio, relativo ao Mestrado Integrado em Arquitetura
2010	<b>Diretiva Europeia</b> Inclusão no ponto 5.7.1. do anexo V	Plano de Estudos de 2006/07
2011	<b>Acreditação Preliminar do PE pela A3ES</b>	5 Abril 2011
2011	2º Encontro de Escolas Públicas de Arquitetura "O Ensino do Projeto no Modelo Pós-Bolonha"	Minho, Maio 2011
2011	<b>Plano de Estudos</b> Despacho RT/C-80/2011 de 16 de Julho DR 182, 21 setembro 2011 – II série	Acertos Aprova as alterações ao mapa de organização do plano de estudos do Mestrado Integrado em Arquitetura.
2014	<b>Acreditação do Mestrado Integrado pela A3ES</b>	22 Fevereiro 2014 – Aprovado por 6 anos
2014	<b>Plano de Estudos</b> Despacho RT/C-62/2014 de 20 Maio DR 133, 14 julho 2014 – II serie	Acertos
2015	<b>Plano de Estudos</b> Despacho RT/C-57/2015 de 30 Setembro DR 202, 15 Outubro 2015 – II série	Acertos

Fonte: EAUM



O curso ou Licenciatura de Arquitetura, iniciado em 1997, teria um plano de estudos estável até à adequação ao processo de Bolonha em 2006. O plano de estudos de arranque sairia de uma Comissão Instaladora com a presença de destacadas figuras da escola do Porto, designadamente Fernando Távora, Domingos Tavares e Alexandre Alves Costa, à semelhança do já sucedido para a Comissão para refundação do curso da Universidade de Coimbra, em 1989-91 (ver Anexo E, Cronologia e Organização Geral d.ARQ-FCTUC). Esta Comissão evoluiria para uma Comissão Consultiva Externa em 2002, alargando a presença a Sérgio Fernandez e Joaquim Pinto Vieira da FAUP e a Paulo Varela Gomes do d.ARQ-FCTUC, numa situação provisória para acompanhamento do primeiro regulamento do Departamento, publicado ainda em Outubro em 2002 e dando origem aos órgãos da Presidência e Comissão Científica do à altura Departamento de Arquitetura (ver Anexo E, Cronologia e Organização Geral da EAUM). Esta ligação de grande proximidade à escola de Arquitetura do Porto, sublinhada de alguma forma pela autoria do novo edifício inaugurado em 2004, marcaria a configuração inicial do curso na Universidade do Minho.

#### *Estrutura curricular no momento da adequação a Bolonha*

O plano de estudos no momento da adequação a Bolonha mantinha a estrutura do plano inicial, que consistia em cinco anos letivos, organizados numa modelação de uma média de seis disciplinas anuais, ocupando uma carga letiva semanal de 32 horas, do 1º ao 4º ano e de 30 horas no 5º ano.

O ensino pelo Projeto era estruturado em cinco disciplinas sucessivas, com uma carga letiva semanal de 12 horas, sendo a formação concluída com Projeto 5 no 5º e último ano, acompanhado por mais duas unidades anuais e duas semestrais por cada semestre deste ano. Uma destas unidades semestrais, o Seminário, proporcionava aos alunos uma *“introdução à metodologia de investigação em Arquitetura, tendo por objetivo a formulação e desenvolvimento de um trabalho de investigação, que se revista de um carácter teórico ou teórico-prático, apresentado sob a forma de relatório final”*,<sup>191</sup> e com uma dotação de 10 créditos, correspondendo a metade dos créditos de uma unidade de Projeto, ou seja, a um semestre de Projeto (ver Tabela 14), materializando a possibilidade de os alunos concluírem a licenciatura com um trabalho de investigação, semelhante ao que sucedia nos cursos do Porto

---

<sup>191</sup> Cf. programa da disciplina Seminário, ano lectivo 2005/2006. O trabalho a produzir organizava-se metodologicamente na sequência: a) recolha bibliográfica; b) caracterização do estado da arte que permita aferir a pertinência do tema proposto; c) definição de objetivos e metas a serem alcançados; d) discussão de resultados e a formulação de conclusões.

e de Coimbra, todavia neste caso com um formato mais ligeiro, face ao caracter de tese-final daqueles, e com uma dupla hipótese de desenvolvimento: teórico ou teórico-prático.

Tabela 14: EAUM - Plano de Estudos de 1997

Ano	Disciplinas	Regime	H/sem	Créditos	Programa
1	Projeto I	Anual	2T+10P	20	Espaço e meios da sua representação
	Desenho	Anual	8TP	16	
	Geometria	Anual	2T+4P	10	
	Geografia	Anual	2T	6	
	Movimentos Arte Contemporânea	1º S	4TP	4	
	Antropologia Cultural	2ºS	4TP	4	
2	Projeto II	Anual	2T+10P	20	O que é o Projeto. Programa e Contexto.
	Desenho de Arquitetura	Anual	4TP	8	
	Teoria da Arquitetura I	Anual	4TP	8	
	História Arquitetura Contemporânea	Anual	2T	6	
	Materiais de Construção	Anual	2T+2P	8	
	Mecânica	Anual	2T+4P	10	
3	Projeto III	Anual	2T+10P	20	Habitar.
	Teoria da Arquitetura II	Anual	4TP	8	
	História da Arquitetura Antiga e Medieval	Anual	2T	6	
	Estruturas	Anual	3T+4P	12	
	Urbanística Contemporânea	Anual	2T	6	
	Desenho Assistido por Computador	Anual	4TP	8	
4	Projeto IV	Anual	2T+10P	20	Equipamento coletivo
	Teoria da Arquitetura III	Anual	4TP	8	
	História da Arquitetura Moderna	Anual	2T	6	
	Economia da Construção	1S	2T+2P	4	
	Processo de Construção	Anual	2T+4P	10	
	Planeamento Urbano	Anual	4TP	8	
	Economia Urbana	2S	2T+2P	4	
5	Projeto V	Anual	2T+10P	20	Espaço coletivo, Plano-Projeto
	Teoria da Arquitetura IV	Anual	4TP	8	
	História da Arquitetura Portuguesa	Anual	2T+4P	11	
	Seminário	2S	4TP	10	
	Física das Construções	1S	2T+2P	4	
	Instalação das Construções	2S	2T+2P	4	
	Estética	1S	2T	3	

Notas: Cf. programa do plano de estudos para o ano 2005/2006, in [http://www2.Arquitetura.uminho.pt/Ensino\\_files/0506/4Ano\\_1.htm](http://www2.Arquitetura.uminho.pt/Ensino_files/0506/4Ano_1.htm).

Trata-se de um plano fortemente sequencial e hierárquico, em que após um primeiro ano introdutório e de formação base, se impõem uma sequência de unidades de Projeto, Teoria e História, numa cadência paralela até ao 5º ano letivo, em que o trânsito entre unidades era condicionado a uma aprovação sequencial, materializando currículos sólidos, uniformes e generalistas. No último ano, no segundo semestre, a introdução do Seminário de investigação coroava uma sucessão de unidades anuais de Teoria e História da Arquitetura.

A adequação ao processo de Bolonha seria formalizada, como mencionado, em 2006, proporcionando um momento de revisão das premissas iniciais do curso. As transformações ocorridas e as retificações pós adequação serão abordadas mais adiante neste documento.



*Ilustração 18: FAUP, cartaz MIA 2015*

*Ilustração 19: FAUP, sala de projeto nas torres*

*Ilustração 20: FAUP, sala de projeto no Pavilhão Carlos Ramos*

Na FAUP as salas de projeto são compartimentados e de dimensão reduzida, reunindo docente e alunos em grupos de trabalho de proximidade. Situação sugerida no Pavilhão Carlos Ramos (1985/1986) pese a contiguidade dos espaços de trabalho, mas sobretudo acentuada no conjunto edificado mais recente (1993), em que a cada torre se atribua um ano letivo e onde cada professor trabalha com o seu grupo na sua sala. Imagens FAUP ©

## b. FAUP

### *Instituição, produtos de ensino e investigação*

A Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) é com a sua congénere de Lisboa (FAUL) uma das duas “escolas históricas” de Portugal, descendendo diretamente da Academia Portuense de Belas Artes fundada em 1836. São igualmente as duas únicas escolas que assumem a tipologia de Faculdade. Dada esta longa e fecunda história, ambas as escolas

têm sido objeto da historiografia do Ensino da Arquitetura em Portugal, com a qual praticamente se confundem.<sup>192</sup>

A atual estrutura pedagógica é desta forma sucessora de uma sequência de estruturas de ensino da Arquitetura com quase 200 anos. Não obstante, a FAUP é criada apenas em 1979, mudando-se para a “Casa do Gólgota” ou “Quinta da Póvoa” em Massarelos em 1984, deixando as históricas instalações em S. Lázaro e desvinculando-se da escola de belas artes (ESBAP). Em 1987 seria inaugurado o Pavilhão Carlos Ramos e em 1993 o chamado “Edifício Novo” (Mendes 2012:150), alcançando as condições materiais para crescer até à dimensão atual.

No momento a escola oferece além do Mestrado Integrado em Arquitetura (MIA) um Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano (MPPU) e um Programa de Doutoramento em Arquitetura (PDA). Este último estrutura-se em “Perfis de Estudo”, que são oferecidos anualmente e podem ser subdividido em diversos campos de estudos.<sup>193</sup> A FAUP oferece suplementarmente duas formações de “Estudos Avançados”, um em “Projeto de Arquitetura”<sup>194</sup> e um outro em “Património Arquitectónico”.<sup>195</sup> No total o universo de alunos da instituição alcançava em 2014 os 1050 para um conjunto docente total de 110 indivíduos.

A investigação é organizada em redor do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), recriando em 1994 a estrutura de investigação estabelecida em 1952-53 por Carlos Ramos (Pinto, 2014:541), e que estatutariamente é o centro de investigação e desenvolvimento da FAUP. Suplementarmente existe o Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura (CEFA), cuja missão é a de prestação de serviços à comunidade. O CEAU agrupa um total de 112 investigadores, 49 dos quais doutorados, sendo os restantes na sua maioria alunos do PDA.<sup>196</sup>

---

<sup>192</sup> Ver a *Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal*. Notamos não haver todavia uma história monográfica de referência que abrace todos os períodos históricos que as investigações parciais têm revelado.

<sup>193</sup> Como por exemplo: o “*Projeto do Espaço Habitacional e Formas de Habitar; Arquitetura: Teoria, Projeto, História; Dinâmicas e Formas Urbanas; Património Arquitectónico*”. A oferta de Perfis de Estudo para 2015-2016 inclui: A-Projeto do Espaço Habitacional e Formas de Habitar; B-Arquitetura: Teoria, Projeto, História; C-Dinâmicas e Formas Urbanas ; D-Património Arquitectónico. O PDA conta atualmente com cerca de 100 inscritos, enquanto o MPPU 25. Cf. <http://pda.arq.up.pt/>, acedido em Junho 2015.

<sup>194</sup> Trata-se de um curso de “*formação contínua no âmbito do domínio instrumental e metodológico do exercício do Projeto Arquitectónico e conhecimento nele implicados*”, começado em 2014-2015, coordenado por Eduardo Souto Moura, conta com 25 alunos .

Cf. [http://sigarra.up.pt/faup/pt/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=2486](http://sigarra.up.pt/faup/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=2486).

<sup>195</sup> Iniciado em 2012-2013, com objetivo de proporcionar formação especializada de nível pós-graduado na área do restauro, recuperação e reabilitação do património construído. Coordenado por Rui Ramos, conta com 6 alunos em 2015.

<sup>196</sup> O CEAU estrutura-se em seis grupos de investigação: Atlas da Casa; Arquitetura e Modos de Habitar; Arquitetura: Teoria, Projeto, História; Centro de Comunicação e Representação Espacial; Laboratório de Fabricação Digital; Morfologias e Dinâmicas do Território; Património da Arquitetura, da Cidade e do Território.

Em 2015 o centro foi classificado pela FCT como “Excelente” (ver correspondente atribuição de financiamento no Anexo F),<sup>197</sup> sendo ainda atualmente, em conjunto com o CIAUD-FAUL, um dos dois únicos centros de investigação nacionais específicos da disciplina com avaliação e financiamento FCT (Anexo F).

### *Curso de Arquitetura*

O curso de Mestrado Integrado contava em 2014-15 com 990 alunos inscritos, sendo o serviço docente assegurado por 80 docentes, mantendo uma dimensão média constante desde a década de 90, suportada pela expansão para as novas instalações em Massarelos.

O conjunto edificado, localizado próximo do centro do Porto, mas recolhido numa propriedade sobre o Rio Douro, desenvolve-se ao longo de uma série de construções sem perder o ambiente de quinta e de jardim da antiga “Quinta da Póvoa” e das construções pavilhonares das antigas instalações em S. Lázaro. A ideia da escola centrava-se no “*conceito da escola/atelier de projeto, com espaços complementares de conteúdo tradicional, como os administrativos, auditórios, biblioteca, museu, bar e alguns espaços oficinais. A grande novidade foram os gabinetes para os docentes*” (Alves Costa 2003:25). A proposta apresentada por Álvaro Siza de um conjunto fragmentado em vários volumes e organizado em vários ateliers autónomos e encerrados seria aceite pela Comissão Instaladora, recusando-se a ideia de grandes espaços comunitários de trabalho, em *open-space* e “*sem identificação de ano ou turma*” segundo os exemplos de “*Louis Khan, Artigas, Mies*” (Alves Costa 2003:29-30).

As salas de aulas propriamente ditas distribuem-se por quatro pavilhões no “Edifício Novo” e pelo “Pavilhão Carlos Ramos” a uma cota mais elevada da quinta. Cada pavilhão do “Edifício Novo” tem uma implantação, volumetria e distribuição semelhantes, articulando um

---

Os indicadores de produtividade do CEAU, constantes do Relatório de Atividades de 2013, referem 13 livros; 58 capítulos; 5 artigos internacionais com arbitragem; 14 artigos internacionais sem arbitragem; 18 artigos nacionais sem arbitragem; 21 edições/coordenações de números especiais e normais de revistas; 53 publicações em actas de conferências internacionais; 4 em conferências nacionais; 23 artigos em plataformas online; 28 relatórios; 23 conteúdos digitais ou audiovisuais; 7 teses de doutoramento; 95 dissertações de mestrado; 100 estudantes de doutoramento com supervisão de membros do CEAU; 6 bolsiros pós-doc; 66 palestras; 20 seminários ou cursos avançados; 70 comunicações orais; 8 organizações de *call for papers*; 30 organizações de eventos científicos, 28 eventos externos à FAUP; 1 Projeto I&D com financiamento internacional; 4 Projetos com financiamento FCT; 2 Projetos com outro financiamento e 6 contratos de Investigação com entidades públicas; 1 contrato com entidades privadas; 12 participações em Projetos de investigação; 79 ações de disseminação; 4 patentes ou protótipos. Cf. Relatório de Atividades 2013, CEUA Maio de 2014.

<sup>197</sup> O financiamento global do centro foi em 2013 da ordem dos 147.000 Euros. Correspondendo ao financiamento FCT para o Projeto estratégico da ordem dos 63.000 Euros, tendo captado financiamento adicional FCT para Projetos na ordem dos 54.000 Euros e outros financiamentos nacionais na ordem dos 31.0000 Euros.

programa de gabinetes de docentes e espaços de apoio no piso térreo e duas “salas de desenho” (cerca de 60m<sup>2</sup> cada) e uma “sala de aulas” ou de pequenos grupos (20m<sup>2</sup>) em cada piso dos pavilhões-torre, que variam entre os 4 e os 6 pisos de altura.

Álvaro Siza refere que tentou traduzir uma variedade de condições de utilização, apesar de o programa de cada pavilhão ser idêntico, “*duas salas de desenho, uma sala de aulas e sanitários*”, introduzindo “*em cada piso, variações de modo a fazer do Norte, do Oeste e do Este, uma experiência nova*”, criando condições “*ligeiramente diferentes entre cada edifício; elas desenvolvem essa mesma ideia, ou seja, que é agradável, na aprendizagem da Arquitetura, ter ao longo dos anos, diversas experiências de trabalho*” (Siza et al., 2009a:119).

Ou seja, em cada pavilhão um ano letivo e em cada sala de desenho um *atelier* e uma turma com o seu “mestre”, com a semi-excepção do Pavilhão Carlos Ramos e a sua semi-divisão em seis áreas de trabalho, simultaneamente contíguas e separadas pelos três braços, em U, do pavilhão.

Os restantes recursos pedagógicos incluem espaços tipo como a biblioteca, centro de documentação, centro de informática, serviço de impressão, livraria, papelaria, centro de cópias e um importante serviço editorial.<sup>198</sup> Esta atividade editorial foi sendo consolidada desde a passagem a Faculdade, enquanto a atividade do Centro de Documentação, que reúne, organiza e disponibiliza documentação de valor patrimonial, histórico ou artístico da própria escola, ao longo das suas várias versões centenárias, em que se inclui um acervo histórico de trabalhos académicos e a documentação da exposição anual de trabalhos do curso de Arquitetura (Anuária), persistindo em fortalecer a identidade e a história da escola.

Tabela 15: FAUP – Cronologia dos Planos de Estudos (1986-2015)

Normativo	Notas
1983 Decreto n.º 61/83 de 12 de Julho DR 158, de 12-07-1983, I Série	Reconhece os Planos de Estudos do curso de Arquitetura em regime de experiência pedagógica* pela 1ª Secção da ESBAP e FAUP, entre 1968/1969 até1983 5 Anos curriculares mais 1 ano de estágio (1968-1983)
1984 Portaria n.º 815/84 de 20 de Outubro DR 244, 20-10-1984, I Série Despacho Reitoral de 10 de Outubro de 1984	Plano de Estudos Estrutura o curso de Arquitetura sob proposta da Comissão Instaladora da FAUP.

<sup>198</sup> O catálogo do editorial FAUP-Publicações divide-se em quatro séries e outras documentos diversos. A série 1 designa-se de Ensaios; a série 2 de Argumentos; a série 3 de Manual / Divulgação / Escola; a série 4: Edições Especiais / Múltiplos. O catálogo fora de série organiza-se em três âmbitos: textos teóricos; outras séries e publicações série. O conjunto dos textos teóricos começaram a ser editados em 1982, as séries 1 a 4 nos anos 90 e as outras séries e publicações em série já nos anos 2000.

	DR 269, 20-11-1984, II Série	5 Anos curriculares mais 1 ano de seminário e pré-profissionalização 5º Ano com 3 opções: Urbanismo, Edificações e Reconversão**
1989	Portaria nº947/89, de 21 de Outubro DR 243, de 21-10-1989, I Série Despacho Reitoral de 15 de Novembro 1989 DR 281, de 7-12-1989, II Série	Plano de Estudos, retifica Portaria 815 de 1984 5 Anos curriculares mais 1 ano de seminário e pré-profissionalização
1991	Despacho Reitoral de 27 de Novembro de 1991 DR 289, 16-12-91, II Série	Plano de Estudos 5 Anos curriculares mais 1 ano de Estágio
1992	Resolução 26/SG/SC/92 de 10 de Novembro DR 290, 17-12-1992, II Série	Regulamento da Licenciatura. Institui sistema de créditos. 5 Anos curriculares mais 1 ano de Estágio
1994	Resolução 26/SG/SC/94 de 30 de Agosto DR 224, 27-9-1994, II Série	Plano de Estudos 5 Anos curriculares mais 1 ano de Estágio e Prova Final
2000	Aviso nº6175/2000 DR 80, 4-04-2000, II Série	Plano de Estudos 5 Anos curriculares mais 1 ano de Estágio e Prova Final
2001	Acreditação pela Ordem dos Arquitetos Deliberação de 30 de Julho de 2001	Acreditado por 6 anos
2003	<b>Avaliação da FUP</b>	
2008	<b>Registo da Adequação a Bolonha</b> <b>DR 139, 21-7-2008, II Série</b>	R/B-AD-213/2008
2009	Deliberação nº2870/2009 de 13-02-2008 DR 199 de 14-10-2009, II Série	Plano de Estudos Adequação a Bolonha – 5 anos curriculares
2012	Despacho nº4673/2012 de 22-03-2012 DR 66, 2-04-2012, II Série	Plano de Estudos Retificações – 5 anos curriculares
2014	Acreditação do Mestrado Integrado pela A3ES	6 Anos

Notas:\*Regime de experiência pedagógica consagrado pelo DL nº47.587 de 10 de Março de 1967. \*\* Segundo Leonor Matos Silva (2011).

### *Estrutura curricular no momento da adequação a Bolonha*

O plano de estudos no momento da adequação a Bolonha mantinha-se desde 1994<sup>199</sup> e consistia em seis anos letivos, organizados numa modelação média de seis disciplinas anuais, ocupando uma carga letiva semanal de 32 horas do 1º ao 5º ano. O Projeto era estruturado em cinco disciplinas sucessivas, com uma carga letiva semanal de 12 horas. O curso era concluindo com um sexto ano, ou 2º ciclo, que consistia na frequência de um Estágio e na elaboração simultânea de uma prova académica, designada por Prova Final, que poderia assumir um formato de um trabalho "prático" (Projeto), "teórico" ou "teórico prático". O Estágio podia ser cumprido em meio profissional ou em aprofundamento e especialização de matérias consideradas importantes, podendo para tal frequentar outras instituições de ensino e investigação.<sup>200</sup> O tema da Prova Final poderia ser articulado diretamente com o Estágio ou não.

*Tabela 16: FAUP - Plano de Estudos de 1994*

Ano	Disciplinas	Regime	H/sem	UC	Programas
-----	-------------	--------	-------	----	-----------

<sup>199</sup> Resolução 26/SG/SC/94 de 27 de Setembro.

<sup>200</sup> Para tal o estudante tinha que apresentar um plano de Estágio, sendo que a própria FAUP publicaria uma lista de oportunidades de Estágio para selecção dos alunos. Os estudantes-estagiários produziam uma ficha de estágio relatando as atividades realizadas, que era acompanhada por um documento do responsável pelo estágio, referindo o nível e qualidade de frequência.

1	Projeto I	Anual	12TP	20	Espaço, organização e meios de representação
	Desenho	Anual	8TP	16	
	Geometria	Anual	2T+4P	12	
	Antropologia do Espaço	Anual	2T	4	
	Teoria Geral da Organização do Espaço	Anual	2T+4TP	8	
2	Projeto II	Anual	12TP	20	Metodologia, linguagem, contexto, programa.
	Desenho de Arquitetura	Anual	4TP	8	
	História da Arquitetura Antiga e Medieval	Anual	2T+2P	8	
	Métodos e Linguagens da Arquitetura Contemporânea	Anual	4TP	8	
	Geografia	Anual	2T	4	
Introdução aos Sistemas Construtivos	Anual	2T+4P	12		
3	Projeto III	Anual	12TP	20	Habitar.
	Desenho Assistido por Computador	Anual	4TP	8	
	História da Arquitetura Moderna	Anual	2T+2P	8	
	Espaço Habitável e Formas da Residência	Anual	4TP	8	
	Urbanística Contemporânea	Anual	2T	4	
Sistemas e Materiais de Construção	Anual	2T+4P	12		
4	Projeto IV	Anual	12TP	20	Equipamento coletivo
	História da Arquitetura Portuguesa	Anual	2T+4P	8	
	Espaço Público e Formas dos Equipamentos	Anual	4TP	8	
	Planeamento Urbano	Anual	2T	4	
	Sistemas Estruturais	Anual	2T+2TP	8	
	Controlo Ambiental	S1	2T+2TP	6	
	Redes e Instalações	S2	2T+2TP	6	
5	Projeto V	Anual	12TP	20	Espaço coletivo, Plano-Projeto
	História da Arquitetura Contemporânea	Anual	2T+4TP	8	
	Território e Formas Urbanas	Anual	4TP	8	
	Economia Urbana	Anual	2T	4	
	Opção de 5º ano	Anual	4TP	8	
	Patologia da Construção	S1	4TP	6	
	Infraestruturas e Redes Urbanas	S2	4TP	6	
	Opção 5º ano	S1	2T+2P	6	
Opção 5º ano	S2	2T+2P	6		
6	Prova Final	-	-	20	Trabalho prático, teórico-prático ou teórico.
	Estágio	-	-	20	
	Seminário Pré-Profissionalizante	-	-	-	
	Opção 6º ano	-	-	-	

Notas: Cf. A forma do plano de estudos no ano letivo de 2006-2007, que mantém a estrutura da Resolução 26/SG/SC/94 de 27 de Setembro.

O Plano de Estudos com 6 anos de duração vinha desde o “Regime Experimental” de 1968, e apresentava uma matriz fortemente sequencial e hierárquica, iniciada por um primeiro ano introdutório e de formação base, a que se seguia uma sequência de unidades de Projeto, Teoria e História, numa cadência paralela até ao 5º ano letivo, havendo como garantia da verticalidade do plano um sistema de precedências entre unidades curriculares e entre anos letivos. No sexto e último ano, a Prova Final assumia-se como uma investigação disciplinar paralela ao Estágio profissionalizante, coroando um plano de estudos em que o Projeto é consistentemente acompanhado por um sucessão igualmente hierárquica de unidades anuais de Teoria e História da Arquitetura.





*Ilustração 21: d.Arq-FCTUC, pátio.*

*Ilustração 22: d.Arq-FCTUC, sala de projeto.*

Adaptação do Colégio das Artes a escola de arquitetura. Imagens de Augusto Brázio ©. Uma escola com claustro central e galerias. Alguma heterogeneidade nas dimensões de salas de projeto e partilha do mesmo espaço por grupos de trabalho de um mesmo ano, conformando uma situação de contiguidade.

### c. d.ARQ-FCTUC

#### *Instituição, produtos de ensino e investigação*

O ensino da Arquitetura (re)iniciou-se 1988/89 na Universidade de Coimbra,<sup>201</sup> com a instalação na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCTUC) de um programa de Licenciatura

---

<sup>201</sup> Refere o relatório de adequação da Bolonha do d.ARQ-FCTUCU (2008:4), “com a reforma geral dos estudos universitários promovida pelo Marquês de Pombal em 1772, o ensino de Arquitetura funcionava no Quadro da Faculdade de Matemática: a cadeira de “Desenho e Arquitetura” abrangia, em anos sucessivos, a Arquitetura civil, militar, o desenho de cartas geográficas e topográficas. Todavia, esta cadeira não se conseguiu impor e

em Arquitetura, tendo sido o primeiro curso em Portugal criado por iniciativa de uma Universidade pública não resultante da reformulação de anteriores estruturas de ensino, designadamente de programas oferecidos nas escolas de Belas Artes.

A Licenciatura seria criada no seio da Faculdade de Ciências e Tecnologias, funcionando provisoriamente nos Departamentos de Física e Matemática. No final de 1989, indo ao encontro das preocupações da comunidade da Arquitetura, que contestava a forma como o curso fora criado e organizado pela FCTUC, é criada uma Comissão de Instaladora, que integraria os professores Maria Ramalho Costa, Artur Soares Alves e Lusitano dos Santos da UC e os professores Fernando Távora, Alexandre Alves Costa e Domingos Tavares da FAUP.<sup>202</sup> Ainda em 1989 a licenciatura passaria a ocupar uma pequena parte do antigo Colégio de S. Jerónimo<sup>203</sup> na Alta de Coimbra, alcançando-se a forma de Departamento de Arquitetura (d.ARQ) da FCTUC no ano letivo de 1991/92.

Estabilizada a oferta de formação base, a Licenciatura, o Departamento desenvolveria outros produtos de pós-formação como o Mestrado em Arquitetura, Território e Memória (MATM), ou o Mestrado em Reabilitação do Espaço Construído (MREC), este em parceria com o Departamento de Engenharia Civil da FCTUC. Atualmente, além do Mestrado Integrado (MI), o departamento oferece um curso de Doutoramento em Arquitetura. Participa ainda na Licenciatura e Mestrado em Design e Multimédia, em cooperação com o Departamento de Engenharia Informática. Quanto à investigação, até 2007 organizava-se em redor do Centro de Estudos do Departamento de Arquitetura (CEARQ), passando depois para o Núcleo de Estudos sobre Cidades, Cultura e Arquitetura (CCArq), inserido no Centro de Estudos Sociais-Laboratório Associado (CES),<sup>204</sup> que congrega investigadores de várias faculdades da

---

*foi extinta no Séc. XIX*”, defendendo a ideia de uma grande antiguidade na pretensão de estabelecer um ensino da Arquitetura em Coimbra.

<sup>202</sup> Sobre este arranque do curso em Coimbra ver Rosa Bandeirinha (2013), ver ainda Anexo E, Escolas – Cronologia e Organização Geral.

<sup>203</sup> O antigo Colégio de S. Jerónimo, construído a partir de 1568 pela Companhia de Jesus, destinava-se aulas para o ensino das Artes, preparatórias dos estudos maiores das Faculdades. Com a Reforma Pombalina da Universidade passaria a Real Colégio dos Nobres das Províncias. Mais tarde seria Liceu de Coimbra e, desde 1853 passaria a Hospital Universitário. Seria remodelado em 1885 para melhor se adequar à nova função hospitalar. A licenciatura em Arquitetura a ala norte do primeiro piso do Colégio das Artes, espaço que foi sendo aumentado com o decorrer dos anos letivos e com a estabilização do Departamento (Rosa Bandeirinha 2013:155).

<sup>204</sup> Fundado em 1978, é um centro multidisciplinar, vocacionado para “*a investigação e formação avançada nas diversas áreas das ciências sociais e humanas*”, que congrega investigadores das Faculdades de Economia, Letras e Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, entre outros. Entre o corpo de investigadores encontram-se “*sociólogos, economistas, juristas, antropólogos, historiadores, psicólogos, especialistas das áreas da educação, da literatura, da cultura e das relações internacionais, geólogos, arquitetos, engenheiros*”

Universidade de Coimbra. Este centro foi classificado em 2015 como “Excelente” (ver correspondente atribuição de financiamento no Anexo F). A junção ao CES veio permitir o acesso a uma estrutura de investigação consolidada, melhorando os fatores de impacto institucional para efeitos de avaliação FCT, permitiu igualmente aproximar a Arquitetura da área das Ciências Sociais, em detrimento da relação original com as Engenharias e Tecnologias, num movimento semelhante ao ocorrido na EAUM a partir do momento da adequação ao quadro legal do processo de Bolonha.

### *Curso de Arquitetura*

Em 2014-15 o Mestrado Integrado alcançava 548 alunos inscritos, apoiados por 34 docentes, dos quais 21 de carreira e 13 convidados.<sup>205</sup> O número de alunos do curso mantém-se relativamente constante desde 2011-12, tendo crescido entre 2000 e 2015 de um total de 374 para 548 alunos.

O antigo Colégio de S. Jerónimo recupera a designação de Colégio das Artes, partilhando o d.ARQ as instalações com uma Unidade Orgânica específica da Universidade, criada em 2009, o Colégio das Artes,<sup>206</sup> cujo campo de atuação é a formação e investigação em arte contemporânea. Deste modo o d.ARQ partilha instalações, ou seja recursos pedagógicos, com uma “escola de artes”, pese o facto de se manter incorporado na Faculdade de Ciências e Tecnologias, numa situação curiosamente inversa ao percurso recente das históricas FAUL e FAUP, de distanciamento à formação original nas instalações e no ambiente cultural das belas-artes.

Como mencionado, o Colégio das Artes é um edifício de origem seiscentista, remanescente do conjunto jesuíta da Alta de Coimbra e sobrevivente da reforma urbanística dos anos 1940, trata-se portanto de uma estrutura de grande significado cultural e patrimonial, mas em todo o caso, uma estrutura que tem vindo a ser adaptada lentamente, sem uma reabilitação extensiva ou projetada de raiz, como os casos apresentados anteriormente (EAUM e FAUP). O edifício de planta retangular organiza-se em redor de um claustro de 43 por 37m, a que acresce

---

*ou biólogos*”, perfazendo um corpo da ordem de 230 investigadores e que congrega cerca de 300 doutorandos. Cf. <http://www.ces.uc.pt/ces/>, acessado em Janeiro de 2015.

<sup>205</sup> Dos quais 17 eram doutorados e de carreira, contando ainda com 4 Assistentes, 7 Professores Convidados e 6 Assistentes Convidados, cf. informação do secretariado do Departamento.

<sup>206</sup> Fundado em 2007 com o objetivo de estabelecer o ensino das Artes na Universidade de Coimbra. Inicia atividade letiva em 2010, oferecendo atualmente cursos de 2º e 3º ciclos, designadamente um Mestrado em Estudos Curatoriais e um curso de Doutoramento em Arte Contemporânea. Partilha recursos pedagógicos e humanos com o d.ARQ.

uma arcada com 4m de profundidade por uma altura de 6m. A compartimentação tem uma profundidade média de 11m e organiza uma sucessão de espaços letivos dimensões generosas, frequentemente maiores que 100m<sup>2</sup> e com um volume de espaço interior extraordinário, fruto de um pé-direito da ordem dos 6m. Dadas as dimensões das salas de aulas estas são por vezes partilhadas por turmas de um mesmo ano letivo, efetuando-se separações ligeiras entre espaços de turmas, por intermédio de mobiliário auxiliar. Podemos considerar que há como que uma organização por anos, muito embora a amplitude do espaço, a homogeneidade da compartimentação interna e a centralidade do claustro e das arcadas aproximem e reúnam a comunidade letiva.

Entre os recursos pedagógicos ordinários podemos salientar a existência de espaços expositivos, biblioteca, centro de cópias ou o serviço editorial próprio, o eIDARQ,<sup>207</sup> assim como para a atividade cultural do Núcleo de Estudantes Autónomo (NUDA).<sup>208</sup> Fruto desta atividade editorial, o Departamento foi produzindo ao longo do tempo um importante acervo documental sobre a sua própria história e perplexidades, seja através números temáticos em publicações periódicas do Departamento,<sup>209</sup> ou a produção de trabalhos académicos sobre o ensino, do qual é exemplo o trabalho de Rosa Bandeirinha (2013) sobre o próprio d.ARQ.

*Tabela 17: d.ARQ-FCTUC – Cronologia dos Planos de Estudos (1988-2015)*

	<b>Organização</b>	<b>Notas</b>
1988	<b>Licenciatura em Arquitetura da FCTUC</b> Portaria nº448/88 de 8 de Julho DR 156, 8-07-1988, II Série	Criada a Licenciatura em Arquitetura da FCTUC
1989	Primeiro ano letivo no Colégio das Artes	
1989	<b>Plano de Estudos</b> DR ?, 15-3-1989, II Série	5 Anos curriculares e Estágio

<sup>207</sup> Funciona desde 1996 e tem três linhas editoriais: a série Debaixo da Telha; a série Joelho e a série ECDJ. A primeira edita monografias de teoria e crítica, incluindo trabalhos académicos dos docentes, investigadores e alunos do d.ARQ; a segunda corresponde à revista do departamento, a Joelho, de periodicidade anual e publicada desde 2010; a terceira série, cuja sigla refere-se a “em cima do joelho”, é a antecessora da revista Joelho e é publicada regularmente entre 1999 e 2009. O departamento e os seus membros têm ainda publicações na Imprensa da Universidade de Coimbra, através da Coleção de Arquitetura e no CES/Almedina, através da Coleção Cidade e Arquitetura.

<sup>208</sup> Núcleo este que edita a revista NU desde 2002, tendo até ao momento 35 números publicados, cruzando textos de teoria e crítica dos alunos, com publicação de Projetos e um acervo importante de colaborações e entrevistas com atores importantes da “disciplina”. A revista publicou e entrevistou personalidades como por exemplo Álvaro Siza, Eduardo Souto de Moura, Dominique Perrault, MVRDV, Josep Maria Montaner, Beatriz Colomina, Toyo Ito, Paulo Mendes da Rocha, Saskia Sassen, Hans Ibelings, Mansilla e Tuñon, Alberto Campo Baeza, Bjarke Ingels, FOA (Foreign Office Architects), Gonçalo Byrne, Kurt Forster ou Denise Scott Brown. O arquivo digital da NU está disponível em <http://arquivonu.blogspot.pt/>.

<sup>209</sup> Como são exemplo os ECDJ *Encontros de Tomar. I Encontro sobre o Ensino da Arquitetura na Universidade de Coimbra* de 1995 e os *10 anos de Arquitetura no colégio das artes* de 2000.

1990	<b>Plano de Estudos</b> DR 131, 7-6-1990, II Série	5 Anos curriculares Plano 1989/1990
1992	<b>Plano de Estudos</b> DR 133, 9-6-1992, II Série	5 Anos curriculares Retificação do Plano de 1989/1990 ou republica-o
1993	Primeiros Licenciados do Curso	
1994	<b>Plano de Estudos</b> DR?	6 Anos curriculares 6º Ano com Prova Final
1997	<b>Plano de Estudos</b> Despacho n.º 4406/97 DR 164, 19-07-1997, II Série	6 Anos curriculares 6º Ano com Prova Final
1998	<b>Plano de Estudos</b> Despacho n.º 20197/98, DR 267, de 18-11-1998, II Série	6 Anos curriculares 6º Ano com Prova Final
2001	Acreditação pela Ordem dos Arquitetos Deliberação de 30 de Julho de 2001	Acreditado por 5 anos
2003	Avaliação FUP	
2004	<b>Plano de Estudos</b> DR 140, 16.6.2004, II Série	6 Anos curriculares 6º Ano com Prova Final Introduz sistema de créditos
2008	<b>Plano de Estudos para Adequação a Bolonha</b> Despacho nº21979/2008 DR 163, 25-8-2008, II Série	5 Anos curriculares Semestralização Dissertação no 10º Semestre
2008	<b>Diretiva Europeia</b> Inclusão no anexo V, ponto 5.7.1, da Diretiva 2005/36/CE	Ano de Referência 1988/1989
2013	Experiência 5º ano por Temas	Cf. Rosa Bandeirinha (2013) p167 e 175.
2013	Colóquio Ensinar pelo Projeto	
2014	Acreditação do curso pela A3ES	Acreditado 6 anos
2015	<b>Plano de Estudos</b> Aguarda publicação	Divisão do Projeto de 2º ciclo por temas e 5º ano por semestres, sendo o 10º semestre optativo entre um trabalho de projeto ou dissertação, tendo em vista prova final de mestrado

Notas: A revisão de 1994 é referida por Rosa Bandeirinha (2013)

### *Estrutura curricular no momento da adequação a Bolonha*

No momento da adequação a Bolonha a licenciatura em Arquitetura consistia em 5 anos letivos seguidos de um período mínimo de 6 meses para a elaboração de uma Prova Final, consubstanciando um plano de estudos de duração média de 6 anos.

A sequência curricular articulava-se em módulos de seis disciplinas anuais, ocupando uma carga letiva semanal média de 32 horas nos primeiros 4 anos letivos e aproximadamente 26 horas no 5º ano. O ensino pelo Projeto era estruturado em cinco disciplinas sucessivas, com uma carga letiva semanal de 12 horas. O curso era concluído com a unidade curricular de Projeto 5, acompanhado por mais duas unidades anuais e duas semestrais, por cada semestre. No 6º ano a unidade de Projeto Final consistia na elaboração de um trabalho de dissertação, semelhante ao formato das dissertações de Mestrado, pelo que a conclusão do curso era assinalada com uma prova tipicamente académica.

Tabela 18: d.ARQ-FCTUC - Plano de Estudos de 1998

Ano	Disciplinas	Regime	H/sem	Créditos	Programa
1	Projeto I	Anual	2T+10P	10	Espaço e meios da sua representação
	Desenho I	Anual	2TP+4P	5	
	Geometria	Anual	2T+4P	7	
	Geografia	Anual	4TP	5,5	
	História da Arte e Cultura Clássicas	S1	4TP	2	
	História da Arte e Cultura Contemporâneas	S2	4TP	2	
2	Projeto II	Anual	2T+10P	10	O que é o Projeto. Programa e Contexto.
	Desenho II	Anual	2TP+4P	5	
	Teoria da Arquitetura I	Anual	2T+2TP	6	
	História Arquitetura Clássica e Medieval	Anual	2T	4	
	Introdução aos Sistemas Construtivos	Anual	2T+2TP	6	
	Antropologia do Espaço	Anual	2T+4TP	6	
3	Projeto III	Anual	2T+10P	10	Habitar.
	Teoria da Arquitetura II	Anual	2T+2TP	6	
	História da Arquitetura Moderna	Anual	2T	4	
	Construções I	Anual	2T+4P	7	
	Tecnologias da Construção I	Anual	2TP+2P	4	
	Desenho Assistido por Computador	Anual	4TP	5,5	
4	Projeto IV	Anual	2T+10P	10	Equipamento coletivo
	História da Arquitetura Contemporânea	Anual	2T+4P	7	
	Construções II	Anual	2T+4P	7	
	Tecnologias da Construção II	Anual	2TP+2P	4	
	Urbanologia	Anual	2T	4	
5	Projeto V	Anual	2T+10P	10	Espaço coletivo, Plano-Projeto
	História da Arquitetura Portuguesa	Anual	2T+4P	7	
	Sistemas Urbanos	Anual	2T+2TP	6	
	Opção a	S1	-	-	
	Opção b	S1	-	-	
	Opção a	S2	-	-	
Opção b	S2	-	-		
6	Prova Final	S1	-	15	Dissertação, semelhante a uma dissertação de mestrado.

Nota: Plano de estudos em funcionamento antes da adequação, conforme Relatório do Processo de Adequação do ciclo de estudos, de Fevereiro de 2008. O plano de estudos estava em vigor com o Despacho n.º20197/98 de 18 de Novembro.

Tal como retratado para a EAUM e FAUP, o plano de estudos no momento da adequação a Bolonha é marcadamente sequencial e hierárquico, impondo uma sequência vertical de matérias e de unidades curriculares. Tal como assinalado para as escolas anteriores e refletindo uma matriz que teria a sua origem no plano de estudos desenhado na escola do Porto ao longo dos anos 80, as unidades de Projeto são acompanhadas consistentemente pela Teoria e pela História, numa cadência paralela até ao 5º ano letivo. Os dois primeiros anos são introdutórios e instrumentais, com realce para o Desenho, sendo este substituído pelas Construções a partir do 3º ano. No 6º e último ano a Prova Final coroava uma sucessão de unidades anuais de Teoria e História da Arquitetura, procurando simultaneamente uma especificidade académica “disciplinar” e a experiência da investigação, em contraponto ao carácter operativo do Projeto. A adequação ao processo de Bolonha seria formalizada em

2008,<sup>210</sup> proporcionando um momento de revisão das premissas iniciais do curso. As transformações ocorridas e as retificações pós adequação serão abordadas mais adiante neste documento



*Ilustração 23: FAUL, sala de projeto*

*Ilustração 24: FAUL, bloco de aulas*

O edifício da FAUL (1993-94) no campus da Ajuda propunha grandes espaços de trabalho contínuos, com o princípio um aluno-um lugar de trabalho. Estas nave acabariam subdivididas, mantendo-se alguma contiguidade, agrupando-se os espaços por semestre e ano letivo. Imagens Pedro Pinto.

#### d. FAUL

##### *Fundação, produtos de ensino e investigação*

A Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL) descende diretamente da Academia de Belas Artes de Lisboa, que tal como a sua congénere do Porto, seria fundada por decreto do Ministério dos Negócios do Reino em 1836. Organiza-se, tal como a escola do Porto, em forma de Faculdade desde 1979, abandonando as históricas instalações no Convento

---

<sup>210</sup> Despacho n.º 21979/2008 de 28 de Agosto.

de S. Francisco da Cidade, ao Chiado, em 1993, com a inauguração do novo edifício projetado por Augusto Brandão no Pólo da Universidade Técnica de Lisboa na Ajuda, junto ao parque florestal de Monsanto. A entrada para as novas instalações materializava o progressivo afastamento ao ensino de belas-artes, com quem partilhara currículos e instalações ao longo de 157 anos.<sup>211</sup> Ao mesmo tempo abandonava também o centro de Lisboa, indo localizar-se num local periférico, à margem da cidade histórica consolidada.

A atual da Faculdade de Arquitetura é deste modo herdeira de uma história e de um património pedagógico de grande relevo, com praticamente 200 anos de tradição, que se confunde, em conjunto com a FAUP, com a própria história do ensino da disciplina no país. Acompanhando a sua condição de escola da capital do país, é a instituição de ensino da Arquitetura com maior dimensão em Portugal. No momento atual a FAUL reúne cerca de 2700 alunos e 159 docentes, dos quais 120 doutorados<sup>212</sup>, oferecendo vários produtos de ensino: ao nível do 1º ciclo oferece 3 Licenciaturas<sup>213</sup> (Arquitetura, Design e Design de Moda), no 2º ciclo 3 Mestrados Integrados (Arquitetura, Arquitetura com especialização em Interiores e Arquitetura com especialização em Urbanismo), a que acrescem mais 3 mestrados não-integrados (Design de Produto, Design de Comunicação e Design de Moda) e ainda 2 cursos de “mestrado europeu”.<sup>214</sup> Ao nível do 3º Ciclo oferece 3 cursos de doutoramento: Arquitetura,<sup>215</sup> Urbanismo e Design. Tem ainda planeado a abertura de mais 2 cursos de doutoramento, em conjunto com outras escolas da recém-formada Universidade de Lisboa

---

<sup>211</sup> Veja-se Marieta Dá Mesquita (2001:90), *A Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Convento de São Francisco, Lisboa*, in *Jornal Arquitectos* n.º 201.

<sup>212</sup> Cf. documento FA+UD 2013a e informação cedida pelos serviços académicos da FAUL.

<sup>213</sup> A Licenciatura em Arquitetura é comum para os três ramos de ‘especialização’ que os alunos podem seguir em 2º ciclo, designadamente, Arquitetura, Arquitetura de Interiores e Urbanismo.

<sup>214</sup> designados por mestrados *Erasmus-mundus*, dados em colaboração com outras escolas europeias, designadamente, o Mestrado em Projeto Sustentável no Mundo Mediterrânico e o Mestrado em Planeamento e Políticas para o Ambiente. Estes são lecionados em parceria com universidades de outros países europeus. Conforme FA+UD 2013a e em [www.fa.ulisboa.pt](http://www.fa.ulisboa.pt).

<sup>215</sup> Subdividido em seis áreas de especialização: Teoria e Prática do Projeto, História e Teoria, Tecnologia e Gestão de Construção, Conservação e Reabilitação, Desenho e Computação.



(UL)<sup>216</sup>, como sejam o programa em Restauro e Gestão Fluvial e um novo programa em Urbanismo.<sup>217</sup>

A oferta de 3º ciclo inclui 4 cursos em “Estudos Avançados”, com uma estrutura semelhante à de um ano curricular de doutoramento, assim como vários “Cursos Intensivos de Curta Duração”,<sup>218</sup> que no conjunto ensaiam uma oferta de formação pós-profissional.

Relativamente aos recursos de investigação, destaque para o Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), com 339 membros e classificado como “Excelente” pela FCT em 2015.<sup>219</sup> A dimensão singular deste centro, dentro do panorama nacional, permite agrupar vários grupos e subáreas de investigação, além de um Centro de Prestação de Serviços (CPS), um Gabinete de Empreendedorismo e Transferência de Conhecimento (GETPCI) e uma Incubadora de produtos.<sup>220</sup> A dimensão do centro de investigação reflete-se na capacidade de produção<sup>221</sup> e de angariação de financiamento, representando o CIAUD / FAUL cerca 26% dos projetos de investigação FCT desde 2000, mas

---

<sup>216</sup> Universidade de Lisboa foi criada em 2013, resultante da junção da Universidade Técnica de Lisboa com a Universidade de Lisboa. No conjunto a nova instituição alcança cerca de 40.000 alunos e congrega com a FAUL um outro curso público de Arquitetura, o do Departamento de Engenharia Cívica do Instituto Superior Técnico (IST), a funcionar desde 1998.

<sup>217</sup> O primeiro em parceria com o Instituto Superior Técnico (IST) e o Instituto Superior de Agronomia (ISA), e pretende abrir em 2015 o doutoramento em Urbanismo, a funcionar em parceria com o mesmo IST e com o Instituto de Gestão e Ordenamento Territorial do Território (IGOT). Cf. FA+UD 2013a e em [www.fa.ulisboa.pt](http://www.fa.ulisboa.pt)

<sup>218</sup> Os quatro cursos de ‘Estudos Avançados’ consistem em: Arquitetura Vernacular, Cultura Urbana Portuguesa, Computação Aplicada à Arquitetura, Urbanismo e Design, Conservação e Reabilitação. A FAULT planeia abrir um curso em Habitação em 2015.

<sup>219</sup> Consistindo em 113 membros e 229 colaboradores. A avaliação de 2014 é de Excelente.

<sup>220</sup> Os Grupos de Investigação reúnem professores, investigadores e alunos. Apoiam CIAUD, Mestrados e Doutoramentos e Consultadoria (CPS). Enquadram projetos de teses, investigação fundamental e aplicada e serviços de consultadoria. Os Laboratórios de Investigação concedem apoio pedagógico e a grupos de investigação, a consultadoria e comunidade externa. O CPS desenvolve projetos de investigação aplicada e de prestação de serviços de valor acrescentado nas áreas científicas da FA, ou seja, Arquitetura, Urbanismo e Design. O GETPCI apoia o registo e licenciamento de patentes, modelos de utilidade, marcas e desenhos industriais, bem como pedidos de financiamento para o desenvolvimento de produtos e a criação de *spin-offs* e *start-ups* com base em propriedade intelectual protegida. A Incubadora tem como objetivo identificar Projetos desenvolvidos por professores e alunos como parte das suas investigações e teses, tendo potencial económico e auxiliar a lança-los no mercado, como *spin-offs* e *start-ups*. Informação disponível em <http://ciaud.fa.utl.pt/index.php/pt/>.

<sup>221</sup> A produção deste centro, entre 2008-2012, apontava no final deste período que estavam em elaboração 260 Projetos de investigação, 42 financiados pela FCT, 56 com bolsas individuais da FCT e 12 financiados pela UE ou pela indústria, resultando no registo de “25 modelos, 8 patentes, 12 protótipos e 17 contratos de investigação nacionais e internacionais”, dando lugar à produção de 271 artigos em publicações. Cfr. Documento de avaliação FCT, 1ª Fase, 2014, ponto *Productivity and contribution to the National Scientific and Technological System*, disponível em <http://ciaud.fa.utl.pt/index.php/pt/sobre-2/relatorios>.

sobretudo, absorvendo a maioria do financiamento estrutural atribuído pelo Estado (ver Anexo F – vários quadros com informação relativa ao financiamento público da investigação).

O centro de investigação tem ainda uma atividade de publicação, organizada em quatro linhas editoriais: ArtiTextos; Linha do Horizonte; AR-Cadernos da FAUL e uma linha de diversos.<sup>222</sup> Notar ainda uma coleção de monografias publicadas em parceria com editoras como a Caleidoscópico, consistindo quer na edição de teses académicas de membros do centro, quer em atas de seminários ou publicação de resultados de Projetos de investigação.<sup>223</sup>

### *Curso de Arquitetura*

O atual Mestrado Integrado em Arquitetura (MI) tinha no ano letivo de 2014-15, 1167<sup>224</sup> alunos, recebendo ainda anualmente cerca de 200 alunos estrangeiros através do Programa Erasmus. O pessoal docente ascendia a 159 indivíduos.

A autonomização e crescimento da FAUL desde a década de 1980 acompanhou o próprio processo de expansão do sistema universitário nacional e foi suportado materialmente pela disponibilidade dada pelas novas instalações no Pólo universitário da Ajuda. No entanto, mencionámos que a mudança das instalações do Chiado criou um desenraizamento da escola do seu lugar genealógico, cultural e urbano, ao mesmo tempo que a multiplicação da oferta de produtos de ensino e correspondentes recursos humanos proporcionaria um aparente afastamento de uma tradição de ensino para o Projeto de Arquitetura, situação que arriscamos resultar numa sensação de duplo desenraizamento, quer face a um lugar genológico, quer face a uma tradição disciplinar e pedagógica.

Com o edifício do polo da Ajuda houve uma ambição de proporcionar condições para “*uma prática pedagógica renovada*”, que pudessem corresponder “*aos mais atuais métodos de ensino*” (Silva 2011:54, citando Augusto Brandão), tornando possível um ensino com recurso

---

<sup>222</sup>A ArtiTextos nasceu no seguimento do *Seminário Sobre Investigação em Arquitetura de Urbanismo e Design*, realizado em Abril de 2005, sendo o primeiro número lançado em 2006, já lançou 10 números e tem como vocação a publicação da investigação produzida na FAUL. A Linha do Horizonte é uma publicação integrada no Departamento de Desenho e Comunicação Visual da FAUL, tendo publicado desde 2012 dois números, disponíveis em [http://linhadohorizonte.fa.utl.pt/portuguese\\_page/index\\_pt.html](http://linhadohorizonte.fa.utl.pt/portuguese_page/index_pt.html). A AR- Cadernos da FAUL incide sobre temas específicos para o qual é lançado um pedido de propostas de artigos, tendo começado atividade em 2001. A linha que inclui publicações diversas incide sobre questões didáticas, mediante a coleção Praxis/Didáticas, com o primeiro número publicado em 2009.

<sup>223</sup> Os títulos da coleção podem ser consultados em <http://ciaud.fa.utl.pt/index.php/en/publicacoes-3/nacionais/livro>.

<sup>224</sup> No universo das 20 escolas de Arquitetura em Portugal, representa cerca de 18% do total de alunos, cf. Pedro Baía e Marta Labastida, 2014:432. Em conjunto com a FAUP representam 36% dos estudantes em Portugal. A FAUL tem ainda a única oferta de horário pós-laboral do país. Em 2013-14 frequentavam este regime 138 alunos.

a dispositivos tecnológicos de ponta, que colocassem a FAUL a par das instituições internacionais de referência (Silva 2011:57). O conjunto edificado da Ajuda organiza-se em 3 patamares e 5 núcleos edificados, dispostos paralelamente ao rio Tejo, muito embora não constituam com ele relações visuais. O patamar central reúne em 3 volumes os serviços administrativos e institucionais, a biblioteca, centros cartográficos, de informática e multimédia, salas de exposições e conferências e as instalações do centro de investigação e correspondentes aulas de 3º ciclo. O patamar exterior a norte contém um volume de salas de aulas, enquanto o volume que ocupa o patamar exterior a sul organiza além de salas de aulas, o bar, oficinas,<sup>225</sup> papelaria e livraria, e alguns órgãos institucionais. Os edifícios e os patamares exteriores estão voltados para o patamar central, sendo a circulação entre volumes efetuada ao ar livre, por entre espaços-patamares que constituem sobretudo canais de afastamento e circulação entre volumes.

Os edifícios dos patamares exteriores têm cerca de 100 por 35m, compartimentados com um ritmo estrutural longitudinal de 4.95m e originando uma sucessão de grandes naves de salas de aulas práticas, para ambos os lados do edifício, articuladas com uma série de átrios e salas interiores, entre naves, e um conjunto de espaços em mezanino debruçados sobre os grandes espaços de trabalho prático. Proporcionavam-se espaços amplos de trabalho em conjunto, ficando os docentes nos mezaninos do piso superior e as aulas teóricas, ou momentos pedagógicos com exposição audiovisual, com recurso a salas interiores. Esta visão que era oposta à compartimentação das antigas instalações “conventuais” ao Chiado e contrária ao que estava a ser decido para as novas instalações da FAUP, viria a ser retificada com o uso, passando os espaços letivos a serem semi-divididos em módulos de 64m<sup>2</sup>,<sup>226</sup> mediante um sistema painéis ligeiros que fecham parcialmente os módulos, enquanto os mezaninos eram encerrados com perfilados de alumínio e vidro. Deste modo, o princípio de um espaço de trabalho por aluno, agrupando turmas e anos em espaços comuns de trabalho, segundo o princípio do grande *atelier* em *open-space*, perdia alguma radicalidade, aproximando-se de uma situação de compromisso.

Tabela 19: FAUL – Cronologia dos Planos de Estudos (1976-2015)

Normativo	Notas
-----------	-------

<sup>225</sup> Incluindo Oficinas tradicionais (marcenaria, serralharia, cerâmica) e um Laboratório de Prototipagem Rápida, com várias tecnologias subtrativas e aditivas controladas por computador, nomeadamente corte por lâminas e por laser, fresagem de grandes formatos e impressão 3D.

<sup>226</sup> Estes com uma largura de 6.50 e com uma métrica de 4.95x6.50m, agrupadas em conjuntos de dois, perfazendo módulos de 64m<sup>2</sup>.

1976	Despachos n.º 7/76 e 7-A/76 de 24 de Fevereiro [da Secretaria de Estado do Ensino Superior]	Plano de Estudos 1974/75 – Não publicado por ausência de enquadramento legal.
1984	Portaria n.º 448/84 de 9 de Julho DR 157, de 09.07.1984, I Série	Regula o processo de extinção do curso de Arquitetura da ESBAL e o processo de transição para o curso de Arquitetura da FAUTL, assim como o Plano de Estudos e regime de transição para este. Desdobra o 5º ano em 3 ramos: Arquitetura, Planeamento urbanístico e Renovação e Conservação da Arquitetura e Núcleos Urbanos. 5 Anos sem estágio*
1984	Portaria n.º 503/84 de 25 de Julho DR 171, de 25.07.1984, I Série	<b>Consagra diversos Planos de Estudos de Arquitetura entre 1975 a 1984</b> (6 planos de estudos, estruturados em 5 anos sem estágio)
1984	Despacho Reitoral 1/SA/84 (sem publicação em DR)	<b>Plano de Estudos</b> Acertos ao p.e. 1985 (5 anos, sem estágio, 5º ano ramificado)
1989	Despacho de 10 de Julho de 1989 DR 270 de 08-09-1990, II Série	<b>Plano de Estudos</b> Acaba a ramificação do 5º ano, surgem Optativas.
1992	Deliberações do Senado da UTL com aprovação de novos cursos. Publicado em DR II Série.	<b>Plano de Estudos.</b> Novas Licenciaturas: Arquitetura de Interiores; Arquitetura do Planeamento Urbano e Territorial; Arquitetura de Gestão Urbanística; Arquitetura do Design e Arquitetura do Design de Moda.
1996	<b>Plano de Estudos</b> Despacho 16-10-96 Deliberação do Senado 5/UTL/1995 DR 274, 26-11-1996, II Série	Plano de Estudos
2001	Acreditado pela Ordem dos Arquitetos Deliberação de 30 de Julho de 2001	Acreditado por 4 anos
2001	Deliberações do Senado da UTL com os Planos de Estudos de 1995, para os vários cursos. Publicados em DR II Série.	Plano de Estudos
2003	Avaliação FUP	
2004	<b>Plano de Estudos</b> Aviso n.º7606/2004 DR 168, 19-7-2004, II Série.	Plano de Estudos Implementa regime semestral e sistema de créditos**
2005	Renovação da Acreditação da Ordem dos Arquitetos	
2006	Plano de Estudos Despacho n.º15239/2006 DR 135, 14-7-2006, II Série	Plano de Estudos Em vigor desde 2004
2006	<b>Adequação a Bolonha</b>	Primeira proposta de Adequação***
2008	<b>Adequação a Bolonha</b> Despacho 22848/2008 DR 172, 5-9-2008, II Série	Plano de Estudos****
2009	Plano de Estudos Despacho n.º 19222/2009 DR 160, 19-8-2009, II Série	
2011	Acreditação Preliminar pela A3ES	
2011	Plano de Estudos Despacho n.º 17143/2011 DR 244, 22-12-2011, II Série	Retificações
2013	Plano de Estudos Despacho n.º7513/2013 DR 111, 11-6-2013, II Série	Plano de Estudos
2013	Diretiva Europeia Inclusão no anexo V, ponto 5.7.1, da Diretiva 2005/36/CE	Ano de Referência 2008/2009 Jornal Oficial da U.E. de 28-6-2013
2014	Acreditação do curso pela A3ES	Acreditado por 6 anos

Notas: \* A estrutura de 5 anos sem estágio é inaugurada em 1975, conforme a Portaria n.º 503/84 de 25 de Julho, que consagra os planos de estudos da FAUTL e ESBAL entre 1975-1983. Sobre este tema ver Leonor Matos Silva (2011). \*\*Convergindo com o Decreto-Lei n.º42/2005 de 22 de Fevereiro, que entre vários princípios estipula o novo sistema de créditos curriculares (ECTS), substituindo o anterior sistema do Decreto-Lei n.º173/80 de 29 de Maio. \*\*\* Em 2006 é feita uma revisão dos cursos alargando-os a 6 anos. Esta revisão dará origem a dois documentos: aos Relatórios de Instrução de Registo de Adequação das várias licenciaturas a Mestrados Integrados, que seriam

submetidos à Direção Geral de Ensino Superior em Setembro de 2006, tendo em vista a adequação a Bolonha, conforme a legislação habilitante de Março de 2006 (Decreto-Lei nº42/2005 de 22 de Fevereiro). Esta revisão daria igualmente lugar a uma série de relatórios no Verão de 2007, um por curso, para inclusão das várias licenciaturas na Lista Anexa à Diretiva 85/834/CEE de 10 de Junho. \*\*\*\* Mestrado Integrado (MI) das quatro licenciaturas da área de Arquitetura e Urbanismo, implementando um primeiro ciclo comum, agora designada de Licenciatura em Estudos Arquitetónicos (6 semestres), e um segundo ciclo (4 semestres) com oferta diversificada, nomeadamente: MI em Arquitetura; MI em Arquitetura com especialização em Arquitetura de Interiores; MI em Arquitetura com especialização em Planeamento Urbano e Territorial; MI em Arquitetura com especialização em Gestão Urbanística. As licenciaturas em Arquitetura do Design e Arquitetura do Design de Moda transformam-se em licenciaturas de Design e de Design de Moda (6 semestres), já sem necessitarem da designação de Arquitetura, e são complementadas com Mestrados comuns em 2º ciclo (4 semestres), quer para Design, quer para Design de Moda.

### *Estrutura curricular no momento da adequação a Bolonha*

Desde a sua fundação em 1979 a FAUL teve sucessivas adaptações curriculares, experimentando um processo de “afinação” de planos de estudos ao longo da década de 80 e 90 (Silva, 2011). Ao longo deste tempo os planos implementados terão sempre a duração total de 5 anos letivos, sem estágio profissionalizante complementar ou prova final académica, dando diretamente acesso à profissão.

Em 1992-93, no momento anterior à passagem para a Ajuda, são abertas 5 novas Licenciaturas,<sup>227</sup> enquanto já em 2004, antecipando Bolonha, um novo plano de estudos implementava um regime de modelação letiva semestral e o sistema de créditos curriculares, que seria o plano em vigência à altura da adequação a Bolonha.

Este plano compreendia um tempo de formação total de 10 semestres, ocupando uma carga letiva semanal média de 28 horas letivas,<sup>228</sup> compartimentada em 6 disciplinas por semestre. O Projeto era estruturado em dez unidades sucessivas, com uma carga letiva semanal de 9 horas. O curso era concluído com uma dupla unidade de Projeto de Arquitetura e de Projeto Urbano, pelo que não existia um formato de Projeto Final do tipo dissertação, que como observámos existia nos cursos públicos do Minho, Porto e Coimbra.

As disciplinas de Projeto alteram a sua designação a partir do 6º semestre, momento em que também aparece uma oferta de unidades Optativas, indiciando uma separação implícita da sequência formativa, uma espécie duplo ciclo de 3+2 anos. Ao contrário dos cursos abordados anteriormente, não havia uma sequência de unidades curriculares de Teoria da Arquitetura ao longo de todo o currículo, havendo antes uma alternância semestral entre Teoria e História, esbatendo a importância e independência da teoria, situação que de algum modo justifica a ausência de um modelo de prova final escrita.

*Tabela 20: FAUL - Plano de Estudos de 2004*

---

<sup>227</sup> As novas licenciaturas seriam: Arquitetura de Interiores; Arquitetura do Planeamento Urbano e Territorial; Arquitetura de Gestão Urbanística; Arquitetura do Design e Arquitetura do Design de Moda. Estes novos especializavam, campos de atuação tradicionais e abriam novos, como o Design e o Design de Moda.

<sup>228</sup> Esta carga horária menor que 30 horas semanais estava já presente no currículo de 1996.

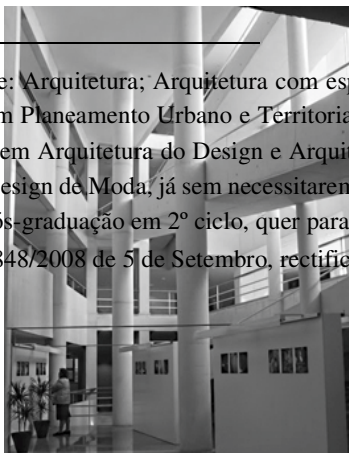
Sem	Disciplinas	Créditos	Sem	Disciplinas	Créditos
1	Arquitetura I Desenho I Geometria Descritiva e Conceptual I Cultura da Arquitetura e da Cidade Antropologia do Espaço Ambiente	5,5 4 3 4 2 3	2	Arquitetura II Desenho II Geometria Descritiva e Conceptual II História da Arte Geografia Física Matemática	5,5 4 3 4 1,5 2
3	Arquitetura III Desenho Arquitetónico I Geometria Descritiva e Conceptual III História da Arquitetura I Geografia Urbana Materiais	5,5 3 3 4 3 3	4	Arquitetura IV Desenho Arquitetónico II Processos de Computação História da Arquitetura II Fundamentos de Informação Geográfica Estática	5,5 3 3,5 4 1,5 3
5	Projeto de Arquitetura I Teoria da Arquitetura I Estruturas I Edificações I Optativo tipo 1+Optativa tipo 1	7 4 3 4 3	6	Projeto de Arquitetura II História da Arquitetura III Estruturas II Edificações II Optativo tipo 1+Optativa tipo 1	7 4 3 4 3
7	Projeto de Arquitetura III Introdução à Arquitetura Paisagista Teoria da Arquitetura II Sociologia Urbana Edificações III Optativo tipo 1+ Optativa tipo 2	7 2 4 2 4 3	8	Projeto de Arquitetura IV Urbanismo História da Arquitetura IV Economia Edificações IV Optativo tipo 1+ Optativa tipo 2	7 2 4 2 4 3
9	Projeto de Arquitetura V Projeto de Urbanismo I Optativo tipo 1+ Optativa tipo 2	7 4 4,5	10	Projeto de Arquitetura V Projeto de Urbanismo II Optativo tipo 1+ Optativa tipo 2	7 4 4,5

Nota: cf. plano curricular de 2004-2005.

Não obstante as diferenças assinaladas, o plano de estudos da FAUL apresentava igualmente uma forte hierarquia e unicidade, contrariada ligeiramente a partir do 3º ano com uma oferta de optativas, mas, no essencial, definindo um percurso unívoco ao longo de todo o currículo. Em 2008, com a adequação a Bolonha, a faculdade vai propor a passagem a Mestrado Integrado (MI) das quatro licenciaturas da área de Arquitetura e Urbanismo, implementando um primeiro ciclo comum, designado de Licenciatura em Estudos Arquitetónicos e um segundo ciclo com oferta diversificada, adaptando as anteriores áreas de especialização.<sup>229</sup> A adequação seria formalizada em 2008<sup>230</sup> e as transformações ocorridas e as retificações pós adequação serão abordadas adiante neste documento.

<sup>229</sup> Designadamente: Arquitetura; Arquitetura com especialização em Arquitetura de Interiores; Arquitetura com especialização em Planeamento Urbano e Territorial e Arquitetura com especialização em Gestão Urbanística. As licenciaturas em Arquitetura do Design e Arquitetura do Design de Moda transformam-se em licenciaturas de Design e de Design de Moda, já sem necessitarem da designação de Arquitetura, sendo complementadas com Mestrados em pós-graduação em 2º ciclo, quer para Design, quer para Design de Moda.

<sup>230</sup> Despacho nº22848/2008 de 5 de Setembro, rectificado pelo Despacho nº19222/2009 de 19 de Agosto.





*Ilustração 25: ISCTE-IUL, rampas do edifício II*

*Ilustração 26: ISCTE-IUL, apresentação de PFA*

*Ilustração 27: ISCTE-IUL, sala de projeto*

O Departamento de Arquitetura ocupa um conjunto de salas no edifício II do campus do ISCTE-IUL em Lisboa. As salas de projeto são salas convencionais, não havendo contiguidade entre salas e entre grupos de trabalho do mesmo semestre ou do mesmo ano. Imagens Pedro Pinto

#### e. ISCTE-IUL

##### *Fundação, produtos de ensino e investigação*

A licenciatura em Arquitetura no ISCTE iniciou-se em 1999, na sequência da experiência do Mestrado em Desenho Urbano, que funcionava desde 1995 em articulação com os departamentos de Sociologia, Antropologia e Economia, e do arranque do Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitetura (CEUA, 1998), com vocação para o estudo das morfologias das cidades de origem portuguesa no mundo. Tornava-se no terceiro curso público de Arquitetura

a surgir em Lisboa, juntando-se à histórica FAUTL e ao novo curso do Departamento de Engenharia Civil do IST (1998).<sup>231</sup>

Inicialmente organizada como Área Científica de Arquitetura e Urbanismo (ACAU) em 1997, transformar-se-ia em Unidade de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (UEAU) em 2001 e em Secção Autónoma de Arquitetura e Urbanismo (SAAU) em 2003. Em 2002 é concluído o Edifício II do campus do ISCTE, com projeto de Raul Hestnes Ferreira, passando um conjunto de salas de aulas do piso 3 a alojar em permanência uma parte substancial da licenciatura em Arquitetura. Em 2004-2005 é estabelecida uma cooperação com Universidade dos Açores, recebendo a licenciatura alunos daquela instituição a partir do 3º ano. Apenas em 2007 haveriam condições humanas para se transformar em Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU, ver Anexo E, Escolas – cronologia e organização geral).

O Departamento integra a partir de 2010 a Escola de Tecnologias e Arquitetura (ISTA), adaptando-se à nova orgânica da revisão estatutária de 2009, que adaptou a passagem do ISCTE-IUL para um regime fundacional.<sup>232</sup>

A oferta formativa da “área” de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE foi variada ao longo da sua curta história, tendo iniciado a presença nesta instituição com um Mestrado em Desenho Urbano e com um centro de investigação, manteria a licenciatura como o produto disciplinar central, ensaiando persistentemente outros produtos complementares ao longo dos anos (ver Anexo E). Atualmente, além do Mestrado Integrado, o DAU oferece um Mestrado e um Doutoramento em Territórios Contemporâneos Metropolitanos, que funcionam em paralelo e cuja amplitude temática almeja a abertura a candidatos provenientes de outras áreas de

---

<sup>231</sup> Estas duas novas licenciaturas justificavam-se pela procura excedentária e pelo domínio das instituições privadas, que antecipavam possibilidade de crescimento à oferta pública, conforme referia Manuel Teixeira, fundador do curso do ISCTE em 1998, em entrevista ao jornal O Público (6 de Junho 1998): “*a formação nesta área é feita 25% em instituições públicas e 75% em privadas*”, registando-se uma “*crescente procura na formação*”. Ambos os cursos do IST e ISCTE se alicerçam nos fatores identitários das instituições de acolhimento: o IST numa “*cultura de rigor e de conhecimento técnico*” (cf. objetivo do curso em <https://fenix.ist.utl.pt/cursos/ma>), com vista a uma multidisciplinaridade com as especialidades da construção e da infra-estrutura urbana; o ISCTE numa postura humanista, centrada numa desejada apreensão da “*tradição cultural*” (cf. Manuel Teixeira, em *Linhas Gerais da Licenciatura em Arquitetura*, Proposta à Assembleia de Escola de 28 de Maio de 1998), como fundamento “*conceptual básico*” para a atividade do arquitecto e, no carácter prático, oficial e tradicional, do desenho e do Projeto, como momento de contextualização e profissionalização. Uma outra especificidade eram as “*referências fundamentais à cultura arquitectónica e urbana portuguesas*”. Defendia-se que a identidade do curso deveria ser construída em consonância “*com as tradições e os estilos da nossa cultura arquitectónica*”, promovendo-se na formação dos estudantes o uso de “*métodos e materiais de construção tradicionais e com um significado cultural regional*” (Teixeira 1998/2).

<sup>232</sup> Despacho normativo n.º 18/2009, de 30 de Abril, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A passagem ao regime fundacional havia sido promulgada em 27 de Abril, com o Decreto-Lei n.º 95/2009.



conhecimento, que partilhem o interesse comum aos temas do território e dos fenómenos metropolitanos.<sup>233</sup> São ainda oferecidas 3 pós-graduações, em Arquitetura Digital, numa parceria com o CEUA-FAUP e que conta com duas edições realizadas; e ainda 2 cursos em Arquitetura e Paisagem e em Edição, Crítica e Curadoria em Arquitetura.

Os docentes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo desenvolvem investigação disseminados por várias Unidades de Investigação do ISCTE-IUL.<sup>234</sup> Esta pulverização prende-se com dois motivos estruturais: por um lado a necessidade de concentração de recursos dificulta a capacidade de financiamento e de autonomia de um centro de pequena dimensão; segundo pela apetência crescente por produtos de cruzamento disciplinar no instituto, conduzindo os investigadores a centros que oferecem essa possibilidade. Não obstante a reduzida dimensão do departamento, a capacidade de financiamento e respetiva produção de conteúdos é assinalável, referindo-se, como exemplo, o facto de aproximadamente 18% do financiamento FCT para projetos de investigação na área da Arquitetura e do Urbanismo, entre 2000 e 2013, corresponder a Projetos da iniciativa do ISCTE-IUL (ver Anexo F – vários quadros com informação relativa ao financiamento público da investigação).

#### *Curso de Arquitetura*

O Mestrado Integrado tinha em 2014-15, 330 alunos e 26 docentes, divididos entre 7 docentes convidados, 2 assistentes e 17 doutorados. As instalações são partilhadas com as restantes unidades no *campus* do ISCTE-IUL, no centro de Lisboa, que consiste num complexo de edifícios projetado e edificado entre 1980 e 2002 por Raúl Hestnes Ferreira.

O curso de Arquitetura partilha as instalações e os recursos pedagógicos com todas as áreas de conhecimento do instituto, numa situação de proximidade de outras áreas disciplinares que é singular entre as escolas analisadas. Todavia, o MI em Arquitetura tem atribuídas em exclusividade um núcleo de 7 salas de aulas no piso 3 do edifício II. A razão para esta exclusividade prende-se com as especificidades do processo de ensino da disciplina, que compreendem um tempo mais longo de ocupação de salas de aulas, assim como maiores necessidades de área de trabalho individual e de suportes físicos específicos para trabalhos

---

<sup>233</sup> Os destinatários são licenciados e mestres nas áreas da Arquitetura, Paisagismo e Arte, estendendo-se ainda às áreas das Ciências Sociais e Estudos Urbanos, cf. informação disposta em <http://iscte-iul.pt/cursos/mestrados/15106/apresentacao.aspx>.

<sup>234</sup> E também no centro específico de Arquitetura, o Centro de Investigação em Arquitetura e Áreas Metropolitanas (CIAAM-2009). Este centro dado a pequena dimensão do DAU tem dificuldades de financiamento institucional estrutural, junto da FCT e é pouco atractivo para candidatura a Projetos de investigação, dado não ter classificação FCT.

plásticos e de desenho, incluindo a necessidade de espaços complementares de arrumo e depósito de materiais, que não têm par entre as restantes áreas científicas da instituição. Ou seja, a intensidade e o tipo de trabalho de unidades curriculares como as de Desenho e Projeto não permitir uma partilha dos espaços letivos com outras áreas científicas. O conjunto de salas ocupado pelo curso tem uma dimensão que oscila entre os 102 e os 78m<sup>2</sup> (12x8,5m e os 12x6,5m), estando ainda equipadas com mobiliário diferente das restantes salas de aulas do ISCTE-IUL, constituído por mesas de desenho, cadeiras específicas e espaços de arrumos. Não obstante, a quantidade de salas não permite a distribuição de um espaço de trabalho por aluno ou de um espaço de trabalho por turma de Projeto, situação que obriga a uma grande rotatividade de horários e de espaços, levando ao fracionamento por anos de aprendizagem dos tempos curriculares de unidades Projeto, impedindo que todas as unidades de Projeto funcionem no mesmo horário.

Pese esta especial atribuição de exclusividade sobre um conjunto de salas de aulas, e tendo em atenção a pequena dimensão do departamento em relação a outras áreas do instituto, a partilha do mesmo conjunto de edifícios com outras áreas científicas gera ainda uma relativa diluição disciplinar, face às múltiplas agendas de acontecimentos geradas na totalidade do ISCTE-IUL. Em contrapartida, há uma maior sociabilização com outras áreas e uma exposição permanente a outros conteúdos, seja pela extensa oferta de atividades pedagógicas e culturais, seja pela riqueza e extensão de recursos partilhados, como por exemplo a biblioteca e os serviços reprográficos.<sup>235</sup>

Os serviços de cópias e impressões são oferecidos por empresas no interior do instituto, não havendo arquivos documentais e serviços editoriais dedicados no departamento de Arquitetura. No entanto, associado ao programa de doutoramento e ao centro de investigação Dinâmia-cet do ISCTE-IUL, é editada a revista *Passagens*, cujo primeiro número foi publicado em 2013 e os números 2 e 3 em 2015. Edita ainda desde 2014 um guia de curso com o resumo da produção das unidades curriculares do ano anterior. Há ainda a referir atividade editorial complementar, que cruza conteúdos de aprendizagem com conteúdos de projetos de investigação, que tem sido levada a cabo desde 2010, cruzando projetos financiados pela FCT com a atividade pedagógica no Mestrado Integrado, culminando em produtos de divulgação como conferências, exposições e catálogos.

*Tabela 21: ISCTE-IUL – Cronologia dos Planos de Estudos (1998-2015)*

---

<sup>235</sup> Incluindo ainda o Vitruvius Fab-Lab: Laboratório Laboratório de Fabricação Digital, equipado com diversos tipos de espaços e maquinaria e cuja missão é a exploração de novos métodos de abordagem ao Projeto arquitectónico, mas cujas atividades extravasam a agenda do próprio Mestrado Integrado.

	<b>Organização</b>	<b>Notas</b>
1998	<b>Plano de Estudos Inaugural</b> Despacho nº13051/98 DR 174, 29-7-1998, II Série	5 Anos curriculares
1999	<b>Início da Licenciatura</b>	
2000	<b>Plano de Estudos</b> Despacho nº24402/00 DR 275, 28-11-2000, II Série	5 Anos curriculares
2003	<b>Plano de Estudos</b> Deliberação da CCAU de 2-05-2003 DR 118, 22-05-2003, II Série	Altera algumas designações de U.C. Consolidação da área de Arquitetura
2003	<b>Reconhecido pela O.A.P.</b> Deliberação de 11.11.2003	3 Anos
2005	<b>Plano de Estudos</b> Despacho nº10251/05 DR 68, 7-4-2005, II Série	5 Anos curriculares
2005	<b>Acreditado pela O.A.P.</b> Deliberação de 14.7.2005	? Anos
2007	<b>Adequação do Plano de Estudos Bolonha</b> Processo?	10 Semestres
2008	Aprovação da Adequação a Bolonha Despacho nº21652/2008 de 18 Agosto DR 129, 7-7-20011	10 Semestres
2011	<b>Plano de Estudos</b> Despacho nº8967/2011 de 7 de Julho DR129, 7-7-20011, II Série	10 Semestres
2011	<b>Notificação no âmbito da Diretiva Europeia 2005/36/EC, de 7 de Setembro</b>	Maio de 2011
2013	<b>Acreditação pela A3ES</b> Processo n.º ACEF/1213/23082	
2013	<b>Alteração da PFA</b>	Retificação do Modelo de 5º ano
2013	<b>Diretiva Europeia</b> Inclusão no anexo V, ponto 5.7.1, da Diretiva 2005/36/CE	Ano de Referência 2003/2004 Jornal Oficial da U.E. de 28-6-2013

Notas:

### *Estrutura curricular anterior à adequação a Bolonha*

O plano de estudos de lançamento da licenciatura em 1999 organizava-se três áreas nucleares: as Ciências Sociais, as Tecnologias, o Projeto/Desenho. A primeira tinha como objetivo uma consciência da realidade social, a segunda o conhecimento dos meios tecnológicos, convergindo ambas para uma pedagogia de ensino alicerçada na “*formação prática e na experiência profissionalizante*”.<sup>236</sup> A estrutura letiva consistia em cinco anos, com a elaboração de um Projeto final de curso no último ano. A modelação dos tempos letivos variava ao longo do ciclo de aprendizagem, sendo predominantemente anuais e obrigatórias no

<sup>236</sup> Manuel Teixeira (1998a:2), *Linhas Gerais da Licenciatura em Arquitectura, Proposta à Assembleia de Escola de 28 de Maio de 1998*.

início e semestrais e optativas no final do plano de estudos, permitindo-nos considerar a existência de uma divisão implícita em dois ciclos pedagógicos.

Tabela 22: ISCTE-IUL - Plano de Estudos de 1999

Ano	Disciplinas	Regime	H/sem	Créditos	Programa
1	Arquitetura I Desenho I Geometria Matemática Materiais História e Teoria da Arquitetura I História da Arte I Filosofia do Espaço Métodos de Investigação	Anual Anual Anual Anual Anual Anual 1ºS 1ºS 2ºS	9P 6P 1,5T+3P 3T 1,5T+3P 3T 3T 3T 3T		Espaço e meios da sua representação. Análise de Obras
2	Arquitetura II Desenho II Computação Gráfica I e II Estática II Sistemas de Construção Tradicionais História e Teoria da Arquitetura II História da Arte II (S) Geografia Física (S) Antropologia do Território (S)	Anual Anual 1ºS+2ºS Anual Anual Anual 1S 1S 2S	9P 6P 1,5T+3P 1,5T+3P 1,5T+3P 3T 3T 3T 3T		Espaço e meios da sua representação. Análise de Obras. Cidade
3	Projeto de Arquitetura I Projeto Urbano I Computação Gráfica em Arq. I e II Estruturas I Construções I História e Teoria do Urbanismo I Geografia Urbana Etnografia da Habitação	Anual Anual 1ºS+2ºS Anual Anual Anua 1S 2S	9P 6P 1,5T+3P 1,5T+3P 1,5T+3P 1,5T+3P 3T 3T		Habitar. Cidade. Desenho Urbano
4	Projeto de Arquitetura II Projeto Urbano II SIIG Estruturas II Construções II Teoria da Arquitetura Contemporânea Sociologia Urbana Economia do Território Optativa I e II	Anual Anual 1S Anual Anual 1S 2S 2S 1S+2S	9P 6P 1,5T+3P 1,5T+3P 1,5T+3P 3T 3T 3T 3T		Equipamento coletivo
5	Projeto Optativa III, IV, V, VI Organização e Gestão do Projeto Economia Urbana Gestão de Obra Optativa VII, VIII	Anual S1+S2 S1 S1 S2 S1+S2	15P 1,5T+3P 3T 3T 3T 3T		Projeto completo, a várias escalas, até à execução. Temática a definir em conselho consultivo dedicado

Nota: Plano Curricular publicado em DR II série, nº173/98 de 29 Julho 1998

A carga letiva semanal era de aproximadamente 35 horas, distribuídas por uma média de 7 a 8 disciplinas, reduzidas a 25 horas e 6 disciplinas no 5º e último ano de formação. O Projeto de 5º ano consistia num projeto de arquitetura elaborado a várias escalas, terminando numa fase de detalhe próxima da pormenorização para execução, reforçando a tendência para

proporcionar uma experiência de projeto instrumental e tendencialmente profissionalizante. Tal como na FAUL e ao contrário dos restantes cursos estudados, não existia uma unidade curricular que confrontasse os alunos com a produção de um ensaio teórico, de natureza académica, não havendo no 5º ano uma prova académica em forma de ensaio ou dissertação.

O plano de estudos vinculava precedências a Projeto, numa sucessão de unidades curriculares, imprimindo um carácter fortemente sequencial e hierárquico à estrutura curricular, situação, como vimos, semelhante aos restantes planos de estudos pré-Bolonha das escolas analisadas. No caso do ISCTE-IUL há a realçar a singular coexistência de dois projetos em simultâneo no 3º e no 4º ano curricular: o projeto de arquitetura e o projeto urbano, correspondendo a uma ligação umbilical ao Mestrado em Desenho Urbano na génese da Arquitetura no ISCTE-IUL, mas também a uma ambição de alcançar alguma especificidade curricular mediante a ligação aos estudos sociais e estudos urbanos, que são uma das áreas “fortes” de ensino e investigação do instituto. Comparando com os planos de estudos dos restantes casos de estudo nota-se uma maior dispersão de matérias curriculares, em detrimento da presença das áreas da História e da Teoria da Arquitetura, conformando uma quadro que distancia o formato curricular dos casos do Minho, Porto e Coimbra, aproximando-o da FAUL.

A adequação ao processo de Bolonha seria formalizada em 2006,<sup>237</sup> envolvendo uma intensa polémica entre o corpo docente, levando inclusivamente à mobilização dos alunos e a transformações na direção da Secção de Arquitetura, numa história que subsiste por documentar. Adiante neste documento serão abordadas as transformações curriculares ocorridas com o processo de adequação.

---

<sup>237</sup> Despacho nº 21652/2008 de 19 de Agosto, pese a adequação ter sido registada na Direcção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/B-AD-104891/2007.

Tabela 23: Cronologia da adequação a Bolonha em 10 escolas Portuguesas

Escola	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
EAUM	Relatório Jan2006 (4+2 Anos) Novo PE (1) 2006/2007 (3+2 Anos)		Transição e Equivalências Out 2008 (2)	Acertos Julho 2009 (3)	Acertos Março 2010 (4) 2010/2011	Novo PE 2011/12 (5)		
d.ARQ FCTUC			Relatório Fev. 2008 Novo PE 2008/2009					
FAUP			Relatório Jan 2008 Novo PE 2008/2009				Novo PE Abril 2012 2012/13	
FAUL	Relatório Set 2006 (5+1 Anos)		Relatório Fev. 2008 (3+2) Novo PE 2008/2009					Novo PE Julho 2013 2013/14
ISCTE		Relatório Julho 2007 Novo PE 2007/2008			Alteração PE 2010/2011			
IST	Relatório Maio 2006 Novo PE (6) 2006/2007							
EAUE	Relatório 2006 Novo PE 2006/2007	Relatório 2007	Novo PE 2008 2007/2008				Novo PE Julho 2012 (7) 2012/2013	
Autónoma Lisboa	Relatório 2006 Novo PE 2006/2007							Novo PE Ago 2014 2014/2015
Lusíada Lisboa	Relatório 2006 (8) Novo PE 2006/2007							
Lusófona Lisboa	Relatório Jun. 2006 (9) Novo PE 2006/2007			Publica PE Maio 2009 (10)				Novo PE Jul 2013 (11) 2013/2014

Notas: (1) O MI foi aprovado na Resolução SU-56/2006, de 13 de Março e registado pela DGES sob o n.ºR/B-AD 651/2006. Plano de Estudos e designação de Mestrado Integrado é adotada no Despacho RT/C-190/2006 de 5 de Setembro; (2) Despacho n.º25424/2008 de 19 de Outubro; (3) Despacho n.º15227/2009 de 6 de Julho; (4) Despacho n.º5016/2010 de 19 de Março; (5) Despacho RT/C-80/2011. Nova alteração seria efetuada em 2014 com o Despacho RT/C-62/2014; (6) Desde esta data foram efetuadas alterações pontuais no segundo ciclo (distribuição de ECTS e passagem das UC de Projeto do 4.º e 5.º ano de anuais para semestrais, para uma melhor compatibilização europeia – CLUSTER); (7) Despacho n.º 9205/2012 de 9 Julho 2012; (8) Despacho n.º17831/2006 de 10 de Setembro; (9) Despacho n.º13680/2006 de 29 de Junho; (10) Plano de estudos “divulgado” pelo Despacho n.º 12340/2009 (2.ª série) de 22 de maio de 2009, alterado pelo Despacho n.º 18009/2009 (2.ª série), de 4 de agosto e pelo Despacho n.º 9680/2011 (2.ª série), de 3 de Agosto; (11) Conforme Despacho n.º 9452/2013 de 18 de Julho 2013.

### III. ADEQUAÇÃO CURRICULAR A «BOLONHA»

*Contrariamente ao que é afirmado, o ensino, comprimido aos três anos da licenciatura – o assim designado por 1º ciclo, é praticamente inútil como grau autónomo, seguido por cursos de mestrado de dois anos, que não perseguem necessariamente investigação original, ainda menos interpretação crítica, fazem o 2º ciclo, os doutoramentos, com duração de 4 anos constituem o 3º ciclo – longe de avançar a formação científica e a indução dos alunos a bolsas de estudos, serviu apenas para aumentar o número de graduados, deficientemente formados por uma educação progressivamente menos exigente.*

Luís Reis Torgal<sup>238</sup>

*A dificuldade de organização de uma escola de Arquitetura passa pela criação de uma estrutura que permita um contacto direto com a prática extraescolar (para desenvolver sólidas bases teóricas) e a simultânea aplicação de bases teóricas rigorosas, que apoiem o mergulho nessa prática.*

*Tudo isto sem perda de autonomia e distanciamento*

Álvaro Siza<sup>239</sup>

*Eu acho que o grau zero do Plano de Estudos é o que interessa. O que o Plano de Estudos não seja coercivo, que permita o desenvolvimento do debate, do avanço no sentido da nova descoberta. O Plano de Estudos deve estar sempre atrasado. Acho que só passado muito tempo é que se pode talvez institucionalizar os avanços que aparecem espontaneamente, por iniciativas pessoais, de grupo, dos alunos, e isso é que faz escola.*

Alexandre Alves Costa<sup>240</sup>

---

<sup>238</sup> Luis Reis Torgal (2012:80), *University, Society and Politics*, in Neave e Amaral (2012), tradução livre.

<sup>239</sup> Álvaro Siza em prefácio a *Dissertação (...)*, de Alexandre Alves Costa, FAUP, (1982 (1980):5).

<sup>240</sup> Alexandre Alves Costa, entrevista *OK#TÉCNICO: [Alexandrea Alves Costa vs. Gonçalo Byrne]*, por Jorge Figueira, in AAVV ecdj2: *10 anos de Arquitetura no Colégio das Artes*, Edarq, Coimbra, 2000, p88-102.

## 1. Introdução

O presente capítulo corresponde ao primeiro andamento do corpo da tese. Neste entra-se no momento da transição dos currículos dos cursos de Arquitetura para Bolonha. Principiando com o relatório prévio de implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, do “Grupos por Área de Conhecimento – Arquitetura”, de Dezembro de 2004, coordenado por Domingos Tavares,<sup>241</sup> avança para uma caracterização da resposta dos cursos de Arquitetura das escolas de caso-estudo, face às transformações do sistema universitário suscitadas pelo processo de adequação a Bolonha.

Para o efeito o capítulo conduz o leitor por uma leitura das transformações curriculares segundo uma sequência de temas fundamentais da adequação: a posição da disciplina no momento da adequação; o modelo de mestrado integrado que seria implementado; a organização correspondente em duplo-ciclo, e a compressão e modelação dos tempos curriculares, harmonizando os tempos letivos da Arquitetura com os tempos da universidade.

No conjunto pretende-se aferir o impacto estrutural dos princípios do processo de adequação a Bolonha no conjunto dos planos de estudos das escolas estudadas. Esta aferição poderá permitir um enraizamento das mudanças curriculares nos pressupostos da reforma, auxiliando a um entendimento mais amplo do modo como as transformações estruturais se relacionam dialogicamente, para com uma mentalidade reformista e para com uma tradição de aprendizagem. Podemos resumir os objetivos deste primeiro capítulo na seguinte sequência de questões:

- Como reagiu a Arquitetura face às transformações suscitadas pela adequação a Bolonha?
- Como se adaptaram as escolas estrutural e conceptualmente aos princípios da reforma?
- A Adequação pressiona uma tradição de ensino da Arquitetura e suscita uma atualização pedagógica?

A base analítica para as leituras propostas consiste eminentemente nos documentos de registo provisório da adequação dos planos curriculares, elaborados por todas as escolas de Arquitetura num período temporal entre 2006 e 2008. Conforme referido, a estrutura de leitura incide sobre três aspetos estruturais da reforma: o modelo do ciclo integrado, a descrição dos objetivos de ciclo e modelação dos tempos letivos. Estes três aspetos estão intimamente

---

<sup>241</sup> Domingos Tavares (2004).



interligados, pelo que a sua interpretação constitui ainda uma sucessão de consequências, designadamente:

- O modelo de Mestrado Integrado: em todos os cursos de Arquitetura em Portugal o modelo seguido será o de ciclo integrado com uma duração de 5 anos, numa sequência de 3+2. Esta não havia sido a proposta do relatório de “área de conhecimento” elaborado por Domingos Tavares em Dezembro de 2004. O que se alterou e o que se manteve nas estruturas curriculares?
- A organização em duplo ciclo de aprendizagem: como se adaptaram os planos curriculares ao duplo ciclo? Quais os descritores de ciclo propostos? Em que medida equilibram tradição e quadro conceptual do processo de adequação?
- A semestralização e a modelação curricular: o Processo de Bolonha suscitava a modelação das cadências de aprendizagem e a libertação de tempo para trabalho autónomo dos alunos. Estes objetivos relacionavam-se com a mobilidade de alunos e de pessoal académico pelo espaço da EHEA, mas também com uma mudança no próprio paradigma do ensino, que equilibrava o desenvolvimento de competências gerais pessoais com o desenvolvimento de competências profissionais específicas. Como se organizam os planos das escolas estudadas face a estas alterações de estrutura-conceito?

A introdução do processo de adequação nas escolas nacionais e as respostas curriculares dadas, assim como relação entre tradição e pressões de transformação, são, desta forma o cerne deste capítulo.

## 2. O modelo de Mestrado Integrado

### a. Relatório Domingos Tavares

A implementação de uma formação em ciclos de aprendizagem teve como vimos o objetivo central quebrar a temporalidade de formação longa, adotando como regime modelo um sistema frequente nos países anglo-saxónicos,<sup>242</sup> de conjugação entre bacharelato e mestrado, de modo a cadenciar os tempos de formação, tendo em vista uma maior especificidade, flexibilidade e mobilidade entre cursos e entre unidades curriculares.

Um dos objetivos do normativo nacional que reestruturava os graus do ensino superior era o de “assegurar aos estudantes portugueses condições de formação e de integração profissional similares, em duração e conteúdo, às dos restantes Estados que integram o espaço europeu, através da adoção, em cada área de formação, de um número de créditos e, consequentemente, de uma duração, que não sejam diversos dos de instituições de referência de ensino superior daquele espaço nas mesmas áreas”.<sup>243</sup> Esta duração correspondia a uma formação de 1º ciclo com uma duração média de 180 ECTS, três anos curriculares, que dariam acesso a um dado grau com reconhecimento académico e profissional. As exceções eram “algumas profissões— poucas— são internacionalmente exigidas formações mais longas, correspondentes a quatro, cinco ou seis anos curriculares de trabalho. Contam-se neste grupo, desde logo, aquelas que são objeto de normas comunitárias de coordenação das condições mínimas de formação, como as constantes da Diretiva nº 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro (Jornal Oficial, nº L 255, de 30 de Setembro de 2005), onde se incluem os médicos, os enfermeiros responsáveis por cuidados gerais, os médicos dentistas, os médicos veterinários, os enfermeiros especializados em saúde materna e obstetrícia, os farmacêuticos e os arquitetos”.

Para a Arquitetura, a Diretiva determinava para a Arquitetura um período de formação total, de pelo menos quatro anos de estudos a tempo inteiro, ou seis anos de estudos, dos quais pelo menos três a tempo inteiro, numa universidade ou estabelecimento de ensino comparável, a ser comprovada pela aprovação num exame de nível universitário.<sup>244</sup> Esta Diretiva transcrevia o disposto na antecessora de 1985,<sup>245</sup> e suportava parcialmente a posição relatório nacional

---

<sup>242</sup> Veja-se sobre este tema o relatório *England, Northern Ireland and Wales - National Report 2005*, disponível em [http://www.ehea.info/Uploads/Documents/National\\_Report\\_UK-England-Wales-N-Ireland%202005.pdf](http://www.ehea.info/Uploads/Documents/National_Report_UK-England-Wales-N-Ireland%202005.pdf).

<sup>243</sup> Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março, *Preâmbulo*.

<sup>244</sup> Conforme a Diretiva 2005/36/EC, que na secção 8, *Arquitecto*, artigo 46º.

<sup>245</sup> Diretiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985.

preliminar para a Área de Conhecimento de Arquitetura, elaborado por comissão nomeada pelo MCIES.

Coordenado pelo professor arquiteto Domingos Tavares, o relatório seria finalizado em Dezembro de 2004, vindo propor com base na Diretiva 85/384/CEE, na posição da Ordem dos Arquitetos Portugueses e na posição da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (que por sua vez replicavam a posição da *European Foundation for Landscape Architecture*), um primeiro ciclo de duração mínima de 5 anos, em regime de tempo inteiro presencial, o qual seria concluído com uma “*prova pública avaliada em júri, de acordo com a exigência da diretiva europeia*”,<sup>246</sup> dando por conseguinte acesso à profissão. O ciclo seguinte, teria uma duração “*mínima de dois semestres e máxima de quatro semestres, em função das exigências de conteúdo das diferentes orientações, nomeadamente distinguindo os objetivos de reforço da preparação profissional e as formações tendentes à investigação disciplinar*”,<sup>247</sup> e que abriria para uma formação complementar, de reforço profissional ou de preparação para a investigação, dando cabimento à designação tradicional de “mestre”.

Tabela 24: Relatórios MCIES de 2004 - Arquitetura Estrutura Proposta

Financiamento e Empregabilidade	Duração dos ciclos	Designação dos graus	Outras propostas
A empregabilidade é condicionada a um ciclo de formação inicial de 5 anos.  O segundo ciclo seria de reforço profissional e de especialização na investigação.	5+1 ou 2 (300+60 ects)	Não é feita de modo explícito	Define 3 perfis profissionais: - Arquiteto - Arquiteto paisagista - Arquiteto urbanista.

O relatório definia os perfis e as competências de formação para o exercício profissional, avançando com três perfis de formação, não sem antes ressaltar que “*em princípio, como um*

<sup>246</sup> De acordo com o disposto na Diretiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985, nomeadamente o artigo 4º, ponto 1, alínea. Notar que Diretiva subsequente, 2013/55/EU de 20 de Novembro, reformula o artigo 46º, ponto 1, aumentando o tempo de formação base para, a), “*um total de, pelo menos, cinco anos de estudos a tempo inteiro numa universidade ou estabelecimento de ensino comparável, formação que deve ser comprovada pela aprovação num exame de nível universitário*”; ou, b), “*não menos de quatro anos de estudos a tempo inteiro numa universidade ou estabelecimento de ensino comparável, formação que deve ser comprovada pela aprovação num exame de nível universitário, acompanhados de um certificado comprovativo da realização de um estágio profissional de dois anos, nos termos do nº4*”. Em Portugal, o Conselho Nacional de Admissão da Ordem dos Arquitetos (OAP) adaptando-se às Diretivas referia que um curso de Arquitetura deveria ter a duração de 4 anos a tempo inteiro, mas que para efeitos de reconhecimento e acreditação traduzia num limiar de 4000 horas letivas, o que na prática de ensino em Portugal de acordo com a transposição para ECTS/ano corresponderia a um mínimo de 5 anos. Este ponto de vista é defendido pelo curso do Minho no relatório de adequação de 2006.

<sup>247</sup> Conforme o ponto 2.3 - *Estrutura e duração dos ciclos de formação*, do Relatório de Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional - Grupos por Área de Conhecimento – Arquitetura, de Dezembro de 2004, coordenado por Domingos Tavares (2004).

saber integrado, a Arquitetura não deveria subentender especialidades”, mas que, dada a “dedicação preferencial de certos profissionais e ao aprofundamento metodológico subjacente a saberes especiais” se justificavam a “Arquitetura Paisagista” e o “Arquiteto Urbanista” como especialidades.<sup>248</sup>

A estrutura da formação, ao nível do 1º ciclo, seria tripartida, entre a área fundamental do desenho, a qual deveria “logo desde os primeiros semestres”, ocupar “um mínimo de 10 créditos em cada semestre”, as “disciplinas para o conhecimento dos valores humano” e as “disciplinas para o conhecimento operativo específico”. O peso relativo de cada uma destas áreas seria ponderado por cada curso, em função dos “critérios de progressão definidos pelas estratégias próprias da identidade das instituições, sem perder de vista o equilíbrio dos respetivos pesos na contabilização final de cada curso”.<sup>249</sup>

Tabela 25: Relatórios MCIES de 2004 - Arquitetura Competências Propostas

Ciclos	Competências por ciclo de estudos
1º	<p>Ter uma <b>formação sólida em desenho</b> que lhe permita operar com eficácia no processo criativo e desenvolver a comunicação das ideias com recurso ao Projeto desenhado, nas suas diferentes valências técnicas.</p> <p>Ter um <b>conhecimento interpretativo e crítico das ciências sociais</b> que lhe permitam compreender os processos da evolução das sociedades e os progressos para a condição da vida humana, no exercício das suas responsabilidades sociais.</p> <p>Ter um <b>conhecimento operativo das ciências da construção e outras ciências conexas à sua atividade</b>, com capacidade de adaptação à evolução dos saberes e às modificações dos processos produtivos.</p>
2º	<p><b>Aprofundar a especificidade metodológica do campo de especialidade</b> que escolheu ou da área de atividade que procura prosseguir.</p> <p><b>Diversificar as suas capacidades de estudo, expressão e comunicação</b>, com vista ao desenvolvimento de atividades de maior exigência pessoal.</p> <p><b>Assegurar competência no campo da investigação disciplinar</b>, desenvolvendo as respetivas metodologias de pesquisa.</p>

Nota: Cf. Relatório de Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional - Grupos por Área de Conhecimento – Arquitetura, de Dezembro de 2004.

A distribuição de créditos ECTS pelo programa e a definição de competências a desenvolver eram indicadas sobretudo para o primeiro ciclo, o qual tinha o objetivo desenvolver competências suficientes para o acesso à profissão. A identificação de áreas de especialização justificava a autonomização logo em primeiro ciclo da Arquitetura Paisagista, enquanto a opção pelo urbanismo seria apenas um aprofundamento em 2º ciclo.

Esta divisão dos ciclos de aprendizagem tinha a virtude de atribuir uma competência específica a cada um dos ciclos, a licenciatura ao primeiro e a especialização pós-profissional ao segundo, continuando o modelo académico até então vigente, numa progressão licenciatura-

<sup>248</sup> Cf. ponto 2.1 – Perfis para o exercício da profissão (Tavares 2004:3).

<sup>249</sup> Cf. ponto 3.1 - Curriculum mínimo para o 1º e para o 2º ciclo (Tavares 2004:5). Este equilíbrio tripartido corresponderia a uma distribuição de 100 ECTS para cada uma das áreas e 300 para o total, o que perfazia 60 créditos ano, conforme viria a ser consagrado na legislação de 2005 (Decreto-Lei nº42/2005 de 22 de Fevereiro).

mestrado. Tentava ainda a junção no mesmo tronco “disciplinar” das áreas-profissões que tratam do espaço edificado, seja ele natural ou paisagístico, urbano, ou das edificações propriamente ditas.

Não obstante, o relatório não se relacionava com linguagem *Tuning*, que como vimos seria adotada pelo léxico da adequação a partir da conferência de Bergen em 2005. A investigação e respectivas metodologias de pesquisa eram desenvolvidas em segundo ciclo. Propunha uma formação solidamente generalista, alinhado com os modos de exercício da profissão dados pelo Estatuto da OAP de 1998.<sup>250</sup>

Era no entanto omissa relativamente ao Relatório de 15 de Outubro de 2003 do Conselho de Arquitetos da Europa (ACE/CEA),<sup>251</sup> acerca da aplicação do acordo de Bolonha, que recomendava “*uma duração de 5 anos de estudo numa universidade complementados com 2 anos de prática profissional supervisionada e validada*”, que antecipava a reformulação de 2013 da Diretiva. Era coincidente com a Declaração de Chania da EAAE de 2001,<sup>252</sup> onde a conferência de diretores de escolas de Arquitetura da Europa afirmava, relativamente ao processo de criação da EAHE, que os cursos de Arquitetura deveriam ter uma duração mínima de 5 anos de estudos a tempo integral, podendo as escolas optar por um ciclo contínuo ou um duplo ciclo em formato 3+2, notando a declaração que o primeiro ciclo não daria acesso à profissão. Esta posição da EAAE alinhava-se com definido desde 1996 pela UIA/UNESCO, que contrariando a Diretiva de 1985, discriminava um tempo mínimo de educação de cinco anos em tempo integral, a ter lugar numa instituição de nível universitário ou semelhante,

---

<sup>250</sup> Decreto-Lei nº176/98 de 3 de Julho – estatutos da OAP. Os modos de exercício da profissão são definidos no artigo 44º nos seguintes termos: “*a) Por conta própria, como profissional independente ou como empresário em nome individual; b) Como sócio, administrador ou gerente de uma sociedade de profissionais com atividade no domínio da Arquitetura; c) Como funcionário público ou trabalhador contratado pela administração central, regional ou local; d) Como assalariado de outro arquitecto ou de outros profissionais, ou de uma pessoa coletiva*”.

<sup>251</sup> Cf. *Reports on matters arising from the application of the Bologna agreements, Final Report*, 15 de Outubro de 2003, ACE (tradução livre). O relatório ACE tem ainda a importância de assinalar que formação para a profissão é composta de uma aprendizagem académica, complementada por dois anos de prática profissional, separando assim o ensino escolar da formação profissional, situação preconizada pela UIA desde 1996 - *UIA Charter for Architectural Education* de Junho de 1996.

<sup>252</sup> Cf. *EAAE Chania Statement 2001, Regarding the Architectural Education in the European Higher Education Area*, de 4 de Setembro de 2001. Nesta declaração a EAAE alinha a sua posição com as recomendações UIA/UNESCO que desde a *UIA Charter for Architectural Education* de Junho de 1996, confirmados no *UIA Accord on Recommended International Standards of Professionalism in Architecture Practice* de 2000, discriminava um tempo mínimo de educação de cinco anos, a ter lugar numa instituição de nível universitário, com programa reconhecido, a ser completado por estágio de dois anos.

complementado por dois anos de experiência profissional. No entanto, o relatório não mencionava estes documentos internacionais.

#### b. Formato Mestrado Integrado

A reforma legislativa não iria fechar, pelo menos no plano legislativo, as possibilidades apontadas pelo relatório coordenado pelo professor Domingos Tavares. Desde logo reconhecendo o carácter excepcional da formação em Arquitetura, que cabia no âmbito das formações em “ciclo integrado”, que por necessitarem de maior tempo de maturação, se poderiam prolongar até “seis anos de trabalho curricular”,<sup>253</sup> com a atribuição de grau a ser conferida “após um ciclo de estudos integrado, com 300 a 360 créditos e uma duração normal compreendida entre 10 e 12 semestres curriculares de trabalho”, persistindo no entanto na determinação de um 1º ciclo, com duração de “180 créditos correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho”<sup>254</sup> e designado como todos os restantes primeiros ciclos determinados na lei por “licenciamento”.

Aparentemente a lei permitia uma organização aproximada à posição defendida pelo relatório quanto ao tempo total de formação, no entanto, não contemplava o estabelecimento de um 1º ciclo com duração maior do que 3 anos,<sup>255</sup> inviabilizando a manutenção direta do modelo de 5+1 anos de formação, que como vimos eram a prática na FAUP e no d.ARQ-FCTUC no período pré-Bolonha. Não obstante, admitindo a quebra donexo entre o grau académico licenciado – mestrado e o não-reconhecimento do primeiro grau pelo mercado, seria ainda possível almejar uma duração total de 6 anos, mas necessariamente num formato 3+3 anos, desdobrável em 3+2+1, caso se mantivesse o último ano para a elaboração de um trabalho de especialização académica ou profissional, transpondo para Bolonha as práticas estabelecidas no Porto e em Coimbra.

Estes formatos de formação em 6 anos não eram seguidos na EAUM, FAUL e ISCTE-IUL, que tinham um modelo de 5 anos de duração e no caso das escolas de Lisboa, com conclusão num ano curricular ordinário, sem lugar a um trabalho final em formato de dissertação, terminando a formação escolar com um Projeto de 5º ano, acompanhado indiretamente por outras disciplinas no plano de estudos.

---

<sup>253</sup> Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março, *Preâmbulo*.

<sup>254</sup> Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março, artigo 19º, relativo aos *Ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre*.

<sup>255</sup> A própria Lei de Bases de 2005, havia restringido o grau de licenciatura a uma duração de 6 a 8 semestres, conforme artigo 14º, ponto 3, Lei nº49/2005 de 30 de Agosto.

Não obstante, as escolas públicas do Minho, Porto, Coimbra e a FAUL desenvolveriam uma série de contatos informais, entre 2005 e 2006, com o objetivo de concertar uma posição e argumentar para a manutenção, ou adoção no caso da escola da EAUM e da FAUL, de um currículo com 11 a 12 semestres, adaptando o modelo 5+1 dos currículos em funcionamento no Porto e em Coimbra.

Pelo menos a FAUL (com um formato 3+2+1) e a EAUM (com um formato 4+2) chegariam a produzir documentos para acreditação de ciclos de estudos integrados com uma duração de formação total de 6 anos. No entanto este esforço seria infrutífero, desde logo pela rapidez com que outras escolas responderam ao processo despoletado pelo normativa,<sup>256</sup> acreditando provisoriamente a adequação dos planos de estudos em formato de Mestrado Integrado com 10 semestres e duplo ciclo de 3+2 anos. Por outro lado, dada a aparente indisponibilidade da tutela em aceitar o registo de ciclos de estudos com duração maior do que os 5 anos.<sup>257</sup> Um exemplo paradigmático de como as escolas estavam bem preparadas para acompanhar o tempo curto do plano de adequação,<sup>258</sup> é o processo do curso público de Arquitetura do IST em Lisboa, cujo pedido acreditação preliminar seria submetido em Maio de 2006, um mês e meio após a promulgação em Diário da Republica do normativo de enquadramento dos procedimentos do próprio processo de adequação.

A rapidez do processo de adequação das escolas mostra-nos que as instituições de ensino já estavam preparadas para o processo de adequação. Deste modo, ainda em 2006, a escola do Minho regista o seu processo de adequação no formato 3+2,<sup>259</sup> abandonando o Projeto de

---

<sup>256</sup> Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março e o Despacho nº 7287-B/2006 de 31 de Março, que estabelece as *Normas de organização dos processos referentes ao registo de adequação de ciclos de estudos*. Por exemplo os cursos do IST-UL logo em Maio de 2006 ou ainda os cursos de Arquitetura das Universidades Lusíada, Lusófona, Autónoma ou Évora, todos efectuados em 2006, com o formato 3+2 em 10 semestres, entrando em funcionamento imediatamente em 2006/2007.

<sup>257</sup> Esta informação foi recolhida com base numa série de testemunhos pessoais, incluindo os dos arquitetos Duarte Cabral de Mello, João Cabral e Jorge Spencer (FAUL), Paulo Providência (d.Arq-FCTUC), José Miguel Rodrigues (FAUP) e Eduardo Fernandes (EA-UM). Questões como o financiamento da tutela e a competição por alunos, em que se presumia que cursos de 5 anos, mais económicos, fossem mais aliciantes, aparentam ter sido barreiras intransponíveis.

<sup>258</sup> O próprio preâmbulo do Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março refere que “*para aqueles que já desenvolveram todo o trabalho necessário para a adopção do novo modelo de formação, são fixados prazos que permitirão iniciar a sua transição para o novo modelo já no ano lectivo de 2006-2007 ou de 2007-2008*”. Estes trabalhos preparatórios haviam sido enquadrados pela conjunto do Decreto-Lei nº42/2005 de 22 de Fevereiro e o Despacho nº10543/2005 de 11 de Maio, que regulavam os princípios para a organização dos curricula resultantes da adequação a Bolonha, impondo que a estrutura curricular ivesse como referencial o número de horas de trabalho do estudante (HT) e que este aspeto se traduzia nos créditos (ECTS) a atribuir a cada unidade curricular.

<sup>259</sup> Plano de Estudos de 5 anos totais e a designação de Mestrado Integrado são adoptadas no Despacho RT/C-190/2006 de 5 de Setembro, entrando em funcionamento o plano adequado logo no ano lectivo de 2006/2007.

formação em 6 anos, o ISCTE-IUL adequaria o seu plano de estudos em 2007/2008, após um processo de reformulação conturbado<sup>260</sup>, enquanto a FAUP, o d.ARQ-FCTCU e a FAUL iriam proceder à adequação apenas no início de 2008, entrando os novos planos de estudos em funcionamento no ano curricular de 2008/2009, todos com o formato de 10 semestres e 5 anos curriculares, dando origem, no conjunto, a um modelo hegemónico de formação em Arquitetura em Portugal com recurso a um Mestrado Integrado de 10 semestres.

c. Compressão do currículo

A adoção do modelo de 5 anos representou uma diminuição do tempo de formação global para as escolas do Porto e de Coimbra, obrigando a comprimir os currículos e a aproximar os modelos de formação entre as diversas escolas de Arquitetura no país. Esta diminuição consubstanciava uma tendência de redução dos tempos de formação que acompanhava a entrada da disciplina no seio da Universidade, desde pelo menos a reforma curricular de 1957, conforme o quadro anexo ilustra.<sup>261</sup>

*Tabela 26: Cursos e Ciclos de Estudos dos cursos de Lisboa e Porto 1837 e 2014*

	Admissão	1º Ciclo Designação	Duração	2º Ciclo Designação	Duração	Tirocinio	Prova Diploma

<sup>260</sup> A primeira proposta de revisão, conduzida pela direcção do curso seria contestada pelos professores de Projeto de Arquitetura, com o apoio dos alunos, conduzindo à intervenção da presidência do próprio instituto, destituindo a presidência do departamento e suportando a reformulação de 2007.

<sup>261</sup> Segundo Paulo Providência e Canto Moniz (2013:11).



1837-81	10 anos idade	Curso de Desenho	4-5 anos	Curso Architectura Civil	5 anos	-	-
1881-1911	12 anos idade	Curso Preparatório	3 anos	Curso Architectura Civil	5 anos	2 anos	-
1911-31	12 anos idade	Curso Preparatório	3 anos	Curso Architectura Civil	5 anos	2 anos	3 provas
1931-39	7º ano liceu**	Curso Especial	4 anos	Curso Superior	2 anos	-?	CODA
1957-69 (74)	7º ano liceu**	-	2+4	-	-	6 meses	Prova Final
1969-83 (P)	Liceu	-	1+3+1	-	-	6 meses	Prova Final
1984-91 (P)	Liceu	Licenciatura	1+3+1	-	-	1 ano	-
1968-75 (L)	Liceu	(plano 1957-69)	-	-	-	-	-
1975-90 (L)*	Liceu***	Licenciatura	5	-	-	-	-
1991-08 (P)	Liceu****	Licenciatura	3	Licenciatura	2	1 ano	-
1990-	Liceu	Licenciatura	3	Licenciatura	2	-	-
2008- (...)	Liceu	Licenciatura	3	Mestrado	2	-	-

Notas: (1) A partir de 1950-57 deixa de haver uma sequência de cursos preparatório e especial, pelo que se considera na tabela um curso compacto, podemos no entanto inferir uma divisão por ciclos de aprendizagem, conforme proposto por Leonor Matos Silva (2011), distinguindo distintas fases informais, pelo que assinalamos na duração destes cursos ciclos no formato “n+n+n anos” que correspondem a fases diferentes. Na tabela é ainda diferenciado o currículo da escola do Porto (P) e de Lisboa (L) a partir de 1968 e do “Regime Experimental”. Notamos que existem diferenças anteriores entre os cursos de Lisboa e do Porto, no entanto é nesta altura que deixam de ser regulados por disposições do ministério. (2) Fontes: Maria Helena Lisboa (2006) para os currículos entre 1837 e 1911. Gonçalo do Canto Moniz (2011) entre 1911 e 1968. Leonor Matos Silva (2011) entre 1968 e 1991. (\*) Entre 1975-76 e 1989-90 a escola de Lisboa teria 9 planos de estudo regulamentados, no entanto o formato de 5 anos sem estágio seria mantido (Silva:2011). (\*\*) 7º ano do Liceu corresponde ao atual 11º ano de escolaridade, incluía ainda exame de aptidão (matemática, ciências físico-químicas e desenho). (\*\*\*) Curso complementar do Liceu. (\*\*\*\*) 12º ano do Liceu.

A tradição de ensino nas antigas Academias e Escolas de Belas Artes decorriam num tempo de formação total de aproximadamente 7 a 10 anos, repartidos por um duplo ciclo formativo, que consistia numa base geral em Desenho e numa formação profissionalizante em Arquitetura, cujo curso de Arquitetura Civil propriamente dito decorria em ambas as escolas de Lisboa e do Porto num período formativo de 5 anos.<sup>262</sup> Com as reformas de 1911, já em plena Iª Republica (1911-1926), o novo regime o curso básico de Desenho é substituído por cursos preparatórios dos cursos especiais (Arquitetura, Escultura e Pintura), com uma duração de três anos e uma divisão curricular no último ano entre uma das três áreas vocacionais. O “curso superior” de Arquitetura Civil passa a 7 anos, composto por cinco anos curriculares e 2 de tirocínio (que incluíam suplementarmente três provas prestadas perante um júri).<sup>263</sup> No total mantinha-se o período de formação de 10 anos.

A reforma em 1932, no início do Estado Novo (1933-1974), modificava a estrutura de ensino, organizando-o em primeiro ciclo (“curso especial”) com a duração de 4 anos, habilitando ao “curso superior” sem duração determinada, que terminava com o aproveitamento

<sup>262</sup> Cf. Maria Helena Lisboa (2006:111).

<sup>263</sup> Designadamente: prova gráfica ou um Projeto arquitectónico “*como se fosse para executar*”, prova escrita ou memória, orçamento e caderno de encargos do Projeto e, prova oral relativa ao Projeto. Conforme Frederico George (1964:46) e Maria Helena Lisboa (2006:80-81).

em concursos de emulação.<sup>264</sup> Seguiu-se o estágio de dois anos e um trabalho final, designado agora por Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto (CODA).<sup>265</sup> O tempo total de formação manter-se-ia próximo dos 10 anos, tendo uma componente fixa da ordem dos 7 anos e uma variável que correspondia ao 2º ciclo.

Com a reforma de 1950-57 a formação passa a ser estruturada num único curso que compreende 3 fases, que podemos considerar como ciclos, designadamente: um primeiro de dois anos e de carácter propedêutico; um segundo de três anos de maior especificidade “disciplinar” e um último, de um ano, para uma “grande composição”, após o qual havia um tirocínio de seis meses e consequente relatório de estágio (substituindo o CODA). O tempo total de formação reduzia-se para cerca de 7 anos.

Entre 1968 e 1983 a escola do Porto aplica o chamado Regime Experimental,<sup>266</sup> em que o currículo se organizava em 5 anos, divididos em 3 fases ou ciclos: o primeiro ano com carácter propedêutico; do segundo ao quarto ano curricular de formação técnica e científica específica; e o quinto ano organizado em redor de um trabalho de conceção própria. A formação concluía-se com um estágio com a duração mínima de 6 meses.

A passagem para um percurso de 5 anos curriculares era assim inaugurada em 1968, mas, dada a exigência de estágio profissional, mantinha-se o total de 6 anos. O modelo com 5 anos curriculares sem estágio seria adotado pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa a partir 1975/76.<sup>267</sup> No Porto, a reforma de 1984 confirma a formação em 5+1 anos.

Na da década de 90, os novos cursos de Arquitetura adotariam em grande medida um currículo de 5 anos, mantendo-se os cursos da FAUP e da FCTUC exceções. Em paralelo, o regime de admissão pela Ordem dos Arquitetos (2000) viria a impor a obrigatoriedade de estágio ou de exame de acesso à profissão, chamando o controlo deste procedimento a si própria e implicitamente desobrigando as escolas do enquadramento e acompanhamento de estágios.

Quando o processo de adequação a Bolonha se concretiza, a solução pelo formato de Mestrado Integrado em duplo ciclo de cinco anos passaria a ser hegemónica. Não obstante, o

---

<sup>264</sup> Compreendendo, Concursos de Grandes Composições (composição decorativa, urbanização e Projetos definitivos e esboços); Concursos de Projetos de Construção Geral e Concursos de Arqueologia Artística (George 1964:49).

<sup>265</sup> Autores como Leonor Matos Silva argumentam que na realidade é implementado um ciclo tripartido com o estágio e CODA (2011:18). Os CODA eram trabalhos práticos de Projeto a apresentar perante um júri.

<sup>266</sup> O Plano de Estudos de 1957 fixado pelo Decreto 41.363 de 14 de Novembro de 1957 seria contestado e alterado no ano lectivo de 1968/69 em favor de um regime de experiência pedagógica, o qual estava consignado no DL n.º47.587, de 10 de Março de 1967.

<sup>267</sup> E regulamentado posteriormente, pela Portaria n.º 503/84 de 25 de Julho. Conforme Leonor Matos Silva 2011: Volume II:23-24.

relatório de adequação da FAUP, de Janeiro de 2008, quando enquadra o plano adequado numa análise comparativa da organização do ciclo de estudos e a de cursos de referência no espaço europeu, indica dois tipos de exemplos:<sup>268</sup> cursos com seis anos de formação, que incluem um ano de estágio e o caso dos cursos britânicos cujo percurso é ainda mais longo e inclui igualmente um estágio. Ou seja, cursos cuja organização em ciclos e cujo tempo total de duração da formação não corresponde exatamente ao modelo que acabou por imperar na realidade portuguesa, deixando para a organização interna dos ciclos de estudos, para o ambiente pedagógico e para as metodologias didáticas as possibilidades de diferenciação entre eles.

### **3. A organização em duplo ciclo**

#### **a. Conhecimentos e competências**

O diploma de 2006 que reenquadrava os graus académicos e diplomas do ensino superior, definia no seu preâmbulo, que um dos aspetos mais relevantes do processo de adequação era *“a definição dos objetivos de cada um dos ciclos de estudos na perspetiva das competências a adquirir, adotando os resultados do trabalho coletivo realizado a nível europeu e concretizado nos descritores de Dublin, tendo presente que a transição de um sistema de ensino baseado na transmissão de conhecimentos para um sistema baseado no desenvolvimento de competências pelos próprios alunos é uma questão crítica central em toda a Europa, com particular expressão em Portugal”*.<sup>269</sup>

Estes princípios eram operacionalizados pela legislação quando esta associa aos diferentes graus diferentes tipos de conhecimentos e competências (artigos 5º, 15º e 28º) e quando determina que o primeiro objetivo dos processos de adequação dos planos de estudos era o de garantir *“a passagem de um ensino baseado na transmissão de conhecimentos para um ensino baseado no desenvolvimento de competências”* (artigo 61º, ponto 2, alínea a)), circunstância que seria aferida nos processos de adequação dos planos de estudos das escolas, mediante a *Peça Instrutória C - Descrição sumária dos objetivos visados pelo ciclo de estudos*, dos relatórios de adequação a submeter para registo provisório das adequações.<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> Cf. a “Peça instrutória G” do relatório de adequação da FAUP (2008:24). Cursos com 6 anos indicados: Paris-Belleville (5+1); EPFL-ENAC (3+2+1) e Mendrisio (3+2+1). Cursos com duração mais longa e complexa: Mackintosh School of Architecture de Glasgow (3+1+1+2+1/2) e Bartlett da UCL (considerado próximo do formato de Glasgow).

<sup>269</sup> Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março, Preâmbulo.

<sup>270</sup> Conforme Despacho n.º 7287-B/2006 de 31 de Março, que estipulava as normas de organização dos processos referentes ao registo de adequação de ciclos de estudos. Em 2008, novo normativo que altera o regime de 2006,

A ordenação proposta para a descrição de ciclo pelos *Descritores de Dublin* seria vertida para a legislação nacional em 2006, com o novo enquadramento dos graus académicos de licenciatura e de mestrado, aos quais o normativo refere serem atribuídos a quem alcance os seguintes patamares de conhecimentos e competências:

Tabela 27: *Quadro de Qualificações para o Ensino Superior em Portugal*

1º Ciclo - Licenciamento	2º Ciclo Mestrado (incluindo em ciclo contínuo)
<p>1 - O grau de licenciado é conferido aos que demonstrem:</p> <p>a) Possuir conhecimentos e capacidade de compreensão numa área de formação a um nível que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Sustentando-se nos conhecimentos de nível secundário, os desenvolva e aprofunde;</li> <li>ii) Se apoie em materiais de ensino de nível avançado e lhes corresponda;</li> <li>iii) Em alguns dos domínios dessa área se situe ao nível dos conhecimentos de ponta da mesma;</li> </ul> <p>b) Saber aplicar os conhecimentos e a capacidade de compreensão adquiridos, de forma a evidenciarem uma abordagem profissional ao trabalho desenvolvido na sua área vocacional;</p> <p>c) Capacidade de resolução de problemas no âmbito da sua área de formação e de construção e fundamentação da sua própria argumentação;</p> <p>d) Capacidade de recolher, seleccionar e interpretar a informação relevante, particularmente na sua área de formação, que os habilite a fundamentarem as soluções que preconizam e os juízos que emitem, incluindo na análise os aspetos sociais, científicos e éticos relevantes;</p> <p>e) Competências que lhes permitam comunicar informação, ideias, problemas e soluções, tanto a públicos constituídos por especialistas como por não especialistas;</p> <p>f) Competências de aprendizagem que lhes permitam uma aprendizagem ao longo da vida com elevado grau de autonomia</p>	<p>1 - O grau de mestre é conferido aos que demonstrem:</p> <p>a) Possuir conhecimentos e capacidade de compreensão a um nível que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Sustentando-se nos conhecimentos obtidos ao nível do 1.º ciclo, os desenvolva e aprofunde;</li> <li>ii) Permitam e constituam a base de desenvolvimentos e ou aplicações originais, em muitos casos em contexto de investigação;</li> </ul> <p>b) Saber aplicar os seus conhecimentos e a sua capacidade de compreensão e de resolução de problemas em situações novas e não familiares, em contextos alargados e multidisciplinares, ainda que relacionados com a sua área de estudo;</p> <p>c) Capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolver soluções ou emitir juízos em situações de informação limitada ou incompleta, incluindo reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;</p> <p>d) Ser capazes de comunicar as suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma clara e sem ambiguidades;</p> <p>e) Competências que lhes permitam uma aprendizagem ao longo da vida, de um modo fundamentalmente auto-orientado ou autónomo.</p>

Nota: conforme os artigos 5º e 15º do Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março. Abrangendo apenas o 1º e 2º ciclo.

As competências genéricas estavam identificadas e valorizadas pelo Projeto *Tuning*, no entanto, o conjunto de competências específicas da área da Arquitetura estava por debater, sendo que o melhor enquadramento aparentava ser o definido pelo conjunto Diretoria e estatutos da OAP.

---

viria a estabelecer a obrigatoriedade de as instituições elaborarem um relatório anual, público, acerca do progresso da concretização da transição para um sistema de ensino baseado no desenvolvimento das competências dos estudantes. Estabeleceu que esse relatório deveria incluir informação sobre os quadros de qualificação adoptados na organização dos cursos, as metodologias e indicadores adoptados para a aferição, por unidade curricular, da relação entre os créditos fixados e as competências a alcançar, e os métodos de trabalho adoptados para a integração da aprendizagem e da avaliação de conhecimentos, conforme o o preâmbulo do Decreto-Lei nº 107/2008 de 25 de Junho.

b. Os relatórios de adequação

Para a adequação dos ciclos de estudos, ou para novos ciclos, era solicitado um enquadramento dos planos curriculares nesta organização de conhecimentos e competências. Os cursos de Arquitetura iriam adotar um modelo de ciclo contínuo, esbatendo a necessidade de especificidade entre os diferentes ciclos.<sup>271</sup> Observando os relatórios de adequação e respetivos planos de estudos das 5 escolas estudadas, verificamos as seguintes articulações entre estrutura de duplo ciclo, estrutura curricular proposta e desenvolvimento de competências dos alunos:

- Quanto à adoção de uma designação formal para o primeiro ciclo:

EA-UM: “*Licenciatura em Ciências da Arquitetura*”;<sup>272</sup>

FAUP: não adota uma designação para o 1º ciclo, a transformação visa somente a adequação da antiga licenciatura em Arquitetura para o formato de Mestrado Integrado em Arquitetura,<sup>273</sup> não obstante, como adiante se verá, o relatório de adequação identifica objetivos de aprendizagem para as áreas científicas em cada ciclo de estudos.

d.Arq-FCTUC: “*Licenciado em Arte Edificatória*”;<sup>274</sup>

FAUL: “*Licenciatura em Estudos Arquitetónicos*”;<sup>275</sup>

ISCTE-IUL: “*Licenciatura em Ciências e Técnicas de Arquitetura*”;<sup>276</sup>

- Quanto à caracterização de competências a adquirir no primeiro ciclo:

---

<sup>271</sup> O relatório *Ordenamento da Oferta Educativa no Ensino Superior* proposto pelo CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, em 14 Dezembro de 2005, em que se propõem um ordenamento das áreas de formação resultante da adaptação do CITE (*Classification International Type de l'Éducation*) ou ISCED (*International Standard Classification of Education*), já seguidos na Portaria nº256/2005, considera os Mestrados Integrados como produtos de ambos os ciclos de formação. Considera ainda que a formação em Arquitetura se insere no grande grupo de “*Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção*” e na Área de “*Arquitetura e Construção*”.

<sup>272</sup> Cf. *Dossier Interno – Proposta da Adequação da Licenciatura em Arquitetura da Universidade do Minho, Guimarães*, 2006.

<sup>273</sup> Cf. *Relatório de Adequação da Licenciatura em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto ao Ciclo de Estudos Integrado Conducente ao Grau de Mestre em Arquitetura*, FAUP, Janeiro 2008.

<sup>274</sup> Cf. *Relatório Final do Processo de Adequação do Ciclo de Estudos da Licenciatura em Arquitetura da FCTUC*, de Fevereiro de 2008.

<sup>275</sup> Cf. *Relatório de Adequação da Licenciatura em Arquitetura a Mestrado Integrado, da Faculdade de Arquitetura*, FAUL, 22 de Fevereiro 2008.

<sup>276</sup> Cf. *Relatório de Adequação da Licenciatura em Arquitetura do ISCTE-IUL de 2007* (p.3) e Plano de Estudos, Despacho n.º 21652/2008, publicado em Diário da República, 2.ª série, nº159, de 19 de Agosto de 2008.

EA-UM: identifica a necessidade de uma formação especializada, condizente com o espírito de Bolonha, implicando a definição conteúdos opcionais para os últimos anos de formação, definindo que os últimos 120 ECTS sejam compostos por unidades curriculares semestrais, situação que “*possibilita uma maior e mais fácil mobilidade a nível de intercâmbios entre escolas europeias*”.<sup>277</sup> Aborda a definição de “resultados de aprendizagem” específicos indicando-os para cada unidade curricular que compõe o plano de estudos adequado, mas não apresenta uma visão panorâmica que permita caracterizar a progressão dos resultados e definir competências específicas a adquirir no primeiro ciclo.

Os resultados esperados de aprendizagem específicos,<sup>278</sup> para o duplo ciclo são definidos em ponto próprio do relatório (ponto 3), tendo como base a conformidade com a Diretiva 2005/36/CE.

FAUP: define um conjunto de onze<sup>279</sup> objetivos específicos de aprendizagem, cruzados com o quadro de competências genéricas indicadas pelo Projeto *Tuning*. Demonstra a

---

<sup>277</sup> Cf. *Dossier Interno – Proposta da Adequação da Licenciatura em Arquitetura da Universidade do Minho, Guimarães, 2006.*

<sup>278</sup> Designadamente: “• *Conceber Projetos de Arquitetura que satisfaçam as exigências estéticas e técnicas; • Demonstrar capacidade de observação, percepção e representação; • Demonstrar capacidade crítica de análise arquitectónica; • Aplicar instrumentos metodológicos para a investigação e integração de conhecimentos da história e das teorias da Arquitetura, bem como das artes, tecnologias e ciências humanas conexas; • Reconhecer as belas-artes enquanto factor susceptível de influenciar a qualidade da concepção arquitectónica; • Aplicar os instrumentos de urbanismo, ordenamento e competências necessárias ao tratamento de questões de território; • Relacionar as criações arquitectónicas com o homem e com o ambiente, bem como relacionar entre si as criações arquitectónicas e os espaços em função das necessidades de escala humana; • Especificar materiais de construção, conceber e implementar sistemas construtivos; • Diagnosticar e intervir em sistemas organizacionais e sociais visando o aproveitamento das oportunidades proporcionadas pela Arquitetura; • Combinar desafios e problemas Arquitectónicos de forma estruturada e rigorosa; • Analisar Projetos de Arquitetura e Território nas suas diferentes escalas e problemáticas, que satisfaçam as exigências estéticas e técnicas; • Combinar de forma multidisciplinar questões de Arquitetura e Território, enquadrando-as nos respetivos contextos histórico, técnico-científico, económico, social e ambiental; • Aplicar metodologias de investigação aos Projetos de Arquitetura e Território; • Combinar conhecimentos de engenharia civil, nomeadamente de concepção estrutural, de aspetos funcionais (tais como conforto interior e protecção climatérica) e de materiais no Projeto e construção de edifícios; • Combinar conhecimentos dos problemas físicos e das tecnologias, bem como da função dos edifícios, no sentido de os dotar de todos os elementos de conforto interior e de protecção climatérica; • Aplicar conhecimentos técnicos que permitam conceber construções que satisfaçam as exigências dos utentes, dentro dos limites impostos pelo factor custo em matéria de construção; • Combinar conhecimento adequado das indústrias, organizações, regulamentações e procedimentos implicados na concepção e concretização de Projetos de Arquitetura e Território*”. Cf. *Dossier Interno do Processo de Adequação, ponto 3 – Resultados esperados de aprendizagem.*

<sup>279</sup> Designadamente: A – Cultura Arquitectónica (competência instrumental); B – Entendimento da Organização dos Espaços (competência instrumental); C – Entendimento das relações de escala e Proporção (competência instrumental); D – Domínio da representação e da comunicação pelo desenho (competência instrumental); E –

adequação da organização do ciclo de estudos, identificando por “área científica” e por ciclo de estudos o tipo de objetivo específico de aprendizagem desenvolvido e o conjunto de competências identificadas na normativa de enquadramento como indispensáveis para a condução ao grau de mestre.<sup>280</sup>

d.Arq-FCTUC: o relatório de adequação refere um conjunto de onze<sup>281</sup> objetivos específicos de aprendizagem, cruzados com as competências genéricas identificadas no Projeto *Tuning*. Relaciona os objetivos de aprendizagem, em termos de objetivos-competências a desenvolver, com as próprias competências definidas na Diretiva 2005/60/CE. Quanto à diferenciação de competências entre o primeiro e segundo ciclos, o relatório menciona que os seis primeiros semestres visam “*uma sólida formação em Arquitetura, abrangendo várias áreas científicas e possibilitando a transmissão de competências num espectro muito alargado*”, preparando para uma formação avançada no ciclo seguinte. O segundo ciclo tem como objetivo permitir uma personalização do currículo individual pelo recurso a optativas, estruturando-se o plano de estudos “*de forma a ministrar todas as competências que satisfazem os objetivos do curso, decompondo-se pelas diversas fases da formação do aluno de acordo com um mapeamento que cruza os conteúdos de cada disciplina com as competências propostas para o curso*”, almejando “*uma formação estruturada de acordo com as competências mais adequadas ao perfil da profissão*”. Desta forma são mapeadas as competências nas disciplinas,<sup>282</sup> identificando para cada unidade curricular uma relação de 6

---

Capacidade de comunicação oral e escrita (competência instrumental); F – Compreensão dos processos construtivos (competência instrumental); G – Capacidade de análise e de síntese (competência interpessoal e sistémica); H – Capacidade de coordenação (competência interpessoal e sistémica); I – Autonomia metodológica e conceptual (competência sistémica); J – Capacidade crítica (competência sistémica); K – Conhecimento da cultura artística (competência instrumental). Cf. Relatório de Adequação, Peça F – *Demonstração sumária da adequação da organização do ciclo de estudos e metodologias de ensino*.

<sup>280</sup> Designadamente no Anexo III – *Princípios gerais referentes aos ciclos de estudos*, artigo III.B, *Ciclo de estudos conducente ao grau de mestre*, ponto 1, do Despacho nº7287-B/2006 de 31 de Março.

<sup>281</sup> Designadamente: A – Cultura Arquitectónica (competência instrumental); B – Entendimento do Espaço (competência instrumental); C – Relacionamento de escalas e proporções (competência instrumental); D – Entendimento da construção (competência instrumental); E – Autonomia de trabalho na concepção (competência sistémica); F – Capacidade de síntese (competência interpessoal e sistémica); G – Capacidade crítica (competência interpessoal e sistémica); H – Capacidade de comunicação pelo desenho (competência interpessoal e sistémica); I – Capacidade de comunicação oral e escrita (competência interpessoal e sistémica); J – Capacidade de coordenação (competência interpessoal e sistémica); K – Conhecimento da cultura artística (competência instrumental). Cfr. relatório de adequação, ponto C.2 – *Objetivos de aprendizagem e das competências alvo do curso de Arquitetura do dARQ*.

<sup>282</sup> Cf. ponto C.5 – *Mapeamento das competências nas disciplinas*.

competências específicas propostas com o do universo das 11 competências gerais identificadas como objetivos de aprendizagem específicos do curso, culminando num mapa síntese das competências por disciplinas, por ciclo de aprendizagem, e num mapa síntese por área científica.<sup>283</sup> São ainda e à semelhança do relatório da FAUP, apresentados uma série de quadros identificando por área científica o tipo de objetivo de aprendizagem desenvolvido e o conjunto de competências identificadas na normativa de enquadramento como indispensáveis para a condução ao grau de mestre.<sup>284</sup>

FAUL: o relatório começa por referir que a progressão da formação dos alunos atende aos critérios e metodologias tornados explícitos pelos *Descritores de Dublin*, conforme o Decreto-Lei nº74/2006. A primeira explicitação da organização dos conteúdos letivos é oferecida por um *Mapa de organização dos estudos de MI em Arquitetura face às Competências do Arquiteto* (Diretiva Europeia),<sup>285</sup> onde se cruzam as competências referidas pela Diretiva pelas quatro áreas científicas e respetivos grupos curriculares, ao longo de cada um dos dois ciclos de aprendizagem. Num segundo momento é apresentada uma demonstração da adequação das metodologias de ensino face aos descritores de ciclo, motivando a definição de objetivos específicos de ciclo para cada área científica<sup>286</sup> e a apresentação de uma tabela por ciclo cruzando os objetivos de aprendizagem genéricos definidos pela normativa para ciclo de estudos e as áreas científicas e respetivos grupos curriculares. Esta sequências e cruzamentos de

---

<sup>283</sup> Cf. ponto C.6 – *Mapeamento das competências nas disciplinas* – Quadro nº17: Síntese do mapeamento das competências nas disciplinas [do 1º ao 6º Semestre]; Quadro nº18: Síntese do mapeamento das competências nas disciplinas [do 7º ao 10º Semestre] e Quadro nº19: Síntese do mapeamento das competências por Área Científica [Mestrado Integrado em Arquitetura].

<sup>284</sup> Cf. ponto F.1 - *Grau de Mestre*. Notar que ao contrário da FAUP não desdobram esta informação por ciclos.

<sup>285</sup> Cf. ponto F.3 – *Competências a adquirir face à Diretiva 2005/36/CE (Artgº46º) e face aos capos de intervenção definidos nos atos próprios da profissão*.

<sup>286</sup> Correspondendo: objetivos para o 1º ciclo: “na A.C. Ciências Sociais e do Território uma formação base na leitura e entendimento do território natural e dos seus assentamentos humanos; na A.C. de Desenho e Comunicação uma formação base nos meios operativos e conceituais (analíticos e sintéticos) de registo, pensamento e comunicação da realidade, a partir da sua observação empírica e da sua racionalização abstracta; na A.C. de Tecnologias da Arquitetura do Urbanismo e do Design uma formação de base em ciências exactas e empíricas, no cálculo físico e estrutural, e nos materiais e edificações; na A.C. de Arquitetura e Urbanismo uma formação base em cultura artística, arquitectónica e urbanística e nos meios instrumentais (Projeto) através das respetivas práticas laboratoriais, que, progressivamente, experimentam, junto aos seus meios próprios, os conhecimentos das outras áreas científicas da formação em Arquitetura”. O 2º ciclo corresponde a um desenvolvimento e particularização dos “conhecimentos do 1º ciclo”, convergindo para o Projeto, mediante a “simulação progressiva dos atos profissionais”, conduzindo a uma Prova Final de Mestrado de natureza profissionalizante ou “em atividade de inovação e investigação”. Cf G.1 – *Metodologias de ensino face aos Descritores de Dublin e Decreto-lei nº74/2006*.



competências e de conteúdos são explicitados no Mapa Síntese do MI em Arquitetura,<sup>287</sup> que cruza as áreas científicas e respetivos grupos curriculares, indicando os objetivos formativos e competências face à Diretiva, expondo a progressão semestre a semestre de todas as unidades curriculares, notando os resultados de aprendizagem para cada unidade, assim como o peso curricular de cada uma, medido em créditos, horas contacto e horas totais.

ISCTE-IUL: o relatório de adequação refere que os primeiros seis semestres oferecem a “*aquisição de competências básicas*” e os quatro últimos a “*consolidação e o desenvolvimento dessas competências no leque de uma formação avançada*”.<sup>288</sup> Mais refere que a “*concessão de um grau intermédio*” pressupõe “*o desenvolvimento de competências, e as práticas pedagógicas que as sustentam, correspondam a objetivos diferentes*”, definindo para tal um conjunto de objetivos específicos de aprendizagem de cada ciclo.<sup>289</sup>

- Quanto à continuidade entre os dois ciclos:

EA-UM: existe uma marcação de fim do primeiro ciclo mediante um corte na sequência das unidades curriculares, a que acresce uma alteração na própria estrutura e funcionamento curriculares. Há uma opção de especialização no 2º ciclo através da

---

<sup>287</sup> Cf. ponto G.2. – *Mapa Síntese da Adequação a Mestrado Integrado em Arquitetura*.

<sup>288</sup> Peça Instrutória E – *Fundamentação sucinta do número total de créditos e da consequente duração do ciclo de estudos*.

<sup>289</sup> Designadamente: objetivos para o primeiro ciclo incidem em: “*1 – na abordagem às metodologias projectuais da Arquitetura, em todas as suas vertentes, mediante o entendimento do espaço e das variáveis que o condicionam quanto à função, estrutura e expressão plástica; 2 – no conhecimento dos elementos constitutivos, das metodologias de análise dos princípios de composição da forma urbana e sua articulação com a área de Projeto; 3 – no domínio conceptual e operativo das técnicas e processos de representação e comunicação, bem como no entendimento da relevância do seu papel na prática projectual; 4 – no conhecimento dos materiais, sistemas construtivos e tecnologias das construções e sua articulação com a metodologia projectual; 5 – conhecimento integrado dos conceitos e contextos da História da Arquitetura e do Urbanismo, bem como dos modelos teóricos de análise da Arquitetura e do Urbanismo contemporâneos; 6 – no conhecimento integrado de uma cultura do território e da cidade, nas suas dimensões física, geográfica, económica e social*”. Objetivos para o segundo ciclo incidem em: “*1 – na consolidação e no aprofundamento das competências adquiridas nos semestres que o antecedem; 2 – na progressiva autonomia perante a complexidade do exercício do Projeto; 3 – na autonomia das propostas de solução de problemas diversificados no domínio da Arquitetura; 4 – no entendimento crítico da Arquitetura como uma prática definida na transversalidade de vários saberes; 5 – no conhecimento do quadro jurídico e institucional da profissão*”. Cf. relatório de adequação, peça instrutória C – *Descrição sumária dos objetivos visados pelo ciclo de estudos*.

oferta de conteúdos opcionais nas próprias unidades curriculares centrais do curso<sup>290</sup>. As unidades são integralmente semestrais, facilitando a mobilidade interescolar e considerando que os alunos já têm bases que possibilitem ritmos de aprendizagem mais rápidos.

FAUP: não há marcação de fim do primeiro ciclo com prova académica e há uma continuidade das unidades curriculares, através de uma sequência de unidades e de matérias e da sua marcação em sequência numérica na designação das próprias unidades curriculares (conclui-se o 1º ciclo com Projeto III e inicia-se o 2º ciclo com Projeto IV).  
d.Arq-FCTUC: não há marcação de fim do primeiro ciclo com prova académica e há uma continuidade das unidades curriculares, através de uma sequência de unidades e de matérias e da sua marcação em sequência numérica na designação das próprias unidades curriculares (inicia-se o 2º ciclo com Projeto IV). No segundo ciclo são oferecidas optativas unidades curriculares opcionais com o intuito de permitir uma “personalização” do plano de estudos.<sup>291</sup>

FAUL: não há marcação de fim do primeiro ciclo com prova académica e há uma continuidade das unidades curriculares, através de uma sequência de unidades e de matérias e da sua marcação em sequência numérica na designação das próprias unidades curriculares (inicia-se o 2º ciclo com Laboratório de Projeto IV<sup>292</sup>). Segundo o relatório a mudança de ciclo é assinalada sobretudo por uma acentuação profissionalizante, que ocorre nas unidades de Projeto, para onde convergem todas as restantes unidades.<sup>293</sup>

ISCTE-IUL: não há marcação de fim do primeiro ciclo com prova académica, mas há uma relativa descontinuidade das unidades curriculares, alterando-se a designação das cadeiras (inicia-se o 2º ciclo com Projeto I), muito embora a organização curricular não seja muito deferente, há uma intensificação do trabalho autónomo em detrimento das

---

<sup>290</sup> Refere o relatório de adequação que “*nestes últimos dois anos, à semelhança das principais escolas europeias, dá-se ao aluno a possibilidade de optar entre diversas UC, onde são aprofundados temas específicos. Nas UC de Atelier e Seminário, o aluno poderá optar entre três turmas divididas por áreas de estudo distintas. A conclusão de três turmas de uma mesma área implica que a tese seja desenvolvida nessa área de estudos*”.

<sup>291</sup> Refere o relatório de adequação que “*dada a experiência com a Prova Final, considera-se ser extremamente importante que na parte final da formação dos estudantes, estes tenham uma oferta curricular muito diversificada. Desta forma, a oferta múltipla e pluridisciplinar de unidades curriculares opcionais na fase final da ciclo de estudos integrado, funcionará como formação suplementar e convergente em termos de conteúdos que o aluno poderá potencialmente desenvolver no âmbito da dissertação de mestrado, alargando desta forma as competências adquiridas através das unidades curriculares obrigatórias*”.

<sup>292</sup> As unidades curriculares de Projeto iniciam-se com o “Laboratório de Arquitetura I” a III, entre o 1º e o 3º semestre, passando a “Laboratório de Projeto I” no 4º semestre.

<sup>293</sup> Cf. Ponto G.3 – Segundo Ciclo – Grau de Mestre em Arquitetura.

horas de contacto, à medida que o currículo avança, deste modo, nos primeiros 6 semestres há uma média de 6 unidades curriculares por semestre, para 26 horas letivas, contra 5 unidades nos semestres dos 2º ciclo, com 22 horas letivas, mais a exceção do 10º e último semestre, com 1 unidade e 12 horas semanais.

Resumidamente pode-se inferir que há a adoção de uma designação formal para o primeiro ciclo, que identifica um grau académico sem repercussão profissional. A caracterização dos resultados de aprendizagem e competências a adquirir ao longo da formação e na passagem entre ciclos é abordada de modo heterógeno nos relatórios de adequação, mas em grande parte há um esforço de explicitação dos objetivos específicos “disciplinares” a atingir para as unidades curriculares e para as áreas científicas, relacionando os objetivos indicados na Diretiva de 2005 com os descritores de ciclo e competências genéricas *Tuning*. No entanto, com a exceção do curso da Universidade do Minho,<sup>294</sup> as estruturas curriculares dos planos de estudos são predominantemente contínuas entre ciclos, prolongando os mesmos mecanismos pedagógicos, não obstante se possam ler nos relatórios de adequação uma série de princípios de separação, designadamente:

- Caracter mais generalista, propedêutico e académico no 1º ciclo;
- Caracter mais profissionalizante e investigatório no 2º ciclo;
- Maior semestralização e mobilidade no 2º ciclo;
- Maior abertura para percursos curriculares optativos no 2º ciclo;

No que respeita ao ensino pelo Projeto, a organização do curso da escola do Minho oferece conteúdos verdadeiramente opcionais a nível curricular (para o segundo ciclo). Nos restantes cursos as unidades curriculares de ensino pelo Projeto seguem uma matriz que se inicia do 1º semestre, numa organização sequencial de temas, com precedências entre os vários anos ou semestres, propondo um percurso formativo similar para todos os alunos que seria diferenciado sobretudo pela didática de cada professor dentro das suas estruturas curriculares.

---

<sup>294</sup> No curso da EAUM com a passagem para o 2º ciclo é alterado o funcionamento da estrutura curricular, passando de uma organização anual em redor de unidades curriculares isoladas, para um funcionamento semestral em redor de 3 Ateliês temáticos que congregam um conjunto de disciplinas em seu redor, designadamente: o ateliê (Projeto), um seminário e uma cadeira obrigatória, a que se juntam um conjunto de duas cadeiras optativas, num conjunto de unidades curriculares que ficam condicionadas tematicamente ao atelier escolhido. No 10º semestre é elaborado o Projeto de dissertação, podendo ser um trabalho de investigação teórica e documental ou um trabalho de Projeto.

O final do primeiro ciclo não é assinalado com qualquer prova académica,<sup>295</sup> ao contrário do segundo em que existe um trabalho final académico específico.<sup>296</sup> Considerando que o estágio profissional estava agora sob controlo da OAP e que as escolas do Porto e de Coimbra tinham já uma prática consolidada desde os anos 90 de conclusão dos planos de estudos com uma investigação de final de curso,<sup>297</sup> este formato de trabalho final teórico iria consolidar-se nos cursos nacionais,<sup>298</sup> dando lugar a um último ano curricular especial, onde o Projeto partilhava a preponderância no currículo com um trabalho de investigação textual.

De certa forma, a separação entre ciclos pressupõem uma especificidade de objetivos de aprendizagem e competências adquiridas, que segundo o espírito dos descritores de ciclo na base (JQI e *Tuning*), poderíamos sintetizar nas seguintes sequências:<sup>299</sup>

Estudos básicos e fundamentais → Avançados e especializados

Instrumental e interdisciplinar → Profissional e/ou investigatório → Investigação avançada

Tabela 28: Competências Específicas (EAUM, FAUP, d.ARQ-FCTUC)

Escola	Competências
EAUM	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Conceber Projetos de Arquitetura que satisfaçam as exigências estéticas e técnicas</i></li> <li>• <i>Demonstrar capacidade de observação, perceção e representação;</i></li> <li>• <i>Demonstrar capacidade crítica de análise arquitetónica;</i></li> <li>• <i>Aplicar instrumentos metodológicos para a investigação e integração de conhecimentos (...);</i></li> <li>• <i>Reconhecer as belas-artes enquanto facto suscetível de influenciar a qualidade da conceção arquitetónica</i></li> <li>• <i>Aplicar os instrumentos de urbanismo, ordenamento e competências necessárias ao tratamento do território;</i></li> <li>• <i>Relacionar as criações arquitetónicas com o homem e com o ambiente, (...);</i></li> <li>• <i>Especificar materiais de construção, conceber e implementar sistemas construtivos;</i></li> </ul>

<sup>295</sup> Situação que é ensaia na Europa. Veja-se o conteúdo do relatório *The European Higher Education Area in 2012: Bologna Process Implementation Report*, p37, onde se refere que muitos países europeus implementam exames para a passagem de ciclo, enquanto outros solicitam experiência profissional. O relatório compara esta situação à passagem entre 2º e 3º ciclo e a um cenário de seleção de alunos no momento da passagem de ciclos.

<sup>296</sup> Conforme o artigo 20º, ponto 1, alínea b), do Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março, quando refere que “*uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de Projeto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objecto de relatório final, consoante os objetivos específicos visados, nos termos que sejam fixados pelas respetivas normas regulamentares, a que corresponde um mínimo de 35% do total dos créditos do ciclo de estudos*”.

<sup>297</sup> Sobre este aspecto refere o Relatório de Adequação do curso de Arquitetura do d.ARQ-FCTUC de Fevereiro de 2008, “*é de assinalar que esta adaptação curricular levou em consideração o património académico do curso de Arquitetura existente, principalmente no que se refere à realização das Provas Finais da Licenciatura em Arquitetura. Estes trabalhos foram considerados nas avaliações promovidas, tanto pela Fundação das Universidades Portuguesas como pelos sucessivos processos de acreditação da Ordem dos Arquitetos, como tendo apresentado níveis de excelência*”, p64.

<sup>298</sup> Do conjunto de 10 escolas nacionais estudadas, o MI em Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa é o único que é concluído com um trabalho final exclusivamente de Projeto.

<sup>299</sup> Adaptado de *Tuning* (2008:23).

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Diagnosticar e intervir em sistemas organizacionais e sociais (...);</i></li> <li>• <i>Combinar desafios e problemas Arquitetónicos de forma estruturada e rigorosa;</i></li> <li>• <i>Analisar Projetos de Arquitetura e Território nas suas diferentes escalas e problemáticas, estéticas e técnicas;</i></li> <li>• <i>Combinar de forma multidisciplinar questões de Arquitetura e Território (...);</i></li> <li>• <i>Aplicar metodologias de investigação aos Projetos de Arquitetura e Território;</i></li> <li>• <i>Combinar conhecimentos de engenharia civil, (...) e de materiais no Projeto e construção de edifícios;</i></li> <li>• <i>Combinar conhecimentos dos problemas físicos e das tecnologias, (...) conforto interior e de proteção climática;</i></li> <li>• <i>Aplicar conhecimentos técnicos (...) as exigências dos utentes, (...) facto custo em matéria de construção;</i></li> <li>• <i>Combinar conhecimento adequado das indústrias, organizações, regulamentações (...).</i></li> </ul>
FAUP	<p>A – Cultura Arquitetónica (competência instrumental);</p> <p>B – Entendimento da Organização dos Espaços (competência instrumental);</p> <p>C – Entendimento das relações de escala e Proporção (competência instrumental);</p> <p>D – Domínio da representação e da comunicação pelo desenho (competência instrumental);</p> <p>E – Capacidade de comunicação oral e escrita (competência instrumental);</p> <p>F – Compreensão dos processos construtivos (competência instrumental);</p> <p>G – Capacidade de análise e de síntese (competência interpessoal e sistémica);</p> <p>H – Capacidade de coordenação (competência interpessoal e sistémica);</p> <p>I – Autonomia metodológica e conceptual (competência sistémica);</p> <p>J – Capacidade crítica (competência sistémica);</p> <p>K – Conhecimento da cultura artística (competência instrumental)</p>
d.ARQ-FCTUC	<p>A – Cultura Arquitetónica (competência instrumental);</p> <p>B – Entendimento do Espaço (competência instrumental);</p> <p>C – Relacionamento de escalas e proporções (competência instrumental);</p> <p>D – Entendimento da construção (competência instrumental);</p> <p>E – Autonomia de trabalho na conceção (competência sistémica);</p> <p>F – Capacidade de síntese (competência interpessoal e sistémica);</p> <p>G – Capacidade crítica (competência interpessoal e sistémica);</p> <p>H – Capacidade de comunicação pelo desenho (competência interpessoal e sistémica);</p> <p>I – Capacidade de comunicação oral e escrita (competência interpessoal e sistémica);</p> <p>J – Capacidade de coordenação (competência interpessoal e sistémica);</p> <p>K – Conhecimento da cultura artística (competência instrumental)</p>

Notas: -

*Tabela 29: Competências Específicas (FAUL, ISCTE-IUL)*

Escola	Competências
FAUL	<p>1º Ciclo:</p> <p>- <i>A.C. Ciências Sociais e do Território uma formação base na leitura e entendimento do território natural e dos seus assentamentos humanos;</i></p> <p>- <i>A.C. de Desenho e Comunicação uma formação base nos meios operativos e conceptuais (analíticos e sintéticos) de registo, pensamento e comunicação da realidade, a partir da sua observação empírica e da sua racionalização abstrata;</i></p> <p>- <i>A.C. de Tecnologias da Arquitetura do Urbanismo e do Design uma formação de base em ciências exatas e empíricas, no cálculo físico e estrutural, e nos materiais e edificações;</i></p> <p>- <i>A.C. de Arquitetura e Urbanismo uma formação base em cultura artística, arquitetónica e urbanística e nos meios instrumentais (Projeto) através das respetivas práticas laboratoriais, que, progressivamente, experimentam, junto aos seus meios próprios, os conhecimentos das outras áreas científicas da formação em Arquitetura</i></p> <p>2º Ciclo:</p>

	Desenvolvimento e particularização dos “conhecimentos do 1º ciclo”, convergindo para o Projeto, mediante a “simulação progressiva dos atos profissionais”, conduzindo a uma Prova Final de Mestrado de natureza profissionalizante ou “em atividade de inovação e investigação”.
ISCTE-IUL	<p>1º Ciclo:</p> <p>1 – Na abordagem às metodologias projetuais da Arquitetura, (...);</p> <p>2 – No conhecimento dos elementos constitutivos, (...) e sua articulação com a área de Projeto;</p> <p>3 – No domínio (...) das técnicas e processos de representação e comunicação, (...) e seu papel na prática projetual;</p> <p>4 – No conhecimento dos materiais, sistemas construtivos e tecnologias (...) com a metodologia projetual;</p> <p>5 – Conhecimento integrado dos conceitos e contextos da História da Arquitetura e do Urbanismo, bem como dos modelos teóricos de análise da Arquitetura e do Urbanismo contemporâneos;</p> <p>6 – No conhecimento integrado de uma cultura do território e da cidade (...).</p> <p>2º Ciclo:</p> <p>1 – Na consolidação e no aprofundamento das competências adquiridas nos semestres que o antecedem;</p> <p>2 – Na progressiva autonomia perante a complexidade do exercício do Projeto;</p> <p>3 – Na autonomia das propostas de solução de problemas diversificados no domínio da Arquitetura;</p> <p>4 – No entendimento crítico da Arquitetura como uma prática definida na transversalidade de vários saberes;</p> <p>5 – No conhecimento do quadro jurídico e institucional da profissão</p>

Notas: -

#### 4. Modelação dos tempos curriculares

##### a. Modelação curricular e precedências

Um dos objetivos de Bolonha era tornar comparáveis os programas de estudos e os períodos de aprendizagem. Para tal promovia os conceitos de níveis de aprendizagem, objetivos de aprendizagem, desenvolvimento de competências e de créditos ECTS. Este último fator permitia a comparação dos programas em relação à sua dimensão temporal, circunstância considerada necessária para a “transparência” e para a mobilidade e o reconhecimento intercursos.<sup>300</sup> Facilitaria ainda a implementação dos programas de estudos, na medida em que oferecia um instrumento para equilibrar a carga de trabalho dos estudantes ao longo das diferentes fases de cada plano.

Não obstante a necessidade de equiparação dos tempos das unidades curriculares, a documentação da reforma não apontava explicitamente para um modelo temporal único, se atendermos à legislação portuguesa de enquadramento ao processo de adequação a Bolonha, ela refere que a organização das “unidades curriculares” pode na realidade ser anual, semestral, trimestral ou outra.<sup>301</sup> No entanto, a semestralização seria implementada pelas universidades para organizar os calendários letivos anuais, harmonizando a temporalidade aulas-intervalos letivos a nível institucional.<sup>302</sup> Esta medida permitiria um aumento dos ritmos curriculares e da oferta de produtos correspondentes, estando de certo modo em consonância com o princípio de flexibilização dos percursos formativos, materializando uma oferta diversificada de matérias. Não por acaso, a semestralização era em primeira instância a unidade padrão para os cursos Optativos e de matérias complementares, por vezes oferecidas por outras áreas do conhecimento ou por outros departamentos.

---

<sup>300</sup> Cf. relatório *Tuning* 2008:25.

<sup>301</sup> Ver Despacho nº 7287-B/2006 de 31 de Março que instrui os processos de registo da adequação dos cursos em funcionamento, designadamente no seu Anexo II, ponto 3.4, alínea c).

<sup>302</sup> A este respeito refere o relatório de adequação da EA-UM: “*Os últimos 120 créditos ECTS serão compostos por UC exclusivamente semestrais, o que possibilita uma maior e mais fácil mobilidade a nível de intercâmbios entre escolas europeias, um dos pressupostos da DB*”. O mesmo princípio aplica-se a unidades de outros cursos no seio da universidade, esta promessa de compatibilidade de calendário entre os vários departamentos, as várias universidades e os vários sistemas universitários europeus, era condição considerada implícitamente para uma potencial frequências partilhada de cursos.

No que se refere ao ensino da Arquitetura nas escolas estudadas, a leitura dos planos de estudos adequados dos cinco casos de estudo permite verificar a resposta ao impacto deste princípio organizativo, designadamente:

*Tabela 30: Modelação das Unidades Curriculares*

Escola	1º Ciclo - Modelação	2º Ciclo - Modelação	Precedências
EA-UM	Laboratório de Desenho, Geometria, todas as UC de Teoria, História, Laboratórios de Construção são ANUAIS.  Projeto, Desenho, Movimentos de Arte, Antropologia, CAD, Estruturas, e Processos de Construção são SEMESTRAIS.	Todas as UC são SEMESTRAIS.	Projeto I para Projeto V Projeto II para Projeto VI Tese: Projeto de Investigação para Laboratório de Investigação
FAUP	Todas as UC são ANUAIS, exceto as de carácter optativo (1º e 3º ano).	Todas as UC são ANUAIS, exceto as de carácter optativo (5º ano).	Projeto 1 a Projeto 2 e Desenho 2; Desenho 1 a Desenho 2; Projeto 2 a Projeto 3; Projeto 3 a Projeto 4; Projeto 4 a Projeto 5; Só é possível avançar um dado ano, tendo aprovado, todas as unidades de anos anteriores.
d.ARQ-FCTUC	Projeto, Desenho, Geometria História e Teoria da Arquitetura são ANUAIS. Restantes SEMESTRAIS.	Projeto e História são ANUAIS. Restantes SEMESTRAIS.	Não há precedências por força de regulamento da FCTUC. No entanto a sequenciação da UC de Projeto é aconselhada.
FAUL	Todas as UC são SEMESTRAIS.	Todas as UC são SEMESTRAIS.	Projeto, entre anos curriculares.
ISCTE-IUL	Todas as UC são SEMESTRAIS.	Todas as UC são SEMESTRAIS, exceto PFA no 9º e 10º semestre, que é ANUAL.	Projeto. Transito de ano desde que não tenha em atraso mais do que 24 ECTS, independentemente do ano e dos créditos.

Nota: conforme planos de estudos da adequação a Bolonha. Suplementarmente foram consultados: (1) O Anexo III do Despacho RC/C-190/2006 da Reitoria da Universidade do Minho. Notamos que o sistema de precedências seria alterado, sendo alargado, em 2011-2012, passando a incluir: 1. Laboratório de Desenho precede Desenho; 2. Projeto I precede Projeto III; 3. Projeto II precede Projeto IV; 4. Projeto III precede Projeto V; 5. Projeto IV precede Projeto VI; 6. Projeto V precede Atelier 1 e Seminário 1; 7. Projeto VI precede Atelier 2 e Seminário 2; 8. Atelier 1 precede Atelier 3; 9. Teoria da Arquitetura I e História da Arquitetura I precede Teoria da Arquitetura III; 10. História da Arquitetura II precede História da Arquitetura III; 11. Laboratório de Construção precede Processos de Construção e Estruturas; 12. Laboratório de Urbanística precede Obrigatória 1 e Obrigatória 2; 13. Projeto de Investigação precede Laboratório de Investigação. Cf. Despacho RT/C-108/2010 da Reitoria da Universidade do Minho. (2) O Regulamento do MIARQ da FAUP de 2011; (3) O Regulamento dos Cursos de segundo ciclo integrado na FCTUC, de 2006-10-09. Cf. artigo 18º - Precedências. (4) Consultados planos de estudos e FUCs da FAUL; (5) Consultados planos de estudos e FUCs do ISCTE-IUL.

A modelação curricular dos cursos estudados pode ser considerada heterogénea.

Observamos no entanto que com a exceção do curso da FAUP, as escolas adaptaram-se de alguma forma à temporalidade em semestres, enquadrando-se com a oferta de conteúdos dos restantes cursos das instituições de acolhimento e com os próprios calendários letivos das instituições.

Na EAUM, no primeiro ciclo, há um conjunto de unidades curriculares que se mantêm anuais, no entanto as unidades de Projeto são semestrais, situação acentuada no ciclo seguinte,



onde todas as unidades curriculares passam a semestrais, considerando-se no relatório que nesta fase da formação o *“aluno possui já um domínio metodológico capaz de permitir desenvolver competências em períodos mais curtos, razão pela qual se opta pela semestralização, no sentido de facilitar a mobilidade”*.<sup>303</sup> O plano curricular distingue estruturalmente e pedagogicamente entre ciclos. Em paralelo, a liberalização de precedências entre as unidades semestrais de Projeto permite no 1º ciclo articulações individuais dentro da estrutura proposta pela área de Projeto, assumindo-se que dentro de determinados limites a frequência e hierarquia das unidades de Projeto pode ser alterada, situação que veremos mais adiante. No segundo ciclo a construção de um currículo mais individualizado é ensaiado através da combinação entre a escolha dos ateliês semestrais e a eleição de um tema de investigação final.

No caso do curso da FAUP a separação entre ciclos não é acentuada, o regime curricular mantém-se anual e a hierarquia e rigidez do currículo são totais.<sup>304</sup> Como refere o relatório de adequação, *“a adequação e a adopção do ciclo de estudos integrado, reafirma o sentido de uma pedagogia com características próprias e definidas, a qual assenta no enquadramento dos seus objetivos e no equilíbrio das suas competências e demais componentes”*.<sup>305</sup>

No d.ARQ-FCTUC, as unidades com *“uma natureza mais oficial, como Projeto, Desenho, Geometria e a Construção”*, funcionariam em regime anual, uma vez que estas pretendem *“um entendimento da Arquitetura pela via instrumental, evidenciando-a como disciplina que gere a complexidade sem perder a noção do todo e enunciando-a como uma disciplina experimental dada a constante mutabilidade dos fatores que enquadram cada conjuntura conceptual”*, mediante um processo que necessita de tempo, admitindo-se todavia que poderia ser aligeirado progressivamente, acompanhando o processo de autonomização dos alunos. Quanto às precedências, não são vinculativas por regulamento da FCTUC, embora o d.ARQ as recomende.<sup>306</sup>

Os cursos da FAUL e do ISCTE-IUL adotam um regime semestral integral, no entanto mantém precedências a Projeto e uma complementaridade direta entre ciclos, pelo que aparenta

---

<sup>303</sup> Cf. refere o relatório interno da proposta de adequação da licenciatura da Escola de Arquitetura da Universidade Minho, 2006:6.

<sup>304</sup> O regulamento do Mestrado Integrado dispõem que *“só é possível a inscrição em unidades curriculares de um dado ano curricular, desde que seja feita a inscrição, ou se tenha obtido aproveitamento, em todas as unidades curriculares de anos anteriores”*, cfr. artigo 8º, ponto 3, do *Regulamento do Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto*, 2011.

<sup>305</sup> Relatório de Adequação da FAUP (2008:14).

<sup>306</sup> Cf. Plano de Estudos, Despacho n.º 21979/2008, Artigo 6º.

haver uma reestruturação da modelação do currículo e a manutenção, em simultâneo, da hierarquia e a rigidez da estrutura curricular.

O objetivo das precedências é a forçar uma continuidade e integridade entre unidades curriculares, garantindo uma determinada estrutura e homogeneidade do percurso de aprendizagem, interligando matérias e semestres, oferecendo um percurso gradativo. Nas unidades semestrais, o regime de precedências e a repetição de docência entre dois semestres do mesmo ano letivo, encadeia inevitáveis os dois semestres, constituindo tendencialmente um duplo semestre uma mesma unidade.

#### b. Compressão de ritmos e de tempos letivos

Esta situação de “quase-anualidade” do regime de duplo semestre com precedências é pressionada pela semestralização do calendário académico geral e pela compressão do tempo letivo decorrente. Esta compressão deriva da harmonização dos tempos curriculares e tem como base instrumental o princípio de distribuição de créditos, que são entendidos como “*unidades de medida de trabalho dos estudantes*”.<sup>307</sup>

A estrutura de créditos (ECTS) implementada baseou-se no princípio de que 60 créditos equivalem à carga de trabalho em tempo integral para um aluno médio concluir um ano curricular, definindo-se ainda que “*trabalho de um ano curricular realizado a tempo inteiro situa-se entre 1500 e 1680 horas e é cumprido num período de 36 a 40 semanas*”,<sup>308</sup> de onde decorre que 30 créditos representam um semestre, 20 créditos um trimestre e que uma unidade de crédito corresponderá a um intervalo entre 25-28 horas de trabalho total, incluindo as horas de contacto direto entre aluno e docente e horas de trabalho autónomo.

O número de horas de trabalho total contempla todas as formas de trabalho previstas pela estrutura curricular, designadamente as horas de contacto e as horas dedicadas ao estudo e avaliação, pelo que a fundamentação do número de créditos a atribuir a cada unidade curricular, dependia do tipo de metodologias de ensino<sup>309</sup> assim como da relação com o restante currículo, em função da ponderação da carga horária de trabalho semanal expectável. Este balanço entre

---

<sup>307</sup> Cf. o *Preâmbulo* do Decreto-Lei nº 42/2005 de 22 de Fevereiro.

<sup>308</sup> Cf. Decreto-Lei nº 42/2005 de 22 de Fevereiro e o *ECTS User's Guide 2005*.

<sup>309</sup> Cf. as normas técnicas para a *Descrição da estrutura curricular e do plano de estudos*, conforme o Anexo II do Despacho nº7287-B/2006 de 31 de Março, designadamente no ponto 3.4, alínea e), distinguam entre as seguintes metodologias: Ensino teórico (T); Ensino teórico-prático (TP); Ensino prático e laboratorial (PL); Trabalho de campo (TC); Seminário (S); Estágio (E); Orientação tutorial (OT); Outra (O).

horas letivas e horas de trabalho autónomo seria enquadrado por dois aspetos: conceptualmente, pelo paradigma de aprendizagem, que privilegiaria, a par de uma componente de contacto letivo, o trabalho realizado de forma autónoma pelo aluno com vista a uma construção ativa do seu conhecimento, construindo um modelo pedagógico baseado não apenas na transmissão de conhecimentos teóricos de base, em aulas teóricas, como na aplicação prática desses conhecimentos, mediante a elaboração de trabalhos.<sup>310</sup> Estruturalmente, pela calendarização do ano académico em semestres, que levaria a interrupções letivas para épocas de exames, conduzindo a semestres de 14 a 15 semanas de aulas,<sup>311</sup> que na prática se traduz em semestres com 3 e 4 meses de duração efetiva. Ou seja, conduziu a uma sucessão de compressões, do tempo letivo anual, semestral e semanal, reduzindo as horas de contacto direto em benefício de trabalho autónomo.

Tabela 31: Carga letiva – comparação antes e pós Bolonha

	Plano de Estudos pré-Bolonha		Plano de Estudos pós-Bolonha	
	Unidades / Ano	Horas / semana	Unidades / Semestre	Horas / semana
EAUM	6	32	5	26 (1ºciclo), 20 (2ºciclo)
FAUP	5,5,6,6,8	32, 36 (4º e 5º ano)	6	26 (1ºciclo), 23 (2ºciclo)
d.ARQ-FCTUC	6	32, 30 e 22 (4º e 5º ano)	6	27 (1ºciclo), 27 (2ºciclo)
FAUL	?	?	6	28 (1ºciclo), 24 (2ºciclo)

<sup>310</sup> Atente-se como exemplo o *Relatório de Concretização de Bolonha, ISCTE-IUL, 2006/2007 e 2007/2008*, p44-45. O relatório demonstrava a mudança de paradigma referindo que se privilegia a “*construção activa do conhecimento*”, observando que a média de todos os cursos para o 1º ciclo previa que “*cerca de 65% do de trabalho dos alunos seja despendido em atividades de aprendizagem autónomas. A maior parte do tempo de contacto lectivo destina-se à modalidade pedagógica teórico/prática (22,2%), sendo dedicado um tempo lectivo sensivelmente equivalente a modalidades de cariz marcadamente teórico (5,8%) e prático (6,9%)*” (p45). Isto é, a maioria das horas de trabalho consignadas às unidades curriculares era despendida em trabalho autónomo, fora das horas letivas. A exceção era o Mestrado Integrado de Arquitetura, onde apenas 36% do tempo consignado pelos créditos era despendido em trabalho fora das horas letivas, o que o próprio relatório justificava no facto de o plano de estudos de Arquitetura ter a mais alta componente prática de contacto, cerca de 62,9% no 1º ciclo e 55 para o 2º ciclo. Ou seja, para uma semana de trabalho a tempo integral, de 40 a 45 horas, apenas 35% desse tempo corresponde a atividades letivas, ou seja apenas 14 a 20 horas por semana. Sublinhando este dado, o indicava a intenção de se reduzir o tempo de contacto lectivo para 15h por semana. Neste cenário, o curso de Arquitetura resistiria, mantendo uma forte componente prática nas aulas de Projeto, que contribuíam para uma média 26 horas de contacto por semana no 1º ciclo e 22 horas no segundo.

<sup>311</sup> Este aspecto é abordado no relatório do curso de Coimbra, referindo: “*considera-se que cada semestre terá a duração de 15 semanas letivas e seguidas de um período de avaliação com uma duração de 5 semanas. Esta calendarização corresponde ao que se encontra atualmente em vigor na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra: 1º semestre – período lectivo: 2ª quinzena de Setembro a 3ª semana de Dezembro; avaliações: Janeiro e 1ª semana de Fevereiro; 2º semestre - período lectivo: 2ª quinzena de Fevereiro a 1ª semana de Junho, com interrupção de uma semana na Páscoa; avaliações: entre a 2ª semana de Junho e a 3ª semana de Julho*”, p52.

ISCTE-IUL	9,10,10,10,10	34, 36, 36, 34, 31	6 (1ºciclo) – 5 (2ºciclo)	26 (1ºciclo), 23 (2ºciclo)
-----------	---------------	--------------------	---------------------------	----------------------------

Notas: O curso da FAUP contemplava optativas semestrais no 4º ano (2 optativas) e no 5º ano (4 optativas), pelo que se infere a seguinte distribuição semestral: 7º e 8º semestres 6 UC; 9º e 10º semestre 8 UC. O curso do d.ARQ-FCTUC tem optativas no 5º ano, duas por semestre, fazendo como que o 9º e 10º semestre tenham 6uc. O curso do ISCTE-IUL já contemplava optativas em regime semestral, pelo que se pode atender a um desdobramento entre semestres, designadamente: 1º semestre 8uc; 2º semestre 7 UC; 3º semestre 8 UC; 4º semestre 6 UC; 5º semestre 8 UC; 6º semestre 7 UC; 7º semestre 7 UC; 8º semestre 7 UC; 9º semestre 6 UC e 10º semestre 5 UC..

*Tabela 32: Carga letiva – Situação com a Adequação a Bolonha*

	Semestre	1 ECTS Horas Totais	Interrupção para avaliação	Carga letiva - 1ºciclo		Carga letiva - 2ºciclo	
				h/sem	UC	h/sem	UC
EA-UM	Variável	28 HT	Variável	27 (1º-2º semestre)	5	20 (7º semestre)	5
				26 (3º-4º semestre)	5	20 (8º semestre)	5
				26 (5º-6º semestre)	5	20 (9º semestre)	5
						20 (10º semestre)	1
FAUP	Variável	26,6 HT	Variável	26 (1º- 3º anos)	6	26 (4º ano)	6
						20 (5º ano)	5
d.ARQ-FCTUC	14 Semanas	27 HT	5 Semanas	28 (1º-2º semestre)	6	27 (7º semestre)	6
				27 (3º- 4º semestre)	6	27 (8º semestre)	6
				26 (5º-6º semestre)	6	16 (9º semestre)	5
						12 (10º semestre)	2
FAUL	14 Semanas	28 HT	6 Semanas	28 (1º-2º semestre)	6	24 (7º semestre)	6
				28 (3º-4º semestre)	6	24 (8º semestre)	6
				26 (5º-6º semestre)	6	24 (9º semestre)	6
						20 (10º semestre)	2
ISCTE-IUL	14 Semanas	28 HT	6 Semanas	26 (1º-2º semestre)	6	24 (7º semestre)	5
				26 (3º-4º semestre)	6	23 (8º semestre)	5
				26 (5º-6º semestre)	6	22 (9º semestre)	5
						12 (10º semestre)	1

Notas: O relatório EAUM não permite uma leitura da carga letiva semanal, a informação é dada pelos horários dos anos letivos. Idem para o relatório FAUP, sendo que este não faz a demonstração de correspondência entre a distribuição de ECTS a carga horária.

Comparando a estruturação da carga letiva dos cursos, entre os planos antes e depois de Bolonha, constatamos a forte diminuição das horas letivas, a qual em casos como o do curso do ISCTE-IUL pode chegar a uma redução do número de unidades curriculares por semestre. Verifica-se igualmente uma tendência para a diminuição da carga horária na passagem do primeiro para o segundo ciclo, que chega também em alguns casos a ser acompanhada por uma redução do número de unidades curriculares.

Estes fatores levam-nos a reconhecer um alinhamento pela redução das horas de contacto em benefício do trabalho autónomo, adaptando o modelo de ensino ao paradigma de ensino preconizado pela reforma de Bolonha. Constatamos que a redução da carga horária é ainda acentuada ao longo do plano de estudos, acompanhando uma presumível crescente maturidade e autonomia dos alunos, que se exprimiria também na capacidade para a experimentação e investigação autónomas.<sup>312</sup>

<sup>312</sup> Este factor é explicitado no Relatório de Adequação do d.ARQ-FCTUC (2008:52).

c. Flexibilidade e integração de outras áreas de conhecimento

A autonomia progressiva dos alunos pode ser relacionada com outro aspeto conexo à modelação curricular e ao paradigma de aprendizagem centrado na aquisição de competências, que é o da flexibilidade para a construção de percursos curriculares alternativos pelos estudantes.

Este aspeto era sublinhado pelo Projeto *Tuning* quando referia que o uso do conceito de resultados de aprendizagem permitiria uma maior flexibilidade do que os programas de estudos tradicionais, na medida em que se estabeleciam mecanismos de comparação de diferentes caminhos curriculares. Legibilidade almejada “*não apenas num quadro global, Europeu, nacional ou institucional, mas também no contexto de um único programa*”.<sup>313</sup> No entanto, os planos de estudos adaptados nas cinco escolas estudadas e com a exceção do 2º ciclo da escola do Minho, reduzem as opções de flexibilidade do percurso e de conteúdos curriculares à oferta optativa, conforme a tabela seguinte ilustra:

Tabela 33: Unidades Curriculares Optativas nas Escolas de Arquitetura

Escola	Optativas	ECTS	%	Notas
EAUM	7º Semestre, duas (9 opções – 5ects) 8º Semestre, duas (idem) 9º Semestre, duas (6 opções – 5ects) <b>6 Optativas</b>	30	10	Todas no 2º ciclo, associadas a um esquema de variedade controlada na progressão e conteúdos curriculares.
FAUP	2º Ano (9 opções-3ects), uma por semestre 3º Ano (9 opções-3ects), uma por semestre 4º Ano (13 opções-3ects), um semestre 5º Ano (9 opções-3ects), um semestre <b>6 Optativas</b>	18	6	No 4º e 5º ano são passíveis quaisquer opções da UP. Nos restantes anos são dadas áreas científicas, admitindo-se optativas da UP em conteúdos correspondentes.
d.ARQ-FCTUC	7º Semestre, uma (13 opções – 4ects) 8º Semestre, uma (idem) 9º Semestre, três (idem) <b>5 Optativas</b>	20	6	As optativas disponíveis são publicadas anualmente, em princípio resumem-se a oferta do departamento ou do Colégio das Artes.
FAUL	7º Semestre, uma (variável – 3ects) 8º Semestre, uma (variável – 3ects) 9º Semestre, uma (variável – 3ects) <b>3 Optativas</b>	9	3	Na revisão do Plano de Estudos de 2013 as optativas passam a 4, mas os créditos decrescem para 6.
ISCTE	6º Semestre, uma (variável – 6ects) 8º Semestre, uma (variável – 6ects) 9º Semestre, uma (variável – 6ects) <b>3 Optativas</b>	18	6	As optativas disponíveis são publicadas anualmente, em princípio resumem-se a oferta do departamento.  Na revisão do Plano de Estudos de 2010-2011, passa a haver 5 optativas, num total de 15 ects, sendo que duas delas podem ser em cursos exteriores ao de Arquitetura

Notas: Elementos retirados com base na versão inicial dos planos de estudo adequados.

<sup>313</sup> Projeto Tuning (2008:18).

Verificamos que a oferta optativa corresponde entre 3, 6 e 10% dos créditos dos planos de estudos. O padrão de localização da oferta Optativa é o 2º ciclo, com a exceção do curso da FAUP, onde as opções são distribuídas ao longo do plano de estudos. Notamos que o único plano curricular que oferecia opções de raiz na área do Projeto seria o curso da EAUM no segundo ciclo, oferecendo neste caso uma flexibilidade de conteúdos em temas-áreas optativas com reflexo nas hipóteses-síntese exercitadas no Projeto.

Deste modo o peso relativo de unidades curriculares de carácter opcional é escasso e limitado, de um modo geral e com a exceção do curso da EAUM, a unidades não-nucleares. Esta característica revela que os currículos adequados mantêm um corpo central monolítico, fechado a hipóteses de construção curricular mais autónomas. A exceção é o curso da escola do Minho onde é ensaiada uma alteração deste esquema a partir do 2º ciclo, estabelecendo simultaneamente uma separação metodológica entre ciclos.

Este conjunto de questões; a ligação ou separação entre ciclos e a compressão dos tempos e dos ritmos letivos, foram impostas pela estrutura da reforma, tendo havido, como vimos, uma posição genericamente conservadora das escolas da Arquitetura. Estas transformações estruturais pressionam uma tradição de aprendizagem disciplinar pelo Projeto de Arquitetura, onde o fator tempo, associado a um processo longo de pesquisa, maturação e reconhecimento, quer de situações externas, dos problemas e dos princípios dos temas lançados, quer de situações internas, de construção de uma posição dos alunos perante as ferramentas metodológicas e os limites disciplinares, é tradicionalmente longo. O impacto destas transformações na tradição pedagógica do ensino pelo Projeto é desenvolvido ao longo do próximo capítulo.

## IV. PROJETO NOS CURRÍCULOS ADEQUADOS

*São fragmentos de conhecimento que permitem aproximações seguras (para uma Escola ou para cada um dos seus participantes), apesar do perigo eminente de não conseguir integrá-los numa prática global. Será o desenvolvimento dessa capacidade o essencial do ensino*

Álvaro Siza <sup>314</sup>

*Se há cadeiras que não sirvam o Projeto o melhor é retirá-las do currículo*

Alexandre Alves Costa <sup>315</sup>

*Em Arquitetura, a Tese é o Projeto e a sua verificação é a obra, (...) toda a construção textual é posterior e, em certa medida, tenta justificar o*

*injustificável*

Nuno Brandão Costa <sup>316</sup>

---

<sup>314</sup> Álvaro Siza em Prefácio a Dissertação (...), de Alexandre Alves Costa, FAUP, (1982 (1980):5)

<sup>315</sup> Alexandre Alves Costa na conferência *Uma Escola Perfeita*, Évora, 10 de Outubro 2012, apontamento nosso.

<sup>316</sup> Nuno Brandão Costa em defesa de tese de doutoramento (*Fragments de uma Forma Contínua*), Dezembro 2013, FAUP, apontamento nosso.

## 1. Introdução

Em 1996, nos Estados Unidos da América, o relatório *Building Community - A New Future for Architectural Education and Practice*, elaborado pelo pedagogo Ernest Boyer e por Lee D. Mitgang,<sup>317</sup> enfatizava que “os estúdios de Projeto, o santo dos santos da educação em Arquitetura, (...), serão, apesar de tudo, modelos para aprendizagem criativa que outros campus deveriam levar em conta”, e que, a “educação em Arquitetura centra-se, apropriadamente, na preparação de futuros arquitetos capazes de projetar robustas, belas e úteis estruturas, ao serviço de quem as usa, que fortaleçam as comunidades, que melhorem o ambiente. Estamos convencidos, todavia, que os elementos centrais da educação em Arquitetura – aprender a projetar dentro de constrangimentos, a aprendizagem colaborativa e o refinamento do conhecimento através do ato refletivo do Projeto – têm relevância e potência muito para além do treino dos futuros arquitetos.”.<sup>318</sup> Os autores realçavam a perspetiva implicitamente “moderna” na aprendizagem pelo Projeto, que interliga as potencialidades de um ensino capaz de “promover os hábitos de aprendizagem necessários para a descoberta, integração, aplicação, e partilha de conhecimento ao longo da vida”, mas também, como “epítome do ensino comprometido, que se combinado com compromisso cívico, detém, virtualmente, possibilidades infinitas para a renovação das comunidades e mesmo das nações”,<sup>319</sup> e cujo carácter *deweyano*, democrático e reformador é desde logo sublinhado no próprio título do relatório: *building community*.

Todavia, simultaneamente apontavam uma persistente dificuldade em o ensino da Arquitetura se inter-relacionar com as preocupações mais vastas com que se confrontam as comunidades e a sociedade, assim como referiam uma grande irregularidade de experiências no seio do ensino pelo Projeto, incluindo uma tendência em sentido contrário ao seu próprio *ethos* “moderno”, quando se desenvolve uma comunicação de “sentido único”, restringida aos diálogos docente-aluno, potencialmente autocrática.

O relatório destacava ainda que esta singularidade pedagógica da aprendizagem pela ação do fazer, resultava num ambiente cultural “disciplinar” que contribuía para um sentimento de desconforto na integração da própria disciplina no meio universitário.<sup>320</sup> Argumento que nos

---

<sup>317</sup> Encomendado à *Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching* por cinco institutos ligados à disciplina nos EUA: *American Institute of Architects* (AIA), *Association of Collegiate Schools of Architecture* (ACSA), *American Institute of Architectural Students* (AIAS), *National Council of Architectural Registration Boards* (NCARB), *National Architectural Accreditation Board* (NAAB).

<sup>318</sup> Boyer e Mitgang (1996:xvi), tradução livre.

<sup>319</sup> Boyer e Mitgang (1996:xiii), tradução livre.

<sup>320</sup> Boyer e Mitgang (1996:9).



recorda o editorial do J.A. de Manuel Graça Dias em 2001,<sup>321</sup> quanto referia a incapacidade da máquina universitária em incorporar diferenças, aludindo à especificidade empírica da Arquitetura.

O Processo de Bolonha, com a acentuação do paradigma de aprendizagem, centrado em programas “educativos” e não tanto “formativos”, converge com a descrição de Boyer e Mitgang do Projeto como processo que promove os hábitos de aprendizagem contínua e uma predisposição para a descoberta, integração, aplicação, e partilha do conhecimento,<sup>322</sup> situação que representa uma valorização da metodologia do Projeto como transmissão do conhecimento em contexto universitário. Por outro lado, como observámos no capítulo anterior, o processo de adequação originou uma compressão e modelação dos currículos que alterou as condições tradicionais do ensino pelo Projeto, em que a aprendizagem se fazia mediante um processo de experimentação e erro, que exigia um tempo e um ritmo letivo longos. A arquitetura que antes se “*aprendia*” agora “*ensina-se*”, referia a este propósito Pedro Maurício Borges em 2015.<sup>323</sup> Retomando implicitamente a necessidade de discussão em torno dos processos e mecanismos de racionalização e clarificação metodológica e pedagógica, como referia o editorial do J.A. de 2001 de Manuel Graça Dias, contestando o facilitismo em redor da expressão “*a Arquitetura não de pode ensinar*”.<sup>324</sup>

Tendo esta tensão presente, a problemática deste capítulo é a de verificar o que sucedeu com a estrutura e a representatividade do ensino pelo Projeto face às pressões de transformação colocadas pela adequação a Bolonha. Após a leitura da evolução da estrutura geral curricular, avançamos para uma verificação do “lugar” do Projeto nessas estruturas. A observação deste “lugar” implica igualmente um olhar sobre os conteúdos do Projeto, articulando matérias e metodologias, ensaiando-se, a partir da análise documental, uma aproximação às questões colocadas pelos editoriais do J.A. de Manuel Graça Dias de 2001: qual o “lugar” do Projeto numa estrutura universitária? E, como ensinar “o” e o “pelo” Projeto?

---

<sup>321</sup> Graça Dias (2001a: 3).

<sup>322</sup> Boyer e Mitgang (1996:xvi).

<sup>323</sup> Pedro Maurício Borges em “Ossos do Ofício”, entrevista de Diogo Seixas Lopes e Patrícia Barbas, *Jornal Arquitectos* nº252, Janeiro-Abril 2015, p566. Referindo-se ao impacto da semestralização pós-Bolonha e à necessidade de se antecipar o erro em aulas teóricas de acompanhamento do Projeto.

<sup>324</sup> Graça Dias (2001b: 3).

A estrutura do capítulo é organizada em três momentos temáticos sucessivos, que caminham de aspectos organizativos gerais para aspectos mais específicos e internos às unidades curriculares de Projeto. Designadamente:

- Os Perfis Formativos: os relatórios de adequação das escolas, seguindo a metodologia *Tuning*, solicitavam a definição do perfil base de formação do grau a conceder e a descrição dos objetivos do programa de estudos, com reflexos nos objetivos de aprendizagem que seriam sucessivamente implementados. O primeiro momento deste capítulo averigua o “lugar” do Projeto na definição dos objetivos base dos cursos, no momento da adequação a Bolonha.
- A organização dos currículos e o Projeto: neste ponto interligam-se os objetivos de formação a um conjunto de matérias curriculares disponibilizadas, verificando como se organizaram as matérias letivas e quais os pesos relativos e o “lugar” do Projeto nestes sistemas curriculares.
- A progressão e articulação curricular geral e na área de Projeto: no terceiro ponto é observada com maior intensidade a sequência curricular geral, articulando-a com a própria organização da “área de Projeto”, culminando na leitura da progressão de conteúdos propostos para a sequência de projetos das escolas estudadas.

A base documental de suporte consistiu eminentemente nos planos curriculares apresentados para o processo de adequação a Bolonha, tendo como referência direta de comparação os planos de estudos imediatamente anteriores e as alterações e retificações efetuadas após as adequações. Num segundo plano documental são observadas as “fichas” de unidades curriculares de Projeto das várias escolas, permitindo uma organização e leitura das metodologias de aprendizagem a Projeto.

## 2. Os Perfis Formativos

### a. Entre a profissão e a Academia

No Boletim Arquitetos nº232 de Outubro de 2013, dedicado ao tema Ensino / Formação, Vítor Carvalho Araújo afirmava que os “*planos de estudos dos cursos de Arquitetura em funcionamento apresentam três características principais, comuns a todos eles: as definições da Declaração de Bolonha (1999), como estrutura: as determinações da Diretiva Europeia relativa às Qualificações Profissionais (2005), como modelo programático; e o protagonismo do Projeto como referência metodológica de simulação da prática profissional*”.<sup>325</sup> Segundo esta leitura, o Projeto participa num sistema de aprendizagem enquadrado pelos princípios estruturais e organizativos da universidade, tendo em vista uma formação que é programaticamente orientada para o quadro de qualificações determinado pela regulação dos atos da profissão.

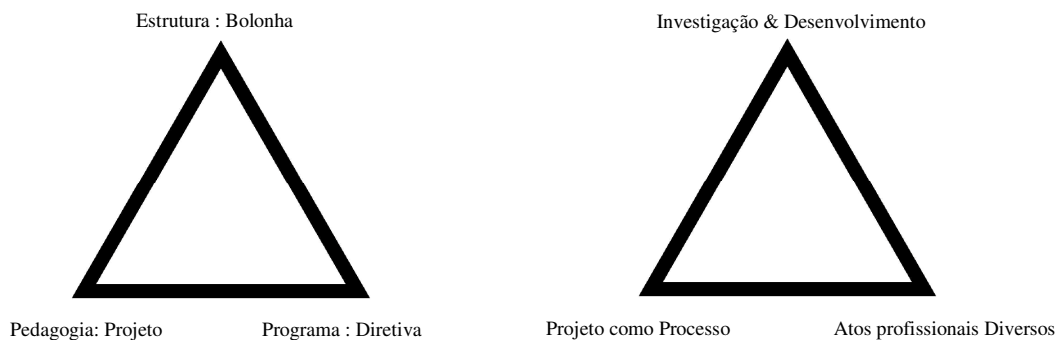


Diagrama 1: Fatores na conceção dos Planos de Estudo  
Diagrama 2: Conceitos nos fatores dos Planos de Estudos

Situação que permite presumir que as mutações na estrutura e no programa, na academia e na profissão, terão reflexo no ensino pelo Projeto, conforme representado pelo Diagrama 1 acima. Por outro lado, a estrutura académica tem ainda objetivos próprios, acentuados com a valorização da investigação como espírito de missão e da profissionalização e avaliação como mecanismos de controlo de qualidade.<sup>326</sup> Seguindo esta linha de raciocínio admite-se, provisoriamente, que a estrutura universitária tem uma vertente conceptual que se relaciona dialeticamente com o programa de estudos e com o Projeto como metodologia, conforme o Diagrama 2, derivado do triângulo estrutura-programa-pedagogia.

<sup>325</sup> Vítor Carvalho Araújo 2013:36.

<sup>326</sup> Ver Capítulo II, pontos 3 e 4, *Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal e Introdução ao Processo de Bolonha*, respetivamente.

## b. O enquadramento da Diretiva

A relação de fatores na conceção dos planos de estudos indicados por Vítor Carvalho Araújo relaciona diretamente o programa de aprendizagem com o âmbito da profissão. No entanto, como o próprio Boletim dos Arquitetos de 2013 demonstra a formação universitária já não permite o acesso direto à profissão, exigindo-se uma formação adicional, um estágio profissionalizante, que já esteve integrado na academia mas que desde o início do século é tutelado exclusivamente pela ordem.<sup>327</sup> Não obstante, o programa formativo relacionava-se com o perfil profissional e as mutações do sistema de ensino baseavam-se também em premências de transformação do perfil da profissão.

Deste modo, ao sistema *Beaux-Arts* correspondeu um perfil profissional do “arquiteto-artista” e ao ensino moderno, em redor da reforma curricular de 1950-57, corresponderia a uma conceção do “arquiteto-técnico”, personagem ativo da reorganização da sociedade, com uma legitimidade simultaneamente técnica e cognitiva.

A relação ensino-profissão era garantida por conteúdos curriculares, pela metodologia de ensino pelo Projeto e por uma ligação direta entre a escola e profissão,<sup>328</sup> materializada em professores que eram simultaneamente projetistas e por uma extensão escola-atelier materializada no hábito dos alunos frequentarem os *ateliers* durante o tempo do curso e de o estágio ser parte integrante do currículo académico.<sup>329</sup> Conjugando a expansão da profissão e da oferta formativa nos anos 90,<sup>330</sup> com a consolidação da UE, a profissão seria enquadrada regulamentarmente no quadro europeu, tornando necessária uma aferição da adequação do ensino para com os pressupostos da diretiva, garantindo-se assim um dado nível de competências para a livre-circulação dos arquitetos pelo espaço Europeu.

Desta forma a OAP, criada em 1998, viria a implementar um regime de reconhecimento e acreditação dos cursos de Arquitetura, baseando-se nas diretivas comunitárias<sup>331</sup> em conjunto com a definição de atos da profissão dada nos seus estatutos. A legitimidade para a avaliação

---

<sup>327</sup> Sobre este tema ver capítulo *Ensino, Arquitetura e o Processo de Bolonha, Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal*.

<sup>328</sup> Estavam sobrepostas quando a formação ocorria na oficina do mestre ou no canteiro da obra. Com a institucionalização do ensino passariam a simular a prática. No sistema *beaux-arts* efetuava-se num *atelier* tutelado por um mestre da prática, onde vários alunos produziam as emulações.

<sup>329</sup> Os planos de estudos culminavam em provas de projeto e estágios académicos junto da profissão, no formato CODA em 1931-32 ou no formato tirocínio de seis meses e conseqüente relatório de estágio, após 1957.

<sup>330</sup> Em 1992 para um universo de cerca de 6.000 arquitetos existiam 4.000 estudantes de Arquitetura, cf. Associação dos Arquitetos Portugueses (1996:44), *Livro Branco da Arquitetura em Portugal*, Capítulo 2 – *Os profissionais*. Lisboa, pp44-47.

<sup>331</sup> Diretiva 85/384 CEE de 10 de Junho e Diretiva 2005/36/CE de 7 de Setembro.

manter-se-ia até à adequação a Bolonha, mas a exigência de formação prática suplementar, impondo um complemento pré-profissional, persistiria, propiciando uma separação formal entre o título académico e o título profissional.<sup>332</sup>

Tabela 34: Atos Próprios da Profissão

Atos da Profissão – Requisitos da Formação	
Atos da Profissão  Decreto-Lei n.º176/98 de 3 de Julho: Estatutos da Ordem dos Arquitetos, artigo 42.º, do Exercício da Profissão	<i>Capítulo VI – Exercício da Profissão</i> <i>Artigo 42.º - Exercício da Profissão</i> <i>1- Só os arquitetos inscritos na Ordem podem, no território nacional, usar o título profissional de arquiteto e praticar os atos próprios da profissão.</i> <i>2- Para efeitos de inscrição na Ordem devem os arquitetos demonstrar possuir as capacidades e os conhecimentos descritos no artigo 3.º da Diretiva n.º 85/384/CEE, do Conselho, e respectivo diploma de transposição.</i> <i>3- Os atos próprios da profissão de arquitecto consubstanciam-se em estudos, Projetos, planos e atividades de consultoria, gestão e direcção de obras, planificação, coordenação e avaliação, reportadas ao domínio da Arquitetura, o qual abrange a edificação, o urbanismo, a concepção e desenho do quadro espacial da vida da população, visando a integração harmoniosa das atividades humanas no território, a valorização do património construído e do ambiente.</i>
Bases da Formação  Diretiva 2005/36/CE, de 7 de Setembro, Artigo 46º, da formação do Arquitecto.	<i>Artigo 46º - Formação de Arquitecto</i> <i>1. A formação de arquitecto compreende, no total, pelo menos quatro anos de estudos a tempo inteiro, ou seis anos de estudos, dos quais pelo menos três a tempo inteiro, numa universidade ou estabelecimento de ensino comparável. Esta formação deverá ser comprovada pela aprovação num exame de nível universitário. Esta formação, que é de nível universitário e tem a Arquitetura como elemento principal, deverá manter o equilíbrio entre os aspetos teóricos e práticos da formação em Arquitetura e assegurar a aquisição dos conhecimentos e das competências seguintes:</i> <i>a) Conceber Projetos de Arquitetura que satisfaçam as exigências estéticas e técnicas;</i> <i>b) Conhecimento da história e das teorias da Arquitetura, bem como das artes, tecnologias e ciências humanas conexas;</i> <i>c) Conhecimento das belas-artes e da sua influência sobre a qualidade da concepção arquitectónica;</i> <i>d) Conhecimentos em urbanismo, ordenamento e competências relacionadas com o processo de ordenamento;</i> <i>e) Capacidade de apreender as relações entre, por um lado, o homem e os edifícios e, por outro, entre os edifícios e o seu ambiente, bem como a necessidade de relacionar entre si os edifícios e espaços em função das necessidades e da escala humana;</i> <i>f) Compreensão da profissão de arquitecto e do seu papel na sociedade, nomeadamente, pela elaboração de Projetos que tomem em consideração os fatores sociais;</i> <i>g) Conhecimento dos métodos de investigação e de preparação do caderno de encargos do Projeto;</i> <i>h) Conhecimento dos problemas de concepção estrutural, de construção e de engenharia civil relacionados com a concepção dos edifícios;</i> <i>i) Conhecimento adequado dos problemas físicos e das tecnologias, bem como da função dos edifícios, no sentido de os dotar de todos os elementos de conforto interior e de protecção climatérica;</i> <i>j) Capacidade técnica que lhe permita conceber construções que satisfaçam as exigências dos utentes, dentro dos limites impostos pelo factor custo e pelas regulamentações em matéria de construção;</i> <i>k) Conhecimento adequado das indústrias, organizações, regulamentações e procedimentos implicados na concretização dos Projetos em construção e na integração dos planos na planificação geral.</i>

Notas: O artigo 46º de 2005 transcreve na maioria o disposto no regime anterior de 1985, designadamente no artigo 3º.

Os atos da profissão são vocacionados para a “*edificação, o urbanismo, a concepção e desenho do quadro espacial da vida da população*”.<sup>333</sup> Adicionalmente, no âmbito das

<sup>332</sup> Cf. Associação dos Arquitetos Portugueses (1995), *Livro Branco da Formação*. Lisboa

<sup>333</sup> Estatutos da Ordem dos Arquitetos Portugueses, conforme o Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, artigo 42º, ponto 3. O enquadramento normativo do exercício do Projeto de Arquitetura, da coordenação, direcção e

atribuições estatutárias da Ordem, a relação com as instituições de formação incide na missão de acompanhamento e de controlo do ensino, incluindo a regulamentação e avaliação de estágios para acesso à profissão e a promoção e coordenação de formação e da investigação.<sup>334</sup>

A Diretiva de 2005, por seu lado, compreendia os atos da profissão de um modo abrangente, como aquelas “*habitualmente exercidas sob o título profissional de arquitecto.*”<sup>335</sup> Suplementarmente derogava aos requisitos de formação universitária os indivíduos que trabalhem “*no domínio da Arquitetura há pelo menos sete anos sob a orientação de um arquitecto ou de um gabinete de Arquitetura*”,<sup>336</sup> reconhecendo vias diversificadas para acesso à profissão, seja formação universitária ou pela profissão. Na realidade a Diretiva acomodava um mosaico de tradições formativas, decorrentes de diferentes entendimentos culturais e de diferentes regimes normativos da profissão.<sup>337</sup> Apontava no entanto dois aspetos base para a formação institucional dos arquitetos: o de que a educação era considerada “*de nível universitário*” e o de que nesta se deveria manter “*o equilíbrio entre os aspetos teóricos e práticos da formação*”,<sup>338</sup> elencando de seguida uma lista generalista e abrangente de conhecimentos e de competências a adquirir. Toda a formação converge para a organização do

---

fiscalização de obras seria em 2009 objecto de reformulação através da Lei nº31/2009, de 3 de Julho e respectiva Portaria nº1379/2009 de 30 de Outubro, que substituíram o antigo enquadramento dos agentes da edificação em Portugal dado pelo Decreto nº73/73 de 28 de Fevereiro (*Qualificação oficial a exigir aos técnicos responsáveis pelos Projetos de obras*). Em 2015 este regime foi rectificado com a publicação da Lei n.º 40/2015 de 1 de Junho (*qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares*).

<sup>334</sup> Estatutos da Ordem dos Arquitectos Portugueses, cf. Artigo 3º, expõem as seguintes atribuições com relação ao sistema de ensino: a missão de “*acompanhar a situação geral do ensino da Arquitetura e dar parecer*” (alínea o)), a de “*regulamentar os estágios de profissionalização organizados pela Ordem e participar na sua avaliação*” (alínea m)); o de “*colaborar com escolas, faculdades e outras instituições em iniciativas que visem a formação do arquitecto*”, assim como “*promover o intercâmbio de ideias e de experiências entre os membros e entre estes e organismos congêneres estrangeiros e internacionais, bem como acções de coordenação interdisciplinar, quer ao nível da formação e investigação, quer ao nível da prática profissional*” (alíneas j) e h) respectivamente).

<sup>335</sup> Cf. o artigo 48º, ponto 1, da Diretiva 2005/36/CE, de 7 de Setembro.

<sup>336</sup> Cf. o artigo 47º, ponto 2, da Diretiva 2005/36/CE, de 7 de Setembro, mediante a aprovação em exame nos moldes solicitados para a conclusão do curso universitário. A este princípio de reconhecimento de formação na profissão junta-se o reconhecimento de direitos adquiridos das *Fachhochschulen* Alemãs, que são escolas técnicas com cursos de 3 anos que se complementam com formação prática adicional, condicionado a exame a efectuar após comprovação de quatro anos de prática profissional (ponto 1 do artigo 47º).

<sup>337</sup> Atente-se nas listagens de cursos certificados pelos estados membros, no Anexo V, ponto 5.7.1 da Diretiva de 2005 (ou o artigo 11º em 1985), para se verificar como é diversa a filiação das próprias instituições que conferem o grau, variando entre as escolas de artes, os politécnicos, as escolas de Arquitetura ou as escolas de engenharia, assim como a designação do próprio grau, num mosaico de tradições culturais que Bolonha vem tentar aproximar.

<sup>338</sup> Cf. o artigo 46º, ponto 1, da Diretiva 2005/36/CE, de 7 de Setembro.

espaço edificado, informando culturalmente e tecnicamente a realização do Projeto, sendo a investigação referida no contexto de que a formação deveria assegurar o conhecimento “*dos métodos de investigação e de preparação do caderno de encargos do Projeto*”.<sup>339</sup> Ou seja, o quadro conceptual da Diretiva em 2005 referia-se a uma investigação implícita aos mecanismos produtivos do processo do Projeto e não a uma investigação enquanto processo conceptual ou como missão formativa de nível universitário.

### c. Mutações na Profissão

Segundo o retrato da profissão elaborado pelos sociólogos Manuel Villaverde Cabral e Vera Borges em 2006,<sup>340</sup> a profissão era à altura marcada socio-demograficamente por uma extrema juventude<sup>341</sup> e por uma crescente de paridade entre homens e mulheres, atenuando o tradicional “*fechamento social da profissão*”, fruto de uma “*endogamia socioprofissional*”.<sup>342</sup> Ao mesmo tempo menciona uma assinalável insatisfação profissional (acima dos 40%), refletindo as dificuldades em acesso ao seu pleno exercício, decorrentes de um mercado que não crescia ao ritmo com que aumentaram os novos efetivos profissionais. Significativamente o relatório indicava que havia uma recomposição do próprio mercado, designadamente especializando-se, mas a um ritmo não acompanhado pela profissão, derivado de uma conjugação de fatores, incluindo um forte *ethos* profissional, um baixo nível de expressão de descontentamento e uma forte concentração de recursos materiais e simbólicos, em redor de redes familiares de profissionais, que constituíam obstáculo para a adaptação às dinâmicas de transformação.

O inquérito à profissão revelava que cerca de 30% dos arquitetos já tinham algum tipo de formação pós-graduada, numa tendência crescente de prolongamento e reorientação da formação base e que ao mesmo tempo adiava a entrada no mercado de trabalho. Quanto à

---

<sup>339</sup> Ponto g).

<sup>340</sup> Manuel Villaverde Cabral e Vera Borges (2006), *Relatório Profissão: Arquitecto/a*, promovido pela Ordem dos Arquitetos.

<sup>341</sup> Villaverde Cabral e Borges (2006:Ponto 2), notando que em 1974 havia 935 arquitetos inscritos no Sindicato Nacional dos Arquitetos, em 1988 ascendiam a 3648 e em 1998 passavam a 8121. Em 2006, tal como na década anterior, cerca de 65% dos arquitetos tinha, menos de 40 anos.

<sup>342</sup> Villaverde Cabral e Borges (2006), refere endogamia como o grau de arquitetos filhos e/ou familiares próximos de arquitetos, que no caso da Arquitetura revelavam em 2006 um grau de auto-reprodução social superior ao que se conhecia para qualquer outra das profissões liberais (5% para licenciados em Direito, 12% em Medicina e 25% para a Arquitetura, sendo que em 1974 este valor era de 50%). Esta endogamia auxiliava, segundo os autores, a compreender o forte *ethos* da profissão, ou seja uma homogeneidade de valores e de atitudes e uma fraca contestação, seja no plano simbólico ou manifesto, contra as dificuldades então sentidas de acesso ao exercício da profissão.

formação base o inquérito revelava uma relativa satisfação com os objetivos gerais académicos dos cursos de Arquitetura, nomeadamente na capacidade destes introduzirem os alunos no *ethos* cultural da disciplina e permitirem o desenvolvimento de capacidades de autonomia. Em sentido oposto os graduados criticavam a escassa preparação para o exercício prático profissional, situação que o relatório apontava poder ser um reflexo das próprias dificuldades de acesso ao mercado.<sup>343</sup>

Esta difícil relação entre um perfil formativo mais profissional ou mais generalista e cultural não é todavia um exclusivo da Arquitetura. Gilles Lipovetsky aponta que a universidade está “doente”, não discernindo qual o papel a desempenhar, entre “*os polos de ensinar uma ciência pura ou profissionalizar os seus ensinamentos*”,<sup>344</sup> uma vez que na sociedade hipermoderna, na sua vertigem de mudança e transformação, torna-se inútil centrar a formação superior somente no desenvolvimento de uma competência profissional, quando as dinâmicas de transformação do mercado do trabalho tornam pueril qualquer previsão do estado das profissões num curto horizonte temporal. Em contrapartida, há o perigo de uma formação superior inútil para a entrada no mercado de trabalho, convergindo num sentimento de afastamento e de amargura, que Lipovetsky afirma ser uma das características da vida hipermoderna e globalizada.

Para este autor a resposta reside numa necessária convergência entre as duas facetas, e mediante um discurso articulado com a organização universitária proposta por Bolonha, defende uma articulação entre um 1º ciclo propedêutico e generalista, um “*colégio*

---

<sup>343</sup> Segundo Boyer (1998) esta era também uma crítica persistente no sistema de ensino nos EUA, assinalando constantemente o desfasamento entre a preparação académica e a adequação à realidade do “mercado”. Segundo Dana Cuff (1991) trata-se de um “sentimento-sintoma” de uma série de desfasamentos entre o *ethos* tradicional da profissão e as condições reais da sua prática profissional. Ainda nos EUA, Gerry Stevens (1999:170) assinalava que este *ethos* revela uma posição de poder, de capacidade de impor uma dada definição de realidade que é vantajosa para uma minoria, cuja predominância é mantida pelo uso de poder simbólico, por meios culturais, que no ensino se reflecte no estúdio de Projeto como lugar bizarro, afastado da realidade, encorajando o culto da personalidade e que acaba por favorecer os já favorecidos socialmente.

<sup>344</sup> Gilles Lipovetsky (2008:203).



*universitário*”<sup>345</sup> e um segundo ciclo onde se poderiam escolher entre duas vias: a especialização para uma profissão ou a investigação fundamental.<sup>346</sup>

Desta forma, seria atendendo a uma crescente separação entre ensino académico e formação profissional, enfatizado quer pela imposição do estágio como requisito para acesso à profissão (acesso ao reconhecimento pela OAP), quer pela “doença” do sistema universitário no seu todo, face à pressão da globalização e às transformações cada vez mais rápidas das bases profissionais; tendo como base o programa dado pelo enquadramento jurídico da profissão (diretivas e estatutos) e a noção de que a própria profissão e as suas condições práticas estão em transformação crítica, que os perfis formativos para os cursos de Arquitetura seriam definidos.

#### d. Perfis de Formação

Observando a descrição dos objetivos de formação apresentados nos relatórios de adequação das várias escolas estudadas, verifica-se que as bases para a definição do perfil escolar e dos objetivos formativos foram a Diretiva 2005/36/CE de 7 de Setembro, os Estatutos da Ordem dos Arquitetos (1998) e os descritores gerais de ciclo de estudos desenvolvidos para o processo de Bolonha pelo grupo de projeto *Tuning* e pelos Descritores de Dublin (JQI). Em termos gerais as escolas realçam os seguintes temas e objetivos curriculares e de formação:

- Realçam a dimensão múltipla da Arquitetura: artística, social e técnica e científica;
- A centralidade do exercício do Projeto de Arquitetura (e urbano);
- O reconhecimento de uma prática profissional de âmbito crescentemente alargado;
- A novidade dos estudos/investigações de carácter científico no âmbito disciplinar;
- Realçam a importância do desenvolvimento de competências pessoais transversais, como a criatividade, a capacidade de crítica, o trabalho em grupo, a adaptabilidade e a capacidade de expressão e comunicação;

---

<sup>345</sup> Segundo Lipovetsky (2008:205), por oposição à “*universidade propriamente dita*”, que seria o 2º ciclo, o 1º ciclo dirigido para o “*sentido, os métodos e as abordagens históricas e fenomenológicas. Deste modo, seriam formados alunos de letras abertos às artes, à literatura, à filosofia, à linguística, à história, à geografia, às línguas, à comunicação, etc; juristas e economistas de igual modo abertos às ciências cognitivas, históricas, sociológicas, políticas, etc.*”.

<sup>346</sup> Para Lipovetsky (2008:207) este 2º ciclo poderia ensaiar uma articulação entre as necessidades do mundo empresarial e a universidade, e que no caso da difícil harmonização entre investigação e mercado, poderia almejar uma legitimação social da universidade e da investigação.

Tabela 35: Relatórios de Adequação – Objetivos dos Ciclos de Estudos

Escola	Objetivos dos Ciclos de Estudos (Peça C)	Referências e Notas
EAUM	<p>OBJETIVOS: favorecimento da empregabilidade no mercado europeu e um Projeto de ensino baseado também na investigação aplicada. Flexibilizar os aspetos formativos, equilibrando-os numa formação abrangente e diversificada que em 2º ciclo será mais especializada, suportada por conteúdos “<i>verdadeiramente opcionais em vários domínios curriculares para os últimos anos de formação</i>”. Conjuga uma “<i>contínua formação em Projeto</i>” com uma aprendizagem mais específica e aprofundada. O objetivo é o de correspondendo às responsabilidades do Arquitecto (profissionais), acentuar as “<i>crescentes necessidades disciplinares de investigação</i>” e os requisitos de um mercado de emprego global.</p> <p>PERFIL: “<i>sólida formação nos domínios do desenho, da construção, da história e sociedade; combinando adequadamente aspetos teóricos e práticos, pela exploração de novas metodologias de ensino/aprendizagem</i>”. Fomentar a criatividade, inovação técnica e funcional e sensibilidade cultural e ambiental. Atitude pró-ativa face à mudança. Capacidade de comunicar, empreendedorismo, trabalho em equipa e valores de cidadania e atuação eco sustentável.</p>	Diretiva 2005/36/CE.
FAUP	<p>OBJETIVOS: Preparação para a prática em todos os seus âmbitos a qual inclui dimensões artística, social, técnica e científica. Desenvolver capacidades de análise, síntese, crítica e comunicação. Capacitar para o exercício do Projeto e para a elaboração de estudos científicos disciplinares (Arquitetura, Urbanismo e Planeamento do Território). Coordenar criatividade com trabalho de grupo e mobilidade.</p> <p>INCIDÊNCIA: Meios de Representação; Métodos de Construção; Cultura Disciplinar; Conceção Espacial e domínio de Instrumentos e Metodologias do Projeto; Planeamento territorial; Reestruturação e recuperação do edificado.</p>	Diretiva 2005/36/CE Estatutos da O.A.
d.ARQ FCTUC	<p>CURSO: uma preparação artística, científica e tecnológica que satisfaça os seguintes aspetos institucionais: adequado à missão da instituição universitária, adequado para receber alunos tipo do ensino secundário, adequado à dinâmica da profissão no país e na UE e adequado à dinâmica da mobilidade suscitada pela reforma.</p> <p>PROFISSÃO: adequado a um espectro profissional cada vez mais alargado, remetendo para uma caracterização das “saídas profissionais” (profissão liberal, construção, administração local, administração central e investigação).</p> <p>OBJETIVOS: formar profissionais preparados para um contexto dinâmico e de mudança, sem comprometer a qualidade disciplinar que assenta numa formação de grande capacidade artística bem como técnica e científica.</p>	<p>Descritores de Dublin Projeto <i>Tuning</i> Diretiva 2005/36/CE Estatutos da O.A.</p> <p><b>Caracteriza o âmbito da prática</b></p>
FAUL	<p>OBJETIVOS: competências “sobretudo de natureza projetual”. Projeto, como pensamento e expressão científica, humanística e artística. O ensino-aprendizagem organiza-se em redor da construção de ferramentas projetuais, conceptuais e operativas, que permitam operar sobre o território natural e construído. O plano de estudos e a metodologia de aprendizagem são orientadas para um espectro de competências e de empregabilidade que extravasa a tradicional definição de atos projetuais. Remete para a descrição dos atos próprios da profissão segundo estatutos da O.A. Caracteriza as saídas profissionais dos arquitetos no país (profissão liberal, construção, administração local, administração central e investigação).</p>	<p>Diretiva 2005/36/CE Descritores de Dublin Estatutos da O.A.</p> <p><b>Caracteriza o âmbito da prática</b></p>
ISCTE	<p>OBJETIVOS: Maior claridade na convergência para a área de Projeto de todos os saberes do currículo. Aponta um conjunto de competências a desenvolver nos dois ciclos, que incidem na capacidade de projetar em contextos complexos, com “<i>uma cultura do território e da cidade, nas suas dimensões física, geográfica, económica e social</i>”.</p>	<p>Diretiva 2005/36/CE é referida apenas na Peça E.</p> <p><b>Caracteriza o âmbito da prática, na peça E</b></p>

Notas: Fonte da Informação: relatórios de adequação ao processo de Bolonha - processos de registo provisórios dos cursos, peça instrutória C. Ver em complemento o capítulo *Adequação Curricular a Bolonha, Organização em duplo ciclo*, onde são discriminadas as COMPETÊNCIAS a desenvolver em cada curso. Notamos que a leitura destes objetivos formativos pode ser algo redutora, devendo ser complementada com uma leitura do plano de estudos em concreto e com a progressão e articulação de matérias em particular, isto porque o carácter resumido das entradas de texto no relatório pode induzir uma generalização apaziguadora, conciliando de várias perspetivas corretas e benevolentes, ou em alternativa identificar objetivos importantes noutras entradas do relatório.

O objetivo da uma aprendizagem para a prática profissional confronta-se com a dificuldade em definir ou prever a especificidade e o âmbito dessa mesma prática, que se reconhece agora como “alargada”, usando a expressão do relatório da FAUP (2008), que desta

maneira evita uma descrição que seria sempre contingencial dos atos da profissão. Todos os cursos dão como referência de enquadramento legal o disposto na Diretiva 2005/60/CE e os Estatutos da OAP. Não obstante, algumas escolas<sup>347</sup> vão mais longe e especificam os âmbitos profissionais que delimitam a prática. No entanto, excetuando a EAUM e o d.ARQ-FCTUC, não se refere explicitamente a possibilidade de uma prática noutros países e noutros regimes de enquadramento legal e profissional.

Todavia, pese o reconhecimento do âmbito alargado da prática os cursos centram-se no objetivo de ensinar pelo e para o Projeto.

Efetivamente, o relatório da FAUL menciona o objetivo central de fornecer competências “*sobretudo de natureza projetual*”<sup>348</sup>. Complementarmente FAUL e ISCTE-IUL não destacam a investigação como um objetivo de formação valorizando implicitamente uma formação profissionalizante.<sup>349</sup> No caso do ISCTE-IUL há inclusivamente uma acentuação do Projeto como meio e fim da aprendizagem da profissão.

O d.ARQ-FCTUC começa, em sentido inverso, por acentuar o carácter abrangente e mutável dos atos da profissão, terminando por centrar a estratégia pedagógica em redor da importância do ensino pelo Projeto e no fim último da garantia da qualidade dos atos que tenha em vista a transformação do espaço edificado. A FAUP é a escola que acaba por ser a mais sumária na descrição dos seus objetivos, mas simultaneamente mais abrangente quando afirma que os objetivos da formação são o de capacitar para o exercício do Projeto e para a elaboração de estudos “*científicos disciplinares*” da Arquitetura, do Urbanismo e do Planeamento do Território. Todos os conhecimentos e todas as competências ficam implicitamente instrumentais e metodológicos para este fim.

A EAUM valoriza a exploração de novas metodologias de ensino/aprendizagem e menciona explicitamente a necessidade de haver uma preparação para a prática da investigação na formação de base para a profissão, realçando o objetivo de um “*projeto de ensino baseado também na investigação aplicada*”, reconhecendo uma dimensão pedagógica na investigação,

---

<sup>347</sup> Designadamente o d.ARQ-FCTUC; FAUL e em certa medida o ISCTE-IUL.

<sup>348</sup> Cf. Relatório de Adequação. O caso da FAUTL é algo contraditório, na medida em que se realça o ensino do Projeto como fundamento pedagógico, mais adiante assinala que “*o plano de estudos e a metodologia de aprendizagem são orientadas para um espectro de competências e de empregabilidade que extravasa a tradicional definição de atos projetuais*” (p17).

<sup>349</sup> Considerando neste caso uma oposição entre treino profissional–experimentação da investigação como exemplar da oposição entre ensino por transmissão de conhecimentos – ensino pelo desenvolvimento de competências. Esta oposição é esbatida pelo simbolismo do ensino pelo Projeto enquanto metodologia de desenvolvimento de competências, conforme referido, por exemplo, por Ernst Boyer (1998).

com ressonâncias metodológicas e de especificidade que poderíamos designar de “universitárias”.

Como referido, em todos os relatórios é notória a importância do Projeto, circunstância como observamos alinhada com os princípios da Diretiva e com a definição dos atos da profissão, onde o Projeto é a primeira finalidade e a principal característica da profissão.

Em alguns relatórios afirma-se implicitamente a necessidade da Arquitetura gerar conhecimento, nomeadamente na EAUM e na FAUP, quanto a primeira menciona as “*crescentes necessidades disciplinares de investigação*”, a segunda o objetivo de preparar indivíduos para “*a elaboração de estudos científicos disciplinares*”. Em simultâneo, em vários relatórios está subjacente o objetivo geral da valorização de competências pessoais transversais, como o trabalho de grupo e capacidade de comunicação, contrariando a especialização, sendo porventura a investigação também uma possibilidade de experimentação metodológica e pedagógica. A relação do tradicional ensino pelo Projeto com a emergência da investigação não é claramente enunciada nos relatórios de adequação, todavia note-se que por exemplo na FAUP é admissível ler uma oposição implícita entre prática do Projeto e prática da investigação, quando se refere que a finalidade de capacitar “para o exercício do Projeto e para a elaboração de estudos científicos disciplinares”. No caso da EAUM, como observamos, é antes do mais referida a necessidade de convergência disciplinar para a investigação, fortalecendo a Arquitetura no seio das disciplinas universitárias.

### 3. A organização dos currículos e o Projeto

#### a. Objetivos de formação e matérias curriculares

A organização das matérias lecionadas nos cursos é realizada a um primeiro nível em redor de “áreas científicas”, que se são compostas por determinadas “unidades curriculares”, conforme as designações dadas pela normativa de enquadramento da adequação ao Processo de Bolonha. As primeiras correspondem a subáreas que agrupam docentes e unidades curriculares em redor de um determinado campo de especialização, as segundas são “unidades de ensino com objetivos de formação próprios”, isto é, cursos ou cadeiras do plano de estudos, sujeitas a inscrição e avaliação, traduzindo-se na atribuição de créditos correspondentes.

Tabela 36: Organização dos planos de estudos por Área Científica (ciclo integrado)

	Áreas Científicas (ACs)	Fixos	Optativo	Notas
FAUP 2008-09	Arquitetura	210	≤18	A Urbanística integra-se na Arquitetura, embora seja destacada no quadro de ACs. A Teoria e a História também se integram na Arquitetura. A Dissertação final é considerada uma optativa, na medida que pode seguir qualquer área científica.
	Urbanística	-	-	
	Desenho	24	6 a 24	
	Tecnologia da Construção	33	≤18	
	Quaisquer outras áreas da UP	-	9	
EA-UM 2006-07	Projeto	105,83	-	A profusão de áreas científicas corresponde a unidades curriculares disponibilizadas por outras unidades orgânicas da Universidade do Minho. A Dissertação tem os créditos correspondentes diluídos por todas as áreas científicas. De igual modo, no 2º ciclo a maioria nas unidades curriculares é composta por várias ACs ou tem uma oferta especializada por várias ACs, o que obriga a ponderações de créditos, conforme nos mostra o Plano de Estudos.
	História da Arquitetura	27,25	0,56	
	Teoria da Arquitetura	25,83	1,11	
	Território	23,50	4,44	
	Desenho	27,00	2,22	
	Tecnologia	13,33	1,11	
	Engenharia Civil	47,50	7,22	
	Ciências Sociais	9,75	0,56	
	Economia e Gestão	-	2,22	
Filosofia e Cultura	-	0,56		
d.ARQ- FCTUC 2008-09	Arquitetura, Teoria e História da Arquitetura	184	0-36	A área de Ciências Humanas corresponde a uma única unidade curricular obrigatória (Antropologia do Espaço). A Dissertação pertence à AC de Arquitetura.
	Urbanismo	24	0-8	
	Desenho	32	0-28	
	Construção e Tecnologia	36	0-12	
	Ciências Humanas	4	1-12	
FAUL 2008-09	Arquitetura e Urbanismo	163,0		História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo pertencem a Arquitetura e Urbanismo. A Dissertação pertence a Arquitetura e Urbanismo.
	Desenho e Comunicação	39,5		
	Tecnologias da Arquitetura, Urbanismo, Design	68,0		
	Ciências Sociais e do Território	20,5		
	Optativas das Áreas Anteriores		9,0	
ISCTE- IUL 2007-08	Arquitetura	126		A profusão de áreas científicas corresponde a unidades curriculares disponibilizadas por outros Departamentos no interior do ISCTE. A Dissertação está integrada na Arquitetura, havendo no entanto uma componente teórica que pode socorrer-se de qualquer ACs do ISCTE. A Economia e o Direito podem ser vistas com as matérias conexas à Urbanística e às Tecnologias, mas tem AC individualizada.
	Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo	26		
	Urbanismo	24		
	Desenho	32		
	Tecnologias da Arquitetura	56		
	Geografia	7		
	Sociologia	3		
	Economia	4		
	Direito	4		
Optativas de quaisquer áreas do ISCTE	-	18		

Notas: conforme planos de estudos da adequação preliminar a Bolonha.

Cada uma das escolas estudadas têm uma estrutura de áreas científicas distinta, refletindo diferentes tradições organizativas e graus de autonomia institucional igualmente diversos. Designadamente, a FAUP e FAUL estão organizadas com uma menor quantidade de áreas científicas, centradas em Arquitetura, Tecnologias da Construção e o Desenho. Em ambas a História e a Teoria da Arquitetura estão incorporadas na área científica da Arquitetura, assim como os estudos Urbanísticos. Na FAUL há ainda uma individualização da área das Ciências Sociais e do Território, que leciona unidades curriculares como a Geografia Física, a Geografia Urbana, a Antropologia do Espaço e a Sociologia. Na FAUP a Geografia está incluída no subgrupo da Urbanística, que pertence à área científica da Arquitetura. No d.ARQ-FCTUC a organização é um pouco diferente, separando-se a Urbanística da Arquitetura, que agora se designa de Arquitetura, Teoria e História da Arquitetura. À semelhança da FAUL individualiza uma área de Ciências Humanas, que oferece uma única unidade curricular: Antropologia do Espaço. Já na EAUM e no ISCTE-IUL há uma maior proliferação de áreas. A Arquitetura é desagregada entre Projeto, Teoria, História e Urbanismo (ou Território, no caso do Minho). Mantém-se as áreas estruturantes do Desenho e das Tecnologias e autonomizam-se algumas subáreas, que correspondem a campos fortes das instituições de acolhimento das escolas, como sejam a Engenharia no Minho e as Ciências Sociais no ISCTE-IUL.

Esta maior ou menor desagregação das estruturas em áreas científicas pode ser lida como o resultado de cursos ou de escolas que funcionam num ambiente de maior proximidade com outros departamentos e outras escolas de outras “áreas do conhecimento”. Numa leitura de sentido inverso, a estrutura com menos áreas científicas, a da FAUP representa em princípio uma maior unidade temática e metodológica em redor de áreas tradicionalmente nucleares no ensino da Arquitetura como são o Projeto, o Desenho, a Teoria, a História e o Urbanismo. Inversamente, uma maior flexibilidade de percursos formativos poderá pressupor uma maior oferta de áreas científicas ou de unidades curriculares,<sup>350</sup> como aparentemente sucede com o exemplo da EAUM. Aparentemente esta escola oferece uma maior abrangência e flexibilidade de conteúdos, quer pela multiplicação de áreas científicas, quer pela organização curricular, que como veremos concede hipóteses de escolha em áreas formativas fundamentais ao nível do segundo ciclo. Em todo o caso notar que a estrutura de áreas científicas pressupõe uma escolha organizativa e de conteúdos, assim como um modo de funcionamento de coordenação interno. Por exemplo, observando a estrutura da FAUP, inferimos que se poderá adaptar a oferta

---

<sup>350</sup> Entendendo como oferta várias modalidades de organização, como por exemplo o recurso a outras escolas e áreas de conhecimento, ou maior variedade de unidades curriculares dentro da mesma área científica.

formativa variando os conteúdos das unidades curriculares, sem por em causa a existência de áreas científicas muito particularizadas, situação que se coloca em cursos com áreas científicas com apenas uma ou duas unidades curriculares. Esta situação permite por outro lado uma leitura de conteúdos e perfis de formação particulares, assim, podemos interpretar o currículo da FAUP como articulado torno de uma formação de cultura da Arquitetura e do Urbanismo, convergindo para a prática do Projeto de Arquitetura e do Urbanismo, com apoio instrumental e metodológico do Desenho, da História e da Teoria e das Tecnologias da Construção.

Tabela 37: Divisão por áreas de conhecimento (ciclo integrado)

Matérias	EAUM (2006-2007)		FAUP (2008-2009)		DARQ-FCTUC (2008-2009)		FAUL (2008-2009)		ISCTE (2007-2008)	
	ECTS	%	ECTS	%	ECTS	%	ECTS	%	ECT	%
Arquitetura / Projeto	105,83	35,00	100	33,33	100	33,3	95	31,67	126 113,4	42,00 37,80
Urbanística	23,50	7,83	36	12,00	24	8,00	10,5	3,50	24	8,00
Teoria / História Arq. e Urbanismo	53,08	17,69	74	24,67	64	21,33	35,5	11,83	26	8,67
Projeto Final / Dissertação	0,00	0,00	15	5,00	20	6,67	22	7,33	42 12,6	14,0 4,20
Desenho/Representação	27,00	9,0	24	8,00	32	10,67	39,5	13,17	32	10,67
Tecnologias da Construção	60,83	20,28	33	11,00	36	12,00	68	22,67	56	18,67
Ciências Humanas	9,75	3,25	-	-	4	1,33	20,5	6,83	18	6,00
Ciências Exatas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OPTATIVAS	20,00	6,67	18	6,00	20	6,67	9	3,00	18	6,00
Total	300	100	300	100	300	100	300	100	300	100

Notas: 1. A distinção entre matérias lecionadas não corresponde inteiramente à divisão em ACs dos planos de estudos, mas a uma subdivisão de compromisso, que é construída a partir dos planos. Quanto à organização das matérias, há diferenças ao nível da Dissertação ou Projeto Final. Na FAUP esta é considerada uma optativa; na EA-UM idem, no entanto os ECTS são diluídos por todas as áreas científicas; no DARQ-FCTUC, FAUL e ISCTE-IUL pertence a Arquitetura. Os ECTS foram retirados à área curricular assinalada, exceto no caso EA-UM, em que se indica o valor de referência de créditos mas estes estão diluídos por áreas científicas (o que retiraria algum peso ao indicado na tabela a Projeto) e no caso do ISCTE-IUL, o Projeto Final integra o Projeto de Arquitetura, pelo que se manteve a atribuição de ECTS para a área de Arquitetura, sendo no entanto apresentado em Dissertação um valor indicativo, no entanto, poder-se-ia retirar 12,6 ECTS da componente teórica, o que reduziria o peso da área para 37,8% dos ECTS. 2. A divisão entre ciências elementares beta (matemática, física e materiais); ciências alfa e gama (história e humanidades) retirado de Willemijn Floet (2013). 3. FAUP: ACs: Arquitetura, 210 ECTS (Projeto I-IV 80 ECTS; Teoria e História 74 ECTS; Geografia, Urbanística, Urbanismo, Território e Formas Urbanas 36 ECTS; Projeto V é considerado da área da Urbanística pelo relatório, propomos considerar como prática de Projeto; Tecnologia da Construção 33 ECTS; Desenho, 24 ECTS. Optativas 33 ECTS, incluindo a Dissertação, com 15 ECTS, sem atribuição de área científica. 4. EA-UM: ACs: Ciências Sociais 9,75+0,56 ECTS (Obrigatórios+Optativas); Desenho 27+2,22 ECTS; Economia e Gestão 2,22 ECTS em Optativas; Engenharia Civil 47,50+7,22 ECTS; Filosofia e Cultura 0,56 ECTS em Optativas; História da Arquitetura 27,25+0,56 ECTS; Teoria da Arquitetura 25,83+1,11 ECTS; Projeto 105,83 ECTS; Tecnologias 13,33+1,11 ECTS; Território 23,50+4,44 ECTS; Nota: 280+20 ECTS (Obrigatórios+Optativas). A unidade de Prova Final – Dissertação tem 30 ECTS, diluídos em todas as áreas científicas. No mesmo sentido, no 2º ciclo, os ateliês abrangem várias áreas. 5. DARQ-FCTUC: ACs: Arquitetura, 184 ECTS (inclui Teoria e História com 88 ECTS e Dissertação com 20 ECTS): Desenho 32 ECTS; Urbanismo 24 ECTS; Construção e Tecnologia 36 ECTS; Ciências Humanas 4 ECTS; Optativas 24 ECTS (distribuídas pelas 5 áreas anteriores, em diferentes proporções. 6. FAUL: ACs: Desenho e Comunicação, 39,50 ECTS; Tecnologias da Arquitetura, do Urbanismo e do Design, 68,00 ECTS; Ciências Sociais e do Território, 20,5 ECTS; Arquitetura e Urbanismo, 163,00 ECTS (95 Projeto -10,5 Urbanismo – 35,50 História e Teoria. – 22 Dissertação); Optativas com 9 ECTS. 7. ISCTE: ACs: Arquitetura 126 ECTS; Urbanismo 24 ECTS; Desenho 32 ECTS; Tecnologias da Arquitetura 56; Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo 26 ECTS; Direito 4 ECTS; Geografia 7 ECTS; Sociologia 3 ECTS; Economia 4 ECTS; Optativas 18 ECTS. Projeto Final tem 42 ECTS e pertence à área de Arquitetura, que engloba todas as unidades de Projeto, exclusivamente. No entanto, deste Projeto, apenas 70% do trabalho é em Projeto, sendo os restantes 30% numa das restantes áreas, o que perfaz uma relação de 29,4 – 12,6 ECTS.

A estrutura do curso do d.ARQ-FCTCU e da FAUL introduzem as Ciências Sociais como matéria independente e estruturante, enquanto o curso do Minho realça, aparentemente, o carácter multidisciplinar da formação, decompondo as matérias lecionadas num conjunto mais vasto de áreas científicas e partilhando unidades curriculares por mais do que uma área científica.<sup>351</sup> O curso do ISCTE-IUL reforça simultaneamente a Sociologia, a Gestão e a Economia da Cidade e da Construção. A existência de determinadas matérias em áreas científicas independentes não significa a ausência destes temas nos cursos, mas sobretudo a sua não-autonomia na estrutura organizativa do plano de estudos. Conjugando esta variação de autonomia de determinadas matérias com a preponderância de um grupo de matérias fundamentais: o Projeto; a História e Teoria; as Tecnologias da Construção e o Desenho ou Representação, poderemos afirmar que os cursos nacionais estudados ao nível da divisão em áreas científicas reúnem-se em redor de um conjunto de áreas fundamentais e variam em áreas conexas, de influência de outras “disciplinas”, consoante as particularidades institucionais e presumivelmente pedagógicas, de cada escola.

#### b. O lugar do Projeto nos currículos

As unidades curriculares de, ou relacionadas com o ensino pelo Projeto, representam, nos cursos analisados, em média 35% dos créditos de aprendizagem, consistindo no grupo de unidades curriculares preponderante em todos os planos de estudos. Recordamos que esta ênfase no ensino pelo Projeto está em linha com os objetivos de formação enunciados e com o disposto na Diretiva e nos Estatutos da OAP.

Após o Projeto surgem em quantidade de atribuição de créditos o grupo das Tecnologias da Construção (16,92%) e da Teoria e História da Arquitetura (16,84%), seguidas do Desenho/Representação (10,30%) e da Urbanística (7,87%). As optativas representam cerca de 5,67% e as Ciências Sociais alcançam em média os 3,48%, sendo que na FAUP não há unidades curriculares obrigatórias específicas de Ciências Sociais, como sejam a Sociologia Urbana, a Economia Urbana ou mesmo a Antropologia.

Poderemos considerar que apesar de variações de perfil entre as escolas estudadas há claramente uma unidade metodológica em redor do ensino pelo Projeto, acompanhada por um conjunto de áreas tradicionais, como são as Tecnologias da Construção, a Teoria e a História e o Desenho, cujo conjunto é superior a 90% das matérias lecionadas.

---

<sup>351</sup> Sobretudo a partir do 2º ciclo, em unidades de “Seminário”, onde os alunos podem escolher temas de especialização, ou em *Ateliers*, onde convergem as áreas de Arquitetura e Engenharia.



Tabela 38: Principais matérias lecionadas nos cursos de Arquitetura

Matérias	Intervalos	Média
Projeto	31,6% (FAUL) - 37,8% (ISCTE)	35,1%
Urbanística	3,5% (FAUL) - 12% (FAUP)	7,87%
Teoria / História Arq. e Urbanismo	8,6 (ISCTE) - 24,6% (FAUP)	16,84%
Projeto Final / Dissertação	5,0% (FAUP) – 14% (ISCTE)	8,58%
Desenho/Representação	8,0% (FAUP) - 13,1% (FAUL)	10,30%
Tecnologias da Construção	11,0% (FAUP) - 22,6% (FAUL)	16,92%
Ciências Humanas	0,0% (FAUP) - 6,8% (FAUL)	3,48%
Ciências Exatas	-	-
Optativas	3,0% (FAUL) – 6,6% (DARQ-FCTUC e EAUM)	5,67%

Nota: com base nos Planos de Estudos da FAUP/EA-UM/DARQ-FCTUC/FAUL/ISCTE, apresentados no processo de registo provisório da adequação a Bolonha, variável entre 2006-2008, conforme os cursos. A unidade de Projeto Final / Dissertação é distribuída de modo diverso por várias áreas científicas, pelo que a sua enumeração nesta tabela é indicativa

Igualmente assinalável é inexistência de uma área científica de Ciências Exatas em todos os cinco cursos analisados. Esta característica não é seguida por exemplo no curso de Arquitetura do IST da Universidade de Lisboa, onde há uma área científica de “Ciências Básicas”, que compreende a Física, a Matemática e a Gestão e detém 25,5 ECTS, localizados nos 3 primeiros semestres do 1º ciclo, de modo a instaurar uma “*linguagem, como instrumento e como modo de pensar – para a exploração dos problemas de índole técnica e tecnológica, próprios da Arquitetura*”.<sup>352</sup> Esta particularidade decorre da filiação institucional e do objetivo fundacional de oferecer uma via de formação em Arquitetura mais distintivamente tecnológica.<sup>353</sup>

Ou seja, reforça-se o nexo de que existem diferenças entre os cursos nas matérias de enquadramento da formação base, mantendo-se todavia uma preponderância comum a todos os cursos e redor de um polígono formativo composto pelo Projeto / Cultura Arquitetónica e Urbana / Tecnologias da Construção / Representação.

<sup>352</sup> Cf. Relatório de Adequação a Bolonha do IST-UL (2006:17)

<sup>353</sup> E que no caso do currículo proposto em 2006 pelo IST, conforme o relatório de adequação, é compensado pela ausência de disciplinas optativas, assim como pela diluição relativa de outras áreas, embora sem atingir valores exteriores ao espectro da média obtida pelos cinco cursos estudados. Os valores apurados para o plano de estudos do IST, aplicando os critérios de separação de matérias usado para a análise comparativa das cinco escolas estudadas foram: Projeto 37,5%; Urbanística 7%; Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo 12,50%; Desenho / Representação 11,25%; Tecnologias da construção 23%; Ciências Básicas 8,75%. Notar que não há Ciências Sociais e Optativas, por outro lado, a Dissertação está incluída em Projeto Final, no 10º semestre, com atribuição de 30 ECTS. No caso de uma tese eminentemente teórica, que pode suceder por opção do aluno, o peso da área Projeto reduz-se para 27,50%, abaixo da média dos cinco cursos estudados.

c. Leitura segundo a metodologia TU-Delft

Em 2013 a escola de Arquitetura do TU-Delft apresentou um estudo comparativo dos programas de Bacharelato de nove escolas europeias, tomando como princípio que a separação em duplo ciclo Bacharelato-Mestrado.<sup>354</sup> O estudo notava uma tendência para a utilização do inglês como língua franca, acompanhando o trânsito de alunos que já não se reduziria à frequência de um ou dois semestres no âmbito do Programa Erasmus,<sup>355</sup> compreendendo agora alunos que frequentam um programa de primeiro ou segundo ciclos integrais em países-estados que não o de origem.<sup>356</sup> Este estudo, financiado pelo Estado Holandês, serviria para sustentar a atualização curricular planeada para a escola de arquitetura de Delft, propõe uma metodologia de análise aos conteúdos curriculares consistindo no mapeamento dos planos de estudos discriminando a atribuição de créditos ECTS em sete campos analíticos: 1. Ciência beta – elementares: matemática, física, materiais; 2. Ciências alfa-gama: história e humanidades; 3. Forma e Visualização; 4. Teoria e Métodos de design em Arquitetura e urbanismo; 5. Teoria e prática da tecnologia da edificação; 6. Imobiliário – pratica, mercado, lei, economia; 7. *Design*.

Tabela 39: Comparação matriz TU-Delft / Áreas Científicas nacionais

Matérias e Áreas Científicas	Estudo TU-Delft	Notas
Projeto	<i>Design</i>	
Urbanística	Teoria e Métodos de <i>design</i> em Arquitetura e Urbanismo	
Teoria / História Arq. e Urbanismo	Teoria e Métodos de <i>design</i> em Arquitetura e Urbanismo História e Humanidades	Teoria é separada da História no esquema de Delft
Desenho/Representação	Forma e Visualização	
Tecnologias da Construção	Teoria e prática da tecnologia da edificação	Ciências dos materiais, estáticas das construções, por exemplo, são consideradas Ciências
Ciências Humanas	Ciências alfa-gama: história e humanidades	A História da Arquitetura e do urbanismo seriam enquadráveis nas Ciências humanas
Ciências Exatas	Ciência beta: matemática, física, materiais	

Notas:-

Conceptualmente as mudanças mais significativas consistem na separação entre a Teoria e a História, passando esta última para o campo das humanidades e a separação entre Tecnologias da Construção e as cadeiras de Ciências dos Materiais ou Estática das Construções, que passariam para as Ciências Exatas fundamentais. A separação entre História e Teoria realça as questões em redor dos aspetos metodológicos do Projeto e da investigação disciplinar, que

<sup>354</sup> Cf. Willemijn Floet (2013).

<sup>355</sup> Programa Erasmus, programa de intercâmbio de estudantes universitários na Europa, inaugurado em 1987.

<sup>356</sup> Em Delft nos programas de 2º ciclo (MSc) representam 30% dos alunos matriculados (Floet 2013:21).

passariam a ser suportadas pela teoria, concomitantemente, a passagem da História para as Humanidades permite uma filiação metodológica à própria unidade temática da História e um esbatimento de campos disciplinares externos à Arquitetura, como a Sociologia e a Antropologia, que ficam enquadradas numa área onde a História da Arquitetura e do Urbanismo são tutelares. Com idêntico sentido a separação entre Teorias e Práticas da Construção – Cultura e Sistemas da Construção e as Ciências dos Materiais e Análises Estruturais, separam questões tradicionalmente arquitetónicas e culturais das da física dos materiais, que transitam para as Ciências Exatas, tal como observáramos no caso do IST.

Nas tabelas seguintes os currículos das escolas estudadas são adaptados à grelha analítica utilizada pelo estudo da Universidade de Delft:

Tabela 40: Adaptação distribuição curricular à metodologia TU-Delft (MI)

Matérias	EAUM (2006-2007)		FAUP (2008-2009)		DARQ-FCTUC (2008-2009)		FAUL (2008-2009)		ISCTE-IUL (2007-2008)	
	ECTS	%	ECTS	%	ECTS	%	ECTS	%	ECT	%
Projeto	105,00	35,00	100,00	33,33	100,00	33,33	88,00	29,33	113,40	37,80
Teoria e Métodos de Design em Arquitetura e Urbanismo Urbanística Teoria	30,50	10,17	64,00	21,33	56,00	18,67	44,50	14,83	37,00	12,33
Imobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	3,50	1,17	9,00	3,00	8,00	2,67
Projeto Final / Dissertação	30,00	10,00	15,00	5,00	20,00	6,67	24,00	8,00	12,60	4,2
Forma e Visualização (Desenho/Representação)	32,00	10,67	24,00	8,00	32,00	10,67	44,50	14,83	32,00	10,67
Teoria e Prática da Tecnologia da Edificação (Tecnologias da Construção)	23,00	7,67	33,00	11,00	36,00	12,00	39,50	13,17	33,50	11,17
Ciências alfa e Gama História Humanidades	19,50	6,50	46,00	15,33	36,00	12,00	23,50	7,83	23,00	7,67
Ciência beta Matemática, Física, etc. Materiais, estática, análises	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	4,50	22,50	7,50
Optativas	60	20,00	18,00	6,00	20	6,6	19,00	6,33	18,00	6,00
Total	300	100	300	100	300	100	300	100	300	100

Notas: 1. EA-UM: AC de Território no campo da Teoria e Métodos de Design em Arquitetura e Urbanismo. No 2º Ciclo todas as unidades são de base optativa condicionada, partilhada por várias AC, exceto as unidades de Atelier, a sua inclusão no campo das OPTATIVAS é discutível, no entanto, reforça a componente reformista do plano de estudos. 2. FAUP: Geografia no campo da Teoria e Métodos de Design em Arquitetura e Urbanismo. Não há unidades em Ciências Exatas ou Humanidades (embora UC de Sistemas Estruturais possa ser considerada). 3. FCTUC: Geografia colocada no campo da Teoria e Métodos de Design em Arquitetura e Urbanismo. Não há unidades em Ciências Exatas ou Humanidades (embora a UC de Física da Construção possa ser considerada). 4. FAUL: A reorganização obrigou a alterações substanciais, notar que nas humanidades a componente de História é 18,5 ECTS, a que acrescem as unidades curriculares de Sociologia e Antropologia. A área das Ciências exatas recebeu toda uma série de unidades relativas à ciência dos materiais e estática. 5. ISCTE-IUL: PFA compreende 70% a Projeto e 30% a Dissertação, tendo os 42 ECTS sido distribuídos em conformidade. Na área da Teoria e Métodos de *design* em Arquitetura e Urbanismo somam-se 24 ECTS de cadeiras de Desenho Urbano e Urbanismo a 6 ECTS de Teoria. Nas Humanidades somam-se 20 ECTS de História à unidade curricular de Sociologia. O aumento das Ciências exatas decorre das cadeiras de resistência dos materiais, estática e análise e conceção de estruturas, que saem das tecnologias da edificação. Imobiliário compreende unidades em Economia e Legislação.

Tabela 41: Adaptação distribuição curricular à metodologia TU-Delft (Ciclos)

Matérias	EAUM (2006-2007)		FAUP (2008-2009)		DARQ-FCTUC (2008-2009)		FAUL (2008-2009)		ISCTE-IUL (2007-2008)	
	1C %	2C %	1C %	2C %	1C %	2C %	1C %	2C %	1C %	2C %
Projeto	41,67	25,00	33,33	33,33	33,33	33,33	28,89	30,00	33,33	44,50
Teoria e Métodos de Design em Arquitetura e Urbanismo Urbanística Teoria	16,94	0,00	26,67	13,33	17,78	20,00	12,50	18,33	12,78	11,67
Imobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,92	0,00	6,67
Projeto Final / Dissertação	-	25,00	-	12,50	-	16,67	-	20,00	-	10,50
Forma e Visualização (Desenho/Representação)	17,78	0,00	13,33	0,00	17,78	0,00	22,78	2,92	17,78	0,00
Teoria e Prática da Tecnologia da Edificação (Tecnologias da Construção)	12,78	0,00	10,00	12,50	15,56	6,67	12,22	14,58	11,94	10,00
Ciências alfa e Gama História Humanidades	10,83	0,00	10,00	23,33	15,56	6,67	10,56	3,75	8,33	6,67
Ciência beta Matemática, Física, etc. Materiais, estática, análises	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,50	2,92	12,50	6,67
Optativas	0,00	50,00	6,67	5,00	0,00	16,67	5,56	7,50	3,33	10,00
Total	180	120	180	120	180	120	180	120	180	120

Notas: -

A pertinência da aplicação desta leitura aos planos de estudos das escolas adequadas segue duas finalidades: primeiro procura uma diferenciação conceptual mais clara ente subáreas “disciplinares”, permitindo uma comparação mais efetiva entre os diferentes planos curriculares, designadamente que contorne compartimentações eventualmente enganadoras induzidas pelas diferentes estruturas-organizações em área científicas. Segundo porque abre a possibilidade de se estabelecerem equiparações com o cenário europeu, filiando a leitura na metodologia da investigação da Universidade de Delft, mesmo tendo em consideração que os dados disponíveis no estudo da universidade holandesa dizem respeito somente ao 1º ciclo.

Deste modo, observando a transposição dos planos de estudos das escolas estudadas para quadro metodológico de Delft, e diferenciando as estruturas curriculares por ciclos de aprendizagem, com uma sequência tipo bacharelato-mestrado, destacamos os seguintes pontos:

- A oferta de unidades curriculares que encaixam na definição de Ciências Exatas e Imobiliário acontece nos cursos da FAUL e do ISCTE-IUL. Esta mudança em relação à primeira análise comparativa decorre da filiação de unidades curriculares como Matemática, Análise de Estruturas, Estática, Ciências dos Materiais, Economia Urbana ou Legislação na Arquitetura e Urbanismo nestes campos;

- Uma maior equiparação da oferta de unidades que encaixam na definição das Tecnologias da Construção, baixando significativamente o peso relativo nas escolas do Minho, FAUL e ISCTE-IUL, face ao trânsito de unidades curriculares para as áreas das Ciências Exatas e é reforçado no caso da EAUM com a decisão de classificar o currículo de 2º ciclo no âmbito de Optativas quando as unidades curriculares do tipo Seminário e Obrigatório implicam várias áreas científicas e uma possibilidade de opção aos alunos. Esta variação acentua a separação do tipo de organização curricular entre os dois ciclos de aprendizagem na escola do Minho;
- A maior oferta de unidades curriculares de Humanidades, ilustrando o peso da História da Arquitetura e do Urbanismo, nos currículos da FAUP e do d.ARQ-FCTUC, face ao menor peso curricular da área da História quando desagregada de unidades de Teoria da Arquitetura e do Urbanismo no caso das duas escolas de Lisboa e, no caso da EAUM devido à compressão ao 1º ciclo, uma vez que o 2º é ocupado maioritariamente por Projeto e Optativas;
- Idêntica diferenciação para as unidades que encaixam na definição de Teoria e Métodos do Design, preponderantes na FAUP e em Coimbra e menos presentes na FAUL e no ISCTE-IUL, enquanto no Minho são comprimidas ao 1º ciclo.
- A grande diferenciação entre ciclos evidenciada na EAUM, pelos motivos atrás expostos.

A divisão entre ciclos de estudos permite igualmente algumas ilações quanto a potencial diferenciação entre ciclos. Desde logo a inclusão no 2º ciclo da Prova Final com um âmbito diversificado entre cursos, podendo em alguns casos implicar a ausência de uma unidade de Projeto no 10º semestre do Mestrado Integrado, leva a oscilações no peso da área de Projeto, sendo o caso da EAUM o mais significativo pela perda de importância. No caso do ISCTE-IUL, a valorização da Prova Final acaba por beneficiar o Projeto, porque inclui uma vertente obrigatória de Projeto que é valorizada pelo peso específico de créditos desta unidade. Realce uma outra vez para a diferenciação entre ciclos inferida no caso da EAUM, pelo peso de unidades Optativas no 2º ciclo, acentuando a tendência de maior disponibilidade deste tipo de unidades para as fases mais adiantadas do currículo.

Observando as duas próximas tabelas, com os *Intervalos de áreas tema segundo o modelo TU-Delft*, quer para o ciclo de estudos integrado, quer para o 1º ciclo (comparação direta), confrontamos a nossa amostra com o conjunto de escolas europeias estudadas por Delft. Desta comparação reforçamos:

- A centralidade do Projeto nas escolas nacionais, em linha com as europeias mas excedendo o valor-peso médio das escolas analisadas no estudo da TU-Delft;
- A existência de grandes desníveis na Teoria da Arquitetura, em que por exemplo no curso da FAUP tem uma preponderância que duplica a média europeia, enquanto a FAUL, que representa o menor valor das escolas nacionais estudadas, está ainda assim acima da média europeia, segundo a amostra do estudo de Delft;
- Menor frequência ou mesmo ausência nos planos de estudos nacionais estudados de unidades curriculares que abordem especificamente as questões do mercado imobiliário e de economia urbana;
- Grande acentuação de unidades curriculares específicas de Forma e Visualização, constituindo a média nacional de 1º ciclo praticamente o dobro da média das escolas europeias estudadas;
- Em sentido inverso, menor preponderância de unidades curriculares a área de Teoria e Prática da Tecnologia da Edificação;
- Alinhamento com a média europeia nas áreas da História e Humanidades;
- Muito menor frequência de unidades curriculares de Ciências Exatas nos casos nacionais, assim como nas unidades Optativas, sendo a média portuguesa no 1º ciclo menos de metade a um terço da média europeia nos bacharelatos estudados.

Tabela 42: Intervalo de áreas tema segundo o modelo TU-Delft (MI)

Matérias	Intervalos Mestrado Integrado	Média MI	Estudo Delft Bacharelato
Projeto	29,3% (FAUL) - 37,8% (ISCTE)	33,7%	30%
Teoria e Métodos de Design em Arq. e Urbanismo Urbanística Teoria	12,3% (ISCTE-IUL) - 21,3% (FAUP)	15,4%	10%
Imobiliário	0,0% (FAUP-EAUM-FCTUC) - 2,6% (ISCTE-IUL)	0,7%	3%
Forma e Visualização (Desenho/Representação)	8,0% (FAUP) - 14,83% (FAUL)	10,9%	9%
Teoria e Prática da Tecnologia da Edificação (Tecnologias da Construção)	7,6% (EAUM) - 13,1% (FAUL)	11,0%	18%
Ciências alfa e Gama História Humanidades	7,6% (ISCTE-IUL) - 15,33% (FAUP)	9,8%	9%
Ciência beta Matemáticas, física, etc. Materiais, estática, análises, etc.	0,0% (FAUP-EAUM-FCTUC) - 7,5% (ISCTE-IUL)	2,4%	10%
Optativas	6,0% (FAUP-ISCTE-IUL) – 20% (EAUM)	9,0%	11%
Projeto Final / Dissertação	5,0% (FAUP) – 14% (ISCTE)	6,7%	-

Nota: com base nos Planos de Estudos da FAUP/EA-UM/DARQ-FCTUC/FAUL/ISCTE, apresentados no processo de registo provisório da adequação a Bolonha (2006-2008). Os valores médios apresentados por Willemijn Floet (2013) correspondem aos dados para Bacharelato em 9 escolas europeias.

Tabela 43: Intervalo de áreas tema segundo o modelo TU-Delft (1º Ciclo)

Matérias	Intervalos 1º Ciclo	Média 1º Ciclo	Estudo Delft Bacharelato
Projeto	28,8% (FAUL) - 41,6% (EAUM)	34,1%	30%
Teoria e Métodos de Design em Arq. e Urbanismo Urbanística Teoria	12,5% (FAUL) - 26,% (FAUP)	17,3%	10%
Imobiliário	-	0,0%	3%
Forma e Visualização (Desenho/Representação)	13,3% (FAUP) - 22,7% (FAUL)	17,8%	9%
Teoria e Prática da Tecnologia da Edificação (Tecnologias da Construção)	10,0% (FAUP) - 15,5% (FCTUC)	12,5%	18%
Ciências alfa e Gama História Humanidades	8,3% (ISCTE-IUL) - 15,5% (FCTUC)	11,0%	9%
Ciência beta Matemáticas, física, etc. Materiais, estática, análises, etc.	0,0% (FAUP-EAUM-FCTUC) - 12,5% (ISCTE-IUL)	4,0%	10%
Optativas	0,0% (EAUM-FCTUC) - 6,6% (FAUP)	3,1%	11%
Projeto Final / Dissertação	-	-	-

Nota: com base nos Planos de Estudos da FAUP/EA-UM/DARQ-FCTUC/FAUL/ISCTE, apresentados no processo de registo provisório da adequação a Bolonha (2006-2008). Os valores médios apresentados por Willemijn Floet (2013) correspondem aos dados para Bacharelato em 9 escolas europeias.

Ou seja, ressalvando que as comparações apresentadas relacionam valores de mestrado integrado e de bacharelato, ou seja, não há dados disponíveis para os mestrados a nível europeu, notamos em todo o caso que há uma relativa maior preponderância nacional do Projeto, muito embora siga em linha com a tendência europeia. Não obstante, os planos de estudos nacionais, representados pelas escolas estudadas, têm uma maior preponderância do conjunto Projeto-Teoria, História e Urbanística, em detrimento das unidades de Tecnologias da Construção, Ciências Exatas e da oferta Optativa, denunciando currículos que poderemos arriscar a designar ter uma maior componente cultural, artesanal e académica, sobre uma operatividade e instrumentalidade mais técnica e, note-se, sobre uma maior diversidade de temas curriculares.

#### **4. A progressão e articulação curricular geral e na área de Projeto**

##### **a. Progressão e articulação dos currículos**

Verificada a importância do ensinar pelo Projeto na definição dos perfis formativos e no peso dos planos de estudos, observamos agora a sequência curricular geral dos planos de estudos ao longo dos ciclos integrados, verificando sequências de aprendizagem e a relação do Projeto com as restantes unidades. Pretende-se visualizar a progressão das matérias lecionadas nos planos de estudos, na possibilidade de se fixar as seguintes noções principais:

- O peso relativo dos conteúdos ao longo da formação;
- A articulação relativa dos conteúdos por área científica;
- A articulação relativa dos conteúdos por semestre-ano;
- A articulação relativa dos conteúdos curriculares gerais com a área de Projeto.

Para facilitar uma leitura comparativa mantemos o recurso aos princípios de separação de áreas-tema proposto pelo estudo da TU-Delft de 2013, assinalando contudo que nas áreas onde a classificação das matérias letivas segundo esta organização seja mais distante das classificações de áreas científicas dos cursos nacionais, potenciando ambiguidades, como por exemplo nas áreas classificadas pelo estudo de Delft como Teoria e Humanidades, apresentamos um desdobramento de matérias em subáreas de modo a permitir uma relação mais direta para com a organização dos currículos nacionais.

A chave de leitura dos quadros que apresentamos de seguida obedecem consequentemente à seguinte organização por áreas:

A – Projeto de Arquitetura;

B – Teoria e Métodos de Projeto em Arquitetura e Urbanismo, separadas em Teoria da Arquitetura e unidades de Urbanismo, Desenho Urbano e Urbanística em geral;

C – Dissertação;

D – Forma e Visualização, contendo Desenho e Representação em Arquitetura;

E – Teoria e Prática da Tecnologia e da Edificação;

F – Ciências alfa e gama, separadas em História e Humanidades em geral;

G - Ciências beta, separadas em ciências exatas abstratas, como a Matemática e a Física e ciências dos materiais, como as unidades de Materiais, Estática, Análise Estrutural;



H – Imobiliário, engloba a Economia Urbana e normativa da profissão em geral, notando que a legislação do urbanismo e da construção é distribuída, quando identificável, pelas áreas correspondentes da Urbanística e da Tecnologia e da Edificação.

Tabela 44: Evolução Currículo EA-UM

EA UM (2006/2007)	1		2		3		4		5		
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	
A	Arquitetura / Projeto	P1	P2	P3	P4	P5	P6	A1	A2	A3	
B	Urbanística					L Urb		S1+O1	S2+O2	S3+O3	
	Teoria	MAAC		T2		T3			S2+O2	S3+O3	
C	Dissertação									Invst.	Diss
D	Forma e Visualização	LD+Gm		D	CAD						
E	Tecnologia da edificação			LC		Est	Prce	S1+O1	S2+O2	S3+O3	
F	História	T1+H1		H2		H3		S1+O1			
	Humanidades		Antrp					S1+O1			
G	Matemática, física										
	Materiais, estática										
H	Economia										
	Direito										
I	Optativas							2x	2x	2x	

Notas: Cinzento claro representa unidades sem precedências. Precedências a Projeto e é necessário todas as UC para aceder à Dissertação. Regime seria alargado em 2010.

Siglas: Projeto (P); Atelier (A); Movimentos de Arte e da Arquitetura Contemporânea (MAAC); Teoria da Arquitetura (T); Laboratório de Urbanística (L Urb); Seminário (S); Opção Condicionada (O); Projeto de Investigação (Invst); Laboratório de Investigação: Prova Final (Diss); Laboratório de Desenho (LD); Geometria (Gm); Desenho (D); Desenho Assistido por Computador (CAD); Laboratório de Construção (LC); Estruturas (Est); Processos de Construção (Prce); Teoria da Arquitetura I e História da Arquitetura I (T1+H1); História da Arquitetura (H); Antropologia (Antrp).

Tabela 45: Evolução Currículo FAUP

FAUP (2008/2009)	1		2		3		4		5		
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	
A	Arquitetura / Projeto	P1		P2		P3		P4		P5	
B	Urbanística	Gg 1		Gg 2		Urb 1		Urb 2			
	Teoria	TGOE		T1		T2		T3		TFU	
C	Dissertação										Diss
D	Forma e Visualização	D1 + Gm		D2							
E	Tecnologia da edificação			C1		C2		C3+SE			
F	História			HAAM		HAM		HAP		HAC	
	Humanidades										
G	Matemática, física										
	Materiais, estática										
H	Economia										
	Direito										
I	Optativas	1x				1x				2x	

Notas: Cinzento claro representa unidades sem precedências. As optativas podem ser unidades anuais ou semestrais, conforme oferta e escolha dos alunos. No 3º ano a optativa é condicionada à área científica de Desenho. Necessário completar todas as UC de um ano para prosseguir para o seguinte.

Siglas: Projeto (P); Geografia (Gg); Urbanística (Urb); Teoria Geral da Organização do Espaço (TGOE); Teoria (T); Território e Formas Urbanas (TFU); Desenho (D); Geometria (Gm); Dissertação (Diss); Construções (C); História Arquitetura Antiga e Medieval (HAAM); História da Arquitetura Moderna (HAM); História da Arquitetura Portuguesa (HAP); História da Arquitetura Contemporânea (HAC).

Tabela 46: Evolução Currículo DARQ-FCTUC

DARQ FCTUC (2008/2009)	1		2		3		4		5	
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10
A	Arquitetura / Projeto	P1	P2		P3		P4		P5	
B	Urbanística				Geo F	Geo U	PU1+CT1	PU2+CT2		
	Teoria	IntroCA	IntroCA2	T1	T2	T3	T4			
C	Dissertação								Sem Inv	Diss
D	Forma e Visualização	D1+Gm	D2+CAD	D2+CAD2						
E	Tecnologia da edificação	Intro CC	Materiais	Fsc da C	Estr	C1+Qual C	C1	C2	C2	
F	História	HAAM	HAAM2	HAM1	HAM2	HAC1	HAC2	HAP1	HAP2	
	Humanidades						Antrp Esp			
G	Matemática, física									
	Materiais, estática		Materiais	Fsc C	Estr					
H	Economia									
	Direito									
I	Optativas						1x	1x	2x	

Notas: Cinzento claro representa unidades sem precedências. Notar que embora as precedências não fossem possíveis por força de regulamento geral da FCTUC, elas são aconselhadas no curso.

Siglas: Projeto (P); Geografia Física (Geo F); Geografia Urbana (Geo U); Projeto Urbano (PU); Cidade e Território (CT); Introdução à Cultura Arquitetónica (Intro CA); Teoria da Arquitetura (T); Seminário de Investigação em Arquitetura (Sem Inv); Dissertação (Diss); Desenho (D); Geometria (Gm); CAD; Introdução à Cultura Construtiva (Intro CC); Física das Construções (Fis da C); Estruturas (Estr); Construção (C); Tecnologia e Qualidade da Construção (Qual C); História Arquitetura Antiga e Medieval (HAAM); História da Arquitetura Moderna (HAM); História da Arquitetura Portuguesa (HAP); História da Arquitetura Contemporânea (HAC).

Tabela 47: Evolução Currículo FAUL

FAUL (2008/2009)	1		2		3		4		5	
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10
A	Arquitetura / Projeto	LABA1	LABA2	LABA3	LABP1	LABP2	LABP3	LABP4	LABP5	LABP6
B	Urbanística	Geo F				Geo U+U	Arq Pai	PLU		Ges U
	Teoria	CAC				T		TL	CRReab	Sem
C	Dissertação									PFM
D	Forma e Visualização	D1+Gm1	D2+Gm2	Da1+Cad	Da2+Cad2				Mod Gm	
E	Tecnologia da edificação		Mat1	Mat2+FC	Edif1	Ed2	Ed3+Est	Ed Est	T Rb	GesO+Amb
F	História		H Arte C	HACM	HAM		HAUEP		HAP	
	Humanidades		Atrp E				Sociologia			
G	Matemática, física	Matem								
	Materiais, estática				Estática	Res Mat				
H	Economia									Econ
	Direito									
I	Optativas						1x	1x	2x	

Notas: Cinzento claro representa unidades sem precedências. Há precedência entre ciclos.

Siglas: Laboratório de Arquitetura (LABA); Laboratório de Projeto de Arquitetura (LABP); Geografia Física (Geo F); Geografia Urbana (Geo U); Urbanismo (U); Arquitetura Paisagista (Arq Pai); Planeamento Urbano (PLU); Gestão Urbanística (Ges U); Cultura da Arquitetura e da Cidade (CAC); Teoria da Arquitetura (T); Teoria do Lugar (TL); Conservação Restauro e Reabilitação (CRReab); Seminário (Sem); Projeto Final de Mestrado (PFM); Desenho (D); Geometria Descritiva e Conceptual (Gm); Modelação Geométrica (Mod Gm); Materiais (Mat); Física das Construções e Ambiente (FC); Edificações (Edif); Sistemas Estruturais (Est); Edificações Especiais (Ed Est); Tecnologias de Reabilitação (T Rb); Gestão de Projeto e Obra (Ges O); Conforto Ambiental (Amb); Antropologia do Espaço (Atrp E); Matemática (Matem); Resistência dos Materiais (Res Mat); Economia (Econ).

Tabela 48: Evolução Currículo ISCTE-IUL

	ISCTE-IUL (2007/2008)	1		2		3		4		5	
		S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	s10
A	Arquitetura / Projeto	Arq1	Arq2	Arq3	Arq4	Arq5	Arq6	Pa1	Pa2	PFA	
B	Urbanística		Geo Fis	Pju1		GeoU+Pju2		Pju3	Ecol Terr	Ges U	
	Teoria					TAC	TUC				
C	Dissertação									PFA	
D	Forma e Visualização	D1+Gm	D2	D3	TCR+RG1	RG2	RG3				
E	Tecnologia da edificação	Materiais	Sist C	TC1	TC2	TC3	RI	Edif	Csv Res	Ges P	
F	História	HA1	HU1	HA2	HU2			HAP	HCP		
	Humanidades						Soc U				
G	Matemática, física										
	Materiais, estática	Estática	Res Mat	A Est	C Est						
H	Economia							Econ U		Leg	
	Direito										
I	Optativas						1x		1x	1x	

Notas: Cinzeno claro representa unidades sem precedências. Apenas existem precedências a Projeto, no entanto, a limitação de progressão de ano alunos com mais de 24 ECTS ou 4 UC em atraso acaba por impor uma limitação à liberdade de progressão curricular.

Siglas: Arquitetura (Arq); Projeto de Arquitetura (Pa); Projeto Final de Arquitetura (PFA); Geografia Física (Geo Fis); Projeto Urbano (Pju); Geografia Urbana (GeoU); Ecologia e Território (Ecol Terr); Gestão Urbana (Ges U); Teoria da Arquitetura Contemporânea (TAC); Teoria da Urbanismo Contemporâneo (TUC); Desenho (D); Geometria e Composição em Arquitetura (Gm); Técnicas de Comunicação e Representação (TCR); Representação Gráfica em Arquitetura (RG); Sistemas Construtivos (Sist C); Tecnologias de Construção (TC); Redes e Instalações (RI); Edificações (Edf); Conservação e Restauro (Csv Res); Gestão de Projeto em Arquitetura (Ges P); História da Arquitetura (HA); História do Urbanismo (HU); História da Arquitetura Portuguesa (HAP); História da Cidade Portuguesa. (HCP); Sociologia Urbana (Soc U); Resistência dos Materiais (Res Mat); Análise de Estruturas (A Est); Conceção de Estruturas (C Est); Economia Urbana (Econ U); Legislação em Arquitetura (Leg).

Confirmando a centralidade e continuidade das unidades curriculares de Projeto ao longo de todos os planos curriculares, notamos que nos casos dos planos da EAUM e da FAUL ocupa apenas 9 semestres, enquanto nos restantes planos, da FAUP, d.ARQ-FCTUC e ISCTE-IUL mantém-se ao longo de todos os 10 semestres do ciclo integrado. Esta discrepância está relacionada com a introdução da Prova Final ou Dissertação de final de ciclo de estudos integrados, sendo que este modo de finalização dos planos de estudos, pese o facto de ser ter instituído em todos os cursos estudados no formato aproximado a de uma tradicional prova académica, que envolve uma componente teórica, há a assinalar diferenças nos modelos adotados e na sua articulação com a área de Projeto. Adiante nesta tese regressaremos a este tema<sup>357</sup>, pelo que neste momento, assinalando estas diferenças quanto ao Projeto, propomos a seguinte leitura das sequências curriculares nos planos estudados:

- EAUM: tem a estrutura curricular semestral e onde é mais perceptível uma mudança metodológica e pedagógica entre ciclos. O primeiro apresenta-se compacto, com

<sup>357</sup> Ver Capítulo V: Projeto como Área Científica; ponto O Caso da Tese Final de Mestrado.

preponderância para o Projeto, Teoria, História, Tecnologias e Desenho, numa sequência e articulação similar à que observamos para os planos da FAUP e do d.ARQ-FCTUC.<sup>358</sup> O segundo ciclo é distinto e singular no âmbito do conjunto de escolas estudados, na medida em que propõem para os três primeiros semestres, em cada semestre, uma escolha entre três opções aos alunos, a que se somam uma série de unidades em Seminários e Optativas, organizadas por múltiplas áreas científicas, aumentando, dentro de um determinado limite, as possibilidades de escolha individuais. O primeiro ciclo é ainda organizado verticalmente, com uma sequência de precedências entre unidades curriculares e o segundo é de progressão livre.

- FAUP: a Teoria e a História da Arquitetura e do Urbanismo destacam-se pela constância ao longo do plano de estudos, acompanhando o próprio Projeto, notando-se que a Teoria da Arquitetura e do Urbanismo está claramente autonomizada da História da Arquitetura e do Urbanismo e é encarada como uma área instrumental para um posicionamento cultural crítico geral e de específico de apoio às unidades de Projeto, sendo que neste sentido é consentâneo com o espírito da organização metodológica proposta pelo estudo de Delft (2013). Em contrapartida as áreas de Desenho e das Tecnologias complementam-se no currículo, havendo uma ênfase na primeira no arranque do currículo e dando lugar à segunda a partir do 3º ano do curso em geral assinala-se uma concentração de unidades curriculares nestas áreas-tema nucleares da Arquitetura, que se desenrolam em ciclos letivos anuais e com imposição de precedências entre unidades e anos letivos, imprimindo uma forte hierarquia curricular, em sequência unívoca e compacta ao longo de todo o ciclo integrado, com uma forte imagem de unidade e de instrumentalidade para o Projeto. Áreas científicas conexas são propostas em seio de unidades Optativas, não havendo no núcleo curricular unidades externas ao núcleo disciplinar.
- d.ARQ-FCTUC: a estrutura curricular geral apresenta semelhanças à da FAUP, com destaque, tal como sucede no Minho, para um aparente esbatimento da Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, em benefício, nos primeiros semestres, de unidades das Tecnologias, eventualmente refletindo compromissos de filiação com a FCTUC. Os tempos letivos são organizados quer em unidades anuais, designadamente a Projeto e Desenho, enquanto as unidades de Teoria, História e Tecnologias se desenvolvem em

---

<sup>358</sup> Notamos todavia que com uma aparente menor preponderância na Teoria da Arquitetura, em benefício das Tecnologias e História, em parte devido à da dupla unidade de Geografia do plano da FAUP de 2008. No caso do d.ARQ com reforço das Tecnologias, incluindo Ciências Exatas, refletindo a ligação à FCTUC.

sequências semestrais constantes e interligadas, apesar de não haverem precedências formais, há continuidades semelhantes às tempos letivos anuais, estendendo, tal como na FAUP para uma continuidade de matérias e de metodologias entre os dois ciclos de estudos.

- FAUL: o currículo organiza-se em tempos semestrais, sendo que a área-tema da Teoria alterna ao longo do currículo com a História, estabelecendo uma alternância que pode ser lida como complementaridade e como esbatimento recíproco, em relação aos modelos curriculares analisados anteriormente. Aparentemente tal sucede em benefício das Tecnologias, assinalando-se haver unidades curriculares mais especificamente técnicas, como a Matemática, Estática ou Resistência dos Materiais, que o estudo de Delft coloca no âmbito das Ciências Exatas, e que não existem com tanto vigor nos planos anteriores. O mesmo sucede para unidades curriculares de outras áreas conexas como a Antropologia, Sociologia ou Economia. Por esta razão, a distribuição de unidades curriculares pela tabela-analítica apresenta-se mais fragmentada do que nos casos anteriores. Notamos ainda que à semelhança dos planos de estudos da FAUP e do d.ARQ-FCTUC não é distinguível a este nível organizativo uma separação metodológica entre ciclos.<sup>359</sup>
- ISCTE-IUL: o currículo organiza-se em tempos semestrais. Para além da já mencionada consistência do Projeto, notamos que esta é reforçada pela existência de uma unidade de Projeto Urbano que ocorre em simultâneo com o Projeto de Arquitetura,<sup>360</sup> numa situação singular entre os planos de estudos analisados. Assinala-se uma enorme consistência e mesmo preponderância de unidades de Tecnologias da Edificação. Tal como no plano de estudos da FAUL a Teoria alterna com a História, havendo somente Teoria no 3º ano do curso.<sup>361</sup> As unidades de Desenho ou Representação têm uma forte incidência em todo o primeiro ciclo, acompanhando as unidades de Tecnologias, enquanto as unidades de Urbanismo se tornam presentes na viragem para o segundo ciclo. Tal como no plano de estudos da FAUL e ao contrário das restantes escolas, a

---

<sup>359</sup> Notar que o 1º ciclo ramifica para um 2º ciclo com três opções: Arquitetura, Gestão Urbanística e Planeamento. O plano de estudos analisado é o da área de Arquitetura, mas, assinala-se a aparente continuidade em áreas-tema como a História e as Tecnologias, que permitem entender o plano de estudos como um único ciclo integrado de estudos.

<sup>360</sup> Nos semestres 3, 5 e 7 respectivamente.

<sup>361</sup> No plano de estudos de 2007 não havia uma unidade de arranque introdutória à cultura da disciplina, sendo este carácter propedêutico exercido, aparentemente pela História da Arquitetura 1 e pelo Projeto, mediante a unidade curricular Arquitetura 1.

existência de várias unidades curriculares de Materiais, Economia ou Sociologia, que a metodologia de Delft coloca em áreas conexas, contribuem para uma leitura mais fragmenta do plano de estudos no quadro analítico proposto.

No conjunto, conforme já referido, há uma aprendizagem fortemente articulada em redor do ensino pelo Projeto, mas com modelos de estruturação curricular com algumas diferenças entre escolas, designadamente: um modelo curricular mais compacto, anual, plenamente hierarquizado, instrumental e metodológico, que corresponde predominantemente ao modelo da FAUP, e com um menor rigidez à estrutura do d.ARQ-FCTUC; um modelo mais fragmentado, modelado em semestres, hierarquizado pelo Projeto, instrumental e tecnológico, que corresponde às escolas da FAUL e do ISCTE-IUL; por último, um modelo mais claramente diferenciando entre o duplo ciclo, hierarquizado e compacto no primeiro, semi-flexível e fragmentado no segundo, e com um carácter simultaneamente instrumental e metodológico, que corresponde à escola do Minho.

No primeiro modelo há uma preponderância do Projeto acompanhado pela Teoria e pela História, que se suportam mutuamente, dando um grande ênfase à formação cultural disciplinar e ao suporte metodológico do Projeto.<sup>362</sup> Os restantes grupos são sequenciais, surgindo o Desenho nos primeiros semestres, instrumentalizando o Projeto, dando lugar às Tecnologias da construção a partir do 2º ano, acompanhando também a introdução destes temas no Projeto. Esta linearidade é reforçada pelo sistema de precedências.<sup>363</sup>

No segundo modelo identificado, a preponderância do Projeto no currículo mantém-se mas sem o acompanhamento consistente da Teoria da Arquitetura.<sup>364</sup> A progressão de matérias é semelhante ao modelo anterior, destacando-se todavia a preponderância das Tecnologias da construção, que com o Desenho aparentam uma maior amplitude de matérias e de entendimentos,<sup>365</sup> situação que se reconhece na existência de unidades de áreas-temas não

---

<sup>362</sup> Neste sentido, as primeiras unidades de Teoria são introdutórias e metodológicas, evoluindo ao longo do currículo para as questões urbanísticas e territoriais, acompanhando o próprio desenrolar do Projeto, ver próximos pontos deste capítulo e Anexo E, quadros com sequência geral de matérias lecionadas.

<sup>363</sup> O qual na FAUP é quase total, enquanto no d.ARQ-FCTUC não é ofical, por imposição da FCTUC, no entanto a cadência de matérias funciona como o sistema de precedências fosse efectivo.

<sup>364</sup> Aparentando um menor carácter instrumental da Teoria no apoio ao Projeto, aparecendo mais como complemento à História da Arquitetura, no final do 1º ciclo, conforme já referido.

<sup>365</sup> Situação que poderá corresponder a uma maior autonomia relativa das matérias de cada área-tema em relação à progressão geral do Projeto, situação exemplificada, por exemplo, na menor correspondência entre as unidades curriculares de Materiais, Matemática, Estática ou Sistemas Construtivos e o Projeto ao longo dos dois primeiros semestres. Esta maior autonomia e variedade de matérias adapta-se com naturalidade à modelização semestral.

nucleares, de outras “disciplinas”. Não obstante, tratam-se ainda de currículos com uma hierarquia forte, visível no encadeamento das matérias, muito embora as precedências sejam impostas somente para o Projeto.

O terceiro modelo destaca-se por uma clara separação entre ciclos, em que o primeiro é semelhante ao primeiro modelo indicado (FAUP e d.ARQ-FCTUC), diferenciando-se no entanto na modelação semestral e flexibilidade de precedências a Projeto. Esta individualização do currículo é acentuada no ciclo seguinte, associando à flexibilização das precedências uma hipótese de escolha de percurso individual, dentro de uma oferta condicionada. Em simultâneo, as unidades de 2º ciclo que não Projeto são partilhadas por várias áreas científicas e surgem no desenrolar dos semestres em dependência e articulação com o *atelier* de projeto elegido pelo aluno, vincando a convergência de unidades curriculares e de áreas científicas para o ensino pelo Projeto, situação que garante uma unidade metodológica e uma eficácia disciplinar sobre uma aparente pulverização curricular e cognitiva.

Se atendermos aos paradigmas da adequação a Bolonha, o primeiro modelo proposto poderá caracterizar-se pela resistência à adoção de um modelo de duplo ciclo. Por outro lado, há uma clara afirmação nos relatórios de adequação de objetivos de aprendizagem e de competências a desenvolver, assinalando-se no perfil de formação o objetivo de exposição dos alunos à investigação. Não obstante, a hierarquia e a frequência anual, explícita e implícita, dificultam a mobilidade e a diversificação curricular, em benefício de uma interligação predeterminada entre matérias, que convergem para o Projeto, o qual decorre num ritmo de aprendizagem anual, de afinação paciente e persistente do trabalho, através da qual a dimensão cultural do projeto arquitetónico ganhará densidade. O segundo modelo proposto resiste igualmente à diferenciação de ciclos, mas aparentemente adere com maior facilidade ao formato semestral, não obstante manter precedências a Projeto. Esta ilação resulta também da leitura de um currículo mais disperso por várias unidades curriculares e correspondentes áreas científicas, suscitando alguma autonomia entre elas e para com o Projeto. Nos relatórios de adequação, a FAUL coloca uma ênfase significativa na identificação de resultados de aprendizagem, havendo uma sintonia clara com a linguagem *Tuning*, no entanto o currículo aparenta ser verticalizado e sem percursos formativos alternativos. No caso do ISCTE-IUL há uma separação entre ciclos evidenciada na mudança de designação da unidade de Projeto e na menor carga letiva semanal a partir do 7º semestre, não obstante há um lastro de unidades curriculares nas áreas da História, Tecnologias e Urbanismo que ocorrem em sequência lógica de antecessoras do 1º semestre. Nota-se ainda a particularidade, que retomaremos mais adiante, do formato da dissertação ser coordenada pelo Projeto.

O terceiro modelo proposto diferencia claramente o duplo ciclo. No segundo ciclo propõem uma organização e articulação curricular diversa da que usa no primeiro ciclo, que é também a organização usada pelas restantes escolas estudadas, propondo princípios de flexibilidade curricular e de articulação de matérias em redor de várias unidades de atelier-projeto, que se apresentam concorrentes entre si e diferenciados por grandes temas de estudo, num modelo que se aproxima das *design-units* anglófonas. No conjunto, a articulação entre 1º ciclo e 2º ciclo aparenta uma estratégia de conciliação entre um modelo tradicional de aprendizagem e um modelo que experimenta as propostas de Bolonha.

No que diz respeito às articulações entre áreas curriculares (ver Anexo E), verificamos que antecipámos nos parágrafos anteriores, observa-se que genericamente os currículos evoluem as suas matérias para um âmbito progressivamente mais específico,<sup>366</sup> acompanhando a própria progressão de conteúdos das unidades de Projeto. Neste sentido podemos inferir um conjunto de coerências entre campos científicos e unidades curriculares ao longo do desenrolar dos planos de estudos, designadamente:

- Articulação indireta, baseada em diferentes graus de proximidade temática, por exemplo de âmbito conceptual, compreendendo assuntos mais abstratos e introdutórios, como os relativos à noção de “espaço arquitetónico”; de âmbito instrumental, mediante uma coincidência de tipos e níveis de representação, de definição construtiva e tecnológica; de âmbito do objeto de estudo, quando várias unidades abordam o mesmo problema local, como por exemplo entre Projeto de Arquitetura, Projeto Urbano, Geografia ou outra, numa situação cuja leitura comparada se torna possível de forma indireta.
- Articulação direta, quando há um trabalho de conjunto entre unidades curriculares, numa situação próxima das condições “reais” da prática profissional do Projeto, recorrendo nomeadamente à partilha e convergência de programas, trabalhos e avaliações.<sup>367</sup> Esta

---

<sup>366</sup> Cf. Anexo E: *Escolas – Sequência de geral matérias*, sintetizamos a cadência tipo das áreas científicas ao longo do currículo:

- Projeto: abstracto para o progressivamente mais concreto (programa, função e tecnologia);
- Urbanismo: geografia, ecologia, para a urbanística e transformação do espaço urbano;
- Teoria: especificidade disciplinar, criatividade, metodologias do Projeto;
- Desenho: geometria descritiva, desenho à mão, desenho em projecção, desenho em 3D e BIM;
- Tecnologias: tecnologias tradicionais e correntes, tecnologias avançadas e sistemas infra-estruturais;
- História: evolução cronológica no Ocidente no culminando na história de Portugal.

<sup>367</sup> Esta situação era instituída directamente nos programas, por exemplo, no curso da FAUP, entre o Projeto e as unidades curriculares de Construções 1 e 2, ou na unidade de Território e Formas Urbanas



cooperação pode ser mais ou menos institucionalizada nos planos de estudos e ocorre predominantemente na interligação entre unidades de Tecnologias da construção, Urbanística, a Teoria e o Projeto.<sup>368</sup> No segundo ciclo do plano de estudos da EAUM a cooperação é aprofundada no regime curricular de Atelier e Seminários, cruzando diretamente o Projeto com várias áreas científicas, ao nível conceptual, instrumental e de objeto de estudo.

Sublinhando que existem diferenças entre os cursos, como por exemplo entre a experiência da EAUM e os restantes cursos em que o plano de estudos é mais contínuo entre ciclos e organizado em unidades curriculares estanques, avançamos para uma sequência de matérias tipo por área-tema, salientando que a ordem varia mais finamente entre cursos, mas que no geral sintetizamos como um percurso escolar que caminha das matérias mais abstratas e propedêuticas, para uma progressiva complexificação das circunstâncias convocadas:

*Tabela 49: Sequência esquemática de matérias nucleares por “área curricular”*

A	Arquitetura / Projeto	Propedêutico Abstrato	Propedêutico Programa e Contexto	Habitação Cidade	Equipamento Cidade	Várias Opções
B	Urbanística	Geografia	Urbanismo	Território Paisagem	Espaço Público	
	Teoria	Cultura, espaço, linguagem	História da Teoria	Metodologias		
D	Forma e Visualização	Expressão manual comunicação, geometria	Convenções, projeção, CAD	Projeto digital BIM		
E	Tecnologia da edificação	Tectónica Materiais	Sistemas construtivos	Tecnologia e Qualidade	Infraestrutura e legislação	
F	História	Antiguidade	Moderno	Contemporâneo	Portugal	

Notas: Cf. Anexo E: *Escolas – Sequência geral de matérias*. Notar que há diferenças entre escolas, por exemplo na EAUM, a sequência a História corresponde a : Contemporâneo / Antiguidade até Modernidade / Portugal, cf. Anexo E e Tabela 50.

Na escola do Minho há uma antecipação das matérias ao longo do primeiro ciclo, de forma a libertar todo o ciclo final para áreas-tema integradas em redor de um sistema de Atelier e Seminários, introduzindo uma ideia do Projeto como investigação temática e conceptual sobre problemas sociais, tecnológicos e ambientais da contemporaneidade.<sup>369</sup> Esta sequência antecipada podere ser lida no seguinte esquema de matérias:

*Tabela 50: Sequência esquemática de matérias nucleares “área curricular” na EAUM*

<sup>368</sup> Coloca-se a questão de saber se este nível de coordenação é procurado activamente nos cursos. No vários cursos há uma coordenação de ciclo, de área científica, de unidade curricular e de ano curricular, embora estas iniciativas sejam tradicionalmente da responsabilidade de docentes.

<sup>369</sup> Cf. a divisão por áreas de estudo dos “Atelier” e “Seminários”: Semestre 7 – Paisagem, Sustentabilidade ou História e Ucronia; Semestre 8 – Território, Inovação e Tecnologia ou Manifestos e Utopias; Semeste 9 – Espaço Público, Patologia e Reabilitação, Programas Emergentes.

A	Arquitetura / Projeto	Propedêutico, abstrato, Programa e Contexto	Habitação Cidade	Equipamento Cidade	Várias Opções	Várias Opções
B	Urbanística			Urbanística	Seminários	Seminários
	Teoria	Cultura, espaço, linguagem	Metodologias Apoio a Projeto	Metodologias Apoio a Projeto	Seminários	Seminários
D	Forma e Visualização	Expressão manual comunicação, geometria	Convenções, projeção, CAD		Seminários	Seminários
E	Tecnologia da edificação		Tectónica, Materiais	Processos e Estruturas	Seminários	Seminários
F	História	Teoria e História Contemporânea	Antiguidade e Moderna	Portugal	Seminários	Seminários

Notas: Cf. Anexo E: *Escolas – Sequência geral de matérias.*

#### b. Alterações curriculares desde 2008

Até ao momento a nossa atenção tem incidido sobre os planos de estudos adequados entre 2006 em 2008, no primeiro momento de transformação das estruturas curriculares e pedagógicas para a adequação ao Processo de Bolonha.

Observando agora as transformações curriculares ocorridas entre 2008 e 2014,<sup>370</sup> podemos aferir o modo como têm sido alterados-retificados os planos de estudos e em que sentidos se faz a evolução da primeira geração de currículos adequados, no universo das cinco escolas nacionais estudadas.

O plano de estudos da EAUM seria revisto em 2011/2012.<sup>371</sup> As alterações tem um ligeiro impacto na distribuição de créditos pelas áreas científicas, conforme ilustra a tabela seguinte (Tabela 51). Realce para a assunção de que as unidades curriculares oferecidas em 2º ciclo têm um carácter Optativo, contribuindo para um total de 90 créditos optativos no Mestrado Integrado, dos quais apenas 5 no primeiro ciclo. Nota ainda para a passagem das unidades de Projeto de Investigação (9º semestre) e Prova Final (10º semestre), anteriormente distribuída por um conjunto de áreas científicas, para a área de Projeto. Assinala-se também a eliminação no 1º ano curricular e 1º semestre da unidade de Movimentos de Arte e de Arquitetura Contemporâneos em benefício de uma unidade curricular Optativa, a única deste género a ocorrer no 1º ciclo. Quanto a precedências, este já havia sido alargado par ao ano letivo de 2011-12,<sup>372</sup> sendo mais regular a Projeto e impondo em áreas como Desenho, Tecnologias,

<sup>370</sup> Ver à Tabela nº23 com a *Cronologia da adequação a Bolonha em 10 escolas Portuguesas.*

<sup>371</sup> Despacho RTC 80/2011 de 16 de Julho.

<sup>372</sup> Cf. Despacho RT/C-108/2010, de 1 de Junho, estabelecendo precedências entre Laboratório de Desenho e Desenho; Projecto I-III; II-IV; III-V; IV-VI; Projeto V-Atelier I e Seminário I; VI-Atelier e Seminário 2; Atelier 1-2; Teoria da Arquitetura I e História da Arquitetura I precedem Teoria da Arquitetura III; Laboratório de Construção e Processos de Construção e Estruturas; Laboratório de Urbanística e Obrigatória 1 e 2; por fim, Projeto de Investigação e Laboratório de Investigação.

Teoria e História à frequência de unidades curriculares introdutórias. Não obstante, podemos afirmar que no geral a estrutura curricular se mantém.

Tabela 51: EAUM - Comparação planos estudos 2008-2011

Plano 2006/2007			Plano 2011/2012		
Áreas Científicas (ACs)	Fixos	Optativo	Áreas Científicas (ACs)	Fixos	Optativo
Projeto	105,83	-	Projeto	110	30
História da Arquitetura	27,25	0,56	História da Arquitetura	17,5	5
Teoria da Arquitetura	25,83	1,11	Teoria da Arquitetura	10	5
Território	23,50	4,44	Território	12,5	7,5
Desenho	27,00	2,22	Desenho	26	5
Tecnologia	13,33	1,11	Tecnologia	6	5
Engenharia Civil	47,50	7,22	Engenharia Civil	23	12,5
Ciências Sociais	9,75	0,56	Ciências Sociais	5	5
Economia e Gestão	-	2,22	Economia e Gestão	-	5
Filosofia e Cultura	-	0,56	Filosofia e Cultura	-	5
Quaisquer outras áreas	-	-	Quaisquer outras áreas	-	5
Total	280	20	Quaisquer outras áreas da UP	210	90

Notas: O aumento do número de créditos ECTS Optativos corresponde à leitura que efetuámos em capítulos anteriores.

O plano de estudos da FAUP seria alterado em 2012/2013,<sup>373</sup> colocando uma série de ajustes no plano de estudos de 2008, incluindo o aumento do peso do Projeto, que aumenta de 20 para 21 ECTS e de uma carga horária de meios-turnos de 6,5h semanais para 10,5h semanais de aulas práticas, acrescidas de 1,5h por semana de aulas teóricas.<sup>374</sup> A revisão libertar ainda o 10º semestre apenas para o Projeto 5, Teoria 4 e para a Dissertação, sendo que esta passa de 15 para 30 créditos ECTS (e 20% da média final do curso).<sup>375</sup> Esta alteração obrigaria a recuar um semestre as unidades curriculares de História, que começam agora no 1º ano, em detrimento das unidades curriculares de Geografia 1 e 2, que saem do currículo. Notar ainda que as optativas vêm o seu peso no currículo reduzido, começando agora a partir do 2º ano.

Tabela 52: FAUP - Comparação planos estudos 2008-2012

Plano 2008/2009			Plano 2012/2013		
Áreas Científicas (ACs)	Fixos	Optativo	Áreas Científicas (ACs)	Fixos	Optativo
Arquitetura	210	≤18	Arquitetura	214	6 a 12
Urbanística	-	-	Urbanística	9	≤ 6
Desenho	24	6 a 24	Desenho	27	6 a 12
Tecnologia da Construção	33	≤18	Tecnologia da Construção	33	6
Quaisquer outras áreas da UP	-	9	Quaisquer outras áreas da UP	-	18

<sup>373</sup> Despacho nº4673/2012 de 2 de Abril.

<sup>374</sup> O curso da FAUP vira o seu registo junto da Diretiva recusado pela escasso pelo do Projeto na formação, contrariando o equilíbrio entre uma aprendizagem prática e teórica, conforme solicitado pela Diretiva. Cf. Informação de José Miguel Rodrigues, director do MIA, em entrevista pessoal a 4 de Dezembro de 2013.

<sup>375</sup> Segundo José Miguel Rodrigues, esta alteração foi prende-se com a elevada taxa de retenção dos alunos, que não conseguiam concluir a Dissertação nos 10º semestres do plano de estudos.

Total	267	33	Quaisquer outras áreas da UP	282	18
-------	-----	----	------------------------------	-----	----

Notas:-

A alteração do plano de estudos do d.ARQ-FCTUC entrará em funcionamento em 2015/2016. Pese o facto de não estar ainda publicada a alteração, esta está de certa forma em preparação e discussão desde 2011-12,<sup>376</sup> originando documentação preparatória em 2011 e 2013, cujo interesse para esta tese nos merece os seguintes destaques:

- Levantam-se questões organizativas quanto às disciplinas de Projeto: identificando 8 questões,<sup>377</sup> das quais destacamos, a dimensão das turmas de Projeto (recomendado 20 alunos turma) e a necessidade de investigação a Projeto (os docentes dispersam-se por outras áreas e necessitam horário adicional);
- Idem para questões pedagógicas relativas às disciplinas de Projeto: identificadas 9 questões<sup>378</sup>, das quais realçamos, a pouca definição de objetivos e metas claras em cada disciplina de Projeto, a pouca preparação técnica da formação dada, a preparação pouco adequada às novas exigências da profissão (quer projectual-autoral, quer projectual-coletiva quer ainda de crítica da atividade projectual) ou de investigação em Arquitetura, necessária à atual diversidade de papeis e atividades dos arquitetos, o divórcio entre a Prova de Dissertação e as disciplinas de Projeto de segundo ciclo e o pouco tempo letivo

---

<sup>376</sup> O *Colóquio Internacional Ensinar pelo Projeto*, de Setembro de 2012 e o número 04 da revista *Joelho*, de Abril de 2013, com as comunicações do colóquio assumem-se como foruns de discussão e informação da revisão curricular. Foi ainda acedida a seguinte documentação intern do d.ARQ-FCTUC: a *Proposta de Reformulações nas Disciplinas de Projeto do Mestrado Integrado de Arquitetura do DARQ, para os anos letivos 2012/13, 2013/14* e o *Enquadramento da proposta de definição de competências a adquirir no mestrado integrado de Arquitetura do d.Arq*, de Maio 2103, documentos policopiados, não publicados.

<sup>377</sup> Designadamente: número máximo de alunos por turma; alunos sem condições para frequentarem uma aprendizagem por avaliação contínua; absentismo em aulas práticas e teórico-práticas; ausência de espírito de corpo na escola; degradação e insuficiência das instalações; cativação limitada de alunos de outras origens que não o Distrito de Coimbra; necessidades de horário suplementar dos docentes de Projecto 1º ciclo; necessidades de horário suplementar dos docentes de Projecto 2º ciclo. Cf d.ARQ-FCTUC (2011:2-4).

<sup>378</sup> Designadamente: dificuldade de compreensão da articulação curricular pelos alunos; pouca definição de objetivos e metas claras em cada disciplina de Projeto; disciplinas conexas que usam a atividade de Projeto como instrumento de ensino e aprendizagem; pouca preparação técnica da formação dada; carga letiva elevada e grande exigência em algumas disciplinas conexas; “*alongamento do exercício de Projeto, em segundo ciclo, por um ano lectivo inteiro; pouco aprofundamento do Projeto de Arquitetura nas suas várias componentes; apresentação de trabalho escolar de Projeto como elemento de avaliação, sem considerar o processo de Projeto*”; “*preparação pouco adequada às novas exigências da profissão (quer projectual-autoral, quer projectual-coletiva quer ainda de crítica da atividade projectual) ou de investigação em Arquitetura, necessária à atual diversidade de papeis e atividades dos arquitetos*”; separação Dissertação e Projeto; pouco tempo para a Dissertação. Cf d.ARQ-FCTUC (2011:5-7).

para elaborar a Prova de Dissertação, nomeadamente na possibilidade de se centrar em Projeto.

Já em 2011 o relatório com proposta *de Reformulações nas Disciplinas de Projeto* indicava um conjunto de 3 princípios de atuação para convergir e aferir os conteúdos e métodos pedagógicos nas unidades do mesmo ano curricular, tendo em vista os objetivos de consolidar o 1º ciclo como uma “*formação básica projetual*”;<sup>379</sup> consolidar o 2º ciclo como uma “*formação projetual avançada e de introdução à investigação na área de Projeto*”;<sup>380</sup> incentivar “*a exploração projetual na Prova de Dissertação, e sua articulação com a investigação em Projeto*”.<sup>381</sup>

Estes temas seriam retomados no documento de 2013 com a proposta de definição de competências a adquirir nos ciclos do MI. Este documento colocava diretamente a questão da necessidade de diferenciação entre ciclos de estudos de competências básicas e de competências avançadas para a área de Projeto. Mais referia que o “*ensino e aprendizagem de Projeto, como noutras áreas de formação superior, centra-se num tripé: Educação, Investigação, Inovação*”,<sup>382</sup> avançando com a problematização do que será investigação em Projeto e em que medida este poderá produzir conhecimento, propondo uma definição tripartida das formas como se pode considerar o Projeto em investigação: a investigação nuclear “*sobre*” Projeto; A investigação “*através*” do Projeto; a investigação “*para*” o Projeto,<sup>383</sup> concluindo que a

---

<sup>379</sup> d.ARQ-FCTUC (2011:8), consistindo nos seguintes objetivos de aprendizagem: “*autonomia projectual para edifícios de média complexidade, considerando ainda capacidade de interpretação de programa, integração urbana, materialização e consciência técnica dos principais fatores arquitectónicos; domínio do Processo de Projeto; capacidade de comunicação de uma ideia projectual; domínio instrumental do desenho como instrumento de exploração e comunicação de uma ideia de intervenção; domínio de estruturação e exposição escrita de uma ideia de intervenção; uso retórico do desenho; capacidade de exposição oral e defesa de uma ideia de intervenção; aproximação à concepção estrutural inerente a uma ideia de intervenção; articulação entre concepção estrutural e concepção arquitectónica; tradução construtiva da linguagem arquitectónica; capacidade de selecção e adequação de materiais a finalidades expressivas e técnicas da Arquitetura*”.

<sup>380</sup> d.ARQ-FCTUC (2011:9), consistindo numa tentativa de dar identidade ao 2º ciclo, mediante uma ênfase na “*formação projectual avançada*” e na introdução à Investigação na área de Projeto. Para tal propunha-se a semestralização do Projeto, para permitir uma selecção aos alunos e tornar mais específica a oferta curricular, tematizando o Projeto, de modo a permitir “*o aprofundamento de temáticas específicas que sejam objecto de investigação do docente da disciplina*”.

<sup>381</sup> d.ARQ-FCTUC (2011:10), considerando que a possibilidade de haver dissertações em Projeto é de capital importância para o desenvolvimento da investigação na área de Projeto.

<sup>382</sup> d.ARQ-FCTUC (2013:2), apoiando-se na *Magna Charta Universitatum* (1989) e no princípio da inseparabilidade da investigação do ensino, em contexto universitário.

<sup>383</sup> d.ARQ-FCTUC (2013:3-4), designadamente:

investigação enquanto processo corresponderia à terceira modalidade, argumentava a necessidade da definição da “*pertinência, âmbito e temas da investigação em Projeto de Arquitetura*”<sup>384</sup> e de que esse debate era inseparável do debate sobre as estratégias de ensino e aprendizagem em Projeto para ambos os ciclos.

Propunha deste modo uma reflexão tendo em vista uma redefinição das competências instrumentais, conceptuais e técnicas para os ciclos e para a sequência de unidades curriculares de Projeto.

Simultaneamente reforçava-se a centralidade curricular do Projeto, assumindo as unidades conexas uma dimensão instrumental, conceptual ou técnica de apoio ao objetivo de formar alunos para o exercício do Projeto, e que para tal os métodos de ensino/aprendizagem e os conteúdos pedagógicos das disciplinas complementares deveriam ser reformulados, desenvolvendo formatos do tipo Seminários temáticos enquadrados por exercícios práticos e coordenados diretamente com as necessidades do Projeto.

Para o segundo ciclo avançava-se com a hipótese de tematização e semestralização das unidades de Projeto, propondo 12 unidades para os quatro semestres, abrindo oportunidade de escolha aos alunos, num esquema semelhante ao da EAUM, correlacionando cada unidade de Projeto com uma disciplina Optativa, enquanto, por último, a dissertação abria-se a trabalhos de Projeto.

A tematização das unidades de Projeto do 2º ciclo começaria em 2013 com a diferenciação das turmas do 5º ano (Rosa Bandeirinha 2013:167 e 175). O plano de estudos seria revisto para entrar em funcionamento no ano de 2015/2016, acabando por não contemplar todas as propostas, nomeadamente ao nível da reorganização do 2º ciclo, no entanto, as unidades de Projeto passam a designar-se por Atelier I e II a partir do 4º ano, mantendo a sequência anual, sem o acompanhamento dos Seminários propostos à imagem da EAUM, mas com um maior

---

• Investigação *sobre* Projeto: estudos tradicionais do campo da história, teoria, crítica e da estética. Compõe-se de: Estudos sobre as práticas metodológicas do Projeto; Estudos sobre os produtos do Projeto (interpretação da Arquitetura); Estudos sobre o discurso do Projeto (ontologia do Projeto) e Estudos em Projeto ou metadiscurso, que se refere seja “*a epistemológica sobre este campo de conhecimento em si*”.

• Investigação *através do* Projeto: investigação orientada para a prática, dando como exemplos o estudo do comportamento de materiais, o desenvolvimento de uma tecnologia para cumprir uma nova tarefa ou a reflexão metodológica sobre o desenvolvimento de um Projeto;

• Investigação *para* o Projeto: os resultados da investigação concretizam-se no Projeto. A investigação como processo, identificando 3 vertentes: “*em produção de obra, através da investigação de novas linguagens, com base em novos processos, materiais ou programas; em especulação teórica; na convergência das duas abordagens anteriores*”.

<sup>384</sup> d.ARQ-FCTUC (2013:4).

número de unidades Optativas disponibilizadas, que passariam a ser duas por semestre, até ao 9º semestre.

Infelizmente, dada a muito recente implementação deste plano de estudos não tivemos acesso a dados que nos permitissem uma tradução e comparação eficazes entre o plano original e o novo plano de 2015. No entanto, sublinhamos a intenção diferenciar o segundo ciclo e conferir uma maior autonomia individual, relacionando diretamente o ensino do Projeto com a investigação. Esta mudança motivou ainda uma discussão em redor da necessidade da criação de uma área científica de Projeto, que não existe na escola.<sup>385</sup>

O plano de estudos da FAUL seria alterado em 2013/2014.<sup>386</sup> Notamos os seguintes princípios retirados da alteração curricular: todas as áreas científicas decrescem em benefício de uma maior oferta de Optativas, estas localizam-se eminentemente no 2º ciclo. Cumulativamente há uma redução de 6 para 5 unidades curriculares nos dois primeiros semestres do curso, compensado com o aumento de 6 para 7 unidades curriculares nos 8º e 9º semestre, em benefício da oferta de Optativas. As unidades de Projeto vêm os créditos aumentados, na seguinte sequência: Laboratório de Arquitetura I a III, Laboratório de Projeto I, passam de 9,5 para 12,5 ECTS; Laboratório de Projeto II a III de 10,5 para 12,5; Laboratório de Projeto IV a VI de 12 para 13 ECTS. Este aumento dos créditos do Projeto é compensado com uma relativa uniformização dos créditos das restantes unidades curriculares, que passam para uma média de 3,5 ECTS. Há ainda a realçar toda uma série de adaptações nas designações e na distribuição de unidades curriculares de outras áreas científicas, sendo que alguma da anterior oferta de obrigatórias passa agora a Optativa. Este conjunto de transformações, com algum impacto no plano de estudos, justifica que apresentemos novo esquema com progressão curricular, conforme as tabelas abaixo:

*Tabela 53: FAUL - Comparação planos estudos 2008-2013*

Plano 2008/2009	Plano 2013/2014
-----------------	-----------------

<sup>385</sup> Entrevista pessoal com Jorge Figueira, Director do d.ARQ-FCTUC, em 4 de Março de 2014.

<sup>386</sup> Despacho nº7513/2013 de 11 de Junho.

Áreas Científicas (ACs)	Fixos	Optativo	Áreas Científicas (ACs)	Fixos	Optativo
Arquitetura e Urbanismo	163,0		Arquitetura Urbanismo (total)	119,9 37,6 (157,5)	
Desenho e Comunicação	39,5		Desenho e Comunicação	38,5	
Tecnologias da Arquitetura, Urbanismo, Design	68,0		Tecnologias da Arquitetura, Urbanismo, Design	52,5	
Ciências Sociais e do Território	20,5		Ciências Sociais e do Território	14	
Optativas das Áreas Anteriores		9,0	Optativas das Áreas Anteriores	11,5	6
Total	291,0	9,0	Quaisquer outras áreas da UP	294	6

Tabela 54: FAUL - Evolução Currículo 2013-2011

FAUTL (2013/2014)	1		2		3		4		5		
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	
A	Arquitetura / Projeto	LABA1	LABA2	LABA3	LABP1	LABP2	LABP3	LABP4	LABP5	LABP6	
B	Urbanística			Geo F	Geo U	Urb1	Urb2				
	Teoria	CAC				TArq		TL	CRReab	Sem	Sem
C	Dissertação										PFM
D	Forma e Visualização	D+Gm1	Darq1+Gm2	Darq2+Cad	D Cidade		Mod 3D	Mod Gm			
E	Tecnologia da edificação		Mat	Edif1	FCConst+Edif2	Ed3+Conf Amb	Ed3+Est1	Inov+Est2	TRb+Econ Proj	EdfIV+Amb Sist Estr	
F	História		H Arte C	HACM	HAM		HAUEP		HAP		
	Humanidades							Soc Urb			
G	Matemática, física	Mat e Est									
	Materiais, estática					Estática					
H	Economia										
	Direito										
I	Optativas								2x	2x	

Notas: Cinzento claro representa unidades sem precedências.

Siglas: Laboratório de Arquitetura (LABA); Laboratório de Projeto de Arquitetura (LABP); Geografia Física (Geo F); Geografia Urbana (Geo U); Urbanismo (U); Cultura da Arquitetura e da Cidade (CAC); Teoria da Arquitetura (T); Teoria do Lugar (TL); Conservação Restauro e Reabilitação (CRReab); Seminário (Sem); Projeto Final de Mestrado (PFM); Desenho (D); Geometria Descritiva e Conceptual (Gm); Desenho Arquitetónico (Darq); Desenho na Cidade (D Cidade); Modelação e Visualização Tridimensional em Arq (Mod 3D); Modelação Geométrica e Generativa (Mod Gm); Materiais (Mat); Edificações (Edif); Física das Construções (FC); Conforto Ambienta (Conf Amb); Estruturas (Est); Inovação Tecnológica e Novos Materiais (Inov); Tecnologias da Reabilitação e Conservação (TRb); Economia do Projeto (Econ Proj); Sistemas Estruturais e Construtivos (Sist Estr); Eficiência Energética e Ambiente (Amb); Complementos de Matemática e Estatística (Mat e Est).

O plano de estudos do ISCTE-IUL seria retificado em 2010/2011,<sup>387</sup> tendo em vista uma melhor adequação do plano de estudos do Mestrado Integrado aos objetivos de uniformização curricular solicitadas pelo próprio ISCTE-IUL.<sup>388</sup> Com este fim reduziram-se as cargas letivas totais (em cerca de 14%) e reorganizaram-se a distribuição destas mesmas horas letivas em múltiplos de 1:30h, para efeitos de ordenação logística do ISCTE-IUL. Paralelamente foi aumentada a oferta de unidades curriculares Optativas, abrangendo mais unidades de outros departamentos do instituto universitário. Em contrapartida, houve um reforço da área da Arquitetura – Projeto, enquanto nas restantes áreas houve um reequilíbrio na distribuição de

<sup>387</sup> Despacho n°8967/2011 de 7 de Julho.

<sup>388</sup> Cf. Paulo Tormenta Pinto (2014), *Relatório da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura*.



créditos.<sup>389</sup> Áreas de Sociologia, Economia e Direito foram extintas, passando as suas matérias a serem oferecidas no âmbito de unidades Optativas ou absorvidas pelas unidades de áreas científicas como o Urbanismo ou as Tecnologias da Arquitetura. Quanto à distribuição de ECTS, as unidades de Arquitetura I a VI passam de 10 para 12 ECTS, enquanto as restantes unidades curriculares são harmonizadas entre os 3 e os 6 créditos. A cadência de unidades curriculares por ano é também revista e diminuída,<sup>390</sup> e o Projeto Final seria majorado de 42 para 45 ECTS, consagrando-se uma distribuição – organização interna da unidade em horas de prática laboratoriais, ou de Projeto, e horas de aulas teóricas e de seminário.<sup>391</sup> Tal como para o plano de estudos da FAUL, também no caso do ISTE-IUL se afigura que o impacto das transformações justifica que apresentemos novo esquema com progressão curricular, conforme as tabelas abaixo.

Tabela 55: ISCTE-IUL - Comparação planos estudos 2008-2011

Plano 20087/2008			Plano 2011/2012		
Áreas Científicas (ACs)	Fixos	Optativo	Áreas Científicas (ACs)	Fixos	Optativo
Arquitetura	126		Arquitetura	141	
Teoria e História da Arq e do Urb	26		Teoria e História da Arq e do Urb	27	
Urbanismo	24		Urbanismo	15	
Desenho	32		Desenho	36	
Tecnologias da Arquitetura	56		Tecnologias da Arquitetura	45	
Geografia	7		Geografia	6	
Sociologia	3		Sociologia	-	
Economia	4		Economia	-	
Direito	4		Direito	-	
Optativas de quaisquer áreas do ISCTE	-	18	Optativas de quaisquer áreas do ISCTE		30
Total	282	18	Total	270	30

Notas:-

Tabela 56: ISCTE-IUL - Evolução Currículo 2011-2012

ISCTE-IUL (2011/2012)	1	2	3	4	5
-----------------------	---	---	---	---	---

<sup>389</sup> Designadamente entre as áreas das Tecnologias da Arquitetura, Desenho, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Urbanismo e Geografia. Destaque para a criação de uma unidade curricular de Cultura Arquitectónica no 1º semestre, assim como a finalização do 1º ciclo com duas unidades sucessivas de Teoria da Arquitetura Contemporânea, introduzindo temas da cultura e da metodologia do Projeto e da Arquitetura.

<sup>390</sup> Designadamente passando de uma média de 6 unidades por semestre até ao 7º semestre e quatro unidades no 8º e 9º semestres e uma única no 10º semestre (Projeto Final), para uma diminuição mais gradual, de 6 unidades no 1º e 2º anos, 5 no 3º ano, 4 no 4º ano e 1 semestre do 5º ano, terminando com Projeto Final no 10º semestre.

<sup>391</sup> Cf. Despacho n.º 8967/2011 de 7 de Julho.

		S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10
A	Arquitetura / Projeto	Arq1	Arq2	Arq3	Arq4	Arq5	Arq6	Pa1	Pa2	PFA	
B	Urbanística		Geo Fis	Pju1	Geo Urb	Pju2		Pju3		Ges U	
	Teoria	Cult Arq.				TAC1	TAC2				
C	Dissertação									PFA	PFA
D	Forma e Visualização	D1+ Gmr1	D2+ Gmr2	D3	Dcr graf	Gmr3					
E	Tecnologia da edificação	Mat+ Estr1	Sist C+ Estr2	TC1+ Estr3	TC2+ Estr 4	TC3	Fis Const	Amb Sust	Csv Reab Edif		
F	História			HAC1	HAC2			HAP	HCP		
	Humanidades										
G	Matemática, física										
	Materiais, estática										
H	Economia										
	Direito										
I	Optativas						2x		1x	2x	

Notas: Cinzento claro representa unidades sem precedências.

Siglas: Arquitetura (Arq); Projeto de Arquitetura (Pa); Projeto Final de Arquitetura (PFA); Geografia Física (Geo Fis); Projeto Urbano (Pju); Geografia Urbana (GeoU); Gestão Urbana (Ges U); Cultura Arquitetónica (Cult Arq); Teoria da Arquitetura Contemporânea (TAC); Teoria da Urbanismo Contemporâneo (TUC); Desenho (D); Gramáticas de composição e representação (Gmr); Desenho, Composição e Produção Gráfica (Dcr graf); Materiais em Arquitetura (Mat); Estruturas (Estr); Sistemas Construtivos (Sist C); Tecnologias de Construção (TC); Física das Construções (Fis Const); Arquitetura, Ambiente e Sustentabilidade (Amb Sust); Conservação e Reabilitação de Edifícios (Csv Reab Edif); História da Arquitetura e da Cidade (HAC); História da Arquitetura Portuguesa (HAP); História da Cidade Portuguesa (HCP).

Em termos gerais, considerando as 5 escolas, realçamos as seguintes tendências de transformação aos planos adequados inicialmente:

- Compactação da oferta de unidades curriculares em redor de áreas nucleares-disciplinares, passando antigas unidades de áreas conexas a serem oferecidas como unidades de carácter Optativo;
- Tendência para concentrar a oferta Optativa nos momentos finais do percurso formativo. Em sentido oposto uma concentração de unidades nucleares, instrumentais, conceptuais e técnicas no primeiro momento de formação;
- Considerando a discussão interna do d.ARQ-FCTUC, uma tendência para um primeiro ciclo instrumental, que comprime em 6 semestres o antigo programa de formação pré-Bolonha, seguido de um 2º ciclo com uma oferta mais optativa e temática;
- Opções e temas, mais tecnológicos ou mais culturais, profissionais ou académicos, disciplinares ou transdisciplinares, convergem em redor de unidades de Projeto, que garantem uma especificidade disciplinar, pedagógica e metodológica;
- O 2º ciclo tende a incorporar a “investigação” como processo pedagógico, quer pela generalização da Prova Final e pela introdução de unidades curriculares de introdução à investigação em arquitetura, quer pela transformação das unidades de Projeto em

ateliers temáticos, apoiados por unidades curriculares que congregam várias áreas e saberes em apoio direto ao Projeto;

- A oposição entre Dissertação e Projeto tende a ser esbatida, podendo a dissertação vir a ser um trabalho com ou sobre Projeto;

Não obstante os pontos indicados, não há todavia transformações decisivas nas estruturas curriculares adaptadas, mantendo-se a exceção metodológica da EAUM na adoção de um duplo ciclo claramente diferenciado. Todavia notamos o debate e as propostas de transformação do d.ARQ-FCTUC e a consolidação aparente dos currículos das escolas de Lisboa em redor de áreas nucleares, em redor de assuntos disciplinares. Realçamos ainda uma antecipação da preparação para a prova final, quer através da oferta de unidades curriculares preparatórias, quer no recuo do Projeto, quer no debate em redor da problemática da investigação em Arquitetura e, mais especificamente, da investigação em Projeto de Arquitetura. Sublinhamos igualmente a posição mais conservadora da FAUP, não aderindo com facilidade às pressões de transformação, contribui para um cenário com diferentes graus de adesão à reforma de Bolonha, que correspondem a ofertas formativas e experiências pedagógicas diferenciadas, situação que poderá ser enriquecedora do panorama nacional.

### c. Progressão e conteúdos de Projeto

#### *Objetivos de Aprendizagem e Competências a Projeto*

Observámos que as escolas defendem uma dimensão artística, social, técnica e científica da Arquitetura, baseando o processo de aprendizagem na centralidade do exercício do Projeto e no reconhecimento de uma prática profissional de âmbito crescentemente alargado, incluindo a investigação de âmbito “disciplinar”. Quanto aos à determinação dos resultados de aprendizagem e das competências a adquirir ao longo da formação, incluindo no momento da passagem entre ciclos, verificámos uma propensão para um carácter mais propedêutico e generalista no primeiro ciclo, e mais profissionalizante e investigatório no segundo. Relativamente às sequências curriculares, nomeadamente na área de Projeto, constatámos uma tendência para uma progressão hierárquica, de abordagens abstratas e propedêuticas, para problemas de complexidade crescente, quer quanto aos programas, quer quanto aos contextos, evoluindo ainda dos temas da habitação unifamiliar, para multifamiliar, equipamento de escala mais significativa e finalmente para o âmbito do desenho urbano e do espaço público.

Observou-se que dentro destes esquemas há variantes, surgindo o programa da EAUM como o caso mais experimental, antecipando a sequência de formação “clássica” para o

primeiro ciclo, de forma a libertar o segundo para um modelo de aprendizagem diferentes, em torno de uma espécie de “*design units*” temáticas. Incidimos agora a nossa análise nos objetivos de aprendizagem e no tipo e faseamento de competências a desenvolver na área e nas unidades curriculares de Projeto. Considera-se, provisoriamente, que a organização da área de Projeto de acordo com os princípios *Tuning* poderá permitir uma leitura relacional entre a organização tradicional da área e dos programas das unidades e os paradigmas de aprendizagem do Processo de Bolonha. Em simultâneo, pensamos, poderá revelar até que ponto as reformas curriculares experimentaram as metodologias *Tuning* para a afinação curricular e pedagógica, tendo em consideração a centralidade do Projeto. A observação da “área curricular” de Projeto é neste primeiro momento efetuada com recurso aos relatórios de adequação a Bolonha<sup>392</sup>, designadamente:

- EAUM: o relatório não apresenta uma visão panorâmica que permita caracterizar a progressão dos resultados e definir competências a adquirir no primeiro ciclo, no entanto, discrimina as competências por unidade curricular, permitindo uma leitura evolutiva, que apresentamos em quadro adiante. Notamos, que as unidades de Projeto se designam no primeiro semestre de Projeto e no segundo de *Atelier*. São agregadas numa área científica específica, designada de Projeto, que no relatório de adequação não apresenta objetivos específicos parciais por ciclo de aprendizagem.
- FAUP: define um conjunto de objetivos de aprendizagem específicos, relacionados com o quadro de competências genéricas indicadas pelo Projeto *Tuning*, demonstra a adequação da organização do ciclo de estudos identificando por área científica e por ciclo de aprendizagem o tipo de objetivo de aprendizagem a prosseguir e o conjunto de competências genéricas correspondente, associado à definição do quadro de competências da normativa de enquadramento do grau de mestre. No entanto, esta associação entre competências genéricas e específicas por área científica não é aprofundada para as unidades de Projeto, não propondo uma progressão e articulação ao longo do currículo.<sup>393</sup> A área científica é Arquitetura, partilhada com a Urbanística, Teoria e História da Arquitetura. Esta área científica não tem objetivos específicos

---

<sup>392</sup> Ver em conjunto Anexo E: *Estrutura e Conteúdos de Projeto (2008-09 e 2013-14)*.

<sup>393</sup> No entanto, a leitura dos programas das unidades curriculares podemos inferir os objetivos de aprendizagem, que nos programas de 2008-2009 são designados por “Objetivos”, passando em 2013-2014 a designarem-se por “Resultados de Aprendizagem e Competências”.

parciais por ciclo de aprendizagem ou discriminados para a subárea de Projeto, pelo que não apresentamos neste momento uma esquematização dos objetivos de Projeto.

*Tabela 57: EAUM – Objetivos e Competências a Projeto (1º Ciclo)*

Unidade	Objetivos de Aprendizagem
Projeto I	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interpretar o espaço enquanto entidade abstrata, qualificada pelo domínio da medida e relacionar diferentes espaços por articulação e por sequência;</li> <li>• Discutir o tipo de intencionalidade que caracteriza a Arquitetura enquanto prática artística articulando formalização e discurso;</li> <li>• Relacionar, em pequenos Projetos, quer interior e exterior, quer volumetria, suporte topográfico e paisagem;</li> <li>• Analisar e interpretar um programa simples;</li> <li>• Desenvolver o desenho (projeções ortogonais e perspetiva) e a representação tridimensional em maquete, enquanto instrumentos do processo de investigação projetual elementar aplicando a progressão de escalas de abordagem</li> </ul>
Projeto II	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar o Projeto como resultado da formulação e resolução de "problemas" a partir da combinação de variáveis numa coerência argumentável entre experimentação e discurso;</li> <li>• Relacionar o reconhecimento físico e preceptivo do território (da cidade histórica, da cidade em consolidação, da cidade difusa) com a experimentação projetual localizada e consequente definição da forma e dos espaços.</li> <li>• Assinalar o espaço e a forma a partir da definição dos atributos dos elementos que a constituem (alto, baixo, grande, pequeno, estático, dinâmico...) e dos princípios que os relacionam (equilíbrio, contraste, movimento, ritmo, justaposição...).</li> <li>• Analisar características essenciais decifráveis num programa funcional, como articulação entre movimento e paragem, dimensionamento de espaços e transição entre espaço interno e espaço público exterior.</li> <li>• Associar um princípio de equilíbrio plástico e espacial a princípios elementares estruturais.</li> <li>• Aplicar de forma intensa e sistematizado o desenho de projeções ortogonais em propostas de tamanhos e complexidade variáveis, recorrendo a uma grande diversidade de escalas em simultâneo; e desenvolver a utilização da maquete como instrumento de pesquisa e experimentação direta do espaço e da forma.</li> </ul>
Projeto III	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discutir os modelos do "habitar" no que respeita: à configuração do fogo, a relações de vizinhança, à partilha de serviços e equipamentos, à relação entre público e privado e à caracterização de espaço público;</li> <li>• Criticar um contexto – entendido como conjunto de relações que configura uma determinada textura urbana – com vista à sua transformação;</li> <li>• Relacionar – em programas de habitação coletiva – a escala urbana e a escala do fogo através do domínio de sistemas de agregação e circulação;</li> <li>• Relacionar – em programas de habitação coletiva – a diversidade de espaços/elementos e a modulação estrutural e infraestrutural;</li> <li>• Demonstrar consciência da materialidade e dos sistemas construtivos enquanto fatores de qualificação do Projeto;</li> <li>• Desenvolver estratégias de comunicação (meios gráficos e verbais) adaptadas às diferentes fases de evolução do Projeto.</li> </ul>
Projeto IV	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combinar e sintetizar os valores da disciplina da Arquitetura e do Projeto adquiridos nos anos anteriores, integrando e manuseando, instrumental e culturalmente, conceitos como identidade e contemporaneidade, associados à linguagem e imagem do equipamento;</li> <li>• Relacionar urbanística e paisagisticamente, morfológica e tipologicamente, um equipamento coletivo na matriz real;</li> <li>• Organizar, hierarquizar, estruturar e articular os espaços públicos e privados, maiores e menores, associados ao tema do equipamento coletivo, recorrendo a um programa extenso e diverso;</li> <li>• Identificar e proporcionar os elementos que integram o sistema construtivo, associados e integrados na ideia de Arquitetura; caracterizando e dimensionando os elementos que integram os subsistemas construtivos</li> <li>• Aplicar sistematicamente a investigação e experimentação das diferentes escalas, apreendendo e fixando dados distintos que concorrem para a unidade – síntese – da proposta de intervenção;</li> <li>• Desenvolver e saber fixar a análise e a síntese final de estudos e Projetos, selecionando e utilizando meios de comunicação diversificados, nomeadamente informáticos.</li> </ul>
Projeto V	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver um processo de investigação sobre a forma e o espaço a partir do estabelecimento de relações simultaneamente com o contexto próximo e com a paisagem;</li> <li>• Interpretar um equipamento coletivo enquanto Projeto urbano (designadamente através da consideração dos interfaces edifício/cidade);</li> <li>• Associar um princípio de equilíbrio compositivo e espacial a princípios estruturais elementares;</li> <li>• Dominar a utilização simultânea do desenho a escalas diversificadas.</li> </ul>
Projeto VI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dominar a interdependência entre as várias escalas de abordagem (até à escala do detalhe) enquanto fator da coerência do Projeto;</li> <li>• Interpretar criticamente um programa de equipamento coletivo, focando aspetos tais como: público e privado, flexibilidade e polivalência, espaço interior e exterior urbano;</li> <li>• Associar a definição e agregação dos espaços de um equipamento à definição de um sistema construtivo;</li> <li>• Dominar estratégias de comunicação (meios gráficos e verbais) adaptadas às diferentes fases de evolução do Projeto.</li> </ul>

Notas: -

*Tabela 58: EAUM – Objetivos e Competências a Projeto (2º Ciclo)*

Unidade	Objetivos de Aprendizagem
Atelier 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Selecionar ferramentas de Investigação específica em: Paisagem, Sustentabilidade ou História e Ucronia;</li> <li>• Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese;</li> <li>• Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete / modelo virtual;</li> <li>• Explicar e argumentar sobre exercício projetual realizado</li> </ul>
Atelier 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Selecionar ferramentas de Investigação específica em: Território, Inovação e Tecnologia ou Manifestos e Utopias;</li> <li>• Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese;</li> <li>• Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete / modelo virtual;</li> <li>• Explicar e argumentar sobre exercício projetual realizado.</li> </ul>
Atelier 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Selecionar ferramentas de Investigação específica em: Espaço Público, Patologia e Reabilitação ou Programas Emergentes</li> <li>• Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese;</li> <li>• Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete / modelo virtual;</li> <li>• Explicar e argumentar sobre exercício projetual realizado.</li> </ul>

Notas: -

*Tabela 59: d.ARQ-FCTUC - Objetivos e Competências a Projeto (Ciclo Integrado)*

Unidade	Objetivos de Aprendizagem
Projeto I	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Desenvolvimento das capacidades de representação do espaço;</li> <li>b) Estabelecimento de relações diretas de identificação entre o espaço e a sua representação;</li> <li>c) Contacto elementar com as questões de escala associadas ao uso do espaço;</li> <li>d) Desenvolvimento e progressiva formatação de uma dinâmica metodológica própria no exercício do Projeto;</li> <li>e) Estabelecimento de relações entre a organização do espaço e as dinâmicas vivenciais a ele associadas;</li> <li>f) Abordagem mais profunda das questões de escala associadas ao uso do espaço.</li> </ul>
Projeto II	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Desenvolvimento das capacidades instrumentais para o exercício do Projeto</li> <li>b) Contacto com a complexidade do Projeto de Arquitetura e desenvolvimento das capacidades de síntese e de crítica</li> <li>c) Aquisição de um método individual de abordagem aos problemas da Arquitetura</li> <li>d) Contacto com os vários momentos da cidade consolidada</li> </ul>
Projeto III	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Formação de uma consciência crítica sobre o espaço e as suas formas de representação;</li> <li>b) Reconhecimento e experimentação dos instrumentos operacionais do Projeto;</li> <li>c) Identificação dos problemas da pequena escala como laboratório para a aprendizagem da interdisciplinaridade;</li> <li>d) Reconhecimento do carácter modular da composição;</li> <li>e) Formação de uma consciência crítica sobre o Projeto e o significado da intervenção urbana;</li> <li>f) Do desenho de um conjunto urbano ao desenho dos tipos do “habitar”, que se exploram como módulos de repetição e associação;</li> <li>g) Promover o aprofundamento da solução geral quer pela confrontação com as abordagens sectoriais integradas quer pelo desenvolvimento da sua caracterização construtiva;</li> </ul>
Projeto IV	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Grande Equipamento / Espaço urbano;</li> <li>b) Estruturação programática/funcional;</li> <li>c) Estruturação formal/espacial;</li> <li>d) Materialização/construção/linguagem;</li> <li>e) Conceção estrutural/infraestrutural;</li> <li>f) Capacidade de síntese na representação do Projeto nos tópicos anteriores;</li> </ul>
Projeto V	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) A Cidade Contemporânea;</li> <li>b) Projeto Espaço Público;</li> <li>c) Escalas Intermédias;</li> <li>d) Arquitetura versus Infraestruturas;</li> <li>e) Programas e Estratégias;</li> <li>f) Paisagem urbana;</li> </ul>

Notas: -

- d.ARQ-FCTUC: propunha em 2008 uma diferenciação de competências entre o primeiro e segundo ciclos,<sup>394</sup> mapeando as competências a obter, identificando para cada unidade curricular uma relação de 6 competências específicas propostas com o do universo das 11 competências gerais identificadas como objetivos específicos de aprendizagem do curso, culminando num mapa síntese das competências por unidades curriculares, por ciclo de aprendizagem, e num mapa síntese por área científica. Estes permitem extrair a sequenciação de objetivos de aprendizagem a Projeto. Notar que a área científica é Arquitetura, que inclui as unidades de Teoria e História da Arquitetura, e que não é avançado um conjunto objetivos específicos parciais por ciclo de aprendizagem para a subárea de Projeto.
- FAUL: define objetivos gerais de ciclo para cada área científica,<sup>395</sup> explicitando a progressão semestre a semestre de todas as unidades curriculares, caracterizando cada unidade, conforme a tabela abaixo. A área científica é Arquitetura e Urbanismo, composta por Projeto e por História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo. São indicadas competências a desenvolver a Projeto face ao disposto na Diretiva, mas não são definidos diretamente objetivos de ciclo para Projeto e a própria descrição das unidades curriculares não está claramente sintonizada com a linguagem *Tuning*.
- ISCTE-IUL: distingue entre um primeiro ciclo para a aquisição de competências básicas e um segundo de consolidação e o desenvolvimento destas. Define conjunto de objetivos gerais de aprendizagem de cada ciclo, não interrelacionadas por área científica ou por unidade curricular, pelo que não permite uma leitura estruturada para a área de Projeto. A área científica é Arquitetura e é composta exclusivamente pelo Projeto. Não apresenta objetivos específicos parciais por ciclo de aprendizagem ou discriminados para unidade curricular, pelo que não apresentamos neste momento uma esquematização dos objetivos de Projeto.

---

<sup>394</sup> Designadamente em que os seis primeiros semestres visam uma *formação abrangente e a transmissão de competências num espectro alargado*, preparando para uma formação avançada no ciclo seguinte, que onde se almeja uma personalização do currículo pelo recurso a optativas.

<sup>395</sup> Correspondendo na A.C. de Arquitetura e Urbanismo no 1º ciclo a uma formação base em cultura artística, arquitectónica e urbanística e nos meios instrumentais (Projeto) e no 2º ciclo ao desenvolvimento e particularização dos conhecimentos do 1º ciclo, convergindo para o Projeto, mediante a simulação progressiva dos atos profissionais.

Tabela 60: FAUL - Objetivos e Competências a Projeto (Ciclo Integrado)

Unidade	Descrição das Unidades Curriculares
Lab.Arq. I	Definições: arquétipos e metáforas; recinto, câmara e pátio; Elementos de Composição: o espaço limite; valores da forma; geometria, escala e proporção; luz, cor; transfigurações; Elementos de Enquadramento: cultura, imaginário e ambiente; Processo Projetual: cognição, conceção, expressão, apresentação.
Lab.Arq. II	Definições: experimentação sobre o habitar; Elementos de Composição: operações geométrico-projetuais; transformações; valores de uso; Elementos de Enquadramento: o lugar; topologia e geometria; o território e a paisagem; introdução ao espaço urbano; Processo Projetual: desenhos e modelos tridimensionais; matéria;
Lab.Arq III	Definições: Arquitetura como ideia, como objeto, como processo; Elementos de Composição: estrutura formal, estrutura de suporte; função, técnica e estética; Elementos de Enquadramento: estrutura do lugar; memória, imanência; topografia, ambiente; Processo Projetual: suportes operativos de conceção; realidade e representação.
Lab.Proj I	Projeto: linguagens, modelos referenciais; Composição: materialidades; programa funcional, tipologia e morfologia; Enquadramento Projetual: contexto urbano, ambiente e sustentabilidade; Processo de Projeto: constituição, construção; do território ao detalhe; as partes e o todo.
Lab.Proj II	Projeto: espaço doméstico, unidades de habitação; Composição: espaço servidor e espaço servido; espaço funcional e espaço visual; equipamento e mobiliário; Enquadramento Projetual: conforto; estrutura e distribuição; flexibilidade e adaptabilidade; acessibilidade e espaço exterior; Processo de Projeto: materialidade e linguagem; unidade e agregação.
Lab.Proj III	Projeto: habitação coletiva em edifícios multifuncionais; Composição: espaço público, privado; de transição, espaço distributivo, residual; espaços de apoio; Enquadramento Projetual: contexto urbano; sistemas de acessos e de distribuição; estrutura e função; zonas técnicas como núcleo; Processo de Projeto: o edifício como sistema; organização e agregação; boas práticas e normativa.
Lab.Proj IV	Projeto: crescimento urbano; Composição: tipologia e morfologia, Arquitetura da cidade; sistema edificado e espaço público; Enquadramento: tecido urbano consolidado; memória estruturante; identificação de malhas urbanas; estrutura morfológica; Processo de Projeto: cruzamento de escalas; análise diacrónica; integração no tecido edificado.
Lab.Proj V	Projeto: reabilitação, requalificação e renovação; equipamentos em habitação coletiva urbana; Composição: sistema edificado e espaço público; equipamentos integrados; Enquadramento: tendências de referência; competência crítica; Processo de Projeto: modelação e normalização; o Projeto como sistema integrado - especialidades.
Lab.Proj III	Projeto: crescimento urbano; Composição: tipologia e morfologia, Arquitetura da cidade; sistema edificado e espaço público; Enquadramento: tecido urbano consolidado; memória estruturante; identificação de malhas urbanas; estrutura morfológica; Processo de Projeto: cruzamento de escalas; análise diacrónica; integração no tecido edificado.
PFM	Projeto Final de Mestrado - Tese de Mestrado

Notas: -

Desde os relatórios de adequação podemos aferir que de uma maneira geral não eram estabelecidos objetivos de aprendizagem claros e sintonizados com a linguagem *Tuning* para a área de Projeto. As exceções são as escolas do Minho e em certa medida a de Coimbra. Notamos que o trabalho preparatório da revisão curricular do curso de Coimbra apontava a necessidade de melhor se definirem os objetivos de aprendizagem, e que esta tarefa implica ponderar os métodos pedagógicos,<sup>396</sup> dando expressão a um desfasamento entre a estrutura das unidades de Projeto e os objetivos de clareza pedagógica suscitados pelo projeto *Tuning*.

<sup>396</sup> Cf. *Enquadramento da proposta de definição de competências a adquirir no mestrado integrado de Arquitetura do dArq*, d.ARQ-FCTUC, Maio de 2013.



### *Estrutura de Aprendizagem da Área de Projeto*

No entanto, observando as unidades curriculares da área de Projeto podemos ensaiar uma caracterização das respetivas estruturas. Mas, importa antes aferir as estruturas pedagógicas das escolas, isto é, o modo como o ensino é organizado de um ponto de vista organizativo, logístico e de recursos e perfil humanos, enquadrando previamente as questões programáticas:

*Tabela 61: Estrutura Pedagógica da Área de Projeto (2008)*

Escola	Horas e créditos			Turmas	Alunos Turma	Docentes Turma	Perfil Docente a Projeto
	h/sem	ECTS	Período				
EAUM	8,0+2,0T	12,5	S1aS6	4 a 2	20-25	1	3 Doutorados de Carreira 4 Assistentes 7 Assistentes Convidados
	8,0	10	S7aS9	3	20-25	1	
FAUP	10,5+1,5 T	20	A1aA3	6	20-25	1	
	10,5+1,5 T	20	A4	8	20-25	1	21 Assistentes
	10,5+1,5 T	20	A5	3	20-25	1	6 Assistentes Convidados
d.ARQ-FCTUC	8,0+2,0T	20	A1aA3	3	20-25	1	5 Doutorados de Carreira
	8,0+2,0T	20	A4Aa5	3	20-25	1	10 Assistentes 4 Assistentes Convidados
FAUL	9,0	9,5	S1aS4	6	30-35	1	-
	10,5	10,5	S5aS9	6	30-35	1	
ISCTE-IUL	9,0	10	S1a S6	2	20-25	1	4 Doutorados de Carreira
	8,0+2,0S	12	S7a S8	2	20-25	1	1 Assistentes
	6,0+3,0S+12OT	42	A5	2	20-25	1	6 Assistentes Convidados

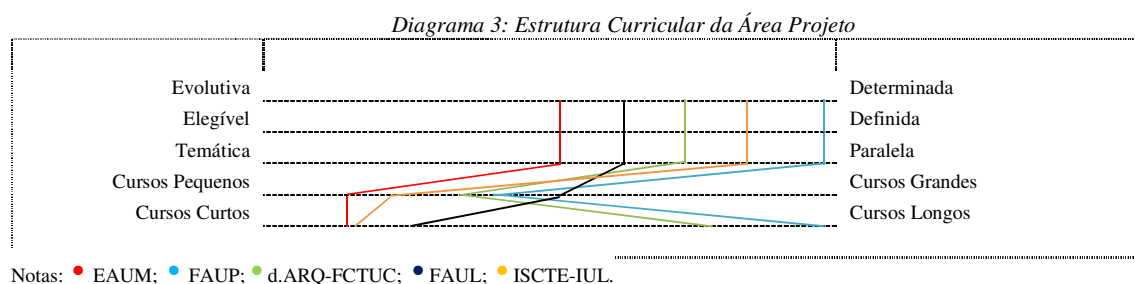
Notas: O ano de referência é o dos relatórios adequação. Abreviaturas: T (teoria); S (seminário); OT (orientação tutorial). A informação relativa à dimensão e ao número de turmas é inferida da relação média entre o número de alunos e o número de docentes por unidade curricular, conforme Anexo E: *Escolas – Evolução do tipo de Docente de Projeto, 2008-2015*.

Podemos considerar que há semelhanças estruturais entre as várias escolas no que concerne ao número de créditos das unidades de Projeto, 10 créditos por semestre, às horas de contacto semanal, cerca de 10 horas, à dimensão das turmas, cerca de 20 a 25 alunos-turma para 1 professor. O ensino a Projeto envolve docentes sem doutoramento, eminentemente assistentes ou convidados, todavia numa composição docente que em 2008 estava em profunda transformação, fruto das mutações na normativa de enquadramento da carreira docente universitário (ver Anexo E: *Escolas – Evolução do tipo de Docente de Projeto, 2008-2015*). Quanto a diferenças estruturais, podemos inferir:

- Maior peso de Projeto nas escolas do Minho, Porto e Coimbra (em créditos e horas);
- Explicitação de horas semanais teóricas nas escolas do Minho, Porto e Coimbra;
- Rácio professor aluno mais elevado na FAUL, com cursos de maior dimensão;
- Preponderância de unidades longas, anuais, no Porto e Coimbra;

- A menor incidência de precedências na escola do Minho, que abre para um sistema em que as turmas são elegíveis por opção dos alunos, pelo menos no 2º ciclo, com a escolha em cada semestre entre 3 opções ou temas de Projeto;

Cruzando estes dados com a estrutura das unidades curriculares, constatando que apenas a EAUM oferece “opções” na área de Projeto, propomos uma leitura diferenciada da estrutura curricular dos cinco cursos, através do diagrama analítico abaixo, que coloca em tensão cinco pontos estruturais de base, sobre os quais se ensaia a localização relativa de cada escola:<sup>397</sup>



### *Conteúdos Curriculares da Área de Projeto*

A esquematização e conseqüente interpretação dos conteúdos curriculares da área de Projeto requerem ainda uma nota prévia relativa à homogeneidade dos elementos analíticos de base. Como referido, os relatórios de adequação não apresentavam informação homogênea relativamente às unidades curriculares, por outro lado, as cinco escolas estudadas apresentam particularidades organizativas que influenciam a disponibilidade e variedade dos programas das unidades curriculares de Projeto. Isto é, as escolas de menor dimensão, como o d.ARQ-FCTUC, o ISCTE-IUL e a EAUM no 1º ciclo, apresentam programa idênticos para as várias turmas de cada nível curricular, sendo que estes programas variam em cada ano letivo, dentro de um quadro de objetivos que, como vimos, estão relativamente delimitados nos casos do Minho e de Coimbra, pela definição de resultados de aprendizagem para cada nível de estudos.

Nas escolas de maior dimensão, verificamos na FAUP uma organização, homogeneidade e disponibilidade, em que os programas no intervalo entre 2008 e 2012 são idênticos todos os anos, sendo reformulados em 2013, melhor se adaptando à linguagem *Tuning*, mas mantendo a estrutura de conteúdos constante. No caso da FAUL, há uma série de

<sup>397</sup> Baseado nos itens de análise propostos pelo estudo da TU-Delft, Cf. Floet (2013), o diagrama permite uma leitura aberta da complexidade dos cursos, na medida em que, tal como um Projeto, não se encerra num determinismo textual.

princípios estruturantes enunciados no relatório de adequação, mas os programas das unidades curriculares não estão organizados e publicados, não nos tendo sido possível aceder a dados completos, situação que por si também indicia uma menor objetivação dos conteúdos de aprendizagem por ciclo e uma maior diversificação de práticas.

Dada esta heterogeneidade, o intervalo de referência para a organização de conteúdos de aprendizagem com base na análise dos programas das unidades curriculares corresponde ao período entre 2008-2013, tomando como referências os relatórios de adequação a Bolonha, quando estes elencam objetivos de aprendizagem das unidades de Projeto, e as fichas de unidade curricular (FUC) de Projeto, para os anos de 2008-09 e 2013-2014,<sup>398</sup> situação que nos permite por um lado abordar dados mais próximos do momento atual, por outro ter uma perspetiva panorâmica que inclua as transformações curriculares ocorridas desde o momento de adequação ao Processo de Bolonha.

Como observámos na secção *Estrutura de Aprendizagem da Área de Projeto*, os cursos da EAUM, d.ARQ-FCTUC e FAUL apresentam dados nos relatórios de adequação que permitem caracterizar os conteúdos curriculares da área de Projeto. Destes dados há desde logo a destacar a separação entre ciclos efetuada pela escola do Minho, que quebra a sequência gradativa e continua, em cinco anos integrados e com precedências de passagem, situação que entendemos originar dois modelos, designadamente:

- Modelo contínuo e integrado, praticado pelas escolas d.ARQ-FCTUC e FAUL:

*Tabela 62: d.ARQ-FCTUC-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2008-09)*

Curso	Conteúdos Simplificados
A1 Projeto I	Propedêutico: noções conceptuais (noção de espaço, escala, metodologia); instrumentais (representação).
A2 Projeto II	Metodológico: complexidade do Projeto, programa, contexto, método; instrumental (representação).
A3 Projeto III	Consolidação do projeto: habitar; programa, contexto, materialização, representação.
A4 Projeto IV	Grande equipamento/ espaço urbano: estrutura, infraestrutura, Projeto como síntese, materialidade e linguagem, etc.
A5 Projeto V	Espaço público / estratégias Urbanas: estrutura, infraestrutura, Projeto como síntese, materialidade e linguagem, etc.

Nota: Com base no relatório de adequação a Bolonha (d.ARQ-FCTUC, 2008). Tese corre em paralelo com Projeto no Semestre 10. Comparando com as FUC do ano de 2008-2009, nota-se que a estrutura das unidades se mantém.

*Tabela 63: FAUL - Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2008-09)*

Curso	Conteúdos Simplificados
S1 Lab.Arq. I	Propedêutico: conceptual e instrumental.
S2 Lab.Arq. II	Propedêutico: experimentar o Habitar; o lugar, transformação, representação.
S3 Lab.Arq III	Propedêutico: arquitetura como ideia e processo; forma-função-técnica-estética; lugar.
S4 Lab.Proj I	Propedêutico: linguagem; programa, tipologia, morfologia; contexto, ambiente; construção.
S5 Lab.Proj II	Habitação: espaço doméstico; função-equipamento-mobiliário-significado; conforto, materialidade, linguagem, etc.
S6 Lab.Proj III	Habitação coletiva: edifícios multifuncionais; contexto urbano; sistemas; normativa; construção e linguagem.

<sup>398</sup> Ver Anexo E: *Escolas – Estrutura e Conteúdos de Projeto (2008-09 e 2013-14)*.

S7	Lab.Proj	Crescimento urbano: sistema edificado e espaço público; estrutura morfológica, etc.
S8	IV Lab.Proj V	Reabilitação, requalificação e renovação: equipamentos em habitação coletiva urbana; normas, especialidades, etc.
S9	Lab.Proj	Vários temas conforme as turmas (equipamento, habitação, espaço público, reabilitação, etc.).
S10	VI -	-

Nota: Com base no relatório de adequação a Bolonha (FAUL, 2008). Tese no Semestre 10.

• **Modelo contínuo em duplo ciclo, praticado pela EAUM:**

*Tabela 64: EAUM-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2006-07)*

Curso	Conteúdos Simplificados
S1 Projeto I S2 Projeto II	Propedêutico: noções conceptuais (noção de espaço, prática Arquitetura); instrumentais (lugar, programa, representar). Metodológico: Projeto como resolução de problemas (lugares, programas, formas); espaço e forma; representação.
S3 Projeto III S4 Projeto IV	Território: território urbano, contexto e história; experimentação; comunicação; representação. Habitar: fogo, vizinhança, etc.; contexto; escala coletiva e individual; estrutura, matéria, construção; comunicação.
S5 Projeto V S6 Projeto VI	Equipamento como projeto urbano: projeto, processo, investigação; edifício-cidade; composição-estrutura; Equipamento coletivo: escalas, cidade-detilhe; crítica ao programa; construção; comunicação.
S1 Atelier 1 S2 Atelier 2	Projeto como investigação: Paisagem, Sustentabilidade ou História e Ucronia; Projeto como investigação: Território, Inovação e Tecnologia ou Manifestos e Utopias
S3 Atelier 3 S4 -	Projeto como investigação: Espaço Público, Patologia e Reabilitação ou Programas Emergentes -

Nota: Com base no documento interno de preparação para a adequação a Bolonha (EAUM 2006). Tese no Semestre 10. Comparando com as FUC do ano de 2008-2009, nota-se que estas últimas colocam um ênfase nos objetivos e temas a tratar e não tanto nos programas funcionais, podendo articular-se a seguinte sequência: propedêutico e abstrato (S1); metodológico, bases da investigação em projeto (S2); metodológico, componentes e escalas do projeto (S3); sistematização e cidade, habitação coletiva (S4); significado e cidade, equipamento coletivo (S4); programa e complexidade, equipamento no centro histórico (S6); projeto como investigação (A1 a A3).

Verifica-se que no curso do Minho há uma antecipação e compactação para o primeiro ciclo da experiência letiva que é ministrada no ciclo integrado do d.ARQ-FCTUC e da FAUL, de modo a libertar todo o segundo ciclo para uma estrutura de unidades curriculares organizada em temas de investigação.<sup>399</sup> Inversamente, a estrutura curricular destas últimas escolas prolonga por ambos os ciclos a estrutura hierárquica e de crescente complexidade, que se inicia com a experimentação projetual de problemas abstratos, descontextualizados, para terminar na abordagem de grandes questões à escala urbana. Os dois modelos poderiam ser resumidos pelos seguintes esquemas diagramáticos, organizados sequencialmente por anos (ano letivo indicado entre parêntesis):

• **Modelo de ciclo de estudos integrado:**

- (1) Propedêutico: abstrato → (2) Propedêutico: programa e contexto → (3) Habitação  
(4) Equipamento → (5) Da cidade ao edifício e ao detalhe

• **Modelo de ciclos de estudos individualizados:**

<sup>399</sup> Para uma esquematização dos programas das unidades curriculares ver Anexo E: *Escolas – Estrutura e Conteúdos de Projeto (2008-09 e 2013-14)*.

(1) Metodológico → (2) Habitação e Equipamento → (3) Consolidação  
(4) (5) Temas de Investigação

Relativamente aos cursos da FAUP e do ISCTE-IUL, recorrendo aos programas das unidades curriculares,<sup>400</sup> podemos sintetizar a respetiva articulação de conteúdos das unidades de Projeto nas seguintes tabelas, constatando que ambas as sequências se podem enquadrar no modelo de ciclo de estudos integrado:

*Tabela 65: FAUP-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2008-09)*

Curso	Conteúdos Simplificados
A1 Projeto I	Metodológico instrumental: problemas, instrumentos, metodologias, estrutura, composição, espaços, contexto, programa.
A2 Projeto II	Projeto, contexto e resposta: requalificar cidade consolidada, processo análise-resposta, a continuidade.
A3 Projeto III	Habitação plurifamiliar: qualificação do banal; tipologia e cidade. Espaço público, linguagem, construção e representação.
A4 Projeto IV	Equipamento urbano: cidade e exceção; programa, matéria, expressão; construção e representação.
A5 Projeto V	Projeto urbano: cidade, território, urbanística, estratégia; pluridisciplinaridade, desenho urbano.

Nota: Tese corre em paralelo com Projeto no Semestre 10. Base nas FUC de 2008-2009.

*Tabela 66: ISCTE-IUL-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2008-09)*

Curso	Conteúdos Simplificados
S1 Arq. I	Propedêutico: conceptual, a disciplina, elementos espaço-forma, programa (espaço), estrutura e materialidade.
S2 Arq. II	Propedêutico: espaço, expressão, programa, contexto, utilização, representação.
S3 Arq. III	Metodológico: construção efémera no espaço público - programa, contexto, técnica, forma, representação.
S4 Arq. IV	Habitação unifamiliar: cidade, programa, contexto, técnica, forma, representação.
S5 Arq. V	Habitação coletiva e equipamento: análise e investigação, escalas múltiplas, sistematização, transdisciplinar.
S6 Arq. VI	Habitação coletiva e equipamento: continuidade ao semestre anterior – construção, representação.
S7 P. Arq. I	Estratégia urbana e territorial em zona a requalificar: cidade, transformação; regeneração urbana, complexidade.
S8 P. Arq. II	Espaço público e edificação: continuidade ao semestre anterior – forma, construção, estrutura, expressão.
A5 PFA	Tema anual: autonomia, crítica, articulação com dissertação escrita.

Nota: ano de referência 2013/2014. Arq. I refere-se a Arquitetura I; P. Arq. I a Projeto de Arquitetura I. Base nas FUC de 2008-2009. Em Projeto de Arquitetura I há uma convergência com a unidade curricular de Projeto Urbano.

Observamos que as unidades de Projeto são organizados evolutivamente, de problemas mais pequenos, para escalas progressivamente maiores e mais complexas, que parte de um primeiro ano propedêutico, com ênfase numa instrumentalidade artesanal, baseada no desenho e em pressupostos que oscilam entre o conceptual/académico e metodológico/aplicado,<sup>401</sup>

<sup>400</sup> Idem.

<sup>401</sup> Na medida em que se baseiam em noções mais fenomenológicas e em exercícios mais descontextualizados e abstratos ou em noções mais metodológicas do Projeto e em exercícios mais próximos da realidade prática. Por exemplo, atendendo aos programas do ano de referência 2013-2014, poderíamos dar o ISCTE-IUL como um caso mais abstrato conceptual e a FAUP mais instrumental e metodológica. Atente-se que na FAUP o Projeto I é acompanhado da unidade de *Teoria Geral da Organização do Espaço*, onde é efectuada uma abordagem complementar ao Projeto, incidindo em questões fenomenológicas, de percepção dos espaços edificados,

progredindo para um momento de introdução das questões do contexto, do programa e da técnica construtiva. A gradação é efetuada numa sucessão de exercícios que recorrem sucessivamente a exercícios em redor dos programas de habitação; equipamento e Projeto urbano. Esta progressão corresponde a uma sucessão hierárquica de níveis de complexidade, que pode ser vista na seguinte articulação sucessiva, em progressão de dimensão e complexidade:

- Programas: percursos, pequenas intervenções, habitação unifamiliar, multifamiliar; grande equipamento, espaço urbano e edificado;
- Lugares: cidade consolidada, periferia;
- Fases do Projeto: ideias, programa, base, execução, planeamento, Projeto urbano;
- Concretização do Projeto: escalas, introduzindo questões materiais e tecnológicas;

Observando a evolução das unidades curriculares até 2013-2014, podemos verificar uma enorme estabilidade no curso da FAUP, onde as FUC persistem de ano para ano e uma estabilidade consistente na EAUM e no ISCTE-IUL, onde embora haja ajustes e alterações, a sequência geral mantém-se estável. Nestas duas escolas é visível a consistência e complementaridade entre semestres de um mesmo ano letivo, que no caso da escola de Lisboa é mais acentuado pela repetição do corpo docente nos dois semestres, enquanto na escola do Minho nem sempre os docentes transitam para a unidade curricular imediatamente procedente.<sup>402</sup> (ver Anexo E, *Cronologia de Docentes de Projeto*). No caso do curso do d.ARQ-FCTUC há uma mudança no 5º ano com a divisão de Projeto V em 3 “estúdios” temáticos de projeto, designadamente “Território e Paisagem”, “Cidade e Infraestrutura” e “Arquitetura e Memória”, que desenvolvem diferentes temáticas e programas, permitindo quer uma hipótese de escolha aos alunos, quer uma maior autonomia pedagógica e didática aos docentes, transformando, tendencialmente, cada “estúdio” em uma unidade curricular.

*Tabela 67: FAUP-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2013-14)*

Curso	Conteúdos Simplificados
A1 Projeto I	Propedêutico e metodológico: composição, função, carácter; desenho, processo, investigar, aferir.
A2 Projeto II	Metodológico instrumental: contexto, análise, história, crítica; área consolidada; proposto-existente; linguagem-construção; representação.

questões culturais, de nomeação das problemáticas da Arquitetura, cujo conjunto permite libertar a unidade de Projeto para questões mais metodológicas e instrumentais.

<sup>402</sup> ver Anexo E, *Cronologia de Docentes de Projeto*. Não foi possível aceder a dados do curso da FAUL para os anos curriculares de referência.

A3	Projeto III	Habitação: qualificação do banal, evitando a excecionalidade; investigação tipológica, construção e representação.
A4	Projeto IV	Equipamento urbano: a exceção no contexto urbano; programa, matéria, significado, cidade; construção e representação.
A5	Projeto V	Projeto urbano: cidade, território, instrumentos urbanísticos, raciocínio estratégico; pluridisciplinaridade, desenho urbano.

Nota: Tese corre em paralelo com Projeto no Semestre 10. Base nas FUC de 2013-2014.

*Tabela 68: EAUM-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2013-14)*

Curso	Conteúdos Simplificados
S1 Projeto I	Propedêutico: espaço como entidade abstrata - conformar, relacionar, organizar, representar
S2 Projeto II	Metodológico: projeto como resolução de problemas (lugares, programas, formas); espaço e forma; representação.
S3 Projeto III	Cidade e a casa: especificidade e o todo, território e a casa, relacionar várias escalas, o espaço doméstico e urbano.
S4 Projeto IV	Habitação coletiva: relação espaço urbano e doméstico, identidade, contexto, programa, habitação.
S5 Projeto V	Projeto, síntese e crítica: complexidade, investigação – reestruturação de tecido urbano, programas, edificado.
S6 Projeto VI	Idem do semestre anterior.
S1 Atelier 1	Projeto como investigação: Paisagem, Sustentabilidade ou História e Ucronia;
S2 Atelier 2	Projeto como investigação: Território, Inovação e Tecnologia ou Manifestos e Utopias
S3 Atelier 3	Projeto como investigação: Espaço Público, Patologia e Reabilitação ou Programas Emergentes
S4 -	-

Nota: Base nas FUC de 2013-2014

*Tabela 69: ISCTE-IUL-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2013-14)*

Curso	Conteúdos Simplificados
S1 Arq. I	Propedêutico: conceptual (arquitetura, espaço, criatividade); fenomenológico (espaço, matéria, percepção);
S2 Arq. II	instrumental (representar). Propedêutico: projeto como processo conceptual - processo, espaço-matéria-forma, expressão, representação, pesquisa.
S3 Arq. III	Metodológico/ Habitação unifamiliar urbana: programa, ideia-conceito, contexto, forma, função, representação.
S4 Arq. IV	Metodológico / Equipamento urbano: programa, ideia-conceito, contexto, forma, função, representação.
S5 Arq. V	Equipamento, espaço público e reabilitação de edificado: contexto, transformação, crítica, reabilitação.
S6 Arq. VI	Habitação coletiva e equipamento: contexto, programa, sistema, crítica, cidade, comunicação.
S7 P. Arq. I	Estratégia urbana e territorial e edificação como estrutura: cidade, transformação; regeneração urbana,
S8 P. Arq. II	complexidade. Equipamento coletivo: continuação do programa do semestre anterior – edificação e espaço público.
A5 PFA	Tema anual: autonomia, crítica, articulação com dissertação escrita.

Nota: ano de referência 2013/2014. Arq. I refere-se a Arquitetura I; P. Arq. I a Projeto de Arquitetura I. Base nas FUC de 2013-2014.

*Tabela 70: d.ARQ-FCTUC-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2013-14)*

Curso	Conteúdos Simplificados
A1 Projeto I	Propedêutico: noções conceptuais (noção de espaço, escala, vivência, metodologia); instrumentais (representação).
A2 Projeto II	Metodológico - Contexto, história e transformação: complexidade do Projeto, programa, contexto, método; instrumental (representação). Programa de reconfiguração de um contexto urbano inacabado. Projeto de um equipamento e espaço público em relação com este contexto.
A3 Projeto III	Habitação coletiva em contexto urbano: da célula à tipologia e à cidade, habitar, programa, contexto, materialização, representação, clareza construtiva.
A4 Projeto IV	Equipamentos complementares no espaço urbano: estrutura, infraestrutura, Projeto como síntese, materialidade e linguagem, etc.
A5 Projeto V	3 Estudos de projeto: Território e Paisagem; Cidade e Infraestrutura; Arquitetura e Memória. Diferentes temáticas e programas. Explorar os conhecimentos e instrumentos de análise projetual.

Nota: Tese corre em paralelo com Projeto no Semestre 10. Base nas FUC de 2013-2014.

Como já referido há uma estrutura semelhante no desenrolar da sequência das unidades de Projeto, notando ainda que metodologicamente ele interage sobretudo com unidades

curriculares de Teoria, História, Desenho e Tecnologias da Construção e exercita-se em situações tradicionalmente de simulação controlada da prática de *atelier*, onde há um apagamento dos condicionalismos da encomenda e da multidisciplinaridade, em benefício de uma construção autónoma do Projeto, com uma perspetiva genérica e de uma formação “não especializada”, em redor das questões instrumentais e conceptuais do próprio Projeto.

Com este sentido podemos afirmar a sequência curricular da área de Projeto como uma sequência-estrutura para o próprio plano de estudos, que se desenrola proporcionalmente.

Esta sequência de Projeto pode ainda ser caracterizada como típica da aprendizagem de uma “*cultura de atelier artesanal*”,<sup>403</sup> segundo a tradição do ensino *beaux-arts*, mantida com a passagem para o ensino “Moderno”, que tinha como finalidade uma preparação profissionalizante, de acordo com o perfil da atividade à época, sendo metodologicamente exercitada pela simulação das condições dessa mesma prática, tendo como finalidade instruir os futuros arquitetos nos mecanismos instrumentais e produtivos do Projeto enquanto profissão.

Vimos todavia surgir, ao nível do 2º ciclo, e sobretudo nas escolas do Minho e Coimbra, um modelo de organização das unidades curriculares de Projeto em que se privilegia uma aprendizagem que equilibra os aspetos produtivos e artesanais com uma preponderância culturalista e mesmo política, organizada por grandes temas de transformação da sociedade e da disciplina e oferecidos a uma escolha pelos estudantes, que se aproxima do modelo “pós-moderno” designado por Bruno Silvestre (2013) por “*cultura da diversidade global*”.

Esta distinção tende a ser efetuada entre os dois ciclos do mestrado integrado, como que se o primeiro ciclo seja eminentemente metodológico e instrumental, de certo modo *beaux-artiano*, enquanto o ciclo seguinte seria progressivamente diversificado, seja culturalista ou mesmo pré-profissionalizante, ligado às especificidades do corpo docente e da própria instituição.

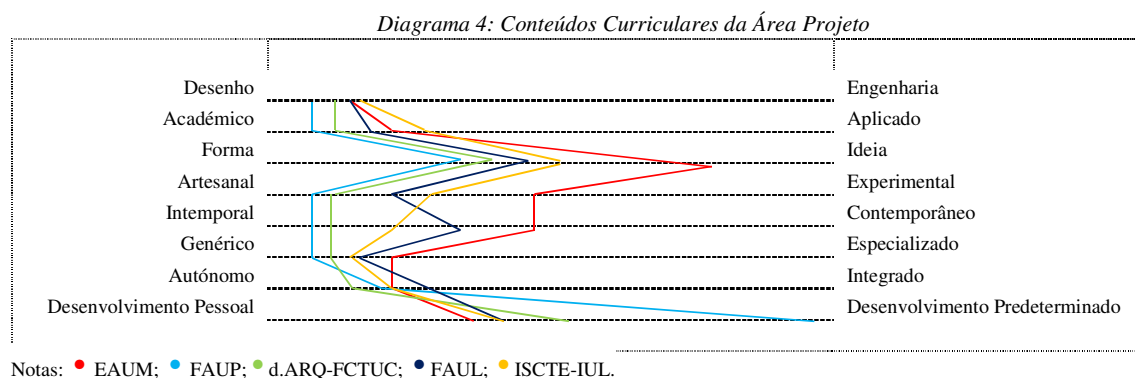
Aplicado às estruturas programáticas analisadas, a diferenciação entre ciclos, explícita no Minho e implícita na aproximação entre Projeto e Dissertação no ISCTE-IUL ou no novo 5º ano do d.ARQ-FCTCU, introduz a noção do Projeto como instrumento de inquirição e preposição da realidade, como desejo crítico e cenário de transformação, acentuando aspetos metodológicos e aproximando-se de uma ideia de investigação disciplinar. No caso da EAUM esta separação entre ciclos esbate a tradicional predeterminação curricular, introduzindo uma aprendizagem por temas, com objetivos diferenciados, interrelacionado a Arquitetura com outras áreas do conhecimento, tornando o Projeto ferramenta e tradução “disciplinar”.

---

<sup>403</sup> Bruno Silvestre (2013). *Towards a Broader Horizon*, Joelho nº4, Abril 2013, p206-209.



Com esta base conceptual propomos uma leitura diferenciada da estrutura dos programas dos cinco cursos, através do diagrama analítico abaixo:<sup>404</sup>



### *Conteúdos Didáticos da área de Projeto*

Considerando a existência de dois modelos de estrutura curricular e pedagógica de Projeto, um que corresponderá a um perfil formativo mais tradicional, artesanal e construtivo, e um outro mais cultural, político e especulativo, podemos construir a partir desta perspetiva diferentes aproximações didáticas ao ensino pelo Projeto.

Podemos ainda considerar que esta diferenciação de modelos pode se constituir tendências que convivam num mesmo plano de estudos, ou, como referimos, convivam em ciclos de aprendizagem diferentes mas sucessivos.<sup>405</sup> Um exemplo desta dualidade poderá ser, como referimos, o próprio curso da EAUM, quando propõem um primeiro ciclo instrumental e um segundo ciclo temático e exploratório.

<sup>404</sup> Baseado nos itens de análise propostos pelo estudo da TU-Delft, cf. Floet (2013).

<sup>405</sup> Marco Ginoulhiac (2009: 304-305) refere a este propósito que “*que a relação entre a importância dada ao produto e a que é reservada ao processo muda ao longo dos anos de curso. Se ao longo dos primeiros anos, as atenções sobre o processo de crescimento do aluno devem ser a principal preocupação do docente, nos últimos anos de curso este último pode concentrar-se na crítica ao trabalho do aluno. Nestes anos, o avançado desenvolvimento de um vocabulário conceptual de competências próprias à disciplina (como são o desenhar ou, em geral, o representar o espaço), permitem que o discurso crítico do docente possa ser, cada vez mais, uma dialéctica. De forma diferente, ao longo dos primeiros anos, o domínio das metodologias e do discurso projectual (em suma dos meios do Projeto de Arquitectura), juntamente com o desenvolvimento das capacidades intelectuais associadas às operações projectuais, representam o elemento de trabalho e de medição do desenvolvimento individual do aluno. A entrega do aluno à sociedade e ao mercado profissional é, desta forma, um processo gradual sobre o qual a instituição deve manter um posicionamento coerente com a sua estrutura curricular*”.

Com este cenário queremos reforçar que os conteúdos curriculares correspondem a determinados perfis escolares, e que a ideia de Escola e a ideia de Projeto de Arquitetura influenciam a orientação didática, e que estas ideias e concepções emergem de uma tradição cultural e de uma estratégia de evolução face às circunstâncias da sociedade, da profissão, da instituição escolar e da constelação de formações e experiências que constroem o corpo docente, ou seja, a estrutura curricular e pedagógica e a prática didática convergem em um processo contínuo de ajustamento e experimentação, tal como se de um projeto de arquitetura se tratasse.

Ou seja, circunstâncias internas são continuamente enquadradas para uma resposta a circunstâncias gerais externas, sendo em última instância a nível individual, no seio dos grupos de trabalho nas salas de aulas de Projeto que emergem didáticas específicas que se enquadram de diferentes modos com as estruturas curriculares previstas. Com esta importante ressalva, observamos, relativamente aos conteúdos didáticos da estrutura curricular da área Projeto, um conjunto de tendências de transformação em linha com as mutações dos conteúdos curriculares atrás abordados:

- Um equilíbrio entre o desenvolvimento de competências gerais e específicas, entre preparação profissional e cultural, visível na própria evolução curricular, na mutação dos próprios perfis docentes e na hipótese de os trabalhos de Dissertação incluírem de alguma forma o Projeto, como no caso do ISCTE-IUL;
- Uma compressão dos tempos letivos, levando a uma especialização pedagógica, antecipando questões, introduzindo teoria, incentivando uma maior integração das unidades curriculares conexas ao Projeto, verificável pela depuração disciplinar de matérias curriculares e pela reorganização em redor do Projeto, que se assiste em todas escolas mas que no 2º ciclo da EAUM atinge um novo nível organizativo;
- Uma aprendizagem baseada em desenvolvimento de competências, baseada em temas e problemas conexos, transformando os objetos em “arquiteturas-relacionais” e não tanto na produção de objetos encerrados sobre “si-próprios”, onde se intui que a relação mestre-aluno e o tradicional “aprender-pelo-fazer” é contrabalançado pelo “conhecer-antes-de-aplicar”, valorizando processos de aprendizagem e de trabalho, verificável pela organização do multidisciplinar do 2º ciclo da EAUM e exprimido na revisão curricular de Coimbra;
- A valorização da investigação e da produção de conhecimento como finalidade disciplinar e da área curricular, levando a uma “pedagogia da investigação”, que

valoriza os processos “exploratórios” que suportem as soluções de Projeto, como é exemplo a extensão do Projeto às Dissertações de final de ciclo de estudos;

- Em sentido contrário, um receio de que o posicionamento mais cultural adie a confrontação com a “exploração” do próprio projeto, na sua realidade mais arquitetónica, de manipulação das formas edificadas, suscitando o risco de não haver verdadeiramente projeto, nas aulas de projeto.

De igual forma, analisando o programa das unidades de Projeto verificamos que há um conjunto de assuntos base que se repetem, como os temas da habitação e da paisagem, a experimentação gradativa do edifício público simples e mais tarde com maior complexidade. Igualmente se nota que as escolas recorrem à envolvente próxima para determinar os casos de estudo, incorporam questões locais e contextualizam os programas face a estas questões. Ou seja, os próprios temas “clássicos” são filtrados por condições culturais locais, assim como por práticas locais. O estudo de Delft (Floet 2013) para um conjunto de 9 escolas europeias de Arquitetura, ao nível do bacharelato, corrobora esta variedade, indicando que sobre um conjunto de práticas tradicionais comuns, incluindo a estrutura evolutiva do ensino pelo Projeto,<sup>406</sup> os modelos de escola influenciam decisivamente a orientação pedagógica e o sentido didático dado.

A diferenciação corresponde a especificidades do modelo analítico, conceptual e produtivo do Projeto. Isto é, ao modo como observamos os problemas, decidimos e valorizamos o que fazemos e o “como fazemos”; ao modo como enquadramos o processo conceptual e produtivo do Projeto e como gerimos o processo de conceção e elaboração do Projeto, designadamente com que ferramentas e apetrechos teóricos se aferem e decidem os estádios projetuais.

Mais uma vez as diferenças são de substância e garantem que haverá toda uma “vida didática” para além dos currículos e dos programas das unidades curriculares.

Complementarmente, as metodologias de ensino refletem estratégias para a implementação de resultados de aprendizagem, pelo que as práticas didáticas, os conteúdos

---

<sup>406</sup> Cf. Floet 2013, propondo a autora as seguintes classificações:

- TU-Delft: alternância de domínios (Projeto como soma de conhecimentos);
- TU-Eindhoven: visão geral → especialização → interdisciplinaridade;
- Leuven e ETHZ: conceitos base → integração de dimensões/domínios; metodologia;
- Madrid: ideia e argumentação → reflexão e elaboração → pensamento crítico;
- Gent: princípios → tipologia → ciclo de Projeto;
- Aalborg: processo de formalização técnica;

pedagógicos e as estruturas curriculares se suportam mutuamente e, mais ainda, validam-se reciprocamente, isto é, as didáticas justificam-se perante os objetivos pedagógicos. Os relatórios de adequação afluam esta problemática quando solicitavam uma demonstração da adequação entre a organização dos ciclos de estudos e metodologias de ensino,<sup>407</sup> no entanto, como vimos, as escolas estudadas centram-se na definição do conjunto de competências específicas de formação para todo o currículo, cruzando estas com as competências genéricas *Tuning* com as específicas suscitadas ainda pela Diretiva,<sup>408</sup> justificando em termos gerais o recurso a uma metodologia de aprendizagem pelo Projeto e não tanto a uma especificação diferenciada de metodologias de aprendizagem, privilegiadas de acordo com objetivos pedagógicos parciais. No entanto, não sendo um tema em si mesmo, é possível retirar dos relatórios um conjunto de princípios com tradução metodológica, associados à compartimentação hierárquica da formação: uma preparação de base metodológica, conceptual e instrumental, associada ao primeiro ciclo; um desenvolvimento progressivamente mais autónomo, processual e investigatório, associado ao ciclo final de estudos, conduzindo a uma prova final, que em alguns casos pode incorporar Projeto num ensaio crítico e investigatório. Neste ponto, propomos a interpretação de que associado a uma menor explicitação de objetivos de aprendizagem poderá correr uma menor explicitação das metodologias de ensino.

José António Bandeirinha refere em *Pedagogia do Projeto*,<sup>409</sup> que há uma variação da prática “*instrumental da formação*”, a qual conforme a relação com a “*realidade física, social e material do mundo que a envolve*”, situa-se num de três patamares: na “*simulação direta*”, que simula a encomenda profissional; na “*simulação crítica*”, que escolhe dada faceta da realidade; na “*abstração conceptual*”, que altera a realidade, onde, conforme objetivos pedagógicos, os tipos de exercícios nas salas de aula aproximam-se mais de cada um destes patamares, ou se

---

<sup>407</sup> Cf. *Peça Instrutória F: Demonstração da adequação entre a organização dos ciclos de estudos e metodologias de ensino*.

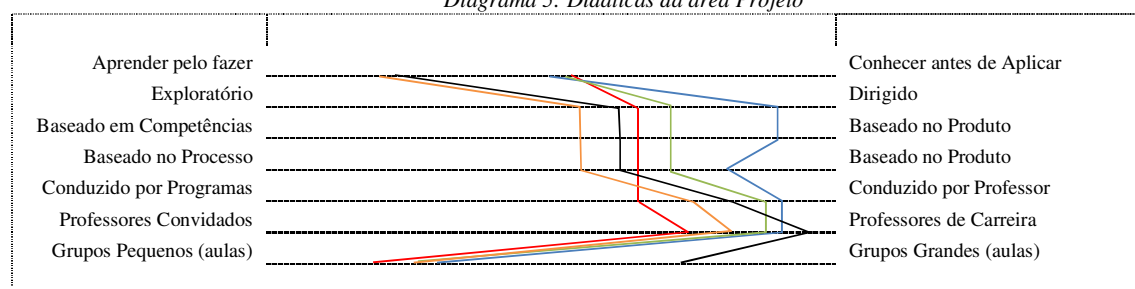
<sup>408</sup> Como é o caso da EAUM; da FAUP. O d.ARQ-FCTUC enquadra ainda o tipo de metodologias gerais de ensino, nomeadamente as unidades práticas, teórico-práticas e teóricas, assumindo que a formação especializada em Arquitetura é em Projeto, e que o ensino pelo Projeto será orientado “*em torno de programas de natureza diversa que permitam abordar um largo espectro de desafios e que estimulem a investigação num campo tão alargado quanto possível*” (71). A FAUL indica objetivos de aprendizagem para cada ciclo de estudos e relaciona os Descritores de Ciclo e os objetivos *Tuning* com a Diretiva. O ISCTE-IUL define igualmente objetivos de aprendizagem específicos e relaciona-os em termos gerais com a metodologia de ensino pelo Projeto.

<sup>409</sup> José António Bandeirinha (2012:102-113), *Pedagogia do Projeto*, in revista Joelho nº3, d.ARQ-FCTUC.

misturam e se relacionam entre si, quer em enunciados, quer nas respostas dos alunos e na condução das tutorias.

Ou seja, tal como para as estruturas curriculares, as práticas pedagógicas podem integrar estratégias aparentemente contraditórias. Tendo presente esta complexidade, propomos mais uma chave interpretativa para as cinco escolas estudadas, tendo como base os programas das unidades de Projeto, salientando todavia que a clarificação das práticas pedagógicas carece de uma análise subsequente bastante mais fina. Ainda assim, avançamos para uma proposta de leitura diferenciada, que entendemos como um ponto de partida para futuras aproximações:

Diagrama 5: Didáticas da área Projeto



Notas: ● EAUM; ● FAUP; ● d.ARQ-FCTUC; ● FAUL; ● ISCTE-IUL.

### *Investigação na área de Projeto*

Não obstante um posicionamento mais conservador e artesanal ou um mais inovador e cultural, todas as escolas nacionais estão em instituições universitárias, assim como todas as estruturas curriculares estudadas se confrontam o tema da investigação.

Como vimos, o currículo da EAUM elege-a como objetivo de aprendizagem e utiliza-a como conceito pedagógico para a reformulação do segundo ciclo.

A questão que trataremos no próximo capítulo é a de que modo o conceito de investigação pressiona a “disciplina”, os currículos escolares e a própria área de Projeto, designadamente quanto às transformações estruturais e pedagógicas do ensino a Projeto, verificando como o quadro-mental em redor da ideia de investigação é concomitante com uma tentativa de elevar o estatuto do Projeto no seio da Universidade e, por extensão natural, da própria sociedade.



## V. PROJETO COMO «ÁREA CIENTÍFICA»

*Aprendemos Arquitetura a investigar o que já se conhecia*

Alexandre Alves Costa <sup>410</sup>

*(...) Uma das características da Arquitetura, enquanto prática, e, sobretudo, enquanto prática artística, que é a de trabalhar sobre condições empíricas e sobre as contradições e as mudanças dessas mesmas condições. Esse é o seu material, está no seu centro epistémico e é indestrutível.*

José António Bandeirinha <sup>411</sup>

*A investigação trata de transformar o inexplicável em previsível e o Projeto de Arquitetura é exactamente a transformação do previsível em inexplicável.*

Mário Krüger <sup>412</sup>

*A ciência aprende-se com princípios e a arte com exemplos*

Antoni Gaudí <sup>413</sup>

---

<sup>410</sup> Alexandre Alves Costa (1982:116).

<sup>411</sup> José António Bandeirinha (2012:112) em *Pedagogia do Projeto*.

<sup>412</sup> Mário Krüger (2012) *A investigação em Arquitetura*. Conferência em 21 de Setembro de 2012. Colégio das Artes, Coimbra, citado por Bruno Gil (2013:218).

<sup>413</sup> Antoni Gaudí: *Manuscritos, artículos, conversaciones y dibujos, Murcia*. Galería Yerba, 1982. Citado por Carlos Martí Arís em *La cimbra y el arco*, Fundacion Caja de Arquitectos, Barcelona, 2005, p.25.

## 1. Introdução

Com este terceiro e último andamento do corpo da tese observa-se o impacto no “significado” do ensino pelo Projeto das transformações de mentalidade associadas à valorização da investigação e da produção de conhecimento para desenvolvimento social e tecnológico da sociedade.

As narrativas da autonomia universitária e da regulação pela desregulamentação, decorrentes da massificação e da transformação da missão do próprio ensino superior, conduziram desde a década de 1990 a uma progressiva necessidade de aferição e avaliação de eficácia. Esta tendência seria confirmada na organização estrutural e conceptual do Processo de Bolonha.<sup>414</sup> Como referido no ponto *Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal*<sup>415</sup>, a integração da Arquitetura na “universidade da investigação” colocou uma pressão geral sobre as bases materiais e empíricas da disciplina, e uma pressão específica sobre a tradição do ensino pela simulação da prática, através do Projeto.

A aferição da transformação do “significado” do Projeto é realizada mediante a leitura das implicações que o novo quadro mental geral coloca à tradição do ensino pelo Projeto, relacionando as transformações estruturais e organizativas, com repercussões conceptuais e pedagógicas.

Estas questões relacionam-se ainda com o percurso efetuado nos capítulos anteriores, convergindo para uma interpretação da resposta da Arquitetura face às transformações suscitadas pelo processo de adequação a Bolonha, tendo como base o modo como o conjunto de escolas estudadas se adaptou aos princípios da reforma. Através de uma sucessão de leituras, incidimos num primeiro momento em questões de estrutura organizativa geral, e num segundo em questões da estrutura curricular e do ensino pelo Projeto em particular. Neste capítulo regressarmos a um âmbito mais largo, contextualizando as transformações relatadas com a evolução do quadro mental da missão universitária, regressando ao tema da aparente fratura entre o carácter empírico da Arquitetura e o meio universitário,<sup>416</sup> e questionando o significado do Projeto face a estas transformações e ruturas.

---

<sup>414</sup> Ver Capítulo II: *Preâmbulo Conceptual e Temático*, ponto 4, *Introdução ao Processo de Bolonha*. O tema da transformação da missão universitária, rumo a um “gerencialismo” de cariz neo-liberal é explorado, por exemplo, em António Magalhães (2002, 2004).

<sup>415</sup> Cf. II – *Preâmbulo Conceptual e Temático*, ponto 3, *Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal*.

<sup>416</sup> As dificuldades de relação entre a Universidade e Arquitetura são amfude referidas. Veja-se por exemplo em Ernst Boyer (1998), Kenneth Frampton (2000) ou Manuel Graça Dias (2001a).



A estrutura do capítulo é organizada em três momentos temáticos e analíticos, com implicações recíprocas, e com a particularidade de se iniciar com um olhar sobre a mutação da própria universidade, para depois regressar a uma base mais disciplinar, designadamente:

- Universidade, Educação, Investigação: observando as transformações na missão das escolas, equilibrando educação, ensino e investigação. Incide nas questões da aferição de qualidade, na avaliação e no financiamento, e na transformação da composição do corpo docente, levando a uma redefinição da ligação à prática profissional.
- Projeto e o caso da prova final de Mestrado: no momento da adequação a Bolonha os cursos nacionais optam por terminar o ciclo de estudos integrados com uma prova final de formato eminentemente académico. Este formato poderá ser lido como uma tentativa de trazer a investigação para a formação base, pelo que podemos questionar em que medida este corolário curricular reflete uma mudança conceptual dos planos de estudos.
- Projeto, Educação e Investigação: adaptando-se ao léxico do processo de Bolonha, os cursos de Projeto tornaram-se “unidades curriculares” e integram “áreas científicas”. Balançando entre a tradicional missão de preparação para a prática profissional e as solicitações de produção de conhecimento, questiona-se acerca da relação entre o Projeto e a investigação em meio universitário e se esta eventual delimitação conceptual tem implicações nas estruturas de ensino pelo Projeto.

A base analítica consiste nos documentos de adequação ao Processo de Bolonha dos planos curriculares das escolas estudadas, assim como as revisões curriculares entretanto ocorridas e as fichas de unidades curriculares de Projeto e de Projeto Final ou Dissertação. São ainda elementos importante os regulamentos de cada instituição de ensino, disciplinando a Prova Final de mestrado integrado. Cumulativamente, a documentação legal relativa à implementação de Bolonha e todo um conjunto de dados e estudos relativos à mudança na Universidade, ao papel da investigação e ao impacto deste quadro geral na Arquitetura, assumem um importante papel de enquadramento.

## 2. Universidade, Investigação, Avaliação

### a. Missão das Escolas: educar, ensinar, investigar

O movimento de afinação da missão das universidades, do qual Bolonha é um corolário, acrescenta a missão institucional na produção de conhecimento. Este posicionamento reflete um sistema em que à tradicional missão de base de formação humana é acrescida uma missão de produção de conhecimento, gerando mais-valias económicas diretas e indiretas.<sup>417</sup> Paralelamente, fatores como a fragmentação e especialização do conhecimento, a hiper-transformação das condições produtivas e o enfraquecimento do âmbito político e social, em benefício do crescimento e expansão dos “mercados”, proporcionam um mundo de indeterminações, perfilando uma “*economia de aprendizagem*”,<sup>418</sup> em que os indivíduos, face à aceleração de sucessivas transformações, encaram a adaptabilidade como condição de sobrevivência. Esta instabilidade pressiona o modelo tradicional de ensino, centrado na transmissão unitária de um conjunto de conhecimentos orientados para uma finalidade técnica e profissional, em benefício de ofertas diferenciadas e miscenizadas, que enfatizam o desenvolvimento de competências individualizadas e sistémicas, alterando o paradigma de aprendizagem.

Em Portugal esta dinâmica ocorre sobretudo desde a democratização do sistema universitário e do desenvolvimento do subsistema de investigação, impulsionados a partir da adesão do país em 1986 à Comunidade Económica Europeia.<sup>419</sup> A consolidação do sistema universitário como sistema de produção de conhecimento teria um impulso significativo a partir da segunda metade da década de 90, mediante uma reorganização do financiamento, em redor da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, 1997), e da implementação de sistemas de avaliação às instituições e aos Projetos científicos.<sup>420</sup> Com este contexto de fundo, no momento

---

<sup>417</sup> Autores como Guy Neave e Alberto Amaral (2012:2) identificam uma dupla escatologia atualmente no ensino superior europeu, por um lado há EHEA afirmando uma “*identidade europeia*” (que se reflecte na designação dos programas de intercâmbio e financiamento: Erasmus, Sócrates, Leonardo da Vinci, Marie Curie, etc.), por outro há um imperativo económico e cultural transversal da globalização da “*sociedade do conhecimento*”. Os autores referem que os fatores identitários são mais fracos do que o “*paradigma neoliberal ou económico*”, que acabou com o princípio de financiamento público deficitário, situação agudizada com a atual crise económica.

<sup>418</sup> Guy Neave e Alberto Amaral (2012:2)

<sup>419</sup> Segundo Manuel Heitor e Hugo Horta (2012), até À Revolução de Abril de 1974 o sistema político impunha uma cultura científica fraca e restrita. Após o 25 de Abril e com o impulso da integração europeia em 1986, as condições começaram a mudar lentamente, com um padrão de desenvolvimento descoordenado e com um incremento acelerado a partir a década de 90, reflectindo a liberalização e massificação do ensino, conduzindo a uma convergência com os restantes países europeus.

<sup>420</sup> Cf. Manuel Heitor e Hugo Horta (2012:181).

de viragem para o século XXI há o despontar de uma cultura de investigação nas escolas de Arquitetura, e face às disponibilidades de financiamento e ao enquadramento legal das carreiras universitárias, iriam surgir progressivamente novos doutorados e prepararem-se projetos de investigação.

Tabela 71: Projetos de Investigação FCT em Arquitetura e Urbanismo (2000-2013)

	2000	2001	2002	2004	2006	2008	2009	2010	2012	2013		Totais	Notas
EAUM						1					1	143.520 €	Projeto UM-Tecnologias
FAUP									1		1	199.961 €	
FCTUC						1	1				2	336.278 €	
FAUL		1		3	4	2	4		2	1	17	1.854.820 €	26% do total
ISCTE-IUL	2	2		1	1	1			1		8	1.285.985 €	18% do total
IST	1		3	3	1	2		1	1		12	998.601 €	14% do total
LNEC		1									1	23.680 €	
IADE		1		1							2	126.615 €	
IDMEC			1								1	50.000 €	
UTAD				1			1				2	215.917 €	
FEUP					1	1					2	72.816 €	
CESAP						1			1		2	169.387 €	
FMinerva						1		1			2	218.710 €	
IHCI						1					1	168.289 €	
U Aveiro						1					1	73.915 €	
ISA						1			1		2	364.605 €	
ICETA-UP						1					1	0 €	
LNEG								1			1	91.088 €	
IGOT									1		1	121.020 €	
IPC									1		1	155.113 €	
FCO-ESG									1		1	191.237 €	
INEST									1	1	2	143.277 €	
Totais	3	5	4	9	7	14	6	3	11	2	64	7.04.834	

Notas: (1) Fonte é a base de dados de Projetos financiados pela FTC, disponível em <https://www.fct.pt/apoios/Projetos/consulta/Projetos>, acedido em 2015; (2) há Projetos em associação como outros centros, na tabela apenas está indicado a instituição principal do Projeto; (3) há Projetos em áreas exteriores a Arquitetura e Urbanismo que envolvem centros de investigação – investigadores da área da Arquitetura, das escolas de Arquitetura.

Simultaneamente a reorganização do sistema universitário para a convergência com a EHEA viria a reconhecer os centros de investigação como parte da estrutura de gestão institucional, permitindo um maior envolvimento destas estruturas na gestão universitária.<sup>421</sup> Situação que aliada à capacidade de financiamento direto junto da FCT (e juntos de eventuais parcerias com outros organismos públicos ou privados) criava uma dinâmica em que as estruturas de investigação ganhavam autonomia e importância crescentes. Estas permitiam a contratação de investigadores, o financiamento de bolsas de investigação e uma produção de

<sup>421</sup> Cf. Heitor e Horta (2012:213), designadamente determinando Conselhos de Gestão compostos por membros internos e externos às instituições, abrindo as universidades ao nível da governação e envolvendo os Centros de Investigação na gestão, como órgãos institucionais.

conhecimento autónomo, que viria a definir critérios objetivos para a avaliação institucional e individual.

#### b. Aferição de Qualidade nas Escolas

Em 2007, a reformulação da *Lei de Bases da Avaliação do Ensino Superior*<sup>422</sup> criaria agência A3ES,<sup>423</sup> tendo como missão a avaliação e acreditação das instituições de ensino superior assim como dos seus ciclos de estudos. A agência avaliava e acreditava todos os programas de estudos, em todos os ciclos de aprendizagem,<sup>424</sup>mas impunha ainda o princípio

---

<sup>422</sup> Lei nº38/2007 de 16 de Janeiro. Notar que a crescente necessidade de garantia de qualidade do ensino superior despontou e cresceu associada ao próprio crescimento e liberalização do sistema de ensino superior. A *Lei de Base do Sistema Educativo* de 1986 (Lei nº46/86 de 14 de Outubro) mencionava a necessidade de garantia de qualidade, de avaliação geral, tendo como suporte a reunião de dados estatísticos para instrumentalizar a avaliação do sistema (artigos 12º, 49º e 51º respectivamente). Em 1994 a *Lei da Avaliação do Ensino Superior* (Lei nº38/94 de 21 de Novembro) juntava à intenção de avaliação um sistema de incentivos e penalizações associados e que, na *Lei de Bases para o Desenvolvimento e a Qualidade do Ensino Superior* de 2003 (Lei nº1/2003 de 6 de Janeiro), alcança a penalidade de encerrar instituições que não cumpram requisitos base de qualidade (artigo 5º), enquanto é criado um sistema de classificação e de procedimentos de acreditação dos cursos. No mesmo ano a *Lei de Bases para o Financiamento do Ensino Superior* (Lei nº37/2003 de 22 de Agosto) interliga a performance institucional ao financiamento.

<sup>423</sup> Num primeiro momento o processo de avaliação seria mesmo conduzido pelas próprias instituições de ensino superior, através do CRUP (Conselho de Reitores das Universidade Portuguesa, fundado em 1990), que lançaria em 1992 o debate sobre a qualidade no Ensino Superior Português, promovendo nesse ano um seminário com especialistas internacionais e escolhendo um modelo, o Holandês. Este movimento enquadraria as iniciativas legislativas subsequentes (Lei da Avaliação do Ensino Superior de 1994), culminando em 1995 num protocolo com a CRUP e a FUP (Fundação das Universidades Portuguesas, criada em 1993), reconhecendo a FUP como órgão representativo das Universidades Públicas e da Universidade Católica e definindo as linhas gerais do sistema de avaliação. Em 1999 o primeiro ciclo de avaliações das Universidades Públicas e da Universidade Católica estaria concluído. Em 1998 era criado o CNAVES (Conselho Nacional para Avaliação do Ensino Superior) com o intuito de alargar o âmbito da avaliação ao ensino privado e politécnico. Estas instituições seriam incluídas na segunda fase de avaliação, entre 2000 e 2005, formando a primeira avaliação abrangente das instituições de Ensino Superior em Portugal. Esta acabaria por não corresponder ao planeado, levando a tutela a acusar os relatórios de não arriscarem recomendações inequívocas. Em 2005 começaria uma nova fase já com a influência do Processo de Bolonha. A ENQA havia sido comissionada para avaliar o sistema de avaliação e as práticas de garantia de qualidade da CNAVES, tendo-lhe sido ainda solicitado um relatório de recomendações para o enquadramento de Portugal no *European Standards Guidelines* (ESG) para a garantia de qualidade, conforme indicado na conferência interministerial de Bergen em 2005. O resultado seria o fim do modelo de avaliação em redor do CNAVES, criticado por não permitir uma avaliação externa genuína, porque não era levada a cabo de modo totalmente independente daqueles que avaliava, uma vez que os conselhos de avaliação tinham nos seus membros representantes das instituições avaliadas. Sobre todo este processo ver o trabalho de Rosa e Sarrico, 2012.

<sup>424</sup> Com a operacionalidade, já em 2008, da A3ES, passava nova legislação impondo que todos os programas de estudos em funcionamento tivessem que ser obrigatoriamente acreditados pela agência, impondo o horizonte de acreditação até 2010/2011, assim como todos os novos programas conducentes à atribuição de graus de 1º, 2º ou 3º ciclo devam ser obrigatoriamente pré-acreditados para entrarem em funcionamento.

de audição dos procedimentos internos de controlo da qualidade institucional, imprimindo uma harmonização dos procedimentos de avaliação do sistema nacional com as boas práticas europeias no âmbito da EHEA.<sup>425</sup>

Na Arquitetura as avaliações seriam efetuadas em um primeiro momento pela FUP, sendo avaliadas em 1999 um conjunto de 7 cursos públicos.<sup>426</sup> Numa segunda fase, em 2003, este grupo seria alargado para um total de 13 instituições, com a inclusão de uma série de instituições/cursos privadas.<sup>427</sup> Este segundo momento do processo de avaliação daria origem ao *Relatório dos Cursos de Licenciatura em Arquitetura e Arquitetura Paisagista*, da FUP/APES de Julho de 2003,<sup>428</sup> que incorporava as problemáticas suscitadas no primeiro relatório e consistiria na base documental para a fundamentação da organização do ciclo de estudos em relação aos comentários de avaliação externa anteriores, solicitado pelos relatórios de adequação a Bolonha. Estas avaliações incidiam metodologicamente em três tipos de questões:

- A definição dos objetivos gerais e específicos de formação nas áreas respetivas (Arquitetura, Urbanismo ou Paisagismo);
- As estratégias pedagógicas desenvolvidas para a concretização dos objetivos;
- Os meios humanos e materiais disponíveis para a concretização dos objetivos.

Nas recomendações finais do relatório de 2003, para além das questões relacionadas com debilidades pontuais ou gerais de coordenação curricular e de controlo de ingresso de alunos, referia ainda uma quase ausência de mecanismos de controlo interno, quer do desempenho evolutivo dos próprios cursos, quer dos currículos e da adequação pedagógica dos próprios docentes, referindo que não eram entregues currículos dos docentes para avaliação,

---

<sup>425</sup> A A3ES tornava-se em 2009 membro da ENQA, reflectindo o esforço de harmonização com os procedimentos comuns ao espaço da EHEA. O Conselho Científico da A3ES incluiria especialistas estrangeiros, as equipas de avaliação incluiriam obrigatoriamente especialistas estrangeiros e os relatórios de avaliação seriam bilingues, em Português e em Inglês

<sup>426</sup> Dando origem ao *Relatório Final de Avaliação das Licenciaturas de Arquitetura*, de Outubro de 2000, FUP.

<sup>427</sup> No primeiro grupo contavam-se os seguintes cursos/instituições: FAUP; FAUTL (Arquitetura); d.ARQ-FCTUC; FAUTL (Gestão Urbanística); FAUTL (Urbanismo e Território); UE (Évora, Paisagismo); ISAUTL (Agronomia, Paisagismo). Na segunda fase foram incluídos UL (Lusíada Lisboa); UL (Lusíada Porto); UL (Lusíada Vila Nova de Famalicão); EUAC (Escola Universitária de Artes de Coimbra); Uln (Lusófona, Arquitetura); Uln (Lusófona Urbanismo). Do grupo de escolas estudados nesta tese não constavam a EAUM e o ISCTE-IUL, cujos cursos se iniciaram em 1997 e em 1999, respectivamente

<sup>428</sup> Relatório subscrito pelo presidente da Comissão de Avaliação Externa, FUP/APES, Mário Krüger.

impossibilitando uma verificação do grau de qualificação do corpo docente. A produção de investigação estava ausente do relatório, que se centrava na atividade letiva, separando implicitamente a docência da investigação. Esta primeira avaliação às instituições seria substituída pelo processo de acreditação e certificação dos cursos de Arquitetura pela Ordem dos Arquitetos, a qual implementaria a partir de 2000 um regime de admissão que terminava com o acesso direto dos licenciados pelas escolas à profissão.<sup>429</sup> Este regime funcionaria até ao final de 2006, altura em que o Estado transferiria a competência de avaliação e certificação para a agência A3ES.<sup>430</sup>

A OAP retificaria o regime de admissão, em Outubro de 2006, impondo a frequência num estágio profissionalizante como regime regra para todos os recém-graduados, passando de uma posição de controlo sobre os cursos para uma ação formativa complementar, de preparação para acesso à profissão.

Este movimento da Ordem acompanhava a adaptação da profissão à regulamentação da Diretiva europeia de 2005, em que as várias organizações profissionais nos Estados Membros da U.E. tendiam a desenvolver regimes de formação complementar para acesso à profissão, como modo de garantia de uma pretensa adequação das formações heterógenas oferecidas por um mosaico de escolas às condições específicas dos mercados locais de trabalho.<sup>431</sup>

Face ao efeito combinado da explosão da oferta de cursos e da contração do mercado da construção, o antigo estágio, complementar da formação académica,<sup>432</sup> passaria para o controlo da profissão, instituindo uma separação formal entre a preparação dada pelas escolas e a formação profissionalizante coordenada pela Ordem. As estruturas curriculares e pedagógicas das escolas afastam-se da profissão, tanto quanto a avaliação e acreditação se desvinculam das organizações profissionais, estabelecendo-se, provisoriamente, um duplo afastamento entre ensino e formação.

---

<sup>429</sup> Este tema é igualmente abordado no Capítulo II: *Preâmbulo Conceptual e Temático*, secção *Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal*.

<sup>430</sup> No primeiro momento de avaliação das propostas de adequação a Bolonha, a aprovação dos planos de estudos fora efectuada pelos serviços do MCTES, ouvido o Conselho de Admissão da OAP. A avaliação pela A3ES seria implementada no segundo momento de avaliação, a partir de 2012-2013. Cf. Paulo Tormenta Pinto (2014:11-12).

<sup>431</sup> No âmbito das organizações profissionais recaia, conforme o enquadramento legal de cada estado, o controlo do acesso à profissão, o que permitia estabelecer regras e filtros para adequar localmente os formados em outros sistemas universitários, desde que os respetivos cursos estejam reconhecidos na Diretiva Europeia.

<sup>432</sup> Os planos de estudos da FAUTL deixam de ter estágio a partir de 1979. Ver em complemento Capítulo II: *Preâmbulo Conceptual e Temático*, a secção *Introdução ao Ensino da Arquitetura em Portugal*.

Tabela 72: Estudo / Estágio mínimos em anos por Estado Europeu

	1	2	3	4	5	6	7	8
Eslováquia								
Áustria								
Rep. Checa								
Polónia								
Eslovénia								
França								
Lituânia								
Bélgica-Estado Federal								
Bélgica-Flandres								
Bulgária								
Croácia								
Hungria								
Irlanda								
Luxemburgo								
Holanda								
Reino Unido								
Espanha								
Portugal								
Alemanha-Baden; Württemberg								
Alemanha-Bavariéra								
Alemanha-Hessen								
Alemanha-Saxónia;Anhhalt								
Dinamarca								
Estónia								
Grécia								
Suécia								
Suíça								

Notas: Cf. ACE/ENACA (2014:5), *Modernisation of the Professional Qualifications – Directive and impact on the architectural profession*.

Legenda: ● Formação escolar; ● Estágio / Formação Profissional

### c. Avaliação e Profissionalização docente

Observámos que o regime normativo de 2007 consolida a natureza investigatória do ensino superior.<sup>433</sup> Em paralelo, era imposto um valor mínimo de doutorados por alunos nas universidades,<sup>434</sup> e o princípio do doutoramento como grau de base.<sup>435</sup> O regime de dedicação exclusiva era privilegiado, conduzindo à profissionalização das carreiras, que agora eram avaliadas periodicamente, através de sistemas de avaliação de desempenho. Em simultâneo, as instituições eram pressionadas pelo lado do financiamento, pela possibilidade de financiamento autónomo das unidades de investigação, e pelo lado produção de conteúdos, que se tornava o fator de medição para as avaliações institucionais e pessoais dos docentes-investigadores.

<sup>433</sup> Alicerçado em “*formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e de investigação*”, relegando para a esfera politécnica as formações vocacionais, orientadas profissionalmente, cf. Artigo 3º, alínea a), do *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, Lei nº62/2007, de 10 de Setembro.

<sup>434</sup> Uma relação de 1/30, cf. os artigos 47º a 49º da Lei nº62/2007, de 10 de Setembro.

<sup>435</sup> Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de Agosto, extinguindo as categorias de Assistente e Assistente Estagiário definidas no regime anterior.

O sistema desenha-se entre o grau de doutor, a tendência para a exclusividade, a necessidade de produção em formato reconhecido pela universidade e a apetência pelo financiamento para a investigação. Os mecanismos de avaliação e financiamento dos projetos de investigação incentivam a associação de investigadores a centros com massa crítica, que por sua vez necessitam investigadores para adquirirem melhor classificação e financiamento estrutural.<sup>436</sup> A oferta de cursos de 3º ciclo é condicionada ao enquadramento por centros de investigação, ultrapassando a lógica de organização departamental, impulsionando uma nova ordem estrutural.<sup>437</sup> O sistema aparentemente pressiona para o enquadramento das investigações individuais nas estratégias dos Centros de Investigação, profissionalizando a própria produção da investigação, num rumo de desenvolvimento cujo impacto ainda está por verificar.

*Tabela 73: Regimes de Avaliação Docente em Escolas de Arquitetura*

Escolas	Regime de Avaliação	Data	Notas
FAUP	Não tem	-	A avaliação do serviço docente mantém-se no âmbito das atribuições do Conselho Pedagógico da FAUP, de acordo com os seus próprios critérios.
EA-UM	Exclusivo para Arquitetura	2010	RAD-EAUM de 27 de Julho de 2010
DARQ-FCTUC	Geral da Universidade	2010	Regulamento n.º 398/2010
FAUL	Exclusivo para Arquitetura	2012	Despacho n.º 14317/2012 da Reitoria da UL
ISTCE -I UL	Adaptado a Arquitetura	2010	Despacho n.º 16623/2010 da Reitoria do ISCTE-IUL
IST - UL	Geral do Instituto	2013	Despacho n.º 262/2013 da Reitoria da UL Contempla Engenharia, Arquitetura e Gestão
EA-UE	Geral da Universidade	2011	Despacho n.º 1038/2011 do Reitor.
UAL	Geral da Universidade	2012	Deliberação n.º 82/2012 do Conselho Científico
Lusófona	Geral da Universidade	2011	Despacho n.º 24/2011

Notas: (1) O curso da FAUP foi acreditado pela A3ES sem restrições, admitindo o sistema de avaliação interno da instituição (implicitamente no ponto 2.2.4 do relatório da agência), pese o facto de no ponto o ponto 9.6 (observações relativas ao pessoal docente e não docente) recomendar que se consiga “*pôr em prática um modelo de avaliação do desempenho docente abrangente e adaptado às especificidades da Arquitetura, a par da criação de mecanismos de incentivos e de reconhecimento dos contributos dados pelos docentes*”. (2) Notar ainda, que o corpo docente do na FAUP é considerado especialista, na sua área pedagógica, para efeito de orientações académicas nas teses de MI.

Deste modo, observa-se um conjunto de pressões estruturais para desenvolver a investigação em meio universitário, impulsionando estruturas e práticas no interior da universidade e moldando a formação e o quotidiano docente. Estas pressões levantam questões importantes ao ensino tradicional da Arquitetura e ao Projeto de Arquitetura como metodologia de aprendizagem.

<sup>436</sup> Um dos critérios de avaliação para a atribuição de bolsas individuais de doutoramento pela FCT é o da classificação do centro de investigação de acolhimento. Ao mesmo tempo, a disponibilização de verbas para candidaturas individuais retrai, em benefício do financiamento de bolsas inseridas em Projetos de investigação a concurso.

<sup>437</sup> Veja-se o caso do ISCTE-IUL onde a estrutura organizativa dos centros de investigação congrega docentes e investigadores de vários departamentos e respetivas “áreas científicas”.



Trata-se de saber em que medida o Projeto como prática empírica e a Arquitetura como cultural material, pode ser ensinada e investigada por docentes progressivamente afastados das condições materiais da sua produção. Ou, em que medida o Projeto pode ser investigação e produção de conhecimento. Por outro lado, a ligação do Projeto à investigação universitária poderá ter implicações pedagógicas no próprio ensino pelo Projeto, pelo que, regressando à primeira questão, permite uma especificidade do Projeto em meio universitário, estabelecendo-se como uma “prática”? Por outras palavras, recorrendo a Jorge Figueira (2013), se a “*investigação em Projeto significa a passagem do campo da Arquitetura de um mundo físico, real, pragmático, para um mundo académico, trabalhando sobre si próprio?*”<sup>438</sup>

A respeito destas questões, a distinção entre “práticas teóricas” e “críticas” e “práticas arquitetónicas” e “materiais” é de certo modo esbatido pelo aparecimento de uma categoria de docentes que são simultaneamente práticos e académicos, tendo atividade de *atelier* e doutoramento.<sup>439</sup> O equilíbrio entre professores convidados, professores académicos, ou práticos-académicos, pode responder a estratégias curriculares, seja na diferenciação e caracterização entre ciclos de aprendizagem, entre unidades de Projeto ou convivendo em equipas multidimensionais, através de outras práticas pedagógicas.<sup>440</sup>

Também aqui, a estrutura letiva das unidades corresponde a objetivos de aprendizagem, que se traduzem em práticas pedagógicas.

Notar ainda que esta problemática depende do esclarecimento da relação entre investigação e Projeto. A este respeito, Paulo Providência e Gonçalo do Canto Moniz referiam em 2013 que “*para a área de Projeto a investigação é de capital importância: primeiro porque não existe, ainda, uma objetivação do significado de investigação em Projeto, ou antes e por excesso, tudo é investigação em Projeto; depois porque torna inseparável a investigação do ensino, e neste sentido, e por defeito, nada é, ainda, uma investigação em Projeto pois essa*

---

<sup>438</sup> Jorge Figueira (2013:205) em *Design as Research*, Joelho nº4.

<sup>439</sup> Práticos que tiveram que se doutorar para prosseguir a carreira académica, mas também nova legislação para doutoramentos em área artística, designadamente o Decreto-Lei nº230/2009 de 14 de Setembro, dispoendo sobre a “*atribuição do grau de doutor a criadores de obras e realizações resultantes da prática de Projeto em domínios e formas dificilmente compagináveis com o modelo dominante da tese de doutoramento*” (preâmbulo), abrindo para teses com base na própria produção material. O primeiro doutoramento deste género em Arquitetura ocorreria na FAUP como Nuno Brandão Costa, cujas provs públicas ocorreram em Dezembro de 2013. Ver a transição de práticos a práticos académicos nas escolas estudadas no Anexo E – *Cronologia de Docentes de Projeto (2008-2015)*.

<sup>440</sup> Veja-se sobre este tema no Capítulo IV: *Projeto nos Currículos Adequados*, a secção *Progressão e Articulação Geral e na Área de Projeto*.

*relação não se encontra definida*".<sup>441</sup> Pelo que as suas implicações são ainda um assunto em aberto, melhor dizendo em construção.

---

<sup>441</sup> Providência e Moniz (2013:14), *Ensinar pelo Projeto*, Joelho nº4, d.ARQ-FCTUC.

### 3. O caso da tese final de Mestrado

#### a. Os modelos de prova final nos cursos adequados

A normativa que estruturou os graus de ensino superior para a adequação do sistema universitário nacional ao Processo de Bolonha determinou que o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deveria ser concluído com uma de três modalidades: “*uma dissertação de natureza científica*” ou “*um trabalho de Projeto*”, “*originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objecto de relatório final*”.<sup>442</sup>

Estes seriam implementados consoante os objetivos de perfil formativo visados e deveriam corresponder a um mínimo de 35% do total dos créditos do ciclo de estudos em causa. Não obstante esta abertura do legislador, as escolas estudadas optaram por finalizar o ciclo integrado com uma prova académica, indo também ao encontro da Diretiva 2005/36/CE de 7 de Setembro, que determinava para a formação de arquiteto, que esta fosse “*comprovada pela aprovação num exame de nível universitário*”.<sup>443</sup>

Observando os relatórios de adequação dos planos de estudos das cinco escolas estudadas e comparando com os currículos em funcionamento antes do processo de adequação, verifica-se que as escolas da FAUP e d.ARQ-FCTUC já haviam implementado esta disposição da Diretiva.<sup>444</sup> Verificámos que aliada a esta situação, a OAP passaria a partir de 2006 a exigir um ano de estágio para acesso pleno à profissão, indo ao encontro de uma tendência europeia, já mencionada na primeira regulamentação comunitária, na diretiva de 1986.<sup>445</sup>

---

<sup>442</sup> Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março, artigo 20º, alínea b): “*Uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de Projeto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objecto de relatório final, consoante os objetivos específicos visados, nos termos que sejam fixados pelas respetivas normas regulamentares, a que corresponde um mínimo de 35% do total dos créditos do ciclo de estudos*”.

<sup>443</sup> Cf. Secção 8, *Arquitecto*, Artigo 46º, *Formação de Arquitecto*, Ponto 1: “*A formação de arquitecto compreende, no total, pelo menos quatro anos de estudos a tempo inteiro, ou seis anos de estudos, dos quais pelo menos três a tempo inteiro, numa universidade ou estabelecimento de ensino comparável. Esta formação deverá ser comprovada pela aprovação num exame de nível universitário.(...)*”.

<sup>444</sup> A qual transitara em 2005 da antecessora Diretiva 85/384/CEE de 10 de Julho, cf. Artigo 4º, Ponto 1, alínea b): “*A formação deve ser concluída pela aprovação num exame de nível universitário*”.

<sup>445</sup> Indiciada no Preâmbulo da Diretiva 85/384/CEE de 10 de Julho, nos seguintes termos: “*considerando que o acesso ao título profissional legal de arquitecto está subordinado, em determinados Estados-membros, à realização de um estágio profissional (para além da obtenção do diploma, certificado ou outro título); que, não existindo ainda quanto a este ponto, convergência entre os Estados-membros, é conveniente, para obviar a eventuais dificuldades, reconhecer como condição suficiente uma experiência prática adequada, de igual duração, adquirida em outro Estado-membro*”. Esta tendência seria consagrada no relatório do Conselho de Arquitectos da Europa (ACE/CEA) de 15 de Outubro de 2003, quando recomenda na adaptação dos planos curriculares a Bolonha uma duração mínima de 5 anos de estudo numa universidade, a serem completados por 2

Os cursos de licenciatura em Arquitetura da EAUM, FAUL e do ISCTE-IUL eram concluídos com um semestre ou ano letivo ordinário, com várias disciplinas e com a preponderância do Projeto de Arquitetura, derivado do peso simbólico e de créditos efetivos para a média de curso, pelo que terminavam a formação com um trabalho de Projeto, enquanto nos outros casos a formação era concluída com um duplo trabalho, uma dissertação teórica e um trabalho de Projeto.

Tabela 74: Escolas-Prova Final de conclusão de Segundo Ciclo (2008)

Escola	Alunos MI	UC	Duração	ECTS	Horas de Trabalho					Tipo de Trabalho	Enunciado Prévio
					TP	PL	T	S	OT		
EAUM	339	Prova Final / Dissertação	S – 10º	30	-	-	-	-	400	Teórico ou Projeto	Não
		Projeto de Investigação	S – 9º	5	16	38	6	-	-	-	-
FAUP	75+885	Dissertação	A – 5º	15	-	-	-	-	-	Teórico	Não
		Projeto 5	A – 5º	20	51	204	-	-	-	Projeto	Sim
d.ARQ-FCTUC	423	Dissertação	S – 10º	20	-	-	-	-	30	Teórico	Não
		Projeto 5	A – 5º	20	30	120	-	-	-	Projeto	Sim
		Seminários de Investigação	S – 9º	8						-	-
FAUL	1100*	Projeto Final Mestrado	S – 10º	22	21	147	-	-	-	Projeto e Teórico	Sim
		Seminários PFM	S – 10º	8	112	-	-	-	-	-	-
ISCTE-IUL	237	Projeto Final Arquitetura	A – 5º	42	-	120	-	60	240	Projeto e Teórico	Sim

Nota: (1) Quadro construído com base em Paulo Tormenta Pinto (2014:27). (2) Número de alunos da escola baseia-se nos dados disponíveis nas páginas de internet de cada escola. (3) Dados correspondentes à primeira versão do processo de adequação a Bolonha em cada escola. (4) EAUM a PF é antecedida por uma UC de “Projeto de Investigação”, no 9º semestre e com que é preparada a Dissertação a desenvolver no semestre seguinte. Não há Projeto no 10º semestre a Dissertação é UC única (5) d.ARQ-FCTUC a Dissertação é precedida e preparada no semestre anterior pela UC de “Seminário de Investigação em Arquitetura”, que contém 8 ECTS. Projeto e Dissertação são as únicas UCs do 10º semestre. (6) FAUL, Projeto Final Mestrado corre no 10º semestre com apoio da UC “Seminários de Apoio ao Projeto Final Mestrado”, com 8 ECTS. Não há unidade de Projeto no 10º semestre. (7) ISCTE-IUL, PFA corre isolado no 10º semestre. (8) O cinzento, UC complementar, ou de Projeto, ou de preparação da Prova Final / Dissertação. \* Número estimado, sem confirmação da FAUL.

Com a adequação a Bolonha há uma marcação da conclusão do ciclo de estudos com uma prova específica, sendo que as escolas do Porto e Coimbra, que já tinham este formato, mantiveram-no ou adaptaram-no, enquanto restantes os cursos estudados desenvolveram novos modelos, designadamente:

- EAUM: a escola do Minho individualiza o segundo ciclo, semestralizando e abrindo a possibilidade de os alunos optarem em três semestres entre três turmas divididas por

---

anos de prática profissional supervisionada e validada, cf. *Reports on matters arising from the application of the Bologna agreements*, disponível:

[http://www.ace-cae.eu/uploads/tx\\_jidocumentsview/BolognaACEpositionEN.pdf](http://www.ace-cae.eu/uploads/tx_jidocumentsview/BolognaACEpositionEN.pdf).

áreas de estudo distintas, referindo o relatório que a opção de um aluno por três turmas de uma mesma área implicava que a Prova Final fosse desenvolvida nessa área, caso contrário, poderia escolher entre qualquer das áreas que frequentou. A unidade curricular era semestral, designava-se de “Prova Final/Dissertação”, decorria isolada no último semestre do segundo ciclo, sendo antecedida no semestre anterior por uma unidade de “Projeto de Investigação”, cujo objetivo é enquadrar conceptualmente e metodologicamente o tema da investigação em Arquitetura, preparando e antecipando o trabalho a ser produzido no semestre seguinte.<sup>446</sup> A prova final tinha como objetivos “*assinalar uma área de investigação arquitectónica*” e desenvolver uma reflexão crítica sobre ela, assumindo o formato de Projeto ou de Dissertação, incluindo as peças de “*o estado da arte, objetivos, metodologia e referências e apresentando resultados de investigação / protótipos / Projetos realizados no âmbito da mesma*”,<sup>447</sup> desenvolvendo uma síntese que teria a forma final de artigo ou artigos, que seriam apresentados e discutidos em provas públicas, pese embora em regime de avaliação contínua.

- FAUP: no Porto a Dissertação é efetuada ao longo de um ano letivo, sendo acompanhada pela unidade de Projeto 5. Ou seja, mantém-se o duplo modo de finalização do plano de estudos com um Projeto e uma dissertação separadas.
- d.ARQ-FCTUC: a Dissertação ocorre no último semestre do curso, no entanto é precedida no semestre anterior por uma unidade de Seminário de Investigação em Arquitetura, cujo objetivo é introduzir os alunos no âmbito, particularidades e metodologias da investigação em Arquitetura, antecipando a preparação dos temas a serem tratados no semestre seguinte. O objetivo da Dissertação é o instruir os alunos no ato de gerar, pesquisar e organizar informação pertinente para o desenvolvimento de um dado tema e de conferir a competência para relacionar o conhecimento sobre as teorias, métodos e técnicas adquiridas em outras disciplinas. Tal como na FAUP, esta sequência de unidades é acompanhada pela unidade anual de Projeto 5.
- FAUL: o Projeto Final de Mestrado (PFM) é realizado no último semestre do curso, sendo acompanhado por um Seminário de Apoio ao Projeto Final. Consistia em um

---

<sup>446</sup> Nomeadamente escolhendo um tema, e desenvolvendo uma “*síntese em forma de artigo da investigação dedicada ao tema escolhido*”, que de seria explicado, argumentado e debatido. Cf. *Dossier Interno* de 2006 com *Proposta de Adequação da Licenciatura em Arquitetura da Universidade do Minho*; Ficha da Unidade Curricular de *Projeto de Investigação*, p63.

<sup>447</sup> Cf. *Dossier Interno* de 2006 com *Proposta de Adequação da Licenciatura em Arquitetura da Universidade do Minho*; Ficha da Unidade Curricular de *Laboratório de Investigação: Prova final (Dissertação)*, p64.

trabalho de Projeto com uma vertente de ensaio teórico. O relatório de adequação menciona o objetivo de proporcionar uma finalização de ciclo de estudos entre “*um aprofundamento de competências profissionais ou em atividade de inovação e investigação*”, todavia, apresenta a hipótese de a vertente de Projeto ter como finalidade a investigação, indicando para o efeito uma série de exemplos temáticos e programáticos.<sup>448</sup>O regulamento de 2011 define as características do PFM como sendo um trabalho de Projeto que “*seja parte integrante uma dissertação sobre a investigação realizada para a execução desse Projeto*”.<sup>449</sup> A avaliação final era efetuada perante um júri.

- ISCTE-IUL: a unidade Projeto Final de Arquitetura (PFA) seria anual, abrangendo os dois últimos semestres do curso, consistindo na única unidade curricular anual da estrutura letiva. O relatório menciona como objetivo deste formato a materialização numa prova final do princípio de convergência para o Projeto de todas as unidades e matérias conexas. O trabalho realizado seria de natureza prática e teórica, seguindo um tema anual lançado pela coordenação da unidade, desencadeando “*duas investigações paralelas, uma de vertente projetual, outra de vertente teórica*”.<sup>450</sup> O trabalho é coorientado pelos docentes de Projeto e por outro docente de área científica escolhida para a vertente teórica, sendo que a Projeto há um enunciado único para todos os alunos e na vertente teórica há liberdade na escolha da área e do tema. A articulação letiva entre as duas componentes é dada pela frequência em horas tutoriais de Projeto e horas de seminário para a componente prática, o resultado é um trabalho conjunto, dividido em duas componentes, prática e teórica, que são apresentados perante um júri.

O corolário do segundo ciclo nas escolas estudadas afigura-se, tendencialmente, como uma prova de âmbito universitário, que considera a possibilidade da investigação. Simultaneamente há uma relação com a tradicional conclusão do ciclo de estudos com uma

---

<sup>448</sup>Cf. Relatório de Adequação “*hipótese de campo de produção de Projetos em contexto de investigação, a optimização funcional e construtiva em programas correntes, o desenvolvimento de programas multifuncionais, os meios digitais aplicados à concepção e produção de Projetos, a reabilitação arquitectónica, a reabilitação urbana, a sustentabilidade e ambiente, a expansão urbana e periurbana, etc., ou outros de natureza mais tradicional ou emergente em casos de trabalhos finais em contexto de inovação de base ou aplicada*”, p29.

<sup>449</sup> Cf. *Regulamento do 2º Ciclo dos Mestrados Integrados de 2011*, FAUL, p3.

<sup>450</sup> Paulo Tormenta Pinto (2014:24), *Relatório da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura*, para obtenção do título académico de agregado, documento não publicado. O autor foi coordenador de PFA entre 2007-2008 e 2010-2011, novamente entre 2012-2013 e 2013-2014. Cf. Regulamento do MIA do ISCTE-IUL.

prova de Projeto, sendo que na FAUP e no d.ARQ-FCTUC este se mantém em separado, prosseguindo a normal estrutura curricular hierárquica. Na EAUM o Projeto termina no 9º semestre, podendo em consequência a Prova Final de Mestrado (PFM) ser uma Dissertação ou um trabalho de Projeto. Neste caso, note-se que a PFM é antecedida uma sucessão de unidades curriculares de Projeto em que a ligação Projeto-investigação já está nomeada nas respetivas fichas de unidade curricular (FUC). Na FAUL a PFM é um Projeto com uma componente escrita, em formato de “*Relatório Final de Projeto*”,<sup>451</sup> que consistia na componente escrita, crítica e reflexiva do trabalho prático. No caso do ISCTE-IUL, a PFA reúne as duas vertentes, consistindo numa prova teórico-prática, através da qual, se estabelecerem relações de partilha entre um modo de entendimento arquitetónico do ambiente construído, que o Projeto permite, e a especulação teórica e multidisciplinar que a dissertação convoca.<sup>452</sup> Em todos os casos esta prova é concluída com uma apresentação e discussão finais perante um júri, composto por elementos internos e externos à instituição.

#### b. Evoluções do modelo

Entre a adequação a Bolonha e o momento atual os cursos estudados efetuaram acertos curriculares, como já mencionado em ponto próprio nesta tese.<sup>453</sup> Quanto à forma de conclusão do ciclo integrado de estudos, assinalamos uma dupla preocupação, expressa por exemplo no relatório interno do d.ARQ-FCTUC<sup>454</sup>, de que o formato de Dissertação e o Projeto em simultâneo e autónomos, consistem num volume de trabalho excessivo para o intervalo letivo do 5º ano, originando um abaixamento de qualidade ou um taxa de retenção que desvirtua a estrutura curricular. Por outro lado, assinalava-se que o modelo divorcia Projeto-Dissertação, refletindo uma conceção pré-Bolonha de que as unidades curriculares de Projeto do segundo ciclo “*não são entendidas como disciplinas de investigação projetual, mas como disciplinas de aquisição instrumental*”, sugerindo uma menor “*articulação entre prática, ensino e*

---

<sup>451</sup> Cf. documento da FAUTL de 12 de Maio de 2010, Mínimos de Referência para a Elaboração e Formatação da Dissertação / Relatório Final, referindo que “*o Relatório Final de Projeto corresponde à componente escrita, crítica e reflexiva, do trabalho prático e deverá ter as seguintes dimensões: um mínimo de 20 e um máximo de 50 páginas [8.000 a 20.000 palavras, descontando os resumos, índices, glossários, figuras e anexos]*”. Notar que a hipótese de Dissertação estava reservada para indivíduos detentores de uma Licenciatura pré-Bolonha e desejassem alcançar o grau de mestre.

<sup>452</sup> Paulo Tormenta Pinto (2015:145-155), *Tangências entre o Ensino de Projeto de Arquitetura e a Investigação: O caso de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL (2009-2014)*, em *Optimistic Suburbia? The Students Perspective*, coordenação Ana Vaz Milheiro, ISCTE-IUL, 2015.

<sup>453</sup> Veja-se o Capítulo IV: *Projeto nos Currículos Adequados*, a secção *A progressão e articulação curricular geral e na área de Projeto; Alterações curriculares desde 2008*.

<sup>454</sup> Cf. d.ARQ-FCTUC (2012).

*investigação em Projeto de Arquitetura*”,<sup>455</sup> e exprimindo uma apetência para integrar o Projeto na prova final de características académicas, articulando-se com a investigação. Com este sentido, o relatório propõe a antecipação para o primeiro ano do segundo ciclo da unidade de Seminário de Investigação e a possibilidade da Dissertação poder consistir numa “*exploração projetual*”.<sup>456</sup>

Na FAUP a revisão do plano de estudos em 2012-2013 aumentaria o peso do Projeto na estrutura curricular e deslocava as unidades optativas para o final do primeiro ciclo e ciclo seguinte, mas, quanto ao 5º ano, mantinha a separação entre Projeto 5 e Dissertação. No entanto, despontam dissertações em que o Projeto é utilizado e debate-se a questão apontada pelo relatório de Coimbra relativa à dificuldade em cumprir Dissertação e Projeto no tempo letivo determinado.<sup>457</sup>

Na FAUL a revisão de 2013 intervém no formato da prova final, que se passa a designar de Projeto Final ou Dissertação, na medida em que os alunos passam a poder optar entre cada um dos formatos. Esta prova mantém-se no último semestre do curso, sendo acompanhado por um Seminário de Apoio ao Projeto Final. É ainda permitido aos alunos uma opção entre dois percursos projetuais, um trabalho em modelo de “prática laboratorial”, com uma turma normal e um programa partilhado, ou de “orientação tutorial”, com um tutor e um programa individual. A opção por uma dissertação teórica pressupõe um modelo de tutorial. O modelo de Projeto continua a solicitar um relatório final, em que é explicitada a investigação efetuada para o trabalho. O modelo Dissertação baseia-se num trabalho de investigação, semelhante ao descrito

---

<sup>455</sup> Cf. d.ARQ-FCTUC (2012:7), *Proposta de Reformulações nas Disciplinas de Projeto do Mestrado Integrado de Arquitetura do DARQ, para os anos letivos 2012/13, 2013/14*; B. *Questões pedagógicas nas disciplinas de Projeto*; Pontos 8 e 9 (documento não publicado).

<sup>456</sup> d.ARQ-FCTUC (2012:10).

<sup>457</sup> Atente-se nas Dissertações de Mestrado Integrado orientadas por Nuno Brandão Costa, em que a exploração com o Projeto tem um papel central. Quanto ao problema da taxa de retenção dos alunos no 5º ano, ele é apontado no 4º Encontro Escolas Públicas de Arquitetura, de Abril de 2012, na UBI-Covilhã, em que em representação da FAUP estiveram Pedro Alarcão e Luís Carneiro. Cf. nossas notas pessoais desse encontro.



no regulamento de 2011,<sup>458</sup> podendo consistir numa pesquisa individual ou enquadrado em Projeto ou em equipa de investigação.<sup>459</sup>

O ISCTE-IUL retificaria o plano de estudos em 2010-2011 tendo em vista a uniformização dos vários ciclos de estudos do instituto.<sup>460</sup> Com a experiência do trabalho desenvolvido desde 2007 o modelo de PFA é retificado, dividindo-se a carga letiva semanal em horas de contacto para Projeto, aulas teóricas e seminários, de modo a haver um acompanhamento tutorial mais efetivo na componente teórica. Esta vertente teórica havia sido reorganizada criando-se seis núcleos de investigação correspondentes às áreas científicas do plano de estudos, exceto a área de Projeto, a Arquitetura, que era implicitamente representada pela componente projetual. A distribuição dos alunos por núcleos almejava a possibilidade de sinergias e uma maior autonomia dos subtemas teóricos sobre a componente projetual, mantendo-se o formato documental integrado e a possibilidade de uma maior interpelação entre ambas as componentes. Esta hipótese simultânea de autonomia e de complementaridade era articulada sob um tema anual lançado pelo coordenador da unidade curricular PFA. Pretendia-se uma maior diversidade de relações entre as componentes práticas e teórica, estabelecendo-se como práticas paralelas e complementares.<sup>461</sup>

Tabela 75: Escolas-Prova Final de conclusão de Segundo Ciclo (2014)

Escola	Alunos Escola	UC	Duração	ECTS	Horas de Trabalho					Tipo de Trabalho	Enunciado Prévio
					TP	PL	T	S	OT		
EAUM	374	Prova Final / Dissertação	S – 10º	30	-	-	-	-	140	Teórico ou Projeto	Não
		Projeto de Investigação	S – 9º	5	60	-	-	-	-	-	-
FAUP	990	Dissertação	A – 5º	30	34	-	-	-	17	Teórico	Não
		Projeto 5	A – 5º	21	357	-	40	-	-	Projeto	Sim
d.ARQ-FCTUC	548	Dissertação	S – 10º	20	-	-	-	-	30	Teórico	Não
		Projeto 5	A – 5º	20	30	120	-	-	-	Projeto	Sim
		Seminários de Investigação	S – 9º	8						-	-

<sup>458</sup> Cf. ponto 7 do Regulamento do 2º Ciclo dos MI, de 31 de Março de 2011, a Dissertação corresponde a um trabalho de investigação desenvolvido em Projeto próprio ou integrado numa equipa de investigação, sendo que neste último case deveria ser especificamente indicada a componente de trabalho desenvolvida pelo estudante. O documento de 2010 com a determinação dos mínimos de referência para a elaboração do Projeto Final ou Dissertação, discriminava que a esta última teria um âmbito teórico com um mínimo de 80 e máximo de 140 páginas em formato A4, compreendendo entre 32.000 a 56.000 palavras, descontando os resumos, índices, glossários, figuras e anexos. Cfr. o ponto 2, p.10.

<sup>459</sup> Novo Projeto de Regulamento de 2013 previa uma terceira modalidade, a de um estágio de natureza profissional, incluindo relatório final, sendo este trabalho co-orientado por professor da FAUL e por supervisor profissional.,cf. artigo 14º, *Trabalho Final de Mestrado*, do *Regulamento dos Cursos e Provas de Mestrados* de 24 de Julho de 2013, este formato não viria a ser implementado até ao momento.

<sup>460</sup> Veja-se sobre este processo Paulo Tormenta Pinto (2014).

<sup>461</sup> Uma descrição e um balanço detalhados deste processo são oferecidos por Paulo Tormenta Pinto (2014).

FAUL	1167	Projeto Final / Dissertação	S – 10º	22	-	126	-	-	27	Projeto ou Teórico	Sim
		Seminários PFM	S – 10º	8	-	-	-	42	-	-	-
ISCTE-IUL	330	Projeto Final Arquitetura	A – 5º	45	-	144	36	36	2	Projeto e Teórico	Sim

Notas: considerados apenas o número de alunos inscritos nos cursos de Mestrado Integrado em Arquitetura.

Observam-se nas escolas estudadas dois grupos ou modelos: as escolas que exigem a conclusão do ciclo de estudos com ambos os trabalhos de Projeto final e de Dissertação e as escolas que concedem hipótese de escolha do formato. No entanto, realçamos, todas as escolas convergem para a hipótese de o trabalho final poder ser um Projeto e que este possa ser considerado um trabalho em que de alguma forma participa a investigação.

O formato desta prova final de Projeto tende a incorporar um relatório escrito, como é o caso da EAUM, FAUL e em certa medida do ISCTE-IUL, que oscila entre uma ligação mais ou menos independente entre as duas componentes, que partilham sobretudo um tema anual de “investigação”. No caso da FAUP e do d.ARQ-FCTUC mantém-se as duas componentes obrigatórias e aparentemente mais isoladas, mas, o debate em redor da ligação ensino, investigação e Projeto convoca o problema de como interrelacionar as duas componentes e de como o processo de Projeto poderá incorporar a investigação nos seus próprios mecanismos internos.

### c. A prova final e as estruturas curriculares

Os perfis formativos indicados pelos cursos nos relatórios de adequação mencionavam saídas profissionais mais diversificadas, incluindo para além de uma ramificação de atividades relacionadas com a transformação do espaço edificado, que abraçavam o planeamento, o Projeto, a gestão, a construção, a promoção ou a manutenção, abrangendo agora de uma forma mais clara a possibilidade de continuidade através da investigação e divulgação, fosse ligado ao ensino, à promoção cultural ou à investigação, em formato de formação de 3º ciclo ou em outros regimes, como o de investigador profissional.

A este esbatimento do Projeto como finalidade última da formação contrabalançava o seu reconhecimento como o instrumento distintivo da Arquitetura, cuja utilidade metodológica e pedagógica era agora reconhecida pelas áreas pares da universidade, como de resto a própria normativa de Bolonha sugeria.

Oscilando entre estes dois polos, os programas curriculares debatem a forma da Prova Final do ciclo integrado, interligando Projeto e Dissertação, e cujo movimento obriga a uma progressiva preparação prévia do currículo, introduzindo os temas da investigação.

Verificámos que esta preparação assume o formato de unidades curriculares de preparação e de apoio à Prova Final. O caso do curso da EAUM demonstra que esta alteração pode motivar uma reformulação da própria estrutura curricular, reorganizando o formato e a abordagem à aprendizagem pelo Projeto. Em ambas as circunstâncias há uma resposta à mentalidade de missão de produção de conhecimento da universidade, tentando a Arquitetura dialogar ativamente com este quadro mental, seja numa perspetiva de experimentar pedagogicamente estes temas ou de produzir conteúdos de facto.

Com este enquadramento podemos considerar que há na reorganização curricular para a adequação a Bolonha uma diferenciação implícita entre ciclos, que conduz a uma valorização progressiva, ao longo do currículo, da Arquitetura como “disciplina” universitária, que produz investigação, e do arquiteto como possível investigador profissional, cujo corolário curricular é o formato de Prova Final de ciclo de estudos de Mestrado Integrado.

Este corolário de um ciclo de estudos com Projeto e/ou Dissertação, supõem uma preparação ao longo do percurso curricular para a investigação em Dissertação e em Projeto.

Diferentes modelos organizativos refletem diferentes ideias de escola e de perfis formativos. Mas, aparentemente há uma evolução do modelo tradicional de ensino de Projeto para uma componente crítica mais explícita. Esta componente pode ser afinal uma especialização académica em Projeto, que se procura conciliar com universidade, contrariando a aparentemente contradição de base, em que quanto mais próximo os académicos se aproximam dos protocolos da investigação universitária, mais se distanciam eles próprios das preocupações reais da prática ativa e criativa,<sup>462</sup> situação simultaneamente promissora e ameaçadora.

---

462 Ver Stan Allen (2012) em *The Future that is Now*, in *Architecture School : three centuries of educating architects in North America*, 2012, MIT Press, EUA, pp.202-229.

#### 4. Projeto, Educação e Investigação

##### a. Projeto como «área científica»

Afirmava Mário Krüger em 2001 que se assistia a uma “*corrida armamentista*”<sup>463</sup> lançada a nível profissional para se alcançar o grau de doutorado. Antigos e novos cursos de Arquitetura necessitavam de doutorados e de investigadores, para acompanharem a aceleração da convergência entre o sistema universitário e o sector público de investigação. Do lado da profissão, a crise instalava-se, tornando mais apetecível a carreira universitária, também por aqui incentivando os novos-doutorados em Arquitetura.

Doutorados e centros de investigação valorizam da investigação e “especializam” a academia, pressionando a tradicional relação com a profissão.

A docência do Projeto, anteriormente garantida pelos especializados na prática profissional,<sup>464</sup> tende agora a ser constituído por ambos “práticos”, “académicos” e “práticos-académicos”, que correspondem a diferentes experiências em diferentes “práticas” relacionadas como o Projeto. Circunstância que alarga, pese o paradoxo, o conceito de especialização de Projeto,<sup>465</sup> reconsolidando-o metodologicamente, com a perspectiva de se estabelecer como campo de estudo com valor em si mesmo, como «área científica», admitindo-se especialistas práticos, teóricos e teórico-práticos em Projeto.

No entanto, a tradição empírica, simultaneamente analítica e transformadora, técnica e cultural, que privilegia o desenho como instrumento e a observação da obra desenhada e da edificada como raiz cognitiva,<sup>466</sup> faz com que o impacto destas solicitações seja aparente mais

---

<sup>463</sup> Mário Krüger 2001:15.

<sup>464</sup> O regulamento das Academias de 1836 obrigava os docentes a fazer prova de trabalhos na área (Coelho 2007).

<sup>465</sup> Adrian Forty (2000:138) em *Words and Buildings. A vocabulary of modern architecture*, menciona que a institucionalização da educação ao longo do século XX materializou “*uma divisão real, que antes apenas existia no discurso*”, permitindo que a Arquitetura seja ensinada em vez de aprendida pela experiência profissional, tornando o arquitecto um *especialista* no acto mental do Projeto e este último numa atividade por si só, ganhando em autonomia o que perdia de desvinculação com a realidade material, afastando-o das questões conexas da construção, e tornado o Projeto como o objecto da própria aprendizagem. Vittorio Gregotti (1972:13), em *Território da Arquitetura* referia que há ainda a considerar “*uma possibilidade de autonomia do Projeto, que corresponde a uma função produtiva precisa do arquitecto, que no nosso contexto socioeconómico produz Projetos de casas e não necessariamente constrói. A unidade Projeto-obra foi eliminada*”, que converge para a autonomia do Projeto face à obra. Tradução livre.

<sup>466</sup> Atente-se no carácter formativo das viagens e do registo de viagens na tradição da Arquitetura. Exemplo o *Prémio Fernando Távora*, instituído em 2005 pela OAP/SNR, C.M de Matosinhos e Casa da Arquitetura, que homenageando Távora destaca as viagens incessantemente “*para estudar in loco a Arquitetura de todas as*

problemático do que para outras áreas do conhecimento, inclusivamente as que são simultaneamente profissões, como a Medicina ou a Engenharia, mas cujo conhecimento é fundamentalmente científico.<sup>467</sup> Esta “não-cientificidade” da Arquitetura enquanto prática do Projeto é um paradoxo face à eventual sua própria organização em «área científica».

Pelo que, a especialização académica em Projeto confronta-se com o problema da delimitação da matéria cognitiva do Projeto, enquanto conjunto de conhecimentos específicos, transmissíveis e investigáveis. Ou seja, o Projeto entendido simultaneamente como atividade e como campo de conhecimento.<sup>468</sup> Considera-se que parte desta problemática gravita em torno da dificuldade em exprimir, delimitar e interpretar, os fins últimos da ambição poética nas obras representadas ou edificadas, e que esta dificuldade acompanha todas as etapas do seu processo de fabricação.

Trata-se da dificuldade de delimitação do impulso criativo, que transforma o processo do Projeto num “não-método” científico e baralha os determinismos metodológicos. Segundo Jeremy Till reside aqui um triplo mito da Arquitetura associada à universidade e à investigação: o mito da total autonomia disciplinar, em que a Arquitetura é apenas Arquitetura e a sua criação um ato de um génio impulsivo e heroico, que escapa aos canais da investigação; o mito oposto, de que a Arquitetura não é Arquitetura, isto é, necessita de se legitimar academicamente com metodologias de outros campos do conhecimento; e o terceiro mito, onde a construção de um edifício é investigação, permitido que os arquitetos escapem aos protocolos da investigação universitária.<sup>469</sup>

---

*épocas em todos os continentes, utilizando-a, desde 1958 até 2000, como conteúdo e método da sua atividade pedagógica”.*

<sup>467</sup> Cfr. David Leatherbarrow (2013).

<sup>468</sup> Mies van der Rohe afirmava que “*uma vez que um edifício é um trabalho a ser executado e não uma noção a ser entendida, nós acreditamos que um método de trabalho, uma forma de fazer, deve ser a essência da educação em Arquitetura*”, em Mies van der Rohe, entrevista em 1949, *Architectural Education, The Architectural Review*, 1950, citado por Kevin Harrington em *Order, Space, Proportion - Mies's curriculum at IIT* (Harrington 1986:67), tradução livre.

<sup>469</sup> RIBA, *What is architectural research? Architectural Research: Three Myths And One Model*, documento do Research and Development Comité, de Jeremy Till, 2005. Neste documento, Jeremy Till argumenta da necessidade de se contrariar uma série de mitos que envolvem a Arquitetura: o de que a “*Arquitetura é apenas Arquitetura*” e a sua criação um acto de um génio que escapa aos canais da investigação; o seu mito oposto, de que “*a Arquitetura não é Arquitetura*”, e que depende de metodologias de outros campos do conhecimento; e o último mito, associado à investigação em Arquitetura, de que a “*construção de um edifício é investigação*”, argumentando que este tem permitido que os arquitetos escapem aos protocolos da investigação universitária. O autor argumenta que o conhecimento em Arquitetura reside até um certo ponto nos edifícios, mas também noutro lado, nos processos que o originaram, na representação, no uso, nas teorias que o enquadram, etc.. E, como o edifício foi suportado e suporta vários processos, incluindo processos de investigação, e que não estão representados na matéria edificada, não esgota o campo de conhecimento e não é necessariamente representativo

## b. Projeto, Investigação e Conhecimento

O relatório interno do d.ARQ-FCTUC de 2013, de apoio ao plano de revisão curricular para 2015-2016 referia que o ensino e aprendizagem de Projeto, em meio universitário, se centravam necessariamente na educação, investigação, e na inovação.<sup>470</sup>

Respondendo à questão da relação entre investigação e Projeto e em que medida este pode produzir conhecimento, propunha a definição tripartida de Victor Margolin.<sup>471</sup>

- A investigação nuclear “*sobre*” Projeto, consistindo nos estudos da história, da teoria, da crítica, incluindo aspetos da estética e da percepção, tanto como da técnica e da construção, desdobrando-se em quatro subtemas:
  - Práticas do Projeto, incluindo metodologias;
  - Produtos do Projeto, questões de identidade e interpretação, do papel cultural;
  - Discurso do Projeto, sobre a ontologia do Projeto;
  - Estudo dos estudos em Projeto, sobre o próprio campo em si mesmo;
- A investigação “*através*” do Projeto: investigação orientada para a prática, citando por exemplo estudos acerca do comportamento de materiais, de desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ou a reflexão sobre o desenvolvimento de um Projeto;
- A investigação “*para*” o Projeto: que assinala ser a mais difícil de caracterizar, na medida em que os seus resultados se concretizam no Projeto, propondo três modos possíveis de investigação:
  - Em produção de obra: em linguagens, processos, materiais, programas, etc.
  - Em especulação teórica: confrontando-se com as ideias;
  - Na convergência de ambas, obras e teorias.

Mais referia que as práticas estalecidas nos “estúdios” de Projeto<sup>472</sup> dizem respeito à terceira modalidade, cujo trabalho consiste não tanto em análises sobre a natureza e resultados

---

de um processo de investigação. Introdutóriamente, define investigação como “*uma pesquisa original tendo como objetivo ganhar conhecimento e entendimento*”, e que a boa investigação poderá ser reconhecida pelo “*triplo teste da originalidade, significado e rigor*”. Tradução livre.

<sup>470</sup> d.ARQ-FCTUC (2013:2). Este relatório e a exploração da investigação a Projeto foi abordada no ponto A *progressão e articulação curricular geral e da área do Projeto; Alterações Curriculares desde 2008*.

<sup>471</sup> d.ARQ-FCTUC (2013:3-4).

<sup>472</sup> d.ARQ-FCTUC (2013:4), mais precisamente: “*há, porventura, nesta divisão em três modelos de investigação em Projeto, a assunção das três formas de conhecimento identificadas na Semiótica de Charles Sanders Peirce*

do processo projetual, mas sobretudo à experimentação do processo, convocando para tal obras e teorias e produzindo, posicionando-se, perante elas, mediante um processo de pesquisa projetual, que é simultaneamente indagação e conhecimento da realidade, como procura e experimentação de uma possibilidade de autossignificação independente.<sup>473</sup>

Este conjunto de indagações e de respostas projetuais corresponde a uma investigação interna, mais ou menos individual, de construção de competências. Neste sentido, o Projeto em meio escolar utiliza a investigação de uma forma pedagógica, de experimentação do processo.

Mas, não é apenas este o sentido da procura de delimitação das possibilidades de investigação com o Projeto. Como vimos, há uma necessidade de legitimação mais ampla, repercutida por um sistema universitário que assume como missão a construção de conhecimento e uma cultura de investigação.<sup>474</sup> As declarações sobre investigação em Arquitetura de Jeremy Till para o RIBA<sup>475</sup> em 2005 e a *Declaration on Architectural Research* da EAAE de 2011<sup>476</sup> são paradigmáticas desta necessidade de reconhecimento. Todas as áreas do conhecimento o almejam, na medida em que a própria ideia de progresso se consolidou em redor da ideia de expansão do conhecimento. Entre a declaração RIBA e a carta da EAAE de 2011 a investigação pelo Projeto é reconhecida como um modo legítimo de estender a diversidade de métodos com que se estuda a Arquitetura, avançando a EAAE para a sua definição nos seguintes termos:<sup>477</sup> “*em Arquitetura, o Projeto (design) é um elemento essencial.*

---

*por pensamento dedutivo, indutivo e abduutivo respectivamente. Daqui resulta que a investigação em Projeto, tal como vem sendo estabelecida (na tradição que o mundo anglo-saxónico refere como “Design Studio”), diz respeito precisamente à terceira modalidade, cujo pensamento é de natureza predominantemente abduitiva”.*  
Tradução livre.

<sup>473</sup> Vittorio Gregotti (1972:17-18) refere que a pesquisa científica em Arquitetura aparenta ser algo diverso do Projeto, considerando este, no entanto, como uma das formas possíveis da pesquisa no campo da Arquitetura. Isto porque a cientificidade compromete o Projeto ao nível do significado, do Projeto como operação artística.

<sup>474</sup> Veja-se sobre esta relação Bruno Gil 2013:218

<sup>475</sup> RIBA 2005, *What is architectural research? Architectural Research: Three Myths And One Model*, documento do *Research and Development Committee*. Documento do *Research and Development Committee*, por Jeremy Till. Neste defende-se que há dois contextos para a produção de conhecimento em Arquitetura, o da prática e o da academia. Defende-se a necessidade de comunicação entre ambos, ultrapassando antipatias e as tradicionais limitações dos dois campos: o enimesmar da academia e o carácter tácito da investigação na prática, limitando a sua comunicabilidade. Avança-se com 3 pontos para ultrapassar este impasse: a academia investigar os processos da prática; o financiamento da investigação tem que deixar as áreas compartimentadas da academia, procurando estratégias mais abrangentes definidas pela academia e pela prática; o financiamento possibilitar a comunicação pela prática dos seus avanços em investigação primária. O documento aponta ainda 3 áreas (*stages*) de investigação em Arquitetura: processos arquitetónicos; produtos arquitetónicos; performance arquitetónica. Segundo o documento, esta visão temática permite que “cientistas e historiadores”, tanto como “académicos e práticos”, contribuam para a investigação em qualquer dos 3 campos.

<sup>476</sup> Conhecida igualmente pela Declaração de Chania - EAAE Framework for Architectural Research, 2011.

<sup>477</sup> EAAE Framework for Architectural Research, 2011. Tradução livre.

*Qualquer tipo de pesquisa em que o Projeto seja uma parte substancial do processo de investigação é referido como investigação pelo Projeto. Na investigação pelo Projeto, os processos de Projeto arquitetónico formam um percurso pelo qual novos entendimentos, conhecimento, práticas ou produtos se tornam possíveis. É gerada uma pesquisa crítica através do trabalho de Projeto. Desta forma os resultados da investigação são obtidos por, e consistentes com a experiência em prática”.*

Mais clarifica que o contexto de produção da investigação é alargado, incluindo a prática profissional, a academia e a educação (continua), definindo, para este último caso, nas relações entre investigação em Arquitetura e educação, que “ *o objetivo da educação superior em Arquitetura é o de desenvolver uma disposição para investigação nos estudantes*”, e que, “*a escola de Arquitetura como um todo e o estúdio de Projeto em particular, são lugares por excelência para a prática da investigação*”. Investigação esta, cujo formato final pode assumir múltiplas formas, de acordo com as próprias aproximações experimentais, incluindo nos formatos, “*instalações, Projetos experimentais, propostas, modelos e edificio enquanto tais*”, em, “*adição à forma escrita e gráfica*” tradicionais. Ou seja, a organização das escolas de Arquitetura europeias teve ele própria que se adequar ao quadro mental da universidade e esclarecer interna e externamente os âmbitos da investigação disciplinar. E neste processo admite e enquadra o Projeto como forma participante da investigação.

Este reconhecimento tem implícita uma noção da possibilidade de uma partilha de metodologias entre o Projeto e a investigação dita tradicional, assim como uma partilha de objeto de estudo e objetivos de investigação. Ou seja, uma possibilidade de complementaridade metodológica, de diferentes práticas produtivas e diferentes modos de interação com o real. Em parte refletindo os próprios mecanismos de elaboração do Projeto. Mas, sendo este um debate em consolidação, realçamos tão-somente alguns aspetos pertinentes para o argumento desta tese:

- Por um lado a explicitação pela EAAE da vocação da formação ser o de desenvolver uma disposição para investigação nos estudantes, afirmando de seguida que o Projeto é o local por excelência para o efetuar;
- Por outro, a elevação do Projeto a metodologia participante da investigação, e logo da produção de conhecimento;

Há como que uma elencar do arquiteto como investigador, associado ao arquiteto como projetista. Circunstância que ligamos ao crescimento e consolidação da Arquitetura como “disciplina” e à consolidação dos instrumentos de controlo do Projeto e por extensão da



Arquitetura, no seu movimento perpétuo de fuga ao arbitrário,<sup>478</sup> procurando em duplo processo de legitimação, interna e externa, a sua utilidade e condição de eficácia no mundo.

### c. Impacto na aprendizagem pelo Projeto

Observámos que as escolas referem nos documentos de adequação o objetivo de preparar para a investigação. Quanto às estruturas curriculares adequadas, verificou-se uma preocupação crescente de convergência das unidades de Projeto com as restantes disciplinas do mesmo período letivo, decorrendo da redução da carga letiva semanal, que obriga a uma maior articulação e depuração dos planos de estudos. Esta convergência de matérias pela experiência do Projeto tem como corolário pedagógico a organização do segundo ciclo do curso da EAUM, onde um conjunto de unidades se reúne em seminários de apoio a *atelier* de Projeto temáticos, exemplificando uma hipótese de adaptação curricular e pedagógica aos paradigmas de aprendizagem e investigação.

Implícita à divisão entre ciclos de aprendizagem há uma determinação de objetivos de aprendizagem que condicionaria pedagogia e didática, diferenciando entre competências básicas e avançadas, sendo estas últimas profissionalizantes e ou investigatórias.

Complementarmente, face à compressão dos tempos letivos e ao aumento do rácio professor/aluno, autores como Jorge Spencer<sup>479</sup> defendem uma mudança pedagógica e didática, em que os problemas de Projeto se tornam oportunidades de pesquisa, académica e controlada, de temas mais vastos do que a resolução profissional de um programa tipológico, para o qual não há estrutura e tempo, ganhando a ação docente uma dimensão pedagógica suplementar, de antecipação e enquadramento das questões do Projeto. Também aqui há uma convergência das disciplinas conexas para o Projeto. Neste sentido, o autor defende que o treino mais próximo dos protocolos da prática profissional seria efetuado em segundo ciclo, assegurado por “*profissionais-docentes*”, da prática, os arquitetos convidados, enquanto no primeiro ciclo por “*docentes-profissionais*”<sup>480</sup> da academia.

---

<sup>478</sup> Esta ideia de conflito entre razão e arbitrio é exposta por Rafael Moneo (2005) em *Sobre el Concepto de Arbitrariedad en Arquitectura*.

<sup>479</sup> Jorge Spencer (2013:80), referindo-se à “*diferencia justamente o que pode e deve ser o entendimento e o papel da experimentação e da realidade no processo de ensino e aprendizagem da Arquitetura*”.

<sup>480</sup> Jorge Spencer (2013:80).

Esta perspectiva pode pressupor uma especialização profissional a Projeto no segundo ciclo. Mas, simultaneamente, a convergência com unidades conexas, a aproximação à real complexidade do Projeto e a proximidade dos temas da investigação, conduzem a uma dialética entre Projeto e investigação.

Um exemplo desta dialética é, como vimos, a forma de conclusão do ciclo integrado de estudos. Os cursos poderiam optar por um formato em Projeto ou por uma dissertação. No entanto, a maior diferenciação prende-se com a formatação material da prova a efetuar, pressupondo em ambos os casos uma componente de investigação,<sup>481</sup> seja ela entendida como uma ferramenta pedagógica ou como finalidade de produzir conhecimento original.

A relação Projeto-investigação releva uma questão transversal, de âmbito metodológico, que é a do próprio processo projetual adquirir ou reforçar uma importância acrescida sobre o próprio resultado final. Esta preposição deriva da própria conceção “moderna” da atividade de Projeto, entendido como processo, onde a pesquisa exploratória e investigatória ensaiava a descoberta da presença física, da forma, nas condições do problema: o programa, os espaços necessários, as possibilidades estruturais e materiais e não em ideias pré-concebidas, mas numa conceção em que a “investigação” das declinações do problema se tornava uma parte fundamental do processo.<sup>482</sup>

Esta relação processo↔produto nas abordagens escolares, teria tradicionalmente uma relação gradativa, em que nos primeiros anos do curso a atenção docente é dada ao processo, para progressivamente se enfatizar a crítica ao produto, acompanhando a progressiva autonomização dos alunos.<sup>483</sup> A acentuação das relações entre processo↔investigação e entre produto↔profissão, valorizando ambos, poderá conduzir a uma reapreciação dos processos no segundo ciclo. Uma ponderação desta hipótese poderá ser efetuada pela análise dos formatos de prova final, que apresentamos na secção anterior.

Um outro sintoma da dialética Projeto-investigação é o maior envolvimento do primeiro com as circunstâncias da realidade, envolvendo interlocutores pela encomenda ou pela construção e motivando o trabalho em grupo.<sup>484</sup> Esta circunstância também representa uma abordagem mais profissionalizante, orientada para uma resposta pragmática, por outro

---

<sup>481</sup> É este o sentido da transformação em segundo ciclo do currículo da EAUM, ou do formato de Prova Final do ISCTE-IUL.

<sup>482</sup> Jill Pearlman 2007:106 relata esta abordagem investigatória na abordagem pedagógica de Walter Gropius em Harvard (HGSD), referindo, não obstante, que para Gropius “o método é mais importante do que a informação”.

<sup>483</sup> Marco Ginoulhiac 2009:304-305.

<sup>484</sup> As unidades curriculares envolvem elementos externos à escola para a definição do programa, acompanhamento dos projetos e constituição de júris.

assemelha-se aos processos de investigação aplicada, utilizando o processo projetual para colocar hipóteses de desenvolvimento, interrelacionando projeto-investigação-profissionalização. Uma variação desta tendência é o de as várias unidades curriculares de Projeto trabalharem sobre a mesma área geográfica, com diferentes enfoques de escala e de programa, também aqui acentuando uma ligação realidade-profissão, mas que no conjunto pode ser encarado como uma outra hipótese de investigação aplicada, de carácter mais sistémico, para uma dada área territorial. Em ambos os casos, os processos de comunicação das perplexidades e dos resultados dos Projetos, tende a dar origem a apresentações, exposições, ou colóquios,<sup>485</sup> acentuando uma abertura institucional e “disciplinar”, que materialisticamente autojustifica o Projeto, a Arquitetura e a própria Universidade, e acentuam o Projeto como processo propositivo.

Em todo o caso, a explicitação dos objetivos de aprendizagem e a ênfase em desenvolvimento de competências acentua implicitamente a valorização do processo de Projeto como meio de desenvolvimento do próprio aluno. Simultaneamente, a atenção à comunicação e ao trabalho de grupo, seja pela acentuação de competências *Tuning* gerais, seja pela validação dos percursos de aprendizagem em apresentações e exposições, valorizam as questões da comunicação e da avaliação sobre o tradicional formato eminentemente técnico, com desenhos de projeções. No conjunto, a valorização metodológica e uma argumentação teórica e interdisciplinar mais explícitas, abrem campo para um formato de prova final de ciclo de estudos integrado num formato teórico-prático, através de ensaios que reúnam o Projeto com outras áreas científicas.<sup>486</sup> Complementarmente, a Teoria e a História experimentam métodos teórico-práticos, com recurso ao Desenho e ao Projeto, como instrumentos de compreensão arquitetónica, realçando as possibilidades de trabalho conjunto dos recursos do Projeto com as investigações de áreas conexas.

Por último, não obstante podermos considerar que a presença da investigação no Projeto, nos mestrados integrados, se mantém como uma experiência eminentemente pedagógica, a investigação em Arquitetura enquanto produção de conhecimento apresenta exemplos concretos, que demonstram a possibilidade destes trabalhos aparecerem em ambiente de formação base,<sup>487</sup> designadamente:

---

<sup>485</sup> Nomeadamente através de exposições nos locais de intervenção.

<sup>486</sup> Como é o caso do formato do ISCTE-IUL.

<sup>487</sup> Notar as investigações pioneiras dos primeiros CODA teóricos de Octávio Lixa Filgueiras (1953), Arnaldo Araújo (1957) e Nuno Portas (1958), que marcaram o primeiro acesso da Arquitetura à Universidade e ao ensino

- As dissertações de licenciatura e de mestrado integrado do d.ARQ-FTCUC que servem de base para esta tese, designadamente os trabalhos de Rosa Bandeirinha, Bruno Gil;
- A investigação efetuada por Manuel Salgado e Nuno Lourenço com os estudantes do mestrado integrado em Arquitetura do IST-UL no *Guia Urbanístico de Lisboa* (2006),<sup>488</sup> com base na disciplina de Projeto de Arquitetura do 5º ano do curso;
- As ligações ensino-investigação de Ana Vaz Milheiro e Paulo Tormenta Pinto em *Visões do Gabinete Colonial de Urbanização* (2010-2013) e o *learning from*, do Projeto *Optimistic Suburbia* (2014-2015), ambos financiados pela FCT<sup>489</sup> e cruzando trabalho de investigação, com ensino e com os trabalhos teóricos e de Projeto dos alunos de segundo ciclo do ISCTE-IUL;

No conjunto, tratam-se de experiências de investigação original e nos dois casos mais recentes, de interligação entre ensino, investigação e divulgação, incluindo o Projeto de Arquitetura nos seus protocolos.

Observámos uma ambivalência entre uma formação académica, valorizando a ideia de investigação e a tradicional qualificação para acesso pleno à profissão. Esta oposição remete-nos para a questão do tipo perfil de formação, se as escolas formam indivíduos para a profissão, isto é “formam arquitetos”, ou devem procurar uma “educação para a Arquitetura”, de eventual menor aplicabilidade profissional imediata. Constatámos esta tensão no próprio formato da prova final de mestrado integrado, na relação Projeto-Dissertação.

Os cursos ensaiam uma conciliação desta equação na afinação do próprio modelo de formação em duplo ciclo, em que os três primeiros anos seriam uma base generalista, enquanto aos dois seguintes poderiam ser mais flexíveis, abrindo hipóteses de eventuais especializações.

---

Moderno. Vêr sobre este momento a secção Introdução ao *Ensino da Arquitetura Moderna* do Capítulo II: Preâmbulo Conceptual e Temático.

<sup>488</sup> Salgado e Lourenço (2006). Em preâmbulo, Nuno Portas, no texto *Das Ruas e das Casas*, defendendo que o trabalho dos alunos deveria dar lugar a investigações reais: “*não são frequentes os casos de publicações que cheguem às livrarias e cujo objecto seja resultado de processos pedagógicos de escolas de Arquitetura – mesmo que se refiram ao último ano de licenciatura (que na óptica de Bolonha corresponderiam já ao 2º ciclo de especialização ou mestrado). Com efeito, para poderem publicar um livro de interesse geral, é condição mínima de que, na avaliação dos seus docentes, se trate de trabalho escolar que merece ser reconhecido como trabalho directa ou indirectamente orientado à investigação*”. Nuno Portas (2006:12),

<sup>489</sup> Em 2012-13 servia de tema para o Projeto de PFA do ISCTE-IUL, dando origem a Projetos e a dissertações de final de Mestrado e, mais tarde, a uma exposição itinerante Organizada na embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, em Junho de 2014 e na Ordem dos Arquitetos Portugueses em Setembro desse mesmo ano.

Ensaíam-na ainda no modelo de prova final, com um duplo ramo em trabalho projetual ou de dissertação. Uma outra hipótese de conciliação reside na complementaridade dos estágios profissionais, que de momento estão na esfera da ordem profissional, e cuja tendência é inclusivamente de aumentarem o requisito de um para dois anos de duração.<sup>490</sup>

Observámos ainda uma tendência para que o próprio Projeto integre ou seja integrado na investigação, de que é exemplo a reformulação do curso da EAUM, o formato de PFA do ISCTE-IUL e os argumentos do relatório de 2013 do d.ARQ-FCTUC.

Em todos os casos, o Projeto continua central nos currículos.

---

<sup>490</sup> Veja-se a Tabela 66 com os *Estudos Mínimos / Estágio em anos por Estado para reconhecimento como arquiteto*, situação em 2014. Notamos ainda que a questão das competências solicitadas pela profissão deveria ser objecto de inquérito periódico, para se aferir em permanência o tipo de objetivos de aprendizagem e de competências propostos pelas escolas.



## VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“... os arquitetos podem dizer o que queiram. Podem teorizar quanto queriam. Podem oferecer desenhos atrativos. Mas no fim, o edifício, a sólida fisicalidade da sua Arquitetura, é o que conta”.*

David Chipperfield<sup>491</sup>

*Hoje em dia as práticas mais interessantes já não perguntam o que a Arquitetura é, ou o que significa, mas antes o que ela pode fazer. De um ponto de vista teórico, é menos um assunto de arguir em favor da instrumentalidade da Arquitetura do que reconhecer que qualquer aproximação teórica que não possa contar com o carácter de instrumentalidade intrínseca da Arquitetura será sempre insuficiente.*

Stan Allen<sup>492</sup>

*Em face da escassez, hoje inquestionável, dos recursos materiais e ambientais disponíveis, é altura de nos perguntarmos se não terá chegado o tempo de retomar criticamente a ética projetual do funcionalismo mais empenhado do início do século XX, ou seja, daquele funcionalismo que nunca se fechou na superstição de que existia um ajuste perfeito e dogmático entre as formas e a vida que deveriam acomodar e que se manteve atento à evolução de ambas*

Duarte Cabral de Mello<sup>493</sup>

---

<sup>491</sup> Entrevista Jonathan Glancey em *L'architecture d'aujourd'hui*, Novembro 2012, citado por Rafael Moneo em “*O ofício de arquitecto hoje. Uma alternativa em tempos de globalização*”, *El Croquis* n°174-175, 2014, p360 (tradução livre).

<sup>492</sup> Stan Allen (2009: pxiv) , *Practice: architecture technique+representation*, (tradução livre).

<sup>493</sup> Duarte Cabral de Mello (2009:232), *A Arquitetura Dita*.

## 1. Projeto, Investigação, Universidade e Profissão

### *Arquitetura*

Kenneth Frampton afirmava em *Seven points for the millennium: an untimely manifesto* (2000)<sup>494</sup> que com a queda do projeto de socialismo no final do século XX, ao qual a Arquitetura moderna estava tão “*intimamente envolvida*”, a profissão teria que procurar novas formas de envolvimento com a sociedade. Uma das respostas seria encarar a sociedade como um cliente, e para tal, dizia que a educação em “*design ambiental*” de toda a sociedade seria um fator determinante para a melhorar o entendimento dos próprios clientes, da sociedade, uma vez que a qualidade é impraticável sem bons clientes. Ao mesmo tempo, a própria profissão teria que rever os seus objetivos pedagógicos, equilibrando o treino profissional com uma responsabilidade ética e cultural, que seria garantida por uma educação mais abrangente.

Frampton refere que a globalização, a tomada de consciência dos limites e da fragilidade do ambiente e dos recursos naturais, soçobrara o tecno-otimismo do século XX, cuja excessiva preponderância técnico-científica conduziu a uma disrupção entre a civilização e cultura, levando ao crescimento desmesurado dos aglomerados urbanos, com enormes implicações ambientais, ao ponto de se extinguir a própria capacidade de regeneração do ambiente construído pela edificação,<sup>495</sup> surgindo agora a intervenção na estrutura ecológica e na paisagem, como uma única estratégia redentora e como fator mais premente do que a edificação enquanto “*objeto isolado*”.<sup>496</sup> Consequentemente, mais do que uma Arquitetura como acontecimento expressivo, o novo milénio necessita uma Arquitetura simultaneamente “*contexto de cultura*” e “*expressão cultural em si mesma*”, pelo que uma abordagem acriticamente expressiva seria um ato redutor do “*carácter sociocultural*” da Arquitetura, que deverá antes ser, num contexto de crise política, económica e social, orientado não como um “*produto-forma*” mas cada vez mais como “*lugar-forma*”, circunstancia participante de um processo contínuo de regeneração, uma autêntica “*acupuntura urbana*”.<sup>497</sup>

---

<sup>494</sup> Kenneth Frampton (2000). *Seven points for the millennium: an untimely manifesto*, The Journal of Architecture, Volume 5, Springer.

<sup>495</sup> Cf. Kenneth Frampton (2000:24): “à meio século atrás a relação dialéctica entre civilização e cultura ainda admitia a possibilidade de manter algum control sobre a forma e o significado do tecido urbano. Os últimos trinta anos transformaram radicalmente os centros metropolitanos do mundo desenvolvido” (tradução livre).

<sup>496</sup> Cf. Kenneth Frampton (2000:27): “estou convencido que as escolas de Arquitetura e planeamento em todo o mundo deveriam dar uma muito maior ênfase à cultura da paisagem como um sistema de referência em vez de se concentrarem exclusivamente, como têm tido tendência a fazer até agora, ao desenho de edifícios como objectos autónomos”, (tradução livre).

<sup>497</sup> Kenneth Frampton (2000:27-28), (tradução livre).



### *Formação*

Neste contexto, a formação deverá ajustar os seus objetivos, nomeadamente, quanto ao “*equilíbrio entre o treino profissional e a responsabilidade de dar aos alunos uma educação suficientemente ampla*”, sendo essencial admitir, que a Arquitetura pese embora muitos dos seus processos “*possam ser qualificados como métodos e aplicações técnico-científicos*”, a sua prática ainda é em última instância um ofício, situação que explica a razão por que “*a Arquitetura como disciplina sempre esteve desconfortável no interior da universidade*”. Esta formação simultaneamente instrumental e abrangente corresponde a uma conceção do arquiteto como “*especialista na não-especialização*”,<sup>498</sup> como agente com capacidade para interrelacionar os diversos elementos e disciplinas que concorrem em cada nova experiência de edificação.

A discussão e construção deste “*lugar-forma*”, simultaneamente objeto em si e “*acupuntura*” de um sistema urbano e de paisagem em crise, exigem um posicionamento crítico e uma capacidade de descodificação e de comunicação permanentes. Nesta circunstância, o processo de Projeto não pode ser entendido como um ato produzido de forma isolada no *atelier*, mas antes como um processo de negociação e colaboração sucessivas, em que o Projeto enquanto instrumento da Arquitetura apresenta sucessivas hipóteses relacionais, agindo sobre uma ampla gama problemas, mais práticos ou mais filosóficos e oferecendo cenários de transformação suscetíveis de serem aferidos.

### *Projeto*

A este respeito, Jeremy Till,<sup>499</sup> refere que para se alcançar uma nova relação entre a Arquitetura e as transformações sociais do mundo atual é necessário reconsiderar a própria ideia de “Projeto”, de “*design*”, alterando a ideia de produção de objeto para uma ideia de processo e de assunto. Trata-se de uma mudança cultural para os projetistas, porque implica que se

---

<sup>498</sup> Kenneth Frampton 2000:27-30 (tradução livre). A respeito do “*especialista na não-especialização*”, cita Álvaro Siza: “Construir envolve tantos elementos, tantas técnicas, e problemas tão diversos, que é impossível possuir todo o conhecimento necessário. *O que é requerido é a habilidade para interrelacionar elementos e disciplinas diversas. Porque os arquitetos têm uma visão panorâmica e não estão constrangidos por conhecimento concreto, são capazes de conectar vários fatores e manter a capacidade sintética da não especialização. Neste sentido o arquitecto é ignorante, mas é capaz de trabalhar com muitas pessoas e coordenar e integrar um vasto número de particulares. Estas são competências que se adquirem apenas através da experiência. Com elas podemos encarar novas situações que acompanham cada Projeto.* Cf. Alvaro Siza and Peéra Goldman in *Technology, Place and Architecture* (New York, Rizzoli, 1998:155), tradução livre.

<sup>499</sup> Jeremy Till em entrevista a Leonardo Novelo, em Dezembro de 2014, por ocasião da exposição “*Scarcity*” na Central Saint Martins, Londres. Entrevista disponível no site Xarxes d’Opinió.

definem não apenas pelo resultado final, pelo edifício no caso da Arquitetura, mas por todo o processo de Projeto, entendido enquanto “pensamento” (*design thinking*), como modo de reimaginar o futuro da sociedade, como um “*modo de fazer sentido, de fazer conexões, de trabalhar de maneira relacional*”,<sup>500</sup> adquirindo uma múltipla dimensão perante a realidade, como referimos no ponto anterior. Esta reconcepção do Projeto ampliaria o próprio campo de ação da profissão, oferecendo à sociedade outras maneiras de ser produtivo, para além do resultado final edificado. É ainda uma revalorização metodológica para além do âmbito interno da “*reflexão-em-ação*” de Donald Schön,<sup>501</sup> colocando-o como um processo de utilidade social, que oferece uma metodologia de negociação e cenários de síntese, que representam transformações da realidade que podem ser lidas e aferidas, simultaneamente como um todo (um “quase-objeto”, diria Vittorio Gregotti<sup>502</sup>) e parcialmente em todas as suas subcomponentes, permitindo uma visão de conjunto, que retome o panorama do jogo dialético entre cultura e civilização que Kenneth Frampton afirma ter sido quebrado nos últimos trinta anos do século XX.

### *Investigação*

O Projeto como processo aproxima-se da ideia de investigação, negociando circunstâncias e apresentando cenários aferíveis de transformação, valorizando um procedimento sobre um resultado final.<sup>503</sup> No entanto, e na medida em que o seu reduto operativo é artesanal e cultural,<sup>504</sup> mesmo que integrando processos e aplicações técnico-científicas, é dificilmente entendível como investigação de acordo com os protocolos das áreas de conhecimento mais próximas das ciências.<sup>505</sup> Mas, não obstante a dificuldade em classificar e delimitar o que é e o que pode ser investigação em Projeto de Arquitetura, notamos uma convergência no debate da profissão e da Universidade em redor de uma necessidade de legitimação social, que no caso do Projeto passa por uma reformulação do seu papel cultural e instrumental, criando uma expectativa de utilidade operativa no seio da própria Universidade.

---

<sup>500</sup> Idem.

<sup>501</sup> Veja-se a este respeito a crítica às metodologias de Schön e Kolb por James Benedict Brown (2013).

<sup>502</sup> Vittorio Gregotti 1972:16.

<sup>503</sup> Sobre esta analogia, Gonçalo Canto Moniz e Jorge Figueira (2015) Joelho nº5, Nota do Editor, citam Francesco Furlan, um especialista em Alberti, para quem o posicionamento do Arquitecto como humanista é vital para a investigação, porque, “*na atividade de investigação, o processo é mais importante que o resultado, esta é a lição Albertiana*”.

<sup>504</sup> Cf. Kenneth Frampton (2000:22).

<sup>505</sup> O triplo critério de Jonathan Till (2005).

Ou seja, o Projeto de Arquitetura pode ser utilizado na Universidade como processo cognitivo, com uma utilidade metodológica para a investigação, permitindo uma dupla legitimação: da Arquitetura e dos seus instrumentos no interior da Universidade e para com a sociedade em geral, desenvolvendo um almejado círculo virtuoso, em que a academia e a prática se legitimam reciprocamente.

### *Universidade*

As transformações estruturais e conceptuais do Processo de Bolonha são convergentes com este quadro geral.<sup>506</sup> Por um lado, representam uma expectativa de eficácia e de legitimação da Universidade e propõem, à semelhança dos modelos liberais empresariais, uma abertura das instituições universitárias às expectativas da sociedade.<sup>507</sup> Por outro, suscitam a alteração de um sistema de ensino baseado na transmissão de conhecimentos, para um modelo baseado numa educação que favoreça métodos, princípios e instrumentos para a aquisição de conhecimentos e de competências.<sup>508</sup> A sucessão de competências gradativas, instrumentais, pessoais e interpessoais, a serem desenvolvidas ao longo dos ciclos de aprendizagem, relaciona conhecimentos com competências operativas, currículos com conteúdos, ciclos com sequências, conhecimento teórico com aplicabilidade prática, operacionalizando saberes teóricos-instrumentais, que se transformam em “ferramentas praticas”, significantes segundo determinadas condições de operabilidade, face a uma realidade fragmentada e contingencial.<sup>509</sup> As ideias de conhecimento, investigação, prática e teoria ganham um sentido operativo, pedagógico e estabelecem-se em complementaridade, podendo ser experimentadas pela prática do Projeto. Em sentido oposto, a prática projetual inclui, ou relaciona-se, também, com as “práticas teóricas” e com as “práticas críticas”,<sup>510</sup> quer quanto aos seus processos, quer quanto às suas propostas.

---

<sup>506</sup> formação geral; competências de negociação; a investigação

<sup>507</sup> Mas, tal como a Arquitetura, a Universidade receia que um excesso de dependência de critérios de produtividade a afaste da finalidade intrínseca de preservar o conhecimento como benefício independente.

<sup>508</sup> Cf. o trabalho do *Projeto Tuning* e os descritores de ciclo preconizados pelo JQI.

<sup>509</sup> A respeito do desmoronamento de uma concepção totalizante “teoria” e da sua contingência enquanto circunstância operativa de suporte de uma “prática”, refere Gilles Deleuze, em entrevista a Michel Foucault na revista *L’Arc*, 1972:49: “*Quem fala e quem actua? São sempre uma multiplicidade os que falam e os que actuam, incluindo na própria pessoa. Todos somos todos. Não existe já representação, não há mais do que acção, acção teórica, acção prática e um conjunto de relações, em rede...Uma teoria é exactamente como uma caixa de ferramentas. Não tem nada que ver com o significante. É preciso que sirva, que funcione e funcione para os outros, não para si mesmo*”. Cfr. Solà-Morales (1999:258).

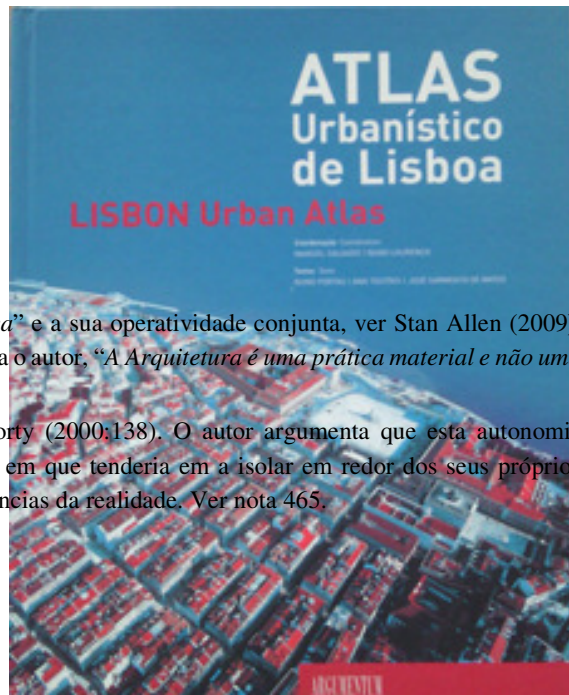
<sup>510</sup> Ignasi Solà-Morales (1999:257), “*Prácticas teóricas, prácticas históricas, prácticas arquitectónicas*”.

Trata-se portanto de uma hipótese de operacionalização conjunta das tradicionalmente afastadas “práticas arquitetônicas” e “práticas teóricas” ou “críticas”, ou seja, de uma aproximação das “*práticas materiais*” e das “*prática discursivas*”, segundo a conceção proposta por Stan Allen.<sup>511</sup> A proliferação de arquitetos com obra reconhecida e com doutoramento, incentivados pela reforma do ECDU que acompanhou o quadro normativo do Processo de Bolonha, é um exemplo deste cenário e instiga uma leitura para além de uma simples separação entre práticos e académicos. Além do mais, emerge simultâneo a uma profunda retração do investimento na construção, o que permite uma maior visibilidade e uma maior apetência pela carreira académica e, tendencialmente pelas práticas discursivas, mais tradicionais na academia. No entanto, se atendermos à narrativa da relegitimação profissional-social em torno do Projeto como processo e como pensamento, podemos questionar acerca das condições para a sua experimentação no apoio à investigação em meio académico. Assim sendo, ao Projeto como meio pedagógico de aprendizagem, que ganharia autonomia progressiva sobre as condições do treino profissional ao longo da história do ensino da Arquitetura,<sup>512</sup> perspectiva-se também o Projeto como modalidade de pensamento, como *design thinking*, ao serviço da resolução de problemas do mundo, alcançando um significado múltiplo, incluindo o apoio à investigação em meio universitário. Em consequência, podemos ainda perguntar se os “práticos-académicos” não poderão estar particularmente apetrechados para esta tarefa.



<sup>511</sup> Conceção de “prática material” e “prática discursiva” e a sua operatividade conjunta, ver Stan Allen (2009), *Practices of Architecture technique+representation*. Para o autor, “A Arquitetura é uma prática material e não uma prática discursiva” (pxiv).

<sup>512</sup> Sobre este ganho de autonomia veja-se Adrien Forty (2000:138). O autor argumenta que esta autonomia funcionaria contra a própria Arquitetura, na medida em que tenderia em a isolar em redor dos seus próprios temas e especificidades, desvinculando-a das contingências da realidade. Ver nota 465.



*Ilustração 28: ECDJ nº5 (2001)*

*Ilustração 29: Atlas Urbanístico de Lisboa (2009)*

*A investigação em debate no ECDJ nº5 do d.ARQ-FCTUC (2001). A investigação coordenada a por Manuel Salgado e Nuno Lourenço com os estudantes do MI em Arquitetura do IST-UL no Guia Urbanístico de Lisboa (2006), com base na disciplina de Projeto de Arquitetura do 5º ano do curso*

## 2. Sintonizando os Currículos

### a. Antecipando Bolonha

#### *Mudanças na Profissão e na Universidade*

Quando o Processo de Bolonha é acionado em Portugal, em 2005, já se anteviam um conjunto de sinais de mudança provenientes da profissão e do sistema universitário. Recordamos os dois editoriais sucessivos de Manuel Graça Dias, em 2001, no JA; “*O País dos Professores*”<sup>513</sup>, onde se questiona a proliferação de cursos, a impreparação de docentes e o desfasamento da universidade em incorporar as especificidades da Arquitetura, designadamente o contributo dos práticos do Projeto; e “*A Moda e as Impossibilidades*”<sup>514</sup>, onde se argumenta ser necessário estruturar os processos de “*apreensão disciplinar*”, incluindo os mecanismos de clarificação e racionalização, tanto quanto a intuição e a perfeição formal. Urgia um reconhecimento e uma clarificação dos instrumentos específicos da Arquitetura, quer para uma prática pedagógica, quer para uma convivência epistemológica com as áreas-pares da universidade.<sup>515</sup>

#### *Avaliação, Investigação e Financiamento*

Do lado da sociedade, a Diretiva europeia de 1985,<sup>516</sup> reconhecia a importância social da profissão, regulamentando as condições da sua formação e da sua prática, reconhecendo ainda a heterogeneidade das tradições formativas e dos enquadramentos jurídicos da prática, que variam conforme as matizes históricas e culturais dos vários estados membros. Em consonância, a partir de 2000 a recém-criada Ordem dos Arquitetos Portugueses criava um processo de regulação dos cursos e do próprio acesso à profissão, mediante um regime de admissão com formação complementar, que se estabilizaria em redor do formato de estágio e formação suplementar profissionalizante.

Do lado da Universidade, assistindo-se a uma explosão impropriedade da procura e da oferta formativa, começaram nos anos 90 os movimentos para se estabelecerem padrões de qualidade, designadamente através da iniciativa do CRUP-FUP. Novos estatutos da carreira docente requereriam o grau de doutor para aceder aos patamares mais elevados e a partir dos

---

<sup>513</sup> Graça Dias 2001a:3

<sup>514</sup> Graça Dias 2001b:3

<sup>515</sup> Notar que toda a oferta formativa em Portugal é de nível universitário, não havendo formação em ambiente politécnico ou em escolas independentes de instituições de nível universitário.

<sup>516</sup> Diretiva 85/384/CEE de 10 de Junho.

anos 90, a ação da JNICT (1967-1997) e da sua sucessora FCT (1997) imprimem uma reorganização das instituições de investigação e institucionalizam um sistema de financiamento estrutural a centros e a Projetos de investigação. As instituições de ensino superior acedem a novas formas de financiamento, e viabilizam meios suplementares de legitimação. Desenvolve-se a carreira do investigador e do professor-investigador.

### *Saturação do Ensino e da Profissão*

Com o início da primeira década do século o sistema universitário iniciaria uma trajetória de contração do número de candidatos, refletindo uma taxa de natalidade insuficiente para a reposição geracional, esta situação seria acentuada a partir de final da década, com o impacto da Grande Recessão de 2008. Contudo, já em 2003 o “*Relatório de Síntese Global*” da FUP<sup>517</sup> para a área da Arquitetura e Arquitetura Paisagista alertava para os efeitos da contração no investimento da construção, associada ao aumento do número de licenciados, a que por sua vez se conjugava uma diminuição expectável da faixa etária populacional dos 20-24 anos. Esta conjugação negativa impunha uma necessária recomposição da oferta educativa e um reenquadramento da própria prática profissional.

### b. Adequando a Bolonha

#### *Estrutura e Conceitos*

O processo de adequação do sistema português de ensino superior ao Processo de Bolonha concretizou-se rapidamente, entre 2005 e 2010. Destacamos alguns princípios estruturais: a harmonização dos graus e dos programas de estudos; o paradigma de desenvolvimento de competências e a implementação de um sistema de monitorização e avaliação dos cursos e das instituições, independente do próprio sistema universitário e das organizações profissionais.<sup>518</sup> Os fins da adequação poderiam em parte ser partilhados pela profissão e pela sociedade: uma avaliação e comparabilidade das escolas e dos seus produtos de ensino; uma avaliação dos objetivos de aprendizagem; uma interligação entre estes objetivos e as condições da profissão; ou a perspectiva de ligação mais profícua entre a academia e prática

---

<sup>517</sup> Relatório da Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Licenciatura em Arquitetura e Arquitetura Paisagista, Julho de 2003, FUP-APESP, coordenado por Mário Krüger (2003).

<sup>518</sup> A harmonização, que permite a comparabilidade, baseia-se nos seguintes princípios: a divisão estrutural em 3 ciclos de aprendizagem; a descrição dos ciclos em forma de resultados de aprendizagem e de aquisição de competências; a tentativa de interligação dos ciclos com as necessidades locais dos mercados de trabalho; a ligação entre o ensino e a investigação, segundo um espírito de missão “desenvolvimentista”, consagrado a partir de 2001 e da *Estratégia de Lisboa*. Por sua vez, a avaliação era coordenado a nível europeu pela ENQA.

profissional e o contexto social de proximidade, que descodifique e legitime os próprios instrumentos da profissão.

Porém, nem todos os princípios eram partilhados pelas universidades,<sup>519</sup> assim como nem todas as escolas e instituições teriam a mesma posição. Em 2004, o relatório por “áreas de conhecimento”, para a área da Arquitetura, coordenado por Domingos Tavares, viria propor uma estrutura de duplo ciclo em 5+1 ou 2 anos, sendo o primeiro ciclo profissionalizante e o segundo de reforço de preparação profissional e formação para a investigação, replicando o sistema existente de licenciatura e mestrado. A grande questão que saía desta proposta, tal como colocada pela maioria dos relatórios das restantes “áreas de conhecimento”, era a inadequação do primeiro ciclo de 3 anos para a atribuição de competências com reconhecimento profissional.

### *Ciclo Integrado*

A adoção pela Arquitetura do formato de Mestrado Integrado acabaria, de certo modo, por corresponder à posição do relatório de “áreas de conhecimento”, e os currículos adequados funcionariam na sua maior parte como verdadeiro ciclo contínuo.<sup>520</sup> Não obstante diferenças particulares entre os vários cursos e a exceção da escola do Minho, a maioria das escolas estudadas resistem a desenvolver um sistema curricular faseado mas flexível, que permitisse a alunos e docentes uma maior liberdade de percursos formativos e de desenvolvimento de temas. Em paralelo, a definição de objetivos de formação e a descrição de competências inter-ciclos não são desenvolvidos em profundidade, adaptando-se antes os descritores gerais *Tuning*, cruzados com os objetivos formativos generalistas da Diretiva.

A modelização dos ritmos curriculares varia entre dois modelos: a manutenção de um regime eminentemente anual, sobretudo em unidades nucleares (FAUP e d.Arq-FCTUC), e a adoção de um regime semestral (FAUL e ISCTE-IUL), sendo a exceção o curso do Minho, onde há uma diferenciação entre ciclos, semestralizado o 2º e eminentemente anual o 1º,

---

<sup>519</sup> Sobre a comparação de todos os 23 relatórios por “área de conhecimento” elaborados na segunda metade de 2004 a pedido do MCIES, ver artigo Ensino Superior 14 - Revista do SNESup: Dezembro 2004 - Janeiro 2005, que comparando os relatórios identifica “uma opção maioritária pela rejeição da estrutura de formação de um primeiro ciclo com a duração de 3 anos. A afirmação inequívoca de que, para respeitar o princípio geral de que o primeiro ciclo de formação deve assegurar as competências necessárias ao exercício de uma atividade profissional, o primeiro ciclo deve contemplar 240 créditos ECTS. (...) A generalidade das áreas de formação justifica a necessidade de financiamento de pelo menos 4 anos dado não ser possível adquirir as competências profissionais com apenas 180 créditos ECTS”.

<sup>520</sup> Baseado num currículo contínuo e com precedências nas principais unidades curriculares, ou pelo menos na unidade de Projeto. No universo das escolas estudadas a exceção seria o curso da EAUM.



notando que o Projeto é sempre semestral e apenas teria precedências entre as primeiras e as últimas unidades de cada ciclo.

Apesar na normativa não impor uma modelação tipo das unidades curriculares, o próprio *Tuning* reconhecia que a equiparação e transferência entre cursos diversos beneficiaria de modelações equivalentes, pelo que houve uma tendência nos cursos de Lisboa para a semestralização integral das unidades curriculares.<sup>521</sup> No Porto e em Coimbra, os ritmos anuais que transitam da tradição pedagógica antecessora e são considerados fundamentais para a aprendizagem pelo Projeto, que requer tempo para o encadeamento de reflexão-e-ação e para a construção de uma posição individual dos alunos, para o desenvolvimento de competências de Projeto.<sup>522</sup> Critica-se a imposição de uma paragem letiva entre primeiro e segundo semestres, que afeta inclusivamente as unidades anuais, dada a integração dos cursos de Arquitetura na uniformização dos calendários letivos da Universidade, revelando uma dificuldade em conceber e articular planos com unidades curriculares temporalmente distintas, sejam em formato trimestral, semestral ou anual.

Pedro Maurício Borges realça em entrevista ao JA nº253 de 2015, de que face à compressão e modelização dos tempos letivo se torna “*necessário um regime diferente de ensino*”<sup>523</sup>, que antecipe “os porquês”. Clama-se por uma nova atenção sobre as questões didáticas e pedagógicas do ensino do Projeto de Arquitetura.<sup>524</sup> Em Lisboa, no ISCTE-IUL, o período de interrupção letiva é utilizado para acompanhamento tutorial e para apresentação dos trabalhos perante júris internos e externos. A tutoria e a avaliação desenvolvem-se e transformam-se em potenciais instrumentos pedagógicos.

---

<sup>521</sup> No caso do ISCTE-IUL a semestralização resultado da modelização dos ritmos da própria instituição de ensino superior. Na FAUL, o regime já vigorava desde a revisão curricular de 2002-2003. Em ambos os casos, a Projeto, a semestralização é enquadrada por uma sequência directa de docência e uma complementariedade directa de programas, entre os dois semestres de um ano lectivo. Há ainda precedências entre as unidades de Projeto, pelo que pode haver uma apetência geral por ritmos anuais, que acaba por ser implementado indirectamente.

<sup>522</sup> Segundo Pedro Maurício Borges, “*a semestralização pós-Bolonha foi ruinosa, estar quase dois meses parado*”, “*isso combinado com menos horas de aulas exige um sistema bastante diferente de ensino. O que antes se adquiria com o erro agora tem que se antecipar, e dizer: ‘Isto não se faz’*”. Nas aulas teóricas pode-se tentar explicar-se o porquê, pois não temos tempo para fazer asneiras. É uma perda. A Arquitetura que se ‘aprendia’ agora ‘ensina-se’”. Em “*Ossos do Ofício*”, entrevista de Diogo Seixas Lopes e Patrícia Barbas a Pedro Maurício Borges e José Neves, in *Jornal Arquitectos*, nº252, Janeiro-Abril 2015, p566.

<sup>523</sup> Entrevista de Diogo Seixas Lopes e Patrícia Barbas a Pedro Maurício Borges e José Neves, in *Jornal Arquitectos*, nº252, Janeiro-Abril 2015, p566.

<sup>524</sup> Uma das questões do questionário acerca da educação em “design” no 1º ciclo dos cursos de Arquitetura europeus, realizado pela TU-Delft entre 2010-2012, era se os docentes dos “design studios” tinham formação didáctica específica (capítulo *Logistics of the design studios; Teaching; Do the teachers get didactic training?*), conforme questionário cedido por Willemjin Floet.

Recordando Manuel Graça Dias, em “*A Moda e as Impossibilidades*”, quando criticava o facilitismo em redor da expressão “*a Arquitetura não de pode ensinar*”, podemos direcionar o nosso olhar para as práticas pedagógicas que emergem da necessidade de clarificação e de acerto metodológico, expressa de modo diferente, mas complementar, em 2001 e em 2015.

#### *Acertos em Bolonha*

Entre a primeira adequação e o momento atual (2015), todos os cursos estudados reformaram de alguma maneira os planos iniciais. Destas revisões destacamos duas tendências: uma compactação dos currículos, abandonando as unidades curriculares não nucleares à Arquitetura;<sup>525</sup> uma afinação do modelo de conclusão do ciclo integrado de estudos, contendo a tendência para a dissertação se estender temporalmente para além do 10º semestre, e clarificando as possibilidades do trabalho final envolver o Projeto de Arquitetura. A primeira tendência afina as matérias obrigatórias para o perfil curricular pretendido, que se mantém em redor da aprendizagem pelo Projeto<sup>526</sup>, relegando as restantes para unidades optativas, antevendo o desenvolvimento de ramificações de *minors*. A segunda tendência observa-se na oferta de unidades curriculares de introdução à investigação em Arquitetura, antecipando a problemática do trabalho final e conferindo indiretamente alguma identidade ao segundo ciclo de estudos. Em paralelo, a consolidação do trabalho final envolvendo o Projeto, assume leituras e possibilidades distintas: como reação à tendência de especialização das áreas conexas do currículo, ou como especialização universitária do Projeto. Em todo o caso, assiste-se a duas tendências ou formatos de trabalho final: o formato que reúne uma vertente projetual e um ensaio escrito (ISCTE-IUL); ou o formato optativo entre o Projeto e a Dissertação em formato de artigo escrito (EAUM; FAUP; d.ARQ-FCTUC; FAUL). Não obstante, em ambos os formatos, o trabalho final de Projeto pode adquirir uma componente teórica e crítica mais ou menos explícita<sup>527</sup>, valorizando o trabalho enquanto produto e enquanto processo, situação que permite ao Projeto adquirir uma especificidade potencial que arriscamos designar por universitária.

---

<sup>525</sup> Veja-se no Capítulo II os casos da FAUL (revisão de 2013) e do ISCTE-IUL (revisão de 2010).

<sup>526</sup> O critério seria o de equilibrar as matérias imprescindíveis à formação do perfil e a sua utilidade e aplicabilidade para o Projeto. Esta situação é ainda verificável na articulação de unidades ao longo do currículo, na leitura dos programas das próprias unidades curriculares e na explicitação nos relatórios de adequação a Bolonha, da centralidade do ensino pelo Projeto.

<sup>527</sup> Este objetivo é enunciado pela EAUM no relatório de adequação a Bolonha, quando afirma que um dos resultados de aprendizagem procurados é o de conferir competência para os alunos “*aplicarem metodologias de investigação aos Projetos de Arquitetura e Território*”. Cf. Relatório de Adequação EA-UM, 2006:8.

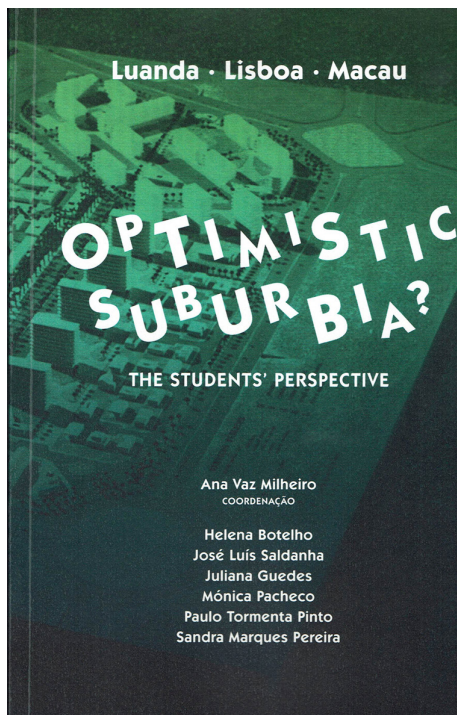


Ilustração 30: *Optimistic Suburbia, Capa* (2015)

Ilustração 31: *Optimistic Suburbia, Contra Capa* (2015)

*Projeto Optimistic Suburbia (2014-2015), financiado pela FCT e cruzando trabalho de investigação e ensino, cruzando o projeto FCT e com os trabalhos teóricos e práticos, de Projeto, na unidade de PFA, dos alunos de segundo ciclo do ISCTE-IUL*

### 3. Sintonizando o Projeto

#### a. Significado e Tradição

##### *Perfis Formativos*

Nos processos de adequação, os cursos indicam que o objetivo da formação é a preparação para um mercado de trabalho que extravasa a prática do Projeto em regime de “*profissão liberal*”.<sup>528</sup> Estes perfis, que no relatório de “*área de conhecimento*” de 2004<sup>529</sup> eram os do Arquiteto, do Arquiteto Paisagista e o do Arquiteto Urbanista, seriam redefinidos pelos cursos de acordo com os princípios da Diretiva 2005/36/CE de 7 de Setembro e dos Estatutos da Ordem dos Arquitetos, passando a compreender um conjunto de atividades entre o planeamento, a conceção de Projetos, a construção de obras, a manutenção de obras e a gestão

<sup>528</sup> Cf. a designação dada nos relatórios de adequação de parte das escolas estudadas.

<sup>529</sup> Relatório Domingos Tavares (2004).

urbanística e imobiliária.<sup>530</sup> A estas valências as escolas juntaram a capacidade de para a elaboração de “*estudos científicos disciplinares*”.<sup>531</sup>

Observámos que apesar da identificação de perfis de especialização profissional, o ensino pelo Projeto mantém-se prioritário e central na identificação dos perfis e no desenho das estruturas curriculares adequadas.<sup>532</sup> Em todos os casos de estudo a competência para a elaboração do Projeto é o primeiro objetivo formativo, situação que vai ao encontro da própria Diretiva,<sup>533</sup> refletindo a especificidade última da Arquitetura como “prática material”.

O Projeto mantém-se como finalidade da formação, como a atividade mais representativa dentro da sociologia da profissão,<sup>534</sup> e como o método de tradicional e distintivo de formação, pelo aprender-fazendo, praticando o próprio ofício, consolidando conhecimento empírico. A esta dialética fundadora, junta-se agora a perspetiva do Projeto como processo de pensamento, instrumental para a investigação e para o desenvolvimento da sociedade, legitimando a disciplina na universidade.<sup>535</sup>

---

<sup>530</sup> Vejam-se por exemplo os relatórios de adequação da FCTUC e FAUL.

<sup>531</sup> Relatório de Adequação FAUP, 2008, p8.

<sup>532</sup> Com um peso relativo variável aproximado, nas escolas estudadas, entre os 31,6% (FAUL) - 37,8% (ISCTE-IUL) em relação à atribuição de ECTS. Ver Capítulo IV..

<sup>533</sup> Em ambas as Diretivas, de 1985 e 2005, a primeiro objetivo de formação é “*conceber Projetos de Arquitetura que satisfaçam as exigências estéticas e técnicas*”.

<sup>534</sup> Autores como Gerry Stevens (1999) identificam uma estrutura de poder na profissão, baseada na preponderância dos valores objectuais e materialistas da obra, que é mantida pelo uso de um poder simbólico e por meios culturais, levando a uma corporalização de um capital cultural e à intuição de um “*habitus*” cultural pelas escolas de Arquitetura (p188). Argumenta que em virtude de não existirem procedimentos e processos do “*design*” objectiváveis, a Arquitetura valoriza uma prática cultural sobre uma prática crítica, tendo como reflexo um ambiente geral em que os próprios “*journals*” principais vem da prática e publicam tradicionalmente Projetos, sem um perspectiva crítica inerente (p209). A penetração social da Arquitetura decorre assim mais da acção dos media generalistas do que da acção da Academia, sendo que o capital por excelência da profissão é o Projeto e as imagens do Projeto ou da obra edificada (que se tornam uma representação do Projeto). A prática discursiva é desta forma um capital secundário dentro da Arquitetura.

<sup>535</sup> Esta validação metodológica do Projeto pode em certa medida ser um retorno, quer a um funcionalismo mais empenhado socialmente, da primeira geração de modernos, quer a um espírito reformista, técnico e social, da reforma do ensino da Arquitetura de 1950-1957. Podemos interpretar como um movimento cíclico de aproximação entre arte e ciência, ou seja a uma aproximação entre as áreas científicas tecnológicas e as áreas científicas da história e da cultura da profissão.

### *Centralidade do Projeto*

A metodologia do Projeto é no entanto pressionada pela compressão dos tempos e dos ritmos letivos, impulsionando um debate sobre pedagogia e didática<sup>536</sup>, que por sua vez é alimentado pela própria profissionalização do corpo docente.<sup>537</sup>

Esta profissionalização não corresponde necessariamente a um afastamento da prática profissional, originando doutores-arquitetos, simultaneamente académicos e projetistas. No entanto, o efeito centrífugo do regime universitário e da crise na profissão tornam o doutoramento e a carreira académica atrativos, gerando uma dinâmica de produção de conteúdos universitários, incluindo a investigação sobre o ensino e sobre o Projeto de Arquitetura.

Há como que uma dupla especialização no ensino pelo Projeto: uma especialização pela prática profissional, pelo especialista da prática,<sup>538</sup> e uma especialização pela propriedade pedagógica e cognitiva, em que a aprendizagem extravasa o treino meramente profissional, a proposição eminentemente técnica e produtiva e alcança uma dimensão mais larga, que provisoriamente chamaríamos de “ontológica”, na medida em que a discussão dos objetivos, dos métodos e dos elementos de conceção e de comunicação se sobrepõem ao tradicional processo de desenho individual.

### *Generalista, Especialista, Investigador*

Observado de outro ângulo, a relação do ensino com a experiência e os condicionalismos da prática, protege a Arquitetura e o seu ensino de uma conceção excessivamente fragmentada e perigosamente autorreferenciada.<sup>539</sup> Isto é, a condição empírica, oficial e artística do processo de Projeto garantem de uma base generalista e humanista na

---

<sup>536</sup> Veja-se Jorge Spencer (2012:120), mesa redonda no Colégio das Artes em 2 de Junho de 2012, publicado em *A Arquitetura ensina-se?* in Joelho n03, FCTUC, pp114-125, quando afirma que é altura de “*nos centrarmos na questão das estratégias didáticas, pois penso que nelas reside a oportunidade de redirmos o paradoxo entre o modelo tradicional e as novas condições objectivas para o exercício da docência*”.

<sup>537</sup> Cf. o ECDU de 2009, com o grau de doutor e o regime de dedicação exclusiva como objetivos a atender.

<sup>538</sup> Em 2001, Manuel Graça Dias em “*O País dos Professores*” (Graça Dias 2001a), apontava uma dificuldade de relacionamento entre a Arquitetura e academia em redor da valorização da prática profissional do Projeto: “*um bom profissional de Arquitetura não é, necessariamente, um bom professor; mas um bom pedagogo, um bom comunicador, só será um bom professor (falo na área de Projeto), se for um competente e experimentado arquitecto*”.

<sup>539</sup> Seja, na tradição do arquitecto-artista encerrada em elaborações estéticas ou na tradição do arquitecto-técnico, em elaborações tecno-científicas.

formação em Arquitetura,<sup>540</sup> cujo “processo de pensamento”, que é em si uma condição prévia de não-especialização técnica,<sup>541</sup> mesmo que nos seus processos e para cumprir determinados objetivos, implique um grau de especialização elevado.<sup>542</sup> Os generalistas-especialistas desta condição serão os indivíduos que tem simultaneamente uma experiência prática e uma posição crítica: os generalistas-especialistas e os práticos-universitários. Situação que tem ainda uma interessante correspondência com uma das informações saídas do trabalho do Projeto *Tuning*, que é a de que as empresas, o trabalho, valoriza indivíduos com uma formação generalista sobre conhecimentos altamente especializados (ver capítulo II, *Preâmbulo Conceptual e Temática, Introdução ao Processo de Bolonha*).

## b. Estrutura e Conteúdos

### *Estrutura do Projeto*

A compressão de tempos e de ritmos letivos não implica necessariamente um afastamento da profissão, até porque ambas sofrem pressões equivalentes, uma vez que o funcionamento das universidades se adapta à cultura produtivista do momento atual, que por sua vez influencia também as condições da própria profissão.<sup>543</sup>

Para tentarmos entender a reação dos cursos do ensino pelo Projeto observámos como as estruturas curriculares foram organizadas nas escolas-estudo, propondo uma leitura comparada das diversas sequências das unidades curriculares do Projeto. Com base nestes elementos distinguimos a seguinte particularização curricular entre escolas:

- Variações da estrutura curricular do Projeto:
  - Hierárquico compacto, anual, metodológico e instrumental: FAUP e FCTUC,<sup>544</sup>

---

<sup>540</sup> A este respeito, J. A. Bandeirinha (2012:112) em “*Pedagogia do Projeto*”, in Joelho nº03 cita Álvaro Siza, quando este a respeito da pedagogia de Fernando Távora afirma que “*não tem a ver com modelos, respostas sistemáticas, know-how. Não exclui ferramenta. Mas tem a ver com a humana condição, abertura, prudência, compreensão, permissividade por vezes, dúvida, vontade, intransigência*”.

<sup>541</sup> Seja historiográfica, tecnológica, sociológica, ou outra. Atente-se em Antoine Picon (1992) e a falência do Projeto no curso da politécnica, originando uma mentalidade tecnocrática e progressivamente menos criativa.

<sup>542</sup> Especialização nos seus processos internos de Projeto e a integração de conhecimentos especializados de outras áreas no Projeto. Ou seja, o processo de Projeto poderá ser visto por outras áreas do conhecimento como um processo de síntese que inclui procedimentos técnico-científicos mas não se esgota neles, permitindo uma visão simultaneamente científica e cultural.

<sup>543</sup> Referimo-nos à própria compressão e fragmentação dos tempos do Projeto, decorrente, por exemplo, das condições de mercado e das novas tecnologias de produção, seja pelo tempos de execução cada vez menores, seja pela fragmentação e especialização de áreas do Projeto.

<sup>544</sup> Tomando como referência o plano curricular do d.ARQ-FCTUC anterior à revisão de 2015-2016.

- Hierárquico semi-compacto, semestral, instrumental: FAUL e ISCTE-IUL;
- Semi-fléxivel, em duplo ciclo, metodológico e cultural: EAUM;
- Correspondem a diferentes posicionamentos relativos aos paradigmas de Bolonha:
- Resistência; para os exemplos da FAUP e FCTUC;<sup>545</sup>
- Adaptação; para os exemplos da FAUL e ISCTE-IUL;
- Experimentação; no caso da escola da UM;

Em todos há uma preponderância do Projeto no currículo geral.

No primeiro grupo, decorre em cinco sequências anuais e é acompanhado consistentemente pela Teoria e pela História da Arquitetura. As restantes unidades acompanham a progressão da área de Projeto. No segundo grupo, não há um acompanhamento equivalente da Teoria, em benefício das Tecnologias da Construção e da Representação. A síntese reflexiva é efetuada preponderantemente no Projeto, no entanto este tem uma carga letiva menor do que as escolas do grupo anterior. Há uma aparente maior dispersão curricular, que pode corresponder uma maior autonomia de cada área em relação à progressão geral do Projeto. O terceiro grupo há uma clara separação entre ciclos, sendo o primeiro semelhante ao do primeiro grupo, designadamente na articulação de Projeto e Teoria. Diferencia-se na semestralização e na flexibilização de precedências a Projeto, cujo objetivo é estabelecer uma cadência temática mais individualizada. No 2º ciclo permite hipóteses de escolha, organizando o currículo por áreas-temas semestrais, cujas particularidades temáticas convocam outras áreas curriculares para Seminários de apoio ao Projeto.

Esta diferenciação das estruturas curriculares corresponde ainda a uma transição gradual, de uma postura canónica e de resistência à pressão de transformação, para uma experimentação progressiva dos conceitos de aprendizagem sugeridos pelo Processo de Bolonha. A razão destas variações prende-se com as particularidades históricas e culturais de cada escola, pelo seu ambiente institucional e humano, pelo que uma futura interpretação mais detalhada das diferenças terá que ter presente estas particularidades.

### *Conteúdos do Projeto*

Observando a organização dos conteúdos programáticos das unidades de Projeto, verifica-se uma ligação entre as variantes de estrutura organizacional dos currículos da área de

---

<sup>545</sup> Tomando como referência o plano curricular do d.ARQ-FCTUC anterior à revisão de 2015-2016.

estudos e uma variação de princípios pedagógicos, que por sua vez reflete um possível posicionamento face a Bolonha, designadamente:

- Diferentes estruturas pedagógicas
  - Hierárquica e contínua, por programas e escala – aproximação canónica;
  - Semi-fléxivel e por ciclos, por programas e escalas mas também por temas – aproximação experimental;

Não obstante diferenças de posicionamento e de estrutura, verificam-se semelhanças pedagógicas como o peso, significado e centralidade do Projeto, e a organização tipo das aulas.<sup>546</sup> Quanto à sequência curricular, realçamos dois aspetos comuns aos cursos estudados: uma estrutura de sequência de aprendizagem semelhante; a adoção do formato de prova final de segundo ciclo do tipo tese de mestrado, procurando uma especificidade académica, isto é:

- Estrutura da sequência de aprendizagem pelo Projeto com bases comuns:
  - Uma matriz de sequência geral;
  - Ênfase nos aspetos metodológicos e em programas de habitação no 1º ciclo;
  - Ênfase na complexidade, nos equipamentos e no desenho urbano no 2º ciclo;
- Introdução do Projeto na dissertação final de mestrado integrado:
  - Experimentação de uma relação do Projeto final com a investigação;

Este encadeamento pressupõem uma adesão progressiva aos princípios *Tuning*, adaptando a progressão tipo dos programas de Projeto das escolas, que deriva de uma origem curricular em sequência vertical,<sup>547</sup> e que todas as turmas de cada ano trabalham com o mesmo programa e que articula um início propedêutico, que introduz os instrumentos, a cultura e as metodologias do Projeto, e se desenvolve em torno de programas funcionais e de temas base,

---

<sup>546</sup>Cf. Capítulo IV, *Projeto nos Currículos Adequados*; a organização da área curricular de Projeto é semelhante, com algumas variações, designadamente em parâmetros como o peso da carga ECTS, a distribuição de horas de contacto por semana, a dimensão das turmas, o rácio professor docente e o perfil tipo do docente.

<sup>547</sup> Cf. Capítulo IV, *Projeto nos Currículos Adequados*; consistindo numa sequência que podemos diagramar do seguinte modo:

espaço e forma: programa e contexto : habitação, repetição tipologia: equipamento, exceção: Projeto urbano



refletindo uma sequência hierárquica de escalas de lugares e de níveis de concretização do Projeto,<sup>548</sup> ao longo da progressão curricular unificada para todos os alunos.

### *Objetivos de Aprendizagem*

Os exercícios de Projeto caminham de uma base propedêutica para uma maior complexidade de programa e contexto, incrementando os níveis de concretização em moldes semelhantes aos protocolos da prática,<sup>549</sup> a formação organizava-se num ciclo compacto, que tematicamente poderíamos esquematizar num 2+3, com os primeiros dois anos propedêuticos, seguidos de três anos de experimentação de programas e temas.

Com a adequação a Bolonha observamos uma compactação do currículo, com um primeiro ciclo mais instrumental, metodológico e generalista e um segundo ciclo mais exploratório, em redor de problemas de Projeto mais complexos e introduzindo o tema da investigação, seja através dos formatos de prova final, como é o caso do ISCTE-IUL, seja através de reformulação da progressão curricular, articulando-a em temas, como no caso da escola do Minho e, a partir de 2013-2014 na escola de Coimbra.<sup>550</sup> O quadro conceptual de Bolonha enfatizava a necessidade de se estabelecerem o âmbito de competências a desenvolver para cada ciclo. A tendência observada é a de conferir competências básicas para o primeiro ciclo e de competências profissionais e investigatórias para o segundo ciclo. A especificidade da investigação em segundo ciclo deriva da incorporação da Arquitetura e no ensino superior universitário, em que tal como as restantes áreas de conhecimento, o espírito de missão tem como objetivo interligar a educação com a investigação e o desenvolvimento. Com este sentido, a importância da prova final de Mestrado Integrado e a sequência curricular a ela conducente refletem uma especificidade universitária crescente, introduzindo unidades de apoio à investigação e concluindo a formação com uma prova académica, à qual progressivamente se junta o Projeto.

---

<sup>548</sup> Cf. Capítulo IV, *Projeto nos Currículos Adequados*; consistindo num duplo movimento de aumento progressivo da escala dos programas, da complexidade dos contextos e dos elementos de Projeto solicitados.

<sup>549</sup> Melhor definindo a “forma do Projeto”, ou como afirmava Vittorio Gregotti a “*metodologia de transmissão Projeto*”, (1972:23), referindo-se à organização da imagem no Projeto, segundo uma série de anotações essencialmente voltadas à comunicação do próprio Projeto, em função da sua correcta execução e segundo um conjunto de regras.

<sup>550</sup> A experiência 5º ano do d.ARQ-FCTUC ser organizado por turmas, em função de distintos temas é encetada a partir de 2013, segundo Rosa Bandeirinha (2013:167). A revisão curricular de 2015-2016 vem alterar a própria designação das unidades curriculares do Projeto no 2ºCiclo, que passam a ser Atelier de Projeto I e II, sendo organizadas por temas, um pouco à semelhança do praticado na EAUM.

Não obstante, os ciclos continuam unidos e contínuos, havendo a necessidade de se clarificarem os respetivos resultados de aprendizagem na área de Projeto.<sup>551</sup> Nos processos de adequação esta separação seguia os descritores de ciclo gerais, até porque o entendimento do formato integrado a isso induzia. Trata-se de definir os tipos e sequências de competências a Projeto e articular quer a sequência de ciclos, quer a ramificação e complementaridade entre preparação profissional e preparação cultural no segundo ciclo.

Há semelhanças, como vimos, entre estes movimentos de reforma curricular e a proposta de 2008 de Gilles Lipovetsky,<sup>552</sup> de se utilizar o duplo ciclo para se ensaiar uma conciliação entre a faceta profissionalizante e a da investigação, mediante a articulação entre um 1º ciclo metodológico, instrumental e generalista, um “*colégio universitário*,”<sup>553</sup> e um segundo ciclo onde se escolheria entre uma especialização para uma profissão ou para a investigação, circunstância que resultaria no seguinte cenário, de acordo com o tipo de resultados de aprendizagem e de competências a desenvolver:

- 1º Ciclo metodológico, instrumental e conceptual.  
Optativo para com outras áreas do conhecimento;
- 2º Ciclo investigatório e profissionalizante.  
Optativo no interior da área da Arquitetura;

A separação entre ciclos não está isenta de contradições, desde logo pelo objetivo de desenvolvimento de competências metodológicas de base para o Projeto e simultaneamente a experiência de outras áreas “disciplinares”, ou pela contradição entre perfis de investigação e

---

<sup>551</sup> Veja-se sobre este assunto o relatório d.ARQ-FCTUC de Abril de 2013, *Proposta de diretiva para as disciplinas de Projeto e conexas*. Documento não publicado. Neste propõe-se com maior clareza um conjunto de competências, de “*nível instrumental*”; de “*nível conceptual*” e de “*nível técnico*”, que deveriam ser atendidas para a conclusão do ciclo e passagem ao seguinte. Enquanto este último permitiria a “*introdução à investigação na área de Projeto*”, circunstância que relevava para a necessidade de se debater “*em que medida ou de que formas o Projeto produz conhecimento, ou seja, de que formas concretas se considera o Projeto em investigação*” (2013:3). Esta posição implicava uma reformulação do método de ensino/aprendizagem do Projeto e dos próprios conteúdos pedagógicos das unidades consideradas complementares, sendo que para o primeiro ciclo, se propunha uma definição clara dos conteúdos de cada unidade de Projeto e uma articulação mais directa com as restantes unidades complementares, fortalecendo a unidade, complementaridade e hierarquia da estrutura curricular e do ciclo de estudos. Em sentido oposto, no 2º ciclo, propunha-se uma fragmentação do Projeto em 3 hipóteses diferentes por semestre, ao longo de quatro semestres, sem hierarquias e precedências, oferecendo escolhas à semelhança das *design units* do norte-centro da Europa.

<sup>552</sup> Gilles Lipovetsky (2008:205).

<sup>553</sup> Segundo o autor seria um 1º ciclo generalista, na tentativa de expor aos alunos outros campos e outros métodos de conhecimento, recontextualizando a própria área de conhecimento base (2008:205).

de profissionalização. Teme-se uma dispersão curricular, ligada à fragmentação dos percursos curriculares optativos e a fricção entre uma formação generalista ou de especialização. A sua superação poderá não ser fácil e a contradição poderá afinal ser uma circunstância de princípio, não obstante, notaram-se aspetos de reação: a compactação dos currículos em redor de unidades curriculares consideradas nucleares;<sup>554</sup> a convergência para o Projeto, interligando disciplinas conexas com o Projeto e desenvolvendo formatos do tipo Seminário, comprimindo os momentos de transmissão de conhecimento, a serem operacionalizados no Projeto.

Ou seja, o Projeto persiste como a garantia metodológica da especificidade “disciplinar”, é o procedimento de tradução arquitetónica de outras áreas de estudo. Caminhamos desta forma para uma conceção simultaneamente autónoma e dependente da Arquitetura. Autónoma nos seus mecanismos de proposição de transformação do ambiente natural e humano, dependente na aporção de informação para a definição da complexidade de fatores que caracterizam o quadro geral da sociedade e para a avaliação em profundidade das propostas de transformação que o Projeto coloca. A condição de autonomia reside em grande parte do Projeto, na medida em que as perspetivas das áreas conhecimento são parciais, encerram-se numa dada problemática e não permitem uma visão global equiparável à do Projeto. Ao mesmo tempo, face à variedade das contingências locais, diferem as circunstâncias desta equação, daí a heterogeneidade de aproximações à profissão e aos modos de formação, mesmo considerando o Projeto como o instrumento central de formação no mosaico europeu de tradições de práticas e de ensinios.<sup>555</sup>

---

<sup>554</sup> Veja-se no capítulo IV as rectificações aos planos de estudos efectuadas desde a adequação a Bolonha.

<sup>555</sup> Os modelos seguidos nas escolas europeias mostram-nos que são possíveis variantes, seja com maior flexibilidade na escolha das unidades, logo desde o primeiro ciclo, seja pela própria configuração e distribuição das unidades curriculares, que variam conforme perfis de formação diferentes, derivados de tradições culturais e enquadramentos profissionais distintos. Igual princípio se coloca à estrutura, conteúdos e didáticas da área de Projeto, como nos demonstra a grelha de análise do inquérito da TU-Delft de 2013 para o 1º ciclo (Floet, 2013). O estudo de Delft refere ainda que em todas as escolas a estrutura dos cursos de Projeto é organizada evolutivamente, de problemas mais pequenos e simples, para escala média e para uma complexa, no entanto, os modelos de escola influenciam decisivamente a orientação do sentido didático dado à estrutura. Registando diferentes modelos de organização dos turmas/grupos de trabalho, entre a organização em estúdios autónomos com poucos alunos, estúdios de grande dimensão com mais do que um professor ou conjuntos de turmas com o mesmo programa e um professor por turma, e variações da didática do ensino pelo Projeto, que oscilam entre o tipo de resultados da aprendizagem pretendidos (conteúdos ou competências), o tipo de orientação dada nas aulas (mais ou menos direccionado), o tipo de processo preconizado (tentativa e erro, exploratório, tutorial) e a ideia-conceito de Projeto, como processo autónomo ou de integração de outros domínios.

### *O arquiteto-investigador*

Podemos entender a variedade como um sinal de vitalidade “disciplinar”. Quanto à particularidade da valorização da investigação, observámos que é uma questão em construção e que representa uma atitude pedagógica, que procura uma legitimidade académica e social. Neste sentido, representa ainda uma possibilidade de transformação da Arquitetura.

Podemos considerar, provisoriamente, a relação projeto-investigação como uma relação de “*tangência*”,<sup>556</sup> no entanto, a aproximação entre campos introduz uma componente pedagógica, de exigência metodológica e crítica, que sintoniza o discurso arquitetónico com o “discurso das ciências”,<sup>557</sup> ensaiando uma clarificação das possibilidades cognitivas do próprio Projeto, e da relação arquitetura-restantes disciplinas do espaço edificado. Esta mentalidade tem implicações nas estruturas curriculares, suscitando uma maior integração no Projeto dos conteúdos de outras unidades curriculares e desenvolvimento em Projeto de temas específicos por estas representados. Há uma valorização de temas e de processos que influenciam a concretização objetual, enquanto do lado da docência instiga a oferta de unidades personalizadas, com objetivos e temas que interligam o ensino e a investigação, e cujo formato letivos temporal admite modelos anuais e sequenciais ou modelos semestrais e sem precedências, em formato de “*design studios*”.<sup>558</sup> Mas, em todo o caso, assiste-se à valorização da discussão crítica, dos júris externos e da exposição dos trabalhos, assumindo-se a avaliação como uma ferramenta pedagógica e de legitimação interpares, quebrando o isolamento do diálogo tutor-alunos do modelo teorizado por Donald Schön.

A origem e o corolário desta transformação é o trabalho final de mestrado integrado. E este tem vindo a integrar o Projeto, seja em formato de tese “em” ou “com” o Projeto, seja numa

---

<sup>556</sup> Paulo Tormenta Pinto (2015:147), in “*Tângencias entre o Ensino de Projeto de Arquitetura e a Investigação. O caso de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL (2009-2014)*”, in *Optimistic Suburbia? The Students Perspective*, ISCTE-IUL, 2015, pp145-155, refere que as experiências de incorporação do Projeto Final de curso com a dissertação, permitiu concluir “*que os instrumentos projectuais se afirmam como ferramentas de análise com grande relevância ao longo do processo de investigação no campo da área científica da Arquitetura*”.

<sup>557</sup> Vittorio Gregotti (1972: 17-18), em *Território da Arquitetura*, referindo que “*ao mito da máquina com modelo estético, próprio da primeira fase do movimento modernista (...), sucede o comportamento científico como modelo estético. Mas neste caso já não existe nenhum objecto concreto ou signo finito a que se referir, que nos sirva de inspiração; o instrumento científico de controlo projectual, voltado totalmente à estrutura do processo, ou se interioriza em direcção à imagem totémica da ciência (estabelecendo com esta relações mágicas, procurando através desta operação constituir-se como “linguagem concreta”) ou tende a recorrer com suas próprias metodologias o processo do Projeto como plano-programa, como designação de possibilidades voltadas a uma determinada direcção.*”

<sup>558</sup> Acresce que em casos onde há possibilidade de escolha ou negociação temática pelo aluno, há uma possibilidade de “especialização da experiência”, mediante um tema, um programa, uma tecnologia, uma tipologia, ou outro, circunstância que pode ou não ser um reflexo da própria estrutura curricular.

aproximação mais profissionalizante ou mais especulativa. Em todo o caso, resistindo ou aderindo a uma posição mais académica, o Projeto procura uma legitimação na realidade, recorre a meios simultaneamente desenhados e escritos, confronta-se com outros agentes e é valorizada uma possibilidade criteriosa de responder a um dado problema, conferindo uma resposta aplicada a uma dada situação. No estabelecimento deste diálogo com a realidade, procuram-se situações da prática e o envolvimento de agentes externos, que representem a encomenda ou os temas convocados. Há a noção que todos os programas têm uma relação com a realidade que extravasa os limites do seu contorno edificado.

Todos estes aspetos têm implicações na pedagogia e nas metodologias do Projeto.

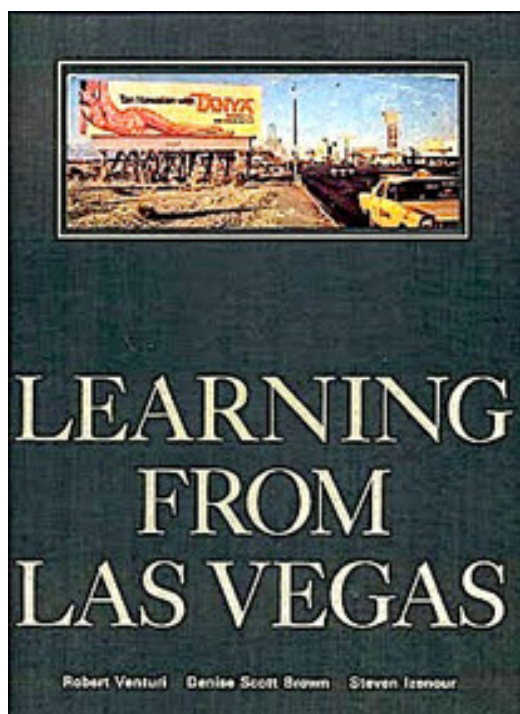
Entre uma aprendizagem da linguagem, dos métodos e dos instrumentos do Projeto, avança-se para a aprendizagem do Projeto como instrumento complexo de pensamento. Assiste-se como que à passagem de uma pedagogia de ensino “do” Projeto, no 1º ciclo de estudos, para uma formação “pelo” Projeto no 2º ciclo de estudos.

Tentando concluir, recordamos a categorização das escolas de Arquitetura proposta por Jeffrey Kipnis e Greg Lynn em 2004: “*Existem dois tipos de escolas. A um nível mais simples, estão as escolas cujo propósito é treinar pessoas para o serviço profissional. Mas, é importante sair-se desta mentalidade. As escolas mais desafiantes são aquelas que ensinam Arquitetura como um discurso cultural (...), (categorizadas) de acordo com a sua direção: aproximação canónica, primeiros a adotar a mudança e centros de conjectura*”.<sup>559</sup> A conjectura é uma proposição sobre o futuro da disciplina e o Projeto que conjectura tem uma mentalidade investigatória, formando arquitetos que já não são apenas artistas e técnicos, mas também investigadores.

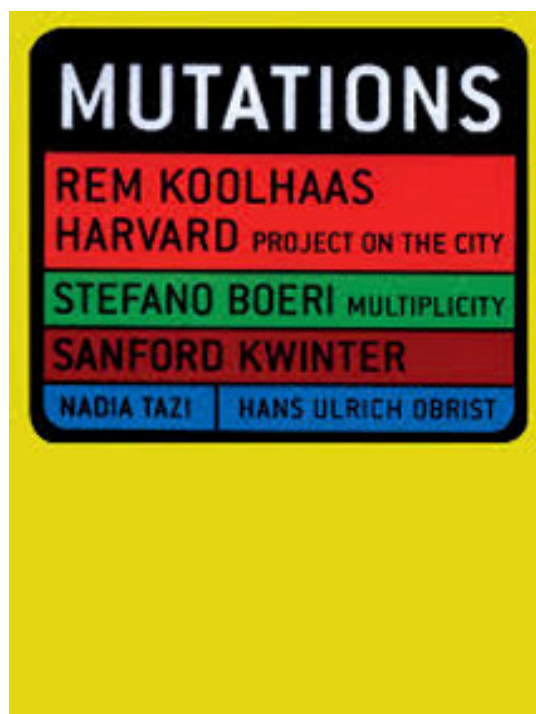
---

<sup>559</sup> Jeffrey Kipnis e Greg Lynn (2004), em *Studio 6 Advanced Architecture Studio*, disponível em <http://www.arch.columbia.edu/gsap/40141>. Exemplos de “*aproximação canónica*” seriam por exemplo as escolas tipo ETH de Zurique, que trabalham um “canon” testado pelo tempo. Os “*primeiros a adoptar*” seriam escolas como a HGSD e Yale, que seleccionam elementos externos que julgam irão funcionar como catalisadores num futuro próximo, em assuntos sociais, tecnologias, etc. Os “*centros de conjectura*” seriam escolas como a Cooper Union, a Sci-Arc, o Cranbrook ou a AA londrina (nos anos 70) Seriam escolas que introduzem determinadas questões àArquitetura, direccionando-a e aceitando falhar. Citações expressões traduzidas livremente.

As transformações suscitadas pelo Processo de Bolonha, como sejam a comparabilidade dos perfis e planos de estudo, a passagem de um ensino baseado na transmissão de conhecimento para um ensino baseado na aquisição de competências e o reforço da relação ensino-investigação, são concorrentes com este movimento de culturalização universitária, caberá às escolas perfilarem-se em relação a esta “mentalidade”.



*Ilustração 32: Learning From Las Vegas (1972)*



*Ilustração 33: Mutations, Harvard Project in the City (2001)*

*Investigações disciplinares e as bases para o Projeto: o trabalho pioneiro de Robert Venturi, Denise Scott-Brown e Serge Izenour (1972) sobre a arquitetura banal. E o trabalho de Rem Koolhaas com o HGSD – Project on the City sobre as mutações da condição urbana no mundo globalizado na viragem do milénio. Ambos os trabalhos com base em investigações escolares com contributo de alunos.*

#### **4. Limites e Desenvolvimentos**

Impõem-se referir alguns limites às interpretações e às categorizações propostas.

A extrapolação de conclusões é realizada a partir da leitura dos currículos gerais das escolas estudadas e da articulação de programas das unidades curriculares da área de Projeto de Arquitetura. Esta abordagem permite uma caracterização a uma escala geral que introduz uma abordagem subsequente a uma escala de detalhe, cujo limite seriam as práticas pedagógicas e

os resultados materiais de aprendizagem no interior das múltiplas salas de Projeto no interior das escolas.<sup>560</sup> Trata-se portanto da passagem de uma escala geral curricular e pedagógica para uma mais circunscrita das estratégias didáticas, que nos redima dos atritos entre uma tradição de aprendizagem e as novas condições objetivas de docência, implementadas com a adequação a Bolonha.

Neste âmbito seriam úteis estudos que nos revelassem previamente o desenrolar da tradição didática do ensino pelo Projeto nas escolas Portuguesas. Tratar-se-ia de tornar visível e comparar as práticas dos “mestres”, de forma a entendermos o desenrolar de momentos paradigmáticos, identificando as eventuais filiações de sucessivas gerações de pedagogos e traçando a transformação desses modos de ensinar.

Com esta ordem de ideias, atendendo à proliferação de escolas de Arquitetura no país, será importante que cada instituição registre a sua própria história, de certo modo, o *faire école*, é a sucessão de reflexões e de memórias que cada instituição faz sobre si própria, produzindo e expondo material pedagógico e, agora na universidade do conhecimento, a investigação e conhecimento propostos. Ou seja, é fundamental que as escolas produzam os seus próprios elementos de memória, seja pela construção de arquivos, seja pela documentação da reflexão interna, seja pela publicação dos resultados pedagógicos e investigatórios, produzindo escola e produzindo conhecimento.

A este respeito recordamos Duarte Cabral de Mello quanto afirma ser altura de construirmos uma base de conhecimento que sustente uma “*ética prática da Arquitetura*”, agora permitida com recurso às tecnologias de informação, em forma de uma teia de “*aparelhos críticos*” que nos resgatem da candura perversa dos “*ajustes dogmáticos*”<sup>561</sup> entre formas e a vida. Tratar-se-ia de aparelhos críticos de apoio a uma “*racionalidade específica*”<sup>562</sup> do ato do Projeto, conforme refere Vittorio Gregotti nos anos 70, em pleno debate dos *Design Methods*. O sentido da pesquisa e disponibilização do conhecimento derivado da investigação universitária poderia contribuir para a definição de critérios técnicos e críticos de apoio à

---

<sup>560</sup> A este respeito, Reyner Banham (1986:15) em *The master of Human Architecture*, in *Mies van der Rohe: Architect as Educator* (1986), afirmava que “o currículo não consegue garantir que as palavras a serem ouvidas se referem ao tópico assinalado, ou, se o fazem, que valem o esforço de serem ouvidas – na verdade, em muitas escolas, as palavras que valem o esforço de serem ouvidas referem-se a tudo menos ao enunciado nos tópicos curriculares”.

<sup>561</sup> Duarte Cabral de Mello (2007:223), *A Arquitetura Dita: Anamorfose & Projeto*.

<sup>562</sup> Vittorio Gregotti (1972:29): “se por racionalidade entendemos o que tem um significado e um objetivo, não há nenhuma razão para julgar irracional a técnica de criação artística ainda que esta se apresente tão diversa da técnica do raciocínio científico e do discurso lógico, mesmo possuindo leis, conexões e modos particulares. O nosso problema consiste, ao contrário, em reconhecer a sua racionalidade específica”.

tomada de decisão no Projeto, não necessariamente esmagando o fim expressivo e poético da Arquitetura, valor último da forma de habitar do homem, mas, pelo menos, para que as decisões materiais se possam aferir e refletir perante uma “*Tecnologia Crítica*”.<sup>563</sup>

A sequência de ensino “do” e “pelo” Projeto de Arquitetura, permite aos alunos experimentarem o ato de totalidade e de contingência absolutos que é o fazer. A convergência de implicações desse fazer, da transformação do espaço ambiental e social, tem repercussões que podem ser medidas em separado por várias especialidades disciplinares. Mas, a construção de uma hipótese de totalidade, para além das especificidades disciplinares e das contingências formais e temporais do discurso escrito, reside no Projeto e na sua capacidade de representar a realidade de forma que sugere a sua complexidade real. Perguntamo-nos, poderá o Projeto de Arquitetura, em meio universitário, servir de instrumento para uma aferição multidisciplinar da realidade? Assim sendo, tal como há uma autonomização do Projeto em relação ao fim produtivo e material, em relação à obra, haverá igualmente uma autonomia instrumental e pedagógica em meio universitário?

Retomando Vittorio Gregotti,<sup>564</sup> sabemos que a Arquitetura não revoluciona o mundo, mas, nada de menos podemos fazer do que revolucionar continuamente a Arquitetura em função das próprias revoluções do mundo.

---

<sup>563</sup> Duarte Cabral de Mello (2007:223).

<sup>564</sup> Vittorio Gregotti (1972).



## **ANEXOS**

(Ver índice geral)



## ANEXO A

### Processo de Bolonha - Cronologia Internacional (1985-2012)

Data	Eventos	Conteúdo
1985	1º Acordo de Schengen	Abolição de fronteiras entre Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Alemanha.
1986	Adesão de Portugal e Espanha à CEE	
1987	Criação do Programa ERASMUS	Programa de intercâmbio de estudantes universitários na Europa.
1988	<i>Magna Charta Universitatum</i>	Encoraja laços fortes entre Universidades Europeias
1989	Queda do Muro de Berlim	Reunificação da Alemanha
1992	Tratado de Maastricht	Livre movimento de produtos, pessoas, serviços e capital, incluindo a criação do Euro.
1997	<i>Lisbon Recognition Convention</i>	Reconhecimento de qualificações no Ensino Superior, no espaço europeu.
1998	Declaração da Sorbonne	Harmonização do sistema de ensino superior Europeu
1999	Declaração de Bolonha	Criação da <i>European Higher Education Area (EHEA)</i>
2000	Início do Projeto "Tuning"	Início do Projeto, reunindo voluntariamente várias universidades europeias.
2001	Comunicado de Praga Criado o " <i>Bologna Follow-up Group</i> " (BFUG)	<i>Towards the EHEA</i> Estrutura de acompanhamento permanente do Processo.
2002	Estabelecimento material do Euro como moeda única Descritores de Dublin (Bacharelato e Mestrado)	Descritores para Bacharelato e Mestrado (Março 2002)
2003	Comunicado de Berlim	<i>Realizing the EHEA</i>
2004	Descritores de Dublin (Doutoramento) Descritores de Dublin (harmonização e "ciclo curto")	Descritores para 3º ciclo (Março de 2004) Harmonização e ciclo curto (Outubro 2004)
2005	Comunicado de Bergen General report 2005 National report 2005 Bologna with Student Eyes 2005 Standards and Guidelines for Quality Assurance in the EHEA Framework for Qualifications in EHEA	<i>The EHEA - Achieving the Goals</i>
2007	Comunicado de Londres General report 2007 National report 2007 Bologna with Student Eyes 2007 Relatório: <i>Strategy for EHEA in a global setting</i>	<i>Towards the EHEA: responding to challenges in a globalized world</i>
2009	Comunicado de Leuven General report 2009 National report 2009 Bologna Policy Forum de Leuven 2009 Bologna with Student Eyes 2009 Bologna Follow-Up 2007-2009 Bologna work programme 2007-2009 <i>Lisbon Recognition Convention</i>	<i>The Bologna Process 2020</i>
2010	Declaração de Budapeste – Viena Bologna Policy Forum de Viena 2010 Relatório: <i>Bologna beyond 2010</i>	Conferência do Aniversário de Bolonha
2012	<i>Bucharest Ministerial Conference</i> Bologna Policy Forum Bucareste 2012 General report 2012 National report 2012 Bologna with Student Eyes 2012	

Nota: Os *Bologna Policy Forum* são encontros à margem da reunião interministerial de acompanhamento do processo de Bolonha, onde os ministros dos estados europeus aderentes à EHEA têm encontro com congêneres de outros países, no sentido de se estreitarem laços de cooperação.

## Processo de Bolonha – Declarações e Comunicados (1998-2010)

1998 Declaração da Sorbonne	1999 Declaração de Bolonha	2001 Comunicado de Praga	2003 Comunicado de Berlim	2005 Comunicado de Bergen	2007 Comunicado de Londres	2009 Comunicado de Leuven
<b>Mobilidade de Estudantes e Professores</b>	Mobilidade de Estudantes, Professores, Investigadores e Administrativos	Dimensão social da mobilidade	Portabilidade de empréstimos e bolsas. Melhoramento de dados de mobilidade	Atenção a vistos e autorizações de trabalho	Desafios dos vistos e autorizações de trabalho, sistemas de pensões e reconhecimento	Objetivo em 2020 de 20% de estudantes em mobilidade
<b>Sistema comum de duplo ciclo de graduações</b>	Facilitar a leitura e comparação de graus	Reconhecimento	<b>Inclusão do doutoramento como 3º ciclo</b>	<b>EHEA adota os Quadros de Qualificações Nacionais</b>	Quadros de Qualificações Nacionais em 2010	Quadros de Qualificações Nacionais em 2012
		<b>Dimensão Social</b>	Acesso igualitário	Reforçada a dimensão social	Compromisso para planos nacionais de ação e monitorização efetiva	Os objetivos dos planos nacionais serão medidos em 2020
		<b>Aprendizagem ao longo da vida (LLL)</b>	Alinhamento das políticas nacionais de LLL. Reconhecimento de Aprendizagens Prévias (RPL)	Percursos aprendizagem flexibilizados na educação superior	Papel da educação superior na LLL e parcerias para melhorar a empregabilidade	LLL como responsabilidade pública e que requer parceiras fortes. Alerta para as questões da empregabilidade
<b>Uso de créditos (ECTS)</b>	Sistema de Créditos (ECTS)	ECTS e Suplementos aos Diplomas (DS)	ECTS para acumulação de créditos		Necessidade de uso coerente de ferramentas e reconhecimento de práticas	Continuar a implementação das ferramentas de Bolonha
	<b>Cooperação europeia para a garantia de qualidade</b>	Cooperação entre garantia de qualidade e reconhecimento profissional	Garantia de qualidade aos níveis institucionais, nacionais e europeus	Adotadas Normas e Orientações Europeias para Garantia de Qualidade	Criação da <i>European Quality Assurance Register (EQAR)</i>	Qualidade como um foco abrangente para a EHEA
<b>Europa do Conhecimento</b>	Dimensões europeias na educação superior	Atratividade da Área da Educação Superior Europeia	<b>Ligações entre educação superior e áreas de investigação</b>	Cooperação internacional com base em valores e desenvolvimento sustentável	Estratégia para melhorar a dimensão global do processo de Bolonha	Melhorar o diálogo político global através do Fórum de Políticas de Bolonha

Nota: Adaptado de *The Bologna Process: from Sorbonne to Leuven/Louvain-la-Neuve, 1998-2009*, em *The European Higher Education Area in 2012: Bologna Process Implementation Report*. Bruxelas, 2012, p15.

## Processo de Bolonha – Novos Paradigmas Pedagógicos

Direção Geral do Ensino Superior - Paradigmas em Bolonha
<b>Ensino ↔ Aprendizagem</b> O processo de formação deixa de ser centrado no ensino e passa a ser centrado na aprendizagem e no estudante. A “carga de trabalho” consiste no tempo requerido para completar “as atividades de aprendizagem planeadas”, tal como aulas teóricas, seminários, estudo individual, preparação de Projetos, exames, etc.;
<b>Programas ↔ Pedagogias</b> As “ metodologias de aprendizagem” devem propiciar o desenvolvimento não só de competências específicas, mas também ter capacidades e competências ditas “horizontais”, como o espírito crítico, a capacidade para analisar situações, recolher informação e propor soluções, as capacidades comunicativas, a integração em equipa, a adaptação à mudança, etc.
<b>Professor ↔ Tutor</b> O professor assume “funções de orientador, de apoio e de suporte”;
<b>Sala de Aulas ↔ Espaços de Aprendizagem</b> Espaços como bibliotecas, oficinas ou laboratórios são considerados espaços de aprendizagem;
<b>Gestão de Informação</b> Torna relevante o acesso à informação – escrita, oral, Internet,... - a capacidade de a selecionar, de a organizar e de a sintetizar;
<b>Currículo vertical ↔ Currículo flexível</b> Permite flexibilizar os percursos formativos.

Nota:

Quando o texto surge entre aspas corresponde a citações ou expressões retiradas da página de internet da DGES, <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo%20de%20Bolonha/Objetivos/ECTS> em Novembro de 2014. Nesta página são elencados os paradigmas educativos associados ao Processo de Bolonha.



## ANEXO B

### Projeto Tuning – Competências Graduados-Empregadores

Tipo	Competência	Posição	Tipo de Competência
1	Capacidade de Análise e Síntese	1	Instrumental
10	Capacidade de aprender	1	Instrumental
15	Capacidade de resolver problemas	1	Interpessoal
2	Capacidade para aplicar conhecimento em prática	2	Instrumental
13	Capacidade de adaptar a novas situações	3	Interpessoal
29	Preocupação com qualidade	3	Sistémica
11	Capacidade para gerir informação	4	Interpessoal
25	Capacidade de trabalho autónoma	4	Sistémica
17	Trabalho em equipa	5	Interpessoal
3	Capacidade de organização e planeamento	6	Instrumental
6	Capacidade de comunicação escrita e oral na língua nativa	6	Instrumental
18	Competências interpessoais	6	Interpessoal
30	Vontade de sucesso	6	Sistémica
14	Capacidade para gerar novas ideias	7	Interpessoal
8	Capacidades básicas de informática	8	Instrumental
16	Capacidade de decisão	9	Interpessoal
12	Capacidade crítica e autocritica	10	Interpessoal
20	Habilidade para trabalhar em equipas interdisciplinares	11	Sistémica
27	Iniciativa e espírito empreendedor	11	Sistémica
4	Conhecimentos genéricos de base	12	Instrumental
5	Bases em conhecimento base da profissão	12	Instrumental
21	Capacidade para comunicar com especialistas de outras áreas	12	Sistémica
28	Comprometimento ético	13	Sistémica
7	Conhecimento de uma segunda língua	14	Instrumental
26	Capacidade de Projeto e gestão	14	Sistémica
9	Competências em investigação	15	Instrumental
19	Liderança	15	Sistémica
23	Capacidade de trabalhar em contextos internacionais	16	Sistémica
22	Apreciação da diversidade e multiculturalidade	17	Sistémica
24	Entendimento da cultura e costumes de outros países	18	Sistémica

Notas: Cf. Tuning 2008:44. Os inquiridos a graduados e empregadores propunham a ordenação de 30 itens de competências. Foram consultados indivíduos e organizações das seguintes áreas: Gestão, Geologia; Matemática; Física; Educação; Química.

### Projeto Tuning – Competências Acadêmicos-Graduados-Empregadores

Tipo	Competência	Acadêmicos	Graduados	Empregadores	Grad+Empr.
1	Capacidade de Análise e Síntese	2	1	3	1
2	Capacidade para aplicar conhecimento em prática	5	3	2	3
4	Conhecimentos genéricos de base	1	12	12	12
5	Bases em conhecimento base da profissão	8	11	14	13
6	Capacidade de comunicação escrita e oral na língua nativa	9	7	7	5
7	Conhecimento de uma segunda língua	15	14	14	15
8	Capacidades básicas de informática	16	4	10	8
9	Competências em investigação	11	15	17	16
10	Capacidade de aprender	3	2	1	2
12	Capacidade crítica e autocrítica	6	10	9	10
13	Capacidade para adaptar a novas situações	7	5	4	4
14	Capacidade para gerar novas ideias	4	9	6	7
16	Capacidade de decisão	12	8	8	9
18	Competências interpessoais	14	6	5	6
20	Habilidade para trabalhar em equipes interdisciplinares	10	13	11	11
22	Apreciação da diversidade e multiculturalidade	17	17	16	17
28	Comprometimento ético	13	16	13	14

Notas: Cf. Tunig 2008:46-47. Os inquiridos a graduados e empregadores propunham a ordenação de 30 itens, enquanto para os acadêmicos apenas 13, retirando-se 17 que não seriam aplicáveis. A tabela cruza e ordena em ranking combinado os três grupos inquiridos. Foram consultados indivíduos e organizações das seguintes áreas: Gestão, Geologia; Matemática; Física; Educação; Química.



## ANEXO C

### Cronologia de Normativos - Arquitetura, ensino e profissão

Ano	Tipo	Diploma	Notas
1836	Ensino Arquitetura	Ministério dos Negócios do Reino – Decreto de 25 de Outubro	Determina a criação da Academia de Belas Artes de Lisboa
1836	Ensino Arquitetura	Ministério dos Negócios do Reino – Decreto de 22 de Novembro	Determina a criação da Academia de Belas Artes do Porto
1837	Ensino Politécnico	Ministérios da Guerra e da Marinha e Ultramar - Decreto de 11 de janeiro de 1837  Fundação da Escola Politécnica de Lisboa	Sucedeu à Academia Real da Marinha e assumiu parte das funções do antigo Real Colégio dos Nobres - que havia sido extinto a 4 de janeiro de 1837. Concedia um ensino preparatório científico aos candidatos a oficiais do Exército e da Marinha - que seria depois completado em escolas especializadas (Escola do Exército e, mais tarde, Escola Naval) - segundo o modelo da <i>École Polytechnique</i> de Paris.
1837	Ensino Politécnico	Ministérios da Guerra e da Marinha e Ultramar - Decreto de 13 de janeiro de 1837  Fundação da Escola Politécnica do Porto	Em substituição à Academia Real de Marinha e Comércio
1844	Ensino Geral	Ministério dos Negócios do Reino – Decreto de 20 de Setembro	Reforma da Instrução Pública (Reforma de Costa Cabral)
1852	Ensino Industrial	Ministério dos Negócios do Reino – Decreto de 30 de Dezembro	Estabelece as Escolas Industriais em Lisboa e Porto.
1859	Ensino Politécnico	Ministério dos Negócios do Reino – Carta de Lei de 7 de Junho de 1859	Ensino Politécnico passa a ser civil
1864	Profissão	Decreto de 30 de Janeiro de 1864  Associação dos Arquitetos Cívicos Portugueses	Aprova os Estatutos da primeira agremiação profissional
1872	Profissão	Alvará Régio de 14 de Novembro  Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses	Reformulação da anterior designação de Associação dos Arquitetos Cívicos Portugueses para Real Associação. Passou a ser composta por "arquitetos, arqueólogos e amadores de Arquitetura e arqueologia de ambos os sexos" pretendendo contribuir para "aumentar o espírito de confraternidade" entre arquitetos e arqueólogos no sentido de promover "o progresso da Arquitetura e o estudo e conservação dos objetos arqueológicos".
1879	Profissão	Reconhecimento dos Estatutos da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses	
1881	Ensino Arquitetura	Decreto de 22 de Março de 1881	Reforça a separação entre as Academias de Belas-Artes e as Escolas de Belas-Artes de Lisboa e Porto, reforma o ensino das Escolas através da reestruturação dos cursos e regula a constituição dos órgãos diretivos de ambas as instituições.
1890	Ensino Geral	Ministério dos Negócios do Reino, Presidência do Conselho de Ministros - Decreto de 5 de Abril	Criando o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes
1902	Profissão	Sociedade dos Arquitetos Portugueses  Alvará Régio de 11 de Dezembro, aprova os Estatutos.	Esta associação de classe, com sede em Lisboa, destinava-se "ao estudo e defesa dos interesses morais e materiais, comuns aos seus associados". Definia como "meio de ação" para atingir aquele fim o "concorrer para os progressos da Arquitetura em Portugal" através de congressos, exposições, preleções conferências, publicações, excursões, concursos e "por todos os meios legais que possam atingir o mesmo fim" Aponta como "2º" meio, o

			prestar aos seus sócios "o apoio necessário para a defesa dos seus interesses profissionais, quando o julgar útil aos interesses gerais da Classe".
1903	Profissão	Primeira tabela de honorários de arquitetos.	-
1911	Ensino Geral	Decreto de 22 de Março de 1911	Cria as Universidades de Lisboa e do Porto Originando as Faculdades de Medicina, Farmácia, Ciências (antiga Politécnica) e Direito.
1911	Ensino Engenharia	Decreto de 23 de Maio de 1911	Extingue o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (IICL) e desdobra-o em duas instituições: o Instituto Superior Técnico (IST) e o Instituto Superior do Comércio, actual ISEG.
1911	Ensino Arquitetura	Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911	Extingue as Academias de Belas- Artes e cria os conselhos de Arte e Arqueologia, em substituição.
1911	Ensino Arquitetura	Decreto n.º 2 de 26 de Maio de 1911	Determina a nova organização dos órgãos de gestão e estrutura curricular da Escola de Belas-Artes, como organismo autónomo, enaltecendo a necessidade de democratização da arte e da regionalização do seu ensino de modo a que este se torne um ensino integral
1916	Ensino Geral	Lei 616, de 19 de Junho	Determina que as universidades e mais escolas de ensino superior tenham autonomia pedagógica e financeira idêntica à que possuem o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio.
1918	Ensino Arquitetura	Decreto n.º 5.5053 de 13 de Dezembro de 1918, com retificação publicada a 27 de Dezembro de 1918	Remodela as escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto com base no trabalho de uma Comissão encarregue de nova reforma do ensino artístico.
1925	Profissão	Ministério da Instrução Pública, Direção Geral de Belas Artes – Decreto nº 10:663, Publicado a 31 de Março de 1925	Proíbe o uso do título de arquiteto ou o exercício da respetiva profissão aos indivíduos que não possuam o diploma do curso oficial professado em qualquer das duas Escolas de Belas Artes do país
1925	Profissão	Ministério da Instrução Pública, Direção Geral de Belas Artes – Decreto nº 11:089, Publicado a 17 de Setembro de 1925	Determina que ninguém possa usar o título de arquiteto ou exercer a respetiva profissão sem que possua o diploma do curso oficial professado em qualquer das duas Escolas de Belas Artes do país, quer esse curso tenha sido obtido no antigo regime dessas escolas, quer no moderno.
1930	Ensino Geral	Decreto nº18717, de 2 de Agosto	Aprova o Estatuto da Instrução Universitária, constante do presente diploma. O estatuto estabelece a organização e administração das universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, cujo governo pertence à assembleia geral, ao senado universitário e ao reitor. Define a constituição, eleição e competências (pedagógicas, administrativas e disciplinares) daqueles órgãos. Estabelece igualmente a organização e administração das faculdades e escolas universitárias, cujo governo pertence aos respetivos conselhos escolares e diretores, nos termos do presente decreto. Dispõe sobre os bens e rendimentos das universidades, faculdades e escolas universitárias, bem como sobre o regime dos estudos e o ensino nelas ministrado e o regime do seu pessoal docente. Para além de disposições diversas sobre esta matéria, insere ainda normas relativas às bolsas de estudos instituídas pelas

			universidades e as incompatibilidades e suspeições em exames e concursos nelas efetuados
1930	Ensino Geral	Decreto nº19 081, de 2 de Dezembro	Cria a Universidade Técnica de Lisboa, com os seguintes escolas: Escola Superior de Medicina Veterinária, o Instituto Superior de Agronomia, o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, e o Instituto Superior Técnico.
1932	Ensino Arquitetura	Decreto n.º 20.985 de 7 de Março de 1932	Cria exame de admissão e determina uma nova estrutura dos cursos que os divide em duas partes distintas: Curso Especial e Curso Superior
1933	Profissão	Sindicato Nacional dos Arquitetos	Sociedade dos Arquitetos Portugueses deixou de ter existência jurídica, transformando-se compulsivamente em Sindicato Nacional, por imposição da Constituição Política do Estado Novo, aprovada nesse mesmo ano e de acordo com o Estatuto do Trabalho Nacional Decreto-Lei nº 23.050 - legislava especificamente sobre a criação de "Sindicatos Nacionais". Arquitetura é preterida como Ordem Profissional
1934	Profissão	Os Estatutos do Sindicato Nacional dos Arquitetos foram aprovados por Alvará do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, datado de 29 de Junho de 1934	Cabia ao arquiteto o "estudo e elaboração de projetos, orçamentos e cadernos de encargos", bem como a "direção e fiscalização dos trabalhos de construção e decoração".
1950	Ensino Arquitetura	Lei n.º 2.043 de 10 de Julho de 1950	Reforma do ensino artístico - escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, cursos considerados cursos superiores, prevendo a criação de centros de estudo e a cooperação com "órgãos" externos, instituindo museus e oficinas, introduzindo alterações à Direção e Conselho Escolar e determinando a existência de Secretaria e Biblioteca.
1957	Ensino Arquitetura	Decreto-lei n.º 41.362 a 14 de Novembro de 1957	Regulamentação da reforma do ensino artístico - escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto
1967	Ensino Arquitetura	DL nº47.587, de 10 de Março de 1967	Aprova o "Regime Experimental" das escolas de artes de Lisboa e do Porto, concedendo autonomia curricular.
1972	Profissão	Portaria de 7 de Fevereiro	Determina as instruções para o cálculo de honorários referentes aos projetos de obras públicas.
1973	Profissão	Decreto 73/73, de 28 de Fevereiro	Define os preceitos a que deve obedecer a qualificação dos técnicos responsáveis pelos projetos de obras sujeitas a licenciamento municipal
1974	Profissão	Portaria de 22 de Novembro de 1974	Recertificações às instruções para o cálculo de honorários referentes aos projetos de obras públicas.
1975	Ensino Geral	Decreto-Lei n.º 221/74 de 27 de Maio	Altera o método de constituição dos órgãos dirigentes das instituições do ensino superior enquadrando-o no processo de democratização através da instituição de comissões representativas e executivas provisórias.
1976	Ensino Geral	Decreto-Lei n.º781-A/76 de 28 de Outubro	Determina nova estrutura de órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino superior – Assembleia Geral da Escola, Assembleia de Representantes, Conselho Diretivo, Conselho Pedagógico, Conselho Científico e Conselho Disciplinar – sua constituição (por processo eleitoral), atribuições e modo de funcionamento.

1978	Profissão	Escritura Pública de 25 de Fevereiro de 1978	Estabelece a Associação dos Arquitetos Portugueses
1979	Ensino Geral	Decreto-Lei nº448/79 de 13 de Novembro	Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU)
1980	Ensino Geral	Decreto-lei 173/80, de 29 de Maio	Institucionaliza o regime de créditos nas universidades
1985	Profissão	Diretiva 85/384/CEE de 10 de Julho	Diretiva Europeia Reconhece diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitetura, incluindo medidas destinadas a facilitar o exercício efetivo do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços.
1986	Ensino Geral	Lei nº46/86 de 14 de Outubro	Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986
1986	Profissão	Portaria de 5 de Março	Recertificações às instruções para o cálculo de honorários referentes aos projetos de obras públicas.
1988	Profissão	Decreto-lei 465/88, de 15 de Dezembro	Estatutos da Associação dos Arquitetos Portugueses
1990	Profissão	Decreto-lei 14/90, de 8 de Janeiro	Transpõe para a ordem jurídica interna portuguesa a Diretiva n.º 85/384/CEE (EUR-Lex), do Conselho de 10 de Junho (aplicação do princípio do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços para as atividades do domínio da arquitetura, incluindo medidas destinadas a facilitar o exercício efetivo do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços).
1990	Profissão	Decreto-Lei n.º 14/90 de 8 de Janeiro	Transpõe para a ordem jurídica interna portuguesa a Diretiva n.º 85/384/CEE.
1995	Profissão	Decreto-lei 292/95, de 14 de Novembro	Estabelece a qualificação oficial para a elaboração de planos de urbanização, de planos de pormenor e de projetos de operações de loteamento
1997	Ensino Geral	Lei n.º 116/97 de 4 de Novembro	Estabelece o regime jurídico do trabalhador-estudante
1998	Profissão	Decreto-Lei nº176/98, de 3 de Julho	Estabelece a Ordem dos Arquitetos Portugueses. Define os Estatutos e os Atos Próprios da Profissão, remetendo para a Diretiva n.º 85/384/CEE.
1999	Ensino Geral	Lei nº115/99 de 19 de Setembro	Retifica Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986
2003	Profissão	Decreto-lei 241/2003, de 4 de Outubro	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/19/CE (EUR-Lex), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Maio, relativa às atividades no domínio da arquitetura, habitualmente exercidas com o título profissional de arquiteto, e altera o Decreto-Lei n.º 14/90, de 8 de Janeiro
2005	Ensino Geral	Decreto-lei 42/2005, de 22 de Fevereiro	Aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior. Retifica Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986.
2005	Ensino Geral	Despacho nº10543/2005 de 11 de Maio	Regula os princípios para a organização dos currícula resultantes da adequação a Bolonha, impondo como referencial o número de horas de trabalho do estudante (HT) e que este aspeto se traduza nos créditos (ECTS) a atribuir a cada unidade curricular.
2005	Profissão	Diretiva 2005/36/EC de 7 de Setembro	Diretiva Europeia Consolida e substitui as quinze diretivas anteriores no âmbito do reconhecimento de qualificações profissionais.

2006	Ensino Geral	Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março	<b>Requisitos para acreditação de ciclos de estudos</b> Alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de Agosto.
2006	Ensino Geral	Despacho nº 7287-B/2006 de 31 de Março	Normas de organização dos processos referentes ao registo de adequação de ciclos de estudos
2007	Ensino Geral	Lei nº 38/2007, de 16 de Agosto	<b>Regime jurídico da avaliação da qualidade do ensino superior;</b>
2007	Ensino Geral	Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro	<b>Regime jurídico das instituições de ensino superior</b>
2007	Ensino Geral	Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro	Institui a <b>Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior</b> e aprova os seus Estatutos
2008	Ensino Geral	Decreto-Lei nº107/2008 de 25 de Julho	Retifica o Decreto-Lei nº74/2006 de 24 de Março.
2009	Ensino Geral	Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de Agosto	<b>Estatutos Carreira Docente Universitária (ECDU), retifica estatuto de 1979 (com respetivas atualizações entre 79 e 2009).</b>
2009	Profissão	Lei 9/2009, de 4 de Março	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE (EUR-Lex), do Parlamento e do Conselho, de 7 de Setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Diretiva n.º 2006/100/CE (EUR-Lex), do Conselho, de 20 de Novembro, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia.
2009	Profissão	Lei 31/2009, de 3 de Julho	Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis.
2009	Ensino Geral	Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de Agosto	ECDU. Entre outros, extinguindo as categorias de Assistente e Assistente Estagiário definidas no regime anterior, tornando o grau de Doutoramento como grau base para a carreira..
2009	Ensino Geral	Decreto-Lei nº230/2009 de 14 de Setembro	Atribuição do grau de doutor a criadores de obras e realizações resultantes da prática de Projeto em domínios e formas dificilmente compagináveis com o modelo dominante da tese de doutoramento.
2009	Profissão	Portaria 1379/2009, de 30 de Outubro	Regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projetos, pela direção de obras e pela fiscalização de obras.
2009	Profissão	Portaria nº1379/2009 de 30 de Outubro	Regulamenta a Portaria 1379/2009
2010	Profissão	Decreto-lei 92/2010, de 26 de Julho	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços com contrapartida económica, e transpõe para a ordem jurídica interna o disposto na Diretiva n.º 2006/123/CE (EUR-Lex), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro
2010	Ensino Geral	Lei nº8/2010, de 13 de Maio.	ECDU, acertos ao estatuto de 2009
2011	Profissão	Decreto-lei 66/2011, de 1 de Junho	Estabelece as regras a que deve obedecer a realização de estágios profissionais extracurriculares, incluindo os que tenham como

			objetivo a aquisição de uma habilitação profissional legalmente exigível para o acesso ao exercício de determinada profissão.
2012	Profissão	Lei 41/2012, de 28 de Agosto	Altera (primeira alteração) a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de novembro, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia.
2015	Profissão	Lei 40/2015, de 1 de Junho	Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
2015	Profissão	Lei 113/2015, de 28 de Agosto	Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitetos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

Notas:-

## Cronologia de Recomendações sobre Formação em Arquitetura

Ano	Agente	Recomendação	Notas
1985	CEE	Diretiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985.	Para reconhecimento entre estados do título de arquiteto, era necessário à inscrição do curso que atribua o grau no anexo da Diretiva Europeia correspondente
1996	AAP	<i>Livro Branco da Formação</i>	-
1996	UIA- Unesco	<i>Charter for Architectural Education</i> da UIA/UNESCO de 1996	Considerava como período mínimo de formação cinco anos de estudos a tempo integral, que deveriam seguir-se de dois anos de prática, para acesso à profissão
1999	UIA- Unesco	XXIª Assembleia Geral da UIA, Pequim, 27/29 de Junho de 1999	
2000	UIA- Unesco	<i>UIA Accord on Recommended International Standards of Professionalism in Architectural Practice</i>	Descriminava um tempo mínimo de educação de cinco anos, a ter lugar numa instituição de nível universitário, com programa reconhecido, a ser completado por estágio de dois anos
2000	OAP	RIA - Discussão	-
2001	OAP	RIA - Implementação	-
2001	AEEA	Declaração de Chania de 2001 - <i>EAAE Chania Statement 2001, Regarding the Architectural Education in the European Higher Education Area</i> , de 4 de Setembro de 2001	A Diretiva apenas irá refletir estas recomendações a partir de 2013 com a Diretiva 2013/55/UE de 20 de Novembro.
2003	ACE	<i>Reports on matters arising from the application of the Bologna agreements, Final Report</i> , 15 de Outubro de 2003	Assinalar que formação para a profissão é composta de uma aprendizagem académica, complementada por dois anos de prática profissional, separando assim o ensino escolar da formação profissional, situação preconizada pela UIA desde 1996 - <i>UIA Charter for Architectural Education</i> de Junho de 1996.
2004	OAP	RA – Reformula RIA	-
2005	UE	Diretiva 2005/36/EC de 7 de Setembro	<i>Formação de arquiteto compreende, no total, pelo menos quatro anos de estudos a tempo inteiro, ou seis anos de estudos, dos quais pelo menos três a tempo inteiro, numa universidade ou estabelecimento de ensino comparável. Esta formação deverá ser comprovada pela aprovação num exame de nível universitário</i>
2006	OAP	RI – Reformula RA	-
2013	UE	Diretiva 2013/55/UE de 20 de Novembro.	<i>Um total de, pelo menos, cinco anos de estudos a tempo inteiro numa universidade ou estabelecimento de ensino comparável, formação que deve ser comprovada pela aprovação num exame de nível universitário”; ou, b), “não menos de quatro anos de estudos a tempo inteiro numa universidade ou estabelecimento de ensino comparável, formação que deve ser comprovada pela aprovação num exame de nível universitário, acompanhados de um certificado comprovativo da realização de um estágio profissional de dois anos, nos termos do nº4</i>

Notas:

## Cronologia da Acreditação da Ordem dos Arquitetos

Ano	Regulamentação	Notas
2000	Regulamento Interno de Admissão (RIA) 12 de Fevereiro de 2000	Primeiro regulamento de admissão. Instituí um processo de admissão que contemplava a realização de uma prova de aptidão e, posteriormente, de um estágio profissional, com formação complementar obrigatória, por todos os candidatos. Implicava um sistema de reconhecimento de cursos de Arquitetura, que consistia na verificação da conformidade de uma licenciatura com a Diretiva Arquitetos (1985), e de acreditação, que consiste na verificação das condições de ensino e do nível de exigência que assegurem uma melhor formação dos futuros profissionais. Os candidatos à Ordem licenciados por cursos acreditados passaram a ser dispensados da realização da prova de aptidão.
2000	Regulamento Interno de Admissão (RIA) Suspensão em 18 de Julho de 2000	Suspensão do regulamento.
2002	Regulamento Interno de Admissão (RIA) Reativado em 6 de Junho de 2002	Cessação da suspensão do regulamento e entrada efetiva em vigor do RIA. Iniciaram os estágios, as provas de admissão e a formação complementar, organizados pela Ordem dos Arquitetos Portugueses.
2004	Regulamento de Admissão (RA) Alterações em 2 de Abril de 2004.	Regulamento de Admissão (RA). Alterações ao RIA, sendo a alteração mais significativa a realização do exame de admissão para os licenciados provenientes de cursos reconhecidos apenas após a realização do estágio.
2004	Regulamento de Admissão (RA) Reformulação de 17 de Novembro de 2004	Novo Regulamento (RA). Permitiu o acesso imediato à Ordem, como membro estagiário, de todos os candidatos licenciados por cursos reconhecidos pois a prova de aptidão passou a realizar-se após o estágio
2006	Regulamento de Inscrição (RI) Reformulação de 16 de Setembro de 2006 Publicado no Boletim nº165 de Outubro de 2006	Eliminando a prova de admissão, a acreditação e o reconhecimento das licenciaturas, estabelecendo que todos os licenciados de todos os cursos podem candidatar-se à Ordem dos Arquitetos, mediante a realização de um estágio profissional e formação complementar.

Notas: fontes, (1) Carta de 26 de Junho de 2006 da APELA (Associação Portuguesa de Estudantes e Recém-Licenciados em Arquitetura (disponível em <http://arquitectos.pt/documentos/116490762106vXC6sl9Es16MJ5.PDF>). (2) Boletim Arquitetos nº160 de Maio de 2006. Boletim nº163 de Agosto de 2006.Regulamento de Inscrição, publicado no Boletim nº165 de Outubro de 2006.



## ANEXO D

### Escolas – Cronologia Geral

		1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Escola Superior Gallaecia					1991					
EAUM						1997				
Vila Nova de Famalicão, Universidade Lusfada				1989						
FAUP	1836									
Porto, Universidade Lusfada;				1989						
ESAP				1986						
Porto, Universidade Fernando Pessoa;						1998				
Porto, Universidade Lusófona;								2005		
Viseu, Universidade Católica Portuguesa;						1999				
UBI							2003			
d.ARQ-FCTUC				1988						
Escola Universitária das Artes de Coimbra						1995				
Coimbra. Universidade Vasco da Gama							2002		2012	
FAUL	1836									
Lisboa, Universidade Lusfada					1986					
ISCTE-IUL							1999			
IST							1999			
Lisboa, Universidade Lusófona;						1993				
Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa						1998				
Escola de Artes da Universidade de Évora							2001			
Lisboa. Universidade Moderna						1995		2008		
Lisboa. Universidade Independente						1995		2007		
Setúbal. Universidade Moderna						1996		2007		
Portimão, Inst. Sup. Manuel Teixeira Gomes						1994				
Universidade dos Açores								2004		

Notas:

- (1) ISMTG sucede ao antigo ISMAG de Portimão, que leciona arquitetura desde 1995.
- (2) Curso de Arquitetura da Universidade Vasco da Gama encerrado em 2012 pela agência A3ES (2002-2012).
- (3) Moderna de Setúbal encerrada em 2007 pelo MCES (1996-2007).
- (4) Moderna de Lisboa encerrada em 2008 pelo MCES (1995-2008)
- (5) Universidade Independente encerrada em 2007 pelo MCES (1995-2007).
- (6) A Universidade dos Açores oferece os dois primeiros anos do 1º ciclo, transitando os alunos para o ISCTE-IUL, Lisboa, a partir do 5º semestre, 3º ano.

## Escolas – Cursos acreditados e reconhecidos em 2006

Curso	Deliberação da OA	Plano de Estudos em 2006
<b>Reconhecidos</b>		
Curso de Arquitetura da Escola Universitária das Artes de Coimbra	2 de Agosto de 2004	Portaria n.º 76/01, de 07.02, publicada no DR n.º 32 - I.ª Série B
Curso de Arquitetura de Interiores da FA/UTL	14 de Julho de 2005	Portaria n.º 575/04, de 22.07, publicada no DR n.º 171-II.ª Série
Curso de Arquitetura da Escola Universitária Vasco da Gama	6 de Setembro de 2005	Portaria n.º 87/2001, de 08.02, publicada no DR n.º 33, I Série – B
Curso de Arquitetura da Universidade Independente	27 de Setembro de 2005	Portaria n.º 1193/97, de 22.11, publicada no DR n.º 271, I Série – B
Curso de Arquitetura da Universidade de Évora	16 de Fevereiro de 2006	Deliberação n.º 1396/05, de 21.10, publicada no DR n.º 203, II Série
Curso de Arquitetura da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	16 de Fevereiro de 2006	Portaria n.º 838/05, de 16.09, publicada no DR n.º 179, I Série – B
Curso de Arquitetura da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional das Beiras (UCP-CRB)	20 de Abril de 2006	Cf. Aprovado nas reuniões de 05.11.1999 e de 10.12.1999 do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa, com comunicação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 128/90 de 17 de Abril, ao Ministro da Educação, em 23.02.2000, e alterada por proposta do Conselho Científico de 26.10.2005, com comunicação ao MCTES em 27.01.2006
<b>Acreditados</b>		
Curso de Arquitetura da FCTUC	30 de Julho de 2001	Portaria n.º 448/88, de 08.07, publicada em DR n.º 156 - I.ª Série, e Despachos n.º 4406/97 e n.º 20197/98, publicados no DR - II.ª Série, respetivamente, de 19.07 e 18.11
Curso de Arquitetura da FAUP	30 de Julho de 2001	Portaria n.º 815/84, de 20.10, publicada no DR n.º 244 - I.ª Série, e Resolução do Senado n.º 26/SG/SC/94, publicada no DR - II.ª Série, de 27.09
Curso de Arquitetura da FA/UTL	30 de Julho de 2001	Deliberação do Senado n.º 5/UTL/95 e Despacho Reitoral de 16.10.96, publicados em DR II.ª Série, respetivamente, de 04.12 e de 26.11)
Curso de Arquitetura da ESAP	30 de Julho de 2001	Despacho n.º 129/MEC/86, de 21.06, publicado no DR - II.ª Série, de 28.06
Curso de Licenciatura em Arquitetura do Departamento Autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho	14 de Julho de 2003	Decreto-Lei n.º 155/96, de 11.05, publicado no DR n.º 144 - II.ª Série, de 25.06.97, e Retificação n.º 168, publicada no DR - II.ª Série, de 23.07.97
Curso de Arquitetura de Gestão Urbanística da Faculdade de Arquitetura da FA/UTL	14 de Julho de 2005	Deliberação do Senado n.º 9/UTL/95, de 14.11, publicada no DR n.º 279 - II.ª Série, de 04.12
Curso de Arquitetura do Planeamento Urbano e Territorial da FA/UTL	14 de Julho de 2005	Deliberação do Senado n.º 6/UTL/95, de 14.11, publicada no DR n.º 279 - II.ª Série, de 04.12
Curso de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa	14 de Julho de 2005	Portaria n.º 1094/00, de 16.11, publicada no DR n.º 265 - I.ª Série B, que altera a Portaria n.º 703/98, de 04.09, publicada no DR n.º 204, - I.ª Série B
Curso de Arquitetura do Instituto Superior Técnico	14 de Julho de 2005	Deliberação de Senado da Universidade Técnica de Lisboa em 17.06.98 – Despacho Reitoral n.º 3/UTL/98, publicado no DR n.º 246 - II.ª Série, de 24.10
Curso de Arquitetura do ISCTE	14 de Julho de 2005	Deliberação da assembleia de escola de 28.05.98, despacho n.º 13051/98 - 2.ª série, publicado no DR n.º 173 - II.ª Série, de 29.07; alterado conforme despacho n.º 24402/00 - 2.ª série, publicado no DR n.º 275 - II.ª Série, de 28.11, e despacho n.º 10251/03 - 2.ª série, publicado no DR n.º 118 - II Série, de 22.05

Curso de Arquitetura da Universidade Lusfada de Lisboa	14 de Julho de 2005	Portaria n.º 1286/02, de 20.09, publicada no DR n.º 218 - I.ª Série B
Curso de Arquitetura da Universidade Lusfada do Porto	14 de Julho de 2005	Portaria n.º 1132/91, de 31.10, publicada no DR n.º 251 - I.ª Série B
Curso de Arquitetura da Universidade Lusfada de Vila Nova de Famalicão	14 de Julho de 2005	Portaria n.º 1209/93, de 17.11, publicada no DR n.º 269 - I.ª Série B
Curso de Licenciatura em Arquitetura da Universidade Moderna de Lisboa	14 de Julho de 2005	Portaria n.º 154/03, de 13.02, publicada no DR n.º 37 - I.ª Série B
Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola Superior Gallaecia	19 de Abril de 2006	Portaria n.º 129/2003, de 05.02, publicada no DR n.º 30 - I Série B
<b>Em processo de Reconhecimento</b>		
Universidade Lusfada de Vila Nova de Famalicão – Curso de Arquitetura	-	Renovação da Avaliação
Universidade Católica – Viseu - Curso de Arquitetura	-	-
Universidade Moderna de Setúbal - Curso de Arquitetura	-	-
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes - Curso de Arquitetura	-	-
<b>Em processo de Acreditação</b>		
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes - Curso de Arquitetura	-	-
Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa - Curso de Arquitetura	-	Renovação da Avaliação
Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa - Curso de Arquitetura de Interiores	-	Renovação da Avaliação
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra - Curso de Arquitetura	-	Renovação da Avaliação
Escola Universitária das Artes de Coimbra - Curso de Arquitetura	-	Renovação da Avaliação
Escola Superior Artística do Porto - Curso de Arquitetura	-	Renovação da Avaliação
Universidade de Évora - Curso de Arquitetura	-	Renovação da Avaliação
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Curso de Arquitetura	-	Renovação da Avaliação
Universidade Lusfada do Porto - Curso de Arquitetura.	-	Renovação da Avaliação

Nota: Tabela construída a partir do documento da Ordem dos Arquitetos, do Conselho Diretivo Nacional, "CURSOS RECONHECIDOS PELA ORDEM DOS ARQUITETOS (Situação em Abril de 2006)", disponível na internet em [http://www.oasmn.org/pdf\\_upload/Lista%20de%20Cursos\\_Acreditados\\_Reconhecidos%20-%20Abr%202006.pdf](http://www.oasmn.org/pdf_upload/Lista%20de%20Cursos_Acreditados_Reconhecidos%20-%20Abr%202006.pdf)

## Escolas – Resumo da estrutura de Adequação (2006-08)

Escola	Estrutura	Precedências	Modelo de PF	3º ciclo	Perfil Docente Projeto	Modelos Europeus (Em 2006-2008)
EAUM (2006)	3+2	Projeto; Desenho; Teoria e História; Lab Construção; Lab Urbanística; Proj. Investigação	Tese Teórica ou Projeto  Semestral Há Projeto em paralelo	PDA* 2010/2011  CIA (2009) Lab2PT (2013)	Doutorado	-
FAUP (2008)	3+2	Projeto	Tese Teórica ou Projeto  Anual Há Projeto em paralelo	PDA 2008  CEAU 1994	Prático com Doutoramento e Doutorado	Paris Belleville (5+1) EPF Lausanne ((3+1+2) Mendrisio (3+2+1)**
d.ARQ-FCTUC (2008)	3+2	Projeto	Tese Teórica ou Projeto  Anual Há Projeto em paralelo	PDA 2010/2011  CES 2007	Prático com Doutoramento e Doutorado	Ku Leuven – Bélgica (3+2) ETH Zurique (3+1+2) TU Delft (3+2) TU Graz (3+2) UCL Bartlett (3+1+2)
FAUL (2008)	3+2	Projeto	Tese Teórica ou Projeto  Semestral  Não há Projeto em paralelo	PDA 2008  CIAUD 2006	Doutorado	Europa Norte: TU Helsinki (5) ASA – Aarhus (3+2) RIT – Estocolmo (5) SA – Oslo (5+1/2) SA - U Edimburgo (3+1+2) Europa Centro: Bauhaus – Dessau (3+2) ÉIA - Fribourg (3+2) Paris – Malaquais (3+2+1) TU Delft (3+2) ETH Zurique (3+1+2) Europa Sul: ETSAB (5) NTUA – Atenas (5)
ISCTE-IUL (2007)	3+2	Projeto	Tese Teórica e Projeto  Anual	PDATM 2011/2012  Dinâmia-Cet 2009	Prático com Doutoramento e Doutorado	FAUP (5+1) Paris Belleville (5+1) TU Delft (3+2) ETSAM (5) ETSAB (5) ETH Zurique (3+1+2) Mendrisio (3+2+1) Politec. Milão (3+2)

\*Admite tese em projeto. CIA seria substituído por Lab2PT.

\*\* O relatório de Adequação a Bolonha indica ainda a Mackintosh School of Architecture da Glasgow School of Arts, a qual, segundo o documento teria um formato de 3+1+1+1+2+1/2, mas que na realidade julgamos seria 3+1+1+2+1/2.

\*\*\* Na altura dos relatórios de Adequação das escolas portuguesas, alguns dos cursos dados como referência não estavam ainda adequados ao formato Bolonha.

## Escolas – Contextualização Internacional (2013-14)

Escola	Graus	Nº Alunos	Formato e Filiação
EAUM	MIA	350	Mia 3+2. Universidade (UM) com 31.000 alunos.
FAUP	MIA	1000	Mia 3+2. Universidade (UP) com 31.000 alunos.
FAUL	MIA	2700	Mia 3+2. Universidade (UL) com 45.000 alunos.
IST	MIA	350	Mia 3+2. Pertence à UL.
FCTUC-DARQ	MIA	350	Mia 3+2. Universidade (UC) com cerca de 20.000 alunos.
ISCTE	MIA	350	Mia 3+2. Universidade (IUL) com cerca de 8.500 alunos.
EU-DARQ	MIA	362	Mia 3+2. Universidade (UE) com cerca de 6.000 alunos.
UAL	MIA	230	Mia 3+2.
U Lusófona (Lisboa)	MIA	?	Mia 3+2
U Lusfada (Lisboa)	MIA	?	Mia 3+2
Paris Belleville	Ba+Ma	1132	Ba + Ma (3+2)
Royal Danish	Ba+Ma	1050	Ba + Ma (3+2). Escola de Artes com 1700 alunos.
TU Delft	Ba+Ma	1000	Ba + Ma (3+2). Universidade 17.200 alunos.
Bath	Ba+Ma	?	?
Bartlett	Ba+Ma	1200	Ba + Ma (3+2). 200 alunos/ano. Universidade 23.500 alunos
ETSAM	MIA	3900	3+2
ETSAB	MIA	4000	Curso de 5 anos. 500 alunos por ano.
ETHZ	Ba+Ma	1660	Ba + Ma (3+2). Universidade 17.000 alunos.
EPFL	Ba+Ma	1046	Ba + Ma (3+2).
Mendrisio	Ba+Ma	700	Ba + Ma (3+2). 150 alunos por ano.
TU Darmstadt	Ba+Ma	?	Ba + Ma (3+2).
Politecnico Milano	L+Lm	7000	L+La (3+2). Universidade 38.000 alunos.
AA Londres	Ba+Ma	600	Curso de 5 anos. 65 alunos por ano.
North London	Ba+Ma	500	Ba + Ma (3+2). Universidade 26.000 alunos
MIT	Ba+Ma	?	Ba + Ma (4+2,5 ou 3.5)
HGSD	Ma	500	Ma (2,5 ou 3.5)
Sci-arq	Ba+Ma	500	Ba + Ma (5+2 ou 3)

Nota: construído da consulta cruzada aos *sites* da internet de cada instituição e ao guia DOMUS (2013 e 2014) das escolas de Arquitetura e Design europeus.



# ANEXO E

## Escolas – Cronologia e Organização Geral

### 1. EAUM (1996-2015)

	<b>Organização da Escola</b>		<b>Notas</b>
1996	Comissão Instaladora Despacho RT-53/1996 Carlos António Alves Bernardo (vice-reitor) Fernando Távora Domingos Tavares Alexandre Alves Costa José Manuel Pereira Vieira José Fernando Gomes Mendes		Curso iniciado em 1997
2002	Revisão da Comissão Instaladora Despacho RT-10/2002 de 29 de Abril Carlos António Alves Bernardo (vice-reitor) José Fernando Gomes Mendes Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira (arq) Francisco Manuel Gomes Costa Ferreira (arq) Paulo de Oliveira Freire de Almeida (pintor)	Comissão Consultiva Externa do DAA Fernando Távora Domingos Tavares Alexandre Alves Costa Sérgio Fernandez Joaquim Pereira Pinto Vieira Paulo Varela Gomes	Situação provisória até aprovação do regulamento do DAA
2002	Regulamento do DAA Despacho RT-55/2002 de 1 de Outubro		Mandatos de 2 anos Presidente do DAA Comissão Científica Conselho de Gestão Comissão Consultiva Externa
2002	Presidência Carlos António Alves Bernardo Despacho RT-59/2002 de 3 de Outubro	Comissão Científica Carlos António Bernardo (pres) José Fernando Gomes Mendes José Manuel Cardoso Teixeira Maria Manuela Palmeirim Miguel Sopas de Mel Bandeira Paulo Jorge de Sousa Cruz	Outros órgãos: Conselho de Gestão Comissão Consultiva Externa  Nomeados pelo Despacho RT-69/2002 de 5 de Novembro
2004	Presidência Paulo Jorge de Sousa Cruz Despacho RT-44/2004 de 6 de Outubro	Comissão Científica Paulo Jorge de Sousa Cruz (pres) Aires Fernando Fernandes Azevedo Altino João Serra Magalhães Rocha José Fernando Gomes Mendes Maria Manuela Palmeirim Miguel Sopas de Mel Bandeira	Outros órgãos: Conselho de Gestão Comissão Consultiva Externa  Nomeados pelo Despacho RT-46/2004 de 21 de Outubro
2004	Novas Instalações no Campus de Azurém		Edifício de Fernando e José Bernardo Távora
2005	Presidência Paulo Jorge de Sousa Cruz (mandato de 2004)	Comissão Científica Paulo Jorge de Sousa Cruz (pres) Aires Fernando Fernandes Azevedo Daniel Vitorino de Castro Oliveira Maria Manuela Lemos Lima Miguel Sopas de Mel Bandeira	Outros órgãos: Conselho de Gestão Comissão Consultiva Externa  Nomeados pelo Despacho RT-36/2005 de 14 de Julho
2006	Presidência Paulo Jorge de Sousa Cruz Despacho RT-44/2006 de 21 de Julho	Comissão Científica Paulo Jorge de Sousa Cruz (pres) Aires Fernando Fernandes Azevedo Daniel Vitorino de Castro Oliveira Miguel Sopas de Mel Bandeira	Outros órgãos: Conselho de Gestão Comissão Consultiva Externa  Nomeados pelo Despacho RT-53/2006 de 21 de Julho
2009	Presidência Paulo Jorge de Sousa Cruz	Comissão Científica Paulo Jorge de Sousa Cruz	Outros órgãos:

	Despacho RT-87/2009 de 05 Novembro	Aires Fernando Fernandes Leite Camões Azevedo Miguel Sopas de Melo Bandeira Daniel Vitorino de Castro Oliveira Paulo Jorge Figueira Almeida Urbano Mendonça Jorge Manuel Correia Vincenzo Riso	
2009	Novos Estatutos Deliberação nº2967/2009 de 28 Setembro DR - 2ª série - nº236, 5 Dezembro 208	Passagem a Escola de Arquitetura da Universidade do Minho	Mandatos 3 anos Presidente Conselho Científico Conselho da Escola Conselho de Gestão Conselho Pedagógico Conselho Consultivo
2009	Centro de Investigação em Arquitetura (CEA)		
2009	Presidente: Paulo Jorge de Sousa Cruz Vice: Paulo Jorge F. A. U. Mendonça	Conselho Científico: Paulo Jorge de Sousa Cruz (pres) Ana Luísa Jardim Martins Rodrigues Jorge Manuel Simão Alves Correia Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira Paulo de Oliveira Freire de Almeida Paulo Jorge F. A. U. Mendonça Pedro Bandeira Vincenzo Riso	
2010	Curso de Doutoramento em Arquitetura Despacho RT/C-80/2010 DR 207 de 27 de Outubro de 2011 – II série Curso de Doutoramento em Desenho	Em pareceria com a ESBAP	1ª Edição Aprovado
2011	Presidente: Paulo Jorge Figueira Almeida Urbano Mendonça Vice: Ana Luísa Jardim Matos Rodrigues (até Julho de 2012)	Conselho Científico: Paulo Jorge F. A. U. Mendonça (pres) Ana Luísa Jardim Martins Rodrigues Jorge Manuel Simão Alves Correia Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira Paulo de Oliveira Freire de Almeida Pedro Bandeira Vincenzo Riso	Jorge Cruz sai para cargo externo em Setembro de 2011
2011	Conclusão da “Requalificação Urbana da Praça do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António”		Projeto foi coordenado por Maria Manuel Oliveira no CEA
2012	Presidente: Vincenzo Riso Vices: Ana Luísa Jardim Matos Rodrigues Paulo Oliveira Freire de Almeida	Conselho Científico: Vincenzo Riso (pres) Ana Luísa Jardim Martins Rodrigues Francisco Manuel G. da C. Ferreira Jorge Manuel Simão Alves Correia Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira Paulo de Oliveira Freire de Almeida Pedro Bandeira Ferrie van Hattum	Nomeados pelo Despacho RT- 53/2006 de 21 de Julho
2012	Licenciatura em Design de Produto Despacho RT/C-72/2011 DR 147 de 31 Julho 2012 – II série	Parceria: Escola de Arquitetura, Escola de Engenharia, Escola de Economia e Gestão e Escola de Psicologia	Decorre no Instituto de Design de Guimarães sedado na antiga fábrica da Ramada
2013	Encontro internacional: Desenho na Universidade Hoje		Parceria UP-UM, envolvendo EAUM e FAUP



2013	Lab2PT Centro de Investigação “Laboratório de Paisagens, Património e Território”	EAUM e Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UM.	Área das Ciências Sociais e Humanidades: Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Design, Engenharia, Geografia, Geologia, História e Psicologia
2014	Acreditação do curso de Doutoramento A3ES		Acreditado em 6 anos.
2015	Novos Estatutos Despacho nº5316/2015 de 10 de Março DR 98, de 21 Maio 2015 – II série		Mandatos 3 anos: Presidente Conselho Científico Conselho da Escola Conselho de Gestão Conselho Pedagógico Conselho Consultivo
2015	Presidente: Maria Manuel Lobo Pinto Oliveira Vices: Jorge Manuel Simão Alves Correia Pedro Jorge Monteiro Bandeira	Conselho Científico: Maria Manuel Oliveira (pres) Ana Luísa Jardim Martins Rodrigues António Bernardo Mendes Seíça Providência Santarém Carlos Alberto Lago Cruz Corais Eduardo Fernandes Elisiário José Vital Miranda Francisco Manuel G. C. Ferreira Ivo Pereira Oliveira João Paulo Cabeleira Jorge Manuel Simão Alves Correia José Manuel Couto Ramos Capela Marta Labastida Juan Paulo Jorge F. A. U. Mendonça Paulo Jorge Sousa Cruz Paulo de Oliveira Freire de Almeida Pedro Bandeira Rute Alexandra Santos Silva Carlos Vincenzo Riso	
2015	Lab2PT	Avaliação FCT – Muito Bom	

Notas: -

## 2. FAUP (1979-2015)

Organização		Notas
1979	Estatutos Decreto-Lei nº498-F/79 de 21 de Dezembro	Cria a FAUP e desvincula o curso de Arquitetura da ESBAP
1983	Comissão Instaladora da FAUP	Fernando Távora (pres) Alexandre Alves Costa Domingos Tavares Joaquim Sampaio José Pereira de Oliveira Maria Angelina Ramos
1984	Mudança para a “Casa do Gólgota” ou “Quinta da Póvoa” em Massarelos	Saída de S. Lázaro e da ESBAP
1984	Portaria 815/84, de 20 de Outubro DR 244, 20-10-1984, I Série	Autoriza a FAUP a conceder o grau de Licenciado
1985	Decreto-Lei nº41/85 de 12 de Fevereiro DR 36, de 12.02.1985, I Série	Define condições de transição dos docentes da ESBAP para a FAUP
1986		Conselho Científico: Fernando Távora (pres). Octávio Lixa Filgueiras Cristiano José Sousa Moreira Pedro Ramalho Alexandre Alves Costa Manuel Correia Fernandes Domingos Tavares Alberto Almeida Carneiro Joaquim Pereira Pinto Vieira
1987	Portaria n.º 703/87 de 17 de Agosto Autoriza o curso de arquitetura em Viseu	Conselho Científico: Fernando Távora (pres) Cristiano José Sousa Moreira Pedro Ramalho Alexandre Alves Costa Manuel Correia Fernandes Domingos Tavares Alberto Almeida Carneiro Joaquim Pereira Pinto Vieira Alcino Soutinho Sérgio Fernandez Bernardo José Ferrão Manuel Fernandes Sá Philip Brebner Alfredo Durão Matos Ferreira António Jacinto Rodrigues
1987	Concluído Pavilhão Carlos Ramos	1986-1986
1989		Conselho Científico: Fernando Távora (pres) Octávio Lixa Filgueiras Nuno Portas Cristiano José Sousa Moreira Pedro Ramalho Alexandre Alves Costa Manuel Correia Fernandes Domingos Tavares Alberto Almeida Carneiro Joaquim Pereira Pinto Vieira Alcino Soutinho

		Sérgio Fernandez Bernardo José Ferrão Manuel Pinheiro Fernandes Sá Philip Brebner Alfredo Durão Matos Ferreira António Jacinto Rodrigues António Augusto Melo Lucena Quadros	
1989	Orgânica da FAUP Decreto Lei 38/89, de 1 de Fevereiro DR 27, de 01.02.1989, I Série		Incluindo quadro de pessoal
	Portaria 514/89, de 6 de Julho DR 153, de 06.07.1989, I Série		Fixa quadro de catedráticos associados à FAUP
1989	Comissão Instaladora Provisória em Coimbra		Fernando Távora Domingos Tavares Alexandre Alves Costa
1990	Estatutos Despacho reitoral de 5 de Fevereiro de 1990 DR 43 de 20-02-1990, II Série DR?	Conselho Científico: Fernando Távora (pres) Nuno Portas Manuel Fernandes Sá Pedro Ramalho Joaquim Pereira Pinto Vieira Manuel Correia Fernandes Alberto Almeida Carneiro Alexandre Alves Costa Domingos Tavares Sérgio Fernandez Bernardo José Ferrão	Organizado em Unidades Pedagógicas. Mandatos? Órgãos?
1991	Decreto Lei 20/91, de 10 de Janeiro DR 8, de 10.01.1991, I Série		Professores auxiliares das FA da UP e UTL com título de professor agregado pelas ESBA podem concorrer a professor associado
1992		Conselho Científico: Fernando Távora (pres) Nuno Portas (vice) Manuel Fernandes Sá Manuel Correia Fernandes Alexandre Alves Costa Domingos Tavares Sérgio Fernandez Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas Alcino Soutinho Alfredo Durão Matos Ferreira Pedro Ramalho Bernardo José Ferrão	
1993	Inaugurado o novo conjunto de edifícios no Campo Alegre		
1994		Conselho Científico: Nuno Portas (pres) Alexandre Alves Costa (vice) Manuel Correia Fernandes Pedro Ramalho Sérgio Fernandez Bernardo José Ferrão Domingos Tavares Joaquim Pereira Pinto Vieira	

		Manuel Pinheiro Fernandes Sá Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas Alcino Soutinho	
1996	Comissão Instaladora do curso do Minho	Conselho Científico: Nuno Portas (pres) Alexandre Alves Costa (vice) Manuel Fernandes Sá (sec) Manuel Correia Fernandes Domingos Tavares Pedro Ramalho Sérgio Fernandez Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas Alberto Almeida Carneiro Joaquim Pereira Pinto Vieira Bernardo José Ferrão	Fernando Távora Domingos Tavares Alexandre Alves Costa
1998	Presidente: Domingos Manuel Campelo Tavares António Luís Novais Madureira (vice) Maria Clara Pimenta do Vale (vog) Raquel Alexandra Geadá e Paulino (vog)	Conselho Científico: Nuno Rodrigo Martins Portas (pres) Alexandre Vieira Pinto Alves Costa (vice) Domingos Manuel Campelo Tavares Joaquim Pereira Pinto Vieira Manuel Correia Fernandes Manuel Pinheiro Fernandes Sá Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas Sérgio Leopoldo Fernandez Santos	1998-2004
1999	Estatutos Despacho reitoral n.º 19.782/99 DR 243 de 18-10-1999, II Série		Mandatos 4 anos*
2002		Conselho Científico: Nuno Rodrigo Martins Portas (pres) Alexandre Alves Costa (vice) José César Quintão (sec) Anni Gunther Nonell Carlos Alberto Esteves Guimarães Domingos Manuel Campelo Tavares Francisco José Barata Fernandes Joaquim Pereira Pinto Vieira Manuel Pinheiro Fernandes Sá Pedro Cândido Almeida D'Eça Ramalho Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas Sérgio Leopoldo Fernandez Santos	
2004	Presidente: Domingos Manuel Campelo Tavares António Luís Novais Madureira (vice) Maria Clara Pimenta do Vale (vog) Raquel Alexandra Geadá e Paulino (vog)	Conselho Científico: Nuno Rodrigo Martins Portas (pres) Alexandre Alves Costa (vice) Anni Gunther Nonell Carlos Alberto Esteves Guimarães Domingos Manuel Campelo Tavares Francisco José Barata Fernandes Joaquim Pereira Pinto Vieira Manuel Correia Fernandes Manuel Pinheiro Fernandes Sá Pedro Cândido Almeida D'Eça Ramalho Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas Sérgio Leopoldo Fernandez Santos	2004-2006
2006	Presidente: Francisco José Barata Fernandes Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas (vice) José Alberto Abreu Lage (vog) Luís Urbano (vog)	Conselho Científico: Alexandre Alves Costa (pres) Domingos Tavares (vice) Marta Maria Peters Oliveira (sec) Anni Gunther Nonell	2006-2010

		José César Vasconcelos Quintão Carlos Alberto Esteves Guimarães Francisco José Barata Fernandes Luís Celestino Mourão Soares Carneiro Manuel Pinheiro Fernandes Sá Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas Sérgio Leopoldo Fernandez Santos Vítor Manuel Oliveira Silva	
2009	Estatutos Despacho reitoral nº27752/2009 DR 250 de 29-12-2009, II Série		Mandatos 4 anos**
2010	Diretor: Carlos Alberto Esteves Guimarães João Pedro Sampaio Xavier (vice) Raquel Alexandra Geda e Paulino (vog) Teresa Manuel Almeida Calix Augusto (vog)	Conselho Científico: J Manuel Fernandes Sá (pres) João Pedro Sampaio Xavier (vice) Marta Maria Peters Oliveira (sec) Álvaro António Gomes Domingues José Miguel Neto Braz Rodrigues Carlos Alberto Esteves Guimarães Francisco José Barata Fernandes Luís Celestino Mourão Soares Carneiro Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva Pedro Duarte Alarcão e Silva Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas Vítor Manuel Oliveira Silva	2010-2014
2014	Diretor: Carlos Alberto Esteves Guimarães João Pedro Sampaio Xavier (vice) Raquel Alexandra Geda e Paulino (vog) Teresa Manuel Almeida Calix Augusto (vog)	Conselho Científico Francisco José Barata Fernandes (pres) João Pedro Sampaio Xavier (vice) Raquel Alexandra Geda e Paulino (sec) Álvaro António Gomes Domingues Carlos Alberto Esteves Guimarães José Miguel Neto Viana Brás Rodrigues Luís Celestino Mourão Soares Carneiro Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva Marta Maria Peters Arriscado Oliveira Pedro Duarte Santos Alarcão Silva Rui Humberto Costa Fernandes Póvoas Teresa Manuel Almeida Calix Augusto	2014-2018
2014	Acreditação do curso de Doutoramento pela A3ES		Acreditado por 6 anos

Notas: \*Estrutura FAUP com Estatutos de 1990/1999: Órgãos de Gestão (Conselho Diretivo, Conselho Científico, Conselho Pedagógico, Assembleia de Representantes, Conselho Consultivo); Serviços (Relações Públicas; Administrativos; Técnicos e Oficiais; Museu; Centro de Documentação; Apoio Académico; Editorial); Unidades (unidades pedagógicas, institutos de investigação e centro de estudos). \*\*Estrutura FAUP com os Estatutos de 2009: Órgãos de Gestão (Conselho de Representantes; Diretor; Conselho Executivo; Conselho Científico; Conselho Pedagógico); Serviços (Académicos; Administrativos; Centro de Informática; Documentação; Editorial); Áreas Científicas (Arquitetura (A); Tecnologia da Construção (TC); Desenho (D); Urbanística (U)); Unidades (Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura (CEFA); Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU)).

### 3. d.ARQ-FCTUC (1988-2015)

	<b>Organização</b>		<b>Notas</b>
1988	<b>Licenciatura em Arquitetura da FCTUC</b> Portaria nº448/88 de 8 de Julho DR 156, 8-07-1988, II Série	Dois ramos: Arquitetura e Tecnologias	Criada a Licenciatura em Arquitetura da FCTUC
1989	<b>Comissão Instaladora</b> Despacho nº13/CD/89 de 23 de Novembro Maria Ramalho da Costa (pres) Artur Soares Alves Lusitano dos Santos Fernando Távora Alexandre Alves Costa Domingos Tavares		Face à contestação à forma como o curso fora criado e organizado. Integrando elementos da FAUP. Precedida de uma Comissão Provisória.
1989	Primeiro ano letivo no Colégio das Artes		
1991	<b>Passagem a Departamento</b> <b>Primeiro Presidente:?</b>	<b>Primeira Comissão Científica do</b> <b>Departamento</b> Fernando Távora Maria M. Ramalho da Costa Raul Hestnes Alexandre Alves Costa Domingos Tavares António Reis Cabrita Lusitano dos Santos José Carlos Teixeira José António Bandeirinha	1991-1993 <b>Base Estatutária?</b>
1993	Primeiros Licenciados do Curso <b>Presidente:?</b>	<b>Comissão Científica:?</b>	1993-1995
1995	1º Encontro de Tomar <b>Presidente:?</b>	<b>Comissão Científica:?</b>	1995-1997
1996	Início da atividade do eldlarq		
1996	<b>Presidente:</b> José Carlos Teixeira		
1997	<b>Regulamento FCTUC</b> DR 294, 22-12-1997, II Série		DARQ como unidade orgânica. Órgãos: Conselho de Departamento (incluindo presidente), Comissão Executiva (presidente e dois ajudantes); Comissão Científica. Mantados de 2 anos.
1997	Criação do NUDA 2º Encontro de Tomar		
1997		<b>Comissão Científica:</b> António Reis Cabrita Domingos Tavares João Providência José Manuel dos Santos Gigante Lusitano dos Santos Maria M. Ramalho Ribeiro da Costa Mário Júlio Teixeira Krüger Paulo Varela Gomes Raúl Hestnes Ferreira Walter Rossa Alexandre Alves Costa António José Olaio Fernando Távora Gonçalo Byrne José António Oliveira Bandeirinha	1997-1999

		José Carlos Gouveia Teixeira Vítor Manuel Bairrada Murtinho	
1998	3º Encontro de Tomar		
1999	<b>Presidente:</b> Mário Krüger	<b>Comissão Científica:</b> Mário Júlio Teixeira Krüger Raúl Hestnes Ferreira António Olaio António Reis Cabrita Jorge Figueira José Manuel dos Santos Gigante Lusitano dos Santos Maria M. Ramalho Ribeiro da Costa Paulo Varela Gomes	1999-2001
1999	4º Encontro de Tomar		
2001		<b>Comissão Científica:</b> António Reis Cabrita José Manuel dos Santos Gigante Lusitano dos Santos Mário Júlio Teixeira Krüger Paulo Varela Gomes Raúl Hestnes Ferreira Maria M. Ramalho Ribeiro da Costa António Olaio Alexandre Alves Costa Walter Rossa Vítor Manuel Bairrada Murtinho José António Oliveira Bandeirinha José Carlos Teixeira Domingos Tavares Jorge Figueira / Rui Pedro Lobo / António Lousa (representante docentes não doutorados)	2001-2003
2002	<b>Presidente:</b> José António Bandeirinha		
2003	5º Encontro de Tomar		
2003		<b>Comissão Científica:</b> António Olaio José António Oliveira Bandeirinha Mário Júlio Teixeira Krüger José Manuel dos Santos Gigante Lusitano dos Santos Paulo Varela Gomes Vítor Manuel Bairrada Murtinho Walter Rossa Ferreira da Silva	2003-2005
2004	<b>Presidente:</b> Vítor Murtinho		
2005		<b>Comissão Científica:</b> António Olaio Correia de Carvalho Domingos Tavares (ne) José António Oliveira Bandeirinha Mário Júlio Teixeira Krüger Walter Rossa Alexandre Alves Costa (ne) Gonçalo Seça Neves José Manuel dos Santos Gigante Lusitano dos Santos Paulo Varela Gomes	2005-2007

Vítor Manuel Bairrada Murinho			
2006	<b>Presidente:</b> José António Bandeirinha		
2007	<b>Presidente:</b> Walter Rossa	<b>Comissão Científica:</b> António Olaio Domingos Tavares João Paulo Providência José António Oliveira Bandeirinha Mário Júlio Teixeira Krüger Walter Rossa Alexandre Alves Costa Gonçalo Seiça Neves José Fernando de Castro Gonçalves José Manuel dos Santos Gigante Lusitano dos Santos Paulo Varela Gomes Vítor Manuel Bairrada Murinho Gonçalo Byrne	2007-2009
2007	<b>Investigação no CES</b> Núcleo de Estudos sobre Cidades, Cultura e Arquitetura (CCArq)		Centro de Estudos em Arquitetura (Cearq) mantém-se
2008	<b>Presidente:</b> José Fernando Gonçalves		
2008	<b>Adequação a Bolonha</b> Despacho n.º 21979/2008 DR 163, 25-08-2008, II Série		Despacho n.º7793/2008
2008	<b>Novos Produtos de Ensino</b> Licenciatura em Design e Multimédia Mestrado em Design e Multimédia	Em conjunto com o Departamento de Engenharia Informática	Despacho n.º7793/2008 DR 53, 14-03-2008, IIS Despacho n.º7553/2008 DR 52, 13-03-2008, IIS
2008	<b>Colégio das Artes</b> Como unidade orgânica da UC		
2009	<b>Estatutos FCTUC</b> Regulamento n.º 235/2009 de 25 de Maio DR 110, 8-6-2009, II Série		DARQ como unidade orgânica. Órgãos: Diretor e Comissão Científica, Mandatos de 2 anos.
2009	<b>Presidente:</b> Jorge Figueira	<b>Comissão Científica:</b> António Manuel Portovedo Lousa João Lima Mendes Ribeiro João Paulo Providência Joaquim Carlos Pinto de Almeida José António Oliveira Bandeirinha José Fernando de Castro Gonçalves Mário Júlio Teixeira Krüger Nuno Grande Walter Rossa António José Olaio Jorge Figueira Nuno Alberto Leite Rodrigues Grande Paulo Varela Gomes Pedro Maurício Borges	2009-2011
2010	<b>Adequação do Programa de Doutoramento</b> Despacho n.º6449/2010 DR 70, 12-4-2010, II Série		
2011	<b>Presidente:</b> Jorge Figueira	<b>Comissão Científica:</b> António Manuel Portovedo Lousa João Paulo Cardielos Pedro Filipe Rodrigues Pousada	2011-2013



		<p>Vítor Manuel Bairrada Murinho  Walter Rossa  António José Olaio  João Lima Mendes Ribeiro  João Paulo Providência  Joaquim Carlos Pinto de Almeida  Jorge Figueira  José António Oliveira Bandeirinha  José Fernando Castro Gonçalves  Mário Júlio Teixeira Krüger  Nuno Grande  Paulo Varela Gomes</p>	
2013	<b>Presidente:</b> Jorge Figueira	<b>Comissão Científica:</b> António Alberto Faria Bettencourt António José Olaio João Paulo Providência Jorge Figueira José António Oliveira Bandeirinha José Fernando Castro Gonçalves Mário Júlio Teixeira Krüger Pedro Filipe Rodrigues Pousada Rui Pedro Mexia Lobo Vítor Manuel Bairrada Murinho António Manuel Portovedo Lousa João Lima Mendes Ribeiro Nuno Grande Pedro Maurício Borges Walter Rossa Ferreira da Silva	2013-2015
2014	Mestrado Integrado acreditado pela A3ES		Acreditado por 6 anos
2014	Programa Doutoral Acreditado pela 3ES		Acreditado por 6 anos
2015	<b>Presidente:</b> Jorge Figueira	<b>Comissão Científica:</b> Mário Krüger Walter Rossa José António Bandeirinha Vítor Murinho António Olaio José Fernando Gonçalves João Paulo Providência António Manuel Portovedo Lousa Jorge Figueira Nuno Grande João Mendes Ribeiro Pedro Filipe Rodrigues Pousada Rui Pedro Mexia Lobo Pedro Maurício Borges António Alberto de Faria Bettencourt	2015-2017

Notas: subsiste por confirmar a informação relativa aos Estatutos Iniciais (pré 1997), à evolução da Direção e Presidência do curso e à data e forma de passagem a Departamento (1991).

#### 4. FAUL (1979-2015)

Organização Geral		Notas
1979	Estatutos Decreto-Lei nº498-E/79 de 21 de Dezembro DR 293, de 21.12.1979, I Série	Cria a FAUTL e desvincula o curso de Arquitetura da ESBAL
1984	Decreto-lei 106/84, de 2 de Abril DR 78, de 02.04.1984, I Série	Primeiro-assistente ou professor agregado transitariam para categoria de professor auxiliar
1990	Estatutos Despacho Reitoral de 23 de Março de 1990 DR 90 de 18-04-1990, II Série	2 Departamentos (Arq. e Urb). Estatutos da FAUTL No seguimento da revisão estatutária da UTL de 1989 (Despacho Normativo 70/89 de 1 de Agosto – DR 75, 01-08-1989, II Série)
1990	Quadro de Pessoal Portaria 119/90, de 15 de Fevereiro DR 39, de 15.02.1990, I Série	Cria os quadros provisórios do pessoal docente e não docente
1991	Decreto-lei 20/91, de 10 de Janeiro DR 8, de 10.01.1991, I Série	Professores auxiliares das FA da UP e UTL com título de professor agregado pelas ESBA podem concorrer a professor associado
1993	Mudança para as novas Instalações no Pólo da Ajuda	
1997	Intervenção Reitoral Despacho Reitoral nº1/SEC/UTL/97 de 3 de Janeiro DR??	Face a renúncia ao cargo dos presidentes dos Conselhos Científico (CC) e Pedagógico (CP) e do Vice-presidente do Conselho Diretivo (CD) e de uma falta de condições de funcionamento da Assembleia de Representantes (AR). Indiciava o estabelecimento de novas eleições e criou uma Comissão de Gestão (CG) de carácter provisório.
1998	Sindicância Solicitada pela Reitoria ao Ministro da Educação Reitor nomeia Comissão de Gestão e assume a presidência do Conselho Científico	Ocorre entre Julho de 1998 e Julho de 2000
2000	Presidência da Comissão de Gestão Profª Catedrática, Doutora Maria Clara Teles Mendes; Vice-Presidente – Profª Auxiliar, Doutora Margarida Paula Pinto Cardoso Moreira;	Presidente da Comissão de Gestão e Pró-Reitora (2000-2002)
2002	Presidência do Conselho Diretivo Profª Associada Doutora Margarida Paula Pinto Cardoso Moreira; Vice-Presidente do Conselho Diretivo – Prof. Associado Doutor Fernando António Marques Caria;	2002-2003
2003	Presidência do Conselho Diretivo Prof. Associado Doutor Fernando António Marques Caria; Vice-Presidente do Conselho Diretivo - Profª Associada Doutora Isabel Ortins Simões Raposo;	2003-2005
2005	Presidência do Conselho Diretivo Prof. Associado Doutor Fernando António Marques Caria;	2005-2007

	Vice-Presidente do Conselho Diretivo - Prof <sup>a</sup> Associada Doutora Maria Madalena Cunha Matos;		
2007	Presidência do Conselho Diretivo Prof. Associado Doutor Francisco José Gentil Berger; Vice-Presidente do Conselho Diretivo – Prof. Auxiliar Doutor Jorge Manuel Tavares Ribeiro		2007-2009
2009	Estatutos Despacho nº15000/2009 de 23 de Junho DR 126, de 2 -7-2009, II Série	Assembleia Estatutária (2008-2009)	Mandatos de 2 anos. Órgãos Governo: Conselho de Escola Presidente da FA Conselho Científico Conselho Pedagógico Conselho de Gestão Órgãos Consultivos: Assembleia de Escola Conselho de Coordenação
2009	Presidente da Faculdade Prof. Associado Doutor Francisco José Gentil Berger; Vice-Presidente da Faculdade – Prof. Associado Doutor Manuel Jorge Couceiro da Costa		2009-2010
2010	Presidente da Faculdade Prof. Associado Doutor Manuel Jorge Couceiro da Costa; Vice-Presidente da Faculdade – Prof. Catedrático, Doutor José Manuel da Cruz Fernandes		2010-2011
2010	Definição de Áreas Disciplinares na FAUTL Despacho nº13111/2010, de 13 de Agosto DR 157, de 13-08-2010, II Série	Arquitetura; Urbanismo; Design; Tecnologias da Arquitetura, do Urbanismo e do Design; Desenho e Comunicação Visual; História e Teoria da Arquitetura, do Urbanismo e do Design; e Ciências Sociais e do Território.	Indo ao encontro do no Estatuto da Carreira Docente Universitária, Decreto-Lei 205/2009, de 31 de Agosto, e não consta nem do RJIES, Lei 62/2007, de 10 de Setembro, nem nos Estatutos da UTL;
2011	Presidente da Faculdade Prof. Associado Doutor Manuel Jorge Couceiro da Costa; Vice-Presidente da Faculdade – Prof. Auxiliar, Doutor Ricardo Jorge Silva Pinto;		2011-2012
2011	Estatutos Despacho 14850/2011, de 2 de Novembro DR 210, de 2011-11-02, II Série		Alteração aos Estatutos da FAUTL
2012	Fusão UTL+UL Decreto-Lei nº266 -E/2012 de 31 de Dezembro DR 252-2ºSupl, de 31.12.2012, I Série		FAUL como unidade orgânica da UL
2012	Presidente da Faculdade Prof. Catedrático, Doutor José Manuel Pinto Duarte; Vice-Presidente – Prof. auxiliar, Doutor Francisco Carlos Nascimento e Oliveira;		2012-2014
2013	Estatutos Despacho nº16291/2013. DR 243, de 16 -12-2013, II Série	-	Conselho de Escola; Presidente da Faculdade; Conselho Científico; Conselho Pedagógico; Conselho de Gestão.

2014	Estatutos Despacho nº8703/2014 de 26 de Junho Conselho de Escola de 23 de Junho de 2014 DR 127, 4-7-2014, II Série		Retificação de alguns artigos	
2014	Presidente da Faculdade Prof. Catedrático, Doutor José Manuel Pinto Duarte; Vice-Presidente – Prof. auxiliar, Doutora Rita Assoreira Almendra;		2014-2015	
2014	Acreditação do programa de doutoramento em Arquitetura pela A3ES		Acreditado em 6 anos	
2015	Presidente da Faculdade Prof. auxiliar, Doutor João Cottinelli Pardal Monteiro; Vice-Presidente da Faculdade - Prof. auxiliar, Doutor Michel Toussaint Alves Pereira; Vice-Presidente da Faculdade - Prof. auxiliar, Doutor Nuno Dinis Costa Areias Cortiços.	Conselho Científico Carlos Francisco Dias Coelho (pres) Amílcar de Gil e Pires (vice) Ana Cristina Valério Couto (vice) Ana Leonor Madeira Rodrigues António José Morais David de Sousa Vale Fernando Moreira da Silva Francisco M. Camarinhas Serdoura João Gabriel Viana de Sousa Morais João Paulo do Rosário Martins Jorge Manuel Tavares Ribeiro José Manuel Aguiar Portela da Costa Manuela Cristina Almeida Figueiredo Maria Dulce Loução Maria João Durão dos Santos Maria João Neto Maria Madalena Aguiar Cunha Matos		2015

Notas: Não foi cedida informação acerca da composição do Conselho Científico entre 2000 e 2015.

## 5. ISCTE-IUL (1995-2015)

	<b>Organização</b>		<b>Notas</b>
1972	Criação do ISCTE Decreto-lei nº522/72 de 15 de Dezembro DR 290, 15-12-1972, Série I		Extingue o Instituto de Estudos Sociais
1990	Estatutos do ISCTE Despacho Normativo nº11/1990 DR 32, 07-02-1990, Série I	Mandatos 2 anos	Organização em Departamentos, Secções Autónomas, Áreas Científicas.
1995	Mestrado em Desenho Urbano Despacho nº22/1995 de ??; DR ?		
1997	Área Científica de Arquitetura e Urbanismo (ACAU) Deliberação da Comissão Coordenadora do Conselho Científico do ISCTE de 30-07-97	Comissão Científica de Arquitetura e Urbanismo (CCAU) Manuel Teixeira (pres) José Paquete de Oliveira Graça Índias Cordeiro Rogério Roque Amaro Pedro Faria Lopes João Cabral (Universidade Aveiro)	Manuel Teixeira é o único docente da ACAU.
1998	Proposta da Licenciatura Pela CCAU e aprovada em reunião de Assembleia de Escola de 28-05-1998	Documento: Linhas Gerais da Licenciatura em Arquitetura do ISCTE	Plano de Estudos Despacho nº13051/98 DR 174, 29-7-1998, II Série
1999	Memorando Sobre Condições Necessárias para o início do Curso de Arquitetura 03-02-1999		Documento base da CCAU.
1999	Início da Licenciatura		1999/2000
1999	Protocolo com Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento da do Mundo da Língua Portuguesa.		Para criação da Cátedra Óscar Niemeyer
1999	Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitetura (CEAU) associa-se a ISCTE	CEUA havia sido fundado em 1998	CEAU torna-se centro associado do ISCTE.
2000	Estatutos Gerais do ISCTE Despacho normativo nº37/2000 de 5 Setembro DR 205, 05-09-2000, Série I	Mandatos 2 anos CCAU: Manuel Teixeira (pres) José Paquete de Oliveira Rogério Roque Amaro Pedro Faria Lopes Maria João Gamito (FBAUL)	Quadro organizacional de Universidade.
2000	Protocolo ISTCE-FCT Arquivo Virtual de Cartografia Portuguesa Maio de 2000		
2001	Criação da Unidade de Ensino de Arquitetura e Urbanismo Reunião de CCAU de 11-01-2001	Eleição em CCAU de Manuel Teixeira como Diretor de Curso e Diretor da Unidade de Ensino.	Comissão Coordenadora do Curso (licenciatura): Manuel Teixeira (pres) Pedro Faria Lopes José Paquete de Oliveira Pedro Prista Rogério Roque Amaro
2001		CCAU: Manuel Teixeira (pres) Pedro Prista Rogério Roque Amaro Pedro Faria Lopes Maria João Gamito (FBAUTL)	
2002	Doutoramento em Arquitetura Despacho nº20917/2002		

	DR ??		
2003	Mestrado em Arquitetura - Cultura Arquitetónica Contemporânea Deliberação 1465/2003; DR ?? Mestrado em Arquitetura do Território Deliberação 1465/2003; DR ??		
2003	Secção Autónoma de Arquitetura e Urbanismo (SAAU) Aprovado o respetivo Regulamento	Mínimo 3 doutorados a tempo integral e 9 docentes. Órgãos: - Conselho de Secção; - Presidente de Secção; - Comissão Executiva.	Aprovada pela Comissão Coordenadora do Conselho Científico do ISCTE na reunião de 17 de Fevereiro de 2004
2003	Presidente: Manuel Teixeira	CCAU: Manuel Teixeira (pres) Pedro Prista Teresa Marat-Mendes Pedro Faria Lopes Maria João Gamito (FBAUTL)	CSAAU: Manuel Teixeira Maria João Gamito Pedro Prista Teresa Marat-Mendes Bernardo Miranda
2004	Protocolo de Cooperação com Universidade dos Açores – <i>Formas de Cooperação entre o ISCTE e UA no âmbito dos Preparatórios de Arquitetura</i>	Plano de Estudos conjunto para os 2 primeiros anos da licenciatura Prosseguimento dos estudos dos alunos da UA no ISCTE	Protocolo de 14 de Janeiro de 2004. No seguimento de protocolo institucional geral, de 10 Março de 1997.
2004	Protocolo de Cooperação com a UTL Mestrado em Arte Pública Doutoramento em Arte Pública		
2004	Especificações ao Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos do ISCTE para a área de Arquitetura: Regulamento da SAAU		Regulamento de 22 de Dezembro de 2005
2005	Integração do ISCTE no Conselho de Reitores		
2005	Mestrado em Reabilitação Urbana e Arquitetónica Deliberação nº505/2005 de 19 de Janeiro DR 69, 8-4-2005, II Série		
2006	Intervenção da Coordenadora do Conselho Científico na SAAU		Março de 2006
2006	Direção Provisória do SAAU Despacho de 30-03-2006.	Direção Provisória: Jorge Freitas Branco (antropologia) Carlos Sá da Costa (informática)	Direção e CC integrados e geridos pelo CC geral do ISCTE
2007	Passagem a ISCTE-IUL		
2007	Passagem da SAAU a Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) Despacho 8566/2007 DR 92, 14-05-2007, SII		Regulamento do DAU no respetivo despacho
2007	Presidente: Paulo Tormenta Pinto (2007-2010)	Conselho Científico: Paulo Tormenta Pinto Ana Vaz Milheiro José Luís Saldanha Maria João Gamito Pedro Prista Teresa Marat Mendes Manuel Teixeira	Eleição de Direção em reunião de CC de 29 de Junho de 2007.
2007	Adequação a Bolonha		
2008	Presidente: Paulo Tormenta Pinto	Conselho Científico: Paulo Tormenta Pinto Ana Vaz Milheiro José Luís Saldanha Maria João Gamito	Saída de Manuel Teixeira para a FAUL

		Pedro Prista Teresa Marat Mendes Pedro Saraiva	
2009	Estatutos Gerais do ISCTE Despacho normativo nº18/2009 de 30-04 DR 89, 8-5-2009, II Série		Passagem a Regime Fundacional DL nº95/2009 de 27-09
2009	Presidente: Paulo Tormenta Pinto	Conselho Científico: Paulo Tormenta Pinto Ana Vaz Milheiro José Luís Saldanha Gabriela Gonçalves Teresa Marat Mendes Vasco Rato Teresa Madeira da Silva	Saída do CC de Maria João Gamito, Pedro Saraiva, Pedro Prista.
2010	DAU integrado na ISTA No âmbito da reorganização geral do ISCTE, conforme os Estatutos de 2009		Escola de Tecnologias e Arquitetura
2010	Regulamento DAU Despacho nº9401/2010 DR 107, 2-6-2010, II Série		Regulamento da ISTA Despacho 10976/2010 DR 127, 02-06-2010, IIS
2010	Presidente: Vasco Moreira Rato (2010-2013)	Conselho Científico: Vasco Moreira Rato Gabriela Gonçalves Helena Botelho	Novos Estatutos Posse da nova Direção em 21.4.2010.
2010	Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Despacho nº87/2010 de 14-12-2010; DR ?		
2011	Regulamento do Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Regulamento nº308/2012 DR 147, 31-07-2011, IIS		
2011	Mestrado em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Despacho nº1394/2011 DR 147, 02-08-2011, SII		
2011	Mestrado em Arquitetura e Computação Despacho nº13520/2011 DR 147, 02-08-2011, SII		
2011	Doutoramento acreditado pela A3ES		6 Anos
2013	Mestrado Integrado acreditado pela A3ES		6 Anos
2013	Curso de Estudos Avançados em Arquitetura Digital Regulamento nº? DR?		
2013	Presidente: Sara Eloy Ricardo Resende (vice) Teresa Marat-Mendes (vice)	Conselho Científico: Sara Eloy Paula André Teresa Madeira da Silva	Posse da nova Direção em 1.7.2013 (2013-2016)
2014	Pós-Graduação em Arquitetura e Paisagem Regulamento nº?? ; DR??		Sem colocados
2014	Pós-Graduação em Edição, Crítica e Curadoria em Arquitetura Regulamento nº?; DR?		Sem colocados
2015	Regulamento ISTA Despacho nº61/2015 DR 28, 10-2-2015, II Série		

Notas:

## Escolas – Planos Curriculares Adaptados (2006-08)

### 1. EAUM (2006-07)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Projeto I (S1-12,5ects)  Projeto II (S2-12,5ects)	Projeto III (S1-12,5ects)  Projeto IV (S2-12,5ects)	Projeto V (S2-12,5ects)  Projeto VI (S2-12,5ects)	Atelier 1 (S1-10ects) (Paisagem, Sustentabilidade ou História e Ucronia)  Atelier 2 (S2-10ects) (Território, Inovação e Tecnologia ou Manifestos e Utopias)	Atelier 3 (S1-10ects) (Espaço Público, Patologia e Reabilitação ou Programas Emergentes)
Movimentos da Arte e da Arq. Contemporânea (S1-5ects)  Antropologia (S2-5ects)	Teoria da Arq. II (A-5ects)	Teoria da Arq. III (A-5ects)  Laboratório Urbanística (A-13ects)	Seminário 1 (S1-5ects)  Obrigatória 1 (S1-5ects)  Seminário 2 (S2-5ects)  Obrigatória 2 (S2-5ects)	Seminário 3 (S1-5ects)  Obrigatória 3 (S1-5ects)  Projeto de Investigação (S1-5ects)  Laboratório de Investigação: Prova Final (S2-30ects)
Teoria da Arq. I e História da Arq I (A-5ects)	História da Arq. II (A-5ects)	História da Arq. III (A-7ects)		
Laboratório de Desenho (A-13ects)  Geometria (A-7ects)	Desenho (S1-7ects)  Desenho Assistido por Computador (S2-5ects)			
	Laboratório de Construção (A-13ects)	Estruturas (S1-5ects)  Processos de Construção (S2-5ects)		
			Opção Condicionada 1 (S1-5ects) Opção não Condicionada 1 (S1- 5ects)  Opção Condicionada 2 (S2-5ects) Opção não Condicionada 2 (S2- 5ects)	

Notas: (1) Cf Despacho RT/C-190/2006 do Reitor da UM; (2) Em cada Atelier por semestre há uma tripla opção temática; (3) A escolha de cada opção de Atelier condiciona o Seminário e a Obrigatória; (4) Seminários e Obrigatórias reúnem várias Áreas Científicas, de acordo com o tema de cada Atelier; (5) As optativas condicionadas correspondem à área escolhida para o Atelier, a não condicionada é de escolha livre; (6) As opções são dadas por ano letivo; (7) A Prova Final tem formato Dissertação, podendo incluir Projeto.



## 2. FAUP (2008-09)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Projeto 1 (A-20ects)	Projeto 2 (A-20ects)	Projeto 3 (A-20ects)	Projeto 4 (A-20ects)	Projeto 5 (A-20ects)
Teoria Geral da Organização do Espaço (A-9ects)	Teoria 1 (A-9ects)	Teoria 2 (A-9ects)	Teoria 3 (A-9ects)	Territórios e Formas Urbanas (A-9ects)
Geografia 1 (A-7ects)	Geografia 2 (A-7ects)	Urbanística 1 (A-7ects)	Urbanística 2 (S-6ects)	Dissertação (A-15ects)
	História da Arquitetura Antiga e Medieval (A-9ects)	História da Arquitetura Moderna (A-9ects)	História da Arquitetura Portuguesa (A-10ects)	História da Arquitetura Contemporânea (A-10ects)
Desenho 1 (A-9ects) Geometria (A-9ects)	Desenho 2 (A-6ects)			
	Construção 1 (A-9ects)	Construções 2 (A-9ects)	Construções 3 (A-6ects) Sistemas Estruturais (A-9ects)	
Opção do 1º ano (A/S1/S2-total 7ects)		Opção do 1º ano (A/S1/S2-total 7ects)		Opção do 5º ano (S1-3ects)

Notas: (1) Cf. Relatório de Adequação da FAUP; (2) Optativas definidas por oferta da FAUP; (3) Consultável em [http://sigarra.up.pt/faup/pt/cur\\_geral.cur\\_planos\\_estudos\\_view](http://sigarra.up.pt/faup/pt/cur_geral.cur_planos_estudos_view)

### 3. d.ARQ-FCTUC (2008-09)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Projeto I (A-2x10ects)	Projeto II (A-2x10ects)	Projeto III (A-2x10ects)	Projeto IV (A-2x10ects)	Projeto V (A-2x10ects)
Introdução à Cultura Arquitetónica I (S1-4ects)	Teoria da Arq. I (S1-4ects)	Teoria da Arq. III (S1-4ects)	Cidade e Território I (S1-4ects)	Seminário de investigação em Arq. (S1-8ects)
Introdução à Cultura Arquitetónica II (S2-4ects)	Teoria da Arq. II (S2-4ects)	Geografia Física (S1-4ects)	Projeto Urbano II (S1-4ects)	Dissertação (S2-20ects)
		Teoria da Arq. IV (S2-4ects)	Cidade e Território I (S2-4ects)	
		Antropologia do Espaço (S2-4ects)	Projeto Urbano II (S2-4ects)	
		Geografia Urbana (S2-4ects)		
História da Arq. Antiga e Medieval I (S1-4ects)	História da Arquitetura Moderna I (S1-4ects)	História da Arquitetura Contemporânea I (S1-4ects)	História da Arquitetura Portuguesa I (S1-4ects)	
História da Arq Antiga e Medieval II (S2-4ects)	História da Arquitetura Moderna II (S2-4ects)	História da Arquitetura Contemporânea II (S2-4ects)	História da Arquitetura Portuguesa II (S2-4ects)	
Desenho I (A-2x4ects)	Desenho II (A-2x4ects)			
Geometria (A-2x4ects)	Arquitetura e Projeto Digital I (S1-4ects)			
	Arquitetura e Projeto Digital II (S2-4ects)			
Introdução à Cultura Construtiva (S1-4ects)	Física da Construção (S1-4ects)	Tecnologia e Qualidade da Construção (S1-4ects)	Construções II (A-4ects)	
Materiais de construção (S2-4ects)	Princípios de Funcionamento Estrutural dos Edifícios (S2-4ects)	Construção I (A-2x4ects)		
				Opção Opção Opção

Notas: (1) Cf. Plano de Estudos de 2008/2009 – Relatório de Adequação a Bolonha; (2) Opções de 5º ano são escolhidas dentro de *Quadro das Unidades Curriculares Opcionais*, sendo o tempo de trabalho definido de acordo com cada unidade curricular.

#### 4. FAUL (2008-09)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Laboratório Arq. I (S1-9,5ects)	Laboratório Arq. III (S1-9,5ects)	Lab Projeto Arq. II (S1-10,5ects)	Lab Projeto Arq. IV (S1-12ects)	Lab Projeto Arq. VI (S1-12ects)
Laboratório Arq. II (S2-9,5ects)	Lab Projeto Arq. I (S2-9,5ects)	Lab Projeto Arq. III (S2-10,5ects)	Lab Projeto Arq. V (S2-12ects)	
Cultura da Arq. e da Cidade (S1-3,5ects)		Teoria da Arq. (S1-4,5ects)	Teoria do Lugar (S1-4,5ects)	Gestão Urbanística (S1-4,5ects)
Geografia Física (S1-3,5ects)		Urbanismo (S1-3,5ects)	Planeamento Urbano (S1-3,5ects)	Economia (S1-3,5ects)
Antropologia do Espaço (S2-2ects)		Geografia Urbana (S1-3,5ects)		Seminários de Apoio a PFM (S2-6ects)
		Arq. Paisagista (S2-3,5ects)		PFM (S2-24ects)
		Sociologia (S2-3,5ects)		
História da Arte Contemporânea (S2-3,5ects)	História da Arq. clássica e Medieval (S1-3,5ects)	História da Arq. e do Urbanismo da Época Contemporânea (S2-4,5ects)	História da Arq em Portugal (S2-4,5ects)	
	História da Arq. da Época Moderna (S2-3,5ects)			
Desenho I (S1-5,5ects)	Desenho Arquitetónico I (S1-4,5ects)		Modelação Geométrica (S2-3,5ects)	
Geometria Descritiva e Conceptual I (S1-4,5ects)	Processos de Computação (S1-3,5ects)			
Desenho II (S2-5,5ects)	Desenho Arquitetónico II (S2-4,5ects)			
Geometria Descritiva e Conceptual II (S2-4,5ects)	Modelação Tridimensional (S2-3,5ects)			
Matemática (S1-3,5ects)	Materiais II (S1-5,5ects)	Edificações II- Revestimentos e elementos secundários (S1-4,5ects)	Edificações Especiais (S1-3,5ects)	Gestão Projeto e Obra (S1-3,5ects)
Materiais I (S2-5ects)	Física das construções e ambiente (S1-3,5ects)	Resistência dos Materiais (S1-3,5ects)	Sistemas Estruturais (S1-3,5ects)	Conforto Ambiental (S1-3,5ects)
	Edificações 1-Elementos de suporte e primários (S2-5,5ects)	Edificações III-Redes e instalações técnicas (S2-4,5ects)	Conservação, Restauro e Reabilitação (S2-3,5ects)	
	Estática (S2-3,5ects)	Estruturas (S2-3,5ects)	Tecnologias da Reabilitação (S2- 3,5ects)	
			Optativa A (S1-3ects) Optativa B (S2-3ects)	

Notas: (1) Cf. Despacho nº19222/2009 do Reitor da UTL; (2) As optativas são escolhidas de um conjunto de unidades definidas anualmente e pertencentes a qualquer área científica.

## 5. ISCTE-IUL (2007-08)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Arquitetura I (S1-10ects)	Arquitetura III (S1-10ects)	Arquitetura V (S1-10ects)	Projeto Arq. I (S1-12ects)	PFA (A-42ects)
Arquitetura II (S2-10ects)	Arquitetura IV (S2-10ects)	Arquitetura VI (S2-10ects)	Projeto Arq. II (S2-12ects)	
Geografia Física (S2-4ects)	Projeto Urbano I (S1-4ects)	Projeto Urbano II (S1-6ects)  Teoria da Arq Contemporânea (S1-3ects)  Geografia Urbana (S1-3ects)  Teoria do Urbanismo Contemporâneo (S2-3ects)  Sociologia Urbana (S2-3ects)	Projeto Urbano III (S1-6ects)  Economia Urbana (S1-4ects)  Ecologia e Território (S2-4ects)	Gestão Urbana (S1-4ects)  Gestão de Projeto em Arquitetura (S1-4ects)
História da Arq. I (S1-3ects)	História da Arq. II (S1-3ects)		História da Arq Portuguesa (S1-4ects)	
História do Urbanismo I (S2-3ects)	História do Urbanismo II (S2-3ects)		História da Cidade Portuguesa (S2-4ects)	
Desenho I (S1-4ects)	Desenho III (S1-4ects)	Representação Gráfica em Arq II (S1-4ects)		
Geometria e Composição em Arq (S1-4ects)	Técnica de Representação e Comunicação (S2-4ects)	Representação Gráfica em Arq III (S2-4ecst)		
Desenho 2 (S2-4ects)	Representação Gráfica em Arq I (S2-4ects)			
Materiais (S1-4,5ects)	Tecnologias da Construção I (S1-4,5ects)	Tecnologias da Construção 3 (S1-4ects)	Edificações (S1-4ects)	Legislação em Arquitetura (S1-4ects)
Estática (S1-4,5ects)	Análise de Estruturas (S1-4,5ects)	Redes e Instalações (S2-4ects)	Conservação e Restauro (S2-4ects)	
Sistemas de Construção (S2-4,5ects)	Tecnologias da Construção II (S2-4,5ects)			
Resistência dos Materiais (S2-4,5ects)	Conceção de Estruturas (S2-4,5ects)			
		Optativa (S2-6ects)	Optativa (S2-6ects)	Optativa (S1-6ects)

Notas: (1) Cf. Despacho n°21625/2008 da Presidência do ISCTE-IUL. (2) Optativas a escolher em elenco definido anualmente pela Comissão Científica do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

## Escolas – Sequência Geral de Matérias (2006-08)

### 1. EAUM (2006-07)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
<p>Projeto 1 (Espaço, forma, volume, interpretação, representação)</p> <p>Projeto 2 (S2) (Programa, contexto, função, espaço, forma, representação)</p>	<p>Projeto 3 (Habitação coletiva)</p> <p>Projeto 4 (S2) (Equipamento coletivo)</p>	<p>Projeto 5 (Equipamento coletivo como Projeto urbano. Projeto como investigação)</p> <p>Projeto 6 (S2) (Equipamento coletivo)</p>	<p>Atelier 1 (Paisagem, Sustentabilidade ou História e Ucronia)</p> <p>Atelier 2 (S2) (Território, Inovação e Tecnologia ou Manifestos e Utopias)</p>	<p>Atelier 3 (S1) (Espaço Público, Patologia e Reabilitação ou Programas Emergentes)</p>
<p>Movimentos da Arte e da Arq. Contemporânea (Período contemporâneo, história sucinta arte e Arq.)</p>	<p>Teoria da Arq. 2 (Apoio a Projeto 2º ano)</p>	<p>Teoria da Arq. 3 (Apoio a Projeto 3º ano)</p> <p>Laboratório Urbanística (Teórico-prático)</p>	<p>Seminário 1 (S1) (Apoio multidisciplinar aos ateliers)</p> <p>Obrigatório 1 (S1) (Apoio teórico aos ateliers)</p> <p>Seminário 2 (S2) (Apoio multidisciplinar aos ateliers)</p> <p>Obrigatório 2 (S2) (Apoio teórico aos ateliers)</p>	<p>Seminário 3 (S1) (idem)</p> <p>Obrigatório 3 (S1) (idem)</p> <p>Investigação (S1)</p> <p>Dissertação (S2)</p>
<p>Teoria da Arq. 1 e História da Arq 1 (séc. XIX até atualidade)</p>	<p>História da Arq. 2 (Antiguidade até idade moderna – ocidente)</p>	<p>História da Arq. 2 (Portugal)</p>	<p>Seminário 1 (S1) (idem)</p> <p>Obrigatório 1 (S1) (idem)</p>	
<p>Laboratório de Desenho (Representar forma e espaço, expressão)</p> <p>Geometria</p>	<p>Desenho (Comunicação, criação, convenções gráficas)</p> <p>Desenho Assistido por Computador (S2)</p>			
	<p>Laboratório de Construção</p>	<p>Estruturas (S1)</p> <p>Proc de Construção (S2)</p>	<p>Seminário 1 (S1) (idem)</p> <p>Obrigatório 1 (S1) (idem)</p> <p>Seminário 2 (S2) (idem)</p> <p>Obrigatório 2 (S2) (idem)</p>	<p>Seminário 3 (S1) (idem)</p> <p>Obrigatório 3 (S1) (idem)</p>

Notas: com base nas fichas de unidade curricular apresentadas no relatório interno de adequação a Bolonha.

## 2. FAUP (2008-09)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Projeto 1 (Propedêutico, Abstrato)	Projeto 2 (Cidade Consolidada)	Projeto 3 (Habitação, Repetição)	Projeto 4 (Equipamento, Exceção)	Projeto 5 (Desenho Urbano)
Teoria Geral da Organização do Espaço (Teórico-Prático: o espaço, conceitos, vocabulário)	Teoria 1 (Desenvolvimento da teoria, incidência no século XX)	Teoria 2 (prática: Projeto, investigação, escrita (palavra) e desenho)	Teoria 3 (Espaço público)	Território e Formas Urbanas (Articulado a Projeto 5)
Geografia 1	Geografia 2	Urbanística 1	Urbanística 2	Dissertação (2ºSemestre)
	História da Arquitetura Antiga e Medieval	História da Arquitetura Moderna	História da Arquitetura Portuguesa	História da Arquitetura Contemporânea
Desenho 1 (Registo gráfico manual) Geometria (Representação)	Desenho 2 (Desenho e conceção)			
	Construções 1 (Ligado a Projeto 2)	Construções 2 (Ligado a Projeto 3)	Construções 3  Sistemas Estruturais	

Notas: com base nas fichas de unidade curricular disponíveis no *site* da FAUP - [http://sigarra.up.pt/faup/pt/cur\\_geral.cur\\_planos\\_estudos\\_list](http://sigarra.up.pt/faup/pt/cur_geral.cur_planos_estudos_list).

### 3. d.ARQ-FCTUC (2008-09)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Projeto 1 (Espaço, Projeto, representação e métodos)	Projeto 2 (Instrumentos do Projeto – Cidade consolidada)	Projeto 3 (Projeto e cidade, composição e modulação, habitação)	Projeto 4 (Espaço urbano e grande equipamento - materialização)	Projeto 5 (Espaço público, cidade, infraestruturas, Arquitetura)
Introdução à Cultura Arquitetónica 1 (S1) (História das culturas do espaço)	Teoria da Arq. 1 (S1) (Arq., criatividade, instrumentos)	Teoria da Arq. 3 (S1) (Teoria, significado e história)	Cidade e Território 1(S1) (Cidade, poder e civ)	Seminário de investigação em Arq. (S1)
Introdução à Cultura Arquitetónica 2 (S2)	Teoria da Arq. 2 (S2) (Arq., ciência, arte, sociedade)	Geografia Física (S1)  Teoria da Arq. 4 (S2) (História)  Antropol do espaço (S2) (Cultura e território)  Geografia Urbana (S2)	Projeto Urbano 1 (S1) (Cidade, ambiente, poder e cultura)  Cidade e Território 2(S2) (Urbanística)  Projeto Urbano 2 (S2) (Sistemas urbanos e outras estruturas produtivas espaciais)	Dissertação (S2)
História da Arq. Antiga e Medieval 1 (S1)	História da Arquitetura Moderna 1 (S1)	História da Arquitetura Contemporânea 1 (S1)	História da Arquitetura Portuguesa 1 (S1)	
História da Arq Antiga e Medieval 2 (S2)	História da Arquitetura Moderna 2 (S2)	História da Arquitetura Contemporânea 2 (S2)	História da Arquitetura Portuguesa 2 (S2)	
Desenho 1 (Represent do espaço)  Geometria (Sistemas de projeção)	Desenho 2 (Desenho como linguagem e instr criativo)  Arquitetura e Projeto digital 1 (S1)  Arquitetura e Projeto digital 2 (S2)			
Introdução à cultura construtiva (S1)	Física da Construção (S1)	Tecnologia e Qualidade das Construções (S1)	Construções 2	
Materiais de construção (S2)	Princípios de funcionamento estrutural dos edifícios (S2)	Construções 1 (S2)		

Notas: com base nas fichas de unidade curricular unidade curricular apresentadas no relatório de adequação a Bolonha.

#### 4. FAUL (2008-09)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
<p>Laboratório Arq. 1 (S1) (Abstrato. formas, composição, geometria, processo)</p> <p>Laboratório Arq 2 (S2) (Habitar. Lugar, cidade, instrumentos do Projeto)</p>	<p>Laboratório Arq. 3 (S1) (Ideia, objeto, processo. Forma, função e lugar)</p> <p>Lab Projeto Arq. 1 (S2) (Linguagem, composição. Cidade, do território ao detalhe)</p>	<p>Lab Projeto Arq. 2 (S1) (Habitação. Unidade e agregação)</p> <p>Lab Projeto Arq. 3 (S2) (Habitação coletiva. Edifício como sistema)</p>	<p>Lab Projeto Arq. 4 (S1) (Crescimento urbano. Edificado e espaço público)</p> <p>Lab Projeto Arq. 5 (S2) (Reabilitação, requal, renovação)</p>	<p>Lab Projeto Arq. 6 (S1) (Crescimento urbano. Edificado e espaço público)</p>
<p>Cultura da Arq. e da cidade (S1) (Contemporaneidade)</p> <p>Geografia Física (S1)</p> <p>Antropol do espaço (S2) (formas de habitar e apropriação do espaço)</p>		<p>Teoria da Arq. (S1) (Especificidade da Arq.)</p> <p>Urbanismo (S2)</p> <p>Geografia Urbana (S1)</p> <p>Arq. Paisagista (S2)</p> <p>Sociologia (S2)</p>	<p>Teoria do Lugar (S1) (lugar, tempo, identidade, poética)</p> <p>Planeamento Urb (S1)</p>	<p>Gestão Urbanística (S1)</p> <p>Economia (S1)</p> <p>Seminários PFM (S2)</p> <p>Dissertação – PFM (S2)</p>
<p>História da arte contemporânea (S2) (Contemporaneidade, arq e as artes)</p>	<p>História da Arq. clássica e medieval (S1)</p> <p>História da Arq. da época moderna (S2)</p>	<p>História da Arq. e do Urbanismo da época contemporânea (S2)</p>	<p>História da arq em Portugal (S2)</p>	
<p>Desenho 1 (S1) (desenho, expressão e comunicação)</p> <p>Geometria descritiva e conceptual 1 (S1)</p> <p>Desenho 2 (S2) (Morfologia, composição e configuração)</p> <p>Geometria descritiva e conceptual 2 (S2)</p>	<p>Desenho arq 1 (S1) (representação do espaço)</p> <p>Proc de computação (S1)</p> <p>Desenho arq 2 (S2) (representação do espaço)</p> <p>Modelação trid (S2)</p>		<p>Modelação geométrica (S2)</p>	
<p>Matemática (S1)</p> <p>Materiais 1 (S2)</p>	<p>Materiais 2 (S1)</p> <p>Física das construções e ambiente (S1)</p> <p>Edificações 1 (S2)</p> <p>Estática (S2)</p>	<p>Edificações 2 (S1)</p> <p>Res dos Materiais (S1)</p> <p>Edificações 3 (S2)</p> <p>Estruturas (S2)</p>	<p>Edificações Especiais (S1)</p> <p>Sist Estruturais (S1)</p> <p>Conservação, restaure e reabilitação (S2)</p> <p>Tecnologias da reabilitação (S2)</p>	<p>Gestão Projeto e obra (S1)</p> <p>Conforto Ambiental (S1)</p>

Notas: com base no Mapa Síntese da Adequação curricular no relatório de adequação a Bolonha (peça G.2).



## 5. ISCTE-IUL (2007-08)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Arquitetura 1 (S1) (Espaço, forma, abstrato)	Arquitetura 3 (S1) (Cidade, contexto, habitação)	Arquitetura 5 (S1) (Cidade, contexto habitação e equipamento coletivo)	Projeto Arq. 1 (S1) (Estrutura urbana, grande equipamento e espaço público)	Projeto Final Arq. (Temas contemporâneos – Projeto final)
Arquitetura 2 (S2) (Espaço, forma, abstrato)	Arquitetura 4 (S2) (Cidade, contexto habitação)	Arquitetura 6 (S2) (Cidade, contexto habitação e equipamento coletivo)	Projeto Arq. 2 (S2) (Estrutura urbana, grande equipamento e espaço público)	
Geografia física (S2)	Projeto Urbano 1 (S1) (Relação entre estruturas naturais e construídas no território. Potencialidades)	Projeto Urbano 2 (S1) (Estratégia ecológica)  Teoria da arq contemporânea (S1) (Evolução da teoria na Arquitetura ocidental contemporânea)  Geografia Urbana (S1)  Teoria do urb contemporâneo (S2)  Sociol Urbana (S2)	Projeto Urbano 3 (S1) (Apoio a Projeto. Análise territorial)  Economia Urbana (S1)  Ecologia e Território (S2)	Gestão Urbana (S1) (Projeto e licenciamento)  Dissertação (S2)
História da Arq. 1 (S1)  História do Urb 1 (S2)	História da Arq. 2 (S1)  História do Urb 2 (S2)		História da arq Portuguesa (S1)  Hist da cidade Portuguesa (S2)	
Desenho 1 (S1) (Observação, análise e representação gráfica)  Geometria e composição em arq (S1) (Espaço, geometria, representação)  Desenho 2 (S2) (Representação de espaços)	Desenho 3 (S1) (Processos e sistemas de representação espacial)  Representação gráfica em arq 1 (S2) (ACAD)	Representação gráfica em arq 2 (S1) (ACAD – 3D)  Representação gráfica em arq 3 (S2) (ACAD - BIM)		
Materiais (S1)  Estática (S1)  Sistemas de constr (S2)  Resistência dos Materiais (S2)	Tecnologias da Construção 1 (S1)  Análise de Estruturas (S1)  Tecnologias da Construção 2 (S2)  Conceção de estrut (S2)	Tecnologias da Construção 3 (S1)  Redes e Instalações (S2)	Edificações (S1)  Conservação e restauro (S2)	Gestão de Projeto em Arquitetura (S1)  Legislação em Arquitetura (S1)

Notas: com base nas fichas de unidade curricular de vários anos letivos.

## Escolas - Planos Curriculares (2013-14)

### 1. EAUM (2013-14)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Projeto I (S1-12ects) Projeto II (S2-12ects)	Projeto III (S1-12ects) Projeto IV (S2-12ects)	Projeto V (S1-12ects) Projeto VI (S2-12ects)	Atelier 1 (S1-10ects) Atelier 2 (S2-10ects)	Atelier 3 (S1-10ects)
Movimentos da Arte e da Arq. Contemporânea (S1-5ects) Antropologia (S2-5ects)	Teoria da Arq. II (A-5ects)	Teoria da Arq. III (A-5ects) Laboratório Urbanística (A-12,5ects)	Seminário 1 (S1-5ects) Obrigatório 1 (S1-5ects) Seminário 2 (S2-5ects) Obrigatório 2 (S2-5ects)	Seminário 3 (S1-5ects) Obrigatório 3 (S1-5ects) Projeto Investigação (S1-5ects) Laboratório de Investigação: PF (S2-30ects)
Teoria da Arq. I e História da Arq I (A-5ects)	História da Arq. II (A-5ects)	História da Arq. III (A-5ects)		
Laboratório de Desenho (A-12,5ects) Geometria (A-7,5ects)	Desenho (S1-6ects) Desenho Assistido por Computador (S2-6ects)			
	Laboratório de Construção (A-5ects)	Estruturas (S1-5ects) Processos de Construção (S2-5ects)		
			Primeira Opção 1 (S1-5ects) Opção UM (S1-5ects) Primeira Opção 2 (S2-5ects) Segunda Opção 2 (S2-5ects)	Opção 3 (S1-5ects)

Notas: (1) Com base no Despacho RT/C-62/2014; (2) Prova Final pode ser Dissertação ou Trabalho de Projeto.

## 2. FAUP (2013-14)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Projeto 1 (A-21ects)	Projeto 2 (A-21ects)	Projeto 3 (A-21ects)	Projeto 4 (A-21ects)	Projeto 5 (A-21ects)
Teoria Geral da Organização do Espaço (A-9ects)	Teoria 1 (A-9ects)	Teoria 2 (A-9ects)  Urbanística 1 (A-6ects)	Teoria 3 (A-9ects)  Urbanística 2 (S-3ects)	Teoria 4 (A-9ects)  Dissertação (A-30ects)
História da Arquitetura Antiga e Medieval (A-9ects)	História da Arquitetura Moderna (A-9ects)	História da Arquitetura Contemporânea (A-9ects)	História da Arquitetura Portuguesa (A-9ects)	
Desenho 1 (A-12ects) Geometria (A-9ects)	Desenho 2 (A-6ects)			
	Construção 1 (A-9ects)	Construções 2 (A-9ects)	Construções 3 (A-9ects) Sistemas Estruturais (A-6ects)	
	Optativa A (A ou S-6ects)	Optativa B (A ou S-6ects)	Optativa C (S-3ects)	Optativa C (S-3ects)

Notas: (1) Cf. Despacho n.º 4673/2012 da Reitoria da UP; (2) Optativa A na área científica de Urbanística da UP; (3) Optativa B na área científica de Desenho da UP; (4) Optativa C em qualquer área científica da UP

### 3. d.ARQ-FCTUC (2013-14)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Projeto I (A-2x10ects)	Projeto II (A-2x10ects)	Projeto III (A-2x10ects)	Projeto IV (A-2x10ects)	Projeto V (A-2x10ects) 3 Estúdios Diferenciados
Introdução à Cultura Arquitetónica I (S1-4ects)  Introdução à Cultura Arquitetónica II (S2-4ects)	Teoria da Arq. I (S1-4ects)  Teoria da Arq. II (S2-4ects)	Teoria da Arq. III (S1-4ects)  Geografia Física (S1-4ects)  Teoria da Arq. IV (S2-4ects)  Antropologia do Espaço (S2-4ects)  Geografia Urbana (S2-4ects)	Cidade e Território I (S1-4ects)  Projeto Urbano II (S1-4ects)  Cidade e Território I (S2-4ects)  Projeto Urbano II (S2-4ects)	Seminário de investigação em Arq. (S1-8ects)  Dissertação (S2-20ects)
História da Arq. Antiga e Medieval I (S1-4ects)  História da Arq Antiga e Medieval II (S2-4ects)	História da Arquitetura Moderna I (S1-4ects)  História da Arquitetura Moderna II (S2-4ects)	História da Arquitetura Contemporânea I (S1-4ects)  História da Arquitetura Contemporânea II (S2-4ects)	História da Arquitetura Portuguesa I (S1-4ects)  História da Arquitetura Portuguesa II (S2-4ects)	
Desenho I (A-2x4ects)  Geometria (A-2x4ects)	Desenho II (A-2x4ects)  Arquitetura e Projeto Digital I (S1-4ects)  Arquitetura e Projeto Digital II (S2-4ects)			
Introdução à Cultura Construtiva (S1-4ects)  Materiais de construção (S2-4ects)	Física da Construção (S1-4ects)  Princípios de Funcionamento Estrutural dos Edifícios (S2-4ects)	Tecnologia e Qualidade da Construção (S1-4ects)  Construção I (A-2x4ects)	Construções II (A-4ects)	
				Opção Opção Opção

Notas: (1) Cf. Plano de Estudos de 2008/2009 – Relatório de Adequação a Bolonha; (2) Opções de 5º ano são escolhidas dentro de *Quadro das Unidades Curriculares Opcionais*, sendo o tempo de trabalho definido de acordo com cada unidade curricular.

#### 4. FAUL (2013-14)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Laboratório Arq. I (S1-12,5ects)	Laboratório Arq. III (S1-12,5ects)	Lab Projeto Arq. II (S1-12,5ects)	Lab Projeto Arq. IV (S1-12,5ects)	Lab Projeto Arq. VI (S1-13ects)
Laboratório Arq II (S2-12,5ects)	Lab Projeto Arq. I (S2-12,5ects)	Lab Projeto Arq. III (S2-12,5ects)	Lab Projeto Arq. V (S2-13ects)	
Cultura da Arq. e da Cidade (S1-3,5ects)	Geografia Física (S1-3,5ects)  Geografia Urbana (S2-3,5ects)	Teoria da Arq. (S1-3,5ects)  Urbanismo I (S1-3,5ects) Urbanismo II (S2-7ects)	Teoria do Lugar (S1-3,5ects)  Sociologia Urbana (S1-3,5ects)  Economia do Projeto (S2-3,5ects)	Seminários de Investigação (S1- 3,5ects)  Seminários de apoio a PFM/Dissertação (S2-8ects)  PFM/Dissertação (S2-22ects)
História da Arte Contemporânea (S2-3,5ects)	História da Arq. Clássica e Medieval (S1-3,5ects) História da Arq. da Época Moderna (S2-3,5ects)	História da Arq. na Época Contemporânea (S2-3,5ects)	História da Arq em Portugal (S2-3,5ects)	
Desenho (S1-7ects)  Geometria Descritiva e Conceptual I (S1-3,5ects)  Desenho Arquitetónico I (S2-7ects)  Geometria Descritiva e Conceptual II (S2-3,5ects)	Desenho Arquitetónico II (S1-3,5ects)  Sistemas de Representação Digital em Arq. (S1-3,5ects)  Desenho na Cidade (S2-3,5ects)	Modelação e Visualização Tridimensional em Arq. (S2-3,5ects)	Modelação Geométrica e Generativa (S1-3,5ects)	
Complementos de Matemática e Estatística (S1-3,5ects)  Materiais (S2-3,5ects)	Edificações I – Elementos de Suporte (S1-3,5ects)  Física das construções e ambiente (S2-3,5ects)  Edificações II- Revestimentos e Materiais (S2-3,5ects)	Edificações III-Redes e Instalações Técnicas (S1-3,5ects)  Conforto Ambiental (S1-3,5ects)  Estática (S1-3,5ects)  Estruturas I (S2-3,5ects)	Inovação Tecnológica e Novos Materiais (S1-3,5ects)  Estruturas II (S1- 3,5ects)  Conservação, Restauro e Reabilitação (S2- 3,5ects)  Tecnologias de Reabilitação e Conservação (S2-3,5ects)	Edificações IV-Apoio ao Projeto (S1-3,5ects)  Sistemas Estruturais e Construtivos (S1-3,5ects)  Eficiência Energética e Ambiental (S1-3,5ects)
			Optativa de Especialização (S-1,5ects) Optativa de Especialização (S-1,5ects)	Optativa de Especialização (S-1,5ects) Optativa de Especialização (S-1,5ects)

Notas: (1) Cf. Despacho nº7513/2013 do Reitor da UL; (2) Projeto Final de Mestrado é um Projeto e Dissertação um trabalho escrito, o aluno pode optar por um dos formatos, mediante aprovação de Plano de Trabalhos por Comissão do 2º Ciclo.

## 5. ISCTE-IUL (2013-14)

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Arquitetura I (S1-12ects)	Arquitetura III (S1-12ects)	Arquitetura V (S1-12ects)	Projeto Arq. I (S1-12ects)	PFA (A-45ects)
Arquitetura II (S2-12ects)	Arquitetura IV (S1-12ects)	Arquitetura VI (S1-12ects)	Projeto Arq. II (S1-12ects)	
Cultura Arquitetónica (S1-3ects)	Projeto Urbano I (S1-3ects)	Projeto Urbano II (S1-3ects)	Projeto Urbano III (S1-6ects)	Gestão Urbana (S1-3ects)
Geografia Física (S2-3ects)	Geografia Urbana (S2-3ects)	Teoria da Arq Contemporânea I (S1-3ects)	Economia Urbana (S1)	
		Teoria da Arq Contemporânea II (S1-3ects)	Ecologia e Território (S2)	
	História da Arq.e da Cidade I (S1-3ects)		História da Arq Portuguesa (S1-6ects)	
	História da Arq.e da Cidade II (S1-3ects)		História da Cidade Portuguesa (S2-6ects)	
Desenho I (S1-6ects)	Desenho III (S1-6ects)	Gramáticas da Composição e Representação III (S2-6ects)		
Gramáticas da Composição e Representação I (S1-3ects)	Desenho, Composição e Produção Gráfica (S2-6ects)		Representação gráfica em arq 3 (S2) (ACAD - BIM)	
Desenho II (S2-6ects)				
Gramáticas da Composição e Representação II (S2-3ects)				
Materiais em Arq (S1-3ects)	Tecnologias da Construção I (S1-3ects)	Tecnologias da Construção III (S1-3ects)	Arq. Ambiente e Sustentabilidade (S1-6ects)	
Estruturas I (S1-3ects)	Estruturas III (S1-3ects)	Física das Construções (S2-6ects)	Conservação e Reabilitação de Edifícios (S2-6ects)	
Sistemas de Construção (S2-3ects)	Tecnologias da Construção II (S2-3ects)			
Estruturas II (S1-3ects)	Estruturas IV (S2-3ects)			
		Optativa (QAC) (S1-3ects)	Optativa (QAC) (S1-3ects)	Optativa (QAC) (S1-3ects)
		Optativa (CT) (S1-3ects)		Optativa (QAC) (S1-3ects)

Notas: (1) Cf. Plano de Estudos de 2010/2011; (2) Optativas: Competências Transversais e Quadro de Alternativa Curricular.

## Escolas – Estrutura e Conteúdo de Projeto (2008-09 e 2013-14)

### 1. EAUM (2008-2009; 1ºCiclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
Projeto 1 S1	Projeto I visa iniciar o aluno na compreensão e manipulação do espaço enquanto entidade abstrata. Em exercícios nos quais a "realidade" é reduzida à sua condição métrica, o aluno experimenta conformar espaços, primeiro de modo puramente intuitivo e depois, progressivamente, adquirindo consciência dos fatores valorativos desses espaços. A disciplina cumpre um papel introdutório também em relação aos aspetos metodológicos do projeto de arquitetura, designadamente no que respeita à utilização de maquetas, à capacidade de desenhar e à representação rigorosa.	Espaço Abstração Massa Métrica Articulação Manipulação Representação	Teórica e Prática Laboratorial  Avaliação: a) Com carácter de continuidade, enquanto crítica individual e coletiva aos trabalhos teóricos e práticos em curso; b) Com carácter pontual, enquanto crítica comparada em ocasiões específicas da elaboração dos trabalhos; c) Em duas avaliações durante o semestre, com atribuição de classificações, fazendo a última o balanço conclusivo do aproveitamento do estudante.	- Interpretar o espaço enquanto entidade abstrata, qualificada pelo domínio da medida; Relacionar, através da construção espacial, o próximo e o longínquo, o cheio e o vazio, o interior e o exterior. - Relacionar diferentes espaços por articulação e por sequência; - Manipular elementos físicos com vista à definição intencional de espaço; - Experimentar modalidades simples de representação bi e tridimensional enquanto instrumentos elementares de registo da forma; ter consciência de diferentes escalas de abordagem.
Projeto 2 S2	Domínio dos instrumentos elementares de investigação do projeto de arquitetura, nomeadamente a representação bi e tridimensional da forma - com vista a considerar contextos reais de intervenção, a configurar e articular espaços, a interpretar um programa simples, definindo sínteses formais e conceptuais fundamentadas. Propõe-se uma abordagem do projeto a partir da relação que se estabelece entre o reconhecimento físico e preceptivo do território (tanto cidade, como contextos mais puramente topográficos) e a intervenção localizada. Promove-se a experimentação de sistemas diferenciados de configuração espacial, tais como redes de circulação linear e repetição modular.	Território Espaço Forma Sistema Programa Desenho	Teórica e Prática Laboratorial  Avaliação: a) Com carácter de continuidade, enquanto crítica individual e coletiva aos trabalhos teóricos e práticos em curso; b) Com carácter pontual, enquanto crítica comparada em ocasiões específicas da elaboração dos trabalhos; c) Em duas avaliações durante o semestre, com atribuição de classificações, fazendo a última o balanço conclusivo do aproveitamento do estudante.	- Interpretar as características físicas e preceptivas do território (tanto cidade, como contextos mais puramente topográficos) com vista a fundamentar uma intervenção localizada. - Caracterizar a forma e o espaço a partir da definição dos seus atributos (alto, baixo, grande, pequeno, estático, dinâmico...) e das suas inter-relações (equilíbrio, contraste, movimento, ritmo, justaposição...) - Aplicar e experimentar sistemas de configuração espacial diferenciados, tais como redes de circulação linear e repetição modular. - Interpretar e articular um programa simples. - Dominar o desenho (projeções ortogonais e perspectiva) e a representação tridimensional em maqueta enquanto instrumentos de investigação, bem como aplicar em simultâneo diferentes escalas de abordagem do projeto.
Projeto 3 S3	Problematicar e consolidar a aprendizagem instrumental e	Território Urbano Contexto	Teórica e Prática Laboratorial	- Fundamentar as decisões projetuais com base em propósitos de relação entre elementos arquitetónicos e entre



	<p>metodológica adquirida nas UCs anteriores (Projeto I e II). Experimentação que motive uma reflexão sobre o seu entendimento dos vários momentos do ato de projetar: abordagem, conceção, registo, crítica, aprofundamento, consolidação, comunicação... Experimentação que motive os discentes a problematizar o exercício de projeto nas suas diversas componentes: território, contexto, história, forma, espaço, escala, medida, programa, movimento, acessibilidade, composição, equilíbrio, estabilidade, construção, linguagem, expressão, perceção, significado, etc.; Os temas são simplificados, são um estímulo para a evolução do trabalho e não uma limitação ao projeto. A estratégia de registo gráfico e apresentação do projeto será também assumida como campo experimental.</p>	<p>História Significado Forma Estrutura Escala Representação</p>	<p>Avaliação: - Crítica individual e coletiva aos trabalhos teóricos e práticos do curso; - Crítica comparada em ocasiões específicas da elaboração dos trabalhos; - Duas avaliações formais durante o semestre, com atribuição de classificações, fazendo a última o balanço conclusivo do aproveitamento do estudante.</p>	<p>estes e o território de intervenção interpretado a partir das suas características físicas e preceptivas. - Articular um grupo simplificado de funções de carácter urbano com o valor plástico do conjunto, no âmbito dos sistemas de relações criados e do domínio da presença da intervenção no espaço urbano e territorial. - Associar uma solução formal e espacial a um princípio estrutural básico. - Utilizar uma grande diversidade de escalas de representação em simultâneo como instrumento de pesquisa.</p>
Projeto 4 S4	<p>Um dos temas de Projeto 3 – <i>Plan Obus</i> – e uma viagem – Rota de Le Corbusier pelo sul de França –, Projeto IV propõem a reinterpretção da área de uma Unidade de Habitação de Le Corbusier em unidades menores, sobre uma parcela do Capitólio de Chandigarh. Exercício sobre o tema de ‘Figurantes’, palavra do teatro que procura expressar uma alternativa à tradicional dualidade ‘Figura/Fundo’. ‘Figurante’ é também entendido como um elemento urbano de escala intermédia, articulando duas escalas – a do tecido urbano e a do fogo. 5 Fases curtas: 1. Encenação genérica - escala 1:5000 a escala 1:2000: Interpretação da área e dados de intervenção; áreas a densificar e áreas a libertar; morfologia genérica da proposta.</p>	<p>Habitação Coletiva Urbano Doméstico Quarteirão Fogo Usos Vida</p>	<p>Teórico-prática</p>	<p>Projeto IV tem como núcleo temático de experimentação a habitação coletiva interpretada enquanto elemento de relação entre tecido urbano e espaço doméstico. Propõe-se uma abordagem em que a forma urbana dê resposta às condições particulares de um contexto heterogéneo e que o espaço doméstico atenda à condição genérica de diversidade de modos de vida.</p>

	<p>2. Hipóteses de figurantes para a encenação genérica - escala 1:2000 a escala 1:500: A relação entre a unidade/figurante e a 'textura' do grupo; proximidades e afastamentos; público e privado.</p> <p>3. Composição de um figurante e variações - 1:100 a escala 1:50: Relação entre composição formal e modo de agregação do programa; sistema de acessos/circulação e sua relação com projeto de solo; definição e organização do espaço doméstico.</p> <p>4. Composição da massa total - escala 1:200: síntese e aprofundamento das fases anteriores; modulação estrutural e infraestrutural</p> <p>5. Ensaio final - da escala 1:5000 à escala 1:50: Revisão final e comunicação do projeto</p>			
Projeto 5 S5	<p>Um equipamento - Centro Ecuménico, um cliente específico - Diocese de Braga, um contexto urbano concreto - Campus de Gualtar, fase de "estudo prévio".</p> <p>4 Fases:</p> <p>1ª - Diagrama programático vs. Contingências urbanas e sociais: Diagramas de valências para um programa base do projeto.</p> <p>2ª - Diagrama programático vs. contingências urbanas e sociais vs. Morfologia: Paisagem urbana em que se insere. Articular diferentes relações de proximidade e distância que contribuam para uma requalificação do espaço público envolvente e reivindicar o objeto como referência no perfil da cidade.</p> <p>3ª - Morfologia vs. Suporte: Introduza a ideia de suporte no projeto, ou estrutura, como se ambos fossem um único organismo.</p> <p>Quarta fase - Síntese e comunicação, ou o Estudo prévio.</p>	<p>Paisagem</p> <p>Investigação</p> <p>Equipamento</p> <p>Composição</p> <p>Significado</p> <p>Estrutura</p> <p>Representação</p> <p>Escalas</p> <p>Profissional</p>	<p>Teórico-prática</p> <p>Acompanhamento individual e discussão coletiva e comparativa pontual.</p> <p>Registo permanente em caderno ou folhas soltas da evolução do trabalho.</p>	<p>Propõe-se que o aluno desenvolva: processos de investigação sobre a forma e o espaço a partir do estabelecimento de relações entre o contexto próximo e a noção de paisagem urbana; sensibilidade à construção de um equipamento significativo e acessível; processos de desenho que associem premissas de composição espacial a princípios estruturais de edifícios; domínios sobre o registo e representação de um mesmo projeto em diferentes momentos, escalas, de síntese do mesmo.</p> <p>Contacto com cliente específico - aproximando-se da realidade profissional.</p>

<p>Projeto 6 S6</p>	<p>2 Exercícios práticos, articulam de diferentes escalas na conceção do projeto:</p> <p>1. Exercício com um carácter laboratorial e experimental, visa a articulação entre espaço e a luz zenital.</p> <p>2. Um equipamento, inserido entre duas empenas da malha urbana do centro histórico de Guimarães em confronto e articulação entre o - espaço público existente - e o interior de um quarteirão - espaço privado a projetar.</p> <p>O 2º exercício estrutura-se em 4 fases:</p> <p>1- (escalas 1:500, 1:200 e 1:100) O edifício como definidor das relações entre o espaço público e privado na cidade: a envolvente próxima como desafio ao projeto e não como condicionante. O corte da rua ao logradouro através do edifício.</p> <p>2- (escalas 1:500, 1:200 e 1:50) O programa como organizador das relações entre interior e exterior. A luz natural como elemento definidor do espaço. A materialidade da arquitetura.</p> <p>3- (escalas 1:500, 1:200, 1:50, 1:20 e 1:5). O sistema construtivo e estrutural e a ideia do projeto. A construção dos elementos de relação exterior\interior. O corte do pormenor (cerramento e pavimento).</p> <p>4- (escalas 1:500, 1:200, 1:50, 1:20 e 1:5). A síntese e a comunicação do projeto.</p> <p>A proposta final é síntese simultânea das diferentes escalas trabalhadas, entendendo o projeto como operação técnica, funcional, espacial e plástica.</p>	<p>Programa Complexidade Interpretar Manipular Flexibilidade Polivalente Agregação Estratégia Comunicação</p>	<p>Teórico-prática</p> <p>Acompanhamento individual e apresentação e discussão coletiva.</p>	<p>Propõe-se, com o exercício prático e com as aulas teóricas temáticas, que o aluno:</p> <p>Domine a interdependência entre as várias escalas de abordagem (até à escala do pormenor)</p> <p>Interprete criticamente um programa complexo focando aspetos tais como publico e privado, flexibilidade e polivalência, espaço interior e exterior urbano.</p> <p>Associe a definição e agregação dos espaços a uma opção de um sistema construtivo.</p> <p>Domine estratégias de comunicação do projeto (meios gráficos e verbais).</p>
-------------------------	---	---	--	--

Notas: Tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2008/2009. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização da FUC: Regime (temporal); Tipo (obrigatória ou optativa); Programa; Pré-requisitos (UC); Resultados de Aprendizagem; Bibliografia; Docentes; Carga horária; Métodos de ensino; Métodos de avaliação; Língua de instrução; Créditos ECTS.

## 1.1 EAUM (2008-2009; 2ºCiclo)

Atelier	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
IA S1	<p>Atelier Paisagem</p> <p>1 Exercício: reorganização de um território “periurbano” dilacerado pelo impacto de novas infraestruturas rodoviárias e por uma transformação gradual e não planeada do uso do solo. Partindo de um caso específico no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Guimarães – a zona de Silvaes – analisar a complexidade deste lugar no sentido de encontrar uma resposta capaz de compatibilizar as expectativas de desenvolvimento urbano com um planeamento equilibrado e responsável. Desenvolvimento de uma estratégia territorial faseada, elaboração de um programa sensível às questões da acessibilidade e da ocupação do solo e um projeto de arquitetura que exemplifique um modelo de adequação à estratégia proposta.</p>	<p>Paisagem</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>História</p> <p>Ucronia</p> <p>Representação</p> <p>Projeto</p> <p>Argumentação</p>	<p>A Unidade Curricular é estruturada essencialmente em aulas práticas que terão como objetivo o acompanhamento contínuo e individual do exercício proposto. É aconselhado ao aluno o registo permanente do desenvolvimento do trabalho. Pontualmente fasear-se-ão sessões coletivas de exposição e crítica comparativa do desenvolvimento dos trabalhos. Estas aulas serão complementadas com as aulas teóricas do Seminário Paisagem, que proporcionará um enquadramento do tema a partir de obras construídas, projetos ou outras referências multidisciplinares.</p> <p>Acompanhamento individual e exposição coletiva.</p>	<p>Selecionar ferramentas de Investigação específica: Paisagem, Sustentabilidade ou História e Ucronia; Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese; Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete / modelo virtual; Explicar e argumentar sobre exercício projetual realizado</p>
IB S1	<p>O objetivo da Unidade Curricular é o estudo de mecanismos de conforto adaptativos em relação com as condicionantes climáticas, programáticas e operacionais para diferentes tipologias arquitetónicas e ambientes urbanos.</p> <p>1º Exercício: projeto de um edifício de serviços, focando aspetos de iluminação natural, sistemas de aquecimento e arrefecimento passivos, sustentabilidade das técnicas e materiais, outros meios e aplicações de energias renováveis; materiais novos e tradicionais, a sua ecologia e desempenho. Com apoio das UCs teóricas Obrigatória 1 e Seminário 1.</p> <p>Colaboração com a área de Engenharia Civil. Utilização de <i>software</i> e metodologias de análise de sustentabilidade</p>	<p>Sustentabilidade</p> <p>Edificação</p> <p>Representação</p> <p>Projeto</p> <p>Experimentação</p> <p>Argumentação</p>	<p>Trabalho individual, mas com uma componente coletiva.</p> <p>1ª Fase (escalas 1:500, 1:200 e 1:50). A “Sustentabilidade” como elemento organizador do espaço e programa.</p> <p>2ª Fase (escalas 1:500, 1:200, 1:50, 1:20 e 1:5). O sistema de fachada/cobertura enquanto elemento regulador energético, inspirador da ideia do projeto. O corte do pormenor (fachada e cobertura).</p> <p>A proposta final deverá incidir numa síntese que implica o trabalho simultâneo das diferentes escalas trabalhadas e no rigor dos elementos de apresentação,</p>	<p>Selecionar ferramentas de Investigação específica em Sustentabilidade; Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese; Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete / modelo virtual; Explicar e argumentar sobre o exercício projetual realizado.</p>

	<p>introduzidas nas UCs teóricas serão testadas e os respetivos conceitos aplicados e consolidados através de exercícios semanais de projeto que irão gradualmente apoiar a definição do edifício proposto. Serão disponibilizados laboratórios na Escola de Arquitetura e em Departamentos da Escola de Engenharia para a construção de modelos à escala reduzida que permitirão ensaiar funcionalmente os componentes propostos</p>		<p>questionando o entendimento do projeto como uma abordagem holística onde convergem aspetos técnicos, funcionais e plásticos.</p>	
<p>1C S1</p>	<p>História e Ucrónia Reconhecimento do território humanizado como um palimpsesto estratificado ao longo de um arco temporal secular. Ampliando o conhecimento sobre a circunstância do património histórico herdado e discutindo as hipóteses de intervenção contemporânea em espaço de indiscutível valor arquitetónico, o estudante interpreta criticamente essa condição enquanto problema disciplinar. O exercício decorre em situação de tecido edificado consolidado e em uso pleno, de forma a evidenciar as questões de recontextualização urbana que uma operação deste tipo necessariamente implica.</p> <p>Fases: - Programa Base - Projeto</p> <p>Projeto de reutilização de um edifício com reconhecida importância patrimonial. Este exercício desenvolver-se-á analisando e incluindo distintas modalidades de procedimento, como a conservação, o restauro e a nova edificação. A proposta final constituirá uma síntese que, abordando diversas escalas projetuais definirá, também, o (s) sistema (s) construtivo (s) adequados à solução preconizada.</p>	<p>História Ucrónia Território Interpretação Manipulação Argumentação</p>	<p>Teórico-Prático. Crítica individual e coletiva aos trabalhos.</p>	<p>- Interpretar e analisar projetos tendo em consideração o pensamento e a forma de desenhar do passado; - Projetar a partir do pensamento e da forma de desenhar do passado; - Demonstrar versatilidade e conforto na integração das ferramentas da história (s) e/ou teoria (s) da arquitetura no projeto; - Manipular o desenho nas temporalidades específicas do Atelier.</p>
<p>2A S2</p>	<p>Território</p>	<p>Território Paisagem</p>	<p>Teórico-Prático.</p>	<p>-Identificar a transversalidade de escalas na interpretação das condições</p>

	<p>1 Projeto em que a “construção da paisagem” - no sentido lato, de artefacto, em que os elementos naturais e artificiais atuam como um todo.</p> <p>Os estudantes trabalharão a “paisagem anódina” do disperso (incidindo preferencialmente na esfera do espaço público e/ou coletivo), detetando as potencialidades desse território heterogéneo e definindo estratégias de intervenção que não só regulem como confirmem sentido urbano – formal, de uso e simbólico - a esse complexo e multiforme assentamento.</p> <p>A deteção dos catalisadores de urbanidade, a proposta de criação de condensadores que atribuam significado e qualificação espacial e, ainda, o tratamento de nódulos urbanos com capacidade de induzir efeitos e/ou polarizar atividades, conduzirão à elaboração da proposta, que percorrerá a “cidade alargada” considerando, em simultâneo e a escalas diversas, zonas rarefeitas ou saturadas, aglomerados em formação e centralidades sedimentadas.</p>	<p>Ferramentas</p> <p>Programa</p> <p>Agentes</p> <p>Disciplinar</p>	<p>Uma metodologia de trabalho que pretende incluir as perspetivas simultâneas das abordagens paisagística, arquitetónica e urbanística, não estabelecendo dicotomias artificiais entre estes campos da atividade projetual, a “cidade alargada” será observada, entendida e redesenhada do ponto de vista da “arquitetura do território”.</p> <p>Crítica individual e coletiva aos trabalhos.</p>	<p>e processos de transformação do território difuso;</p> <p>-Aplicar diferentes ferramentas - tempo, programa, incerteza e desenho - na construção da estratégia de intervenção no território;</p> <p>-Selecionar o que se desenha e o que não se desenha articulando programa e os seus agentes;</p> <p>-Identificar num modelo "sem referências" novas oportunidades que enriquecem o "conhecimento disciplinar".</p>
2B S2	<p>Inovação e Tecnologia</p> <p>1 Exercício prático que tem como objetivo a compreensão da importância da construção e tecnologia nas decisões da atividade projetual. O exercício prático abordará as decisões do sistema estrutural, do sistema construtivo, do processo construtivo, dos elementos construtivos articulados com o conceito de projeto, com o lugar, com os processos construtivos existentes, com a performance e sustentabilidade pretendida.</p>	<p>Inovação</p> <p>Tecnologia</p> <p>Construção</p> <p>Ideia</p> <p>Sistemas</p> <p>Argumentação</p>	<p>Esta é uma unidade curricular essencialmente prática. Todas as semanas será abordado um tema de análise na aula com repercussão imediata no exercício das aulas práticas. O trabalho prático deverá ser realizado semana após semana, de forma gradual e cumulativa. Há medida que os temas são abordados o trabalho ficará paulatinamente concluído pelo que o trabalho final constituir-se-á pela soma dos contributos das diferentes semanas de trabalho.</p>	<p>-Selecionar ferramentas específicas da área da construção que contribuem e participam na construção da ideia projetual articulando com o contexto em que se insere.</p> <p>-Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese.</p> <p>-Explicar e argumentar sobre o exercício projetual.</p>
2C S2	<p>Manifestos e Utopias</p> <p>1 Exercício prático: procura individual de formas de habitar. Entende-se como manifesto e utopia a expressão do desejo</p>	<p>Manifestos</p> <p>Utopias</p> <p>Investigação</p> <p>Análise</p> <p>Projeto</p>	<p>A UC é estruturada essencialmente em aulas práticas, com acompanhamento</p>	<p>- Selecionar ferramentas de Investigação específica: Território, Inovação e Tecnologia ou Manifestos e Utopias;</p>

	<p>ilimitado no projeto de casa própria. A «casa de sonho», a construção de um projeto arquitetónico que expresse a especificidade identitária de cada aluno (especificidade de género, de carácter, de cultura...) na procura de uma suposta originalidade. A menor distância entre autor e obra por oposição a uma prática comprometida com as tendências do mercado imobiliário e as tendências estéticas do mercado editorial. Fuga à ingenuidade de uma liberdade criativa total, pela condicionante aos argumentos e linguagem da própria razão. Entre a intuição e a intenção, procura-se ultrapassar preconceitos em benefício de um compromisso entre o ser e o objeto da sua representação. Procura-se dar resposta ao cliente mais exigente: o próprio arquiteto.</p>	<p>Metodologia Argumentação</p>	<p>contínuo e individual do exercício. Haverá sessões coletivas de exposição e crítica comparativa do desenvolvimento dos trabalhos. Estas aulas serão complementadas com as aulas teóricas do Seminário Manifestos e Utopias, que proporcionará um enquadramento do tema Habitar a partir de obras construídas, projetos ou outras referências multidisciplinares.</p>	<p>- Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese; - Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete / modelo virtual; - Explicar e argumentar sobre exercício projetual realizado.</p>
<p>3A S3</p>	<p>Espaço Público 1 Exercício prático: compreensão do impacto das decisões do desenho no espaço público, nas atividades humanas urbanas, na cidade e nos sistemas urbanos. Transformação dos espaços urbanos na cidade de Guimarães nos seus diferentes contextos (periurbano, suburbano e urbano), reconhecendo os usos do espaço público, do edificado, densidade, deslocações urbanas, privatização do espaço público e sustentabilidade urbana</p>	<p>Espaço Público Tempo Manutenção Desenho Flexibilidade</p>	<p>Execução de um projeto de desenho urbano, acompanhado pelos docentes e articulado com seminário 3A” Espaço Publico”.</p>	<p>- Relacionar a conceção do espaço público nas suas diferentes escalas. - Compor o projeto do espaço público na conceção do sistema de espaços coletivos. - Explicar a potencialidade dos programas contemporâneos na programação e conceção dos novos espaços coletivos. -Relacionar o tempo e a manutenção como elementos fundamentais no projeto do espaço publico. - Especificar as “ medidas” do desenho do espaço público que potenciem flexibilidade no seu uso.</p>

Notas: Tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2008/2009. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização da FUC: Regime (temporal); Tipo (obrigatória ou optativa); Programa; Pré-requisitos (UC); Resultados de Aprendizagem; Bibliografia; Docentes; Carga horária; Métodos de ensino; Métodos de avaliação; Língua de instrução; Créditos ECTS.

## 2. EAUM (2013-2014; 1º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
Projeto 1 S1	<p>O espaço enquanto entidade abstrata.</p> <p>A partir de exercícios onde a realidade é reduzida à sua condição métrica, pretende-se que o aluno experimente conformar, relacionar e organizar espaços, primeiro de modo puramente intuitivo e depois, progressivamente, adquirindo consciência dos fatores valorativos da estrutura compositiva desses espaços que resultam do confronto entre cheios e vazios de uma possível massa construída.</p>	<p>Espaço</p> <p>Abstração</p> <p>Intenção</p> <p>Arte</p> <p>Formalização</p> <p>Discurso</p> <p>Programa</p> <p>Representação</p>	<p>Construção primeira intuitiva e depois progressivamente estruturada.</p> <p>Capacidade de “desconstruir” uma ideia à sua representação gráfica rigorosa e sistematizada.</p> <p>Consciência do projeto como processo de permanente aferição.</p> <p>Desenho à mão.</p> <p>Modelos. Aulas teóricas semanais para estruturar “corpo cultural básico”.</p> <p>Trabalho individual em duas fases. Crítica individual e comparada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Experimentar o espaço enquanto entidade abstrata, qualificada pelo domínio da medida, relacionar espaços por articulação e sequência.</li> <li>- Discutir o tipo de intencionalidade que caracteriza a arquitetura enquanto prática artística articulando formalização e discurso.</li> <li>- Relacionar interior, exterior, volumetria, topografia e paisagem.</li> <li>- Analisar e interpretar um programa.</li> <li>- Desenvolver o desenho (projeções ortogonais e perspectiva) e a representação tridimensional em maquete, enquanto instrumentos do processo de investigação projetual elementar, aplicando a progressão de escalas de abordagem</li> </ul>
Projeto 2 S2	<p>Intervenção em contexto real.</p> <p>2 Exercícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O módulo: experimentação de um sistema de agregação e repetição modular</li> <li>- O objeto arquitetónico: um processo de conceção do espaço interdependente da abordagem crítica do programa</li> </ul> <p>A sequência dos exercícios caracteriza-se por uma complexidade progressiva no que respeita quer ao entendimento do suporte - do puramente topográfico ao contexto urbano -, quer aos temas e usos, da conceção de um pequeno equipamento à requalificação de um espaço exterior urbano que inclui a criação de um objeto arquitetónico.</p>	<p>Problema</p> <p>Processo</p> <p>Território</p> <p>Forma</p> <p>Atributos</p> <p>Programa</p> <p>Estrutura</p> <p>Representação</p>	<p>A aproximação ao projeto faz-se de forma similar nos dois exercícios, numa progressão de escalas que vai do geral para o particular, desde os sistemas de definição e caracterização espacial próprios da escala 1/500 ou 1/200 até ao rigor, formal e espacial, da escala 1/50.</p> <p>Trabalho individual.</p> <p>Crítica individual e comparada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ter consciência do projeto como resultado da formulação e resolução de "problemas", articulando formalização e discurso.</li> <li>- Relacionar o reconhecimento físico e preceptivo do território/paisagem com o projeto.</li> <li>- Caracterizar a forma e o espaço a partir da definição dos seus atributos físicos (alto, baixo, grande, pequeno, estático, dinâmico...) e das suas inter-relações (equilíbrio, contraste, movimento, ritmo, justaposição...)</li> <li>- Analisar e interpretar um programa simples, articulando-o com a caracterização da forma e o dimensionamento dos espaços (de circulação, de estar, de transição entre interior/exterior e exterior/interior).</li> <li>- Associar um princípio de equilíbrio formal e espacial a princípios elementares estruturais.</li> <li>- Aplicar o desenho de projeções ortogonais e a perspectiva, articulando diferentes escalas, e dominar a utilização da maquete como instrumento simultaneamente de investigação e verificação do espaço e da forma.</li> </ul>



<p>Projeto 3 S3</p>	<p>Reflexão em torno das relações de composição entre a especificidade do particular e a lógica inconclusiva do todo.</p> <p>Exercícios confrontando o território e o espaço doméstico.</p> <p>2 Momentos: -A casa: projeto da casa a partir da territorialidade da sua estrutura funcional, em “articulação com a falsa repetição da sua presença na paisagem”. -O território: reconfigurar a territorialidade, “extrapolando a sua função e ampliando a estrutura da sua presença”.</p> <p>Definindo o doméstico enquanto ambiente aglutinador de escalas, sobrepondo o seu “carácter de refúgio ontológico à amplitude da condição social estruturante e factual que lhe é inerente”.</p>	<p>Território Urbanidade Plasticidade Estrutura Escalas Representação</p>	<p>Experimentação: Problematização do exercício de projeto. Registo gráfico como campo experimental.</p> <p>Avaliação: - A capacidade crítica e a autonomia na compreensão e resposta aos exercícios -A capacidade criativa na construção e exposição do processo de trabalho; -O rigor na representação e na composição dos elementos que servem de explicitação da proposta (desenho, maqueta, texto); - A participação relevante na atividade letiva, especialmente nas sessões de crítica coletiva; - O cumprimento, na íntegra, dos tempos de entrega e dos elementos de representação solicitados.</p>	<p>- Fundamentar as decisões projetuais com base em propósitos de relação entre elementos arquitetónicos e entre estes e o território de intervenção interpretado a partir das suas características físicas e preceptivas. - Articular um grupo simplificado de funções de carácter urbano com o valor plástico do conjunto, no âmbito dos sistemas de relações criados e do domínio da presença da intervenção no espaço urbano e territorial. - Associar uma solução formal e espacial a um princípio estrutural básico. - Utilizar uma grande diversidade de escalas de representação em simultâneo como instrumento de pesquisa</p>
<p>Projeto 4 S4</p>	<p>Experimentação a habitação coletiva interpretada enquanto elemento de relação entre tecido urbano e espaço doméstico.</p> <p>Propiciada uma abordagem projetual em que a forma urbana dê resposta às condições particulares de um contexto heterogéneo e que o espaço doméstico atenda à atual condição de diversidade de modos de vida. Será, também, estudado o tema das transversalidades urbanas explorando o entendimento do quarteirão enquanto entidade porosa, albergue de usos diversificados e articuladora dos vários níveis de espaço público, coletivo e privado, potenciadora da urbanidade intrínseca ao conceito da intervenção.</p>	<p>Habitação Identidade Linguagem Contexto Organizar Investigar Experimentar Comunicar</p>	<p>-</p>	<p>- Integrar e manusear conceitos como identidade e contemporaneidade, associados à linguagem e imagem do projeto; - Relacionar urbanística e paisagisticamente, morfológica e tipologicamente, um objeto arquitetónico na matriz real; - Organizar, hierarquizar, estruturar e articular os espaços públicos e privados, recorrendo a um programa extenso e diverso; - Identificar e proporcionar os elementos que integram o sistema construtivo, associados e integrados na ideia de arquitetura; - Aplicar sistematicamente a investigação e experimentação das diferentes escalas, apreendendo e fixando dados distintos que concorrem para a unidade/síntese da proposta de intervenção; - Desenvolver e fixar a análise e síntese final de estudos e projetos, selecionando e utilizando meios de comunicação</p>

				diversificados, nomeadamente informáticos.
Projeto 5 S5	<p>Experimentação e consolidação do método individual de projeto do aluno.</p> <p>Arquitetura enquanto síntese das diferentes etapas e escalas e o papel coordenador do arquiteto em equipas multidisciplinares.</p> <p>Objetivos parciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A proposição de formas e conceitos arquitetónicos transformadores de realidades urbanas, sociais e culturais em consolidação;</li> <li>- A interpretação crítica e exploração espacial de programas infraestruturais de grande dimensão e complexidade funcional e tecnológica;</li> <li>- A integração na ideia de arquitetura dos contributos das diversas áreas disciplinares que informam o projeto;</li> <li>- O desenvolvimento integrado da pormenorização construtiva enquanto momento de consolidação e validação da ideia inicial;</li> <li>- A extensão da matriz compositiva da proposta aos espaços exteriores envolventes e sua definição nas escalas de pormenor;</li> <li>- A síntese dos momentos e escalas que integraram o desenvolvimento da ideia de arquitetura e sua comunicação na apresentação final.</li> </ul>	<p>Metodologia Individual</p> <p>Síntese</p> <p>Forma</p> <p>Conceito</p> <p>Representação</p> <p>Construção</p> <p>Comunicação</p>	<p>Um exercício prático.</p> <p>Interpretação de uma obra arquitetónico, análise e reestruturação do tecido urbano, estratégias de intervenção morfológica, articulação volumétrica, organizações programáticas, composições espaciais, expressão sintática exterior, concetualização da estrutura de suporte, pormenorização construtiva e comunicação de conceitos arquitetónicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O desenvolvimento da capacidade de observação crítica e de proposição concetual e formal sobre territórios urbanos em fragmentação através da resolução de programas de grande complexidade funcional e tecnológica;</li> <li>- A consolidação da metodologia de projeto individual;</li> <li>- A compreensão do papel sintetizador da ideia de arquitetura na resolução dos problemas multidisciplinares que informam o projeto;</li> <li>- A introdução aos métodos construtivos e sua integração no processo arquitetónico;</li> <li>- O entendimento do papel fulcral da comunicação gráfica, tridimensional e oral na compreensão e qualificação da ideia de arquitetura.</li> </ul>
Projeto 6 S6	Idem a Projeto V	Idem	Idem a Projeto V	Idem a Projeto V

Notas: Tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2013/2014. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização da FUC: Tabela de identificação da UC (Nome; Área científica predominante; Regime; ECTS; Tipo de Ensino; Língua de instrução; Coordenador; Carga horária); Objetivos de ensino; Resultados de Aprendizagem; Pré-requisitos formais; Pré-requisitos recomendados; Programa sucinto; Bibliografia essencial; Métodos de ensino; Métodos de avaliação.

## 2.1 EAUM (2013-2014; 2º Ciclo)

Atelier	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
1A S1	<p>Paisagem</p> <p>1 Exercício prático, faseado, que tem como objetivo a reorganização de um território "peri urbano" dilacerado pelo impacto de novas infraestruturas rodoviárias e por uma transformação gradual e não planeada do uso do solo.</p> <p>Partindo de um caso específico, procurar-se-á analisar a complexidade desse lugar no sentido de encontrar uma resposta capaz de compatibilizar as expectativas de desenvolvimento urbano com um planeamento equilibrado e responsável. Será desenvolvida uma estratégia territorial faseada, a elaboração de um programa sensível às questões da acessibilidade e da ocupação do solo, e um projeto de arquitetura da paisagem que exemplifique um modelo de adequação à estratégia proposta.</p>	<p>Paisagem</p> <p>Estratégia</p> <p>Escalas</p> <p>Ferramentas</p> <p>Análises</p> <p>Representar</p> <p>Argumentar</p>	<p>Elaboração de trabalhos individuais e de grupo, de acordo com as três fases do exercício: Análise, Estratégia/Programa e Projeto. Elaboração de sínteses de cada fase através da realização de pontos de situação e de entregas formais, com apresentação e discussão no coletivo da turma e convidados.</p> <p>Realização de sessões de debate (aulas teóricas <i>in situ</i> ou na sala) sobre temas decorrentes do desenvolvimento do exercício, com convidados de diferentes áreas disciplinares.</p>	<p>A unidade Atelier 1A-Paisagem propõe a reflexão e a intervenção na Paisagem. A partir da análise de um caso de estudo, é proposto aos alunos, organizados em grupos de 4, uma reflexão que visa a criação de uma estratégia específica. É no interior da própria estratégia que se descobrem as distintas escalas, assim como, os possíveis locais de intervenção. A estratégia funda-se no olhar específico sobre a área indicada, na sua interpretação e na construção de uma ideia de intervenção</p> <p>Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Selecionar ferramentas de investigação específica em Paisagem;</li> <li>- Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese;</li> <li>- Resolver um exercício de projeto e especifica-lo sob a forma de peças desenhadas, peças escritas e maqueta / modelo virtual;</li> <li>- Explicar e argumentar sobre o exercício de projeto realizado.</li> </ul>
1B S1	<p>Sustentabilidade</p> <p>Projeto de uma unidade piloto de introdução à agricultura de subsistência. Esta será composta por 1 Estúdio T0 desmontável e transportável com 36m2 de área bruta (expansível em função das necessidades dos agregados familiares) e 1 Anexo de apoio à atividade agrícola com 36m2 (igualmente expansível). Deverá ser definida a implantação dos módulos no local de intervenção e a área de cultivo para suprir o máximo possível de necessidades dos ocupantes do módulo. Os Estúdios deverão futuramente poder vir a ser disponibilizados como turismo rural de baixo custo, devendo</p>	<p>Sustentabilidade</p> <p>Social</p> <p>Económica</p> <p>Ambiental</p> <p>Território</p> <p>Materiais</p> <p>Sistemas</p> <p>Conforto</p> <p>Clima</p> <p>Investigar</p> <p>Analisar</p> <p>Representar</p> <p>Argumentar</p>	<p>O trabalho será desenvolvido em duas fases com acompanhamento individual, sendo durante a primeira fase desenvolvido um exercício inicial de análise em grupo. Os exercícios desenvolvem-se em articulação com as UCs de Seminário Sustentabilidade e Obrigatória QAI. Haverá sessões coletivas pontuais a apresentar pelo docente e convidados que tratarão temas relevantes para os exercícios em desenvolvimento. Serão solicitadas aos discentes a elaboração de sínteses projetuais nos pontos de situação e nas entregas</p>	<p>O objetivo da Unidade Curricular Atelier 1 – Sustentabilidade, é o estudo de soluções arquitetónicas que conjuguem numa forma harmoniosa aspetos sociais, económicos e ambientais, incidindo quer sobre a organização do território, quer sobre a escolha dos materiais e estratégias na definição dos sistemas construtivos, tendo em conta as consequências e interação dos mesmos com os mecanismos de conforto (preferencialmente adaptativos) em relação com as condicionantes climáticas, programáticas e operacionais.</p> <p>Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Selecionar ferramentas de Investigação específica em Sustentabilidade;</li> <li>-Analisar sistemas escolhidos tendo em</li> </ul>

	<p>para isso ser facilmente desmontados e dessa forma poder ser transportados para outro local, se necessário. Deverão igualmente poder albergar outros usos, ficando ao critério dos discentes a definição programática para seis módulos adicionais, que possa estabelecer alguma interação entre utentes e visitantes e que possam servir para melhor ilustrar as preocupações de sustentabilidade tidas na proposta</p>		<p>formais, com apresentação individual e discussão coletiva.</p>	<p>vista a realização de um exercício projetual de síntese; -Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete/modelo virtual; -Explicar e argumentar sobre exercício projetual realizado.</p>
IC S1	<p>História e Ucronia</p> <p>Numa primeira fase e a partir de premissas fornecidas o estudante desenvolverá, em trabalho de grupo, um Programa Base que orientará a posterior elaboração, individual, de um projeto de reutilização de um edifício com reconhecida importância patrimonial – no presente semestre, o Convento de São Francisco, localizado na freguesia de Real, concelho de Braga. Uma ‘encomenda’ efetuada pela Unidade de Arqueologia da UM relativa a uma hipótese de futuras instalações dará suporte ao Exercício, que se desenvolverá analisando e incluindo distintas modalidades de procedimento, como a conservação, o restauro e a nova edificação. A proposta final constituirá uma síntese que, abordando diversas escalas projetuais definirá, também, o (s) sistema (s) construtivo (s) adequados à solução preconizada. Centrado embora no objeto de intervenção, o projeto terá ainda, como propósito, refletir sobre os efeitos da intervenção na envolvente próxima e longínqua, devendo o desenho incluir propostas que concorram para a requalificação do espaço público e coletivo nas áreas limítrofes.</p>	<p>História Ucronia Território Analisar Manipular Demonstrar</p>	<p>Articulação com as matérias desenvolvidas disciplinas de Seminário e Obrigatória, nomeadamente através da realização de trabalhos complementares.</p> <p>Elaboração de sínteses projetuais através da realização de pontos de situação e de entregas formais, com apresentação e discussão no coletivo da turma e convidados.</p> <p>Realização de visitas de estudo.</p>	<p>Reconhecimento do território humanizado como um palimpsesto estratificado de forma fragmentária e arritmica, ao longo de um arco temporal secular. Ampliando o conhecimento sobre a circunstância do património histórico herdado e discutindo as hipóteses de intervenção contemporânea em espaço de indiscutível valor arquitetónico, pretende-se que o estudante interprete criticamente essa condição enquanto problema disciplinar</p> <p>Consideram-se como objetivos desta UC a perceção do projeto como exercício multidisciplinar e a aproximação dos alunos ao ambiente da produção arquitetónica, pelo que se promoverá o contacto com especialistas de outras áreas do conhecimento assim como com entidades responsáveis na conservação e/ou gestão do edifício a ser objeto de estudo.</p> <p>Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Interpretar e analisar projetos tendo em consideração o pensamento e a forma de desenhar do passado;</li> <li>- Projetar a partir do pensamento e da forma de desenhar do passado;</li> <li>- Demonstrar versatilidade e conforto na integração das ferramentas da história (s) e/ou teoria (s) da arquitetura no projeto;</li> <li>- Manipular o desenho nas temporalidades específicas do Atelier.</li> </ul>

2A S2	<p>Território</p> <p>1 Exercício prático: “Aproximação ao Vale do Ave” que tem como objetivo principal ensaiar alternativas de intervenção no território difuso.</p> <p>A partir de uma área localizada na freguesia de Ronfe, Guimarães, é proposto aos alunos, uma aproximação baseada num olhar específico e na construção de uma narrativa própria que enunciará a ideia do projeto. O atelier confrontará, desde cada aproximação, distintas problemáticas do território para descobrir novas possibilidades de intervenção disciplinar (da paisagem, da arquitetura, do urbanismo) que transcendam o desenho urbano tradicional, assumam uma transversalidade de escalas e de tempos, e estimulem processos e relações (programáticas e morfológicas); para o qual pretender-se-á um projeto estratégia</p>	<p>Território</p> <p>Interpretar</p> <p>Investigar</p> <p>Articular</p> <p>Selecionar</p> <p>Representar</p> <p>Argumentar</p>	<p>A avaliação terá como base as sessões de acompanhamento dos trabalhos, a sua exposição coletiva, assim como as entregas formais. Ao longo do período serão realizados periodicamente exposições coletivas, que, para além de marcar pontos de situação, serviram para partilhar e comentar em grupo os distintos processos e objetivos de cada exercício. As entregas formais pressupõem a apresentação oral e gráfica dos trabalhos realizados</p>	<p>Entre os principais objetivos destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ver, interpretar e registar a complexidade do território a partir de uma ideia de aproximação.</li> <li>- Considerar o projeto enquanto processo de investigação que cruza distintas referências, disciplinas e explora novas ferramentas;</li> <li>- Reconhecer e trabalhar a transversalidade de escalas do território;</li> <li>- Trabalhar com o tempo enquanto ferramenta tão importante quanto o desenho na construção duma estratégia;</li> <li>- Articular as permanências e a mutação na ideia de intervenção no território contemporâneo;</li> <li>- Entender a estratégia enquanto sistema que articula distintas relações e processos</li> </ul> <p>Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Selecionar ferramentas de investigação transversais no âmbito do território, a cidade e a sua apropriação coletiva desde o projeto.</li> <li>- Desenvolver uma ideia de intervenção tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese;</li> <li>- Resolver um exercício projetual e explorar a sua representação com peças desenhadas, escritas e imagens.</li> <li>- Explicar e argumentar sobre o exercício projetual realizado.</li> </ul>
2B S2	<p>Inovação e Tecnologia</p> <p>1 Exercício prático que tem como objetivo a compreensão da importância da construção e tecnologia nas decisões da atividade projectão. O exercício prático abordará as decisões do sistema estrutural, do sistema construtivo, do processo construtivo, dos elementos construtivos articulados com o conceito de projeto, com o lugar, com os processos construtivos existentes, com a performance e sustentabilidade pretendida.</p>	<p>Inovação</p> <p>Tecnologia</p> <p>Edificado</p> <p>Sistemas</p> <p>Construção</p> <p>Performance</p> <p>Representar</p> <p>Argumentar</p>	<p>Acompanhamento individual dos trabalhos, a sua exposição coletiva assim como as entregas formais.</p> <p>A avaliação é contínua.</p> <p>As entregas formais pressupõem a apresentação oral e gráfica dos trabalhos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Selecionar ferramentas de Investigação específica Inovação e Tecnologia.</li> <li>- Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese.</li> <li>- Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete / modelo virtual.</li> <li>- Explicar e argumentar sobre exercício projetual realizado.</li> </ul>
2C S2	<p>Manifestos e Utopias</p> <p>Procurar desenvolver no aluno metodologias de projeto e análise mais sensíveis a questões relacionadas com o "conforto" e "atmosfera" a</p>	<p>Manifestos</p> <p>Utopias</p> <p>Analisar</p> <p>Sintetizar</p> <p>Representar</p> <p>Argumentar</p>	<p>Essencialmente em aulas práticas. Acompanhamento contínuo e individual do exercício proposto. É aconselhado o registo permanente do</p>	<p>Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Selecionar ferramentas de investigação específica no âmbito dos "Manifestos e Utopias";</li> </ul>

	<p>partir de um desenho personalizado de origem "interior", tentando questionar, simultaneamente, uma ideia de projeto condicionado às formas e tendências da moda.</p> <p>Esta reflexão, que ironicamente poderíamos denominar por «casa de sonho» ou «daydream house», tem como propósito desenvolver a construção de um projeto arquitetônico, supostamente original, que procure (com base em análises reflexivas de experiências empíricas e racionais de espaços formais ou informais) expressar a especificidade identitária de cada aluno no confronto inevitável das convenções socioculturais. Neste sentido, procurar-se-á a menor distância entre "autor" e "obra" por oposição a uma prática cada vez mais comprometida com regulamentações e a indústria, a especulação econômica e as tendências estéticas mediatizadas pelo mercado imobiliário e editorial.</p>		<p>desenvolvimento do trabalho constituindo um "atlas" legitimador das opções de projeto.</p> <p>Pontualmente (último dia de cada mês) haverá sessões coletivas de exposição e crítica comparativa do desenvolvimento dos trabalhos. Estas aulas serão complementadas com as aulas teóricas do Seminário Manifestos e Utopias, que proporcionarão um enquadramento do tema do "habitar" e do "espaço doméstico" a partir de bibliografia, obras construídas, projetos ou outras referências de origem multidisciplinar.</p> <p>A avaliação terá como base as sessões de acompanhamento individual, o desenvolvimento cotidiano do "atlas de parede" e a exposição e discussão coletiva dos trabalhos em pontos de situação ou entregas formais. Serão atribuídas classificações a meio e no final do exercício sendo a nota final resultado da síntese do aproveitamento do semestre. Paralelamente estimular-se-á uma avaliação coletiva e comparada dos trabalhos desenvolvidos sensibilizando o aluno para uma consciência crítica e autocrítica.</p>	<p>- Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese;</p> <p>- Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete ou modelo virtual;</p> <p>- Explicar e argumentar sobre exercício projetual realizado.</p>
3A S3	-	-	-	-
3B S3	<p>Patologia e Reabilitação</p> <p>2 Exercícios práticos que têm como objetivos comuns a compreensão dos sistemas construtivos aplicados nos edifícios, o estudo das possíveis patologias e a sua correção a partir de uma ideia construída.</p>	<p>Patologia</p> <p>Reabilitação</p> <p>Investigar</p> <p>Analisar</p> <p>Representar</p> <p>Argumentar</p>	<p>A avaliação terá como base as sessões de acompanhamento individual dos trabalhos, a sua exposição coletiva assim como as entregas formais. As entregas formais pressupõem a apresentação oral e gráfica dos trabalhos</p>	<p>- Selecionar ferramentas de Investigação específica em Patologia e reabilitação;</p> <p>- Analisar sistemas escolhidos tendo em vista a realização de um exercício projetual de síntese;</p> <p>- Resolver exercício projetual e especificar sob a forma de peças desenhadas, escritas e maquete/modelo virtual;</p>

	Os exercícios incidirão em edificações preexistentes de contextos histórico\construtivos diferentes			- Explicar e argumentar sobre exercício projetual realizado.
3C S3	Programas Emergentes Desenvolve-se em torno de temas de projeto considerados emergentes. Neste sentido, os exercícios propostos, ora se inscrevem em territórios de transdisciplinaridade, ora tratam de programas funcionais ou problemas de projeto que são “novos” no panorama da prática profissional dos arquitetos. Os estudantes passam assim por uma experiência na qual (1) a prática da arquitetura adquire um valor crítico em relação a si mesma e (2) são explorados recursos operativos <i>post-medium</i> .	Programas Emergentes Investigar Metodologias Representar Argumentar	Articulada com as UCs “Seminário: Programas Emergentes” e “Obrigatória: Crítica da Arquitetura Contemporânea”.  Prática Laboratorial, pontuada por exercícios intercalares que visam a instrução reflexiva dessa prática.	- Conhecer ferramentas de concepção/produção de um “projeto” num âmbito transdisciplinar ou <i>post-medium</i> ; - Selecionar ferramentas de concepção/produção adequadas a uma intenção específica, com vista à definição de um “projeto”; - Selecionar formas de representação ou apresentação de um “projeto”, em função da sua especificidade; - Explicar, com um discurso articulado e instruído, o “projeto”.

Notas: Tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2013/2014. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização da FUC: Tabela de identificação da UC (Nome; Área científica predominante; Regime; ECTS; Tipo de Ensino; Língua de instrução; Coordenador; Carga horária); Objetivos de ensino; Resultados de Aprendizagem; Pré-requisitos formais; Pré-requisitos recomendados; Programa sucinto; Bibliografia essencial; Métodos de ensino; Métodos de avaliação.

### 3. FAUP (2008-2009; 1º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
P1 (anual)	<p>Da intuição como elemento privilegiado na descoberta do uso das formas, à necessidade de uma racionalização sistemática que contribua para a existência de coesão entre ideia e proposta e conduza a uma pesquisa progressiva de lógica e rigor, lugar para uma abordagem geral dos aspetos construtivos.</p> <p>3 Exercícios práticos, visando objetivos complementares:            1º Exercício (fase 1): estrutura e composição (massa, vazio, ritmo, tensão, contraste, equilíbrio, unidade); dimensão, escala; tempo; luz; simbolismo; espaço construído e espaço natural.            1º Exercício (fase 2): relações espaço interno, espaço externo; elementos de fronteira; composição.            2º Exercício: aprofundamento dos conceitos de composição, medida e módulo; contextualização.            3º Exercício: interpretação de um programa; função e carácter do espaço; sensibilidade às qualidades plásticas dos materiais; introdução dos problemas construtivos.</p>	<p>Arquitetura Projeto Instrumentos Metodologia</p> <p>Estrutura Composição Espaços Contexto Programa</p>	<p>Temas vão do território até ao "objeto arquitetónico". A intuição enriquecida por uma reflexão sistemática, apoio em aulas teóricas.</p> <p>O 1º trabalho: capacidade de representação e pesquisa do espaço; papel do desenho na investigação do espaço; a utilização do processo como elemento de constante aferimento.            O 2º trabalho: a importância do contexto real; a abordagem das questões de sistematização e da ordem.            O 3º trabalho: a aproximação à metodologia do projeto; o rigor nos processos de representação do espaço.</p> <p>Desenho à mão. Modelos de conjunto. Trabalho individual e de grupo. Crítica individual e comparada.</p>	<p>- A abordagem genérica da problemática da Arquitetura;            - O domínio dos instrumentos básicos da projeção;            - A iniciação à metodologia do projeto.</p>
P2 (anual)	<p>Relação entre análise e proposta no processo de projeto. Com base no tema geral - Análise arquitetónica do contexto e opções de projeto - o lugar, o edifício e a cidade -, a exposição da matéria será assim ordenada:            1º tema - Projeto e Lugar            2º tema - Projeto e História            3º tema - Projeto, Linguagem e Construção</p> <p>1 Exercício, 3 fases complementares, programas de reduzida complexidade, contexto urbano real consolidado.            Pretende-se ensaiar metodologias de intervenção</p>	<p>Projeto Metodologia Lugar História Linguagem Construção</p>	<p>1ª Fase: totalidade da área de estudo, iniciando-se um processo de análise do contexto, de avaliação e consciencialização do programa e de apresentação de uma proposta global de intervenção, devidamente fundamentada.            2ª Fase: desenvolvimento das ações pontuais contidas na proposta global, com aprofundamento objetivado na edificação</p>	<p>- Introdução às questões de metodologia de projeto.            - Requalificação área de cidade consolidada, com proposta de edifícios de dimensão e complexidade variáveis e com programa de equipamentos e restauração. Análise do conjunto edificado, do espaço público e da cidade, recorrendo à história da arquitetura e da cidade e às metodologias de análise arquitetónica, para cada aluno construa e fundamente a sua leitura do lugar. Neste contexto, a relação arquitetónica entre novo e antigo, entre proposto e pré-existente, bem como a relação entre linguagem arquitetónica e sistemas construtivos serão objeto de reflexão durante as diversas fases de desenvolvimento do trabalho. O processo</p>



	<p>com nova construção em áreas de interesse patrimonial.</p> <p>Proposta de novos elementos em continuidade, não se aceitando ruturas ou pastiche. Projeto assenta numa análise crítica do real.</p>		<p>proposta.</p> <p>3ª Fase: aprofundamento crítico do trabalho anteriormente desenvolvido através de um processo de progressivo reajustamento e síntese entre os dois níveis de intervenção - o edifício e a cidade (espaço público/espaço coletivo).</p> <p>Desenho à mão.</p> <p>Modelos de conjunto.</p> <p>Trabalho individual.</p> <p>Crítica individual e comparada.</p>	<p>de observação do contexto deverá conduzir à identificação e caracterização dos diversos elementos e formas arquitetónicas que constituem o lugar do projeto e o seu significado na história da cidade visando a fundamentação objetiva de cada proposta de transformação. Esta deverá resultar de um processo em que o conhecimento do lugar e a capacidade crítica e criativa do aluno revelem um progressivo enriquecimento na fundamentação da proposta e no seu desenho.</p> <p>- Aprofundar a caracterização global do campo em que o arquiteto exerce a sua atividade profissional.</p>
P3 (anual)	<p>Habitação plurifamiliar. Cidade como enquadramento.</p> <p>1º Exercício: "Associação de Fogos em Habitação Plurifamiliar". Na totalidade do primeiro período, três diferentes soluções de fogos e sua agregação mediante três sistemas de distribuição: Acesso por Galeria, Acesso Vertical Múltiplo, Acesso Direto. O trabalho incide sobre as características das modalidades de associação de fogos, excluindo-se a consideração de um suporte urbano real. (escala 1:500, 1/200 e 1/50)</p> <p>2º Exercício: "Reestruturação Urbana e Completamento de uma Área em Transformação". Metade do segundo período, continuidade/complementaridade com a parte restante, assim como do terceiro período. Trata-se da realização de uma proposta de implantação urbana, de substancial extensão, obrigando à abertura de novas vias, com um programa misto, predominantemente habitacional. (Escala 1/500, 1/200).</p> <p>3º Exercício: "Edifício Habitacional Coletivo: Desenho e Construção". 3º Período, em fase única, focalizada no estudo de um dos edifícios previamente estudados no decorrer da 2ª Fase do 2º Exercício, aprofundando a sua forma geral e o seu detalhe,</p>	<p>Tipologia</p> <p>Cidade</p> <p>Espaço Público</p> <p>Linguagem</p> <p>Construção</p>	<p>Os trabalhos desenvolvem-se mediante a articulação de momentos teóricos e práticos. Nas aulas teóricas serão apresentados os exercícios a realizar, introduzidos os temas e as informações necessárias ao avanço dos trabalhos, assim como serão periodicamente efetuados exercícios coletivos inter-turmas, de apresentação, comparação e debate de resultados. Nas aulas práticas serão implementados e executados os exercícios propostos, apresentados, analisados, criticados e discutidos, em grupo ou individualmente, o progresso dos trabalhos.</p> <p>Várias representações.</p> <p>Modelos de conjunto.</p> <p>Investigação Tipológica</p> <p>Estudos Tipológicos sem local</p> <p>Implantação volumétrica num dado local.</p> <p>Desenvolver um edifício.</p>	<p>Assume como já adquiridas competências metodológicas e do manuseamento das técnicas de projeto.</p> <p>Problemática da habitação plurifamiliar como reflexão sobre os modos de habitar, como ensaio de definição de programas e elaboração de espaços-células que os reflitam, assim como o estudo dos modos e estratégias da associação destas células mediante sistemas e disposições que constituam uma articulação eficaz e potenciadora, suscetível de aportar claras mais-valias relativamente à residência individual. O estudo dos fogos, dos sistemas de distribuição, das associações em módulos e da conformação do edifício, esclarecendo as opções tipológicas possíveis. O contexto urbano obriga a estudar e a compreender os processos e elementos de formação dos tecidos urbanos e da definição das suas morfologias, explorando as vias pelas quais a realização de um programa habitacional substancial define, constitui, altera ou reconstrói novos tecidos urbanos. A integração das duas vertentes permite a dialética entre a inserção urbanística, a morfologia urbana e a tipologia arquitetónica habitacional.</p> <p>Domínio dos instrumentos do projeto em 3 linhas fundamentais:</p> <p>1º A vastidão e complexidade dos problemas, com a introdução progressiva de condicionantes programáticas, urbanísticas e legais. 2º, nas dificuldades específicas e no potencial que o trabalho de articulação simultânea de escalas proporciona, desde 1/1000 à 1/2. 3º, tratar</p>

	<p>tal como as suas características estruturais e construtivas, procurando a síntese entre expressão e construção. As escalas abordadas são a 1/100, 1/50, 1/10 e 1/2.</p> <p>Os exercícios são faseados. Faz parte integrante do programa uma Enciclopédia Pessoal (um “caderno de percurso” recolhendo casos, observações, notas, estudos diversos coligidos pelos estudantes como material de trabalho e informação para os Exercícios de Projeto)</p>		<p>Trabalho individual. Crítica individual e comparada. Eventos paralelos: conferencias, workshops, etc.</p>	<p>intensamente os aspetos construtivos, quer na sua lógica geral quer na sabedoria do detalhe, como parte essencial do trabalho da definição da forma-expressão da arquitetura.</p> <p>Qualificação do banal, evitando a excecionalidade ou a especulação programática, funcional ou artística, sem as desdenhar.</p>
--	---	--	--	--

Notas: Tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2008/2009. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização das FUC: Quadro de identificação (Sigla; N° estudantes; Plano de estudos; Ano curricular; Créditos; Horas de contacto e horas totais); Quadro de docentes; Língua de Trabalho; Objetivos; Programa; Bibliografia Introdutória; Métodos de ensino e atividades de aprendizagem; Tipo de avaliação; Componentes de avaliação; Obtenção de frequência; Fórmula de cálculo da classificação final; Melhoria de classificação; Observações.

### 3.1 FAUP (2008-2009; 2º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
P4 (anual)	Equipamento Urbano	Cidade Equipamento Construção Expressão	Várias representações. Modelos de conjunto.  Trabalho individual e de grupo. Crítica individual e comparada.	- (Não tivemos acesso à FUC)
P5 (anual)	Projeto Urbano, entendido como um espaço de articulação entre o Plano e o Projeto (os projetos estruturantes), entre a cidade e as suas formas de concretização através da arquitetura. No trabalho serão aprofundadas as questões relacionadas com a intervenção urbanística num sector de cidade com dimensões e complexidade apreciáveis, tendo em consideração as dinâmicas urbanas observadas, os objetivos e as motivações dos agentes que transformam o território, os instrumentos de planeamento existentes, os sistemas infraestruturais que servem a área em estudo e a sua envolvente, a gestão urbana e o desenho dos espaços públicos e privados. O exercício incidirá sobre uma área no Porto, freguesia de Campanhã, a nascente/sul do troço inicial da autoestrada A43, que corresponde ao interflúvio produzido pelas extensões finais dos rios Tinto e Torto e territórios adjacentes. Deverá potenciar a criação de novas dinâmicas e relações urbanas, aumentando a coesão da ocupação urbana, respondendo a: - Repensar a área numa perspectiva sistémica que reforce as ligações com a sua envolvente urbana, garantindo o inter-relacionamento e a coesão dos diferentes espaços urbanos estudados e considerando o protagonismo futuro do Parque Oriental, como zona ambiental e de lazer	Território Cidade Urbanismo Arquitetura	Articula aulas teóricas e práticas. As turmas subdividir-se-ão em grupos formados por 3 a 5 elementos que constituirão a unidade base de discussão e de programação dos trabalhos. -1ª Fase. Trabalho individual. Esboceto Individual sobre um sector urbano; - 2ª Fase (até ao Natal). Trabalho de grupo. Recolha e sistematização da informação fundamental para a caracterização prospetiva da área em estudo e definição de uma estratégia de intervenção; - 3ª Fase (até ao início de Fevereiro). Trabalho de grupo. Estudo Prévio conjunto; - 4ª Fase (até ao início de Abril). Trabalho individual. Projeto de um sector; Trabalho de grupo. Avaliação e concertação dos trabalhos individuais em função do Estudo Prévio produzido em grupo; - 5ª Fase (até ao final do ano letivo). Trabalho individual. Desenvolvimento do projeto de um sector garantindo a sua sistematização construtiva; Trabalho de grupo. Integração dos diferentes projetos dos sectores e confirmação	Reflexão aprofundada sobre as questões da cidade e do território, discutindo métodos de abordagem e instrumentos de ordenamento; divulgando um raciocínio estratégico de intervenção; propondo formas de gestão da incerteza subjacente à intervenção na cidade; introduzindo a questão da pluridisciplinaridade e praticando o desenho da cidade e o controle da escala urbana. O trabalho a desenvolver deve capacitar o estudante para a descoberta do seu próprio processo de pesquisa e de comunicação, aprendendo a destringer, no ambiente urbano, o que é permanente e estrutural do que é passageiro e conjuntural. Deve, também, preparar o estudante para a construção de estratégias e para a definição de ações de transformação da cidade e do território, tendo em atenção as necessidades presentes e futuras da sociedade e as consequências dessas mesmas ações. Procura-se, ainda, transmitir e evidenciar que o saber urbanístico é, cada vez mais, compartilhado por diversas formações disciplinares que se complementam, privilegiando-se, por essa razão, o desenvolvimento das apetências do estudante para o trabalho em equipa.

	<p>localizada numa posição estratégica relativamente à zona oriental do Porto, mas também às freguesias de Valbom e Rio Tinto, do concelho de Gondomar;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Repensar os espaços existentes e criar identidades urbanas que potenciem novos usos e dinâmicas na perspetiva da regeneração da área em estudo;</li> <li>- Equacionar o valor e o desempenho complementar dos espaços com cobertura vegetal no âmbito da regeneração ambiental pretendida;</li> <li>- Definir padrões relevantes de desenho do espaço público.</li> </ul>		<p>da estratégia de intervenção do grupo.</p> <p>Várias representações. Trabalho simultâneo em grupo e individual. Escala 1/1000 a 1/50</p> <p>Trabalho de equipa. Trabalho individual. Crítica individual e comparada.</p>	
--	--	--	---	--

Notas: Tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2008/2009. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização das FUC: Quadro de identificação (Sigla; Nº estudantes; Plano de estudos; Ano curricular; Créditos; Horas de contacto e horas totais); Quadro de docentes; Língua de Trabalho; Objetivos; Programa; Bibliografia Introdutória; Métodos de ensino e atividades de aprendizagem; Tipo de avaliação; Componentes de avaliação; Obtenção de frequência; Fórmula de cálculo da classificação final; Melhoria de classificação; Observações.

#### 4. FAUP (2013-2014; 1º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
P1 (anual)	<p>Da intuição como elemento privilegiado na descoberta do uso das formas, à necessidade de uma racionalização sistemática que contribua para a existência de coesão entre ideia e proposta e conduza a uma pesquisa progressiva de lógica e rigor, lugar para uma abordagem geral dos aspetos construtivos.</p> <p>3 Exercícios práticos, visando objetivos complementares:            1º Exercício (fase 1): estrutura e composição (massa, vazio, ritmo, tensão, contraste, equilíbrio, unidade); dimensão, escala; tempo; luz; simbolismo; espaço construído e espaço natural.            1º Exercício (fase 2): relações espaço interno, espaço externo; elementos de fronteira; composição.            2º Exercício: aprofundamento dos conceitos de composição, medida e módulo; contextualização.            3º Exercício: interpretação de um programa; função e carácter do espaço; sensibilidade às qualidades plásticas dos materiais; introdução dos problemas construtivos.</p>	<p>Arquitetura Projeto Instrumentos Metodologia</p> <p>Estrutura Composição Espaços Contexto Programa</p>	<p>Temas vão do território até ao "objeto arquitetónico". A intuição enriquecida por uma reflexão sistemática, apoio em aulas teóricas.</p> <p>O 1º trabalho: capacidade de representação e pesquisa do espaço; papel do desenho na investigação do espaço; a utilização do processo como elemento de constante aferimento.            O 2º trabalho: a importância do contexto real; a abordagem das questões de sistematização e da ordem.            O 3º trabalho: a aproximação à metodologia do projeto; o rigor nos processos de representação do espaço.</p> <p>Desenho à mão. Modelos de conjunto. Trabalho individual e de grupo. Crítica individual e comparada.</p>	<p>- A abordagem genérica da problemática da Arquitetura;            - O domínio dos instrumentos básicos da projeção;            - A iniciação à metodologia do projeto.</p>
P2 (anual)	<p>Relação entre análise e proposta no processo de projeto. Com base no tema geral - Análise arquitetónica do contexto e opções de projeto - o lugar, o edifício e a cidade -, a exposição da matéria será assim ordenada:            1º tema - Projeto e Lugar            2º tema - Projeto e História            3º tema - Projeto, Linguagem e Construção</p> <p>1 Exercício, 3 fases complementares, programas de reduzida complexidade, contexto urbano real consolidado.            Pretende-se ensaiar metodologias de intervenção</p>	<p>Projeto Metodologia Lugar História Linguagem Construção</p>	<p>1ª Fase: totalidade da área de estudo, iniciando-se um processo de análise do contexto, de avaliação e consciencialização do programa e de apresentação de uma proposta global de intervenção, devidamente fundamentada.            2ª Fase: desenvolvimento das ações pontuais contidas na proposta global, com aprofundamento objetivado na edificação</p>	<p>- Introdução às questões de metodologia de projeto.            - Requalificação área de cidade consolidada, com proposta de edifícios de dimensão e complexidade variáveis e com programa de equipamentos e restauração. Análise do conjunto edificado, do espaço público e da cidade, recorrendo à história da arquitetura e da cidade e às metodologias de análise arquitetónica, para cada aluno construa e fundamente a sua leitura do lugar. Neste contexto, a relação arquitetónica entre novo e antigo, entre proposto e pré-existente, bem como a relação entre linguagem arquitetónica e sistemas construtivos serão objeto de reflexão durante as diversas fases de desenvolvimento do trabalho. O processo</p>

	<p>com nova construção em áreas de interesse patrimonial.</p> <p>Proposta de novos elementos em continuidade, não se aceitando ruturas ou pastiche. Projeto assenta numa análise crítica do real.</p>		<p>proposta.</p> <p>3ª Fase: aprofundamento crítico do trabalho anteriormente desenvolvido através de um processo de progressivo reajustamento e síntese entre os dois níveis de intervenção - o edifício e a cidade (espaço público/espaço coletivo).</p> <p>Desenho à mão.</p> <p>Modelos de conjunto.</p> <p>Trabalho individual.</p> <p>Crítica individual e comparada.</p>	<p>de observação do contexto deverá conduzir à identificação e caracterização dos diversos elementos e formas arquitetónicas que constituem o lugar do projeto e o seu significado na história da cidade visando a fundamentação objetiva de cada proposta de transformação. Esta deverá resultar de um processo em que o conhecimento do lugar e a capacidade crítica e criativa do aluno revelem um progressivo enriquecimento na fundamentação da proposta e no seu desenho.</p> <p>- Aprofundar a caracterização global do campo em que o arquiteto exerce a sua atividade profissional.</p>
P3 (anual)	<p>Habitação plurifamiliar. Cidade como enquadramento.</p> <p>1º Exercício: "Associação de Fogos em Habitação Plurifamiliar". Na totalidade do primeiro período, três diferentes soluções de fogos e sua agregação mediante três sistemas de distribuição: Acesso por Galeria, Acesso Vertical Múltiplo, Acesso Direto. O trabalho incide sobre as características das modalidades de associação de fogos, excluindo-se a consideração de um suporte urbano real. (escala 1:500, 1/200 e 1/50)</p> <p>2º Exercício: "Reestruturação Urbana e Completamento de uma Área em Transformação". Metade do segundo período, continuidade/complementaridade com a parte restante, assim como do terceiro período. Trata-se da realização de uma proposta de implantação urbana, de substancial extensão, obrigando à abertura de novas vias, com um programa misto, predominantemente habitacional. (Escala 1/500, 1/200).</p> <p>3º Exercício: "Edifício Habitacional Coletivo: Desenho e Construção". 3º Período, em fase única, focalizada no estudo de um dos edifícios previamente estudados no decorrer da 2ª Fase do 2º Exercício, aprofundando a sua forma geral e o seu detalhe,</p>	<p>Tipologia</p> <p>Cidade</p> <p>Espaço Público</p> <p>Linguagem</p> <p>Construção</p>	<p>Os trabalhos desenvolvem-se mediante a articulação de momentos teóricos e práticos. Nas aulas teóricas serão apresentados os exercícios a realizar, introduzidos os temas e as informações necessárias ao avanço dos trabalhos, assim como serão periodicamente efetuados exercícios coletivos inter-turmas, de apresentação, comparação e debate de resultados. Nas aulas práticas serão implementados e executados os exercícios propostos, apresentados, analisados, criticados e discutidos, em grupo ou individualmente, o progresso dos trabalhos.</p> <p>Várias representações.</p> <p>Modelos de conjunto.</p> <p>Investigação Tipológica</p> <p>Estudos Tipológicos sem local</p> <p>Implantação volumétrica num dado local.</p> <p>Desenvolver um edifício.</p>	<p>Assume como já adquiridas competências metodológicas e do manuseamento das técnicas de projeto.</p> <p>Problemática da habitação plurifamiliar como reflexão sobre os modos de habitar, como ensaio de definição de programas e elaboração de espaços-células que os reflitam, assim como o estudo dos modos e estratégias da associação destas células mediante sistemas e disposições que constituam uma articulação eficaz e potenciadora, suscetível de aportar claras mais-valias relativamente à residência individual. O estudo dos fogos, dos sistemas de distribuição, das associações em módulos e da conformação do edifício, esclarecendo as opções tipológicas possíveis. O contexto urbano obriga a estudar e a compreender os processos e elementos de formação dos tecidos urbanos e da definição das suas morfologias, explorando as vias pelas quais a realização de um programa habitacional substancial define, constitui, altera ou reconstrói novos tecidos urbanos. A integração das duas vertentes permite a dialética entre a inserção urbanística, a morfologia urbana e a tipologia arquitetónica habitacional.</p> <p>Domínio dos instrumentos do projeto em 3 linhas fundamentais:</p> <p>1º A vastidão e complexidade dos problemas, com a introdução progressiva de condicionantes programáticas, urbanísticas e legais. 2º, nas dificuldades específicas e no potencial que o trabalho de articulação simultânea de escalas proporciona, desde 1/1000 à 1/2. 3º, tratar</p>

	<p>tal como as suas características estruturais e construtivas, procurando a síntese entre expressão e construção. As escalas abordadas são a 1/100, 1/50, 1/10 e 1/2.</p> <p>Os exercícios são faseados. Faz parte integrante do programa uma Enciclopédia Pessoal (um “caderno de percurso” recolhendo casos, observações, notas, estudos diversos coligidos pelos estudantes como material de trabalho e informação para os Exercícios de Projeto)</p>		<p>Trabalho individual. Crítica individual e comparada. Eventos paralelos: conferências, workshops, etc.</p>	<p>intensamente os aspetos construtivos, quer na sua lógica geral quer na sabedoria do detalhe, como parte essencial do trabalho da definição da forma-expressão da arquitetura.</p> <p>Qualificação do banal, evitando a exceção ou a especulação programática, funcional ou artística, sem as desdenhar.</p>
--	---	--	--	--

Notas: Tabela adaptada de Willmeijn Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2013/2014. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização das FUC: Quadro de identificação (Sigla; N° estudantes; Plano de estudos; Ano curricular; Créditos; Horas de contacto e horas totais); Quadro de docentes; Língua de Trabalho; Objetivos; Resultados de aprendizagem e competências; Modo de trabalho; Programa; Bibliografia obrigatória; Método de ensino e atividades de aprendizagem; Tipo de avaliação; Componentes de avaliação; Componentes de ocupação; Obtenção de frequência; Fórmula de cálculo da classificação final; Melhoria da classificação; Observações.

#### 4.1 FAUP (2013-2014; 2º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
P4 (anual)	Equipamento Urbano	Cidade Equipamento Construção Expressão	Várias representações. Modelos de conjunto.  Trabalho individual e de grupo. Crítica individual e comparada.	- (Não tivemos acesso à FUC)
P5 (anual)	Projeto Urbano, entendido como um espaço de articulação entre o Plano e o Projeto (os projetos estruturantes), entre a cidade e as suas formas de concretização através da arquitetura. No trabalho serão aprofundadas as questões relacionadas com a intervenção urbanística num sector de cidade com dimensões e complexidade apreciáveis, tendo em consideração as dinâmicas urbanas observadas, os objetivos e as motivações dos agentes que transformam o território, os instrumentos de planeamento existentes, os sistemas infraestruturais que servem a área em estudo e a sua envolvente, a gestão urbana e o desenho dos espaços públicos e privados. O exercício incidirá sobre uma área no Porto, freguesia de Campanhã, a nascente/sul do troço inicial da autoestrada A43, que corresponde ao interflúvio produzido pelas extensões finais dos rios Tinto e Torto e territórios adjacentes. Deverá potenciar a criação de novas dinâmicas e relações urbanas, aumentando a coesão da ocupação urbana, respondendo a: - Repensar a área numa perspetiva sistémica que reforce as ligações com a sua envolvente urbana, garantindo o inter-relacionamento e a coesão dos diferentes espaços urbanos estudados e considerando o protagonismo futuro do Parque Oriental, como zona ambiental e de lazer localizada numa posição estratégica relativamente à zona oriental do Porto, mas também às	Território Cidade Urbanismo Arquitetura	Articula aulas teóricas e práticas. As turmas subdividir-se-ão em grupos formados por 3 a 5 elementos que constituirão a unidade base de discussão e de programação dos trabalhos. - 1ª Fase. Trabalho individual. Esboçeto Individual sobre um sector urbano; - 2ª Fase (até ao Natal). Trabalho de grupo. Recolha e sistematização da informação fundamental para a caracterização prospetiva da área em estudo e definição de uma estratégia de intervenção; - 3ª Fase (até ao início de Fevereiro). Trabalho de grupo. Estudo Prévio conjunto; - 4ª Fase (até ao início de Abril). Trabalho individual. Projeto de um sector; Trabalho de grupo. Avaliação e concertação dos trabalhos individuais em função do Estudo Prévio produzido em grupo; - 5ª Fase (até ao final do ano letivo). Trabalho individual. Desenvolvimento do projeto de um sector garantindo a sua sistematização construtiva; Trabalho de grupo. Integração dos diferentes projetos dos sectores e confirmação	Reflexão aprofundada sobre as questões da cidade e do território, discutindo métodos de abordagem e instrumentos de ordenamento; divulgando um raciocínio estratégico de intervenção; propondo formas de gestão da incerteza subjacente à intervenção na cidade; introduzindo a questão da pluridisciplinaridade e praticando o desenho da cidade e o controle da escala urbana. O trabalho a desenvolver deve capacitar o estudante para a descoberta do seu próprio processo de pesquisa e de comunicação, aprendendo a destriçar, no ambiente urbano, o que é permanente e estrutural do que é passageiro e conjuntural. Deve, também, preparar o estudante para a construção de estratégias e para a definição de ações de transformação da cidade e do território, tendo em atenção as necessidades presentes e futuras da sociedade e as consequências dessas mesmas ações. Procura-se, ainda, transmitir e evidenciar que o saber urbanístico é, cada vez mais, compartilhado por diversas formações disciplinares que se complementam, privilegiando-se, por essa razão, o desenvolvimento das apetências do estudante para o trabalho em equipa.



	freguesias de Valbom e Rio Tinto, do concelho de Gondomar; - Repensar os espaços existentes e criar identidades urbanas que potenciem novos usos e dinâmicas na perspetiva da regeneração da área em estudo; - Equacionar o valor e o desempenho complementar dos espaços com cobertura vegetal no âmbito da regeneração ambiental pretendida; - Definir padrões relevantes de desenho do espaço público.		da estratégia de intervenção do grupo.  Várias representações. Trabalho simultâneo em grupo e individual. Escalas 1/1000 a 1/50  Trabalho de equipa. Trabalho individual. Crítica individual e comparada.	
--	--	--	---	--

Notas: Tabela adaptada de Willmeijn Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2013/2014. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização das FUC: Quadro de identificação (Sigla; N° estudantes; Plano de estudos; Ano curricular; Créditos; Horas de contacto e horas totais); Quadro de docentes; Língua de Trabalho; Objetivos; Resultados de aprendizagem e competências; Modo de trabalho; Programa; Bibliografia obrigatória; Método de ensino e atividades de aprendizagem; Tipo de avaliação; Componentes de avaliação; Componentes de ocupação; Obtenção de frequência; Fórmula de cálculo da classificação final; Melhoria da classificação; Observações.

Nota o programa de Projeto V é idêntico de ano para ano. No entanto, neste ano letivo repete-se o local de 2008-2009, embora em outros anos tenha variado.

5. d.ARQ-FCTUC (2008-2009; 1º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
P1 (anual)	<p>Captação de motivações individuais: cultura arquitetónica à cultura artística, da experimentação manual ao gosto pela sistematização tecnológica, da sensibilidade plástica ao aprofundamento específico de preferência cultural e científico.</p> <p>Conjunto de exercícios que os obrigam a confrontar-se com a sua própria experiência, com o seu contexto cultural e com a história da arquitetura e das cidades.</p> <p>A Arquitetura enquanto atividade oficial.</p> <p>Utilização do desenho como instrumento privilegiado de análise e de síntese, de entendimento e estudo, como instrumento de investigação e de projeção.</p> <p>Gradualmente, os alunos vão evoluindo na sua capacitação instrumental até atingirem alguma autonomia. É na prática, continuada e assistida, que vão demonstrando a sua compreensão do espaço e entendendo potencialidades de transformação.</p>	<p>Espaço</p> <p>Significado</p> <p>Representação</p> <p>Escala</p> <p>Projeto</p> <p>Metodologia</p> <p>Organização</p> <p>Vivência</p>	<p>Vários exercícios.</p> <p>Desenho à mão.</p> <p>Modelos à mão.</p>	<p>Compreensão do espaço através da sua organização, da sua composição e do seu significado. Aquisição instrumental que permita uma gradual autonomia no exercício do projeto. Criação de uma metodologia de trabalho própria.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento das capacidades de representação do espaço.</li> <li>2. Estabelecimento de relações diretas de identificação entre o espaço e a sua representação.</li> <li>3. Contacto elementar com as questões de escala associadas ao uso do espaço.</li> <li>4. Desenvolvimento e progressiva formatação de uma dinâmica metodológica própria no exercício do projeto.</li> <li>5. Estabelecimento de relações entre a organização do espaço e as dinâmicas vivenciais a ele associadas.</li> <li>6. Abordagem mais aprofundada das questões de escala associadas ao uso do espaço.</li> </ol>
P2 (anual)	<p>2 Exercícios.</p> <p>Primeiro, mais curto, menos condicionado pela presença da cidade, para discutir e testar temas de maior especificidade: estrutura, linguagem, utilidade, construção, significado, composição.</p> <p>Segundo, de carácter central, longo, recorre a contexto urbano bem definido, contacto com o lugar, uma ideia de análise que se revele operativa para o projeto.</p> <p>Programa de 'Equipamento', com predominância de espaços públicos, procurar o entendimento da complexidade da intervenção à escala do edifício e à escala urbana e produzir a necessária síntese.</p>	<p>Equipamento</p> <p>Cidade</p> <p>Espaço Público</p> <p>Metodologia</p> <p>Síntese</p> <p>Crítica</p> <p>Representação</p>	<p>Desenho, esquemas, fotografias, modelos, vários instrumentos de conceção e comunicação</p> <p>Um Projeto de fundo e um ou vários intercalares.</p>	<p>Desenvolvimento das capacidades instrumentais para o exercício do projeto.</p> <p>Contacto com a complexidade do projeto de Arquitetura e desenvolvimento das capacidades de síntese e de crítica.</p> <p>Aquisição de um método individual de abordagem dos problemas da Arquitetura.</p> <p>Contacto com os vários momentos da cidade consolidada.</p>
P3 (anual)	<p>Habitação em contexto urbano.</p> <p>2 Exercícios:</p>	<p>Habitação</p> <p>Contexto</p>	<p>Organiza-se o acompanhamento ao</p>	<p>Aprofundar a metodologia do Projeto.</p>

	<p>1º De pequena dimensão, permitir a formação de uma consciência crítica sobre o espaço e as suas formas de representação e a experimentação dos instrumentos operacionais do projeto.</p> <p>2º De maior dimensão onde o reconhecimento do carácter modular da composição ocupe lugar privilegiado.</p> <p>Do desenho de um conjunto urbano ao desenho dos tipos do “habitar”, como módulos de repetição e associação, procurando promover o aprofundamento da solução geral quer pela confrontação com as abordagens sectoriais integradas quer pelo desenvolvimento da sua caracterização construtiva.</p>	<p>Tipo Programa</p> <p>Metodologia Ideia Construção Representação</p>	<p>desenvolvimento dos trabalhos em dois tempos complementares: aulas práticas de crítica individual ou em grupo; aulas teóricas de informação temática geral.</p> <p>Desenhos e modelos. Desde escala da cidade ao desenho anatómico-construtivo. Introdução de especialidades.</p> <p>Trabalho de grupo e individual Crítica individual e comparada.</p>	<p>Acentuar neste processo a “ideia” como resposta estruturadora e orientadora das diferentes fases de evolução do desenho, dando importância à sensibilidade manifestada pelos alunos aos meios de expressão e aos materiais de construção na sua adequação à matriz de que partiram.</p> <p>O programa, inserido num contexto urbano que se constitua como enquadramento dos vários problemas de intervenção, articula exercícios que permitirão o confronto de diferentes escalas, privilegiando a ideia de Arquitetura que veicula o projeto como síntese da relação disciplinar entre Lugar, Programa e Construção.</p>
--	--	--	--	--

Notas: tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*

Fonte: FUCs das unidades curriculares, ano de referência 2008/2009. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização das FUC: Quadro da UC (Identificação; N° de alunos; Ano letivo; Área científica; Regime; ECTS; N° turmas; Docente responsável, Outros docentes; Sistema de Avaliação); Objetivos; Programa; Bibliografia; Recursos específicos necessários; Métodos de ensino; Pré-requisitos (unidades curriculares anteriores); Avaliação.

### 5.1 d.ARQ-FCTUC (2008-2009; 2º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
P4 (anual)	Projeto de um grande equipamento inserido num espaço urbano específico. Este projeto é desenvolvido a diferentes escalas começando na escala 1:500 para a inserção urbana até chegar à pormenorização construtiva à escala 1:1. Para a sua realização é essencial o domínio das seguintes competências: *Estruturação programática/funcional *Estruturação formal/espacial *Materialização/construção/linguagem Conceção estrutural/infraestrutural Capacidade de síntese na representação do projeto nos tópicos anteriores	Equipamento Contexto Programa Ideia Construção Infraestrutura Comunicação	- Aulas práticas de crítica individual ou em grupo; - Aulas teórico-práticas de informação temática geral; após a sistematização do conjunto de problemas que os alunos vão levantando as aulas terão um carácter mais específico para enquadrar os problemas e soluções de projeto individuais. Capacidade síntese da representação.  Trabalho individual. Crítica individual e comparada.	Consolidação metodológica do ato projetual e o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre o projeto. Acentua-se neste processo a “ideia” como resposta estruturadora e orientadora das diferentes fases de evolução do desenho, importando a sensibilidade manifestada pelos alunos à exploração dos meios de expressão e á eficácia construtiva na sua adequação à matriz de que partiram.
P5 (anual)	Projeto Urbano. Paisagem Urbana. Teoria da Arquitetura História da Cidade Ordenamento do Território Projeto de Espaço Público Paisagismo. Políticas Urbanas.  1ª Fase em Grupo: estratégias urbanas 2ª Fase individual: projeto urbano	Projeto Paisagem Cidade Ordenamento Planeamento Politica Espaço Público	Análise urbana. Planificar uma estratégia urbana. Usar SIG.  Várias escalas e tipos de informação.  Interdisciplinaridade.  Trabalho em grupo (estratégia) e individual. Crítica individual e comparada.	Temas e metodologias do Projeto Urbano - projeto a desenvolver à escala de um território urbano referente a uma determinada parcela da cidade. É objetivo da disciplina explorar o ensaio e a experiência, no último ano letivo curricular da licenciatura, recorrendo aos conhecimentos e instrumentos de análise projetual adquiridos nos anos precedentes, aplicados, neste sentido, em exercício de síntese integrador de um conjunto de fatores determinantes na construção da Paisagem Urbana.

Notas: tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*

Fonte: FUCs das unidades curriculares, ano de referência 2008/2009. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização das FUC: Quadro da UC (Identificação; Nº de alunos; Ano letivo; Área científica; Regime; ECTS; Nº turmas; Docente responsável, Outros docentes; Sistema de Avaliação); Objetivos; Programa; Bibliografia; Recursos específicos necessários; Métodos de ensino; Pré-requisitos (unidades curriculares anteriores); Avaliação.

## 6. d.ARQ-FCTUC (2013-2014; 1º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
P1 (Anual)	<p>5 Exercícios, um dos quais, por sua vez, se desdobrará num outro, de carácter mais efémero. A sua sequência será sempre articulada com as aulas teórico-práticas. Os objetivos a atingir serão alvo de avaliação permanente ao longo do ano letivo, podendo, em função dos resultados, vir a ser suprimidos exercícios ou inseridos outros intercalares.</p> <p>1º. Levantamento desenhado de um espaço.</p> <p>2º. Organização interna, segundo um determinado programa, de um espaço pré-delimitado.</p> <p>3º. Organização de um campo tridimensional numa escala que sugere o espaço urbano. Aprofundamento, numa escala mais detalhada, de uma situação particular do exercício anterior.</p> <p>4º. Pequeno equipamento num contexto envolvente muito descomprometido.</p> <p>5º. Uma ou duas habitações num lote urbano simples.</p>	<p>Espaço</p> <p>Organização</p> <p>Significado</p> <p>Vivência</p> <p>Escala</p> <p>Metodologia</p> <p>Representação</p>	<p>Exercícios sequenciais, suporte de aulas teóricas.</p> <p>Os projetos apresentados a colegas e docentes.</p> <p>Regime oficial/atelier.</p> <p>A evolução relativa do aluno é mais importante que a avaliação absoluta do trabalho final.</p> <p>Havendo discrepância, ou contradição, entre processo e projeto final, é privilegiado o primeiro.</p> <p>Entendimento do espaço, características relacionais e dimensionais e a evolução do “sentido de escala”. Considerada a capacidade de tornar “coesa” e conexas a resposta ao exercício e ao método, a abertura cultural, a cultura arquitetónica - relação entre obras e modelos, inteligência na sua aplicação prática e o interesse pelos contextos culturais e sociais.</p>	<p>Compreensão do espaço através da sua organização, da sua composição e do seu significado. Aquisição instrumental que permita uma gradual autonomia no exercício do projeto. Criação de uma metodologia de trabalho própria</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento das capacidades de representação do espaço.</li> <li>2. Estabelecimento de relações diretas de identificação entre o espaço e a sua representação.</li> <li>3. Contacto elementar com as questões de escala associadas ao uso do espaço.</li> <li>4. Desenvolvimento e progressiva formatação de uma dinâmica metodológica própria no exercício do projeto.</li> <li>5. Estabelecimento de relações entre a organização do espaço e as dinâmicas vivenciais a ele associadas.</li> <li>6. Abordagem mais aprofundada das questões de escala associadas ao uso do espaço.</li> </ol>
P2 (anual)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Análise interpretativa da Cidade Histórica em contexto real;</li> <li>2. Forma e significado dos Espaços Urbanos - regra e exceção;</li> <li>3. Percursos rápidos e lentos na Cidade - forma e medida;</li> <li>4. Escala urbana e Programa arquitetónico, ou de como a posição, significado e medida do contexto sinalizam a medida da forma e a pertinência da função;</li> <li>5. Projeto de reconfiguração de um contexto urbano inacabado da Cidade;</li> <li>6. Projeto de um Equipamento em relação contínua com o Espaço Público a reconfigurar.</li> </ol>	<p>Esp Urbano</p> <p>Forma</p> <p>Significado</p> <p>Análise</p> <p>Critica</p> <p>Proposta</p> <p>Metodologia</p> <p>Representação</p>	<p>Prática individual de Projeto, um estirador por aluno. Desenho à mão, para recolha de informação e análise, síntese ou comunicação.</p> <p>Trabalho em grupo para o levantamento e análise interpretativa do contexto.</p> <p>Aulas teórico-práticas complementares.</p> <p>Visita de estudo a outra cidade (1 dia) e a uma cidade/país estrangeiro (3 a 5 dias).</p> <p>Relatório de investigação sobre uma obra de referência para o projeto.</p> <p>Fases/entregas com desenho rigoroso e dossier com o processo de investigação.</p> <p>Crítica individual e comparada.</p>	<p>Desenvolver e consolidar as capacidades instrumentais de Projeto;</p> <p>Aprender a ver, representar e interpretar o Espaço Urbano;</p> <p>Perceber a interdependência na forma e significado entre a Arquitetura e a Cidade;</p> <p>Desenvolver e consolidar a Cultura Arquitetónica;</p> <p>Desenvolver uma metodologia de Projeto, com a aquisição de competências de análise crítica, síntese, investigação autónoma, comunicação e representação através do desenho livre e rigoroso.</p>

<p>P3 (anual)</p>	<p>Habitação em contexto urbano. 1º Exercício de pequena escala e curta duração – o projeto de uma célula de habitação sem contexto específico – formação de uma consciência crítica sobre o espaço e as suas formas de representação e experimentação dos instrumentos operacionais do projeto. 2º Projeto de habitação coletiva, que decorrerá no fim do primeiro semestre e segundo semestre. Procura-se com este exercício aprofundar a consciência crítica sobre o projeto e a intervenção urbana, com vista a uma materialização das ideias, coerente e rigorosa. Do desenho urbano aos tipos de habitação, o projeto deverá evoluir numa dialética que se institui como simulação da realidade projetual, visando o aprofundamento da solução geral pela confrontação com os projetos sectoriais e pelo desenvolvimento da sua caracterização construtiva.</p>	<p>Habitação Contexto real Conceito Expressão Construção Integração Especificidade  Metodologia Representação</p>	<p>Acompanhamento dos trabalhos, em aulas práticas de crítica individual ou em grupo e aulas teórico-práticas de informação temática. Registo dos momentos de crítica a cada trabalho. Sessões de avaliação coletiva, leitura comparada dos trabalhos. A avaliação contínua, pontos de situação intercalares e sessões de avaliação coletiva no final de cada exercício. Trabalho de grupo e individual Crítica individual e comparada.</p>	<p>Aprofundar a metodologia do Projeto. Aproximação ao contexto real. Valoriza-se o “conceito” como resposta estruturadora e orientadora das diferentes fases de evolução do desenho, tendo em atenção a sensibilidade dos alunos aos meios de expressão e aos materiais de construção na sua adequação à matriz de que partiram. Os projetos a desenvolver devem ter em consideração critérios de integração urbana, aspetos formais e espaciais, ajustados aos contextos natural e construído. Devem expressar uma resposta adequada à especificidade de cada programa segundo uma materialidade própria. Para além da clareza do processo conceptual, os projetos devem explicitar uma coerência construtiva, em todas as fases do seu desenvolvimento.</p>
-----------------------	---	---	---	--

Notas: tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*  
Fonte FUC das UCs. Ano de referência 2013/2014. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização das FUC: Identificação; ECTS; Horas de contacto; Ano curricular; Semestre; Tipo de UC; Docente responsável; Ciclo de estudos; Modo de ensino; Conhecimentos base recomendados; Língua de ensino; Outros docentes; Objetivos da UC e competências a desenvolver; Conteúdos programáticos; Demonstração de coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da UC; Metodologias de ensino (avaliação incluída); Demonstração de coerência das metodologias de ensino com os objetivos da UC; Recursos específicos; Bibliografia principal.

Notar que em todas as FUC há um item de “Conhecimentos base recomendados”, onde são assinaladas as UCs, os conhecimentos e as competências técnicas ou linguísticas que o estudante deve ter para atingir os objetivos da UC.

### 6.1 d.ARQ-FCTUC (2013-2014; 2º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
P4 (anual)	<p>Conjunto de equipamentos complementares entre si e inseridos num mesmo espaço urbano. Este programa será subdividido em três unidades autónomas com programas diferenciados:</p> <p>-Equipamento de saúde e residência Sénior; equipamento de serviços; equipamento de carácter social e escolar.</p> <p>Estes projetos serão realizados com diferentes metodologias e escalas, que acompanham e suportam o desenvolvimento das propostas: começa como trabalho de grupo para o estudo e compreensão do território à escala 1:1000/1:500; evolui para trabalho individual com o desenvolvimento dos programas à escala 1:200/1:100; termina com o desenho de pormenores construtivos à escala 1:50/1:1.</p> <p>Para a sua realização é essencial o domínio das seguintes competências: Estruturação programática/funcional; Estruturação formal/espacial; Materialização/construção/linguagem; Conceção estrutural/infraestrutural; Capacidade de síntese.</p>	<p>Equipamento Cidade Metodologias Linguagem Programa Construção Infraestrutura</p>	<p>Domínio do desenho arquitetónico, de um programa funcional de maior complexidade, de técnicas construtivas e compreensão dos meios de coordenação e controlo dos sistemas de infraestruturização.</p> <p>Aproxima da situação real de trabalho.</p> <p>Interação com Projeto Urbano e Construção II, partilhando parte do programa e avaliação.</p> <p>Aulas teóricas de apoio e teórico-práticas para acompanhamento individual e de grupo.</p> <p>Ferramentas: bloco de desenho, papel vegetal e outros suportes físicos pertinentes. Numa fase mais avançada o computador.</p> <p>Trabalho individual.</p> <p>Crítica individual e comparada.</p>	<p>Método de trabalho que estimula a capacidade de reflexão crítica sobre os sistemas de expressão plástica, os mecanismos de articulação com o lugar, de resolução do programa e de materialização construtiva.</p> <p>Valoriza-se neste processo o “conceito” como estrutura para a evolução do desenho, tendo particular importância o domínio e o carácter experimental dos meios de expressão, bem como a eficácia das opções construtivas.</p> <p>Confronto de diferentes escalas e problemas de desenho. Promove-se a aquisição de técnicas de projeto que visam uma eficaz integração e articulação do conhecimento adquirido nas disciplinas do curso.</p> <p>Numa fase intermédia do ano letivo será promovido um exercício de curta duração para testar os conhecimentos adquiridos.</p>
P5 (anual)	<p>3 Grandes áreas de projeto, a desenvolver em diferentes estúdios, nas quais se combinam escalas de abordagem e temáticas centrais para o entendimento da cidade e da arquitetura contemporâneas:</p> <p>1. Território e Paisagem, relacionando as questões do ordenamento do território com a “arquitetura da paisagem” natural e/ou urbana;</p> <p>2. Cidade e Infraestrutura, relacionando o impacto físico da infra-estruturação e do reequipamento urbanos na “arquitetura da cidade”;</p> <p>3. Arquitetura e Memória, relacionando a transformação de determinadas tipologias arquitetónicas com a evolução histórica de determinadas morfologias urbanas – no sentido de uma “arquitetura da memória”.</p> <p>Em todas estas áreas de projeto, os alunos são convidados a desenvolver, numa primeira fase, e integrados em grupos de trabalho, uma estratégia</p>	<p>Estúdios: - Território e Paisagem - Cidade e Infraestrutura -Arquitetura e Memória</p> <p>Contexto Análise Investigação Processo Proposta</p>	<p>Aulas teóricas de suporte.</p> <p>Aulas teórico-práticas, em que se pretende que os alunos desenvolvam um Projeto: em grupo, numa primeira fase de debate estratégico;</p> <p>individualmente, numa segunda fase, aprofundando os conceitos teóricos dados e as metodologias debatidas coletivamente.</p> <p>Particular relevo é dado ao carácter processual do Projeto, incentivando os alunos a organizarem os elementos de investigação e suporte às opções projetuais. A avaliação incide não apenas nas qualidades da solução final mas também na investigação projetual de suporte realizada. A avaliação tem dois</p>	<p>A Unidade Curricular Projeto V é a derradeira fase de um trajeto de simulação projetual – com início no Projeto I – que os alunos desenvolvem ao longo do curso.</p> <p>Neste sentido, e tendo em conta a sua inserção no final do 2º Ciclo de Estudos, ela oferece diferentes temáticas e programas decorrentes dessa aprendizagem, a escolher pelo aluno, de forma a completar ou enriquecer o seu trajeto anterior.</p> <p>Os temas e programas são propostos e praticados em Estúdios de Projeto (<i>Design Studios</i>) autónomos, sob a respetiva coordenação de cada um dos docentes da UC. É objetivo desta unidade, explorar os conhecimentos e instrumentos de análise projetual, adquiridos nos anos precedentes, aplicando-os, num ou dois exercícios de síntese. Para isso, cada docente escolhe e apresenta, no início do ano letivo, o espaço geográfico, a temática e o programa</p>

	<p>geral, que deverá considerar: o suporte geográfico da área da intervenção; a evolução histórica dessa área; o entendimento do papel determinante das preexistências físicas; o enquadramento, se possível, das políticas territoriais e urbanas já estabelecidas; os programas arquitetônicos a analisar e a desenvolver. Num segundo momento, os alunos são convidados a abordar, individualmente, um sector particular dessa área de intervenção, onde devem aprofundar diferentes escalas do projeto urbano e de arquitetura.</p>		<p>momentos importantes de exposição e debate dos resultados: no final do primeiro semestre (Janeiro), avaliam-se as estratégias coletivas, sob a forma de um Projeto, em sessão pública e perante um júri convidado; no final do segundo semestre (Junho) avaliam-se as opções aprofundadas individualmente, sob a forma de um Projeto, numa sessão pública perante um júri convidado. Trabalho em grupo (estratégia) e individual. Crítica individual e comparada.</p>	<p>a desenvolver pelo seu Laboratório de Projeto.</p>
--	---	--	--	---

Notas: tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*  
Fonte FUC das UCs. Ano de referência 2013/2014. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização das FUC: Identificação; ECTS; Horas de contacto; Ano curricular; Semestre; Tipo de UC; Docente responsável; Ciclo de estudos; Modo de ensino; Conhecimentos base recomendados; Língua de ensino; Outros docentes; Objetivos da UC e competências a desenvolver; Conteúdos programáticos; Demonstração de coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da UC; Metodologias de ensino (avaliação incluída); Demonstração de coerência das metodologias de ensino com os objetivos da UC; Recursos específicos; Bibliografia principal.

Notar que em todas as FUC há um item de “Conhecimentos base recomendados”, onde são assinaladas as UCs, os conhecimentos e as competências técnicas ou linguísticas que o estudante deve ter para atingir os objetivos da UC.



## 7. FAUL (2008-2009; 1º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
Lab Arq 1 S1	Arquétipos e Metáforas; Recinto, Câmara e Pátio Composição: o espaço limite; valores da forma; geometria, escala e proporção; luz e cor; transfigurações. Enquadramento: cultura; imaginário e ambiente	Arquétipos Espaço Abstrato Expressão Apresentação	Processo de Projeto: cognição; conceção; expressão e apresentação.	-
Lab Arq 2 S2	Experimentar sobre o Habitar. Composição: Operações geométrico-projetais; transformações; valores de uso. Enquadramento: O lugar; topologia e geometria; o território e a paisagem; introdução ao espaço urbano	Habitar Lugar Esp urbano Desenho	Processo de Projeto: Desenho e modelos. Definição material do projeto	-
Lab Arq 3 S3	Arquitetura como Ideia, como objeto, como processo Composição: estrutura formal; função; técnica e estética. Enquadramento: estrutura do lugar; memória; imanência; topografia; ambiente.	Ideia Forma Lugar Ambiente Representação	Processo de Projeto: processos operativos de conceção; realidade e representação.	-
Lab Pro 1 S4	Linguagens; modelos referenciais. Composição: materialidades; programa funcional; tipologia e morfologia. Enquadramento: contexto urbano; ambiente e sustentabilidade.	Linguagem Programa Tipo Contexto Construção	Processo de Projeto: constituição; construção; do território ao detalhe; as partes e o todo.	-
Lab Pro 2 S5	Espaço Doméstico; Unidades de Habitação. Composição: espaço servidor; espaço funcional e espaço visual; equipamento e mobiliário. Enquadramento: conforto; estrutura e distribuição; flexibilidade e adaptabilidade; acessibilidade e espaço exterior.	Habitar Habitabilidade Estrutura Materialidade	Processo de Projeto: materialidade e linguagem; unidade e agregação.	-
Lab Pro 3 S6	Habitação coletiva em edifícios multifuncionais. Composição: espaço público, privado; de transição, espaço distributivo, residual; espaços de apoio. Enquadramento: contexto urbano; sistemas de acessos e distribuição; estrutura e função; zonas técnicas como núcleo.	Habi coletiva Esp publico Contexto Sistema Normativa	Processo de Projeto: o edifício como sistema; organização e agregação; boas práticas e normativas.	-

Notas: tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education* Fonte, “Mapa Síntese – Adequação da Licenciatura em Arquitetura a Mestrado Integrado”. Ano de referência 2008/2009.

## 7.1 FAUL (2008-2009; 2º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
Lab de Prj 4 (S7)	Crescimento urbano. Composição: tipologia e morfologia; arquitetura da cidade; sistema edificado e espaço público. Enquadramento: tecido urbano consolidado; memória estruturante; identificação de malhas urbanas; estrutura morfológica.	Cidade Edificado Esp publico Malhas Estruturas	Processo: cruzamento de escalas; análise diacrónica; integração no tecido edificado.	-
Lab de Prj 5 (S8)	Reabilitação, Requalificação e Renovação; Equipamentos em Habitação Coletiva Urbana. Composição: sistema edificado e espaço público; equipamentos integrados. Enquadramento: tendências de referência; competência crítica.	Reabilitação Requalificação Renovação Equipamento Habitação Especialidades	Processo: modulação e normalização; o projeto como sistema integrado-especialidades.	-
Lab de Prj 6 (S9)	Crescimento urbano; composição Composição: tipologia e morfologia; Arquitetura da cidade; sistema edificado e espaço público. Enquadramento: tecido urbano consolidado; memória estruturante; identificação de malhas urbanas; estrutura morfológica.	Cidade Tipologia Morfologia Esp publico	Processo: cruzamento de escalas; análise diacrónica; integração no tecido edificado	-

Notas: tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education* Fonte, “Mapa Síntese – Adequação da Licenciatura em Arquitetura a Mestrado Integrado”. Ano de referência 2008/2009.

## 8. ISCTE-IUL (2008-2009; 1º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
Arq I S1	<p>4 Blocos temáticos:</p> <p><u>Abordagem Genérica:</u> Contributos teóricos para a disciplina; a génese da ideia de Arquitetura; arquitetura vs. artes plásticas; Vitruvius e o trinómio “<i>Firmitas, Utilitas, Venustas</i>”; arquitetura campo pluridisciplinar – relação da com a arte, ciência, técnica e ciências sociais; espaço, programa, estrutura, materialidade e tecnologia; a representação - as ferramentas de investigação e comunicação (desenho, modelos tridimensionais, montagens, colagens, etc.)</p> <p><u>Espaço:</u> Os elementos do espaço (ponto, eixo/reta/linha, plano, volume); A forma (formato, tamanho, os sólidos platónicos e os polígonos regulares, formas irregulares); a relação massa-vazio, os vazios de presença e os vazios de ausência; composição (posição relativa, inércia visual, orientação, proporção relativa, organização, ritmo, repetição, hierarquia, simetria/assimetria); escala – padrões de referência e a relação com homem e Lugar, tamanho e posição relativa; luz e sombra; o espaço arquitetónico imaginado, percecionado, experienciado, concebido</p> <p><u>Programa:</u> Espaço programático e sua diferenciação (interior/exterior, público/privado, movimento/paragem, escondido/revelado, individual/coletivo, estático/dinâmico, que serve/é servido, etc.); sequências espaciais, limites e fronteiras; sistemas de circulação e a perceção do espaço pelas suas possibilidades de movimento e enquadramento temporal –</p>	<p>Arquitetura</p> <p>Espaço</p> <p>Forma</p> <p>Representação</p> <p>Metodologia</p> <p>Apresentação</p> <p>Programa</p> <p>Estrutura</p> <p>Matéria</p>	<p>Teórico-Prática.</p> <p>A sequência dos exercícios implica uma sucessão de experiências em que a intuição vai sendo enriquecida por uma reflexão sistemática. A caracterização e sequência dos exercícios, e das aulas teóricas, permitem a apreensão dos parâmetros e princípios que contribuem para o pensamento e prática arquitetónicas.</p> <p>Paralelamente serão discutidos excertos de textos da bibliografia básica.</p> <p>Exercícios:</p> <p>- Análise e apresentação de obras de arquitetura (grupo);</p> <p>- Exercício sobre o Espaço. Com base no excerto do livro “Alice no País das Maravilhas”, num campo com 50X50m e com 200 elementos planos de 3X3m com 15cm de espessura, o aluno deverá simular um percurso, explorando as possibilidades geométricas da relação entre os planos e o seu posicionamento no campo, e as oportunidades de disposição do conjunto, de forma a simular um espaço arquitetónico (com desenhos e maquetas escala 1:100).</p> <p>-Exercício sobre o Programa, Materialidade e Estrutura: com base no excerto da obra “Alice do Outro Lado do Espelho”, interpretação criativa num espaço arquitetónico manipulando uma massa paralelepípedica de 5x10x50m, através de processos de subtração, decomposição e desconstrução desta, definindo um território que não ultrapassará 50x50x50m. (com desenhos e maquetas escala 1:100).</p> <p>Trabalho individual e de grupo. Crítica individual e comparada. Exposição de trabalhos.</p>	<p>-Abordar genericamente a problemática da arquitetura e o território em que opera, bem como reconhecer a pluridisciplinaridade da disciplina e suas condicionantes;</p> <p>- Compreender os conceitos de espaço, programa, estrutura, materialidade e tecnologia;</p> <p>- Manipular os elementos primários de conceção, organização e estruturação espaço-formal;</p> <p>- Dominar os instrumentos básicos de projeção, reconhecendo as ferramentas gráficas bidimensionais e tridimensionais como elementos de pesquisa e representação complementares e fundamentais na investigação do espaço;</p> <p>- Aproximação à metodologia de projeto através do reconhecimento crítico de um problema e valorização do “processo” de constante aferição do mesmo em exercícios práticos, curtos e de cariz abstrato;</p> <p>- Reconhecer a relação entre espaço, programa, estrutura e materialidade;</p> <p>- Organizar e apresentar um processo graficamente, bem como proceder à sua apresentação oral.</p>

	<p>relação com o cinema; o sujeito que habita o espaço; diagrama utilizado como ferramenta generativa e catalisadora que promove o processo projetual;</p> <p><u>Estrutura, Materialidade e Tecnologia:</u></p> <p>Materialidade e qualidades das superfícies enquanto definidoras de espaço (claro/escuro, liso/poroso, transparente/opaco, duro/rijo, macio/áspero, etc.), função protetora das condições ambientais e interface entre interior e exterior; estrutura física e conceptual; estrutura interna e superfície externa; interação espaço e estrutura; tecnologia e lógicas constitutivas e construtivas.</p>			
Arq II S2	<p>Menos abstrato e maior especificidade espacial, programática, contextual. Programas arquitetónicos de pequena escala, dar resposta a questões concretas de tipo funcional, apurando o discurso arquitetónico na gestão das relações mútuas e equilíbrio entre forma, espaço, função e materialidade.</p> <p>Abordagem de natureza antropológica e arquetípica na formação dos exercícios, colocando uma tónica na utilização/utilizador do espaço e do objeto arquitetónico criado, onde estarão presentes com o conforto, a durabilidade, a exequibilidade e a escala. Contextualização do projeto nos exercícios derradeiros da UC num território físico, sendo a relação topológica com a envolvente inerente ao processo gerador do projeto. Decorrerão ainda exercícios de natureza analítica, a realizar individualmente ou em grupo, sobre edifícios de referência, como sobre obras escritas.</p>	<p>Programa</p> <p>Contexto</p> <p>Utilização</p> <p>Representação</p>	<p>Exercitar de aptidões criativas, âmbitos artísticos e técnico.</p> <p>Complementado com trabalhos teóricos. Estimulo para descoberta de processo criativo individual.</p> <p>A escolha dos exercícios e seu encadeamento é de forma a envolver o discente com elementos basilares na criação arquitetónica: espaço, limite, percurso, barreira, forma, conteúdo, textura, transparência, escala, cor, luz, sombra, dimensão...</p> <p>A resposta do recorre a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Desenho esboçado,</li> <li>-Representação rigorosa bidimensional nas escalas indicadas,</li> <li>-Execução de modelos tridimensionais,</li> <li>-Realização de textos explicativos de acompanhamento,</li> <li>-Elementos de exploração e apresentação de natureza adicional, quando tal se revele oportuno.</li> <li>-Seleção e edição em peças de apresentação para efeitos de avaliação e classificação.</li> </ul>	<p>Continuidade da UC anterior. Promover um processo de continuidade na sua frequência, sendo abandonado de forma gradual um registo mais vestibular próprio da Unidade Curricular que a antecede, abrindo caminho para exercícios com graus de complexidade programática sucessivamente superiores. Dotar o aluno de ferramentas técnicas e artísticas de resposta às tarefas escolares que lhe serão colocadas doravante, nomeadamente de modo a prepará-lo solidamente para a frequência dos anos e etapas ulteriores na área científica de Arquitetura, nos semestres subsequentes do Mestrado Integrado</p>
Arq III S3	<p>Exercício de fundo, em várias etapas complementares,</p>	<p>Programa</p> <p>Contexto</p> <p>Técnica</p>	<p>Privilegiando uma abordagem prática da aprendizagem, os alunos serão incentivados a</p>	<p>Desenvolvimento de um conjunto de competências mediante a sedimentação de uma capacidade</p>

	<p>intercalado por um outro de curta duração:</p> <p>1. Estrutura espaço-formal, efêmera, a articular com uma dada área de intervenção. Decorrerá de uma análise preliminar da área de intervenção, atendendo às suas características morfológicas, topológicas e topográficas. A proposta seguirá: definição de uma ideia-conceito; estratégia de implantação e definição volumétrica; escala urbana e definição da paisagem Humanizada; sistema e hierarquia; sistema e diversidade; processos de composição; módulo e tipologia construtiva; expressão plástica.</p> <p>2. Exercício intermédio curta duração: projeto de uma peça de equipamento ou de mobiliário urbano, tendo em conta a sua funcionalidade, modo de construção e eventual presença no interior da área em estudo no exercício de fundo. Aprofundamento abrupto nas questões da materialidade e da técnica.</p>	<p>Forma Materiais Sistemas Representação</p>	<p>utilizar vários meios e técnicas de representação, quer como instrumento de investigação quer como suporte de comunicação. O uso de maquetas e modelos tridimensionais será encorajado desde os estudos iniciais, documentando e testando um processo de aproximação progressiva das soluções finais. Paralelamente às representações gráficas e volumétricas os alunos deverão registar por escrito as opções que presidiram às soluções desenvolvidas. Durante as aulas serão criadas oportunidades para o exercício da capacidade de argumentação oral dos alunos acerca das opções implícitas nos seus trabalhos, visando o desenvolvimento e consolidação da capacidade crítica, na interpretação da realidade envolvente do projeto.</p> <p>Avaliação final perante Júri</p>	<p>crecente de posicionamento perante a complexidade do exercício do projeto. Nesse sentido, os objetivos visados incidirão fundamentalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na aproximação à prática projetual, procurando que o aluno reconheça nas diferentes constelações e interações entre as categorias do programa, contexto, técnica e forma a definição de diferentes arquiteturas;</li> <li>- Na abordagem ao conhecimento dos materiais, sistemas construtivos e tecnologias de construção e sua articulação com a metodologia projetual;</li> <li>- No desenvolvimento do domínio conceptual e operativo das técnicas e processos de representação e comunicação, bem como no entendimento da relevância do seu papel na prática projetual.</li> </ul>
Arq IV S4	<p>Habitação unifamiliar na cidade consolidada. Conceção de um pequeno núcleo residencial na cidade antiga, a desenvolver por etapas, intercalado por um segundo exercício, de curta duração, que terá por objeto a conceção e desenho de uma peça de mobiliário. No exercício de fundo, a proposta a implementar deverá trabalhar o sentido do lugar, reconstruindo, completando, reinterpretando, para nele se inserir; procurando a escala adequada a uma vivência urbana qualificada, de proximidade e humanizada. Atender à diversidade tipológica e à dimensão individual da habitação, associando várias valências.</p>	<p>Habitação Cidade Programa Contexto Técnica Forma Materiais Sistemas Representação</p>	<p>Abordagem prática da aprendizagem, utilizar vários meios e técnicas de representação, quer como instrumento de investigação quer como suporte de comunicação. Paralelamente às representações gráficas e volumétricas os alunos deverão registar por escrito as opções que presidiram às soluções desenvolvidas. Argumentações orais e capacidade crítica.</p> <p>Trabalho inicial de estudo e apresentação de casos paradigmáticos de habitação unifamiliar do séc. XX (em grupo).</p> <p>Avaliação final perante Júri</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abordagem à construção do espaço habitacional no contexto da cidade consolidada, enquanto suporte testado das múltiplas relações entre a Arquitetura e a Cidade, o privado e o espaço público.</li> <li>- Aproximação à prática projetual, induzindo no aluno a capacidade de manipulação de programa, contexto, técnica e forma, concertadas na definição coerente de uma arquitetura;</li> <li>- Conhecimento dos materiais, sistemas construtivos e tecnologias de construção e sua articulação com a metodologia projetual;</li> <li>- Domínio conceptual e operativo das técnicas e processos de representação e comunicação, entendimento da relevância na prática projetual.</li> </ul>
Arq V S5	<p>Projeto como campo de investigação, simular/experimentar soluções</p>	<p>Investigação Habitação Serviços</p>	<p>Acompanhamento individual e em grupo do trabalho.</p>	<p>Desenvolver a prática projetual e a capacidade de conceção arquitetónica, tendo como</p>

	<p>que desenvolvam a relação edifício/cidade ou, objeto/território, dando ênfase à noção de lugar e à compreensão de uma área específica da cidade.</p> <p>Conteúdos orientadores: 1. Programa de carácter residencial, com tipologias de habitação diferenciadas, equipamento coletivo, comércio e espaço exterior de utilização pública; 2. Relação entre os conceitos projetuais e a estrutura/hierarquia funcional. 3. Elementos fundamentais do território através da integração e inserção do edifício no local de implantação, da relação do mesmo com a estrutura urbana, com os espaços exteriores envolventes e com a topografia; 4. Investigação de um suporte teórico e técnico para a construção da linguagem/imagem arquitetónica; 5. Projeto como um ato de síntese e de afirmação da cultura arquitetónica; 6. Domínio de aspetos regulamentares e legislativos. Desenvolvido até à fase de estudo prévio. Complemento de um exercício de investigação e análise de edifícios de habitação coletiva e equipamentos.</p>	<p>Cidade Materialização Especialidades</p>	<p>Aprendizagem com ligação a situações práticas reais, incluindo aulas teóricas de acompanhamento e visitas a edifícios de referência arquitetónica.</p> <p>Capacidade de representação e de pesquisa através do desenho e de modelos tridimensionais, a consciencialização de uma metodologia de projeto, e das lógicas subjacentes às opções do projeto.</p> <p>Simular um processo de produção de um projeto de arquitetura nas suas diferentes fases.</p> <p>Avaliação: A coerência arquitetónica das propostas apresentadas; a ideia, o grau de desenvolvimento e o aprofundamento do tema; a integração de conceitos arquitetónicos investigados e experimentados; a fundamentação teórica das propostas; a participação e assiduidade nas aulas; a pontualidade na entrega dos exercícios; o rigor na apresentação dos trabalhos (apresentação oral, escrita e gráfica).</p> <p>Avaliação final perante Júri</p>	<p>principal pressuposto o entendimento da relação edifício/cidade.</p> <p>É objetivo do exercício proposto e, em conjunto com o da disciplina de Arquitetura VI (2º semestre), dotar o aluno de um domínio progressivo das várias escalas de intervenção arquitetónica - desde a escala da cidade, do edifício, dos espaços públicos exteriores até ao detalhe construtivo - e a sua relação com as diferentes fases de projeto - estudo prévio, projeto base e pormenorização construtiva.</p> <p>Igualmente, no processo de materialização dos princípios projetuais pretende-se desenvolver a capacidade crítica do aluno, assim como os instrumentos específicos da disciplina arquitetónica e a sua relação com o conjunto de conhecimentos das áreas que a complementam - engenharia, história, arquitetura paisagística, etc.</p>
Arq VI S6	<p>Projeto como campo de investigação onde é possível simular/experimentar soluções tipológicas, dando ênfase à relação linguagem arquitetónica/construção.</p> <p>Conteúdos orientadores: 1. Diferentes tipologias de habitação, equipamento coletivo, comércio e espaço exterior de utilização pública; 2. Relação estrutura/hierarquia funcional de espaços públicos e privados; 3. Investigação enquanto suporte teórico e técnico para a construção da linguagem/imagem arquitetónica através dos</p>	<p>Investigação Habitação Serviços Cidade Materialização Especialidades</p>	<p>Acompanhamento individual e em grupo do trabalho.</p> <p>Aprendizagem com ligação a situações práticas reais, incluindo aulas teóricas de acompanhamento e visitas a edifícios de referência arquitetónica.</p> <p>Capacidade de representação e de pesquisa através do desenho e de modelos tridimensionais, a consciencialização de uma metodologia de projeto, e das lógicas subjacentes às opções do projeto.</p> <p>Simular um processo de produção de um projeto de arquitetura nas suas diferentes fases.</p>	<p>Na sequência da UC anterior, o objetivo é desenvolver a prática projetual e a capacidade de conceção arquitetónica, tendo como principal pressuposto o entendimento da relação edifício/tipologias de habitação. O projeto a desenvolver parte do edifício de carácter residencial, proposto na disciplina de Arquitetura V, com habitação coletiva, equipamento público e comércio. A resposta ao exercício proposto pressupõe a consolidação da estrutura funcional de um edifício assente na relação público/privado, a reflexão acerca das tipologias da habitação e o entendimento da relação entre</p>

	<p>materiais e sistemas construtivos; 4. Projeto como um ato de síntese e de afirmação da cultura arquitetônica; 5. Domínio de aspetos regulamentares e legislativos.</p> <p>Neste exercício será definido o funcionamento do edifício, dando ênfase às tipologias da habitação e ao entendimento da solução construtiva proposta. Pretende-se que se apresentem os fundamentos das opções tomadas e se desenvolva uma síntese crítica sobre a proposta. O conjunto da proposta deverá ser desenvolvido até à fase de projeto base incluindo alguma pormenorização.</p>		<p>Avaliação:</p> <p>A coerência arquitetónica das propostas apresentadas; a ideia, o grau de desenvolvimento e o aprofundamento do tema; a integração de conceitos arquitetónicos investigados e experimentados; a fundamentação teórica das propostas; a participação e assiduidade nas aulas; a pontualidade na entrega dos exercícios; o rigor na apresentação dos trabalhos (apresentação oral, escrita e gráfica).</p> <p>Avaliação final perante Júri</p>	<p>linguagem arquitetónica e sistemas construtivos.</p> <p>É objetivo do exercício proposto e, em conjunto com o da disciplina de Arquitetura V (1º semestre), dar continuidade ao domínio progressivo das várias escalas de intervenção arquitetónica - desde a escala da cidade, do edifício, dos espaços públicos exteriores até ao detalhe construtivo - e a sua relação com as diferentes fases de projeto - estudo prévio, projeto base e pormenorização construtiva.</p>
--	---	--	--	---

Notas: Tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2008/2009. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização da FUC: Quadro identificativo da UC (Designação e código; Tipo e Nível de ensino – ciclo; Ano; Semestre; Nº de créditos; Horas de trabalho total e de contacto; Língua de ensino; Pré-requisitos e precedências; Área científica; Departamento; Coordenador e Docentes); Objetivos; Programa; Bibliografia básica; Bibliografia complementar; Processo de ensino/aprendizagem; Processo de avaliação; Observações.

## 8.1 ISCTE-IUL (2008-2009; 2º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
Prj Arq I S7	<p>Barreiro, na margem sul do Estuário do Tejo, (...). Com a construção do novo aeroporto em Alcochete e da 3ª travessia do Tejo Barreiro/Chelas, (rodovia - comboio regional - alta velocidade) cujo traçado cruza os terrenos onde nasceram as principais indústrias do período do Estado Novo, como a Cuf (Quimiparque), e a implementação neste cruzamento da futura comutação entre transportes regionais e urbanos, é necessário um novo olhar para o território da cidade.</p> <p>O completamento da linha do metropolitano de superfície da Margem Sul do Tejo (MST) até ao Fogueteiro, Seixal, Barreiro e Lavradio deverá fazer a ligação ao novo interface de transportes fluviais a deslocalizar do lado poente para a frente norte da cidade e ao grande comutador de transportes regionais e urbanos acima referido.</p> <p>A estratégia para a requalificação do território da cidade passa pela capacidade de entender e de cruzar os temas e os programas propostos para os seguintes três grandes conjuntos temáticos às várias escalas:</p> <p>a) Os espaços não ocupados por construção, existentes, a requalificar e a propor (vazios, verde, água, etc...); b) As massas de construção, existentes, a requalificar ou a propor (habitação, comércio, serviços, indústrias várias); c) As redes de distribuição de fluxos, existentes, a requalificar ou a propor (vias, MST, atravessamentos pedonais ou de trânsito não motorizado).</p>	<p>Território Edifício Contexto Requalificação Esp público Infraestrutura Programa</p>	<p>2 Exercícios em simultâneo:</p> <p>A – Estratégia geral para a requalificação da faixa que acompanha do lado nascente a Avenida Miguel Bombarda, desde a atual estação central da REFER do Barreiro, até à margem do Tejo, a norte.</p> <p>Trabalho de grupo, escala 1/2000. Inclui: 1 Maqueta da faixa de território em estudo; 2 Planta (s) síntese da situação atual identificando os principais problemas da estrutura natural e construída e do seu funcionamento; 3 Planta síntese da proposta; 4 Perfis transversais e longitudinais</p> <p>B – Projeto do novo Interface entre o MST e o transporte fluvial na margem norte da cidade (antiga zona portuária da Cuf).</p> <p>O projeto individual escala 1/400, inclui a estação de metro e espaços e equipamentos públicos.</p> <p>Inclui: 1 Maqueta de estudo e apresentação da proposta: 2 Plantas, cortes e alçados dos vários níveis e das situações tipo; 3 Modelo 3D (facultativo).</p> <p>A avaliação final dos trabalhos será pública e feita por um júri constituído pelos professores da cadeira e personalidades convidadas.</p>	<p>Convergência num mesmo projeto das cadeiras de Projeto Urbano e de Projeto de Arquitetura.</p> <p>Pretende-se que os alunos no início deste 2º ciclo desenvolvam simultaneamente um trabalho a várias escalas de conceção e projeto explorando as múltiplas articulações possíveis desde a escala do território às do projeto de Arquitetura dos edifícios e vice-versa.</p> <p>Pretende-se que os alunos desenvolvam o seu trabalho com base no entendimento do lugar e do contexto, dos seus problemas/potencialidades, nas mais diversas estruturas naturais, construídas e humanas.</p> <p>Todo o trabalho a desenvolver durante o semestre tem por base um território concreto em transformação cuja Requalificação se considera urgente.</p> <p>Trata-se de encontrar uma estratégia de intervenção em que o Espaço Público edificado e não edificado cumpra a sua função eminentemente estruturante.</p> <p>Trabalhar e investigar os programas que melhor cumprem os objetivos de requalificação e regeneração do território proposto. Equacionar os locais a intervir com exatidão e rigor integrando os valores patrimoniais existentes na estratégia geral de intervenção.</p>
Prj Arq II S8	<p>No primeiro semestre os alunos desenvolveram os exercícios A e B:</p> <p>A- Uma estratégia geral (trabalho de grupo); B- Projeto para a área de implantação do</p>	<p>Território Edifício Contexto Requalificação Esp público Infraestrutura</p>	<p>2 Exercícios em sequência:</p> <p>C – Desenvolvimento do Projeto iniciado no primeiro semestre, para a área urbana do interface fluvial/MST.</p>	<p>Pretende-se que os alunos continuem a desenvolver neste segundo semestre um trabalho a várias escalas de conceção e projeto explorando as múltiplas articulações possíveis desde</p>



	<p>novo interface fluvial/MST (trabalho individual).</p> <p>Na sequência do trabalho desenvolvido no semestre anterior os alunos irão aprofundar o projeto dos Espaços Públicos e dos Edifícios da zona tratada no exercício B. Ao longo do semestre e a par com o desenvolvimento dos projetos é natural que cada grupo vá clarificando a estratégia geral desenvolvida no exercício A do primeiro semestre. Pretende-se que o trabalho final a apresentar em Julho seja o resultado de um processo contínuo de relacionamento coerente entre as várias escalas de projeto de todos os exercícios do ano A, B, C e D. Assim, como de início foi na procura da estratégia geral que se determinaram as primeiras opções de projeto, é também com o seu desenvolvimento que se vai olhar de novo para o todo e se necessário rever ou clarificar opções de princípio.</p>	<p>Equipamento Programa</p>	<p>O projeto individual à escala 1/400 e inclui a estação de metro escolhida e os espaços e equipamentos públicos que melhor solucionem essa zona da cidade. Inclui: 1 Maqueta de estudo e apresentação da proposta; 2 Plantas, cortes e alçados dos vários níveis e das situações tipo; 3 Modelo 3D (facultativo).</p> <p>D – Projeto para os Edifícios (a escolher) da área urbana do interface fluvial/MST. O projeto individual, 1/50 (cortes a escolher), 1/10 (desenhos de construção), 1/1 (pormenores). Inclui: 1 Maqueta de estudo e apresentação da proposta; 2 Plantas, cortes e alçados à escala 1/200 (desenhos gerais); 3 Cortes tipo a escolher 1/50; 4 Desenhos de construção, com base nos cortes tipo 1/10; 5 Desenhos de pormenor, a escolher 1/1; 6 Modelo 3D (facultativo).</p> <p>A avaliação final dos trabalhos será pública e feita por um júri constituído pelos professores da cadeira e personalidades convidadas.</p>	<p>a escala do território às do projeto de Arquitetura dos edifícios e vice-versa.</p> <p>Pretende-se que os alunos desenvolvam o seu trabalho com base no aprofundar do entendimento do lugar e do contexto, dos seus problemas/potencialidades, nas mais diversas estruturas naturais, construídas e humanas.</p> <p>Trata-se de aprofundar a estratégia de intervenção em que o Espaço Público edificado e não edificado cumpra a sua função eminentemente estruturante.</p> <p>Trabalhar os programas que melhor cumprem os objetivos de requalificação e regeneração do território proposto. Verificar os locais a intervir com exatidão e rigor integrando os valores patrimoniais existentes na estratégia geral de intervenção.</p>
<p>PFA S9+10</p>	<p>Obedece a um tema anual: Transformação Urbana das Áreas Ribeirinhas da Cidade de Lisboa, considerando o projeto da terceira travessia do Tejo. A UC consiste na elaboração de um Trabalho de Projeto composto por duas vertentes: uma de âmbito projetual e outra de âmbito teórico. São indicadas várias perspetivas de abordagens ao tema, quer para a vertente prática, quer teórica: Mutações; Habitação; Fluxos; Contentores; Terrain-Vague; Património; Fragmentos urbanos; Infraestrutura; Sustentabilidade; Acessibilidades; Metropolitanismo; Território e Paisagem. <u>Vertente de Projeto:</u></p>	<p>Território Edifício Contexto Requalificação Esp público Infraestrutura Programa Expressão Comunicação Teoria</p>	<p>Aulas e os exercícios seguirão o espírito do Processo de Bolonha, ou seja será incentivada a aquisição de competências, fundamentando a progressiva autonomia dos estudantes.</p> <p>Alicerçar-se no debate sobre os trabalhos em curso. Estão também previstos um conjunto de seminários temáticos que contribuirão para ampliar criticamente os conteúdos da UC.</p> <p><u>Exercício 1:</u> Percurso Pedonal e 8 habitações. (individual). A eleição dos deverá equacionar a articulação de áreas com distintas</p>	<p>Projeto Final de Arquitetura é a UC que encerra a formação no âmbito do MIA, adquirindo, por isso, um papel de síntese na consolidação e aprofundamento das competências alcançadas pelos estudantes ao longo dos 4 anos anteriores.</p> <p>Preconiza-se, nesta UC, o incentivo a cada vez maior autonomia, por parte dos estudantes, na resolução dos exercícios propostos e nas decisões de ordem conceptual que venham a adotar.</p> <p>Outro objetivo é a clarificação de um entendimento crítico da expressão da arquitetura definida e enquadrada na transversalidade dos vários saberes.</p>

<p>Área de intervenção na proximidade com o local onde se preconiza a inserção da nova ponte sobre o Tejo.</p> <p>Propõe-se uma leitura seccionada do território, procurando cruzar as diversas ocupações e mapeamentos do solo, entre a encosta e o rio, com a inserção da complexa rede de canais ferroviários (da linha de Sintra e da linha do Norte e linha de cintura do Porto de Lisboa), que invadem e rompem toda a área urbana em estudo. (...).</p> <p>Para além do impacte urbano da infraestrutura, viária e rodoviária, deverão ser considerados os nós de ligação às estruturas existentes, e a mutação que virá a existir neste local, que atualmente se encontra expectante em relação a um novo paradigma urbano.</p> <p>(...) Serão lançados 3 exercícios projetuais a desenvolver ao longo do ano letivo. Os exercícios, cujos enunciados serão elaborados em fichas específicas, têm como objetivo relacionar, num diálogo sistemático, a macro escala da análise estratégica do território, com a microescala da intervenção cirúrgica da arquitetura.</p> <p><u>Vertente Teórica</u></p> <p>Ensaio, considerando a temática de fundo que orienta o programa desta UC, e as diversas vias de investigação definidas.</p>		<p>morfologias e permitir o atravessamento entre a cota mais elevada deste território até ao rio. O cruzamento com as linhas de comboio existentes e previstas ou com as vias rodoviárias de tráfego intenso deverá, incorporar a acessibilidade à população em geral.</p> <p>Desenhos e Maquetas à escala a determinar, sugerindo-se a 1/5000 ou 1/2000, 1/1000 e 1/100; Caderno Síntese (0,21 x0,21m)</p> <p><u>Exercício 2:</u> Plano Estratégico (Grupo). Inclui: Memorando, máximo 6 páginas A4; Planta enquadramento à escala 1/5000 e ou 1/2000; Planta estrutura urbana à escala 1/1000; Cortes escala 1/1000; Esquemas gráficos e ou esboços que explicitem a proposta e a sua integração; Simulações gráficas da proposta (esquissos, 3ds, fotomontagens).</p> <p><u>Exercício 3:</u> Aprofundar uma parte do Plano e desenvolver equipamento (individual). Programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Biblioteca Municipal;</li> <li>Escola de Oficinas Tradicionais de Lisboa;</li> <li>Museu da Indústria do Oriente de Lisboa;</li> <li>Teatro de Marvila.</li> </ul> <p>Elementos: Escalas 1:2000 a 1:50.</p>
--	--	---

Notas: Tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2008/2009. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização da FUC: Quadro identificativo da UC (Designação e código; Tipo e Nível de ensino – ciclo; Ano; Semestre; Nº de créditos; Horas de trabalho total e de contacto; Língua de ensino; Pré-requisitos e precedências; Área científica; Departamento; Coordenador e Docentes); Objetivos; Programa; Bibliografia básica; Bibliografia complementar; Processo de ensino/aprendizagem; Processo de avaliação; Observações.

## 9. ISCTE-IUL (2013-2014; 1º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
Arq I S1	<p>1. Identificação do plano disciplinar da arquitetura: do território em que opera, das ferramentas de que se socorre, da relação com outras áreas disciplinares;</p> <p>2. Investigação conceptual de problemas espaciais e valorização da importância do processo criativo enquanto permanente aferição crítica entre conceção e produção;</p> <p>3. Interpretação da relação entre espaço e programa. Exploração de relações visuais e espaciais, de espaços relacionais e sequências espaciais;</p> <p>4. Reconhecimento da relação entre estrutura e materialidade, entre caracterização e perceção;</p> <p>5. Representação, organização e apresentação gráfica de um processo de arquitetura; estruturação de um discurso escrito e oral.</p>	<p>Espaço</p> <p>Conceitos</p> <p>Programa</p> <p>Materialidade</p> <p>Representação</p>	<p>Exercício de análise e representação de Projetos.</p> <p>Exercício de representação espacial de uma realidade ficcionada, literária (de “cariz abstrato, por contraponto às formas codificadas de Arquitetura”).</p> <p>Desenho à mão, esboço, esquisso, projeção, perspectiva paralela.</p> <p>Modelos manuais. Escalas 1:100, 1:200</p> <p>Trabalho individual e de grupo. Crítica individual e comparada. Exposição de trabalhos.</p> <p>Avaliação final em júri interno-externo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação dos elementos primários do espaço em arquitetura;</li> <li>- Exploração dos princípios básicos de organização e composição espacial;</li> <li>- Manipulação dos conceitos de proporção e escala;</li> <li>- Interpretação criativa de um programa enquanto definição e diferenciação espacial;</li> <li>- Relação entre lógica construtiva e lógica constitutiva de um projeto;</li> <li>- Desenvolvimento de ferramentas gráficas bidimensionais e tridimensionais próprias da disciplina enquanto elementos fundamentais do raciocínio arquitetónico e sua comunicação;</li> <li>- Domínio dos princípios básicos do desenho técnico enquanto sistema de representação codificada (plantas, cortes e alçados) e da expressividade do desenho rigoroso.</li> </ul>
Arq II S2	<p>1. Investigar os potenciais inerentes à ‘inteligência’ dos materiais, o sentido e consequências da utilização de sistemas modulares para a construção de modelos tridimensionais, a geometria como um processo generativo;</p> <p>2. Explorar a relação entre estrutura física e conceptual, entre estrutura interna e superfície externa;</p> <p>3. Interpretar um programa de forma criativa;</p> <p>4. Trabalhar na construção real de um espaço envolvendo-se com o processo de produção e trabalho artesanal;</p> <p>5. Analisar um território real;</p> <p>6. Manipular um terreno;</p> <p>7. Desenvolver a capacidade de expressão e investigação através de ferramentas gráficas bidimensionais e tridimensionais próprias da disciplina;</p> <p>8. Organizar e apresentar graficamente um projeto e respetivo processo conceptual, bem como estruturar um discurso escrito e oral;</p>	<p>Matéria</p> <p>Espaço</p> <p>Programa</p> <p>Composição</p> <p>Representação</p> <p>Contexto</p> <p>Comunicação</p>	<p>Conceção e construção de uma superfície gerada pela sua estrutura e materialidade.</p> <p>Exercício de tradução espacial de uma narrativa ficcional, através da conceção e construção de um espaço à escala 1:1.</p> <p>Projeto com programa e local.</p> <p>Desenho à mão, esboço, esquisso, projeção, perspectiva paralela.</p> <p>Modelos manuais. Escalas 1:100, 1:200</p> <p>Avaliação final em júri interno-externo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constatar o papel de materialidade e caracterização tectónica na estruturação de relações espaciais e visuais e respetiva perceção de um objeto arquitetónico;</li> <li>- Relacionar lógica construtiva e lógica constitutiva no projeto;</li> <li>- Distinguir os conceitos de programa e função. Programa enquanto resposta a um problema arquitetónico através da definição e diferenciação espacial;</li> <li>- Demonstrar um conhecimento básico dos processos de produção e da relação entre o homem e o espaço em termos sensoriais, de escala e de proporção;</li> <li>- Identificar a relação entre território de estudo e território de intervenção bem como compreender a implicação das leituras multidimensionais de</li> </ul>

	<p>9.Consolidar os conhecimentos adquiridos em Arquitetura I e relacioná-los/aplica-los em Arquitetura II</p>			<p>um lugar no desenvolvimento de um processo de trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Arquitetura enquanto processo de transformação da paisagem e a necessidade de controlo da sua implantação;</li> <li>– Ferramentas gráficas de representação enquanto elementos fundamentais do raciocínio arquitetónico;</li> <li>– Dominar instrumentos de comunicação e apresentação de um projeto e respetivo processo conceptual, nomeadamente o desenho técnico enquanto sistema de representação codificada (plantas, cortes e alçados);</li> <li>– Montar um discurso arquitetónico sustentado nas relações de equilíbrio entre forma, espaço, programa, materialidade e estrutura.</li> </ul> <p>- Compreender a relação entre conceito, processo e materialização de uma ideia.</p>
Arq III S3	<p>Projeto de uma Habitação unifamiliar em meio urbano consolidado e topograficamente acidentado.</p> <p>Análise preliminar da área de intervenção (morfologia, topologia, topografia).</p> <p>1ª Fase - Trabalho de grupo que fará a análise do sítio de intervenção através duma interpretação do contexto histórico, do levantamento cartográfico, do levantamento fotográfico, da preparação de bases de desenho e duma maquete. Nesta fase o aluno deve apresentar ainda uma ideia-conceito para o seu projeto.</p> <p>2ª Fase – Desenvolvimento da proposta com aproximação aos espaços interiores;</p> <p>3ª Fase – Uma maior definição de todos os espaços interiores e exteriores.</p> <p>Projeto escala 1:100</p>	<p>Habitação</p> <p>Ideia</p> <p>Programa</p> <p>Contexto</p> <p>Hierarquia</p> <p>Crítica</p> <p>Materialidade</p> <p>Construção</p> <p>Representação</p> <p>Comunicação</p>	<p>Desenho à mão, esboço, esquisso, projeção, desenhos notados. Manuais e em ACAD.</p> <p>Modelos manuais diversos.</p> <p>Avaliação final em júri interno-externo</p>	<p>Compreender o espaço através de uma metodologia de Projeto e da compreensão crítica da disciplina da Arquitetura.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Definir uma ideia-conceito</li> <li>– Construir um programa;</li> <li>– Analisar um território urbano através duma síntese interpretativa traduzida na resposta ao exercício;</li> <li>– Demonstrar uma boa estratégia de implantação e definição volumétrica;</li> <li>– Mostrar um bom enquadramento territorial;</li> <li>– Mostrar bom entendimento de espaço público e privado;</li> <li>– Criar sistemas hierárquicos;</li> <li>– Mostrar capacidade em criticar um projeto;</li> <li>– Relacionar materiais e sistemas construtivos com a sua metodologia de projeto;</li> <li>– Dominar as técnicas e processos de representação e comunicação projetual;</li> </ul>
Arq IV S4	<p>Projeto de um “Espaço de Retiro”, em tecido urbano consolidado e topograficamente acidentado.</p> <p>Consiste numa reflexão sobre como intervir em tecidos urbanos</p>	<p>Equipamento</p> <p>Ideia</p> <p>Programa</p> <p>Território</p> <p>Qualidade</p> <p>Materialidade</p>	<p>Análise preliminar da área de intervenção (morfologia, topologia, topografia), trabalho realizado em grupos.</p> <p>Definição / crítica do Programa, por cada aluno.</p>	<p>Definição de uma ideia-conceito;</p> <p>Entendimento do território como ferramenta de projeto;</p>

	consolidados. O seu intuito é realizar uma transição programática entre as temáticas estudadas no semestre anterior (habitação) e o tema principal do presente semestre (equipamento), através de um programa de média dimensão de carácter público/privado	Construção	<p>Projeto escala 1:100</p> <p>Desenho à mão, esboço, esquisso, projeção, desenhos notados. Manuais e em ACAD. Estudos luminicos-ambientais em desenho e fotografia de maqueta. Modelos manuais diversos.</p> <p>Entregas semanais de 5 folhas síntese A4. Entregas intermédias e avaliação final em júri interno-externo, com apresentação em PP.</p>	Compreensão da escala urbana e definição da paisagem humanizada; Definição de espaço público e privado; Definição de uma arquitetura qualificada: luz, sombra, tempo, sequencia, escala, vistas, etc.; Definição de espaço exterior qualificado; Escolha de materiais e sistemas construtivos.
Arq V S5	<p>Intervenções em áreas rurais e pero-urbanas, articulando interesses e características locais (agrícolas, paisagísticos, históricos e arquitetónicos) com o turismo no espaço rural.</p> <p>Espaço Público e reabilitação de edificado para empreendimentos turísticos em espaço rural.</p> <p>3 Fases:</p> <p>1- Análise, interpretação e representação do objeto de estudo, atendendo às especificidades geográficas, físicas, sociais e económicas do território e à morfologia, tipologia e implantação do edificado pré-existente.</p> <p>2- Proposta de uma rede de espaços de turismo rural. Deverão nesta fase ser definidas e desenhadas as valências programáticas a propor, bem como justificada a sua pertinência no quadro mais alargado do território que constitui o local de intervenção e sua envolvente imediata.</p> <p>3-Desenvolvimento de um dos projetos apontados na fase anterior, até às escalas do desenho de execução, questionando, corrigindo e consolidando as decisões tomadas anteriormente.</p>	Turismo Esp rural Território Programa Reabilitação Comunicação	<p>Projeto até escala 1:50.</p> <p>Esboço, esquisso, projeção, desenhos notados. Manuais e em ACAD. Modelos manuais diversos. Articulação entre aulas Teóricas e Práticas, avaliação faseada e avaliação final em júri interno-externo</p>	<p>– Identificar os elementos fundamentais do território;</p> <p>- Construir um suporte teórico, de referência adequada ao lugar e ao programa.</p> <p>– Integrar as componentes específicas do território de modo a conceber o projeto como um ato de síntese e de afirmação da cultura arquitetónica.</p> <p>– Desenvolver a capacidade de comunicar e expressar As opções de projeto atendendo às especificidades de cada uma das fases.</p>
Arq VI S6	<p>- Conceção de um edifício de habitação coletiva, associado a uma valência de equipamento ou espaço comercial de proximidade (que densifique e intensifique a função residencial), num contexto urbano de génese ilegal.</p> <p>- Articulação do complexo proposto com a especificidade do lugar encontrado, atendendo à inserção física e programática do edifício, num</p>	Habitação Equipamento Serviços Cidade Vivência Comunicação	<p>Projeto até escala de execução.</p> <p>Teórico-práticas (TP).</p> <p>Valorizar-se-á a apresentação e discussão de casos de estudo associados aos conceitos e ideias nucleares da UC. Práticas laboratoriais (PL). Compreendem o</p>	<p>- Identificar as variáveis a partir das quais se constrói o projeto;</p> <p>-Construir, a partir da capacidade de teorizar, um pensamento crítico perante a arquitetura e os modos de habitar contemporâneos;</p> <p>-Desenvolver um projeto que articule as condicionantes e premissas do exercício, materializando uma ideia de</p>

	<p>contexto urbano específico;</p> <p>- Desenvolvimento do projeto até às escalas do desenho de execução, questionando, corrigindo e consolidando as decisões tomadas anteriormente.</p>		<p>trabalho em grupo e Individual.</p> <p>Esboço, esquisso, projeção, desenhos notados. Manuais e em ACAD. Modelos manuais diversos.</p> <p>Avaliação final em júri interno-externo</p>	<p>habitar que complete e qualifique a estrutura urbana que o recebe;</p> <p>- Consolidar a capacidade de comunicar e expressar as opções de projeto atendendo às especificidades de cada uma das suas fases de desenvolvimento.</p>
--	--	--	---	--

Notas: Tabela adaptada de Willmejin Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2013/2014. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização da FUC: Quadro identificativo da UC (Designação e código; Tipo e Nível de ensino – ciclo; Ano; Semestre; N° de créditos; Horas de trabalho total e de contacto; Língua de ensino; Pré-requisitos e precedências; Área científica; Departamento; Coordenador e Docentes); Objetivos; Programa; Bibliografia básica; Bibliografia complementar; Processo de ensino/aprendizagem; Processo de avaliação; Observações.

## 9.1 ISCTE-IUL (2013-2014; 1º Ciclo)

Projeto	Programa / Tipo	Temas	Métodos /Competências	Objetivos / Resultados
Prj Arq I S7	<p>- Leitura crítica do território: espaços sem construção, vazios urbanos, estrutura paisagística, redes de mobilidade, infraestruturas e massa construída.</p> <p>- Morfologias urbanas, espaços públicos e privados, edifícios excecionais e “correntes”, as sobreposições de ocupação do território ao longo do tempo.</p> <p>- Relevância da conjugação/sobreposição da estrutura da propriedade, modos de produção, opções políticas na construção da forma arquitetónica da cidade.</p> <p>- As tipologias edificadas: massa construída/espaco vazio, público e privado, organização interna (distribuição vertical e horizontal, espaços servidores e servidos), forma arquitetónica.</p> <p>- Demonstração da viabilidade programática da edificação existente a manter ou reabilitar e da construção nova.</p> <p>- Demonstração da exequibilidade construtiva, espacial e formal das propostas.</p> <p>Viagem de estudo ao Porto: relação entre arquitetura e infraestruturas de transportes.</p>	<p>Território</p> <p>Edifício</p> <p>Contexto</p> <p>Requalificação</p> <p>Esp público</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Programa</p>	<p>O processo de ensino aprendizagem é baseado em aulas de prática laboratorial, complementadas por um seminário semanal sobre os temas e módulos do programa. Ao longo do semestre será desenvolvido um trabalho de grupo (30%) e um trabalho individual (70%).</p> <p>O de grupo é uma estratégia de reestruturação territorial, o individual é o Projeto de um equipamento coletivo.</p> <p>Cabe aos alunos definirem o programa.</p> <p>Esboço, esquisso, projeção, desenhos notados. Manuais e em ACAD. Modelos manuais diversos. Desde escala 1:5000 a 1:50. Avaliação final em júri interno-externo</p>	<p>- Desenvolver simultaneamente os trabalhos a várias escalas de conceção e projeto explorando as múltiplas articulações possíveis desde as escalas do território à dos projetos dos edifícios e vice-versa.</p> <p>-Desenvolver o seu trabalho com base no entendimento do lugar e do contexto, dos seus problemas/potencialidades, nas diferentes estruturas naturais, construídas e humanas, com especial atenção à sua evolução ao longo das diferentes épocas históricas.</p> <p>- Propor uma estratégia geral de intervenção em que o espaço público, edificado e não edificado, cumpram a sua função eminentemente estruturante.</p> <p>- Investigar e desenvolver os programas que melhor cumprem os objetivos de requalificação e regeneração do território proposto. Analisar e equacionar os locais a interencionar com exatidão e rigor, integrando os valores patrimoniais existentes na estratégia de intervenção.</p>
Prj Arq II S8	<p>(Equipamento público na área territorial anteriormente trabalhada)</p> <p>- Demonstração da viabilidade programática da edificação existente a manter ou reabilitar e da construção nova.</p> <p>- As tipologias edificadas: massa construída/espaco vazio, público e privado, organização interna (distribuição vertical e horizontal, espaços servidores e servidos), forma arquitetónica.</p> <p>- Relevância da conjugação/sobreposição da estrutura da propriedade, modos de produção e opções</p>	<p>Território</p> <p>Edifício</p> <p>Contexto</p> <p>Requalificação</p> <p>Esp público</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Equipamento</p> <p>Programa</p>	<p>Aulas de prática laboratorial, seminário semanal sobre os temas e módulos do programa. Desenvolvido um trabalho individual e uma reflexão final em grupo.</p> <p>Serão analisados, em grupo, casos de estudo relacionados com os temas do trabalho.</p> <p>Um exercício, desde escala 1:2000 a 1:20. Alunos escolhem um de três programas tipo pré-</p>	<p>(Continuação de Semestre anterior)</p> <p>- Investigar e desenvolver os programas que melhor cumprem os objetivos de requalificação e regeneração do território proposto. Analisar e equacionar os locais a interencionar com exatidão e rigor, integrando os valores patrimoniais existentes na estratégia de intervenção.</p> <p>- Propor uma estratégia geral de intervenção em que o espaço público, edificado e não edificado, cumpram a sua função eminentemente estruturante.</p> <p>- Desenvolver o seu trabalho com base no entendimento do lugar e do contexto, dos seus problemas/potencialidades, nas diferentes estruturas naturais, construídas e humanas, com especial atenção à sua evolução ao longo das diferentes épocas históricas.</p>

	<p>políticas na construção da forma arquitetónica da cidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Morfologias urbanas, espaços públicos e privados, edifícios excepcionais e “correntes”, as sobreposições de ocupação do território ao longo do tempo.</li> <li>- Releitura crítica do território: espaços sem construção, vazios urbanos, estrutura paisagística, redes de mobilidade, infraestruturas e massa construída.</li> <li>- Demonstração da exequibilidade construtiva, espacial e formal das propostas.</li> </ul>		<p>definidos e um de três locais pré-definidos. Esboço, esquisso, projeção, desenhos notados. Manuais e em ACAD. Modelos manuais diversos. Avaliação final em júri interno-externo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver simultaneamente os trabalhos a várias escalas de conceção e projeto explorando as múltiplas articulações possíveis desde as escalas do território às dos projetos dos edifícios e vice-versa.</li> </ul>
PFA S9+10	<p>Obedece a um tema anual: “Arquitetura ou Revolução” (título inspirado na frase proferida por Le Corbusier em "Vers une Architecture" de 1923) que desenvolveremos em 2013/2014. A este tema associou-se uma reflexão sobre conjuntos habitacionais produzidos na periferia dos núcleos urbanos, na época que envolveu a revolução portuguesa de 1974. O programa consiste na elaboração de um Trabalho de Projeto, requisito obrigatório para a obtenção do grau de mestre. O Trabalho de Projeto é composto por duas vertentes: uma de âmbito projetual e outra de âmbito teórico.</p> <p>O trabalho prático-projeto consiste em vários exercícios ao longo de um ano letivo.</p>	<p>Território Edifício Contexto Requalificação Esp público Infraestrutura Programa Expressão Comunicação Teoria</p>	<p>Agrupar todas as AC do curso, coordenada por Projeto, tendo uma vertente de Projeto e uma teórica, acompanhada por docentes de outras AC. Alicerça-se em amplo debate sobre os trabalhos em curso. Conjunto de seminários temáticos.</p> <p>Competências através de dois vetores fundamentais: por um lado pela experimentação promovida pelos exercícios de projeto, por outro lado através do cruzamento dessa prática projetual com uma pesquisa de índole teórico.</p> <p>Desenhos, maquetas e um caderno síntese, incluindo ensaio teórico. Avaliação final em júri interno-externo.</p>	<p>Incentivar a autonomia dos alunos. Clarificar o entendimento crítico da Arquitetura, aprofundar processos de Projeto, pondo em relevo uma posição ética.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formular, a partir das problemáticas territoriais do mundo contemporâneo, uma interação e um entendimento que lhe permita construir uma posição cívica;</li> <li>- Estruturar, no quadro dos estudos arquitetónicos, um discurso sobre as dinâmicas urbanas, sociais e económicas que enquadram o mundo atual;</li> <li>- Desenvolver competências ao nível da precisão do traço arquitetónico, como um instrumento primordial para desbloquear os conflitos e criar fluxos de regeneração na densidade e complexidade do território contemporâneo;</li> <li>- Conceber e articular um mapa metodológico para o desenvolvimento de um trabalho teórico de investigação;</li> </ul>

Notas: Tabela adaptada de Willmeijn Floet, página 4 do inquérito da TU-Delft, ponto C – *Content and Structure of Design Education*. Fonte FUC de cada Unidade Curricular. Ano de referência 2013/2014. O texto é retirado, simplificando, das FUC, exceto na coluna Temas, em que é efetuada uma interpretação das palavras-chave dos programas.

Organização da FUC: Quadro identificativo da UC (Designação e código; Tipo e Nível de ensino – ciclo; Ano; Semestre; Nº de créditos; Horas de trabalho total e de contacto; Língua de ensino; Pré-requisitos e precedências; Área científica; Departamento; Coordenador e Docentes); Objetivos; Programa; Bibliografia básica; Bibliografia complementar; Processo de ensino/aprendizagem; Processo de avaliação; Observações.



## Escolas - Conteúdo Documental das Provas Finais (2013-14)

Escola	Tipo	Conteúdo	Estrutura Curricular
EAUM	Teórica, Prática, Estágio	<p><b>Formato de Prova Final:</b></p> <p>- <b>Dissertação:</b> investigação teórica e/ou documental aprofundada, próxima de uma Tese ou Ensaio; Dissertação corpo de texto 80000 a 120000 caracteres excluindo espaços, notas de rodapé e referências bibliográficas, admitindo anexos/apêndices.</p> <p>- <b>Trabalho de Projeto:</b> Projeto de Arquitetura original (formatação normalizada, dobrada em A4 e inserida em capas A4), e por um Relatório que fundamente, sintetize e explicita a investigação realizada, com um corpo de texto entre 30000 e 50000 caracteres, excluindo espaços, notas de rodapé e referências bibliográficas), admitindo anexos/apêndices.</p> <p>- <b>Relatório:</b> escrita decorrente de uma reflexão sobre a atividade profissional desenvolvida e material de desenho de apoio (formatação normalizada, dobrada em A4 e inserida em capas A4); o corpo de texto entre 30000 e 50000 caracteres (excluindo espaços, notas de rodapé e referências bibliográficas), admitindo anexos/apêndices.</p> <p><b>Avaliação:</b></p> <p>- Apresentação e discussão perante Júri (3 elementos).</p>	<p><b>Normativa de Enquadramento:</b> Despacho RT -81/2013 de 30 de Setembro (Regulamento do MIA)</p> <p><b>Unidade Curricular:</b> Laboratório de Investigação (PF) (4º e último semestre do 2º ciclo)</p> <p><b>Enquadramento:</b> Precedência a Projeto Investigação no semestre anterior. Sem simultaneidade com Projeto.</p> <p><b>Orientação:</b> Qualquer docente e investigador doutorado da EAUM</p>
FAUP	Teórica	<p><b>Submissão do Plano de Dissertação:</b></p> <p>A estrutura do Plano de Dissertação:</p> <p>a) Capa/ Elementos de Identificação (1 pág.)</p> <p>b) Estrutura (máximo 1500 palavras)</p> <p>Objetivo do trabalho (Questão ou Problema de investigação);</p> <p>Objeto (caso de estudo, referências de autores, trabalhos anteriores, outros) Métodos de trabalho (bibliográfico, experimental, documental, outros); Referências (bibliográficas, outras fontes, casos similares).</p> <p>c) Eventuais Anexos (max, 3 págs.)</p> <p>Iconografia de partida (Desenho, Cartografia, Fotografia)</p> <p><b>Apresentação da Dissertação:</b></p> <p>A dimensão do trabalho não deverá exceder as 150 páginas incluindo escrita e imagens. Não é determinado qualquer limite de palavras nem de figuras.</p> <p>Resumo em português e em inglês será parte integrante da Dissertação. Além dos Índices (da estrutura do trabalho, das referências de eventuais figuras inscritas no trabalho) e das referências bibliográficas e de outras fontes do trabalho).</p> <p><b>Avaliação:</b></p> <p>- Apresentação e discussão perante Júri (3 elementos).</p>	<p><b>Normativa de Enquadramento:</b> Regulamento do MIA de 2011. Documentos “Unidade Curricular de Dissertação” de cada ano curricular.</p> <p><b>Unidade Curricular:</b> Dissertação 5º Ano letivo do MIA (2 e último ano do 2º ciclo)</p> <p><b>Enquadramento:</b> Sem precedência específica. Simultâneo com a UC de Projeto V</p> <p><b>Orientação:</b> Qualquer docente ou investigador doutorado na UP, comunicando à Comissão Científica do ciclo de estudos os temas de dissertação que propõem. O orientador da dissertação é proposto pelo candidato e pode haver coorientação ou orientação externa, a aprovar pela CC. Limite 5 orientandos por docente</p>
d.ARQ-FCTUC	Teórica	<p><b>Natureza, Conteúdos:</b></p> <p>Dissertação deve cumprir os critérios de:</p> <p>a) Originalidade - fundamentada numa seleção inovadora de informação que não tenha sido anteriormente cruzada ou levantada.</p> <p>b) Fundamentação - tomando por fonte autores credíveis e desenvolvendo problemáticas pertinentes.</p> <p>c) Argumentação – recorrendo a exemplos sempre que possível de forma a esclarecer o ponto de vista sobre a matéria da Dissertação.</p> <p>d) Estruturação consequente – onde a natureza e ordenamento das matérias é resultante do encadeamento harmonioso de temáticas.</p> <p>e) Síntese – onde os conteúdos deverão ser selecionados de forma pertinente de maneira a concorrer para o objeto da Dissertação.</p> <p>A Dissertação pode promover a investigação de conteúdos que cruzem a prática oficial de Projeto, adquirida ao longo da</p>	<p><b>Normativa de Enquadramento:</b> Regulamento da Dissertação conducente à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura do Mestrado Integrado em Arquitetura (versão de 2013 – substitui a de 2009)</p> <p><b>Unidade Curricular:</b> Dissertação 5º Ano letivo do MIA (2 e último ano do 2º ciclo)</p> <p><b>Enquadramento:</b> Aprovação na UC Seminário de Investigação em Arquitetura, implicando um Projeto de Dissertação integrado num dos temas de investigação oferecidos pelo corpo docente/orientadores. Este deverá integrar: Tema da Dissertação com Objetivos Gerais</p>

		<p>formação, com uma argumentação de natureza teórica decorrente das temáticas de outra UC do MI. O cruzamento destes conteúdos implica uma abordagem de natureza arquitetónica onde os instrumentos de projeto (desenhos, maquetas, fotomontagens e, entre outros, meios informatizados) podem ser usados como formas de investigação associadas aos fundamentos teóricos dessas práticas.</p> <p><b>Forma:</b> Máximo 60 páginas em formato DIN A4. Os elementos gráficos que acompanham o texto deverão estar impressos no contra-rostro de cada página. Nos casos de grande relevância ou impossibilidade de formatação dos elementos gráficos para a dimensão padronizada adotada para a parte escrita, poderá ser apresentado um anexo gráfico, em formato DIN A3, ou a desmultiplicação da dissertação em dois volumes (sendo o primeiro com a parte escrita e o segundo com a parte gráfica).</p> <p>O documento é formatado pela seguinte ordem: capa – título, autor, orientador(es); 1ª página – agradecimentos; 2ª página - palavras-chave e resumo da Dissertação em Português; 3ª página - palavras-chave (keywords) e resumo da Dissertação em Inglês; 4ª página – índice da dissertação; a partir da 5ª página – Dissertação; páginas finais – Bibliografia e outros materiais consultados, origem das imagens utilizadas, anexos</p> <p><b>Avaliação:</b> - Apresentação e discussão perante Júri (3 elementos).</p>	<p>e Específicos, Estado da Arte, Problemática a desenvolver, Metodologia de Investigação, Bibliografia base, fontes documentais primárias e secundárias e conclusões previsíveis</p> <p>Simultâneo com a UC de Projeto V</p> <p><b>Orientação:</b> Qualquer docente ou investigador do Darq/ FCTUC doutorado que pode ser assessorado por um coorientador doutorado ou não doutorado. Excecionalmente pode a Comissão Científica indicar um coorientador externo, a pedido do Orientador. Limite 10 orientandos por docente.</p>
FAUTL	Teórica, Prática, Estágio	<p><b>Forma:</b> a) Projeto Final, incluindo relatório final evidenciando a investigação realizada para a sua execução; b) Dissertação de natureza científica, baseada na investigação desenvolvida pelo aluno em projeto próprio e/ou integrado numa equipa de investigação; c) Estágio académico de natureza profissional, supervisionado, que inclui um relatório final evidenciando as atividades desenvolvidas.</p> <p><b>Tema:</b> Selecionado por aluno, a partir dos temas e linhas de investigação aprovados e divulgados pela comissão científica do 2º ciclo.</p> <p><b>Conteúdo:</b> Contém: a) Título; b) Objetivos; c) Questões de trabalho / Hipótese; d) Estado do conhecimento; e) Metodologia e calendarização; f) Estrutura do trabalho final de mestrado; g) Listagem de referências e de bibliografia.</p> <p><b>Apresentação:</b> Formato A4 ao alto, ou em formato A3 ao baixo. Quando Projeto Final, o volume de texto principal deve ter uma extensão entre 8000 e 12000 palavras (excluindo resumos, índices, glossários, figuras, anexos e outros elementos extra textuais) e ser acompanhado de um conjunto de elementos gráficos que devem representar e comunicar o projeto. Quando Dissertação de natureza científica o volume de texto principal deve ter uma extensão entre 32000 e 56000 palavras (excluindo resumos, índices, glossários, figuras, anexos e outros elementos extra textuais). Quando Estágio Académico de natureza profissional o volume de texto principal deve ter uma extensão entre 10000 e 12000 palavras (excluindo resumos, índices, glossários, figuras, anexos e outros elementos extra textuais)</p> <p><b>Júri:</b> - Apresentação e discussão perante Júri (3 a 5 membros).</p>	<p><b>Normativa de Enquadramento:</b> Regulamento dos Cursos e Provas de Mestrado, de 24 Julho de 2013 (Substitui regulamento de 2010)</p> <p><b>Unidade Curricular:</b> PFM/Dissertação 10º Semestre letivo do MIA (4º e último semestre do 2º ciclo)</p> <p><b>Enquadramento:</b> Precedência a Seminário de Investigação no semestre anterior. Sem simultaneidade com Projeto.</p> <p><b>Orientação:</b> Quando Projeto Final: a) Professor doutor da FA, dos grupos de unidades curriculares de Projeto; b) Professor doutor da FA, com currículo profissional ou académico adequado ao tema proposto pelo aluno; c) Doutor do domínio científico do tema proposto, ou especialista desde que um professor doutor da FA seja coorientador. Quanto Dissertação: a) Professor doutor da FA, com currículo profissional ou académico adequado ao tema; b) Doutor do domínio científico do tema, ou especialista reconhecido pelo CC. Quando Estágio Académico, o orientador será professor doutor da FA, e o supervisor profissional da entidade de acolhimento, ao qual compete: a) Supervisionar e apoiar o candidato nas tarefas previstas no plano de estágio;</p>

			<p>b) Validar a informação do relatório de estágio elaborado;</p> <p>c) Preencher ficha de avaliação de estágio.</p>
ISCTE-IUL	Prática e Teórica	<p><b>Forma:</b> Integra duas vertentes: Projetual de Arquitetura e Teórica.</p> <p><b>Apresentação:</b> a) A vertente projetual deve seguir as normas de apresentação dos projetos de Arquitetura suportadas por memória descritiva, peças desenhadas, maquetas e outros elementos que se considerem relevantes para a sua correta compreensão e acordadas com o professor da vertente projetual;</p> <p>b) A vertente teórica deve seguir as “Normas de apresentação e de harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projeto de mestrado e tese de doutoramento”.</p> <p><b>Classificação:</b> Média ponderada das classificações obtidas em cada uma das vertentes do trabalho, cabendo 60% à vertente projetual e 40% à vertente teórica.</p> <p><b>Júri:</b> Cf. artigo 22º do DL 115/2013, 3 elementos.</p>	<p><b>Normativa de Enquadramento:</b> Regulamento Específico de Avaliações de Conhecimento e Competências da ISTA (Parte II – Mestrado Integrado em Arquitetura), de 2014 (anterior de 2009)</p> <p><b>Unidade Curricular:</b> PFA 9º e 10º semestre do MI, única UC anual do currículo, inclui o Projeto Final.</p> <p><b>Orientação</b> A tutoria da vertente projetual é realizada pelos professores da UC de PFA; A vertente teórica é orientada por doutorados ou especialistas do DAU sem carga horária atribuída, ou por doutorados ou especialistas do ISCTE-IUL. Coorientação da vertente teórica no caso de o aluno pretender orientação externa.</p>

Notas: Enquadramento normativo geral

Estrutura e Júris: 1) Art. 22º do Decreto-lei nº 115/2013 de 7 de Agosto, onde se define o modo como deve ser constituído o júri de avaliação; 2) Normas orientadoras para a dissertação ou trabalho de projeto do 2.º ciclo — Bolonha, promulgado através do despacho n.º 22062/2009, publicado na 2ª série do Diário da República, n.º 192 em 2 de Outubro, onde se definem critérios gerais de entrega de nomeação de orientadores e coorientadores, bem como os canais de entrega dos trabalhos.

Avaliação: o estipulado no DL. 115/2013 de 7 de Agosto, utilizando-se como critérios de classificação nomeadamente: 1) A qualidade de articulação de um discurso crítico subjacente ao tema geral do ano letivo, realizado através perceção gerada pelo “trabalho e projeto”, nas suas vertentes projetual e teórica; 2) A originalidade e clareza da investigação realizada e a capacidade de estabelecimento de um itinerário crítico baseado nas inter-relações entre os vários trabalhos desenvolvidos; 3) A qualidade de resposta do projeto de Arquitetura ao programa definido no enunciado, bem como a sua relação no quadro da cultura arquitetónica; 4) A qualidade da articulação de relações entre a macro escala do território e a microescala associada à resolução programática do projeto, à sua sustentabilidade tecnológica, estrutural e construtiva; 5) A credibilidade e rigor do tratamento das fontes e enunciação de casos estudos.

## Escolas – Cronologia de Docentes de Projeto (...-2015)

### 1. EAUM (2005-2015)

#### 2005-2006

UC	2005-2006	Turmas
Projeto I	<b>José Capela</b> , (Assistente) Ivo Oliveira, (Assistente Convidado) Rute Carlos, (Assistente)	3
Projeto II	<b>Nuno Sampaio e Castro</b> , (Assistente Convidado) Paulo Henriques Ferreira, (Assistente Convidado) Carlos Maia (Assistente Convidado)	3
Projeto III	<b>António Belém Lima</b> , (Prof. Auxiliar Convidado) Maria Manuel Oliveira, (Assistente Convidada) Joana Ribeiro, (Assistente Convidada)	3
Projeto IV	<b>João Rapagão</b> , (Prof. Auxiliar Convidado) Elisário Miranda, (Assistente) Luís Pita, (Assistente Convidado)	3
Projeto V	<b>Marta Labastida</b> , (Assistente Convidada) Cidália Silva, (Assistente Convidada)	2

Notas: Dados cedidos pela EAUM. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.

#### 2006-2007 (Bolonha)

UC	2006-2007	Plano	Turmas
Projeto I	<b>Maria Manuel Oliveira</b> , (Assistente Convidada) Ivo Oliveira (Assistente) João Rosmaninho Duarte Silva, (Assistente Convidado) Nuno Sampaio, (Assistente Convidado)	NPE – s1	4
Projeto II	<b>Nuno Sampaio</b> , (Assistente Convidado) Ivo Oliveira, (Assistente) Maria Manuel Oliveira, (Assistente Convidada) João Rosmaninho, (Assistente Convidado)	NPE – s1	4
Projeto III	<b>Paulo Ferreira</b> , (Assistente Convidado) Bruno Figueiredo, (Assistente Convidado) Joana Ribeiro, (Assistente Convidado)	NPE– s1	3
Projeto IV	<b>Joana Ribeiro</b> , (Assistente Convidado) Paulo Ferreira, (Assistente Convidado) Bruno Figueiredo, (Assistente Convidado)	NPE – s1	3
Projeto III	<b>António Belém Lima</b> , (Prof auxiliar Convidado) Pedro Bandeira, (Assistente) Carlos Maia, (Assistente Convidado)	APE 3º ano	3
Projeto IV	<b>João Paulo a Rapagão</b> , (Prof Auxiliar Convidado) Elisário José Vital Miranda , (Assistente) André Fontes, (Assistente Convidado)	APE 4º ano	3
Projeto V	<b>Cidália Silva</b> , (Assistente) Marta Labastida Juan, (Assistente)	APE 5º ano	2

Notas: Dados cedidos pela EAUM. APE – Antigo Plano Estudos; NPE – Novo Plano Estudos. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.

2007-2008

UC	2007-2008	Plano	Turmas
Projeto I	<b>Maria Manuel Oliveira</b> , (Professora Auxiliar) Ivo Oliveira (Assistente); João Rosmaninho Duarte Silva, (Assistente Convidado); Nuno Sampaio, (Assistente)	NPE – s1	4
Projeto I	<b>Nuno Sampaio</b> , (Assistente) Ivo Oliveira, (Assistente); Maria Manuel Oliveira, (Professora Auxiliar); João Rosmaninho, (Assistente Convidado)	NPE – s2	4
Projeto III	<b>Paulo Ferreira</b> , (Assistente Convidado) Francisco Ferreira, (Assistente); Joana Ribeiro, (Assistente Convidado)	NPE – s1	3
Projeto IV	<b>Joana Ribeiro</b> , (Assistente Convidado) Paulo Ferreira, (Assistente Convidado); Francisco Ferreira, (Assistente)	NPE – s2	3
Projeto V	<b>Pedro Bandeira</b> , (Professor Auxiliar) Carlos Maia, (Assistente Convidado)	NPE – s1	2
Projeto VI	<b>Carlos Maia</b> , (Assistente Convidado) Pedro Bandeira, Professor Auxiliar)	NPE – s2	2
Projeto IV	<b>João Rapagão</b> , (Prof Auxiliar Convidado) André Fontes, (Assistente Convidado) Bruno Figueiredo, (Assistente Convidado)	APE - 4º ano	3
Projeto V	<b>Marta Labastida</b> , (Assistente) Cidália Silva, (Assistente)	APE 5º ano	2

Notas: APE – Antigo Plano Estudos; NPE – Novo Plano Estudos. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.

2008-2009

UC	2008-2009	Turmas
Projeto I	<b>João Rosmaninho Silva</b> , (Assistente Convidado) Nuno Sampaio, (Assistente); Ivo Oliveira, (Assistente); Ana Luísa Rodrigues, (Assistente Convidado)	4
Projeto II	<b>Nuno Sampaio</b> , (Assistente) Ana Luísa Rodrigues, (Assistente Convidado); Ivo Oliveira, (Assistente); João Rosmaninho Silva, (Assistente Convidado)	4
Projeto III	<b>Eduardo Fernandes</b> , (Assistente) Joana Ribeiro, (Assistente Convidada); Francisco Ferreira, (Assistente)	3
Projeto IV	<b>Joana Ribeiro</b> , (Assistente Convidada) Eduardo Fernandes, (Assistente); Francisco Ferreira, (Assistente)	3
Projeto V	<b>Bruno Figueiredo</b> , (Assistente Convidado) Carlos Maia, (Assistente Convidado); António Fontes, (Assistente Convidado)	3
Projeto VI	<b>Carlos Maia</b> , (Assistente Convidado) Bruno Figueiredo, (Assistente Convidado)	2
Atelier 1A: Paisagem	<b>Pedro Bandeira</b> , (Professor Auxiliar)	1
Atelier 1B: Sustentabilidade	<b>Paulo Mendonça</b> , (Professor Auxiliar)	1
Atelier 1C: História e Ucrónia	<b>Maria Manuel Oliveira</b> , (Professora Auxiliar)	1
Atelier 2A: Território	<b>Maria Manuel Oliveira</b> , (Professora Auxiliar)	1
Atelier 2B: Inovação e Tecnologia	<b>André Fontes</b> (Assistente Convidado)	1
Atelier 2C: Manifestos e Utopias	<b>Pedro Bandeira</b> , (Professor Auxiliar)	1
Atelier 3A: Espaço público	<b>André Fontes</b> (Assistente Convidado)	1

Notas: Dados cedidos pela EAUM. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.

2009-2010

UC	2009-2010	Turmas
Projeto I	<b>Ana Luísa Rodrigues</b> , (Professora Auxiliar) José Capela, (Assistente); Rute Carlos, (Assistente); João Rosmaninho Silva, (Assistente)	4
Projeto II	<b>Rute Carlos</b> , (Assistente) José Capela, (Assistente); João Rosmaninho Silva, (Assistente); Paulo Monteiro, (Assistente Convidado)	4
Projeto III	<b>Eduardo Fernandes</b> , (Assistente) Francisco Ferreira, (Assistente); Daniel Silva, (Assistente Convidado)	3
Projeto IV	<b>Francisco Ferreira</b> , (Assistente) Maria Manuel Oliveira, (Professora Auxiliar); Eduardo Fernandes, (Assistente)	3
Projeto V	<b>Pedro Bandeira</b> , (Professor Auxiliar) Bruno Figueiredo, (Assistente); André Fontes, (Assistente)	3
Projeto VI	<b>Carlos Maia</b> , (Assistente) Rui Neto, (Assistente Convidado); Miguel Nery de Oliveira, (Assistente Convidado)	2
Atelier 1A: Paisagem	Nuno Monteiro, (Assistente Convidado)	1
Atelier 1B: Sustentabilidade	Paulo Mendonça, (Professor Auxiliar)	1
Atelier 1C: História e Ucronia	Maria Manuel Oliveira, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 2A: Território	Ana Luísa Rodrigues, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 2B: Inovação e Tecnologia	André Fontes, (Assistente)	1
Atelier 2C: Manifestos e Utopias	Pedro Bandeira, (Professor Auxiliar)	1
Atelier 3A: Espaço público	Ana Luísa Rodrigues, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 3B: Patologia e Reabilitação	André Fontes, (Assistente)	1
Atelier 3C: Programas Emergentes	Pedro Bandeira, (Professor Auxiliar)	1

Notas: Dados cedidos pela EAUM. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.

2010-2011

UC	2010-2011	Turmas
Projeto I	<b>Ana Luísa Rodrigues</b> , (Professora Auxiliar) José Capela, (Assistente); Rui Neto, (Assistente Convidado); João Rosmaninho Silva, (Assistente)	4
Projeto II	<b>Rute Carlos</b> , (Assistente) José Capela, (Assistente); João Rosmaninho Silva, (Assistente); Rui Neto, (Assistente Convidado)	4
Projeto III	<b>Francisco Ferreira</b> , (Professor Auxiliar) Pedro Bandeira, (Professor Auxiliar); Filipe Silva, (Assistente convidado)	3
Projeto IV	<b>Maria Manuel Oliveira</b> , (Professora Auxiliar) Francisco Ferreira, (Professor Auxiliar); Eduardo Fernandes, (Assistente)	3
Projeto V	<b>André Fontes</b> , (Assistente) Bruno Figueiredo, (Assistente); Elisário Miranda, (Assistente)	3
Projeto VI	<b>Carlos Maia</b> , (Assistente) Elisário Miranda, (Assistente); Miguel Nery Oliveira, (Assistente Conv.)	3
Atelier 1A: Paisagem	Rute Carlos, (Assistente)	1
Atelier 1B: Sustentabilidade	Paulo Mendonça, (Professor Auxiliar)	1
Atelier 1C: História e Ucronia	Maria Manuel Oliveira, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 2A: Território	Nuno Monteiro, (Assistente Convidado)	1
Atelier 2B: Inovação e Tecnologia	André Fontes, (Assistente)	1
Atelier 2C: Manifestos e Utopias	Pedro Bandeira, (Professor Auxiliar)	1
Atelier 3A: Espaço público	Maria Conceição Melo, (Professora Auxiliar Convidada)	1
Atelier 3B: Patologia e Reabilitação	Carlos Maia, (Assistente)	1
Atelier 3C: Prog Emergentes	Pedro Vieira, (Assistente Convidado)	1

Notas: Dados cedidos pela EAUM. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.

2011-2012

UC	2011-2012	Turmas
Projeto I	<b>Maria Manuel Oliveira, (Professora Auxiliar)</b> Ana Luísa Jardim Martins Rodrigues, (Professora Auxiliar); João Rosmaninho, (Assistente); Rui Neto, (Assistente Convidado)	4
Projeto II	<b>Rute Carlos, (Assistente)</b> José Capela, (Assistente); João Rosmaninho, (Assistente); Joana Pinheiro, (Assistente convidada)	4
Projeto III	<b>Francisco Ferreira, (Professor Auxiliar)</b> José Capela, (Assistente); Filipe Silva, (Assistente Convidado)	3
Projeto IV	<b>Francisco Ferreira, (Professor Auxiliar)</b> Pedro Bandeira, (Professor Auxiliar); Eduardo Fernandes, (Professor auxiliar)	3
Projeto V	<b>André Fontes, (Assistente)</b> Elisiário Miranda, (Assistente); Paulo Sousa, (Assistente Convidado)	3
Projeto VI	<b>Carlos Dominguez, (Assistente)</b> Elisiário Miranda, (Assistente)	2
Atelier 1A:Paisagem	Rute Carlos, (Assistente)	3
Atelier 1B: Sustentabilidade	Paulo Mendonça, (Professor Auxiliar)	1
Atelier 1C:História e Ucronia	Teresa Ferreira, (Prof Auxiliar Convidada)	1
Atelier 2A:Território	Marta Labastida, (Assistente)	1
Atelier 2B:Inovação e Tecnologia	André Fontes, (Assistente)	1
Atelier 2C:Manifestos e Utopias	Pedro Bandeira, (Professor Auxiliar)	1
Atelier 3A: Espaço público	Marta Labastida, (Assistente)	1
Atelier 3B: Patologia e Reabilitação	Carlos Dominguez, (Assistente)	1
Atelier 3C:Prog Emergentes	Pedro Bandeira, (Professor Auxiliar)	1

Notas: Dados cedidos pela EAUM. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.

2012-2013

UC	2012-2013	Turmas
Projeto I	<b>Maria Manuel Oliveira, (Professora Auxiliar)</b> Ivo Oliveira, (Assistente); Rui Neto, (Assistente Convidado); Ana Luísa Rodrigues, (Professora Auxiliar)	4
Projeto II	<b>Rute Carlos, (Assistente)</b> Nuno Sampaio e Castro, (Assistente); José Capela, (Assistente)	3
Projeto III	<b>Francisco Ferreira, (Professor Auxiliar)</b> Filipe Silva, (Assistente Convidado); Nuno Sampaio, (Assistente)	3
Projeto IV	<b>Francisco Ferreira, (Professor auxiliar)</b> Eduardo Fernandes, (Professor Auxiliar); Filipe Silva, (Assistente Convidado)	3
Projeto V	<b>Elisiário José Vital Miranda, (Assistente)</b> Paulo Sousa, (Assistente Convidado)	2
Projeto VI	<b>Elisário Miranda, (Assistente)</b> Ivo Oliveira, (Assistente); Joana Pinheiro, (Assistente Convidado)	3
Atelier 1A:Paisagem	Carlos, Rute, (Assistente)	1
Atelier 1B: Sustentabilidade	Nuno Miguel Lima Cruz, (Assistente Convidado)	1
Atelier 1C:História e Ucronia	Maria Manuel Lobo Pinto Oliveira, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 2A:Território	Marta Labastida Juan, (Assistente)	1
Atelier 2B:Inovação e Tecnologia	Carlos Alberto Maia Dominguez, (Assistente)	1
Atelier 2C:Manifestos e Utopias	Bandeira, Pedro, (Professor Auxiliar)	1
Atelier 3A: Espaço público	Marta Labastida Juan, (Assistente)	1
Atelier 3B: Patologia e Reabilitação	não abriu	0
Atelier 3C:Prog Emergentes	José Manuel Couto Ramos Capela, (Assistente)	1

Notas: Dados cedidos pela EAUM. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.

2013-2014

UC	2013-2014	Turmas
Projeto I	<b>Ana Luísa Rodrigues, (Professora Auxiliar)</b> Nuno Sampaio, (Assistente); Ivo Oliveira, (Assistente); Rui Neto, (Assistente Convidado)	4
Projeto II	<b>Rute Carlos, (Professora Auxiliar)</b> José Capela, (Professor Auxiliar); Nuno Sampaio, (Assistente); Rui Neto, (Assistente Convidado)	4
Projeto III	<b>Pedro Bandeira, (Professor Auxiliar)</b> Francisco Ferreira, (Professor Auxiliar); Filipe Silva, (Assistente Convidado)	3
Projeto IV	<b>Francisco Ferreira, (Professor Auxiliar)</b> Eduardo Fernandes, (Professor Auxiliar); Filipe Silva, (Assistente Convidado)	3
Projeto V	<b>Elisiário Miranda, (Professor Auxiliar)</b> Bruno Figueiredo, (Assistente); Joana Pinheiro, (Assistente Convidado)	3
Projeto VI	<b>Elisiário José Vital Miranda, (Professor Auxiliar)</b> Maria Manuel Oliveira, (Professora Auxiliar); Ivo Oliveira, (Assistente)	3
Atelier 1A:Paisagem	Rute Carlos, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 1B: Sustentabilidade	Paulo Mendonça, (Professor Associado)	1
Atelier 1C:História e Ucronia	Maria Manuel Oliveira, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 2A:Território	Marta Labastida, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 2B:Inovação e Tecnologia	André Fontes, (Assistente)	1
Atelier 2C:Manifestos e Utopias	João Ricardo Rosmaninho Duarte Silva, (Assistente)	1
Atelier 3A: Espaço público	Marta Labastida, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 3B: Patologia e Reabilitação	André Fontes, (Assistente)	1
Atelier 3C:Prog Emergentes	José Capela, (Professor Auxiliar)	1

Notas: Dados cedidos pela EAUM. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.

2014-2015

UC	2014-2015	Turmas
Projeto I	<b>Ana Luísa Rodrigues, (Professora Auxiliar)</b> Pedro Baía, (Assistente Convidado); Ivo oliveira, (Assistente); Joana Pinheiro, (Assistente Convidado)	4
Projeto II	<b>Rute Carlos, (Professora Auxiliar)</b> José Capela, (Professor Auxiliar); Nuno Sampaio, (Assistente); Rui Neto, (Assistente Convidado)	4
Projeto III	<b>Francisco Ferreira, (Professor Auxiliar)</b> Nuno Sampaio, (Assistente); Filipe Silva, (Assistente Convidado)	3
Projeto IV	<b>Francisco Ferreira, (Professor Auxiliar)</b> Eduardo Fernandes, (Professor Auxiliar); Filipe Silva, (Assistente Convidado)	3
Projeto V	<b>Elisiário Miranda, (Professor Auxiliar)</b> António Fontes, (Assistente Convidado); Jorge Carrapa, (Assistente Convidado)	3
Projeto VI	<b>Ivo Oliveira, (Assistente)</b> Elisiário Miranda, (Professor Auxiliar); Joana Pinheiro, (Assistente Convidado)	3
Atelier 1A:Paisagem	Rute Carlos, (Professo Auxiliar)	1
Atelier 1B: Sustentabilidade	Paulo Mendonça, (Professor Associado)	1
Atelier 1C:História e Ucronia	Rui Neto, (Assistente Convidado)	1
Atelier 2A:Território	Marta Labastida, (Professora Auxiliar)	3
Atelier 2B:Inovação e Tecnologia	Paulo Mendonça, (Professor Associado)	1
Atelier 2C:Manifestos e Utopias	Pedro Bandeira, (Professor Auxiliar)	1
Atelier 3A: Espaço público	Marta Labastida, (Professora Auxiliar)	1
Atelier 3B: Patologia e Reabilitação	Carlos Maia, (Assistente)	1
Atelier 3C:Prog Emergentes	José Manuel Couto Ramos Capela, (Professor Auxiliar)	1

Notas: Dados cedidos pela EAUM. Número de turmas não está confirmado pelos serviços académicos.



## 2. FAUP (2006-2015)

2006-2007

UC	2006-2007 (Pré-Bolonha)	Turmas
Projeto 1	Regentes: Sérgio Leopoldo Fernandez Santos (Professor Agregado-não doutorado) Docência: Sérgio Leopoldo Fernandez Santos (Professor Agregado-não doutorado) Manuel Tomas Carvalho Botelho (Professor Auxiliar Convocado, 1985-2009) José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente, doutorado em 2013) Rui Américo Branco da Silva Cardoso (Assistente) Filipa de Castro Guerreiro (Assistente) Ana Sousa Brandão Alves Costa (Assistente)	6
Projeto 2	Regente: <b>Francisco José Barata Fernandes (Professor Associado, D - 1997)</b> Docentes: <b>Francisco José Barata Fernandes (Professor Associado)</b> Daniel José Rodrigues Oliveira (Assistente Convocado) José Alberto Abreu Lage (Assistente) Hélder Francisco Valente Casal Ribeiro (Assistente, D em 2013) Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Assistente, D em 2009) Carla Alexandra Garrido Oliveira (Assistente) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Assistente, D em 2009)	6
Projeto 3	Regente: <b>Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar, D - 2003)</b> Docentes Maria José Lopes Casanova (Assistente Convocada) Luís Sebastião da Costa Viegas (Assistente, D em 2015) <b>Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar – D)</b> Marta Rocha Moreira (Assistente) <b>Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Auxiliar – D - 2005)</b> Ana Paula Maia da Silva Petiz (Assistente) Álvaro Vítor Fernandes Andrade (Assistente)	6
Projeto 4	Regente: Pedro Cândido Almeida Eça Ramalho (Professor Associado – não doutorado) Docentes: Pedro Cândido Almeida Eça Ramalho (Professor Convocado – não doutorado) Adalberto da Rocha Gonçalves Dias (Assistente, D em 2015) Nuno Miguel Lima Brandão Costa (Assistente, D em 2013) Carlos Nuno Lacerda Lopes (Assistente, D em 2008) João Pedro Alves de Guimarães Seródio (Assistente, Professor Aux Convocado desde 2011) Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata (Assistente, D em 2015) Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo (Assistente Convocado)	6
Projeto 5	Regente: Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito) Docentes: André Miguel Guimarães dos Santos (Assistente) Raquel Alexandra Geda Paulino (Assistente, D 2014) Rui Manuel Vieira Passos Mealha (Assistente Convocado) Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito)	3

Nota: professores não doutorados, cf. Decreto-Lei n.º 7/97 de 9 de Janeiro. Fonte FAUP.

## 2007-2008

UC	2007-2008 (Pré-Bolonha)	Turmas
Projeto 1	Regentes: José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Manuel Tomás Carvalho Botelho (Professor Auxiliar Convidado – nD) Docência: Manuel Tomas Carvalho Botelho (Professor Auxiliar Convidado – nD) José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Rui Américo Branco da Silva Cardoso (Assistente) Filipa de Castro Guerreiro (Assistente) Ana Sousa Brandão Alves Costa (Assistente) Mário João Freitas Mesquita (Assistente)	6
Projeto 2	Regente: Francisco José Barata Fernandes ( <b>Professor</b> Associado - D) Docentes: Francisco José Barata Fernandes (Professor Associado - D) Daniel José Rodrigues Oliveira (Assistente Convidado) José Alberto Abreu Lage (Assistente) Hélder Francisco Valente Casal Ribeiro (Assistente) Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Assistente) Carla Alexandra Garrido Oliveira (Assistente) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Assistente)	6
Projeto 3	Regente: Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar – D) Docentes Maria José Lopes Casanova (Assistente Convidado) Luís Sebastião da Costa Viegas (Assistente) Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar – D) Marta Rocha Moreira (Assistente) Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Auxiliar – D) Ana Paula Maia da Silva Petiz (Assistente) Álvaro Vítor Fernandes Andrade (Assistente)	6
Projeto 4	Regente: Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Docentes: Adalberto da Rocha Gonçalves Dias (Assistente) Nuno Miguel Lima Brandão Costa (Assistente) Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Carlos Nuno Lacerda Lopes (Assistente) João Pedro Alves de Guimarães Seródio (Assistente) Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata (Assistente) Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo (Assistente Convidado)	6
Projeto 5	Regente: Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito) Docentes: André Miguel Guimarães dos Santos (Assistente) Raquel Alexandra Geada Paulino (Assistente) Rui Manuel Vieira Passos Mealha (Assistente Convidado) Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito)	3

Nota: fonte FAUP

2008-2009 (Bolonha)

UC	2008-2009	Turmas
Projeto 1	Regentes: José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Manuel Tomás Carvalho Botelho (Professor Auxiliar Convocado – nD) Docência: Manuel Tomas Carvalho Botelho (Professor Auxiliar Convocado – nD) José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Rui Américo Branco da Silva Cardoso (Assistente) Filipa de Castro Guerreiro (Assistente) Ana Sousa Brandão Alves Costa (Assistente) Mário João Freitas Mesquita (Assistente Convocado)	6
Projeto 2	Regente: Francisco José Barata Fernandes (Professor Associado - D) Docentes: Francisco José Barata Fernandes (Professor Associado - D) Daniel José Rodrigues Oliveira (Assistente Convocado) José Alberto Abreu Lage (Assistente) Hélder Francisco Valente Casal Ribeiro (Assistente) Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) Carla Alexandra Garrido Oliveira (Assistente) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D)	6
Projeto 3	Regente: Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar – D) Docentes Maria José Lopes Casanova (Assistente Convocado) Luís Sebastião da Costa Viegas (Assistente) Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar – D) Marta Rocha Moreira (Assistente) Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Auxiliar – D) Ana Paula Maia da Silva Petiz (Assistente) Tiago Luís de Noronha Lopes Dias (Assistente Convocado)	6
Projeto 4	Regente: Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Docentes: Adalberto da Rocha Gonçalves Dias (Assistente) Nuno Miguel Lima Brandão Costa (Assistente) Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Carlos Nuno Lacerda Lopes (Professor Auxiliar - D) João Pedro Alves de Guimarães Seródio (Assistente) Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata (Assistente) Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo (Assistente Convocado)	6
Projeto 5	Regente: Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito) Docentes: André Miguel Guimarães dos Santos (Assistente) Luís Pedro Ferreira da Silva (Assistente Convocado) Rui Manuel Vieira Passos Mealha (Assistente Convocado) Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito)	3

Nota: fonte FAUP

2009-2010

UC	2009-2010	Turmas
Projeto 1	Regentes: José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Manuel Tomás Carvalho Botelho (Professor Auxiliar Convocado – nD) Docência: Manuel Tomas Carvalho Botelho (Professor Auxiliar Convocado – nD) José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Rui Américo Branco da Silva Cardoso (Assistente) Filipa de Castro Guerreiro (Assistente) Ana Sousa Brandão Alves Costa (Assistente) Mário João Freitas Mesquita (Assistente Convocado)	12
Projeto 2	Regente: Francisco José Barata Fernandes (Professor Associado - D) Docentes: Francisco José Barata Fernandes (D) Daniel José Rodrigues Oliveira (Assistente Convocado) José Alberto Abreu Lage (Assistente) Hélder Francisco Valente Casal Ribeiro (Assistente) Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) João Rodrigo Parreira Coelho (Assistente – Doutorado em 2012) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D)	12
Projeto 3	Regente: Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar – D) Docentes Maria José Lopes Casanova (Assistente Convocado) Luís Sebastião da Costa Viegas (Assistente) Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar – D) Marta Rocha Moreira (Assistente) Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Auxiliar – D) Ana Paula Maia da Silva Petiz (Assistente) André Miguel Guimarães dos Santos (Assistente)	14
Projeto 4	Regente: Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Docentes: Adalberto da Rocha Gonçalves Dias (Assistente) Nuno Miguel Lima Brandão Costa (Assistente) Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Carlos Nuno Lacerda Lopes (Professor Auxiliar - D) João Pedro Alves de Guimarães Seródio (Assistente) Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata (Assistente) Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo (Assistente Convocado)	12
Projeto 5	Regente: Rui Manuel Passos Mealha (Assistente Convocado) Docentes: Luís Pedro Ferreira da Silva (Assistente Convocado) Rui Manuel Vieira Passos Mealha (Assistente Convocado)	4

Nota: fonte FAUP

2010-2011

UC	2010-2011	Turmas
Projeto 1	Regentes: José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Docência: José Júlio Cabral Faria Dias (Assistente – doutorado em 2012) José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Rui Américo Branco da Silva Cardoso (Assistente) Filipa de Castro Guerreiro (Assistente) Ana Sousa Brandão Alves Costa (Assistente) Mário João Freitas Mesquita (Assistente Convidado)	12
Projeto 2	Regente: Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D) Docentes: Daniel José Rodrigues Oliveira (Assistente Convidado) José Alberto Abreu Lage (Assistente) Luís Filipe Dordio Martinho de Almeida Urbano (Assistente – doutorado em 2015) Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) João Rodrigo Parreira Coelho (Assistente) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D)	12
Projeto 3	Regente: Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Auxiliar – D) Docentes Maria José Lopes Casanova (Assistente Convidado) Luís Sebastião da Costa Viegas (Assistente) José Manuel Santos Gigante (Professor Auxiliar Convidado) Marta Luís O. Cruz Proença Carvalho (Investigadora CEUA - D) Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Auxiliar – D) Pedro César Clara do Carmo Gadanho (Professor Auxiliar – D) Marco Ginoulhiac (Professor Auxiliar – D)	12
Projeto 4	Regente: Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Docentes: Adalberto da Rocha Gonçalves Dias (Assistente) Nuno Miguel Lima Brandão Costa (Assistente) Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Francisco Castelo Branco Vieira de Campos (Assistente Convidado) João Pedro Alves de Guimarães Seródio (Assistente) Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata (Assistente) Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo (Assistente Convidado)	12
Projeto 5	Regente: Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito) Docentes: André Miguel Guimarães dos Santos (Assistente) Luís Pedro Ferreira da Silva (Assistente Convidado) Rui Manuel Vieira Passos Mealha (Assistente Convidado) Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito)	6

Nota: fonte FAUP

2011-2012

UC	2011-2012	Turmas
Projeto 1	Regentes: José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Docência: José Júlio Cabral Faria Dias (Professor Auxiliar - D) José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Rui Américo Branco da Silva Cardoso (Assistente) Filipa de Castro Guerreiro (Assistente) Ana Sousa Brandão Alves Costa (Assistente) Mário João Freitas Mesquita (Assistente Convidado) Rui Manuel Lima Pinto (Assistente Convidado)	14
Projeto 2	Regente: Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D) Docentes: Daniel José Rodrigues Oliveira (Assistente Convidado) José Alberto Abreu Lage (Assistente) Luís Filipe Dordio Martinho de Almeida Urbano (Assistente) Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) João Rodrigo Parreira Coelho (Professor Auxiliar - D) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D)	12
Projeto 3	Regente: Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar - D) Docentes Maria José Lopes Casanova (Assistente Convidado) Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar - D) Luís Sebastião da Costa Viegas (Assistente) André Miguel Guimarães dos Santos (Assistente) Hélder Francisco Valente Casal Ribeiro (Assistente) Álvaro Vítor Fernandes de Andrade (Assistente) Marco Ginoulhiac (Professor Auxiliar - D)	12
Projeto 4	Regente: Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Docentes: Adalberto da Rocha Gonçalves Dias (Assistente) Nuno Miguel Lima Brandão Costa (Assistente) Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Francisco Castelo Branco Vieira de Campos (Assistente Convidado) João Pedro Alves de Guimarães Seródio (Professor Aux Convidado - nD) Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata (Assistente) Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo (Assistente Convidado) José Manuel Santos Gigante (Professor Auxiliar Convidado)	14
Projeto 5	Regente: Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito) Docentes: Teresa Manuel Almeida Cálix (Professor Auxiliar - D) Luís Pedro Ferreira da Silva (Assistente Convidado) Rui Manuel Vieira Passos Mealha (Assistente Convidado) Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito) Raquel Paulino (Assistente)	4

Nota: fonte FAUP

## 2012-2013

UC	2012-2013	Turmas
Projeto 1	Regentes: José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Assistente) Docência: José Júlio Cabral Faria Dias (Professor Auxiliar - D) José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Professor Auxiliar - D) Rui Américo Branco da Silva Cardoso (Assistente) Filipa de Castro Guerreiro (Assistente) Ana Sousa Brandão Alves Costa (Assistente) Mário João Freitas Mesquita (Assistente Convidado) Rui Manuel Lima Pinto (Assistente Convidado) André Miguel Guimarães dos Santos (Assistente)	7
Projeto 2	Regente: Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D) Docentes: Daniel José Rodrigues Oliveira (Assistente Convidado) José Alberto Abreu Lage (Assistente) Luís Filipe Dordio Martinho de Almeida Urbano (Assistente) Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) João Rodrigo Parreira Coelho (Professor Auxiliar - D) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D)	6
Projeto 3	Regente: Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar - D) Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Auxiliar - D) Docentes: Maria José Lopes Casanova (Assistente Convidado) Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar - D) Luís Sebastião da Costa Viegas (Assistente) Marta Rocha Moreira (Assistente) Hélder Francisco Valente Casal Ribeiro (Assistente) Francisco Jorge Costa Fontes (Assistente Convidado) Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Auxiliar - D) Marco Ginoulhiac (Professor Auxiliar - D)	7
Projeto 4	Regente: Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Docentes: Adalberto da Rocha Gonçalves Dias (Assistente) Nuno Miguel Lima Brandão Costa (Professor Auxiliar - D) Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Francisco Castelo Branco Vieira de Campos (Assistente Convidado) João Pedro Alves de Guimarães Seródio (Professor Aux Convidado - nD) Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata (Assistente) Camilo da Cunha Bastos Rodrigues Rebelo (Assistente Convidado) Maria Graça Ribeiro Correia Ragazzi (Professor Auxiliar Convidado - D) Raquel Geada Ribeiro Correia Paulino (Assistente)	9
Projeto 5	Regente: Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito) Docentes: Teresa Manuel Almeida Cálix Augusto (Professor Auxiliar - D) Luís Pedro Ferreira da Silva (Assistente Convidado) Rui Manuel Vieira Passos Mealha (Assistente Convidado) Manuel Pinheiro Fernandes Sá (Professor Emérito)	3

Nota: fonte FAUP

## 2013-2014

UC	2013-2014	Turmas
Projeto 1	Regentes: José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Professor Auxiliar - D) Docência: José Júlio Cabral Faria Dias (Professor Auxiliar - D) José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Professor Auxiliar - D) Marco Ginoulhiac (Professor Auxiliar - D) Mário João Freitas Mesquita (Assistente Convidado) Rui Manuel Lima Pinto (Assistente Convidado) Hélder Francisco Valente Casal Ribeiro (Professor Auxiliar - D)	6
Projeto 2	Regente: Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D) Docentes: Daniel José Rodrigues Oliveira (Assistente Convidado) José Alberto Abreu Lage (Assistente) Luís Filipe Dordio Martinho de Almeida Urbano (Assistente) Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) João Rodrigo Parreira Coelho (Professor Auxiliar - D) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D)	6
Projeto 3	Regente: Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar - D) Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Associado com Agregação) Docentes Maria José Lopes Casanova (Assistente Convidado) Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar - D) Luís Sebastião da Costa Viegas (Assistente) Marta Rocha Moreira (Assistente) Francisco Jorge Costa Fontes (Assistente Convidado) Rui Jorge Garcia Ramos (Professor Associado com Agregação)	6
Projeto 4	Regente: Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Docentes: Adalberto da Rocha Gonçalves Dias (Assistente - doutorado em 2015) Nuno Miguel Lima Brandão Costa (Professor Auxiliar - D) Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Associado - D) Francisco Castelo Branco Vieira de Campos (Assistente Convidado) João Pedro Alves de Guimarães Seródio (Professor Aux Convidado - nD) Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata (Assistente) Maria Graça Ribeiro Correia Ragazzi (Professor Auxiliar Convidado - D) Raquel Geada Ribeiro Correia Paulino (Assistente) João Paulo Loureiro (Assistente Convidado)	8
Projeto 5	Regente: Teresa Manuel Almeida Calix Augusto (Professor Auxiliar - D) Docentes: Teresa Manuel Almeida Calix Augusto (Professor Auxiliar - D) Luís Pedro Ferreira da Silva (Assistente Convidado) Rui Manuel Vieira Passos Mealha (Assistente Convidado)	3

Nota: fonte FAUP



2014-2015

UC	2014-2015	Turmas
Projeto 1	Regentes: José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Professor Auxiliar - D) Docência: José Júlio Cabral Faria Dias (Professor Auxiliar - D) José Manuel Gaspar Teixeira Soares (Professor Auxiliar - D) Ana Sofia Pereira da Silva (Professor Auxiliar Convitado – Doutorada em 2013) Mário João Freitas Mesquita (Assistente Convitado) Rui Manuel Lima Pinto (Assistente Convitado) André Carinha Tavares (Professor Auxiliar Convitado – Doutorado em 2008)	7
Projeto 2	Regente: Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D) Docentes: Daniel José Rodrigues Oliveira (Assistente Convitado) André Eduardo Brandão Lopes Tavares (Assistente Convitado) Luís Filipe Dordio Martinho de Almeida Urbano (Assistente) Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva (Professor Auxiliar - D) João Rodrigo Parreira Coelho (Professor Auxiliar - D) Pedro Duarte Santos Alarcão Silva (Professor Auxiliar - D)	6
Projeto 3	Regente: Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar – D) Docentes Maria José Lopes Casanova (Assistente Convitado) Luís Celestino Mourão Soares Carneiro (Professor Auxiliar – D) Luís Sebastião da Costa Viegas (Professor Auxiliar – D em 2015) Marta Rocha Moreira (Assistente) Francisco Jorge Costa Fontes (Assistente Convitado) Marco Ginoulhiac (Professor Auxiliar – D) Hélder Francisco Valente Casal Ribeiro (Professor Auxiliar – D)	7
Projeto 4	Regente: Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Catedrático - D) Docentes: Adalberto da Rocha Gonçalves Dias (Professor Auxiliar – D) Nuno Miguel Lima Brandão Costa (Professor Auxiliar – D) Carlos Alberto Esteves Guimarães (Professor Catedrático - D) Francisco Castelo Branco Vieira de Campos (Assistente Convitado) João Pedro Alves de Guimarães Seródio (Professor Aux Convitado – doutorado em 2015) Carlos Adriano Magalhães Macedo Prata (D) Maria Graça Ribeiro Correia Ragazzi (Professor Aux Convitado – D) Raquel Geada Ribeiro Correia Paulino (Professor Auxiliar – D) João Paulo Loureiro (Assistente Convitado)	8
Projeto 5	Regente: Teresa Manuel Almeida Calix Augusto (Professor Auxiliar – D) Docentes: Teresa Manuel Almeida Calix Augusto (Professor Auxiliar – D) Luís Pedro Ferreira da Silva (Assistente Convitado) Rui Manuel Vieira Passos Mealha (Assistente Convitado)	3

Nota: fonte FAUP

### 3. d.ARQ-FCTUC (1988-2015)

#### 1988-1989

UC	1988/89	Turmas
Introdução à Arquitetura	António Reis Cabrita (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente Convidado)	1

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

#### 1989-1990

UC	1989/90	Turmas
Introdução à Arquitetura	António Reis Cabrita (Professor Catedrático Convidado) José Aguiar Portela da Costa (Assistente)	2
Projeto I	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José António Bandeirinha (Assistente Estagiário) Walter Rossa (Assistente) Mário Bento (Assistente Estagiário?)	2

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

#### 1990-1991

UC	1990/91	Turmas
Introdução à Arquitetura	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Gonçalo Seíça Neves (Assistente Estagiário?)	2
Projeto I	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José António Bandeirinha (Assistente Estagiário) Walter Rossa (Assistente – Doutorado em 2001) Mário Bento (Assistente Estagiário?)	2
Projeto II	Manuel Tainha (reg.) Paulo Providência (Assistente Estagiário) José Fernando Gonçalves (Assistente Estagiário)	2

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

#### 1991-1992

UC	1991/92	Turmas
Introdução à Arquitetura	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Gonçalo Seíça Neves (Assistente Estagiário?) Pedro Maurício Borges (Assistente)	2
Projeto I	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José António Bandeirinha (Assistente Estagiário) Walter Rossa (Assistente) Mário Bento (Assistente Estagiário?)	2
Projeto II	Manuel Tainha (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Paulo Providência (Assistente Estagiário) José Fernando Gonçalves (Assistente Estagiário)	2
Projeto III	Fernando Távora (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente Estagiário)	2

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

1992-1993

UC	1992/93	Turmas
Introdução à Arquitetura	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Gonçalo Seça Neves (Assistente Estagiário?) Pedro Maurício Borges (Assistente)	2
Projeto I	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José António Bandeirinha (Assistente Estagiário) Jorge Figueira (Assistente Estagiário) Mário Bento (Assistente Estagiário?)	2
Projeto II	Manuel Tainha (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Paulo Providência (Assistente Estagiário) José Fernando Gonçalves (Assistente Estagiário)	2
Projeto III	Fernando Távora (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente Estagiário) António Lousa (Assistente Estagiário?)	2
Projeto IV	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente Estagiário)	2

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

1993-1994

UC	1993/94	Turmas
Introdução à Arquitetura	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Gonçalo Seça Neves (Assistente) Pedro Maurício Borges (Assistente)	2
Projeto I	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José António Bandeirinha (Assistente Estagiário) Jorge Figueira (Assistente Estagiário) Mário Bento (Assistente Estagiário?)	2
Projeto II	Manuel Tainha (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Paulo Providência (Assistente Estagiário) José Fernando Gonçalves (Assistente Estagiário)	2
Projeto III	Fernando Távora (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente Estagiário) António Lousa (Assistente Estagiário?)	2
Projeto IV	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente Estagiário)	2

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

1994-1995

UC	1994/95	Turmas
Introdução à Arquitetura	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Gonçalo Seça Neves (Assistente)	2
Projeto I	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José António Bandeirinha (Assistente Estagiário) Jorge Figueira (Assistente Estagiário) Mário Bento (Assistente Estagiário?)	2
Projeto II	Manuel Graça Dias (reg.) (Assistente) Paulo Providência (Assistente Estagiário) José Fernando Gonçalves (Assistente Estagiário)	2
Projeto III	Fernando Távora (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente Estagiário) António Lousa (Assistente Estagiário?)	2
Projeto IV	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente Estagiário)	2

Nota: Início do 6º ano. Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

1995-1996

UC	1995/96	Turma
Introdução à Arquitetura	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Gonçalo Seiça Neves (Assistente)	2
Projeto I	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José António Bandeirinha (Assistente Estagiário) Jorge Figueira (Assistente Estagiário) Gonçalo do Canto Moniz (Monitor)	2
Projeto II	Manuel Graça Dias (reg.) (Professor Catedrático Convidado?) Paulo Providência (Assistente – Aptidão Pedagógica em 1996) José Fernando Gonçalves (Assistente – Aptidão Pedagógica 1996)	2
Projeto III	Fernando Távora (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente Estagiário) António Lousa (Assistente Estagiário?)	2
Projeto IV	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente Estagiário) Mário Bento (Assistente Estagiário?)	2

Nota: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

1996-1997

UC	1996/97	Turmas
Introdução à Arquitetura	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Gonçalo Seiça Neves (Assistente Estagiário?) Pedro Maurício Borges (Assistente Estagiário) Adelino Gonçalves (Assistente Estagiário – Aptidão Pedg. 2000)	4
Projeto I	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José António Bandeirinha (Assistente Estagiário) Jorge Figueira (Assistente Estagiário) Gonçalo do Canto Moniz (Monitor)	3
Projeto II	Vítor Figueiredo (reg.) (Professor Catedrático Convidado?) Paulo Providência (Assistente) José Fernando Gonçalves (Assistente)	3
Projeto III	Domingos Tavares (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente Estagiário) António Lousa (Assistente Estagiário?)	3
Projeto IV	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente Estagiário) Mário Bento (Assistente Estagiário?)	3

Nota: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

1997-1998

UC	1997/98	Turmas
Introdução à Arquitetura	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Gonçalo Seica Neves (Assistente Estagiário?) Pedro Maurício Borges (Assistente – Aptidão Pedagógica 1998) Adelino Gonçalves (Assistente Estagiário)	4
Projeto I	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José António Bandeirinha (Assistente Estagiário) Jorge Figueira (Assistente Estagiário) Gonçalo do Canto Moniz (Monitor)	4
Projeto II	Vítor Figueiredo (reg.) (Professor Catedrático Convidado?) Paulo Providência (Assistente) José Fernando Gonçalves (Assistente)	3
Projeto III	Domingos Tavares (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente Estagiário) António Lousa (Assistente?)	3
Projeto IV	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente – Aptidão Pedagógica 1998) Mário Bento (Assistente?) João Paulo Cardielos (Assistente Estagiário?)	4

Nota: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

1998-1999

UC	1998/99	Turmas
Projeto I	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Pedro Maurício Borges (Assistente) Adelino Gonçalves (Assistente Estagiário) Nuno Correia (Monitor) Susana Lobo (Monitor) Armando Rabaça (Monitor)	4
Projeto II	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Jorge Figueira (Assistente) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente Estagiário)	3
Projeto III	Vítor Figueiredo (reg.) (Professor Catedrático Convidado?) António Lousa (Assistente?) José Fernando Gonçalves (Assistente)	3
Projeto IV	Domingos Tavares (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente – Aptidão Pedagógica 1999) Paulo Providência (Assistente)	3
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente) Rui Lobo (Assistente Estagiário – D em 2010)	3

Nota: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

1999-2000

UC	1999/2000	Turmas
Projeto I	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Adelino Gonçalves (Assistente Estagiário – Aptidão 2000) Nuno Correia (Monitor) Susana Lobo (Monitor) Armando Rabaça (Monitor)	4
Projeto II	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Jorge Figueira (Assistente) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente Estagiário)	3
Projeto III	Vítor Figueiredo (reg.) (Professor Catedrático Convidado?) António Lousa (Assistente) Pedro Maurício Borges (Assistente)	3
Projeto IV	Domingos Tavares (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente)	2
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente) Rui Lobo (Assistente Estagiário)	3

Nota: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2000-2001

UC	2000/2001	Turmas
Projeto I	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Adelino Gonçalves (Assistente) Nuno Correia (Assistente Estagiário?) Susana Lobo (Monitor) Armando Rabaça (Assistente Estagiário?)	4
Projeto II	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Jorge Figueira (Assistente) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente Estagiário) Nuno Correia (Assistente Estagiário?)	4
Projeto III	Vítor Figueiredo (reg.) (Professor Catedrático Convidado?) António Lousa (Assistente) Pedro Maurício Borges (Assistente) Paulo Providência (Assistente)	4
Projeto IV	Domingos Tavares (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente) Carlos Martins (Assistente Estagiário?)	3
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente) Rui Lobo (Assistente – Aptidão em 2000)	3

Nota: doutoramento de Walter Rossa, PAP de Rui Lobo. Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2001-2002

UC	2001/2002	Turmas
Projeto I	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Adelino Gonçalves (Assistente) Nuno Correia (Assistente Estagiário?) Susana Lobo (Monitor) Armando Rabaça (Assistente Estagiário?)	4
Projeto II	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Jorge Figueira (Assistente) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente Estagiário) José António Bandeirinha (D (2002) – Professor Auxiliar)	4
Projeto III	José Gigante (reg.) (Professor Auxiliar Convidado) Gonçalo Seiça Neves (Assistente Estagiário?) Pedro Maurício Borges (Assistente)	3
Projeto IV	Domingos Tavares (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente) Carlos Martins (Assistente Estagiário?)	3
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nuno Grande (Assistente) Rui Lobo (Assistente)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2002-2003

UC	2002/2003	Turmas
Projeto I	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Adelino Gonçalves (Assistente) Nuno Correia (Assistente Estagiário?) Armando Rabaça (Assistente Estagiário?)	4
Projeto II	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente Estagiário) Nuno Correia (Assistente Estagiário?) Armando Rabaça (Assistente Estagiário?)	4
Projeto III	José Gigante (reg.) (Professor Auxiliar Convidado) Gonçalo Seiça Neves (Assistente Estagiário?) Pedro Maurício Borges (Assistente)	3
Projeto IV	João Mendes Ribeiro (reg.) (Assistente) Carlos Martins (Assistente Estagiário?)	2
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José Fernando Gonçalves (Assistente) Rui Lobo (Assistente)	3

Notas: J.A. Bandeirinha é doutorado. Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2003-2004

UC	2003/2004	Turmas
Projeto I	Raul Hestnes Ferreira (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Adelino Gonçalves (Assistente) Nuno Correia (Assistente Estagiário?) Armando Rabaça (Assistente Estagiário?)	4
Projeto II	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente – Aptidão 2003) Armando Rabaça (Assistente Estagiário?)	3
Projeto III	José Gigante (reg.) (Professor Auxiliar Convidado) Paulo Providência (Assistente) António Lousa (Assistente)	3
Projeto IV	Domingos Tavares (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Mendes Ribeiro (Assistente) Carlos Martins (Assistente Estagiário?) Rui Lobo (Assistente)	4
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) José Fernando Gonçalves (Assistente) Rui Lobo (Assistente)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2004-2005

UC	2004/2005	Turmas
Projeto I	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente) Armando Rabaça (Assistente Estagiário?)	3
Projeto II	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Adelino Gonçalves (Assistente) Nuno Correia (Assistente Estagiário?)	3
Projeto III	José Gigante (reg.) (Professor Auxiliar Convidado) Paulo Providência (Assistente); António Lousa (Assistente) Gonçalo Seíça Neves (Assistente Estagiário?)	4
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg.) (Assistente) Carlos Martins (Assistente Estagiário?)	2
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Paulo Cardielos (Assistente); Rui Lobo (Assistente)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2005-2006

UC	2005/2006	Turmas
Projeto I	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente) Armando Rabaça (Assistente – Aptidão 2005)	3
Projeto II	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nelson Mota (Assistente); Nuno Correia (Assistente – Aptidão 2006); Luís Miguel Correia (Assistente)	4
Projeto III	José Gigante (reg.) (Professor Auxiliar Convidado) Paulo Providência (Assistente) Gonçalo Seíça Neves (D (2006) – Professor Auxiliar?)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg.) (Assistente) Carlos Martins (Assistente Estagiário?)	2
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Paulo Cardielos (Assistente) Nuno Grande (Assistente)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.



2006-2007

UC	2006/2007	Turmas
Projeto I	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Pedro Maurício Borges (Assistente) Armando Rabaça (Assistente)	4
Projeto II	Alexandre Alves Costa (reg.) (Professor Catedrático Convidado) Nelson Mota (Assistente) Nuno Correia (Assistente) Jorge Figueira (Assistente)	3
Projeto III	José Gigante (reg.) (Professor Auxiliar Convidado) Paulo Providência (D - Professor Auxiliar) António Lousa (Assistente)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg.) (D - Professor Auxiliar) Carlos Martins (Assistente Estagiário?)	3
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Paulo Cardielos (Assistente) Nuno Grande (Assistente) Luís Miguel Correia (Assistente)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2007-2008

UC	2007/2008	Turmas
Projeto I	Walter Rossa (reg.) Nelson Mota (Assistente) Nuno Correia (Assistente) Luís Miguel Correia (Assistente)	4
Projeto II	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) João Mendes Ribeiro (Assistente) Paulo Providência (D - Professor Auxiliar)	3
Projeto III	José Gigante (reg.) (Professor Auxiliar Convidado) Pedro Maurício Borges (Assistente) António Lousa (Assistente)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg.) (D - Professor Auxiliar) Carlos Martins (Assistente Estagiário?) Joaquim Almeida (Assistente)	3
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Paulo Cardielos (Assistente) Nuno Grande (Assistente) Rui Lobo (Assistente)	3

Notas: Regime Semestral. Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2008-2009 (Bolonha)

UC	2008/2009	Turmas
Projeto I	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Carlos Antunes (Assistente Convitado) Nelson Mota (Assistente) Nuno Correia (Assistente) Luís Miguel Correia (Assistente)	4
Projeto II	Paulo Providência (reg.) (D - Professor Auxiliar) João Mendes Ribeiro (Assistente) Paula Santos (Professor Auxiliar Convitado)	3
Projeto III	José Gigante (reg.) (Professor Auxiliar Convitado) Pedro Maurício Borges (D (2008) - Professor Auxiliar) António Lousa (Assistente Convitado) João Nuno Gomes (Assistente Convitado?)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg) (D - Professor Auxiliar) Carlos Martins (Assistente Estagiário?) Armando Rabaça (Assistente)	3
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convitado) João Paulo Cardielos (Assistente) Nuno Grande (Assistente) Rui Lobo (Assistente)	3

Notas: Primeiro ano da adequação a Bolonha. Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2009-2010

UC	2009/2010	Turmas
Projeto I	Pedro Maurício Borges (reg.) (D - Professor Auxiliar) Carlos Antunes (Assistente Convitado) Joaquim Almeida (D (2009) - Professor Auxiliar) Luís Miguel Correia (Assistente)	4
Projeto II	Paulo Providência (reg.) (D - Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente) Paula Santos (Professor Auxiliar Convitado)	3
Projeto III	João Mendes Ribeiro (reg.) (D (2009) – Professor Auxiliar) João Nuno Gomes (Assistente Convitado?) João Fôja (Assistente Convitado)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg) (D - Professor Auxiliar) Carlos Martins (Assistente Convitado) António Lousa (D (2009) – Professor Auxiliar)	3
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convitado) João Paulo Cardielos (D (2009) – Professor Auxiliar) Nuno Grande (D (2009) – Professor Auxiliar) Rui Lobo (Assistente)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2010-2011

UC	2010/2011	Turmas
Projeto I	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Carlos Antunes (Assistente Convidado) Joaquim Almeida (D – Professor Auxiliar) Susana Lobo (Assistente Convitada) Susana Constantino (Assistente Convitada)	4
Projeto II	Paulo Providência (reg.) (D - Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (Assistente) Carlos Martins (Assistente Convidado)	3
Projeto III	João Mendes Ribeiro (reg.) (D – Professor Auxiliar) Pedro Brígida (Assistente Convidado) João Fõja (Assistente Convidado)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg) (D - Professor Auxiliar) Paula Santos (Professor Auxiliar Convidado) António Lousa (D - Professor Auxiliar)	3
Projeto V	Gonçalo Byrne (reg.) (Professor Catedrático Convidado) João Paulo Cardielos (D - Professor Auxiliar) Nuno Grande (D - Professor Auxiliar) Rui Lobo (D (2010) – Professor Auxiliar)	3

Nota: Rui Lobo doutorado. Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2011-2012

UC	2011/2012	Turmas
Projeto I	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Carlos Antunes (Assistente Convidado) Joaquim Almeida (D – Professor Auxiliar) Susana Lobo (Assistente Convitada) Susana Constantino (Assistente Convitada)	4
Projeto II	Paulo Providência (reg.) (D - Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (D (2011) - Professor Auxiliar) Carlos Martins (Assistente Estagiário?)	3
Projeto III	João Mendes Ribeiro (reg.) (D – Professor Auxiliar) Pedro Brígida (Assistente Convidado) Diogo Seixas Lopes (Professor Auxiliar Convidado)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg) (D - Professor Auxiliar) Paula Santos (Professor Auxiliar Convidado) António Lousa (D - Professor Auxiliar)	3
Projeto V	Nuno Grande (reg.) (D - Professor Auxiliar) João Paulo Cardielos (D - Professor Auxiliar) Rui Lobo (D - Professor Auxiliar)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2012-2013

UC	2012/2013	Turmas
Projeto I	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Carlos Antunes (Assistente Convidado) Joaquim Almeida (D – Professor Auxiliar) Susana Lobo (Assistente Convidada) Susana Constantino (Assistente Convidada)	4
Projeto II	Pedro Maurício Borges (reg) (D - Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (D – Professor Auxiliar) Carlos Martins (Assistente Estagiário?) Armando Rabaça (Assistente)	4
Projeto III	João Mendes Ribeiro (reg.) (D – Professor Auxiliar) Pedro Brígida (Assistente Convidado) Diogo Seixas Lopes (Professor Auxiliar Convidado)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg) (D) (D - Professor Auxiliar) Paula Santos (Professor Auxiliar Convidado) António Lousa (D - Professor Auxiliar)	3
Projeto V	Nuno Grande (reg.) (D - Professor Auxiliar) João Paulo Cardielos (D - Professor Auxiliar) Paulo Providência (D - Professor Auxiliar)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2013-2014

UC	2013/2014	Turmas
Projeto I	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Armandina Desiré Pedro Joaquim Almeida (D – Professor Auxiliar) Susana Lobo (D (2013) - Professor Auxiliar) Luís Miguel Correia (Assistente)	4
Projeto II	Pedro Maurício Borges (reg) (D - Professor Auxiliar) Nuno Correia (Assistente) Carlos Martins (D (2014) - Professor Auxiliar) Armando Rabaça (Assistente)	4
Projeto III	João Mendes Ribeiro (reg.) (D – Professor Auxiliar) Pedro Brígida (Assistente Convidado) Catarina Campos (Assistente Convidado)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg) (D - Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (D – Professor Auxiliar) António Lousa (D - Professor Auxiliar)	3
Projeto V	Nuno Grande (reg.) (D - Professor Auxiliar) João Paulo Cardielos (D - Professor Auxiliar) Paulo Providência (D - Professor Auxiliar)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

2014-2015

UC	20014/2015	Turmas
Projeto I	José António Bandeirinha (reg.) (D – Professor Auxiliar) Armandina Desiré Pedro Joaquim Almeida (D – Professor Auxiliar) Susana Lobo (D - Professor Auxiliar) Luís Miguel Correia (Assistente)	4
Projeto II	Pedro Maurício Borges (reg) (D - Professor Auxiliar) Nuno Correia (Assistente) Carlos Martins (D - Professor Auxiliar) Armando Rabaça (D (2014) - Professor Auxiliar)	4
Projeto III	João Mendes Ribeiro (reg.) (D – Professor Auxiliar) Pedro Brígida (Assistente Convidado) Catarina Campos (Assistente Convidado)	3
Projeto IV	José Fernando Gonçalves (reg) (D- Professor Auxiliar) Gonçalo do Canto Moniz (D- Professor Auxiliar) António Lousa (D- Professor Auxiliar) António Faria Bettencourt	4
Projeto V	Nuno Grande (reg.) (D- Professor Auxiliar) João Paulo Cardielos (D - Professor Auxiliar) Paulo Providência (D- Professor Auxiliar)	3

Notas: Fonte d.ARQ-FCTUC. Número de turmas não confirmado pela escola.

#### 4. ISCTE-IUL (1999-2015)

##### 1999-2000

UC	1999-2000	Turmas
Arquitetura I	Manuel Teixeira (D – Professor Catedrático Convidado) Teresa Madeira (Assistente Convidado) Luiz Cunha (Professor Convidado)	2

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

##### 2000-2001

UC	2000-2001	Turmas
Arquitetura I	Manuel Teixeira (D – Professor Catedrático Convidado) Teresa Madeira (Assistente Convidado) Andreia Galvão (?)	2
Arquitetura II	Manuel Teixeira (D – Professor Catedrático Convidado) Luiz Cunha (Professor Convidado) José Mateus (Assistente Convidado)	2

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

##### 2001-2002

UC	2001-2002	Turmas
Arquitetura I	Manuel Teixeira (D – Professor Catedrático Convidado) Andreia Galvão (?) Luís Cunha (Professor Convidado) Paulo Miranda (Assistente Convidado)	2
Arquitetura II	Teresa Madeira (Assistente Convidado) José Mateus (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura I	Mafalda Sampayo (Assistente Convidado)	1

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

##### 2002-2003

UC	2002-2003	Turmas
Arquitetura I	Mafalda Sampayo (Assistente Convidado) Luís Cunha (Professor Convidado) Paulo Miranda (Assistente Convidado)	2
Arquitetura II	Teresa Madeira (Assistente Convidado) Alexandra Paio (Assistente)	2
Projeto de Arquitetura I	Mafalda Sampayo (Assistente Convidado) Pedro Vieira de Almeida (Professor Convidado) Raul Hestnes Ferreira (Professor Convidado) Bernardo Miranda (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura II	Bartolomeu Costa Cabral (Professor Convidado) Ana Lúcia Barbosa (Assistente Convidado)	1

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2003-2004

UC	2003-2004	Turmas
Arquitetura I	Alexandra Paio (Assistente) Mafalda Sampayo (Assistente) Luiz Cunha (Professor Convidado) Paulo Miranda (Assistente Convidado)	2
Arquitetura II	Teresa Madeira (Assistente Convidado) Luís Miguel Gomes (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura I	Mafalda Sampayo (Assistente) Raul Hestnes Ferreira (Professor Convidado) Bernardo Miranda (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura II	Bartolomeu Costa Cabral (Professor Convidado) Ana Lúcia Barbosa (Assistente Convidado)	1
Projeto	Rosália Guerreiro (Assistente) Pedro Botelho (Professor Convidado)	1

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2004-2005

UC	2004-2005	Turmas
Arquitetura I	Alexandra Paio (Assistente) Luiz Cunha (Professor Convidado) Paulo Miranda (Assistente Convidado)	2
Arquitetura II	Mónica Pacheco (Assistente Convidado) Bernardo Miranda (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura I	Bartolomeu Costa Cabral (Professor Convidado) Pedro Pinto (Assistente Convidado) Manuel Raposo (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura II	Ana Lúcia Barbosa (Assistente Convidado) Pedro Mendes (Assistente Convidado)	1
Projeto	Rosália Guerreiro (Assistente) Pedro Botelho (Professor Convidado)	1

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2005-2006

UC	2005-2006	Turmas
Arquitetura I	Alexandra Paio (Assistente) Paulo Miranda (Assistente Convidado)	2
Arquitetura II	Bernardo Miranda (Assistente Convidado) Pedro Pinto (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura I	Manuel Raposo (Assistente Convidado) Alexandra Paio (Assistente)	2
Projeto de Arquitetura II	Ana Lúcia Barbosa (Assistente Convidado) Pedro Mendes (Assistente Convidado)	2
Projeto	Mafalda Sampayo (Assistente) Pedro Botelho (Professor Convidado)	2

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2006-2007

UC	2006-2007	Turmas
Arquitetura I	Mónica Pacheco (Assistente Convidado) Paulo Miranda (1S) (Assistente Convidado) Ana Vaz Milheiro (2S) (D – Professora Auxiliar)	2
Arquitetura II	Bernardo Miranda (Assistente Convidado) Pedro Pinto (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura I	Manuel Raposo (Assistente Convidado) Alexandra Paio (1S) (Assistente) Paulo Tormenta (2S) (D- Professor Auxiliar)	2
Projeto de Arquitetura II	Ana Lúcia Barbosa (Assistente Convidado) Pedro Mendes (Assistente Convidado)	2
Projeto	Mafalda Sampayo (Assistente) Pedro Botelho (Professor Convidado)	2

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2007-2008 (Bolonha)

UC	2007-2008	Turmas
Arquitetura I	Mónica Pacheco (Assistente Convidado) José Luís Saldanha (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura II	Mónica Pacheco (Assistente Convidado) Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura III	Bernardo Miranda (Assistente Convidado) Pedro Pinto (Assistente)	2
Arquitetura IV	Bernardo Miranda (Assistente Convidado) Pedro Pinto (Assistente)	2
Arquitetura V	Ana Lúcia Barbosa (Assistente Convidado) Pedro Mendes (Assistente Convidado)	2
Arquitetura VI	Ana Lúcia Barbosa (Assistente Convidado) Pedro Mendes (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura I	Pedro Botelho (Professor Convidado) Manuel Raposo (Assistente Convidado) José Luís Saldanha (D – Professor Auxiliar)	2
Projeto de Arquitetura II	Pedro Botelho (Professor Convidado) Manuel Raposo (Assistente Convidado) José Luís Saldanha (D – Professor Auxiliar)	2
PFA	Paulo Tormenta (D – Professor Auxiliar) Ana Vaz Milheiro (D – Professor Auxiliar)	2

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.



2008-2009

UC	2008-2009	Turmas
Arquitetura I	Mónica Pacheco (Assistente Convidado) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura II	Mónica Pacheco (Assistente Convidado) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura III	Miguel Gomes (Assistente) Pedro Pinto (Assistente)	2
Arquitetura IV	Miguel Gomes (Assistente) Pedro Pinto (Assistente)	2
Arquitetura V	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Pedro Mendes (Assistente Convidado)	2
Arquitetura VI	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Pedro Mendes (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura I	Pedro Botelho (Professor Convidado) Manuel Raposo (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura II	Pedro Botelho (Professor Convidado) Manuel Raposo (Assistente Convidado)	2
PFA	Paulo Tormenta Pinto (D – Professor Auxiliar) Ana Lúcia Barbosa (Assistente Convidado) Gonçalo Byrne (Professor Convidado)	2

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2009-2010

UC	2009-2010	Turmas
Arquitetura I	Mónica Pacheco (Assistente) Pedro Mendes (Assistente)	2
Arquitetura II	Mónica Pacheco (Assistente) Pedro Mendes (Assistente)	2
Arquitetura III	Miguel Gomes (Assistente) Pedro Pinto (Assistente)	2
Arquitetura IV	Miguel Gomes (Assistente) Pedro Pinto (Assistente)	2
Arquitetura V	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar)	3
Arquitetura VI	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar) Rogério Vieira de Almeida (2S) (Assistente)	3
Projeto de Arquitetura I	Pedro Botelho (Professor Convidado) José Luís Saldanha (D – Professor Auxiliar)	2
Projeto de Arquitetura II	Pedro Botelho (Professor Convidado) José Luís Saldanha (D – Professor Auxiliar)	2
PFA	Paulo Tormenta Pinto (D – Professor Auxiliar) Ana Lúcia Barbosa (Assistente Convidado) Gonçalo Byrne (Professor Convidado)	2

Notas: Provas de Aptidão Pedagógica de Pedro Mendes, Bernardo Miranda e Sara Eloy. Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2010-2011

UC	2010-2011	Turmas
Arquitetura I	Alexandra Paio (D – Professor Auxiliar) Miguel Gomes (A)	2
Arquitetura II	Alexandra Paio (D – Professor Auxiliar) Miguel Gomes (A)	2
Arquitetura III	Mafalda Sampayo (A) Helena Botelho (D – Professor Convidado)	2
Arquitetura IV	Mafalda Sampayo (A) Helena Botelho (D – Professor Convidado)	2
Arquitetura V	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar) Pedro Pinto (Assistente)	3
Arquitetura VI	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar) Pedro Pinto (Assistente)	3
Projeto de Arquitetura I	Pedro Botelho (Professor Convidado) Rogério Vieira de Almeida (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura II	Pedro Botelho (Professor Convidado) Rogério Vieira de Almeida	2
PFA	Paulo Tormenta Pinto (D – Professor Auxiliar) Ana Lúcia Barbosa (A) Gonçalo Byrne (Professor Convidado)	2

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2011-2012

UC	2011-2012	Turmas
Arquitetura I	Alexandra Paio (D – Professor Auxiliar) Miguel Gomes (Assistente)	2
Arquitetura II	Alexandra Paio (D – Professor Auxiliar) Miguel Gomes (Assistente)	2
Arquitetura III	Mafalda Sampayo (D – Professor Auxiliar) Helena Botelho (D-Professor Convidado)	2
Arquitetura IV	Mafalda Sampayo (D – Professor Auxiliar) Helena Botelho (D- Professor Convidado)	2
Arquitetura V	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Bernardo Miranda (Assistente) Pedro Pinto (Assistente)	3
Arquitetura VI	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Bernardo Miranda (Assistente) Pedro Pinto (Assistente)	3
Projeto de Arquitetura I	Pedro Botelho (Professor Convidado) Rogério Vieira de Almeida (Assistente Convidado)	2
Projeto de Arquitetura II	Pedro Botelho (Professor Convidado) Rogério Vieira de Almeida (Assistente Convidado)	2
PFA	Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar) José Luís Saldanha (D – Professor Auxiliar)	2

Notas: Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2012-2013

UC	2012-2013	Turmas
Arquitetura I	Mónica Pacheco (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura II	Mónica Pacheco (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura III	Mafalda Sampayo (D – Professor Auxiliar) Helena Botelho (D- Professor Convidado)	2
Arquitetura IV	Mafalda Sampayo (D – Professor Auxiliar) Helena Botelho (D- Professor Convidado)	2
Arquitetura V	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Bernardo Miranda (Assistente) Alexandra Paio (D – Professor Auxiliar)	3
Arquitetura VI	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Bernardo Miranda (Assistente) Alexandra Paio (D – Professor Auxiliar)	3
Projeto de Arquitetura I	Pedro Botelho (Professor Convidado) Pedro Mendes (D – Professor Auxiliar)	2
Projeto de Arquitetura II	Pedro Botelho (Professor Convidado) Pedro Mendes (D – Professor Auxiliar)	2
PFA	Paulo Tormenta Pinto (D – Professor Auxiliar) José Luís Saldanha (D – Professor Auxiliar)	2

Notas: Mónica Pacheco doutorada. Pedro Mendes doutorado. Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2013-2014

UC	2013-2014	Turmas
Arquitetura I	Mónica Pacheco (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura II	Mónica Pacheco (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura III	Mafalda Sampayo (D – Professor Auxiliar) Helena Botelho (D- Professor Convidado)	2
Arquitetura IV	Mafalda Sampayo (D – Professor Auxiliar) Helena Botelho (D- Professor Convidado)	2
Arquitetura V	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Bernardo Miranda (Assistente) Alexandra Paio (D – Professor Auxiliar)	3
Arquitetura VI	Teresa Madeira (D – Professor Auxiliar) Bernardo Miranda (Assistente) Alexandra Paio (D – Professor Auxiliar)	3
Projeto de Arquitetura I	Pedro Mendes (D – Professor Auxiliar) Pedro Machado Costa (Bolseiro) João Antunes (Bolseiro)	3
Projeto de Arquitetura II	Pedro Mendes (D – Professor Auxiliar) Pedro Machado Costa (Bolseiro) João Antunes (Bolseiro)	3
PFA	Paulo Tormenta Pinto (D – Professor Auxiliar) José Neves (Professor Convidado)	2

Notas: Pedro Machado Costa e João Antunes bolseiros do Programa de Doutoramento. Fonte arquivos ISCTE-IUL.

2014-2015

UC	2014-2015	Turmas
Arquitetura I	Mónica Pacheco (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura II	Mónica Pacheco (D – Professor Auxiliar) Gabriela Gonçalves (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura III	Helena Botelho (D- Professor Convidado) João Caria Lopes (Bolseiro) Bernardo Miranda (D – Professor Auxiliar)	2
Arquitetura IV	Helena Botelho (D- Professor Convidado) João Caria Lopes (Bolseiro) Bernardo Miranda (D - Professor Convidado)	2
Arquitetura V	Teresa Madeira (D - Professor Auxiliar) Pedro Botelho (Professor Convidado) Alexandra Paio (D - Professor Auxiliar)	3
Arquitetura VI	Teresa Madeira (D - Professor Auxiliar) Alexandra Paio (D - Professor Auxiliar) Miguel Gomes (Assistente)	3
Projeto de Arquitetura I	Paulo Tormenta Pinto (D - Professor Auxiliar) Pedro Mendes (D - Professor Auxiliar) Filipe Mónica (Bolseiro)	3
Projeto de Arquitetura II	Paulo Tormenta Pinto (D - Professor Auxiliar) Pedro Mendes (D - Professor Auxiliar) Filipe Mónica (Bolseiro)	3
PFA	Pedro Botelho (Professor Convidado) José Neves (Professor Convidado)	2

Notas: Bernardo Miranda Doutorado. João Caria Lopes e Filipe Mónica bolseiro do Programa de Doutoramento. Fonte arquivos ISCTE-IUL.

### Escolas – Evolução do tipo de Docente de Projeto (2008-2015)

	2008			2015		
	Doutorado Carreira	Assistente Carreira	- Convidado	Doutorado Carreira	Assistente Carreira	- Convidado
EAUM	3	4	7	10	3	6
FAUP	4	21	6	19	1	10
d.ARQ-FCTUC	5	10	4	13	1	4
FAUL	-	-	-	-	-	-
ISCTE-IUL	4	1	6	8	1	4

Notas: não foi disponibilizada informação relativa à FAUL.

## ANEXO F

### Avaliação – Cronologia do Ensino Superior Português

Ciclo de Avaliação	Instituições	Avaliador	Notas:
1995-1999	Universidades Publicas Universidade Católica	FUP	- Melhoria da Qualidade das Instituições - Criar cultura de autoavaliação nas Instituições - Criaram sistemas de pontos fortes e fracos para cada instituição. - Não permitem a comparação de programas.
2000-2005	Universidades Publicas e Privadas, Politécnicos Públicos e Privados	FUP APESP CNAVES	- Mais ênfase na <i>accountability</i> e menos formativo. - Evita comparações diretas entre instituições e entre programas. - Relativamente inconclusivo.
2005-2006	Relatório ENQA sobre sistema de avaliação Português	ENQA	- Reconhecia o modelo metodológico e a importância da cultura de autoavaliação. - Criticava a aparente limitação de independência face às instituições que avaliava. - Indicava limitações de recursos e ineficácia de relatórios. - Indicava isolamento face aos modelos em discussão na europa.
2005-2006	Avaliação Institucional da EUA	EUA	-
2007	Criada a A3ES	-	-
2009-2010	Procedimentos de pré-acreditação de cursos existentes e propostos	A3ES	-
2010-(...)	Auditoria para validação dos processos internos de garantia de qualidade	A3ES	-

Notas: ENQA (*European Network for Quality Assurance*); EUA (*European University Association*)

## Investigação – Cronologia do Sistema Português

Período	Avanço Institucional	Racional	Avaliação de Investigação	Avaliação de Universidade
1967-1985	Instituições sem fins lucrativos, fomentadas através da investigação académica (Ex: INESC).	Criação e disseminação de conhecimento em instituições exteriores à universidade	-	-
1985-1995			-	-
1995-2005	Laboratórios Associados, fomentando a investigação por redes de centros de investigação académica. (25 laboratórios criados entre 1999 e 2007)	Fomentar massa crítica, agregar vários grupos de investigação e atrair novos talentos, com suporte financeiro FCT	1996/1999 1999/2000 2002/2003	CNAVES
2006-...	Fundações Universitárias (Três fundações desde 2008: Universidade do Porto, de Aveiro e ISCTE-IUL)  Parcerias Internacionais, como redes de investigação temática e de treino avançado. (ex: parcerias com MIT, CMU, Harvard e UT Austin)	Flexibilizar a gestão e os mecanismos organizacionais; mais autonomia e responsabilidade institucional; instituições mais responsivas.  Redes de centros de investigação entre universidades portuguesas, reunidas para cooperarem com instituições de renome internacional e envolvendo as empresas e indústria.	2007 2013	A3ES

Nota: Tabela adaptada de Manuel Heitor e Hugo Horta, 2012:212. Fundações em Portugal em 2008: Universidade do Porto – 30000 alunos; Universidade de Aveiro – 15000 alunos; ISCTE-IUL – 6000 alunos. Algumas das vantagens do estatuto de fundação seriam: maior liberdade para a liderança institucional, maior independência das variações orçamentais de curto prazo da tutela, novas oportunidades para gerar receitas próprias, prestação de contas foi investida nos responsáveis pela gestão. O quadro de pessoal deixa o estatuto de funcionário público e passa a ser funcionário da fundação respetiva.

### Investigação – Financiamento Estrutural FCT (2013-15)

Centro	Instituição	Membros Integrados	Nota Final	Classificação	Financiamento global/ano (€)
CEAU	FAUP	41	20	Muito Bom	97.744,00
CIAUD	FAUL	111	20,5	Muito Bom	627.452,00
ICS-ULisboa	ICS/UL	87	23,75	Excelente	1.098.563,00
DINÂMIA'CET-IUL	ISCTE-IUL	43	19	Muito Bom	75.000,00
CIES-IUL	ISCTE-IUL	119	21,5	Muito Bom	474.819,00
CEGOT	UC	52	20	Muito Bom	79.709,00
CES	CES-UC	139	19,25	Muito Bom	1.303.114,00
Lab2PT	UM	52	21,25	Muito Bom	153.683,00

Notas: (1) O modelo de financiamento utilizado pela FCT até 2011 foi o de Financiamento Plurianual, em funcionamento desde 1994. O sistema de avaliação que lhe deu suporte consiste numa apreciação periódica de relatórios e planos de atividades incluindo contatos diretos com os investigadores e com as instituições através de visitas a todas as unidades, por painéis de peritos internacionais. Deste exercício de avaliação resultava a atribuição pelo painel de uma classificação de qualidade que, em conjunto com o número de membros integrados elegíveis, determinava o volume de financiamento de base a atribuir. Além do financiamento de base, as unidades podiam beneficiar também de financiamento programático especial em função de necessidades específicas. Este processo foi regulamentado em 1996, tendo tido o seguinte calendário de avaliações: 1994-1996 (1996); 1996-1998 (1999); 1999-2001 (2002); 2003-2006 (2007); 2013. (2) São indicados vários centros que agregam estudos em Arquitetura e Urbanismo, no entanto, apenas os marcados a cinzento (CEAU e CIAUD) incidem exclusivamente nestas áreas.

### Investigação – Programas FCT Incentivo e COMPETE (2012-15)

	Incentivo 2011-2012	Incentivo 2013-2014	COMPETE 2011-2012	COMPETE 2013-2014	Notas
CIAUD FAUL	€598.786,0	€138.040,0	-	-	PEst-OE/EAT/UI4008/2011 Projeto Estratégico - UI 4008 - 2011-2012. PEst-OE/EAT/UI4008/2013 Projeto Estratégico - UI 4008 - 2013-2014.
CEAU FAUP	-	-	€246.302,0	-	PEst-C/EAT/UI0145/2011 Projeto Estratégico - UI 145 - 2011-2012.

Notas: O Programa Incentivo (2012 – 2014) foi um programa FCT anunciado no Encontro Ciência 2012 como medida de estímulo à competitividade internacional dos investigadores a trabalhar em Portugal e das instituições nacionais. Em particular a que resulte na captação de financiamento internacional. O Programa COMPETE (2012) financiou Projetos Estratégicos, de forma a promover e reforçar as competências das instituições de I&D (Laboratórios Associados e Unidades) que obtiveram classificação igual ou superior a Bom no exercício de avaliação (2007/08), e que apresentaram projetos estratégicos e de interesse público, em concordância com as linhas estratégicas apresentadas nos seus Planos de Atividades. Através dos Projetos Estratégicos pretendia-se apoiar as atividades das instituições em linhas estratégicas de responsabilidade própria, estimulando a evolução para modelos de organização e gestão adequados às novas formas de produção de conhecimento multidisciplinar e em rede.



## Investigação – Financiamento Plurianual FCT (2003-13)

Financiamento FCT – Programa Plurianual (€)											
Centros	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CEAA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.875,00	17.875,00	6.303,20	4.996,19	18.100,87
CEAU UP	10.225,35	36.943,62	0,00	0,00	196.843,53	73.912,50	82.500,00	82.500,00	29.545,20	54.456,40	87.026,35
CEGOT UP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.787,50	90.062,50	40.444,40	63.815,96	85.674,52
CES UC	224.799,56	661.100,45	923.921,87	669.906,05	1.356.569,29	1.304.028,71	1.214.000,00	1.214.000,00	717.011,44	1.204.070,96	923.835,30
CETRAD UTAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.275,00	63.250,00	47.442,86	13.916,23	12.872,77
CIES ISCTE- IUL	128.902,53	201.342,35	150.328,43	528.001,69	139.500,00	284.175,00	272.250,00	272.250,00	196.382,89	317.864,05	201.311,17
CIAUD UL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.606,25	179.437,50	119.757,20	142.659,36	234.380,42
CICC UC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.950,00	37.125,00	13.656,40	4.326,40	26.525,33
CICS UM	0,00	13.295,88	7.572,87	4.106,25	15.187,50	25.087,50	44.275,00	53.625,00	26.262,40	42.805,50	75.054,31
CIEC UC	13.633,80	41.018,52	31.207,68	16.605,00	66.015,00	47.250,00	35.612,50	50.875,00	22.060,40	6.680,88	81.032,24
CITAD U Lusitana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.181,25	121.687,50	63.030,00	71.025,25	22.570,99
CESUR UL	27.267,60	98.476,40	109.159,24	49.274,26	87.075,00	133.236,20	64.968,75	92.812,50	40.969,60	3.174,07	48.706,02
CTAC UM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.250,00	74.250,00	32.565,60	39.926,08	73.724,35
DINÂMIA ISCTE	16.360,56	95.556,11	62.248,73	32.934,60	74.250,00	140.823,36	96.387,50	100.512,50	101.568,70	56.739,63	218.239,63
ICS UL	209.885,29	685.975,54	1.246.143,87	734.000,00	1.243.000,00	1.795.598,12	1.329.675,05	1.380.500,00	1.618.777,28	837.209,83	1.239.417,50
ICIST UL	122.704,20	328.582,38	338.043,03	175.592,89	240.975,00	399.402,50	164.587,50	235.125,00	74.060,40	44.699,00	161.070,73
ISISE UM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.500,00	82.500,00	33.090,90	85.985,06	67.401,30

Notas: (1) Acrónimos; Centro de Estudos Arnaldo Araújo (CEAA); Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT / UP); Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD /UTAD); Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES /ISCTE-IUL); Centro de Investigação em Ciências da Construção (CICC / UC); Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS/UM); Centro de Investigação em Engenharia Civil (CIEC/UC); Centro de Sistemas Urbanos e Regionais (CESUR / UL); Centro de Território, Ambiente e Construção (CTAC/UM); DINÂMIA – Cet ISCTE-IUL; Instituto de Ciências Sociais (ICS / UL); Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção (ICIST / UL); Institute for sustainability and innovation in structural engineering (ISISE-UM). (2)

### Investigação – Financiamento Plurianual FCT (1999-03)

	Avaliação 1999-2001	Avaliação 2003	FTE 2000	FTE 2003	Financiamento 2000-2002	Financiamento 2003-2005	Notas
CEARQ FCTUC	Bom	-	4	7	€47.547,90	€23.625,00	-
CEAU FAUP	Excelente	Muito Bom	8	15	€83.166,24	€202.500,00	-

Fonte: FCT

## Investigação – Projetos FCT em Arquitetura e Urbanismo (2000-13)

	Projeto	Instituições	Área	Verba	Coordenador
2014					
2013	Gesto: Um processo experimental para determinar o sentido de uma obra de Arquitetura	FAUL	Arq.	49.600 €	Pedro Paulo da Silva Marques de Abreu
	Orientações de política para a regeneração de cidades em declínio	U Algarve	Urb Terr	45.179 €	Ana Paula Catarino Barreira
	Informação Geográfica Voluntária para Cadastro Predial 3D	INESC Coimbra/FCT/UC	Urb Terr	23.349 €	José-Paulo Elvas Duarte de Almeida
2012	ReabOp - Otimização de fluxos de trabalho de documentação em reabilitação de estruturas construídas	FAUL	Arq.	187.690 €	José Manuel Aguiar Portela da Costa
	Espaço relacional e a promoção do direito à cidade. Pesquisa experimental no Bairro da Cova da Moura, Área Metropolitana de Lisboa	FAUL	Arq.	34.464 €	Júlia Margarida Nunes Carolino
	Fotografia, Arquitetura Moderna e a “Escola do Porto”: Interpretações em torno do arquivo Teófilo Rego	CESAP	Arq.	120.734 €	Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça
	Tecnologia Robótica para um Projeto e Construção Não-Standard em Arquitetura	FAUP	Arq.	199.961 €	José Pedro Ovelheiro Marques de Sousa
	Habitacões para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau	ISCTE (c IHRU-AAM)	Arq.	173.232 €	Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro
	SEISMIC-V: Cultura Sismo-Resistente Vernácula em Portugal	FCO/ESG Orada-Gallaecia	Arq.	191.237 €	Mariana Rita Alberto Rosado Correia
	Rosetta - A Ferramenta de Design Generativo	INESC- ID INESC/IST/UTL	Arq.	119.928 €	António Paulo Teles de Menezes Correia Leitão
	Planeamento dos Espaços Turísticos em Áreas Costeiras (ESPACETUR)	IGOT (U Lisboa)	Urb	121.020 €	Carlos Manuel Batista Cardoso Ferreira
	Ordenamento Potencial da Paisagem de Base Ecológica. Aplicação a Portugal	ISA (Lisboa)	Urb	180.620 €	Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo Magalhães
	PERCOM - A equidade e eficiência no processo de urbanização: modelo de execução perequativa	IST-ID	Urb	100.968 €	Maria Beatriz Marques Condessa
FRURB - Gestão do risco de cheia em áreas urbanas no contexto das alterações globais	IPC (Coimbra)	Urb	155.113 €	António José Dinis Ferreira	
2011					
2010	<i>PERIURBAN - Áreas periurbanas perante os desafios da sustentabilidade: desenvolvimento de cenários para a AML</i>	IST (c ISA-ISCTE)	Arq.	123.398 €	Ana Isabel Loupa Ramos
	<i>FRAME-Sistemas prefabricados para edifícios de baixo consumo: design, modulação, prototipagem e testes</i>	LNEG	Arq.	91.088 €	Laura Elena Aelenei
	<i>Território, Assentamentos e Arquiteturas de Fronteira</i>	FMinerva	Arq.	75.630 €	Manuel Maria Diogo
2009	<i>Arquiteturas do Mar</i>	FAUL	Arq.	136.356 €	José Duarte Centeno Gorjão Jorge
	<i>Móveis modernos. A atividade da Comissão de Aquisição de Mobiliário no âmbito da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 1940-1974</i>	FAUL	Arq.	151.481 €	João Paulo do Rosário Martins
	<i>LIMAHABS - Clima &amp; Habitação: condicionantes para uma vida saudável.</i>	FAUL	Arq.	50.914 €	Maria Elisabete Ferreira Freire
	<i>Integração de usos do solo e transportes em cidades de média dimensão</i>	UTAD	Urb	165.846 €	Rui Manuel Amaro Alves
	<i>O Tecido Edificado na Cidade Portuguesa - Inventário Morfológico</i>	FAUTL	Urb	173.294 €	Carlos Francisco Lucas Dias Coelho

	Os revestimentos e os acabamentos nos centros históricos entre tradição e modernidade - bases para um plano de acção e de salvaguarda do Centro Histórico de Coimbra	CES (Coimbra)	Urb	174.642 €	Francisco Paulo de Sá Campos Gil
2008	Uma nova abordagem ao Desenho Arquitetónico integrando descrições computacionais	FAUTL	Arq.	101.454	Luís Romão
	A "Arquitetura Popular em Portugal". Uma Leitura Crítica	CESAP	Arq.	48.653	Maria Helena Teixeira Maia
	Membrana divisória adaptável.	UM	Arq.	143.520	Paulo Jorge Mendonça
	EWV_Visões cruzadas dos mundos: Arquitetura moderna na África Lusófona (1943-1974) vista através da experiência Brasileira iniciada a partir dos anos 30	IST	Arq.	188.502	Ana Tostões
	Sistemas Inteligentes de Fachadas: Design, prototipagem e teste de sistemas inovadores de sombreamento para edifícios energeticamente eficientes	IHCI	Arq.	168.289	Maria Luísa de Oliveira Gama Caldas
	Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitetónica	ISCTE-IUL	Arq.	271.350	Ana Vaz Milheiro
	IN_Learning – Projetar Ambientes de Aprendizagem Ativos	IST	Arq.	166.726	Teresa Frederica Tojal Valsassina Heitor
	Alberti Digital - Tradição e inovação na teoria e prática da Arquitetura em Portugal	CES (Coimbra)	Arq.	161.636	Mário Júlio Teixeira Krüger
	Metodologia para a Elaboração de um Plano de Cor em Ambiente Urbano	FMinerva	Arq.	143.080	Ângela Garcia Codoñer
	Estuários e Deltas Urbanizados. Contributos para um Planeamento e Gestão Integrados. O caso de Lisboa.	FAUTL	Urb	133.725	João Pedro Teixeira de Abreu Costa
	Fatores determinantes da procura de habitação em Portugal (DONUT)	U Aveiro	Urb	73.915	Eduardo Anselmo Castro
	Estrutura Ecológica Nacional - uma proposta de delimitação e regulamentação	ISA (Lisboa)	Urb	183.985	Maria Manuela Cordes Magalhães
	EVIDENCE - Reinventar os sistemas de apoio à análise, desenho e decisão no planeamento	FEUP	Urb		Paulo Manuel Neto da Costa Pinho
	Estrutura Verde Urbana: Estudo da relação entre morfologia do espaço público e diversidade de flora e de fauna na cidade do Porto	ICETA UP	Urb		Paulo Jorge Rodrigues Farinha Marques
<b>2007</b>					
2006	Custos e Benefícios, à escala local, de uma Ocupação Dispersa	U Aveiro	Arq. Urb	178.181	Jorge António Oliveira Afonso de Carvalho
	Cidade Induzida: um modelo para formular, avaliar e gerar Projetos urbanos	IST	Arq. Urb	153.713	José Pinto Duarte
	A Rua em Portugal - Inventário Morfológico	FAUTL	Arq. Urb	94.128	Carlos Dias Coelho
	Uma cultura de governança para a cidade criativa: vitalidade urbana e redes internacionais	ISCTE-IUL (Dinâmia Cet)	Arq. Urb	134.603	Pedro Seco Costa
	Contributos para o Projeto de Conservação do Património Arquitetónico: Metodologia Documental baseada na fotogrametria digital e na digitalização laser 3D terrestre	FAUTL	Arq. Urb	186.880	José Aguiar
	Políticas urbanas, criatividade e coesão: o caso da cidade-região do Porto	FEUP	Arq. Urb	72.816	Isabel Maria Fernandes Ribeiro Breda Lacerda Vázquez
	Design como recurso estratégico empresarial: um estudo dos impactos do design	FAUTL	Arq. Urb	182.981	Luís Santos Romão

	Reconversão e reinserção urbana de bairros de génese ilegal: avaliação socio-urbanística e soluções integradas de planeamento estratégico	FAUTL	Arq. Urb	166.228	Isabel Raposo
2005					
2004	Espaços de Aprendizagem em Portugal. Edifícios escolares destinados ao 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário	IST	Arq. Urb	49.849	Teresa Frederica Tojal Valsassina Heitor
	LT PORTUGAL	IST	Arq. Urb	36.222	Manuel Arriaga Brito Correia Guedes
	A conceção do espaço público em bairros de realojamento como pressuposto estruturador dos processos de inserção social	ISCTE-IUL (CET)	Arq. Urb	42.680	Pedro Conceição Silva George
	Arquitetura (s) de papel - Estudo sistemático de imagens e Projetos de Arquitetura do séc. XX, através da "CONSTRUÇÃO MODERNA" 1900-1919	FAUTL	Arq. Urb	48.093	Marieta de Morais Dá Mesquita
	Arquitetura e Matemática no Renascimento: sistemas de proporções em duas igrejas de Velha Goa do século XVI	IADE	Arq. Urb	22.350	António Manuel Nunes Pereira
	Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior	FAUTL	Arq. Urb	36.690	Maria Leonor Frazão Moniz Pereira da Silva
	Arquitetura hoteleira em Portugal	FAUTL	Arq. Urb	52.042	Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos
	Rio e Cidade: oportunidades para a sustentabilidade urbana	IST	Arq. Urb	42.558	Maria Beatriz Marques Condessa
	Arte Paisagista no Norte de Portugal	UTAD	Arq. Urb	50.071	Teresa Dulce Portela Marques
2003					
2002	O Espaço Público nos processos de Renovação Urbana de Áreas Portuárias: estudo comparativo de Lisboa, Barcelona, Londres e Roterdão	CESUR	Arq. Urb	13.770	Fernando José Silva e Nunes da Silva
	Otimização de Sistemas Logísticos de Distribuição de Mercadorias em Meio Urbano	CESUR	Arq. Urb	30.000	Maria do Rosário Maurício Ribeiro Macário
	Metodologias participadas de avaliação de planos e Projetos territoriais	Centro de Estudos do Depart de Eng Civil	Arq. Urb	47.000	Isabel Maria Fernandes Ribeiro Breda Lacerda Vázquez
	Validação espacial de malhas urbanas complexas em ambientes de Realidade Virtual,	IDMEC	Arq. Urb	50.000	José Manuel Simões Dionísio
2001	Habitação para o futuro. Exigências e modelos para a sociedade da informação e da ecologia	LNEC	Arq. Urb	23.680	António Reis Cabrita
	Análise Interdisciplinar de Sistemas de Sinalética e Orientação em Edifícios Hospitalares	UNIDCOM IADE	Arq. Urb	104.165	Eduardo Côte-Real
	Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa	CEAU-ISCTE	Arq. Urb	278.000	Manuel António Correia Teixeira
	Integração de gramáticas de forma e algoritmos genéticos num sistema generativo de Projeto: um novo curriculum de Arquitetura	CEAU-ISCTE (c IST)	Arq. Urb	140.275	Maria Luísa de Oliveira Gama Caldas
	Urbanismo Colonial - Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas	FAUTL	Arq. Urb	68.800	Maria Clara Teles Mendes
2000	A Localização de Equipamentos Coletivos nos Planos de Ordenamento do Território: Modelos de Apoio à Decisão	Centro de Investigação em Eng Civil	Arq. Urb	45.895	António José Pais Antunes
	A Estruturação Física do Território Urbano Português. O Caso dos Açores	CEAU-ISCTE	Arq. Urb	160.500	Manuel António Correia Teixeira
	Population Ageing and Urban Planning: Needs Assessment and Social Impact Assessment in the Lisbon Metropolitan Area	ISCTE (CET)	Arq. Urb	85.345	Fernando Antonio Marques Caria

Notas: a FCT (1997) sucedendo à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). Em 1998 sucede ao programa PRAXIS. Em 2000, 2001 e em 2002 o júri é internacional. Em 2003 não há concurso. Em 2004 o júri é nacional (Alexandre Alves Costa, Nuno Portas, José António Bandeirinha e Mário Krüger). Em 2005 não há concurso. A partir de 2006 o júri volta a ser internacional. Neste ano a área científica engloba Arquitetura e Urbanismo. Em 2007 não há concurso. A partir de 2007 são separadas as bolsas de Arquitetura das de Urbanismo. Em 2011 não há concurso. Desde 2012 as bolsas de Arquitetura das de Urbanismo integram-se na área de Ambiente, Território e População.

## MAPA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS RECORRENTES

- AAP – Associação dos Arquitetos Portugueses
- A3ES – Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior
- ACE – *American Council on Education* (EUA)
- ACSA – *Association Collegiate Schools of Architecture* (EUA)
- ARENA – *Architectural Research in Europe Network Association*
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CIPES - Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior
- EAAE – *European Association of Architectural Education*
- ECTS - *European Credit Transfer System*
- EHEA – *European Higher Education Area*
- EQF – *European Qualification Framework*
- EUA - *European Universities Association*
- ECDU - Estatuto da Carreira Docente Universitária
- ENQA - *European Network of Quality Agencies*
- ERA - *European Research Area*
- FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
- OAP – Ordem dos Arquitetos Portugueses
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- JÁ – Jornal dos Arquitetos
- JQI - *Joint Quality Initiative*
- MCTES – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior
- RIBA - *Royal Institute of British Architects*
- UE – União Europeia
- 
- EAUM – Escola de Arquitetura da Universidade do Minho
- EAUE – Escola de Arquitetura da Universidade de Évora

d.ARQ-FCTUC – Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

FAUL - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

FAUTL - Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa

FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

IST-UL – Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

CEAU – Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (FAUP)

CIAUD - Centro de investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (FAUL)

Lab2PT - Laboratório de Paisagens, Património e Território (UM)

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Cartaz do Colóquio Ensinar pelo Projecto (2012) .....	23
Ilustração 2: Joelho nº04 (2013).....	23
Ilustração 3: Encontro Ensino e Investigação em Projecto de Arquitectura (2012) .....	32
Ilustração 4: Roteiro pela Profissão (2015) .....	32
Ilustração 5: CODA de Octávio Lixa Filgueiras (1953).....	51
Ilustração 6: CODA de Nuno Portas (1958).....	51
Ilustração 7: Fotograma do filme documental “Operação SAAL” de João Dias (2007) .....	54
Ilustração 8: Quinta da Malagueira, Évora, de Álvaro Siza (1976-...) .....	54
Ilustração 9: Exercício de Teoria e Prática da Investigação, FBAUP (1975).....	54
Ilustração 10: Jornal Arquitetos nº201 (2001) .....	56
Ilustração 11: Jornal Arquitetos nº202 (2001) .....	56
Ilustração 12: Jornal Arquitetos nº251 (2014) .....	62
Ilustração 13: Jornal Arquitetos nº252 (2015) .....	62
Ilustração 14: Mapa das Escolas de Arquitectura em Portugal (2015) .....	84
Ilustração 15: EAUM, Esquisso de Fernando Távora.....	85
Ilustração 16:EAUM, sala de Desenho .....	85
Ilustração 17:EAUM, salas de projeto contíguas.....	85
Ilustração 18:FAUP, cartaz MIA 2015.....	91
Ilustração 19: FAUP, sala de projeto nas torres.....	91
Ilustração 20: FAUP, sala de projeto no Pavilhão Carlos Ramos.....	91
Ilustração 21:d.Arq-FCTUC, pátio.....	97
Ilustração 22: d.Arq-FCTUC, sala de projeto. ....	97
Ilustração 23: FAUL, sala de projeto .....	103
Ilustração 24: FAUL, bloco de aulas.....	103
Ilustração 25: ISCTE-IUL, rampas do edifício II .....	111
Ilustração 26: ISCTE-IUL, apresentação de PFA.....	111
Ilustração 27: ISCTE-IUL, sala de projeto .....	111
Ilustração 28:ECDJ nº5 (2001) .....	253
Ilustração 29: Atlas Urbanístico de Lisboa (2009).....	253
Ilustração 30: Optimistic Suburbia, Capa (2015).....	259
Ilustração 31: Optimistic Suburbia, Contra Capa (2015) .....	259



Ilustração 32: Learning From Las Vegas (1972) .....	270
Ilustração 33: Mutations, Harvard Project in the City (2001) .....	270

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Ensino da Arquitetura em Portugal. História do Ensino .....	21
Tabela 2: Ensino da Arquitetura em Portugal. História das Escolas Portuguesas .....	21
Tabela 3: Ensino da Arquitetura em Portugal. Ensino pelo Projeto .....	24
Tabela 4: Ensino da Arquitetura em Portugal. O impacto da adequação a Bolonha .....	24
Tabela 5: Escolas - Notas do último classificado e número de vagas .....	29
Tabela 6: 10 Escolas de Arquitetura Estudadas .....	30
Tabela 7: Quadro comparativo das Reformas de 1930-32 e 1950-57 .....	50
Tabela 8: Planos de Estudos na transição para a Democracia .....	53
Tabela 9: Diferenciação entre Ciclos – Descritores de Dublin.....	76
Tabela 10: Competências Genéricas Académicas – Projeto Tuning.....	76
Tabela 11: Sistema universitário português com Bolonha .....	80
Tabela 12: Escolas - Comparação estrutural.....	83
Tabela 13: EAUM – Cronologia dos Planos de Estudos (1996-2015).....	88
Tabela 14: EAUM - Plano de Estudos de1997 .....	90
Tabela 15: FAUP – Cronologia dos Planos de Estudos (1986-2015) .....	94
Tabela 16: FAUP - Plano de Estudos de1994.....	95
Tabela 17: d.ARQ-FCTUC – Cronologia dos Planos de Estudos (1988-2015) .....	100
Tabela 18: d.ARQ-FCTUC - Plano de Estudos de1998.....	102
Tabela 19: FAUL – Cronologia dos Planos de Estudos (1976-2015).....	107
Tabela 20: FAUL - Plano de Estudos de2004 .....	109
Tabela 21: ISCTE-IUL – Cronologia dos Planos de Estudos (1998-2015) .....	114
Tabela 22: ISCTE-IUL - Plano de Estudos de 1999 .....	116
Tabela 23: Cronologia da adequação a Bolonha em 10 escolas Portuguesas.....	118
Tabela 24: Relatórios MCIES de 2004 - Arquitetura Estrutura Proposta .....	123
Tabela 25: Relatórios MCIES de 2004 - Arquitetura Competências Propostas .....	124
Tabela 26: Cursos e Ciclos de Estudos dos cursos de Lisboa e Porto 1837 e 2014.....	128
Tabela 27: Quadro de Qualificações para o Ensino Superior em Portugal .....	132
Tabela 28: Competências Específicas (EAUM, FAUP, d.ARQ-FCTUC) .....	140
Tabela 29: Competências Específicas (FAUL, ISCTE-IUL) .....	141
Tabela 30: Modelação das Unidades Curriculares.....	144
Tabela 31: Carga letiva – comparação antes e pós Bolonha.....	147
Tabela 32: Carga letiva – Situação com a Adequação a Bolonha.....	148

Tabela 33: Unidades Curriculares Optativas nas Escolas de Arquitetura .....	149
Tabela 34: Atos Próprios da Profissão .....	157
Tabela 35: Relatórios de Adequação – Objetivos dos Ciclos de Estudos .....	162
Tabela 36: Organização dos planos de estudos por Área Científica (ciclo integrado).....	165
Tabela 37: Divisão por áreas de conhecimento (ciclo integrado).....	167
Tabela 38: Principais matérias lecionadas nos cursos de Arquitetura.....	169
Tabela 39: Comparação matriz TU-Delft / Áreas Científicas nacionais.....	170
Tabela 40: Adaptação distribuição curricular à metodologia TU-Delft (MI).....	171
Tabela 41: Adaptação distribuição curricular à metodologia TU-Delft (Ciclos) .....	172
Tabela 42: Intervalo de áreas tema segundo o modelo TU-Delft (MI) .....	174
Tabela 43: Intervalo de áreas tema segundo o modelo TU-Delft (1º Ciclo) .....	175
Tabela 44: Evolução Currículo EA-UM.....	177
Tabela 45: Evolução Currículo FAUP .....	177
Tabela 46: Evolução Currículo DARQ-FCTUC.....	178
Tabela 47: Evolução Currículo FAUL .....	178
Tabela 48: Evolução Currículo ISCTE-IUL.....	179
Tabela 49: Sequência esquemática de matérias nucleares por “área curricular” .....	185
Tabela 50: Sequência esquemática de matérias nucleares “área curricular” na EAUM .....	185
Tabela 51: EAUM - Comparação planos estudos 2008-2011 .....	187
Tabela 52: FAUP - Comparação planos estudos 2008-2012.....	187
Tabela 53: FAUL - Comparação planos estudos 2008-2013.....	191
Tabela 54: FAUL - Evolução Currículo 2013-2011 .....	192
Tabela 55: ISCTE-IUL - Comparação planos estudos 2008-2011 .....	193
Tabela 56: ISCTE-IUL - Evolução Currículo 2011-2012.....	193
Tabela 57: EAUM – Objetivos e Competências a Projeto (1º Ciclo) .....	197
Tabela 58: EAUM – Objetivos e Competências a Projeto (2º Ciclo) .....	197
Tabela 59: d.ARQ-FCTUC - Objetivos e Competências a Projeto (Ciclo Integrado).....	198
Tabela 60: FAUL - Objetivos e Competências a Projeto (Ciclo Integrado).....	200
Tabela 61: Estrutura Pedagógica da Área de Projeto (2008).....	201
Tabela 62: d.ARQ-FCTUC-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2008-09) .....	203
Tabela 63: FAUL - Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2008-09).....	203
Tabela 64: EAUM-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2006-07) .....	204
Tabela 65: FAUP-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2008-09).....	205
Tabela 66: ISCTE-IUL-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2008-09) .....	205

Tabela 67: FAUP-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2013-14).....	206
Tabela 68: EAUM-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2013-14) .....	207
Tabela 69: ISCTE-IUL-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2013-14) .....	207
Tabela 70: d.ARQ-FCTUC-Conteúdos Curriculares da Área de Projeto (2013-14) .....	207
Tabela 71: Projetos de Investigação FCT em Arquitetura e Urbanismo (2000-2013).....	219
Tabela 72: Estudo / Estágio mínimos em anos por Estado Europeu.....	223
Tabela 73: Regimes de Avaliação Docente em Escolas de Arquitetura .....	224
Tabela 74: Escolas-Prova Final de conclusão de Segundo Ciclo (2008) .....	228
Tabela 75: Escolas-Prova Final de conclusão de Segundo Ciclo (2014) .....	233



## ÍNDICE DE DIAGRAMAS

Diagrama 1:Fatores na conceção dos Planos de Estudo.....	155
Diagrama 2: Conceitos nos fatores dos Planos de Estudos .....	155
Diagrama 3: Estrutura Curricular da Área Projeto.....	202
Diagrama 4: Conteúdos Curriculares da Área Projeto .....	209
Diagrama 5: Didáticas da área Projeto .....	213



## BIBLIOGRAFIA

### Livro ou Capítulo de Livro Impresso

Aavv, 1986. *Mies van der Rohe: Architect as Educator*. The University of Chicago Press

AAP, 1995. *Livro Branco da Formação*, Associação dos Arquitetos Portugueses, Lisboa.

AAP, 1996. *Livro Branco da Arquitetura em Portugal*, Associação dos Arquitetos Portugueses, Lisboa.

ABREU, Susana Matos, 2011. *Teoria & Critica na Raiz do Arquitecto de Matriz Vitruviana em Portugal, 1521-1557, A Questão das Origens entre o Desígnio e a Matéria*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

AFONSO, Luís, 2010. *Concurso para Professor Associado / Anexo V / Textos Associados à Investigação / Volume III*. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Documento não Publicado, cedido para consulta pelo autor.

ALBERTI, Leon Battista, (1485) 2011. *Da Arte Edificatória*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Tradução do Latim de Arnaldo Monteiro do SANTO e Introdução, notas e revisão de Mário Júlio Teixeira KRÜGER.

ALLEN, Stan, 2009. *Practice: Architecture Technique+Representation*, Routledge, New York.

ALLEN, Stan, 2012. “The Future that is now”, in OCKMAN, Joan, WILLIAMSON, Rebecca (ed), 2012. *Architectural School. Three centuries of educating architects in north America*. ACSA-MIT Press, Cambridge MA, pp202-229.

ALVES COSTA, Alexandre, (1980) 1982. *Dissertação (...)*, FAUP, Porto.

ALVES COSTA, Alexandre, 2003. “Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto”, In MENDES, Manuel (coord.), *Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*:



*percursos do projecto = The building of the Faculty of Architecture at Oporto University: course of the project.* FAUP, Porto.

ALVES COSTA, Alexandre, 2007. *Textos datados*, FCTUC-EDARQ, Coimbra.

AMARAL, Alberto (Editor), 2003. *Avaliação, Revisão e Consolidação da Legislação do Ensino Superior (Volume 4)*. CIPES. Matosinhos.

AMARAL, Alberto; ROSA, Maria J., 2004. “Portugal: Professional and academic accreditation. The impossible marriage?” In SCHWARZ, WESTERHEIJDEN (Eds.), 2004, *Accreditation and evaluation in the European Higher Education Area*. Springer, Dordrecht, pp395-420.

ARETS, Wiel, 2011. “Question and Answer with Wiel Arets”. In: Aavv, 2011, *The Belrage Survey of Culture, Education, and Practice of Architecture and Urbanism*, NAI Publishers, Rotterdam, pp32-34.

ARGAN, Giulio Carlo, (1951) 1990. *Walter Gropius e a Bauhaus*. Presença, Lisboa.

ARÍS, Carlos Martí, (1990) 2006. *Le Variazioni dell’Identità, Il tipo in architettura*. Città Studi, Novara.

ARÍS, Carlos Martí, 2005. *La cimbra y el arco*. Fundacion Caja de Arquitectos, Barcelona.

ARRUDA, Luísa, 2011. “As leituras solitárias de Cirilo Wolkmar Machado e o ensino das artes do desenho”. In: MOREIRA, Rafael e RODRIGUES, Ana Duarte, 2011. *Tratados de Arte em Portugal*, Scribe, Lisboa, pp.103-118.

AZENHA, Cátia, 2013. *Ensino na Arquitectura. Arquitectura no Ensino. Manuel Graça Dias*. Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado Integrado.

BANDEIRA, Pedro (coordenação), 2014. *Escola do Porto: Lado B – 1968-1978 (Uma História Oral)*. CIAJG, Guimarães.

BANDEIRINHA, Rosa, 2013. *O Limiar do Claustro*. Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado Integrado.

BANHAM, Reyner, 1986. “The master of Human Architecture”. In: Aavv, 1986, *Mies van der Rohe: Architect as Educator*, The University of Chicago Press. Chicago.

BENEVOLO, Leonardo, (1974) 1994. *Historia de la Arquitectura moderna*, Gustavo Gili, Barcelona.

BLONDEL, Jacques-François, 1771-1777. *Cours d'Architecture, ou traité de la decoration, distribution et construction des bâtiments*. Desaint, Paris. Disponível: [www.archive.org](http://www.archive.org).

BOYER, Ernest; MITGANG, Lee D., 1996. *Building Community - A New Future for Architectural Education and Practice*. Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, New Jersey.

BOULLÉE, Étienne-Louis, (1757) 1968. “*Considérations sur l'importance de l'Architecture, suivies de vues tendant aux progrès des Beaux-Arts*”. In: BOULLÉE, Étienne-Louis (1757) 1968, *Architecture, essai sur l'art*, Hermann, Paris, pp32-33.

BRANDÃO, Pedro, 2006. *O arquitecto e outras imperfeições*, Livros Horizonte, Lisboa.

BROWN, James Benedict, 2012. *A critique of the live project*. School of Planning, Architecture & Civil Engineering – Queen's University, Belfast, Ireland. Tese de Doutoramento.

CALADO, Maria, 2003. *A cultura arquitectónica em Portugal, 1880-1920. Tradição e Inovação*. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Arquitetura. Tese de Doutoramento.

CARLO, Giancarlo di, 1980. “Uma Arquitetura da participação”. In: RODRIGUES, José Manuel, 2010, *Teoria e Crítica da Arquitetura: Século XX*, Ordem dos Arquitetos Portugueses e Caleidoscópico, Lisboa, pp753-758.

CARNEIRO, Alberto, 1995. *Campo sujeito e representação no ensino e na prática do desenho/Projeto*. FAUP, Porto.

CARREIRO, Miguel; PINTO, Pedro, 2013. *The evolution of representation in architecture, in Future Traditions*, 1<sup>st</sup> eCAADe Regional International Workshop, Proceedings, FAUP, Porto, pp27-38.

CARVALHO, Mariana Rodrigues, 2012. *Investigação em Arquitetura. O contributo de Nuno Portas no LNEC*. Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado Integrado.

CARVALHO, Rómulo de, (1986). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

COELHO, Rui Sérgio Dantas de Magalhães, 2007. *O Ensino da Arquitetura na Academia de Belas Artes de Lisboa*. ISCTE-IUL, Lisboa. Dissertação de Mestrado.

COLQUHOUN, Alan, 1967. "Typology and Design Method", in NESBITT, Kate, 1996, *Theorizing a New Agenda for Architecture – An anthology of architectural theory – 1965-1995*, Princeton Architectural Press, New York, pp250-257.

COMAS, Carlos, et al., 1986. *Projeto Arquitectónico. Disciplina em Crise, Disciplina em Renovação*. CNPq, São Paulo, Brasil.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares, 2010. "Learning Architecture. Early Modern Apprenticeship in Portugal", in *1st International Meeting EAHN, European Architectural History Network*, Guimarães, June 17-20, 2010. Book of abstracts+Cd of papers, EAHM – CHAM – U.Minho. Disponível em:  
[http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/725\\_Conceicao\\_EAHN\\_Learning%20Architecture.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/725_Conceicao_EAHN_Learning%20Architecture.pdf)

COSTA, Luiz Xavier da, 1932. *Quadro Histórico das Instituições Académicas Portuguesas*. Separata do Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, Volume I, pp37-61. Imprensa Nacional, Lisboa.

COSTA, Nuno Brandão, 2006. *Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

COUTINHO, Bárbara, 2001, *Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.

CRINSON, Mark; LUBBOCK, Jules, 1994. *Architecture : art or profession : three hundred years of architectural education in Britain*. Manchester University Press.

CROSIER, D., et al., 2007. *Trends V: Universities shaping the European higher education area*. European Universities Association, Brussels.

CUFF, Dana, 1991. *Architecture: the story of practice*. MIT Press, Cambridge MA.

CUNHA, P. J., 1937. *A Escola Politécnica de Lisboa. Breve Notícia Histórica*, Faculdade de Ciências de Lisboa, Lisboa.

DREXLER, Arthur; CHAFFE, Richard, 1977. *The architecture of the Ecole des Beaux-Arts*. The MIT Press, Cambridge MA.

ECO, Umberto, (1980) 1995, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença, Lisboa.

EISENMAN, Peter, 1992. “Vision’s Unfolding: Architecture in the Age of Electronic Media”, in NESBITT, Kate, 1996, *Theorizing a New Agenda for Architecture – An anthology of architectural theory – 1965-1995*, Princeton Architectural Press, New York, pp556-561.

EMMONS, Paul, 2012. “Drawing and Representation”, in OCKMAN, Joan, WILLIAMSON, Rebecca (ed), 2012. *Architectural School. Three centuries of educating architects in north America*. ACSA-MIT Press, Cambridge MA, pp299-305.

FARIA, Eduarda Lobato, 2014. *Imaginar o Real. O Dilema da Conceção em Arquitetura*. Caleidoscópio, Lisboa.

FERNANDES, Eduardo, 2010. *A Escolha do Porto: contributos para a atualização de uma ideia de Escola*. Universidade do Minho, Escola de Arquitetura. Tese de Doutoramento.

FERNANDES, Manuel Correia, 1988. *ESBAP / Arquitetura nos anos 60 e 70. Apontamentos*. FAUP, Porto.

FERREIRA, Carlos-Antero, 1985. *A Arquitectura na Universidade*. UTL, Lisboa.

FERREIRA, Carlos-Antero, 2009. *Academia Nacional de Belas Artes (1932-2007)*. Fundação Sousa Pedro, Lisboa.

FERREIRA, J. M. Simões, 2010. *História da Teoria da Arte no Ocidente*. Veja, Lisboa.

FIGUEIRA, Jorge, 2002. *Escola do Porto: um mapa crítico*, FCTUC- EDARQ, Coimbra

FIGUEIREDO, Rute, 2007. *Arquitectura e discurso crítico em Portugal (1893-1918)*. Colibri, Lisboa.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa, (1962) 1985. *Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto, ESBAP.

FLORIDA, Richard, 2002. *The rise of the creative class*, Basic Books, New York.

FORTY, Adrian, (1986) 2007. *Objetos de Desejo: Design e Sociedade desde 1750*. Cosac Naify, São Paulo, Brasil.

FORTY, Adrian, (2004) 2012. *Words and Buildings, A Vocabulary of Modern Architecture*. Thames and Hudson, London.

FRAMPTON, Kenneth, (1980) 1996. *Modern Architecture. A critical history*. Thames and Hudson, London.

GAGO, José Mariano, 1990. *Manifesto para a Ciência em Portugal*. Gradiva. Lisboa

- GEORGE, Frederico, 1964. *Considerações sobre o ensino da Arquitetura*. Lisboa, Minerva.
- GIL, Bruno, 2005. *Escola de Arquitetura Hoje*. Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado Integrado.
- GINOULHIAC, Marco, 2009. *O ensino do Projeto de Arquitetura: contribuições para um debate crítico em torno da prática contemporânea*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- GOMBRICH, Ernst, (1950) 1995. *The Story of Art*, Phaidon, London.
- GOMES, Sandra Pinto, 2000. *A construção da profissionalização dos arquitetos em Portugal. Um estudo sociológico*. ISCTE, Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- GONZALES, Julia e WAGENAAR, Robert, 2008. *Universities' contribution to the Bologna Process – An Introduction*. Tuning Project, Universidad de Deusto, Bilbao. Disponível em: <http://www.unideusto.org/tuningeu/publications/278-universitiesacontribution-to-the-bologna-process-an-introduction-english-version.html>
- GRASSI, Giorgio, (2007) 2015. *Leon Battista Alberti e a Arquitetura Romana*. Afrontamento e Fundação Marques da Silva, Porto.
- GREGOTTI, Vittorio, (1972) 1975. *Território da Arquitetura*, Perspetiva, São Paulo, Brasil.
- GREGOTTI, Vittorio, 2010. *Architecture Means and Ends*, The University Chicago Press, Chicago.
- GUERRA, Franklin, 2010. *História da Engenharia em Portugal*. Publindústria, Porto.
- HARRINGTON, Kevin, 1986. “Order, Space, Proportion – Mies’s curriculum at ITT”, in *Mies van der Rohe: Architect as Educator*, The University of Chicago Press, Chicago, pp49-67.

HEITOR, Manuel e HORTA, Hugo, 2012. “Science and Technology in Portugal: From a Late Awakening to the Challenge of Knowledge-Integrated Communities”, in NEAVE, Guy e AMARAL, Alberto, 2012. *Higher Education in Portugal 1974-2009*. CIPES e Springer, London, pp179-226.

ITTEN, Joahannes, (1963) 1975. *Design and Form: The Basic Course at the Bauhaus and Later (revised edition)*, Wiley and Sons, London.

JAMES-CHAKRABORTY, Kathleen (Edição), 2006. *Bauhaus Culture: From Weimar to the Cold War*. University of Minnesota Press, Minneapolis.

JAMESON, Fredic, 1997. *Is space political?* In LEACH, Neil (edição), 1997, *Rethinking Architecture. A reader in cultural theory*, Routledge, London, p258.

JOHNSTON, George Barnett, 2012. “Professional Practice”, in in OCKMAN, Joan, WILLIAMSON, Rebecca (ed), 2012. *Architectural School. Three centuries of educating architects in north America*. ACSA-MIT Press, Cambridge MA, pp370-373.

KOCH, Aaron et al., 2006. *The Redesign of Studio Culture – A Report of the AIAS Studio Culture Task Force*. The American Institute of Architecture Students, Washington. Disponível em: [http://archdesign.vt.edu/students/images/Studio\\_Culture\\_Report\\_2002.pdf](http://archdesign.vt.edu/students/images/Studio_Culture_Report_2002.pdf)

KOSTOF, Spiro (coordenação), (1977) 1984. *El Arquitecto: Historia de una Profession*. Ediciones Cátedra, Madrid.

KRÜGER, Mário (coordenação), 2003. *Relatório dos Cursos de Licenciatura em Arquitetura e Arquitetura Paisagista*, FUP/APES, Coimbra. Documento Policopiado.

KRÜGER, Mário, 2005. *Leslie Martin e a Escola de Cambridge*, FCTUC-EDARQ, Coimbra.

LEFEBVRE, Henri, (1974) 1991. *The Production of Space*, Blackwell Publishing, Oxford.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean, (2008) 2010. *A Cultura-Mundo: Resposta a uma Sociedade Desorientada*. Edições 70, Lisboa.

LISBOA, Maria Helena, 2002. *Os Engenheiros em Lisboa. Urbanismo e Arquitetura (1850-1930)*. Livros Horizonte, Lisboa.

LISBOA, Maria Helena, 2006. *As academias e escolas de Belas Artes e o ensino artístico (1836-1910)*. Colibri, Lisboa.

MACIEL, Justino, (2006) 2009. *Vitrúvio – Tratado de Arquitetura*. Tradução do Latim, Introdução e Notas por Justino Maciel, Editora IST, Lisboa.

MACIEL, Justino, 2011. *Os Tratados Pré-Vitruvianos de Arquitetura*, in MOREIRA, Rafael e RODRIGUES, Ana Duarte, 2011. *Tratados de Arte em Portugal*, Scribe, Lisboa, pp.43-50.

MAGALHÃES, António, 2004. *A Identidade do Ensino Superior. Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

MAZZEO, Cecillia e ROMANO, Ana Maia, 2007. *La enseñanza de las Disciplinas Projectuales. Hacia la construcción de una didáctica para la enseñanza superior*. Editorial Nobuko, Buenos Aires, Argentina.

MELLO, Duarte Cabral, 2009. *A Arquitetura Dita. Anamorfose & Projecto*. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Doutoramento.

MENDES, Pedro, 2012. *O programa arquitectónico no projecto de arquitectura: referências ao contexto português, a partir de seis obras de três autores - FernandoTávora, Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura*. Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa. Tese de Doutoramento.

MILHEIRO, Ana Vaz, 2005 (2003). “The importance of Being a ‘Lisbonner’”, in MILHEIRO, Ana Vaz, 2005. *A minha casa é um avião*, Relógio de Água, Lisboa, pp118-124.

MILHEIRO, Ana Vaz, 2005. *A construção do Brasil: relações com a cultura arquitectónica portuguesa*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.



MILHEIRO, Ana Vaz (coordenação), 2015. *Optimistic Suburbia? The Students Perspective*. ISCTE-IUL, Lisboa.

MORAIS, João Sousa, 2008. *O Território do Projecto. Registos Conceptuais em Arquitectura*. FAUTL-CIAUD, Lisboa.

MOREIRA, Cristiano, 1994. *Reflexões sobre o Método*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.

MOREIRA, Rafael, 1987. “A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid”. In: Aavv, 1987. *Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*, v2, Coimbra, Livraria Minerva, Coimbra.

MOREIRA, Rafael, 2011. “A mais antiga tradução europeia de Vitruvius, Pedro Nunes em 1537-1541”, in MOREIRA, Rafael e RODRIGUES, Ana Duarte, 2011. *Tratados de Arte em Portugal*. Scribe, Lisboa, pp.51-61.

MOREIRA, Rafael e RODRIGUES, Ana Duarte (Coor.) 2011. *Tratados de Arte em Portugal*. Scribe, Lisboa.

MONIZ, Gonçalo do Canto, 2011. *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69)*. Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.

MONTANER, Josep Maria, (1999) 2004. *Arquitectura y Crítica*. Gustavo Gili, Barcelona.

MORAIS, João Sousa, 1995. *Metodologias de Projeto de Arquitectura*. Editorial Estampa, Lisboa.

MORAIS, João Sousa, 2008. *O Território do Projecto, Registos Conceptuais em Arquitectura*, Prefácio, Coleções Didática, Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura – UTL.

MORAIS, João Sousa; PIRES, Amílcar Gil (coordenação), 2011. *O Ensino de Projeto no Modelo Pós Bolonha / Relatório do Encontro das Escolas Públicas de Arquitetura na FAUTL em Maio de 2010*. FAUTL-CEAU. Documento Provisório – não publicado.

MORAN, Brendan, 2012. “Research”, in in OCKMAN, Joan, WILLIAMSON, Rebecca (ed), 2012. *Architectural School. Three centuries of educating architects in north America*. ACSA-MIT Press, Cambridge MA, pp386-391.

NEAVE, Guy. AMARAL, Alberto (editores) 2012. *Higher Education in Portugal 1974-2009*. CIPES e Springer. London.

NICOL, David e PILLING, 2000. *Changing Architectural Education. Towards a new professionalism*. Spon Press, New York.

NORGERG-SCHULZ, Christian (1979) 2005. *Arquitetura Occidental*. Gustavo Gili, Barcelona.

OCKMAN, Joan, WILLIAMSON, Rebecca (ed), 2012. *Architectural School. Three centuries of educating architects in north America*. ACSA-MIT Press, Cambridge MA.

OCKMAN, Joan, 2012, “The Turn of Education”, in OCKMAN, Joan, WILLIAMSON, Rebecca (ed), 2012. *Architectural School. Three centuries of educating architects in north America*. ACSA-MIT Press, Cambridge MA, pp10-33.

OLIVEIRA, Luisa (coord.), 1998. *Monograph of National Higher Education and Research System*. Relatório no âmbito do projecto Inovação e Sistemas de Ensino Superior, Programa TSER, DGXI.

PAIS, Teresa, 2007. *O desenho na formação do arquitecto*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

PEARLMAN, Jill, 2007. *Inventing the American Modernism*. University of Virginia Press, Charlottesville.

- PEREIRA, Paulo, 2014. *Arte Portuguesa. História Essencial*. Círculo de Leitores, Lisboa.
- PÉREZ-GÓMES, Alberto, 1993. *Introduction to Claude Perrault, Ordonnance of the five kinds of columns after the method of the ancients*. Getty Center Publications, Santa Mónica, California.
- PICON, Antoine, (1988) 1992. *French Architects and Engineers. In the Age of Enlightenment*. Cambridge University Press, Cambridge UK (1ª edição francesa de 1988 – Parenthèses).
- PICON, Antoine, 1992a. *L'invention de l'ingénieur moderne: l'Ecole des Ponts et Chaussées: 1747-1851*. Presses de l'École Nationale des Ponts et Chaussées. Paris
- PIÑÓN, Helio, 2006. *Teoría del Proyecto*. Edicions UPC, Barcelona.
- PINTO, Paulo Tormenta, 2011. *Temáticas e Reflexões sobre o Ensino de Projeto no Último Ano de Formação – O caso do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa*, in Aavv, 2011. *Vº Projetar – Processos de Projeto: Teorias e Práticas*, Belo Horizonte, 25 e 28 de Outubro de 2011. Disponível em <http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/1715/1/85.pdf>
- PINTO, Paulo Tormenta, 2014. *Relatório da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura*. Provas de Agregação, ISCTE-IUL, Lisboa. Documento não publicado.
- PINTO, Paulo Tormenta, 2015, “Tangências entre o Ensino de Projeto de Arquitetura e a Investigação: O caso de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL (2009-2014)”, in: MILHEIRO, Ana Vaz (coord.), 2015. *Optimistic Suburbia? The Students Perspective*. ISCTE-IUL, Lisboa, pp145-155.
- PORTAS, Nuno e MENDES, 1991. *Arquitetura Portuguesa Contemporânea. Anos sessenta/anos oitenta*. Fundação Serralves, Porto.
- PORTAS, Nuno, 2005a. *Arquitetura(s) : História e Crítica, Ensino e Profissão*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

PORTAS, Nuno, 2005b. *Arquitetura(s) : Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PORTAS, Nuno 2006, *Das Ruas e das Casas*, in SALGADO, Manuel, LOURENÇO, Nuno, 2006. *Atlas Urbanístico de Lisboa*. Argumentum, Lisboa, pp12-18.

QUARONI, Ludovico, (1977) 1987. *Proyectar un edificio ocho lecciones de arquitectura*. Xarait, Madrid.

RAMALHO, Pedro, 1990. *Itinerário*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

RAMOS, Carlos, 1952, “25 Anos de Ensino Artístico na ESBAP”, in: COUTINHO, Bárbara, 2001, *Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.

RIBEIRO, Ana Isabel de Melo, 2002. *Arquitectos portugueses : 90 anos de vida associativa, 1863-1953*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

RODRIGUES, Ana Duarte, 2011. “*The Circulation of Art Treatises in Portugal between the XV and the XVIII centuries: some methodological questions*”, in MOREIRA, Rafael, RODRIGUES, Ana Duarte, 2011. *Tratados de Arte em Portugal*. Scribe, Lisboa, pp.21-30.

RODRIGUES, José Miguel, 2013a. *O Mundo Ordenado e Acessível das Formas da Arquitectura. Tradição Clássica e Movimento Moderno na Arquitectura Portuguesa: dois exemplos*. Afrontamento e Fundação Marques Silva, Porto.

SALGADO, Manuel, LOURENÇO, Nuno, 2006. *Atlas Urbanístico de Lisboa*. Argumentum, Lisboa

ROSA, Ana Cristina, SARRICO, Cláudia S., 2012. “Quality, Evaluation and Accreditation: from Steering, Through Compliance, on to Enhancement and Innovation?” in NEAVE, Guy.

AMARAL, Alberto (edição), 2012. *Higher Education in Portugal 1974-2009*. CIPES e Springer. London, pp249-264.

ROWE, Colin, (1976) 1987. *The Mathematics of the Ideal Villa and Other Essays*. MIT Press, Cambridge MA.

RYKWERT, Joseph, (1980) 1991. *The first moderns: the architects of the Eighteenth Century*. The MIT Press, Cambridge MA.

SANTOS, Boaventura Sousa, 1992. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Afrontamento, Porto.

SANTOS, Boaventura Sousa, 1994. *Pela Mão de Alice*. Afrontamento, Porto.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da, 1998. *O Modelo Espacial do Estado Moderno, Reorganização Territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Estampa, Lisboa.

SILVA, Leonor Matos, 2011. *Cultura Arquitectónica em Lisboa: Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

SIMON, Madlen, 2012, “Design Pedagogy”, in OCKMAN, Joan, WILLIAMSON, Rebecca (ed), 2012. *Architectural School. Three centuries of educating architects in north America*. ACSA-MIT Press, Cambridge MA, pp276-285.

SIZA, Álvaro, 1982. “Prefácio”. In ALVES COSTA, Alexandre, 1982. *Dissertação (...)*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

SIZA, Álvaro, 1995. “Sobre Pedagogia”. In MORAIS, Carlos, 2009. *01 textos: Álvaro Siza Vieira*. Civilização Editora, Porto, pp167-169.

SIZA, Álvaro, 1996. “A ideia primária de especialização”. In MORAIS, Carlos, 2009. *01 textos: Álvaro Siza Vieira*. Civilização Editora, Porto, pp177-178.

SIZA, Álvaro, 2009. “Ser Teórico”. In MORAIS, Carlos, 2009. *01 textos: Álvaro Siza Vieira*, Civilização Editora, Porto, pp383.

SIZA, Álvaro; MACHABERT, Dominique ; BEAUDOIN, Laurent, 2009a. *Álvaro Siza: uma questão de medida*. Caleidoscópio, Casal de Cambra.

SOLÀ-MORALES, Ignasi, 2003. *Inscripciones*. Gustavo Gili, Barcelona.

SOLER, Alfred Linares, 2006. *La Enseñanza de la Arquitectura como Poética*. Ediciones UPC, Barcelona.

SONTAG, Susan, (1961) 2001. *Against Interpretation*. Vintage, London.

STEVENS, Garry, 1998. *The favored circle: The social foundations of Architectural Distinction*. MIT Press, Cambridge MA.

STOER, Stephan, 1986. *Educação e Mudança Social em Portugal: 1970-1980. Uma Década de Transição*. Edições Afrontamento. Porto.

STRAVINSKY, Igor. (1942) 2003. *Poetics of Music In the form of six lessons*, Harvard University Press, Cambridge MA.

TAINHA, Manuel, 2006, *Textos de Arquitectura*, Caleidoscópio, Lisboa.

TAMM, Carlos, 1993. *Escola de Lisboa – Herança e Devir Pedagógico-Didático*. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Doutoramento.

TÁVORA, Fernando, (1962) 2008. *Da Organização do Espaço*, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

TÁVORA, Fernando, 2005. *Opera Completa*, Electa, Milano.

TAVARES, Domingos, (1980) 1985. *Da Rua Formosa à Firmeza*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

TAVARES, Domingos, 2004. *Relatório de Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional - Grupos por Área de Conhecimento – Arquitetura*. Documento policopiado.

TEIXEIRA, Manuel, 1998a. *Linhas Gerais da Licenciatura em Arquitectura*, Proposta à Assembleia de Escola do ISCTE em 28 de Maio de 1998. Documento não publicado.

TILL, Jeremy, 2009. *Architecture Depends*, MIT Press, Cambridge MA.

TORGAL, Luis Reis, 2012. “University, Society and Politics”, in NEAVE, Guy. AMARAL, Alberto (editores) 2012. *Higher Education in Portugal 1974-2009*. CIPES e Springer. London, pp 67-87.

TOUSSAIN, Michel, 2009. *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na Primeira Metade do Século XX*. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Doutoramento.

VALE, Tiago, 2010. *Entre o Tácito e o Explicito*. Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado Integrado.

VARELA GOMES, Paulo, 1992. *A Confissão de Cyrillo, estudos de História de Arte e da Arquitectura*, Hiena, Lisboa.

VARELA GOMES, Paulo, 2003. “Aspetos do classicismo na Arquitectura Portuguesa dos séculos XVI e XVII”, in VARELA GOMES, Paulo, 2007. *14,5 Ensaios de História da Arquitectura*, Almedina, Coimbra.

VEIGA, Amélia, AMARAL, Alberto, 2012. “The Impact of Bologna and the Lisbon Agenda”, in NEAVE, Guy. AMARAL, Alberto (editores) 2012. *Higher Education in Portugal 1974-2009*. CIPES e Springer, London, pp265-284.

VENTURI, Robert, 1966 (2008). *Complexidade e Contradição em Arquitectura*. Martins Fontes, São Paulo.

VIERIA de ALMEIDA, Pedro, 2008. *Apontamentos para uma Teoria da Arquitetura*, Livros Horizonte, Lisboa.

VIEIRA de ALMEIDA, Rogério, 1997. “De 1976 ao Final do Século. Convergências, Divergências e Cruzamentos de Nível”. In Aavv, 1997, *Arquitectura do Século XX, Portugal*, Deutsches Architektur-Museum, Prestel, Frankfurt, p.72-84.

VIEIRA de ALMEIDA, Rogério, 1998. *Álvaro Siza: A Obra e o Arquitecto, 1952-1988*. FCSH-UNL, Lisboa. Dissertação de Mestrado.

VIEIRA, Joaquim, 1995. *O Desenho e o Projeto são o mesmo?* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

VILLAVERDE CABRAL, Manuel; BORGES, Vera, 2006. *Relatório Profissão: Arquitecto – Estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos*. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

WILLIAMSON, Rebecca, 2012, “Degree Nomenclature”, in OCKMAN, Joan, WILLIAMSON, Rebecca (ed), 2012. *Architectural School. Three centuries of educating architects in north America*. ACSA-MIT Press, Cambridge MA, pp270-275.

WINGLER. Hans M., (1978) 1993. *The Bauhaus: Weimar, Dessau, Berlin, Chicago*. MIT Press, Cambridge MA.

WITTKOWER, Rudolf, (1949) 1989, *Architectural principles in the age of humanism*. Academy Editions, London.

### **Livro ou Capítulo de Livro Electrónico**

A3ES, 2009. *Plano de Atividades 2009*. Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, Lisboa. [consultado em 2014-10-20]. Disponível:  
<http://www.a3es.pt/plano-atividade>



## Artigos de Publicações e Comunicações em Série Impressas

AAVV, 2004. *Ensino Superior* nº14, revista do SNESup, Lisboa, Dezembro 2004 - Janeiro 2005.

AAVV, 2012. *The Education Issue*. Architectural Review nº1388, London, October 2012.

ALVES COSTA, Alexandre, 1987. “Considerações sobre o ensino da arquitectura”, in *Jornal Arquitectos* nº55, 1987, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp8-9.

ALVES COSTA, Alexandre, 1998. “Arquitetura Portuguesa”, in *Jornal Arquitectos* nº185, 1998, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp36-43.

ALVES COSTA, Alexandre e BYRNE, Gonçalo, 2000. “Entrevista OK#TÉCNICO: [Alexandre Alves Costa vs. Gonçalo Byrne]”, por Jorge Figueira, in AAVV ecdj2: *10 anos de Arquitetura no Colégio das Artes*, Edarq, Coimbra, 2000, p88-102.

ALVES COSTA, Alexandre, 2012. “Primeira anotação do Curso de Arquitetura de Coimbra”, in *Joelho* nº3, FCTUC-DARQ, Coimbra, 2012, pp22-32.

BAÍA, Pedro; LABASTIDA, Marta, com BRAZIO, Augusto (fotografia), 2014. “Onde Para o Ensino?”, in *J-A* nº251, Setembro-Dezembro 2014, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, p428-439.

BANDEIRINHA, José António, 2012. *Pedagogia do Projeto*, in *Joelho* nº3, FCTUC-DARQ, Coimbra, 2012, pp102-113.

BANDEIRINHA, José António, 2013. *Disciplinary intersections and synthesis*, in *Joelho* nº4, FCTUC-DARQ, Coimbra, 2013, pp157-158.

BRANDÃO, Augusto Pereira, 1993. “Faculdade de Arquitectura”. In *Jornal Arquitectos* nº126/27, 1993.

BUCHANAN, Peter, 2012. “The Big Rethink. Architectural Education”, in *Architectural Review* nº1388, London, Outubro 2012, pp91-101.

CALADO, Maria, 1987. “O ensino da Arquitetura: Abordagem histórica”, in *Jornal Arquitectos* nº55, 1987, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp6-7.

CARVALHO ARAÚJO, Vítor, 2013. “Formação-Profissão: Sobre Posições”, in *Boletim Arquitectos* nº232, Outubro 2013, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, pp34-43.

COLOMINA, Beatriz et. al., 2012. “Radical Pedagogies in Architectural Education”, in *Architectural Review* nº1388, London, 2012, London, pp79-82.

CONCEIÇÃO, Luís, 2013. “Desintegremos o Mestrado Integrado!”, in *Boletim Arquitectos* nº232, Novembro 2013, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp28-29.

COSTA, Pedro Machado, 2013. “Uma escola chamada desejo – Parq: Genealogia de uma escola de Arquitetura (Coimbra, 2011-2012)”, in *Boletim Arquitectos* nº232, Novembro 2013, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp16-19.

FERNANDES, Eduardo, 2013. “De architectis instituendis: A Investigação pelo Desenho depois de Bolonha”. In *Joelho* nº4, 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp122-125.

FIGUEIRA, Jorge, 2013. “Professor Clark Kent”, in jornal *Público*, 17 de Fevereiro, Lisboa.

FIGUEIRA, Jorge, 2013a. “Design as Research”, in *Joelho* nº4, 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp205.

FIGUEIREDO, Vítor, 2001. “O choro dos arquitetos”, in *Jornal Arquitectos* nº199, 2001, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp37-45.

FINDELLI, Alain, 2001. “Rethinking Design Education for the 21st Century: Theoretical, Methodological, and Ethical Discussion”, in *Design Issues*, MIT-Press, Massachusetts, Volume 17, nº1, 2001, pp5-17.

FLOET, Willemjin Wilms, 2013. “Bsc curricula in Architecture”, in *Joelho* nº4, 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp20-28.

FRAMPTON, Kenneth, 2000. “Seven points for the millennium: an untimely manifesto”, in *The Journal of Architecture*, Volume 5, 2000, RIBA, London, pp21-33.

GIL, Bruno, 2012. “Investigações da invenção e reinvenção da memória”, in *Joelho* nº03, Outubro de 2012, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp180-188.

GIL, Bruno, 2013. “Investigações (in)dependentes, em Ensino / Formação”, in *Boletim Arquitectos* nº232, Outubro 2013, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, p30-32.

GONÇALVES, José Fernando, 2013. “Teaching through the project design”, in *Joelho* nº4, Abril 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp94-95.

GONÇALVES, José Fernando, 2013a. “Final thesis in architecture”, in *Joelho* nº4, Abril 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, p251.

GRAÇA DIAS, Manuel, 2001a). “O País dos Professores”. Editorial in *Jornal Arquitectos* nº201, *Faire École 1*, Maio/Junho 2001, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, p.3

GRAÇA DIAS, Manuel, 2001b). “A Moda e as Impossibilidades”. Editorial in *Jornal Arquitectos* nº202, *Faire École 2*, Setembro/Outubro de 2001, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, p.3

HILDEBRAND, Sonja, 2013. “Totalità dell’architettura. Modelli formative e del sapere in Gottfried Semper”, in *Quaderni dell’Accademia do architettura – L’architetto generalista*, 2013, Mendrisio Academy Press, Silvana Editoriale, Milano, pp144-161.

HOLL, Steven, 2013. Entrevista por Emmanuel Petit in *Architectural Review* nº1383, Março 2013, London, p21.

KRÜGER, Mário, 1980. “O Ensino e a Aprendizagem da Arquitectura: Necessidade da sua Renovação”, in *Revista Projecto* nº23, Lisboa, 1980.

KRÜGER, Mário, 2001. “Do paraíso perdido à divina comédia. Reflexões sobre o Ensino de Arquitectura em países Anglo-Saxónicos e Latinos”, in *Jornal Arquitectos* nº201, Maio/Junho 2001, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, pp36-47.

KRÜGER, Mário, 2001a. “A Arte de Investigação em Arquitectura”, in *ECDJ* nº5, Dezembro de 2001, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp22-39.

LEATHERBARROW, David, 2013. “Beginning Again. The task of design research”, in *Joelho* nº04, Abril 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp194-204.

MACIEL, Justino, 2007. “Fabrica e ratiocinatio no De Architectura de Vitruvius e a sua interacção com a História da Ciência na Antiguidade”, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº19, 2007. Lisboa, pp.145-152.

MAGALHÃES, António, 2006. “A Identidade do Ensino Superior: a Educação Superior e a Universidade”, in *Revista Lusófona de Educação*, nº7, 2006, Lisboa, pp13-40.

MENDES, Manuel, 1991. “Arquitetura Portuguesa recente conjuntura, contingência, coincidências de um território”, in *Jornal Arquitectos* nº100, 1991, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp48-61.

MENDONÇA, Paulo, 2007. “O ensino da arquitectura no contexto de Bolonha”, in *Arq-/a : Revista de Arquitectura e Arte*, nº42, Lisboa.

MESQUITA, Marieta Dá, 2001. “Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Convento de São Francisco, Lisboa”, in *Jornal Arquitectos* nº201, Maio/Junho 2001, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, p90.

MILHEIRO, Ana Vaz, 2005. “Arquitetura recente em Portugal 200-2005 (Um guia temporário)”, in *2G Dossier Portugal 2000-2005*, 2005, Gustavo Gili, Barcelona, pp4-19.

MONIZ, Gonçalo Canto, 2010. “O ensino moderno da Arquitectura: currículo, pedagogia e edifício”, in *Arquitectura* 21, nº13, Novembro-Dezembro 2010, pp60-65.

MONIZ, Gonçalo do Canto, 2013. “A Escola de Coimbra e o legado do Porto e de Lisboa: Investigar pelo Projeto”, in *Boletim Arquitectos* nº232, Novembro 2013, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp10-12.

MORAIS, João Sousa, 2006. “A Cultura do Projecto Arquitectónico. Notas sobre o Ensino da Arquitectura”, in *ArtiTextos*, FAUL, Dezembro 2006, pp109-114.

MUSSO, Stefano Francesco, 2013. “L’umanesimo salverà l’architettura? Le tradizioni generaliste alla luce degli indirizzi europei”, in *Quaderni dell’Accademia di Architettura – L’architetto generalista*, 2013, Mendrisio Academy Press, Silvana Editoriale, Milano, pp40-61.

NEAVE, Guy, 2003. “The Bologna Declaration: Some of the historic dilemmas posed by the reconstruction of the community in Europe’s systems of Higher Education”, in *Educational Policy*, Volume 17, nº1, 2003, Sage, pp141-164.

OESCHSLIN, Werner, 2013. “Per l’uso del mondo”: Il respiro culturale dell’architettura”, in *Quaderni dell’Accademia di Architettura – L’architetto generalista*, 2013, Mendrisio Academy Press, Silvana Editoriale, Milano, pp12-39.

PINTO, Paulo Tormenta, 2013. “Representação e Cidadania – A unidade curricular de Projeto Final em Arquitectura no ISCTE-IUL”, in *Boletim Arquitectos* nº232, Novembro 2013, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp12-15.

PORTAS, Nuno, 2001. “Ensino: os projectos dos arquitectos”, in *Jornal Arquitectos* nº201, Lisboa.

PROVIDÊNCIA, Paulo, 2013. “Design Studio Dissertation”, in *Joelho* nº4, Abril 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp250.

RAVARA, Pedro Belo, 2013. “The Academia of practice”, in *Joelho* nº4, Abril 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp164-166.

RIBEIRO, João Mendes, 2013. “Entre a experimentação e a aproximação à realidade da prática – Notas”, in *Joelho* nº4, Abril 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp78.

RHOWBOTHAM, Kevin, 2012. “Problems in British Schools”, in *Architectural Review* nº1388, Outubro 2012, London, pp82-83.

RODRIGUES, José Miguel, 2013. “Design and research in architecture: common points”, in *Joelho* nº4, Abril 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp252-253.

SPENCER, Jorge, 2012. “A Arquitetura, ensina-se?”, in *Joelho* nº3, 2012, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp119-121.

SPENCER, Jorge, 2013. “O lugar do Projeto no final do 1º Ciclo de Bolonha”, in *Joelho* nº4, Abril 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp79-82.

SILVA DIAS, Francisco, 1987. “Para um ensino universitário”, in *Jornal Arquitectos* nº55. Lisboa.

TÁVORA, Fernando, 2005. “Escola de Arquitectura em Guimarães, Universidade do Minho, 2001-2002”, in *Arquitectura Ibérica* nº6 (Janeiro-Fevereiro 2005). Caleidoscópio, Casal de Cambra, pp. 22-26.

TEIXEIRA, Manuel, 1998b. Entrevista a *Jornal Público* em 6 de Junho de 1998.

VIDLER, Anthony, 2011. “Troubles in Theory Part I: The State of the Art, 1945-2000”, in *Architectural Review*, nº1375, Setembro 2011, London.

VIDLER, Anthony, 2012. “Troubles in Theory Part III: The Great Divide: Technology vs Tradition”, in *Architectural Review* nº1385, Julho 2012, London.

VIDLER, Anthony, 2013. “Troubles in Theory Part IV: The Social Side”, in *Architectural Review* nº1394, Abril 2013, London.

VIEGAS, Luís, 2013. “Das competências ao conhecimento em Arquitetura. O ensino universitário integrado em Bolonha”, in *Joelho* nº4, Abril 2013, FCTUC-EDARQ, Coimbra, pp180-184.

VIEIRA de ALMEIDA, Rogério, 2001. “A Reforma de 1957, a Arquitectura entre si Própria e a sua Representação”, in *Jornal Arquitectos* nº202, *Faire École* 2, 2001, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, pp21-26.

ZUMTHOR, Peter, 2013, entrevista em *Architectural Review*, por ocasião da *RIBA Royal Gold Medal*, Março 2013, pp17.

#### **Artigos de Publicações e Comunicações em Série Electrónicas**

BARATA, Paulo Martins, 2012. “Inimigo. Eu, Arquitecto Suíço, me Confesso”. Comunicação na *Concentração Portuguesa de Arquitectos em Mação*, 10-11 de Novembro de 2012, Mação. [consultado em 2013-02-13]. Disponível:  
<http://cpam2012.blogspot.pt/search/label/06%20Inimigo%20-%20contribui%C3%A7%C3%B5es>

BURNAY, Diogo, 2012. “Inimigo. Traz outro amigo também”. Comunicação na *Concentração Portuguesa de Arquitectos em Mação*, 10-11 de Novembro de 2012, Mação. [consultado em 2013-02-13]. Disponível:  
<http://cpam2012.blogspot.pt/2012/11/inimigo-por-diogo-burnay-2012.html>

CONCEIÇÃO, Luís, 2007. “Reflexões hodiernas sobre o ensino da arquitectura”. In *Revista Lusófona de Arquitectura e Educação* nº01 de 2007, Lisboa. Disponível em [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/379/arq\\_ensino\\_luis\\_conceicao.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/379/arq_ensino_luis_conceicao.pdf?sequence=1)

HERZOG, Jacques, 1988. “The Hidden Geometry of Nature”, comunicação na *Harvard Graduate School of Design*, Boston, EUA. [consultado em 2013-10-12]. Disponível:  
[www.herzogdemeuron.com/index/practice/writings/essays/the-hidden-geometry.html](http://www.herzogdemeuron.com/index/practice/writings/essays/the-hidden-geometry.html).

OAP, 2006. *Cursos Reconhecidos pela Ordem dos Arquitectos - Situação em Abril de 2006*. Ordem dos Arquitectos, do Conselho Diretivo Nacional, Lisboa. [consultado em 2013-06-18]. Disponível:

[http://www.oasrn.org/pdf\\_upload/Lista%20de%20Cursos\\_Acreditados\\_Reconhecidos%20-%20Abr%202006.pdf](http://www.oasrn.org/pdf_upload/Lista%20de%20Cursos_Acreditados_Reconhecidos%20-%20Abr%202006.pdf)

MONEO, Rafael, 2005. “Sobre el Concepto de Arbitrariedad en Arquitectura”. Discurso na *Real Academia de Bellas Artes de San Fernando*, Madrid. [consultado em 2014-12-09]. Disponível:

<https://etsamdoctorado.files.wordpress.com/2012/12/moneo-vallc3a9s-rafael-sobre-el-concepto-de-arbitrariedad-en-arq2aa.pdf>

MONIZ, Gonçalo do Canto, 2008. “The Portuguese “May 68”: Politics, Education and Architecture”. In *European Journal of American Studies*, Vol 3, nº2, número especial sobre o Maio de 1968. [consultado em 2013-05-25]. Disponível:

<http://ejas.revues.org/7253>

NETO, Maria João, 2007. “O ensino da arquitectura e a formação do arquitecto”, in *Revista Lusófona de Arquitectura e Educação*, nº01 2007, Lisboa. Disponível em [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/380/arq\\_ensino\\_maria\\_netto.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/380/arq_ensino_maria_netto.pdf?sequence=1)

PINTO, Pedro, 2014. “Knowledge and Studio Culture in Portuguese Architectural Schools since Bologna”, in *Revista Lusófona de Arquitectura e Educação* nº11, 2014, Universidade Lusófona, Lisboa, p535-557. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/revlae/article/view/4788/3216>.

SEQUEIRA, João Menezes (2011). “Architecture & Research: a possible structure”, in *Revista Lusófona de Arquitectura e Educação* nº5, 2011, Universidade Lusófona, Lisboa. Disponível <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/revlae/article/view/2684/2047>



SILVA CARVALHO, Ramon, 2004. “O professor de projeto de arquitetura também é arquiteto”. In *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, nº045.07, *Vitruvius*, Fevereiro 2004. [consultado em 2013-09-14]. Disponível:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/611>.

TILL, Jeremy, 1996. *The Contingent Theory: The Educator as Ironist*. [consultado em 2014-10-20]. Disponível:

[https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/42/1996\\_The\\_Educator\\_as\\_Ironist.pdf](https://jeremytill.s3.amazonaws.com/uploads/post/attachment/42/1996_The_Educator_as_Ironist.pdf).

TILL, Jeremy Till 2005. *What is architectural research? Architectural Research: Three Myths And One Model*, documento RIBA - Research and Development Comittee, RIBA, London. [consultado em 2014-10-20]. Disponível:

<https://www.architecture.com/Files/RIBAProfessionalServices/ResearchAndDevelopment/WhatisArchitecturalResearch.pdf>

### **Relatórios Institucionais**

AAVV, 1988. *Magna Charta Universitatum*. Bolonha, 18 de Setembro de 1988.

Disponível: <http://www.magna-charta.org/>

AAVV, 1998. *Sorbonne Joint Declaration. Joint declaration on harmonisation of the architecture of the European higher education system. by the four Ministers in charge for France, Germany, Italy and the United Kingdom. Paris, the Sorbonne, May 25 1998*

Disponível: [http://www.ehea.info/uploads/declarations/sorbonne\\_declaration1.pdf](http://www.ehea.info/uploads/declarations/sorbonne_declaration1.pdf)

AAVV, 2012. *4º Encontro Escolas Públicas de Arquitetura*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 30 de Maio de 2012. Notas pessoais do encontro coligidas por Pedro Pinto e Mafalda Sampayo.

ACE/ENACA, 2014. *Modernisation of the Professional Qualifications – Directive and impact on the architectural profession. A joint ACE/ENACA study of current provisions, readiness to implement change and key concerns*. ACE/ENACA.

Disponível: <http://www.ace-cae.eu/>

ACE, 2003. *Reports on matters arising from the application of the Bologna agreements. Work Group Education - Access to the Profession*. Outubro de 2003.

Disponível: [http://www.ace-cae.eu/uploads/tx\\_jidocumentsview/BolognaACEpositionEN.pdf](http://www.ace-cae.eu/uploads/tx_jidocumentsview/BolognaACEpositionEN.pdf)

CEAU, 2011. *Scientific Activity Report 2011*. FAUP-CEAU, Porto. Disponível: [http://ceau.arq.up.pt/imgs/FileUpload/ceau\\_2011\\_scientific\\_activity\\_report\\_vf.pdf](http://ceau.arq.up.pt/imgs/FileUpload/ceau_2011_scientific_activity_report_vf.pdf)

CEAU, 2012. *Scientific Activity Report 2012*. FAUP-CEAU, Porto. Disponível: [http://ceau.arq.up.pt/imgs/arquivos/ceau\\_scientific\\_activity\\_report\\_2012.pdf](http://ceau.arq.up.pt/imgs/arquivos/ceau_scientific_activity_report_2012.pdf)

CEAU, 2013. *Relatório de Atividades 2013*. FAUP-CEAU, Porto. Disponível: [http://www.ceau.arq.up.pt/imgs/arquivos/ceau\\_scientific\\_activity\\_report\\_2013.pdf](http://www.ceau.arq.up.pt/imgs/arquivos/ceau_scientific_activity_report_2013.pdf)

CEAU, 2014. *Relatório de Atividades 2014*. FAUP-CEAU, Porto. Disponível: [http://ceau.arq.up.pt/imgs/arquivos/ceau\\_rel%C3%B3rio\\_atividades\\_2014\\_atualizado\(2\).pdf](http://ceau.arq.up.pt/imgs/arquivos/ceau_rel%C3%B3rio_atividades_2014_atualizado(2).pdf)

CIAUD, 2010. *Report of the External Permanent Committee for Scientific Advisement of CIAUD, on the activities developed in 2010*. FAUL-CIAUD, Lisboa.

Disponível: [http://ciaud.fa.utl.pt/images/relatorios\\_atividade/relatorio\\_consultores\\_2010.pdf](http://ciaud.fa.utl.pt/images/relatorios_atividade/relatorio_consultores_2010.pdf)

CIAUD, 2013. *Synthesis Report by the Architecture Group*. FAUL-CIAUD, Lisboa.

Disponível: [http://ciaud.fa.utl.pt/images/relatorios\\_atividade/relatorio\\_consultores\\_2013.pdf](http://ciaud.fa.utl.pt/images/relatorios_atividade/relatorio_consultores_2013.pdf)

CIAUD, 2013. *Relatório de Atividades 2013*. FAUL-CIAUD, Lisboa.

Disponível: [http://ciaud.fa.utl.pt/images/relatorios\\_atividade/relatorio\\_atividades\\_2013.pdf](http://ciaud.fa.utl.pt/images/relatorios_atividade/relatorio_atividades_2013.pdf)

CIAUD, 2014. *Plano de Atividades CIAUD 2014*. FAUL-CIAUD, Lisboa.

Disponível: [http://ciaud.fa.utl.pt/images/plano\\_atividades\\_ciaud\\_2014.pdf](http://ciaud.fa.utl.pt/images/plano_atividades_ciaud_2014.pdf)

CRUP, 2005. *Ensino Superior. Ordenamento da Oferta Educativa*. Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, 14 Dezembro de 2005, Lisboa. Disponível: [https://www.fc.ul.pt/sites/default/files/fcul/dep/dqb/doc/Ensino\\_Superior\\_final.pdf](https://www.fc.ul.pt/sites/default/files/fcul/dep/dqb/doc/Ensino_Superior_final.pdf)

d.ARQ-FCTUC, 1995. *Encontros de Tomar. I Encontro sobre o Ensino da Arquitectura na Universidade de Coimbra*. EDARQ-FCTUC, Coimbra.

d.ARQ-FCTUC, 2000. *10 Anos de Arquitectura no colégio das artes*. ECDJ nº02, EDARQ-FCTUC, Coimbra.

d.ARQ-FCTUC, 2001. *Investigação em arquitectura?*. ECDJ nº05, EDARQ-FCTUC, Coimbra.

d.ARQ-FCTUC, 2008. *Processo de Adequação do Mestrado Integrado em Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra*, Fevereiro de 2008, FCTUC, Coimbra. Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

d.ARQ-FCTUC, 2009. *Regulamento da Dissertação conducente à obtenção do grau de Mestre em Arquitectura do Mestrado Integrado em Arquitectura*, Comissão Científica, Setembro de 2009.

Disponível: [http://www.uc.pt/fctuc/darq/ensino/calendario\\_escolar/regulamento\\_mia\\_2013](http://www.uc.pt/fctuc/darq/ensino/calendario_escolar/regulamento_mia_2013)

d.ARQ-FCTUC (2011), *Proposta de Reformulações nas Disciplinas de Projeto do Mestrado Integrado de Arquitectura do DARQ, para os anos letivos 2012/13, 2013/14*. Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

d.ARQ-FCTUC (2013), *Enquadramento da proposta de definição de competências a adquirir no mestrado integrado de Arquitectura do d.Arq*, de Maio 2103. Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

DESIGN INTELLIGENCE, 2015. *America's Best Architectural & Design Schools 2015*. Design Futures Council, Norcross GA.

DOMUS, 2013. *Domus 100 Top Schools of 2013*. Domus, Milano.

DOMUS, 2014. *Domus 100 Top Schools of 2014*. Domus, Milano.

EAAE, 2001. *Chania Statement 2001 – Regarding the Architectural Education on the European Higher Education Area*. European Association of Architectural Educators, Leuven, Setembro 2001. Disponível: <http://www.eaae.be/wp-content/uploads/2014/03/200111161.pdf>

EAAE, 2011. *Declaration on Architectural Research*, European Association of Architectural Educators, Leuven,, Setembro 2011. Disponível: <http://reseaerch.wikidot.com/declaration-on-architectural-research>

EAAE, 2011. *Framework for Architectural Research*, European Association of Architectural Educators, Leuven,, Setembro 2011. Disponível: <http://reseaerch.wikidot.com/framework-for-architectural-research>

EAAE, 2013. *Educating the Future. Architectural Education in International Perspective. EAAE International Conference and Workshop on Architectural Education*, EAAE-Istanbul Kültür University, Istanbul.  
Disponível: <http://www.iku.edu.tr/userfiles/file/eaee2013/eaeeiku2013.pdf>

EAUM, 2006. *Proposta de Reformulação do Plano de Estudos da Licenciatura em Arquitectura da Universidade do Minho*. Janeiro de 2006. Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

EAUM, 2006a. *Processo de Bolonha - Proposta de Reformulação do Plano de Estudos da Licenciatura em Arquitectura da Universidade do Minho – Dossier Interno*. 2006. Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

EAUM, 2010. *Regulamento de Avaliação e Desempenho dos Docentes da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho (RAD-EAUM)*, Junho 2010.  
Disponível: [http://www.arquitectura.uminho.pt/Uploads/Despacho\\_RT-32\\_2011-Anexo-RAD-EAUM.pdf](http://www.arquitectura.uminho.pt/Uploads/Despacho_RT-32_2011-Anexo-RAD-EAUM.pdf)

EAUM, 2013. *Regulamento do Ciclo de Estudos Integrado conducente ao grau de Mestre em Arquitectura*. Despacho RT-81/2013 do Reitor da UM, Setembro de 2013. Disponível: [http://www.arquitectura.uminho.pt/Uploads/MIARQ/2014-15/Regulamento\\_MIARQ.pdf](http://www.arquitectura.uminho.pt/Uploads/MIARQ/2014-15/Regulamento_MIARQ.pdf)

EAUM, 2014. *Regulamento Académico da Universidade do Minho*. Despacho RT-41/2014 do Reitor da UM, de 4 de Agosto de 2014.  
Disponível: [http://www.dps.uminho.pt/uploads/Regulamento\\_Academico\\_UMinho.pdf](http://www.dps.uminho.pt/uploads/Regulamento_Academico_UMinho.pdf)

ENQA, (2009) 2005. *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*. ENQA, Helsinki.  
Disponível: [http://www.enqa.eu/wp-content/uploads/2015/09/ESG\\_3edition.pdf](http://www.enqa.eu/wp-content/uploads/2015/09/ESG_3edition.pdf)

ENQA, 2015. *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*. ENQA, Helsinki.  
Disponível: [http://www.enqa.eu/wp-content/uploads/2015/05/ESG\\_endorsed-with-changed-foreword.pdf](http://www.enqa.eu/wp-content/uploads/2015/05/ESG_endorsed-with-changed-foreword.pdf)

EUROPEAN COMMISSION, 1998. *Sistema Europeu de Transferência de Créditos. Manual do Utilizador ECTS*. Comissão Europeia, Bruxelas.  
Disponível: [http://www.uc.pt/ge3s/pasta\\_docs/ects\\_manual-utilizador310398.pdf](http://www.uc.pt/ge3s/pasta_docs/ects_manual-utilizador310398.pdf)

EUROPEAN COMMISSION, 2012. *The European Higher Education Area in 2012: Bologna Process Implementation Report*. EACEA P9 Eurydice, Brussels. Disponível: [http://www.ehea.info/uploads/\(1\)/bologna%20process%20implementation%20report.pdf](http://www.ehea.info/uploads/(1)/bologna%20process%20implementation%20report.pdf)

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA - THE BOLOGNA PROCESS, 2001. *Towards the European Higher Education Area. Communiqué of the meeting of European Ministers in charge of Higher Education in Prague on May 19th 2001*. Disponível: [http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/mdc/prague\\_communique.pdf](http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/mdc/prague_communique.pdf)

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA - THE BOLOGNA PROCESS, 2003. *Realising the European Higher Education Area. Communiqué of the Conference of Ministers responsible for Higher Education in Berlin on 19 September 2003*. Disponível:

[http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/mdc/berlin\\_communique1.pdf](http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/mdc/berlin_communique1.pdf)

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA - THE BOLOGNA PROCESS, 2005. *The European Higher Education Area - Achieving the Goals. Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education, Bergen, 19-20 May 2005.*

Disponível: [http://www.ehea.info/Uploads/Declarations/Bergen\\_Communique1.pdf](http://www.ehea.info/Uploads/Declarations/Bergen_Communique1.pdf)

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA - THE BOLOGNA PROCESS, 2007. *London Communiqué. Towards the European Higher Education Area: responding to challenges in a globalised world, 18 May 2007.*

Disponível: [http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/mdc/london\\_communique18may2007.pdf](http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/documents/mdc/london_communique18may2007.pdf)

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA - THE BOLOGNA PROCESS, 2009. *The Bologna Process 2020 - The European Higher Education Area in the new decade. Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education, Leuven and Louvain-la-Neuve, 28-29 April 2009.*

Disponível: [http://www.ehea.info/Uploads/Declarations/Leuven\\_Louvain-la-Neuve\\_Communicu%C3%A9\\_April\\_2009.pdf](http://www.ehea.info/Uploads/Declarations/Leuven_Louvain-la-Neuve_Communicu%C3%A9_April_2009.pdf)

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA, 2010. *Budapest-Vienna Declaration on the European Higher Education Area. March 12, 2010.*

Disponível: [http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/2010\\_conference/documents/budapest-vienna\\_declaration.pdf](http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/2010_conference/documents/budapest-vienna_declaration.pdf)

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA, 2012. *Making the Most of Our Potential: Consolidating the European Higher Area. Bucharest Communiqué, April 27, 2012.*

Disponível: [http://www.ehea.info/uploads/\(1\)/bucharest%20communiqu%C3%A9%202012\(1\).pdf](http://www.ehea.info/uploads/(1)/bucharest%20communiqu%C3%A9%202012(1).pdf)

FAUL, 2008. *Relatório de Instrução do Registo de Adequação da Licenciatura em Arquitectura a Mestrado Integrado em Arquitectura, da Faculdade de Arquitectura. 22 de Fevereiro de 2008.*

Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

FAUL, 2009. *Regulamento de Acesso ao 2º Ciclo dos Mestrados Integrados em Arquitectura e do Trabalho Final*. Conselho Científico, 1 de Junho de 2009. Disponível em <http://dacademica.fa.ulisboa.pt/index.php/pt/documentacao-pt/fapt/regulamentospt>

FAUL, 2010. *Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da FAUL*. Proposta de 28 de Maio de 2010 – Documento de Trabalho e Revisão de 4 de Fevereiro de 2010. Disponível <http://dacademica.fa.ulisboa.pt/index.php/pt/documentacao-pt/fapt/regulamentospt>

FAUL, 2010. *Mestrados Integrados. Mínimos de Referência para a Elaboração e Formatação da Dissertação / Relatório Final*. Conselho Científico, 12 de Maio de 2010. Disponível: <http://home.fa.utl.pt/~jaguiar/documentos/2010/miarq/MinimosdeReferenciaDissertacaoProjetoFinal.pdf>

FAUL, 2011. *Regulamento do 2º Ciclo dos Mestrados Integrados*. Conselho Científico, 30 de Março de 2011. Disponível: [http://dacademica.fa.ulisboa.pt/images/Regulamento\\_2\\_Ciclo.pdf](http://dacademica.fa.ulisboa.pt/images/Regulamento_2_Ciclo.pdf)

FAUL, 2012. *Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da FAUL*. Despacho nº14317/2012 do Reitor da UL. Disponível: [http://www.ulisboa.pt/wp-content/uploads/Legisla%C3%A7%C3%A3o\\_Final/Regulamento-de-Avalia%C3%A7%C3%A3o-do-Desempenho-dos-Docentes-da-Faculdade-de-Arquitectura.pdf](http://www.ulisboa.pt/wp-content/uploads/Legisla%C3%A7%C3%A3o_Final/Regulamento-de-Avalia%C3%A7%C3%A3o-do-Desempenho-dos-Docentes-da-Faculdade-de-Arquitectura.pdf)

FAUL, 2013. *Regulamento de Avaliação do Aproveitamento dos Estudantes da FAUL*. Conselho Pedagógico, 9 de Julho de 2013. Disponível: [http://dacademica.fa.ulisboa.pt/images/regulamentos/3\\_graus\\_de\\_ensino/2013fev\\_raae.pdf](http://dacademica.fa.ulisboa.pt/images/regulamentos/3_graus_de_ensino/2013fev_raae.pdf)

FAUL, 2013a. *Regulamento dos Cursos e Provas de Mestrado*. Conselho Científico, 24 Julho de 2013. Disponível: [http://dacademica.fa.ulisboa.pt/images/Regulamento\\_2\\_Ciclo.pdf](http://dacademica.fa.ulisboa.pt/images/Regulamento_2_Ciclo.pdf)

FA+UD, 2013. *Faculdade de Arquitectura: Guia do Estudante*. FAUL, Lisboa.

FAUP, 2008. *Relatório de Adequação da Licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto ao Ciclo de Estudos Integrado Condidente ao Grau de Mester em Arquitectura*. Janeiro de 2008. FAUP, Porto. Disponível:

[https://sigarra.up.pt/faup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=1011061&pct\\_parametros=pv\\_curso\\_id=45&pct\\_grupo=781](https://sigarra.up.pt/faup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1011061&pct_parametros=pv_curso_id=45&pct_grupo=781)

FAUP, 2008. *Regulamento do Mestrado Integrado em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*. FAUP, Porto.

FAUP/UP, 2010. *Regulamento geral para a avaliação dos discentes de primeiros ciclos, de ciclos de estudos integrados e de segundo ciclos da Universidade do Porto*. Universidade do Porto.

Disponível:

[https://sigarra.up.pt/up/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=2446&pct\\_parametros=p\\_pagina=2446a&pct\\_grupo=1631&pct\\_grupo=1739](https://sigarra.up.pt/up/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=2446&pct_parametros=p_pagina=2446a&pct_grupo=1631&pct_grupo=1739)

FAUP, 2011. *Regulamento do Mestrado Integrado em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*. FAUP, Porto.

Disponível: [https://sigarra.up.pt/faup/pt/cur\\_geral.cur\\_view?pv\\_curso\\_id=45](https://sigarra.up.pt/faup/pt/cur_geral.cur_view?pv_curso_id=45)

FCT, 2014. *2013 Evaluation of FCT Research and Development Units – CIAUD. Review process - Stage 1: Final Panel consensus statement*. FCT, Lisbon. Disponível: [http://ciaud.fa.utl.pt/images/relatorios\\_actividade/avaliacao\\_final\\_stage1\\_ciaud.pdf](http://ciaud.fa.utl.pt/images/relatorios_actividade/avaliacao_final_stage1_ciaud.pdf)

FUP/APESP, 2003. *Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Licenciatura em Arquitectura e Arquitectura Paisagista. Relatório-Síntese Global (2.ºCiclo 3.º Ano)*. Fundação das Universidades Portuguesas e Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado, Julho de 2003. Disponível:

[http://www.por.ulusiada.pt/downloads/relatorios/relatorio\\_sintese\\_global\\_arquit\\_2003.pdf](http://www.por.ulusiada.pt/downloads/relatorios/relatorio_sintese_global_arquit_2003.pdf)

ISCTE-IUL, 2007. *Relatório de Adequação da Licenciatura em Arquitectura do ISCTE ao Ciclo de Estudos Integrado Condicente ao Grau de Mester em Arquitectura*. ISCTE-IUL, Lisboa. Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

ISCTE-IUL 2008. *Relatório de Concretização de Bolonha, ISCTE-IUL, 2006/2007 e 2007/2008*. Dezembro de 2008. ISCTE-IUL, Lisboa. Disponível: [http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Concretiza%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Processo\\_de\\_Bolonha/Relat%C3%B3rio](http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Concretiza%C3%A7%C3%A3o_do_Processo_de_Bolonha/Relat%C3%B3rio)



\_de\_Concretiza%C3%A7%C3%A3o\_do\_Processo\_de\_Bolonha\_do\_ISCTE\_2006-07\_e\_2007-08.sflb.ashx

ISCTE-IUL, 2009a. *Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências (RGACC)*. Conselho Pedagógico, 30 Julho 2009. Disponível: [http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Conselho\\_Pedag%C3%B3gico/Regulamento\\_geral\\_de\\_avaliao%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_conhecimentos\\_e\\_compet%C3%Aancias.sflb.ashx](http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Conselho_Pedag%C3%B3gico/Regulamento_geral_de_avaliao%C3%A7%C3%A3o_de_conhecimentos_e_compet%C3%Aancias.sflb.ashx)

ISCTE-IUL, 2009b. *Normas Orientadoras para a dissertação ou trabalho de projecto do 2º ciclo – Bolonha. Regulamento para a dissertação ou trabalho de projecto do 2º ciclo – Bolonha*. Despacho nº22062/2009 do Presidente do ISCTE. Disponível: [http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Servi%C3%A7os\\_acad%C3%A9micos\\_-\\_Normas\\_e\\_Regulamentos\\_2%C2%BA\\_e\\_3%C2%BA\\_Ciclo/Normas\\_orientadoras\\_dos\\_2%C2%BA\\_ciclo2009\\_doc.sflb.ashx](http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Servi%C3%A7os_acad%C3%A9micos_-_Normas_e_Regulamentos_2%C2%BA_e_3%C2%BA_Ciclo/Normas_orientadoras_dos_2%C2%BA_ciclo2009_doc.sflb.ashx)

ISCTE-IUL, 2010. *Alteração ao artigo 2º do Despacho nº74/2009 de 7 de Setembro que aprova as normas orientadoras para a dissertação ou trabalho de projecto de 2º ciclo – Bolonha*. Disponível: [http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Servi%C3%A7os\\_acad%C3%A9micos\\_-\\_Normas\\_e\\_Regulamentos\\_2%C2%BA\\_e\\_3%C2%BA\\_Ciclo/Alteracao\\_Artigo\\_2\\_%C2%BA\\_Normas\\_Orientadoras\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o.sflb.ashx](http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Servi%C3%A7os_acad%C3%A9micos_-_Normas_e_Regulamentos_2%C2%BA_e_3%C2%BA_Ciclo/Alteracao_Artigo_2_%C2%BA_Normas_Orientadoras_Disserta%C3%A7%C3%A3o.sflb.ashx)

ISCTE-IUL, 2010a. *Regulamento do Departamento de Arquitectura e Urbanismo*. Despacho n.º 9401/2010 do Reitor do ISCTE-IUL, de 12 de Maio de 2010. Disponível: [http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Departamentos\\_-\\_Regulamentos/Regulamento\\_do\\_Departamento\\_de\\_Arquitectura\\_e\\_Urbanismo\\_-\\_2010.sflb.ashx](http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Departamentos_-_Regulamentos/Regulamento_do_Departamento_de_Arquitectura_e_Urbanismo_-_2010.sflb.ashx)

ISCTE-IUL, 2010b. *Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes do ISCTE -IUL*. Despacho n.º 16623/2010 do Reitor do ISCTE-IUL, de 21 de Outubro de 2010. Disponível: [http://www.snesup.pt/htmls/\\_dllds/rad\\_d\\_16623\\_2010\\_iscte\\_iul.pdf](http://www.snesup.pt/htmls/_dllds/rad_d_16623_2010_iscte_iul.pdf)

ISCTE-IUL, 2013. *Relatório PFA*. Coordenador da UC de PFA, Paulo Tormenta Pinto, 29 de Abril de 2013. Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

ISCTE-IUL, 2014a. *Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e de Competências do ISCTE-IUL - 1º Ciclo de Estudos*. ISCTE-IUL, Lisboa. Disponível: [http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Servi%C3%A7os\\_Acad%C3%A9micos\\_-\\_1%C2%BA\\_ciclo\\_Informa%C3%A7%C3%B5es/Regulamento\\_Geral\\_de\\_Avalia%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Conhecimentos\\_1%C2%BA\\_ciclo\\_2014\\_09\\_19.sflb.ashx](http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Servi%C3%A7os_Acad%C3%A9micos_-_1%C2%BA_ciclo_Informa%C3%A7%C3%B5es/Regulamento_Geral_de_Avalia%C3%A7%C3%A3o_de_Conhecimentos_1%C2%BA_ciclo_2014_09_19.sflb.ashx)

ISCTE-IUL, 2014b. *Regulamento Específico de Avaliação de Conhecimentos e Competências da Escola de Tecnologias e Arquitectura (ISTA)*. ISTA-ISCTE-IUL, Lisboa.

Disponível: [http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Conselho\\_Pedag%C3%B3gico/Regulamento\\_geral\\_de\\_avaliao%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_conhecimentos\\_e\\_compet%C3%Aancias.sflb.ashx](http://www.iscte-iul.pt/Libraries/Conselho_Pedag%C3%B3gico/Regulamento_geral_de_avaliao%C3%A7%C3%A3o_de_conhecimentos_e_compet%C3%Aancias.sflb.ashx)

ISCTE-IUL, 2014a. *Mestrado Integrado em Arquitectura-Revisão de PFA*. DAU-ISTA. Março de 2014. Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

IST-UL, 2006. *Relatório de Adequação da Licenciatura em Arquitectura a Mestrado Integrado*, Departamento de Engenharia Cívica e Arquitectura, IST-IUL, Lisboa, Fevereiro de 2006.

JQI, 2004. *Shared 'Dublin' descriptors for Short Cycle, First Cycle, Second Cycle and Third Cycle Awards. A report from a Joint Quality Initiative informal group*. Relatório do encontro JQI de Dublin em 18 de Outubro de 2004. Disponível: [https://www.uni-due.de/imperia/md/content/bologna/dublin\\_descriptors.pdf](https://www.uni-due.de/imperia/md/content/bologna/dublin_descriptors.pdf)

OAP, 2006. *Regulamento de Inscrição da Ordem dos Arquitectos*. Aprovado na 25ª reunião plenária do CDN de 12 de Setembro de 2006. Publicado no *Boletim* nº165, de Outubro de 2006, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa. Disponível: <http://www.oasrn.org/upload/admissao/documentos/pdf/Textos%20RI.pdf>

OAP, 2013a. *Inquérito & Sondagem à Prática Profissional em Portugal*, coordenação de Patrícia Caldeira, Paula Santos e Pedro Ravara, Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa. Disponível: <http://www.arquitectos.pt/?no=2020494224,154>

OAP, 2013b. *Ensino/Formação. Coração, Cabeça e Estômago*. *Boletim Arquitectos* nº232, Lisboa, Outubro de 2013. Disponível: <http://www.arquitectos.pt/index.htm?no=101073,247>

OAP, 2014. *Ordem de Palavras*. Boletim Arquitectos nº233, Julho 2014. Lisboa, Julho de 2014. Disponível: <http://www.arquitectos.pt/index.htm?no=101073,247>

OEP, 2006. *O Ensino da Engenharia em Portugal. Relatório Final*. Ordem dos Engenheiros Portugueses, Lisboa, 22 de Dezembro de 2006. Disponível: <http://www.academia-engenharia.org/sites/default/files/images/publicacoes/ensino-engenharia-portugal-relatorio-final.pdf>

MCTES, 2010. *The Framework for Higher Education Qualifications in Portugal. FHEQ-Portugal*. Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. Novembro 2010. Disponível: [http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/90DBE647-5CB6-4846-B88F-101180D9E425/4933/FHEQPortugal\\_22Nov\\_2010.pdf](http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/90DBE647-5CB6-4846-B88F-101180D9E425/4933/FHEQPortugal_22Nov_2010.pdf)

MCTES, 2011. *The Framework for Higher Education Qualifications in Portugal*. Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. Maio 2011. Disponível: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/90DBE647-5CB6-4846-B88F-101180D9E425/5414/FHEQCommitteeReportFinal30MAIO2012.pdf>

TU-DELFT, ca 2010. *Questionnaire about design education in the bachelor of architecture*. Documento não publicado. Arquivo pessoal de Pedro Pinto.

TUNING, Project, 2003. *Tuning Educational Structures in Europe. Final Report-Pilot Projecto-Phase One*. University of Deusto, University of Gronigen, Bilbao. Disponível: [http://tuningacademy.org/wp-content/uploads/2014/02/TuningEUI\\_Final-Report\\_EN.pdf](http://tuningacademy.org/wp-content/uploads/2014/02/TuningEUI_Final-Report_EN.pdf)

TUNING, Project, 2005. *Tuning Educational Structures in Europe II. Universities Contribution to the Bologna Process*. University of Deusto, University of Gronigen, Bilbao. Disponível: <http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/pdfs/tuning/tuning03.pdf>

TUNING, Project, 2008a. *Universities Contribution to the Bologna Process. An introduction*. University of Deusto, Bilbao.

Disponível: <http://www.unideusto.org/tuningeu/publications/278-universitiesacontribution-to-the-bologna-process-an-introduction-english-version.html>

TUNING, Project, 2008b. *Competence-based learning. A proposal for the assessment of generic competences.* University of Deusto, Bilbao. Disponível: <http://www.tucahea.org/doc/Competence-based%20learning%20Alfa%20Project.pdf>

UIA, 1996. *UIA/UNESCO Charter for Architectural Education*, Junho 1996.  
Disponível: <http://www.unesco.org/most/uiachart.htm>

UIA, 2002. *UIA Accord on Recommended International Standards of Professionalism in Architectural Practice.* Adopted by the XXI UIA Assembly, Beijing, China, 1999. Preamble Adopted by the XXII UIA Assembly Berlin, Germany, 2002. UIA Professional Practice Program. Disponível: <http://www.uia.archi/sites/default/files/AIAS075164.pdf>

UIA, 2005. *UNESCO/UIA Charter for Architectural Education*, Revised Edition 2005.  
Disponível: [http://www.aij.or.jp/jpn/aijedu/chart\\_ang.pdf](http://www.aij.or.jp/jpn/aijedu/chart_ang.pdf)

UIA, 2011. *UNESCO/UIA Charter for Architectural Education*, Revised Edition 2011. Approved by UIA General Assembly, Tokyo 2011. Disponível: [https://www.etsab.upc.edu/web/escuela/acreditacion/0\\_chart.pdf](https://www.etsab.upc.edu/web/escuela/acreditacion/0_chart.pdf)

UIA, 2014. *UIA Accord on Recommended International Standards of Professionalism in Architectural Practice.* Emended August 2014 at the XXIV General Assembly, Durban, South Africa. Disponível: <http://www.uia.archi/sites/default/files/AIAS075164.pdf>